



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS FLORIANÓPOLIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ANDRÉ RICARDO OLIVEIRA

**PARA ALÉM OU PARA AQUÉM DO CAPITAL?
APONTAMENTOS CRÍTICOS ACERCA DO UNIVERSO CATEGORIAL DE
ISTVÁN MÉSZÁROS**

Florianópolis/SC
2021

ANDRÉ RICARDO OLIVEIRA

**PARA ALÉM OU PARA AQUÉM DO CAPITAL?
APONTAMENTOS CRÍTICOS ACERCA DO UNIVERSO CATEGORIAL DE
ISTVÁN MÉSZÁROS**

Tese submetida ao Programa de Pós-graduação em Educação na linha de pesquisa Trabalho, educação e políticas da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Sérgio Tumolo

Florianópolis/SC

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Oliveira, André Ricardo
PARA ALÉM OU PARA AQUÉM DO CAPITAL? : APONTAMENTOS
CRÍTICOS ACERCA DO UNIVERSO CATEGORIAL DE ISTVÁN MÉSZÁROS /
André Ricardo Oliveira ; orientador, Paulo Sérgio Tumolo,
2021.

476 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós
Graduação em Educação, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Educação. 2. István Mészáros. 3. Universo categorial.
4. Apontamentos críticos. I. Tumolo, Paulo Sérgio. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós
Graduação em Educação. III. Título.

ANDRÉ RICARDO OLIVEIRA
PARA ALÉM OU PARA AQUÉM DO CAPITAL?
APONTAMENTOS CRÍTICOS ACERCA DO UNIVERSO CATEGORIAL DE
ISTVÁN MÉSZÁROS

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Dr. Paulo Sergio Tumolo
Universidade Federal de Santa Catarina
Dr. Ricardo Lara
Universidade Federal de Santa Catarina
Dr. Dalton Luiz de Menezes Reis
Instituto Federal Catarinense
Dr. Antonio Gabriel Santana Martins
Universidade Federal de Santa Catarina
Dra. Mariléia Maria da Silva
Universidade do Estado de Santa Catarina
Dra. Juliane Zacharias Bueno
Dr. Ricardo Scopel Velho
Instituto Federal Catarinense
Dra. Adriana D'Agostini
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutor em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina.

Prof. Dr. Amurabi Pereira de Oliveira
Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof. Dr. Paulo Sérgio Tumolo
Orientador
Florianópolis, 2021

Este trabalho é dedicado ao Ademir, à Rô,
ao Bililico e à Lili.

Sem um exame rigoroso das décadas intermediárias do desenvolvimento – orientado para o referencial teórico estratégico da alternativa socialista tanto quanto para suas exigências organizacionais radicalmente alteradas – o projeto socialista não pode renovar-se. Este é o problema que todos os socialistas devem enfrentar no futuro previsível.

István Mészáros, *Para além do capital*

RESUMO

Esta tese de doutoramento tem como objetivo central analisar criticamente algumas das teses matriciais do autor húngaro István Mészáros. Com base na obra *Para além do capital – rumo a uma teoria da transição*, que tem uma significativa receptividade no Brasil, procurou-se realizar um cotejamento entre a produção teórico-política de Mészáros e os escritos marxianos, em especial os contidos em *O Capital*. Como fio condutor, buscou-se verificar a capacidade explicativa do real, ou seja, do mundo do capital, por meio dos elementos apresentados por esses autores. Utilizou-se substancialmente de análise bibliográfica e, no desenvolvimento da exposição, explicitou-se a reivindicação feita por Mészáros de ser um continuador de Marx a partir do que o autor húngaro entende como essencial da contribuição do autor alemão, isto é, do espírito revolucionário presente na análise da sociedade do capital, na perspectiva da classe trabalhadora. Demonstrou-se, assim, que o pressuposto de Mészáros é a não utilização do ferramental teórico de Marx de *O Capital* por considerar esse texto uma síntese de uma fase incipiente do capital. Dessa forma, identificou-se que Mészáros assumiu uma completa autonomia para a construção do seu próprio universo categorial e se diferenciou do universo categorial marxiano. Concluiu-se, a partir de todas as evidências apresentadas pela pesquisa em forma de tese, que há elementos problemáticos na teoria de Mészáros em quatro frentes. Primeiramente, o pressuposto de Mészáros é fundado em equívoco crucial ao desconsiderar a universalidade das leis gerais do movimento do capital apresentados na obra *O Capital*, de Marx. Em segundo lugar, o ponto de partida de Marx, a saber, o trabalho alienado, tal como exposto nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, de 1844, tornou-se o ponto de chegada de Mészáros. Em terceiro lugar, a crise estrutural, categoria fundamental nos escritos de Mészáros, carece de validade explicativa por se situar no terreno da aparência do fenômeno. E, por fim, como desdobramento do universo categorial de Mészáros, sua contribuição para a formulação estratégica de ruptura com o capital se revela uma teoria imediata de transição do capital para o comunal, manifestando-se como uma elaboração aquém das concepções dos socialistas utópicos. Ao contrário do que pretendia Mészáros, compreender o real do capital plenamente desenvolvido a fim de contribuir para sua transformação, ou seja, ir *para além do capital*, a sua produção teórico-política apresenta uma série de aspectos vulneráveis que culminam em uma formulação para aquém de *O capital*, de Marx, e da relação social do capital.

Palavras-chave: Universo categorial. Capital. Transição.

ABSTRACT

The main objective of this doctoral thesis is to critically analyze some of the matrix theses of the Hungarian author István Mészáros. Based on the work *Beyond Capital - Toward a Theory of Transition*, which has a significant receptivity in Brazil, an attempt was made to compare the theoretical-political production of Mészáros and the Marxian writings, in particular those contained in Marx's *Capital*. As a guiding thread, we sought to verify the explanatory capacity of the real, that is, the world of capital, through the elements presented by these authors. Substantially, bibliographic analysis was used and, in the development of the exhibition, the claim made by Mészáros to be a follower of Marx made explicit from what the Hungarian author understands as essential to the contribution of the German author, that is, of the revolutionary spirit present in the analysis of the capital society, from the perspective of the working class. It was demonstrated, therefore, that Mészáros' assumption is the non-use of Marx's theoretical tooling of *Capital* because he considers this text a synthesis of an incipient phase of capital. Thus, it was identified that Mészáros assumed complete autonomy for the construction of his own categorical universe and differentiated himself from the Marxian categorical universe. It was concluded, from all the evidence presented by the research in the form of a thesis, that there are problematic elements in Mészáros' theory on four fronts. First, Mészáros' assumption is founded on a crucial mistake when disregarding the universality of the general laws of the movement of capital presented in Karl Marx's *Capital*. Second, Marx's starting point, namely, alienated work, as set out in the 1844 Economic-Philosophical Manuscripts, became Mészáros' point of arrival. Third, the structural crisis, a fundamental category in Mészáros' writings, lacks explanatory validity because it is situated on the ground of the phenomenon's appearance. And, finally, as an unfolding of Mészáros's categorical universe, his contribution to the strategic formulation of rupture with capital reveals an immediate theory of transition from capital to communal, manifesting itself as an elaboration below the conceptions of utopian socialists. Contrary to what Mészáros intended, understanding the real of fully developed capital in order to contribute to its transformation, that is, going *beyond capital*, its theoretical-political production presents a series of vulnerable aspects that culminate in a formulation that falls short of Marx's *Capital* and of the social relation of capital.

Keywords: Categorical universe. Capital. Transition.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Cronologia dos cadernos de anotações, manuscritos, artigos e livros sobre economia política no período de 1843-58	374
-----------------	---	-----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A PRIMEIRA PARTE DE <i>PARA ALÉM DO CAPITAL</i>: O PONTO DE PARTIDA DA CONSTRUÇÃO DO UNIVERSO CATEGORIAL DE MÉSZÁROS	30
1.1 SOBRE AS ALTERAÇÕES HISTÓRICAS: DA FASE INCIPIENTE PARA A FASE DO SISTEMA DO CAPITAL PLENAMENTE DESENVOLVIDO	31
1.2 MÉSZÁROS E O EXAME DOS ESCRITOS DE HEGEL E MARX	36
1.3 AS CONCEPÇÕES DE MÉSZÁROS SOBRE AS LIMITAÇÕES TEÓRICAS DE MARX	51
1.4 O ESTADO MODERNO NO UNIVERSO CATEGORIAL DE MÉSZÁROS.....	54
1.5 CONDIÇÕES GERAIS DA INCONTROLABILIDADE DO CAPITAL.....	65
1.6 ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DOS LIMITES ABSOLUTOS DO CAPITAL	77
2 A CONTINUIDADE DA CONFIGURAÇÃO DO UNIVERSO CATEGORIAL DE MÉSZÁROS: A CRÍTICA À LUKÁCS E A CONTINUIDADE DO <i>PARA ALÉM DE MARX</i>.	91
2.1 LUKÁCS COMO EXPRESSÃO TEÓRICA DA SOCIEDADE DO CAPITAL EM SUA FORMA PÓS CAPITALISTA.....	92
2.2 NOVOS ELEMENTOS DA CRÍTICA A MARX.....	98
3 OS FUNDAMENTOS E DESDOBRAMENTOS DA CRISE ESTRUTURAL DO SISTEMA DO CAPITAL.....	126
3.1 OS FUNDAMENTOS DA CRISE ESTRUTURAL DO SISTEMA DO CAPITAL: DA RIQUEZA DA PRODUÇÃO À PRODUÇÃO DE RIQUEZA.....	126
3.2 A TAXA DECRESCENTE DE UTILIZAÇÃO DO VALOR DE USO COMO CONTRATENDÊNCIA À CRISE DE AUTOEXPANSÃO DO VALOR DE TROCA.....	145
3.3 “O ESPÍRITO DA OBRA DE MARX” E A CRÍTICA À REVOLUÇÃO RUSSA DE 1917.....	162
3.4 MÉSZÁROS E SUA CONCEPÇÃO DE OFENSIVA SOCIALISTA.....	173
3.5 O SOCIALISMO E A DIVISÃO SOCIAL HIERÁRQUICA DO TRABALHO.....	195
3.6 MÉSZÁROS E A TEORIA DA TRANSIÇÃO.....	206
4. PARA ALÉM OU PARA AQUÉM DO CAPITAL DE MARX?.....	240
4.1 A ESPECIFICIDADE D’O <i>CAPITAL</i> DE MARX.....	244
4.1.1 O ser genérico e a condição de humano: uma breve introdução a <i>O capital</i>, de Marx.....	246
4.1.2 A propriedade privada e a alteração radical da vida humana.....	251
4.1.3 A forma de ser da relação social capitalista	254
4.1.3.1 A parte terceira d’O <i>capital</i> , de Marx: a produção da mais-valia absoluta.....	272
4.1.3.2 A quarta parte d’O <i>capital</i> , de Marx: a produção da mais-valia relativa.....	289
4.1.3.3 A parte quinta d’O <i>capital</i> : a produção da mais-valia absoluta e relativa.....	310

4.1.3.4 A parte sexta d' <i>O capital</i> , de Marx: o salário.....	312
4.1.3.5 A parte sétima d' <i>O capital</i> , de Marx – o processo de acumulação do capital.....	316
4.2 DOIS UNIVERSOS CATEGORIAIS DISTINTOS: O DE MARX E O DE MÉSZÁROS.....	328
5 TRABALHO ALIENADO E CRISE ESTRUTURAL: FUNDAMENTO E DESDOBRAMENTO EXPLICATIVO DO UNIVERSO CATEGORIAL DE MÉSZÁROS.....	334
5.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O TRABALHO ALIENADO	335
5.2 MÉSZÁROS E A <i>TEORIA DA ALIENAÇÃO</i> EM MARX	336
5.3 MÉSZÁROS E OS MANUSCRITOS ECONÔMICO-FILOSÓFICOS, DE MARX.....	349
5.4 PARA AQUÉM DOS MANUSCRITOS ECONÔMICO-FILOSÓFICOS?	352
5.5 MARX E A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA: AS TRANSIÇÕES DA COMPREENSÃO BASILAR DO UNIVERSO CATEGORIAL MARXIANO.....	364
5.6 A TRAJETÓRIA DOS ESCRITOS E DAS CONCEPÇÕES DE MARX.....	372
5.7 O LUGAR DA CRISE ESTRUTURAL NO UNIVERSO CATEGORIAL DE MÉSZÁROS.....	377
5.7.1 A crise estrutural do sistema do capital: ápice do capital plenamente desenvolvido e ponto de partida para a ofensiva dos trabalhadores	378
5.7.2 As crises cíclicas e periódicas: apontamentos à luz de Marx em <i>O capital</i>.....	390
5.7.2.1 As leis gerais das crises cíclicas e periódicas em Marx de <i>O capital</i>	392
5.7.2.2 Considerações gerais sobre as crises cíclicas e periódicas	409
6 PARA ALÉM OU PARA AQUÉM DO CAPITAL COMO RELAÇÃO SOCIAL?.....	412
6.1 A TEORIA DA TRANSIÇÃO DE MÉSZÁROS.....	415
6.2 A TEORIA DE TRANSIÇÃO DE MÉSZÁROS E SUA CRÍTICA A MARX.....	421
6.3 OS DESDOBRAMENTOS INTERPRETATIVOS A PARTIR DA TEORIA DE TRANSIÇÃO DE MÉSZÁROS.....	436
6.4 DO SOCIALISMO UTÓPICO AO SOCIALISMO CIENTÍFICO: A TEORIA DE TRANSIÇÃO DE MÉSZÁROS EM ANÁLISE.....	443
6.5 O <i>ESTADO E A REVOLUÇÃO</i> , DE LÊNIN: ASPECTOS GERAIS ACERCA DA TRANSIÇÃO SOCIALISTA SOB A PERSPECTIVA MARXIANA.....	459
CONSIDERAÇÕES FINAIS	467
REFERÊNCIAS	474

INTRODUÇÃO

Não foi simples a tarefa de delimitação desta tese, haja vista a enorme produção de István Mészáros e sua inquestionável qualidade como intelectual orgânico. Trata-se de um autor com um patamar de erudição brilhante; e militante por toda sua vida na luta pela superação do sistema do capital. No campo do marxismo, sem exagero, ele pode ser considerado como um dos principais e mais influentes autores do século XX até o presente, especialmente no Brasil.

Por esse importante motivo, a responsabilidade, nos escritos desta tese, se torna ainda maior. Distante de contornos analíticos morais, esta tese se pauta na análise precisa dos escritos e elaborações de Mészáros. São estes o lócus da crítica presente neste trabalho. Em outras palavras, não se trata de uma tese que tenha por objetivo formular críticas de caráter pessoal, e sim apresentar contundência teórico-política, função primordial para a construção do inventário de classe, tão necessário em nosso tempo. Ademais, se notará que os temas aqui tratados são, certamente, polêmicos e não encontram consensos nem mesmo no interior do referencial marxista. Isso não se constitui como um problema, mas sim, um procedimento crucial para o debate e a construção do conhecimento mais aprofundado da forma de ser do capital, uma significativa arma para a contribuição da elaboração estratégica revolucionária.

A antessala do processo investigativo desta tese foi marcada por reflexões e questionamentos acerca da interessante maneira, manifestada por alguns estudiosos de Mészáros, de relacionar o autor húngaro com os escritos de Marx. Chamava a atenção o fato de que muitos partiam da interpretação de Mészáros sobre a teoria de Marx; ou então compreendiam Mészáros como atualizador das categorias de Marx; mais ainda, realizavam a leitura de Marx por meio dos escritos de Mészáros¹.

¹ Para ilustrar, neste momento desta tese, citam-se quatro estudiosos da obra de Mészáros que exemplificam essa consideração. 1) Ivo Tonet e Sérgio Lessa, no livro *Proletariado e sujeito revolucionário*, em versão publicada pelo Instituto Lukács, em 2012, explicam que: “Tal como na Introdução à filosofia de Marx, nossos referenciais mais importantes foram as obras de maturidade de G. Lukács, em especial sua *Ontologia* e as de István Mészáros. **A interpretação de Marx e Engels que estes pensadores tem oferecido influenciou decisivamente nossa própria leitura dos clássicos revolucionários**” (p. 7, grifo nosso); 2) Na apresentação à edição brasileira de *Para além do capital*, publicada pela Boitempo, em 2011, Ricardo Antunes faz a seguinte consideração: “Lukács disse certa vez, enquanto elaborava sua última obra, a *Ontologia do ser social*, que gostaria de retomar o projeto de Marx e escrever *O Capital* dos nossos dias. Investigar o mundo contemporâneo, a lógica que o presidia, os elementos novos de sua processualidade, objetivando com isso fazer, no último quartel do século XX, uma *atualização* dos nexos categoriais presentes em *O Capital*. Lukács pôde indicar, mas não pôde sequer iniciar tal empreitada. **Coube a István Mészáros, um dos mais destacados e importantes colaboradores de Lukács, essa significativa contribuição para a**

Foi somente durante os últimos quatro anos de estudos sistemáticos realizados neste doutorado que houve a possibilidade de um salto qualitativo no processo desta pesquisa. As discussões que se travaram nas disciplinas no doutorado, os estudos e debates no Grupo de Estudos em Capital, Trabalho e Educação (GECATE/UFSC), as leituras e discussões com o grupo de estudos d' *O capital*, de Maringá/PR, organizados por Rosângela Aparecida Melo e Ademir Quintilio Lazarini, as inúmeras conversas com vários monitores do Núcleo de Educação Popular 13 de Maio e, em especial, os incontáveis debates com meu orientador, Paulo Sérgio Tumolo, foram determinantes nesse processo de pesquisa e exposição. Diante desse cenário, o objetivo do presente trabalho se alterou. A pesquisa só poderia ter seguido adiante após a realização de uma autocrítica. Certamente foi apenas a sequência da investigação que permitiu identificar que não é possível analisar a teoria de Mészáros valendo-se das categorias de Marx de *O capital*, ou seja, seria equivocado verificar a qualidade da apropriação que Mészáros teria feito das categorias de Marx. Ao superar essa hipótese incipiente, a pesquisa foi direcionada para a investigação do universo categorial de Mészáros expresso em sua obra magna, *Para além do capital*, sem interlocutores. Por esse motivo, fez-se necessário o uso, no corpo desta tese, de várias citações diretas do autor húngaro para que a apresentação e análise tivessem, fidedignamente, a base teórica dos escritos de Mészáros.

A investigação trilhada no decorrer desta pesquisa percorreu, inicialmente, o complexo caminho de estudo das principais obras do autor húngaro que foram publicadas no Brasil, a saber: *Produção destrutiva e Estado capitalista* (1989); *Para além do capital* (2011); *A teoria da alienação em Marx* (2016); *Estrutura social e formas de consciência*, v. I e II (2009; 2011); *Filosofia, ideologia e ciência social* (2008); *A crise estrutural do capital* (2009); *O século XXI* (2003); *O poder da ideologia* (2004); *A educação para além do capital* (2005); *O desafio e o fardo do tempo histórico* (2007); *Atualidade histórica da ofensiva socialista* (2010); *A obra de Sartre* (2012); *O*

realização, em parte, desta monumental (e por certo coletiva) empreitada” (p. 15, grifo nosso); e 3) Na obra *Mészáros e a incontrolabilidade do capital*, publicada pelo Instituto Lukács, em 2012, Maria Cristina Soares Paniago escreve sobre sua pesquisa, feita a partir do livro de Mészáros *Para além do capital*. Sua análise centra-se na questão da total impossibilidade histórica de controle do capital e, com aquilo que ela chama de saturação do sistema, da ameaça que isso representa para a sobrevivência da humanidade: “Tendo sempre em foco compreender as velhas questões colocadas sobre o livre desenvolvimento da humanidade, considerado em todas as suas dimensões materiais e espirituais, ainda que isso signifique, para a maioria, colocar-se na contramão da história, **preferimos recorrer à base teórica originada em Marx, à sua crítica à sociedade burguesa, através de seu intérprete e atualizador – István Mészáros**” (grifo nosso, p.18).

conceito de dialética em Lukács (2013); e *A montanha que devemos conquistar* (2015).

Esse movimento possibilitou a identificação da obra magna de Mészáros como sendo *Para além do capital*². E por quê? Porque é nessa obra que o autor húngaro dedica centenas de páginas para expor suas principais concepções, aprofundar algumas que já havia ventilado anteriormente e adentrar em outras novas, em um salto de patamar qualitativo inigualável em comparação com as demais obras. É nessa obra que esse autor apresenta, com a densidade necessária, o fio condutor de sua trajetória teórico-política, a pedra angular de toda sua construção teórica, o desdobramento categorial e, elemento central, as determinações para a elaboração de uma teoria da transição. Essa é a síntese dos elementos adotados nesta tese como universo categorial.

Se faz necessário discernir, portanto, o que é próprio do universo categorial de Mészáros e o que é específico do universo categorial de Marx, algo que, na aparência, pode causar um certo desconforto aos leitores. Por essa razão, é oportuno não se apressar em compreender a totalidade desta tese, e sim acompanhar seu processo de exposição para, enfim, tecer suas críticas.

Em suma, está-se diante de dois universos categoriais distintos – o de Mészáros e o de Marx – e, em certa medida, diametralmente opostos. É exatamente essa constatação que, pode-se estimar, causará incômodo. E o que é preciso para se superar esse incômodo? Por certo o rigor contundente com a produção teórica dos autores principais referenciados nessa tese: Mészáros, em *Para além do capital*, e Marx, em *O capital*. Veja-se mais de perto.

Estão inseridos no universo categorial de Mészáros, de maneira basilar, dois movimentos, a saber: i) A compreensão do sistema do capital; e ii) Com esse respaldo, a elaboração dos princípios de uma teoria da transição, entendida como aspectos fundamentais de uma estratégia revolucionária socialista. Esses princípios, na verdade, são coerentes com todo intelectual militante que se coloca na luta de classes ao lado do movimento socialista: conhecer para transformar.

E porque seria em vão, como previsto inicialmente, analisar a qualidade da apropriação que Mészáros teria feito dos escritos mais desenvolvidos de Marx? Os

² Esta obra foi publicada pela primeira vez em 1995. Mészáros dedicou longos anos de preparação desse material, o que fica expresso na própria densidade teórica presente no texto (GIORDANI, 2018). A edição que o autor desta tese utiliza neste estudo é a publicada em 2011 pela Editora Boitempo.

estudos para esta tese mostraram que esse movimento seria contraditório com os pressupostos e propostas de Mészáros, portanto incoerente com seu universo categorial. Isso porque o autor húngaro realiza o que considera ser uma *apropriação criativa* com *modificações significativas* dos escritos de Marx, pautando-se pelo *espírito da obra de Marx*.

Em outras palavras, Mészáros dispensa o referencial marxiano. Mas não o faz por completo, haja vista que se *apropria* de forma criativa dos escritos do autor alemão. Ou seja, algumas categorias de Marx são utilizadas por Mészáros, mas adaptadas ao universo categorial do autor húngaro. Dessa forma, assume outros significados. Portanto, não faz sentido compreender Marx a partir da interpretação de Mészáros e menos ainda entender Mészáros como um atualizador das categorias marxianas: são dois universos categoriais distintos.

Para Mészáros, a análise do capital é condição para a elaboração estratégica revolucionária socialista. Uma coisa está intimamente relacionada à outra. Isso só é possível, de acordo com esse autor, a partir de uma reavaliação crítica dos movimentos socialistas e um exame rigoroso das teorias que embasaram esses movimentos. Por isso, entre outros aspectos, Mészáros realiza uma reavaliação crítica dos escritos de Marx.

O pressuposto de Mészáros é de que o movimento do capital pode ser compreendido em duas fases históricas. Na primeira fase, período de ascensão do capital, as características determinantes eram: deslocamentos expansionistas das crises; relação ainda incipiente do capital; possibilidade de controle das contradições do sistema; possibilidade de “ganhos” para o movimento operário; limites relativos do capital; defensiva do movimento operário, satisfação potencial das necessidades e aspirações humanas. Essa fase do movimento do capital é datada, determinadamente, ao século XIX. Dessa forma, essa é a base material sob a qual se ergueram os escritos de Marx, incipiente, na concepção de Mészáros, não por méritos do autor alemão, mas pela realidade que ele acompanhou. Já a segunda fase é marcada pela consolidação do sistema do capital e implica alterações históricas que exigem uma nova teoria para uma nova estratégia socialista. Agora, especificamente a partir da segunda metade do século XX, há as seguintes determinações: crise estrutural, impossível de ser deslocada por meio expansionista; o capital plenamente desenvolvido; incontabilidade do capital; impossibilidade de “ganhos” para o movimento operário; ativação dos limites absolutos do capital; abertura da

possibilidade da ofensiva socialista; impossibilidade da satisfação potencial das necessidades e aspirações humanas. O movimento dessa segunda fase do sistema do capital é o período que Mészáros se propõe a analisar.

Uma complementação importante se destaca a partir do pressuposto de Mészáros. É insuficiente se evidenciar que as obras mais desenvolvidas dos dois autores correspondem a universos categoriais distintos. Para Mészáros, além de distintos, o ferramental teórico de Marx, d'*O capital*, é incipiente.

É com base nesse pressuposto que se ergue o universo categorial de Mészáros. Com esse universo, o autor faz a análise do sistema do capital e propõe os princípios para uma nova estratégia socialista. Além disso, com esse mesmo universo categorial, o autor tece suas críticas ao que considera ser as sociedades pós-capitalistas de produção de capital, em especial a sociedade soviética, que teve início em 1917. O peso dessas críticas contribui para os pilares da teoria de transição de Mészáros.

A trajetória da constituição do universo categorial de Mészáros, em síntese, inicia com a busca pelo entendimento das interpretações do mundo a partir da ótica do capital e, por outro lado, da ótica dos trabalhadores. Hegel, dessa forma, teria sido aquele que avançou na concepção da sociedade a partir da ótica do capital. Por sua vez, Marx foi o autor síntese a partir do ponto de vista dos trabalhadores. Todavia, Marx teria ficado limitado ao processo de ascensão da sociedade do capital, a uma fase incipiente do movimento do capital. Isso impôs barreiras intransponíveis em suas análises, haja vista que essa sociedade ainda passava por uma fase de incompletude.

Mas é o *espírito da obra de Marx* o mais desenvolvido e que ofereceu as contribuições para que Mészáros adentrasse na empreitada de caracterizar a sociedade do capital plenamente desenvolvida. Tal *espírito* estaria relacionado à radicalidade crítica e revolucionária de Marx, compreendendo-o como o primeiro que interpretou o mundo com a finalidade de sua superação para uma nova forma histórica. Algo possível de já ser considerado, mas impossível, para Mészáros, de ser realizado no período vivenciado por Marx.

Com isso, Mészáros segue o modelo dos grandes pensadores e, além de Hegel e Marx, busca em Lukács mais elementos sobre a compreensão do real. Para Mészáros, Lukács é o autor síntese da sociedade do capital de tipo pós-capitalista. Isso o leva a criticar, contundentemente, Lukács, da juventude à maturidade.

Hegel como expressão da sociedade do capital em ascensão, Marx como síntese teórica dos trabalhadores de uma fase incipiente do capital e Lukács como autor que representa a sociedade do capital de tipo soviético. A superação desses três autores, por motivos distintos, em especial Marx e Lukács, é o que fundamenta Mészáros, de maneira central, no significado do universo categorial em seu *Para além do capital*.

Em seu universo categorial, a crise estrutural ocupa uma aparente centralidade. O valor-de-uso e valor-de-troca, tal como entendido por Mészáros, é o par categorial que dá base para a compreensão dessa crise. É a partir desta, em meados de 1970, que se abrem as possibilidades de uma ofensiva socialista diante da encruzilhada que se levanta: socialismo ou barbárie. É essa crise a expressão máxima que marca as alterações do século XIX para o século XX em diante.

Com esta pesquisa, identificou-se que Mészáros possui um universo categorial próprio e, portanto, distinto do referencial marxiano. Sua negação dos escritos de Marx está em direta relação com a assimilação cabal da sociedade do capital dividida em duas fases: ascensão – período vivido e analisado por Marx – e consolidação – a partir da segunda metade do século XX, que tem na crise estrutural sua principal manifestação.

Isso o leva a considerar a necessidade de um exame rigoroso dos escritos de Marx, e assim o faz. Contudo, o uso de citações deslocadas de seu contexto é uma constante nos escritos de Mészáros quando se utiliza da teoria de Marx. Além disso, ao contrário do que afirmam muitos estudiosos, Mészáros não se apresenta como um continuador de seu mestre Lukács. A crítica a Lukács é profunda e considera a totalidade de seus escritos.

Tudo isso, ponto central nesta tese, leva Mészáros a traçar os princípios de uma estratégia para uma ofensiva socialista, considerando a necessidade de rearticulação do movimento operário entre a esfera política e reprodutiva econômica, o Estado como parte da estrutura econômica, que, assim, precisa ser destruído, de saída, com a destruição do capital, a transição do capital para o socialismo, com o entendimento de que o socialismo já seria uma nova forma histórica, livre de todas as influências da sociedade do capital.

Levantam-se algumas questões norteadoras para a exposição desta tese: i) *Para além do capital* teria se manifestado como: Para quem do capital? ii) A teoria da transição elaborada sob o universo categorial de Mészáros estaria fadada ao

utopismo? e iii) Mészáros teria suas análises limitadas ao plano do concreto aparente? Tais problematizações fazem parte das questões centrais que norteiam a presente tese, compreendendo e confrontando criticamente os fundamentos do entendimento do autor húngaro sobre o sistema do capital e a teoria da transição.

Realizado estes esclarecimentos introdutórios, a exposição da presente tese possui dois momentos cruciais: i) A apresentação do universo categorial de Mészáros exposto em sua obra máxima. Destacam-se os elementos fundamentais que compõem sua teoria para, só então, analisá-la em seus aspectos centrais. Os capítulos primeiro, segundo e terceiro são resultados dessa primeira parte desta tese. Nesta, não se estabelece um diálogo crítico com o autor, e sim se apresentam, em detalhes e fielmente a seus escritos, suas concepções teóricas; ii) Com a devida apresentação do universo categorial de Mészáros em sua principal obra, inicia-se a exposição da análise. O caminho realizado na primeira parte desta tese possibilitou a identificação de três pilares que sustentam a teoria do autor húngaro. Por essa razão, a análise crítica que se realiza considera, a saber: 1) a significativa distinção entre o universo categorial de Mészáros, presente em sua obra supracitada, e o de Karl Marx, exposto n'*O capital*; 2) O trabalho alienado, tal como formulado por Marx em *Manuscritos econômico-filosóficos*, de 1844, como pedra angular do universo categorial de Mészáros, e a crise estrutural do sistema do capital como categoria que ocupa lugar de destaque nesse conjunto. O ponto de partida de Marx, em 1844, tornou-se o ponto de chegada de Mészáros em sua obra mais desenvolvida; 3) As determinações da teoria da transição, na concepção de Mészáros, e seus limites. Por sua vez, os capítulos quarto, quinto e sexto são expressões desse movimento de análise.

Em tempo: no momento inicial de escrita desta tese, recebeu-se a triste notícia do falecimento de István Mészáros. Nesse sentido, o que se tem aqui se apresenta, também, como uma homenagem ao autor e de seu importante legado teórico-político. Permanecendo fiel a um ensinamento básico do autor húngaro, tornou-se imperativo o exame crítico das teorias que se colocam no campo revolucionário.

PARA ALÉM DO CAPITAL – RUMO A UMA TEORIA DA TRANSIÇÃO: O PREFÁCIO À EDIÇÃO BRASILEIRA

Na exposição do conteúdo que compõe o universo categorial de Mészáros em sua obra de maior envergadura, optou-se pelo caminho didático de perseguir a trajetória escolhida pelo autor húngaro para a apresentação de sua teorização. Seguiu-se, dessa maneira, a abordagem feita pelo autor do prefácio à terceira parte dessa obra³. Esse todo teórico ocupa lugar na centralidade das compreensões de Mészáros e constitui a totalidade de seu universo categorial, que será apresentado e analisado neste trabalho.

No prefácio de *Para além do capital*, escrito para a edição brasileira, publicada pela Boitempo, Mészáros escreve sobre os “desafios históricos diante do movimento socialista”. Indica, já no início do texto, as análises que se desdobraram de sua compreensão do movimento do capital. O texto foi escrito em 2000, alguns anos depois da publicação da primeira edição do referido livro. Isso significa que as análises presentes nesse prefácio têm respaldo no universo categorial construído por Mészáros nesse livro, publicado pela primeira vez em inglês em 1995. A edição dessa obra utilizada neste estudo foi publicada pela Boitempo em 2011.

E por que iniciar sua obra com a discussão sobre os desafios para o movimento socialista? Para Mészáros, com o que se tem absoluta concordância, a análise do sistema do capital só faz sentido quando atrelada à contribuição para a elaboração da estratégia socialista. São dois aspectos intimamente relacionados e dependentes, e um só faz sentido na relação direta com o outro. É por essa razão que, já no prefácio à edição brasileira de *Para além do capital*, Mészáros inicia uma discussão sobre os desafios para o movimento socialista.

Nesse prefácio, que, como se afirmou, tem como base o universo categorial do autor elaborado anos antes, identifica-se que Mészáros retoma uma categoria importante de sua obra: a crise estrutural do sistema do capital. É ela que expressa os aspectos basilares da realidade objetiva do sistema do capital plenamente desenvolvido e marca uma quadra histórica, sendo incomparável com as crises

³ O livro *Para além do capital – rumo a uma teoria da transição* é composto por quatro partes, divididas em vinte e cinco capítulos. A quarta parte da obra trata de “Ensaio sobre temas relacionados” e demonstra suas formas de análise, a partir de seu arcabouço teórico, de assuntos pertinentes ao modo de produção capitalista e pós-capitalista. Assim, há, nessa parte da obra, apenas o exercício de análise a partir das concepções apresentadas nas três partes anteriores.

anteriores, pois “[...] afeta todas as formas do sistema do capital, e não apenas o capitalismo [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 21). Coerente com sua concepção acerca da relação entre análise do capital e estratégia socialista, Mézáros compreende que a crise estrutural do sistema do capital é a marca predominante da sociedade do capital plenamente desenvolvida. É a partir dessa categoria que o autor sistematiza sua posição sobre “[...] uma alternativa socialista radical ao modo de controle metabólico social [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 21). Assim, apenas essa alternativa poderia oferecer “[...] uma solução viável para as contradições que surgem à nossa frente [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 21). Seria, então, “[...] **uma alternativa hegemônica que, por não depender do objeto que nega, não se deixe restringir pela ordem existente, como sempre sucedeu no passado [...]**” (MÉSZÁROS, 2011, p. 21, grifo nosso).

Essa afirmação já revela, de maneira contundente, algo que será aprofundado no decorrer da presente tese: a posição crítica do autor com relação às experiências dos movimentos de trabalhadores que ocorreram antes da crise estrutural, datada, de acordo com Mézáros, a partir de 1970. O autor reafirma algo fulcral para o movimento socialista ao defender que a elaboração de uma alternativa radical ao sistema do capital “[...] é uma necessidade urgente, mas não há de acontecer sem uma reavaliação crítica do passado [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 21). De fato, a avaliação crítica do passado é indispensável para essa elaboração revolucionária. Mas qual seria a base de onde partiriam essas avaliações? Veja-se a seguir.

O movimento de exposição dos argumentos do autor, a partir dessa constatação, é a análise de alguns escritos de Marx, que Mézáros chama de otimistas. Escritos esses, destaca-se, que estão centrados nas primeiras elaborações e aproximações de Marx com a economia política. Mais especificamente, trata-se de duas citações de Marx, de 1847, em *A miséria da filosofia*. Nesses trechos, citados por Mézáros, Marx afirma que:

[...] o grau de desenvolvimento desta associação em qualquer país indica a posição ocupada por esse país na hierarquia do mercado mundial. A Inglaterra, que atingiu o desenvolvimento industrial máximo, tem as maiores associações e as mais bem organizadas. Os operários na Inglaterra não se satisfizeram com *associações parciais* [...] continuaram simultaneamente suas lutas políticas, e agora constituem um partido político importante, sob o nome de *Chartists* (MARX, apud MÉSZÁROS, 2011, p. 21-22).

E, na avaliação de Mészáros, Marx considerava que houvesse continuidade neste processo. Ou seja, que o movimento dos operários ingleses não se tornaria parcial. No entanto, analisa Mészáros:

[...] ao longo do desenvolvimento da classe operária, parcialidade e setorialidade não se limitaram às “associações parciais” e aos vários sindicatos que evoluíram a partir delas. Inevitavelmente, a parcialidade afetou todos os aspectos do movimento socialista, inclusive a sua dimensão política. Tanto mais que, passado um século e meio, ela ainda representa um enorme problema que, espera-se, será resolvido em futuro não muito distante (MARX, apud MÉSZÁROS, 2011, p. 22).

Dessa forma, no prefácio de sua obra, considerando ser a análise precisa da realidade objetiva o fundamento da elaboração da estratégia revolucionária socialista e identificando a partir de uma reavaliação histórica um erro crucial na análise, em sua avaliação, apontada por Marx em sua obra *A miséria da filosofia*, é que o autor húngaro identifica os desdobramentos nos equívocos estratégicos do movimento socialista mundial. Afirma Mészáros que, diferentemente do que esperava Marx, “[...] o movimento sindical global foi, desde o início, inevitavelmente *setorial e defensivo* [...]” (2011, p. 22). Pode-se questionar se Marx teria, de fato, esperado isso.

Aqui uma consideração se faz necessária. Para tanto, precisa-se retomar o contexto da obra de Marx de que a citação analisada por Mészáros é retirada. Como apontado, trata-se de um excerto de *A miséria da filosofia*. Não é objetivo desta tese apresentar toda a discussão que Marx trava com Proudhon nessa obra. Muito menos adentrar nas minúcias das discussões realizadas. Cabem, neste estudo, apenas alguns apontamentos específicos sobre o contexto no qual se insere a afirmação de Marx supracitada.

Como sabido, nesse texto, de 1847, Marx fundamenta uma série de críticas aos escritos de Proudhon em *Filosofia da miséria*, publicado um ano antes. Trata-se, portanto, de uma réplica a Proudhon baseada no acúmulo que Marx tinha de suas primeiras aproximações com a economia política, iniciadas em 1843 e 1844. Dessa forma, insuficiências e equívocos de Marx nesse texto são próprios de suas primeiras aproximações com o tema em questão. Não é tema deste estudo apresentar tais aspectos. Basta, aqui, revelar que os escritos de Marx sobre a lei do valor, por exemplo, terão sua versão acabada após anos de comprometimento e aprofundamento de estudos. E têm n’*O capital* sua exposição.

Esses fatos não interferem substancialmente no potencial crítico realizado por Marx à teoria de Proudhon, mas contextualiza o texto na totalidade que compõe o universo categorial de Marx. Em outras palavras, trata-se, por mais brilhante que seja, de uma versão inicial, insuficiente, de Marx sobre a economia política. Isso não impede Mézários de considerar como otimistas algumas considerações de Marx em *Miséria da filosofia*. O autor húngaro não se preocupa em situar os escritos de Marx em sua escala de aprofundamento teórico, bastando retirar as partes que lhe convém para fundamentar sua pretensa avaliação teórica. E isso não é exclusividade dessa citação de Marx, que Mézários utiliza, mas acompanha, como ver-se-á na presente tese, vários momentos da obra de Mézários.

Observe-se mais de perto. Utilizou-se neste trabalho a edição brasileira desse texto de Marx publicada em 1985. A citação de Marx utilizada na avaliação de Mézários está situada no Capítulo 2 de *A Miséria da filosofia*. Seguindo na transcrição e crítica das partes centrais do texto de Proudhon, Marx escreve nesse capítulo sobre “A metafísica da economia política” (MARX, 1985, p. 101). No último item desse capítulo, que é ao mesmo tempo o último tópico do texto de Marx, o autor alemão discute acerca das “greves e as coalizões dos operários” (MARX, 1985, p. 153). Em linhas gerais, Marx inicia criticando o entendimento de Proudhon sobre a composição do salário e suas oscilações. Entre outros argumentos, apresenta a luta de classes como um dos fatores determinantes para a conquista por melhoria do salário dos trabalhadores. Isso implicaria uma redução do lucro capitalista, e não um aumento geral do preço das mercadorias, como afirmara Proudhon. Assim, apresenta a Inglaterra daquele período, especificamente a cidade de Bolton, aquela em que “[...] o radicalismo está mais desenvolvido [...]” (MARX, 1985, p. 155).

Na luta de classes daquele período, como bem demarca Marx, a Inglaterra conseguiu avançar no que Marx chamou de coalizão, ou seja, na união dos trabalhadores em resistência na luta por melhores condições de trabalho e melhores salários. É nesse contexto que Marx afirma:

Apesar de uns e outros, apesar dos manuais e das utopias, as coalizões não deixaram nunca de progredir e crescer com o desenvolvimento e o crescimento da indústria moderna. E isto a tal ponto que, **hoje**, o grau alcançado pela coalizão em um país assinala nitidamente o grau que ele ocupa na hierarquia do mercado do universo. A Inglaterra, onde a indústria atingiu o mais alto grau de desenvolvimento, possui as coalizões mais amplas e melhor organizadas. Na Inglaterra, não se ficou nas coalizões parciais, que só objetivavam greves passageira e desapareciam com ela. Formaram-se

coalizões permanentes, *trade-unions* que servem de baluarte aos operários em suas lutas contra os patrões. E, **atualmente**, todas estas *trade-unions* locais encontram um ponto de união na *National Association of United Trades*, cujo comitê central está em Londres e que já conta com 80.000 membros. A formação dessas greves, coalizões e *trade-unions* caminha simultaneamente às lutas políticas dos trabalhadores, que **hoje** constituem um grande partido político, sob a denominação de *cartistas* (MARX, 1985, p. 158).

Nesse trecho revela-se o caráter pontual da afirmação de Marx. Trata-se da Inglaterra nos anos 1840, e não de uma tendência para o movimento operário mundial como compreende Mészáros. Naquele período, houve um intenso movimento de luta dos trabalhadores na Inglaterra. Tudo que está para além disso nesse texto de Marx é uma análise distante da verdade. Mesmo com as limitações de uma análise inicial, expressão dos primeiros anos de estudos econômicos de Marx, não havia, no autor, uma esperança na expansão imediata da luta que estava sendo travada na Inglaterra. Muito menos uma relação direta dessas lutas com o socialismo. Tanto é que Marx conclui seu texto da seguinte forma:

[...] o antagonismo entre o proletariado e a burguesia é uma luta de uma classe contra outra [...] é de provocar espanto que uma sociedade, fundada na *oposição* de classes, conduza à *contradição* brutal, a um choque corpo-a-corpo como derradeira solução? [...] Somente numa ordem das coisas em que não existam mais classes e antagonismos entre classes as *revoluções sociais* deixarão de ser *revoluções políticas*. Até lá, às vésperas de cada reorganização geral da sociedade, a última palavra da ciência social será sempre: 'O combate ou a morte, a luta sanguinária ou o nada. É assim que a questão está irresistivelmente posta' (George Sand)' (MARX, 1985, p. 160).

Pode-se problematizar vários elementos do conteúdo dos escritos de Marx n'A *Miséria da filosofia*, mas considerá-lo como otimista é incorreto ante a totalidade dos seus escritos.

No processo de avaliação teórica a partir dessa citação de Marx, completa Mészáros:

Desta nova posição defensiva, foi possível ao movimento operário, *em condições favoráveis*, obter algumas vantagens para certos setores do movimento. Isto se tornava possível desde que os elementos correspondentes do capital pudessem se ajustar, em escala nacional – de acordo com a dinâmica do potencial de expansão e acumulação do capital – às demandas propostas pelo movimento operário defensivamente articulado. Um movimento que operava no âmbito das premissas estruturais do sistema do capital, como um interlocutor legalmente constituído e regulado pelo Estado. O desenvolvimento do "Estado de Bem-Estar" foi a manifestação mais recente desta lógica, possível apenas num número muito reduzido de

países. Foi limitado, tanto no que se refere às *condições favoráveis* de expansão tranquila do capital nos países onde tal ocorreu como precondição para o surgimento do Estado de bem-estar, quanto no que se refere à escala de tempo, marcada no final pela pressão da direita radical, ao longo das três últimas décadas, pela liquidação completa do Estado de bem-estar, em virtude da crise estrutural do sistema do capital (MÉSZÁROS, 2011, p. 23).

Para Mézáros as atitudes defensivas no movimento dos trabalhadores e as pequenas vantagens dos partidos políticos “[...] ao custo do afastamento do movimento socialista de seus objetivos originais [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 23) se deram dentro dos limites das condições favoráveis de expansão tranquila do capital. Isso marcou gerações e tradições das organizações dos movimentos socialistas. No entanto, com a eliminação destas condições favoráveis, quando se deu a crise estrutural do capital, os poucos avanços conseguidos pelos trabalhadores tiveram seu fim.

Contudo, é válido questionar se é possível considerar a Revolução Bolchevique, de outubro de 1917, e outros processos revolucionários ocorridos no século XX como movimentos de posições defensivas. E se a luta de classes desse período foi inteiramente pautada e inserida nos limites do capital. Para Mézáros, sim.

É nesta lógica que Mézáros analisa também o que considera como sociedades pós-capitalistas de produção de capital. Aliás, uma característica marcante em toda a obra de Mézáros é a utilização do mesmo conjunto categorial para a análise da sociedade capitalista e pós-capitalista de produção de capital, com críticas mais contundentes à segunda do que à primeira forma social. Como afirma o autor húngaro:

[...] Da mesma forma, não se podia considerar melhor a situação nas sociedades pós-capitalistas. Pois Stalin reduziu os sindicatos a serem o que ele chamava de “correias de transmissão” da propaganda oficial, ao mesmo tempo em que isentava de qualquer possibilidade de controle pela base da classe operária a forma política pós-capitalista de tomada de decisão autoritária [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 23).

Assim, o autor húngaro conclui que as características de ser setorial e defensivo são partes constituintes do movimento operário no período de ascensão do capital, do sistema capitalista ao pós-capitalista, e se configuraram em um “[...] círculo vicioso [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 24). E Mézáros (2011) continua:

[...] Por se ter articulado defensivamente como movimento geral, o movimento operário, dada a sua pluralidade e divisão interna, não conseguiu romper as restrições setoriais paralisantes advindas da dependência da pluralidade dos capitais. E vice-versa, ele não conseguiu superar as graves limitações de suas atitudes necessariamente defensivas em relação ao capital porque até nossos dias continuou sendo setorial em sua articulação política e industrial organizada. Ao mesmo tempo, o que fechou ainda mais o círculo vicioso, o papel defensivo adotado pelo movimento operário conferiu uma estranha forma de legitimidade ao modo de controle sociometabólico do capital, pois, por omissão, a postura defensiva representou, ostensiva ou tacitamente, a aceitação da ordem política e econômica estabelecida como a estrutura necessária e pré-requisito das reivindicações que poderiam ser consideradas “realisticamente viáveis” entre as apresentadas, demarcando, ao mesmo tempo, a única forma legítima de solução de conflitos resultantes das reivindicações opostas dos interlocutores. Para satisfação das personificações do capital, isto representou uma espécie de *autocensura*. Representou uma autocensura entorpecente, que resultou numa inatividade estratégica que continua até hoje a paralisar até mesmo os remanescentes mais radicais da esquerda histórica organizada, para não falar dos seguidores que um dia foram realmente reformistas e que agora estão completamente domados e integrados (MÉSZÁROS, 2011, p. 24).

Mészáros considera, portanto, que o movimento operário tinha a característica de ser parcial e seriado porque era expressão do próprio movimento do capital, que naquela fase, para o autor, não era ainda universalizado. Ou seja, o capital também era caracterizado por sua parcialidade e serialidade. Entretanto, essas condições são completamente alteradas “[...] sob a pressão da crise estrutural [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 24). A partir desta:

[...] o capital não teve mais condições de oferecer qualquer ganho significativo ao interlocutor racional, mas ao contrário, foi obrigado a retomar as concessões passadas, atacando sem piedade as próprias bases do Estado de bem-estar, bem como as salvaguardas legais de proteção e defesa do operariado por meio de um conjunto de leis autoritárias contrárias ao movimento sindical, todas aprovadas democraticamente, e a ordem política estabelecida teve de abrir mão de sua legitimidade, expondo, ao mesmo tempo, a inviabilidade da postura defensiva do movimento operário. (MÉSZÁROS, 2011, p. 24).

É, portanto, a crise estrutural que impõe à burguesia a necessidade de atacar os trabalhadores de maneira ainda mais incisiva. Esta retira qualquer possibilidade de ganhos para o movimento operário e faz a atualidade histórica para a classe trabalhadora ser marcada pela necessidade de uma ofensiva socialista. Para Mészáros, assim como o movimento operário foi marcado por sua parcialidade em uma fase inicial do sistema do capital, que também estava parcial, com a consolidação e universalização do capital, a estratégia da burguesia é de intensos ataques aos

trabalhadores, que nesse contexto não têm outra saída a não ser uma ofensiva socialista.

Mészáros considera que a “[...] experiência histórica pós-capitalista é um triste alerta no que se refere à forma como atacou os problemas fundamentais da ordem negada a partir de diagnósticos errados [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 29). Uma análise errada da realidade objetiva levou a consequências drásticas, na leitura do autor. Em outras palavras, houve uma derrota do movimento e mais uma vitória do capital. O problema, dessa forma, é muito mais do que uma discussão teórica, é política com desdobramentos estratégicos.

Diante disso, o grande desafio para o movimento operário que o autor húngaro apresenta é a reconstrução da unidade entre a esfera política e a reprodutiva material. Podemos entender esse segundo aspecto como a esfera econômica. Essa unidade é central no que Mészáros considera como fatores determinantes para uma ofensiva do movimento socialista. A rearticulação desse movimento precisa ser radical, e este autor aponta quais seriam as quatro importantes considerações que precisam ser levadas a sério, a saber: i) o Fim da humanidade como uma das possibilidades resultantes do agravamento da destruição causada pelo capital em crise estrutural; ii) A possibilidade de uma alteração positiva dos acontecimentos em favor dos trabalhadores; iii) A dependência da elaboração de uma forma histórica que afirme os interesses vitais dos produtores associados; e iv) A igualdade substantiva, e não apenas formal, como princípio estrutural e regulador.

Como se trata do prefácio à edição brasileira de *Para além do capital*, Mészáros termina essa parte mencionando exclusivamente o Brasil. Retomando suas posições feitas em uma entrevista realizada em 1992, este afirma sua convicção de que “[...] o futuro do socialismo será decidido nos Estados Unidos, por mais pessimista que isto possa parecer [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 31). E indica isso relacionando a necessidade de universalização da revolução socialista. Indo além, este autor aponta que:

[...] o fermento social e intelectual na América Latina promete para o futuro mais do que podemos encontrar atualmente nos países capitalistas avançados. Isto é compreensível, já que a necessidade de mudança radical é muito mais urgente na América Latina do que na Europa e nos Estados Unidos, e as soluções prometidas da “modernização” e “desenvolvimento” demonstraram não passar de uma luz que se afasta num túnel cada vez mais longo (MÉSZÁROS, 2011, p. 31).

Ou seja, mesmo apresentando sua convicção de que o futuro do socialismo será decidido nos Estados Unidos, é na América Latina que provavelmente ocorrerá “[...] uma convulsão social [...], com implicações de longo alcance para o resto do mundo” (MÉSZÁROS, 2011, p. 32).

Nesse quadro, o “[...] O Brasil, como o país econômica e politicamente mais importante, ocupa uma posição proeminente [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 32). Essa consideração se dá pelo fato de Mézszáros ter acompanhado “[...] o impacto da crise econômica brasileira de 1998-1999 nos Estados Unidos e na Europa, seguidas de frenéticas manchetes nos jornais capitalistas mais importantes [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 32).

No Brasil, segundo Mézszáros (2011, p. 33), “[...] a ala radical do movimento operário, tanto nos sindicatos quanto nos partidos políticos, teve um papel importante na derrubada da ditadura militar patrocinada pelos Estados Unidos [...]”. Além dessas considerações, Mézszáros (2011, p. 33) apresenta dois exemplos com “[...] sucessos significativos [...]”, mas ainda em “[...] estágio muito inicial [...]”:

O primeiro exemplo é o Movimento dos Sem-Terra no Brasil, que continua a afirmar seus objetivos com grande rigor e coragem, gerando ecos em diferentes partes do mundo. O segundo exemplo, apesar de datar já de vários anos, acaba de ter sua importância reconhecida pela vitória eleitoral esmagadora do Presidente Chavez na Venezuela, e pelo sucesso ainda mais avassalador do Referendum Constitucional que se seguiu. As pessoas envolvidas nos dois exemplos tentam agora enfrentar a tarefa extremamente difícil de unir a esfera reprodutiva material à política, fazendo-o de formas diferentes, mas complementares. O primeiro está abrindo caminhos no campo da produção material, desafiando o modo de controle sociometabólico do capital por meio da empresa cooperativa dos sem-terra, e já começando indiretamente a exercer influência no processo político brasileiro. O segundo, na Venezuela, evolui para o mesmo fim a partir da direção oposta: pelo uso da força política da Presidência e da Assembleia Constitucional, ele tenta introduzir alterações importantes e necessárias no terreno da reprodução material, como parte fundamental da alternativa visada (MÉSZÁROS, 2011, p. 33).

A ofensiva socialista precisa atacar, necessariamente, nesses dois flancos: a esfera política e a econômica. Destacam-se os dois casos exemplificados por Mézszáros e questiona-se: seriam o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Venezuela de Chávez os exemplos de movimentos radicais que têm uma verdadeira estratégia ofensiva, e não defensiva, contra o capital? De fato, as cooperativas do MST e o caso da Venezuela podem destruir o capital? Para Mézszáros, com base em seu universo categorial, a resposta é sim. Como afirmado pelo autor,

são exemplos em “estágios iniciais, mas de sucessos significativos” na reconstrução da unidade entre a esfera política e a econômica na luta contra o capital⁴.

Relembra-se o que já se apontou neste trabalho, ou seja, o fato de que essa posição de Mészáros se dá em período pós construção de seu universo categorial que está posto em *Para além do capital*. Dessa forma, sua leitura do movimento real o fez chegar a essas conclusões, que, como demonstrado pela própria história, carecem de efetivação na realidade e se aproximam dos socialistas utópicos criticados por Engels, em 1877, no texto *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Nesta tese abordar-se-á essa questão de maneira aprofundada na análise sobre os elementos basilares da proposição da teoria de transição em Mészáros.

Com relação ao exemplo de Chávez, Mészáros (2011, p. 33) coloca em uma nota de rodapé que tinha antecipado o “[...] grande potencial positivo do movimento bolivarianista de Hugo Chávez Frias [...]” quatro anos antes das eleições na Venezuela.

Para o autor húngaro, estes seriam os dois grandes exemplos de sucesso, o do MST, no Brasil, e o de Chávez, na Venezuela. Ambos são provas da reconstrução da unidade entre a esfera política e a econômica. A ofensiva do movimento operário contra o capital tem nesses exemplos a oportunidade de avanço. Estes apresentavam, na leitura de Mészáros, o que seriam as bases do “fermento” que revelavam a viabilidade de explodir, na América Latina, um movimento contra o capital, luta final que dependeria do alcance que isso teria nos Estados Unidos.

INTRODUÇÃO DE PARA ALÉM DO CAPITAL

Mészáros inicia sua obra constatando a necessidade de um exame crítico e rigoroso das teorias formuladas no passado, momento de ascendência histórica do capital. Mais especificamente, isso significa uma avaliação do conjunto de escritos de Marx, que escreveu sobre o capital em uma fase incipiente do movimento desse sistema. Dessa forma, propõe-se a contribuir para o projeto socialista escrevendo

⁴ Sobre a relação entre Mészáros e o MST, Antunes (2018, p. 35), destaca que “[...] aliás, ele não recebia os direitos autorais das suas obras, ele doava, por contrato junto à Boitempo, integralmente para o MST, que ele admirava muito [...]”.

sobre o capital plenamente desenvolvido e oferecendo elementos para a formulação de uma estratégia revolucionária.

Para conseguir elaborar tal contribuição, Mészáros afirma que:

[...] **todo o projeto surgiu a partir da análise da crítica da alienação de Marx**, em relação à afirmação feita tanto no Oriente como no Ocidente (e no Ocidente, especialmente nos Estados Unidos, por pessoas como Daniel Bell) de que a preocupação de Marx com a emancipação da regra do capital pertencia ao século XIX, pois não apenas as classes e os antagonismos de classe, mas todos os aspectos da alienação haviam sido irreversivelmente superados com sucesso [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 44, grifo nosso).

Mas isso, apenas na seguinte direção, tal como completa o autor:

[...] Tendo sentido diretamente o regime stalinista e a sangrenta repressão do levante de 1956 na Hungria pelo Exército Vermelho (aplaudida, para sua vergonha indelével, pelos partidos comunistas do Ocidente), para mim ficou muito claro que não apenas **o proclamado fim da alienação no Leste era um conto de fadas, mas também que o sistema soviético existente absolutamente nada tinha em comum com o socialismo** (MÉSZÁROS, 2011, p. 44, grifo nosso).

Há a compreensão de que a alienação, tal como apresentada por Marx nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, de 1844, e que serviu de fonte principal para as formulações de Mészáros sobre esta categoria, não teve um fim, mas uma continuidade. Isso foi perceptível para Mészáros por sua própria experiência, que, à luz daquelas teorizações, puderam ser validadas.

Fundamentado nessas considerações, o autor húngaro explica o título de seu livro *Para além do capital* e afirma que este deve ser compreendido a partir de três direções:

1) O significado central da expressão “além do capital” pretendido pelo próprio Marx quando empreendeu a monumental tarefa de escrever seu *O capital*. Neste sentido, **significa ir além do capital em si e não meramente além do capitalismo** [...] 2) Além da versão *publicada* de *O capital* de Marx, inclusive seu segundo e terceiro volumes impressos postumamente, bem como o *Grundrisse* e as *Teorias da mais-valia*. **Todo o projeto a que Marx dedicou sua vida não permaneceu apenas inacabado, mas – segundo o plano rapidamente esboçado pelo autor em suas cartas e seus prefácios – só foi completado em seus estágios iniciais**; portanto, não poderia refletir adequadamente suas intenções registradas 3) **Além do projeto marxiano em si, como ele poderia ser articulado sob as circunstâncias da ascendência global da sociedade de mercado no século XIX, quando as possibilidades de adaptação do capital como sistema de controle**

“híbrido” – que só se tornou plenamente visível no século XX – ainda estavam ocultas do exame teórico (MÉSZÁROS, 2011, p. 45-46, grifo nosso).

Os três sentidos em que o autor húngaro respalda seus escritos estão relacionados à teoria marxiana. Todos apontam para a necessidade de sua superação, justificadas da seguinte forma: i) Seguir fiel a Marx, na radicalidade revolucionária; ii) As proposições de Marx não foram completadas, aliás houve apenas algumas conclusões em estágios iniciais diante da proposta de estudo do próprio Marx; e iii) O capital se manifesta em sua totalidade e controle social plenamente visível apenas no século XX, não tendo Marx a possibilidade de acompanhar esse movimento. A negação das categorias de Marx por Mézszáros parece estar aqui justificada.

Mészáros considera que os limites da obra de Marx não se deram em função de algum tipo de limitação do autor, mas devido ao conjunto das relações sociais de produção de capital, que se tornaram plenamente visíveis apenas no século XX. Portanto, o autor húngaro teria considerado que o movimento do capital passou por duas fases, sendo a primeira relacionada à sua ascensão histórica, e a segunda, à sua consumação. Veja-se mais de perto a seguir.

Identifica-se, no conjunto das elaborações que Mézszáros apresenta na obra *Para além do capital*, a forma como este alcança o movimento feito pelo “sistema do capital” ao longo dos anos. Para esse autor o capital, em sua trajetória de existência, a partir das características que marcam cada período, possui duas fases distintas: i) O período de origem, marcado pelo “[...] capital na sua fase de ascensão histórica” (2011, p. 257), uma “[...] longa fase [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 763) que tem o “[...] encerramento da ascensão histórica do capital no século XX[...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 106). Nesta fase inicial, o caráter determinante se dá pela incipiência da lógica do capital, sua incompletude, o fato de não estar o capital plenamente desenvolvido e a relativa facilidade que tinha em transferir suas crises e contradições por meio de “[...] deslocamento expansionista [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 343), haja vista que havia espaço territorial para isso em boa parte do mundo. Dessa forma, para este autor, as crises e contradições seriam superadas pelos “deslocamentos expansionistas”, e não, fundamentalmente, pela destruição parcial de capital; ii) O período de “[...] consumação da ascensão histórica[...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 117) e consolidação do sistema do capital, a partir do século XX, mais especificamente marcado em 1970,

com a “Crise Estrutural”, como explica Mészáros: “[...] a situação muda radicalmente quando a dinâmica do deslocamento expansionista e a acumulação tranquila do capital sofrem uma interrupção importante, que traz consigo, com o passar do tempo, uma crise estrutural potencialmente devastadora [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 332). Nesta fase, tem-se o “[...] sistema do capital plenamente desenvolvido [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 101), e agora, “[...] sob a forma da produção de mercadorias universalmente difundida[...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 207), ou seja, com sua expansão já realizada em nível mundial, segundo Mészáros (2011), não é mais possível oferecer as saídas que antes eram suficientes para sua manutenção como relação social e encontrando-se diante dos seus limites absolutos de viabilidade como sistema social.

Esta demarcação é indispensável e central nas análises que Mészáros realiza. Além disso, as duas fases do movimento do capital têm determinação essencial nos desdobramentos de todas as suas formulações cruciais no livro *Para além do capital*. Por esse motivo, considera-se, nesta tese, que as fases do movimento do “sistema do capital” descritas anteriormente representam os pressupostos da leitura da realidade feita pelo autor.

1 A PRIMEIRA PARTE DE *PARA ALÉM DO CAPITAL: O PONTO DE PARTIDA DA CONSTRUÇÃO DO UNIVERSO CATEGORIAL DE MÉSZÁROS*

Um dos principais pilares da obra de Mészáros é o que o autor chama de “a sombra da incontrolabilidade” – título da Parte I desse livro –, momento em que esse autor expõe uma das principais teses de sua obra: “a ativação dos limites absolutos do capital”. Inclusive, esse é o título do Capítulo Cinco, que encerra a Parte I do referido livro. A incontrolabilidade do sistema do capital tem, a partir de 1970⁵, sua “sombra” cada vez mais escurecida e, ao mesmo tempo, não há nada que o próprio sistema do capital possa fazer para apresentar uma alternativa que traga luz e aponte para a saída de seus “limites”, considerados como “absolutos”, segundo Mészáros (2011).

Nos cinco capítulos que constituem a Parte I dessa obra, o autor húngaro apresenta o conteúdo do que compreende ser o incontrolável sistema do capital, comprovado a partir dos elementos constitutivos da “ativação dos limites absolutos do capital” (MÉSZÁROS, 2011, p. 216). Para esse autor, a incontrolabilidade do capital é validada pela comprovação de que os limites absolutos do capital foram ativados. Essa validação teve início a partir de 1970, quando se iniciou também a “crise estrutural do capital”:

A sombra da incontrolabilidade [...] está cada vez mais escura. Sob as condições de sua ascendência histórica, o capital **teve condições de administrar os antagonismos internos de seu modo de controle por meio da dinâmica do deslocamento expansionista**. Agora estamos diante não apenas dos antigos antagonismos do sistema, mas também da condição agravante de que a dinâmica expansionista do deslocamento tradicional também se tornou problemática e, em última análise, inviável (MÉSZÁROS, 2011, p. 343, grifo nosso).

É assim que o autor encerra a primeira parte de sua principal obra. Como se pode observar, um rol de categorias é utilizado: crise estrutural, incontrolabilidade e limites absolutos, por exemplo. Faz-se necessário compreender o conteúdo que constitui cada uma destas categorias, de acordo com a própria lógica de pesquisa e exposição de Mészáros.

⁵ Este processo tem, na base e na continuidade, a crise estrutural do capital. Esta categoria tem bastante importância para o autor. Ela demarca o movimento de incontrolabilidade do capital e, como desdobramento, ativa os limites absolutos deste sistema. Discutir-se-á a fundo tal categoria na sequência desta tese.

Contudo, é fundamental entender, inicialmente, em que consiste a matriz dessas categorizações. Para isso, respalda-se no indicativo basilar encontrado em Mészáros quando escreve sobre os “deslocamentos expansionistas” que ocorreram na “ascendência histórica do capital”. Esse é um dos elementos comprovativos da caracterização de uma fase do movimento do capital. Esta fase seria distinta do “agora”, outra fase, que o autor demarca em seu texto como ponto de transição de diferentes fases do movimento do capital. A caracterização do “agora” teria sua raiz na “crise estrutural”, demarcando a diferença entre o capital do século XIX e o do capital a partir do século XX. Seria essa a “condição agravante”. Observe-se adiante.

1.1 SOBRE AS ALTERAÇÕES HISTÓRICAS: DA FASE INCIPIENTE PARA A FASE DO SISTEMA DO CAPITAL PLENAMENTE DESENVOLVIDO

São escassas as tentativas de compreender o conjunto de conceitos e categorias de Mészáros cotejando com o referencial marxiano. Contudo, isso não é estranho, haja vista a própria explicação de Mészáros, que afirma realizar o que ele chama de “apropriação criativa” das compreensões de Marx. Considera que “[...] em qualquer apropriação criativa da concepção original de Marx, várias considerações importantes não podem ser esquecidas. A *primeira* diz respeito à exigência de nos orientarmos pelo *espírito* de sua obra [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 520).

Nota-se que Mészáros, em sua análise, pressupõe que se “modifique significativamente” alguns aspectos das compreensões de Marx. Isso é justificado pelo autor húngaro por considerar que as alterações entre os séculos XIX e XX provocaram modificações no movimento do capital que não poderiam ser identificadas por Marx, pois isso era inexistente durante sua vida. Mészáros considera que tais mudanças históricas nas relações sociais tornou-as completamente diferentes das quais as proposições de Marx foram definidas:

Apelar ao espírito da obra de Marx, portanto, significa antes de tudo, empreender a crítica interna necessária, nas palavras do próprio Marx, isto é, a “modificação significativa” de algumas proposições específicas, à luz da teoria como um todo e, portanto, a remoção de todas as “abstrações” e unilateralidades removíveis (MÉSZÁROS, 2011, p. 521).

Mas tudo isso, sob uma perspectiva marxista e revolucionária, tal como compreendido por Mészáros. Não há dúvidas de que Mészáros compreendia as tentativas antimarxistas de ir para além de Marx. Em uma nota de rodapé, ele retoma uma citação de Sartre sobre esse tema:

Os períodos de criação filosófica são raros. Entre o século XVII e o XX, eu vejo três períodos que designarei pelos nomes dos homens que os dominaram: há o “momento” de Descartes e Locke, o de Kant e Hegel e, finalmente, o de Marx. Estes três filósofos se transformaram, cada um no seu momento, no húmus de todo pensamento particular e no horizonte de toda cultura; **não há como ir além deles enquanto o homem não tiver ido além do momento histórico que eles expressam**. Eu tenho com frequência observado que um argumento “antimarxista” é apenas aparentemente o rejuvenescimento de uma ideia pré-marxista. Um assim dito “ir para além” do marxismo será, na pior das hipóteses, apenas um retorno ao pré-marxismo, na melhor, a redescoberta de um pensamento já contido na filosofia que se acredita ter ultrapassado (SARTRE, apud MÉSZÁROS, 2011, p. 396, grifo nosso).

Por isso, o autor húngaro se apresenta como uma forma marxista de ir para além de Marx, e isso com uma justificativa extensa ao longo de sua obra. Tudo para que não restem dúvidas de que não se tratava de uma crítica moral a Marx e seus escritos.

Em sua obra, Mészáros dedica boa parte do texto para apresentar novas categorias que surgem a partir das mudanças históricas ocorridas no movimento do capital no século XX. É interessante fazer-se aqui uma pequena digressão: mesmo considerando *O Capital e Grundrisse – Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie*, em português *Elementos fundamentais para a crítica da economia política*, conhecido simplesmente como *Grundrisse* –, como as “[...] obras mais importantes de Marx [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 54), o autor húngaro afirma que “[...] todo o projeto surgiu a partir da análise da crítica da alienação de Marx [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 44). Em sua obra *A Teoria da alienação em Marx*, este autor reivindica a categoria “alienação” dos *Manuscritos econômico-filosóficos*, de 1844, de Marx, compreendendo-a como pedra angular da concepção marxiana. Para Mészáros:

[...] não só não é verdade que, quando começou a se interessar pelos problemas da economia política, Marx deu as costas para o conceito de alienação: exatamente o contrário disso é verdade. Com efeito, assim que percebeu que a alienação econômica era o elo comum de todas as formas de alienação e desumanização, tornou-se impossível para ele *não* adotar o

conceito de alienação – esse denominador comum estrutural – como centro de referência de toda a sua concepção (MÉSZÁROS, 2016, p. 217)⁶.

Já no primeiro capítulo, intitulado “A Quebra do encanto do ‘capital permanentemente universal’”, Mézszáros, no item 1.2, “A primeira concepção global – sobre a premissa do ‘fim da história’”, escreve que Marx foi o primeiro a mensurar a lógica destrutiva da expansão do capital e faz a seguinte citação, retirada da *Collected Works*, de uma versão publicada em 1975:

No desenvolvimento das forças produtivas surge uma etapa em que se criam estas forças e os meios de inter-relacionamento, sob os quais as relações existentes apenas prejudicam e já não são forças produtivas, mas *destrutivas*. [...] No sistema da propriedade privada, essas forças produtivas se desenvolvem de forma apenas unilateral e, em sua maioria, tornam-se forças destrutivas. Deste modo, as coisas chegam a tal situação que as pessoas são obrigadas a apropriar-se da totalidade das forças produtivas existentes, não somente para realizar sua própria atividade, mas também *para simplesmente salvar a própria existência* (MARX apud Mézszáros, 2011, p. 58).

A partir disso, este autor tece as seguintes considerações:

Quando Marx escreveu estas linhas em 1845, as forças destrutivas por ele identificadas ainda estavam muito longe do pleno desenvolvimento. Suas diversas obras, que levam o subtítulo de “Crítica da economia política”, representaram a busca de uma força equilibradora com a qual se pudesse deter a destrutiva lógica autoexpansionista do capital e libertar os indivíduos sociais, por sua própria *autoatividade*, daquela *força alienante* que não apenas os controlava, mas, em última análise, ameaçava a própria existência da humanidade. **As forças destrutivas da ordem da produção do capital já não são, em nossos dias, apenas potencialidades ameaçadoras, mas realidades onipresentes.** Hoje, o funcionamento “normal” e a contínua expansão do sistema do capital são inseparáveis do exercício irrestrito das “forças produtivas-destrutivas unilateralmente desenvolvidas” que dominam a nossa vida, não importa quão catastróficos sejam seu já visível impacto e os riscos para o futuro – até bem maiores do que reconheciam os ambientalistas socialistas. Apesar de todas as recaídas e reveses históricos que tendem a reforçar o “positivismo acrítico”, a tarefa de quebrar o encanto do “capital permanente universal” de Hegel permanece dentro da agenda histórica. **O que realmente torna a situação de hoje particularmente grave em relação à época de Marx é que a presente articulação do capital como um sistema global, na forma da acumulação de suas forças repressivas e interdependências paralisantes, nos coloca diante do espectro da *incontrolabilidade total*** (MARX apud Mézszáros, 2011, p. 58-59, grifos nossos).

Mézszáros demarca seu objetivo: mostrar que as alterações no conjunto das relações sociais do século XIX e do XX produziram diferenças que Marx não

⁶ Na análise no Capítulo 5 da presente tese, este tema será aprofundado.

conseguiu analisar, e isso teria causado várias lacunas em seus escritos. A compreensão do autor húngaro é a de que o pleno desenvolvimento das forças destrutivas do capital só se manifestou após os escritos de Marx. Com isso, Mészáros traça suas categorias, por exemplo, a incontrolabilidade do capital. O autor afirma que, pelas condições objetivas expansionistas, as crises do capital poderiam ser administradas. O capital deslocava suas crises, segundo ele, no processo de expansão. Veja-se adiante.

Relacionado ao todo problemático dos limites absolutos do capital, a incontrolabilidade ter-se-ia inserido no conjunto das relações de produção do capital e marcado uma nova etapa dessa relação social. Mas isso, de acordo com Mészáros, não foi possível de ser analisado por Marx, que viveu apenas o momento de ascendência do capital. Assim, Mészáros caracteriza esses dois períodos históricos da seguinte maneira:

[...] Sob as condições de sua ascendência histórica, o capital teve condições de **administrar os antagonismos internos de seu modo de controle por meio da dinâmica do deslocamento expansionista**. Agora estamos diante não apenas dos antigos antagonismos do sistema, mas também da condição agravante de que a dinâmica expansionista do deslocamento tradicional também se tornou problemática e, em última análise, inviável (MÉSZÁROS, 2011, p. 343, grifo nosso).

Essa alteração traria consigo a necessidade de novas categorias explicativas. Além dos limites absolutos, a incontrolabilidade tem o que o autor chama de crise estrutural do capital. Todas essas categorias surgem a partir do século XX, em especial da segunda metade desse século, estão completamente interligadas e compõem parte do universo categorial de Mészáros. O autor húngaro defende que, quando o “deslocamento expansionista” é interrompido pelos próprios limites territoriais, este ativa o início da crise estrutural. Sustenta isso afirmando que nem mesmo a guerra é capaz de dar um novo fôlego para os problemas que começam a aparecer na produção de capital. Identifica que, em síntese, um novo elemento ganha dimensões crônicas e coloca a vida de todo o funcionamento do capital em perigo: o desemprego. A respeito disso Mészáros (2011) escreve:

[...] a situação muda radicalmente quando a dinâmica do deslocamento expansionista e a acumulação tranquila do capital sofrem uma interrupção importante, que traz consigo, com o passar do tempo, uma crise estrutural potencialmente devastadora. O realinhamento violento das relações de forças por duas guerras mundiais entre as potências

capitalistas mais importantes durante o século XX demonstrou claramente, neste aspecto, o nível dos cacifes em jogo. Assim, quando as contradições crescentes do sistema não puderem mais ser exportadas por meio de uma confrontação militar maciça como a experimentada em duas guerras mundiais, nem puderem ser dissipadas internamente pela mobilização de recursos humanos e materiais da sociedade para se preparar para uma guerra próxima [...], então o desemprego em massa começa a lançar uma sombra realmente ameaçadora, não somente sobre a vida socioeconômica de um ou outro país, mas sobre todo o sistema do capital. Pois uma coisa é imaginar o alívio ou a remoção do impacto negativo do desemprego em massa de um, ou mesmo mais de um, país particular – mediante a transferência de sua carga para alguma outra parte do mundo, ao “melhorar a posição competitiva” do país ou dos países em questão: um remédio tradicional nos textos, de que até hoje se ouve falar. Entretanto, outra coisa completamente diferente é sonhar com essa solução quando a doença afeta todo o sistema, estabelecendo um limite óbvio ao que um país pode fazer para “mendigar ao vizinho”, ou mesmo o resto do mundo, caso se trate do país hegemônico mais poderoso, caso dos Estados Unidos no período posterior à Segunda Guerra Mundial. Sob essas circunstâncias, ativa-se a **“explosão populacional”, sob a forma de desemprego crônico, como um limite absoluto do capital** (MÉSZÁROS, 2011, p. 332-333, grifos nossos).

No processo de expansão e acumulação de capital, o desemprego era uma ameaça latente no decorrer dos anos de desenvolvimento desse sistema e criava o exército de reserva, que fazia parte do funcionamento saudável do capital. O gerenciamento do capital por meio dos ainda possíveis “deslocamentos expansionistas”, foi uma alternativa pontual e característica da primeira fase do movimento do capital, como afirma Mézáros (2011):

[...] no passado muitos problemas graves podiam ser adiados, estendendo-se a escala de invasão do sistema a todos os territórios ainda não controlados e, ao mesmo tempo, aumentando o cacife entre os principais poderes envolvidos. Agora não há mais lugar para garantir, na escala adequada, o necessário deslocamento expansionista [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 242).

Neste contexto, o desemprego era considerado pontual e temporário. Contudo, conforme viu-se na citação anterior, que se repete ao longo do texto de Mézáros (2011), isso deixa de ser temporário e passa a ser crônico quando a alternativa utilizada de deslocamento das contradições do capital por meio de sua expansão tem uma interrupção e o desemprego deixa de ser parte constituinte do funcionamento saudável do capital e passa a ser um dos limites absolutos desse sistema.

Aos poucos, mas de forma muito clara e incisiva, o autor húngaro apresenta as justificativas para datar os escritos de Marx: as mudanças históricas de predominante alteração de um movimento expansionista de deslocamento das crises

e contradições do capital para a entrada em sua crise estrutural e ativação de seus limites absolutos. Para Mészáros (2011):

As coisas mudaram bastante nessas últimas décadas, em relação ao passado expansionista. O deslocamento das contradições internas do capital podia funcionar com facilidade relativa na fase da ascendência histórica do sistema. Sob tais condições, era possível tratar de muitos problemas varrendo-os para baixo do tapete das promessas não cumpridas, como a modernização no “Terceiro Mundo” e uma prosperidade bem maior nos países “metropolitanos”, afirmada com base na expectativa da produção de um bolo que cresceria infinitamente. Todavia, a consumação da ascendência histórica do capital altera radicalmente a situação. A esta altura, já não é mais plausível fazer novas séries de promessas vazias, mas as velhas promessas devem ser varridas da memória, e determinadas conquistas reais das classes trabalhadoras nos países capitalistas avançados devem ser “roladas”, no interesse da sobrevivência da ordem socioeconômica e política vigente (MÉSZÁROS, 2011, p. 92).

A demarcação de uma alteração histórica do sistema do capital dividido em duas fases, ascensão e consumação, são os aspectos centrais no conjunto de formulações de Mészáros em *Para além do capital*. A partir dos elementos apresentados até o momento, seguir-se-á para as minúcias de cada uma destas fases, tal como compreende o referido autor.

Em síntese, tem-se até o momento que: i) Os deslocamentos expansionistas das crises na fase de ascensão do capital e a crise estrutural do sistema do capital em sua fase de consumação são os elementos centrais que caracterizam as alterações entre os séculos XIX e XX; ii) Marx, dessa forma, teria realizado suas pesquisas em uma fase em que o movimento do capital estava em ascensão, ou seja, na primeira fase descrita por Mészáros. E, portanto, em uma fase incipiente do movimento do capital; iii) Mészáros seria, então, o autor das sínteses necessárias do capital plenamente desenvolvido, que, em sua formulação, dá-se na segunda fase do movimento do capital.

1.2 MÉSZÁROS E O EXAME DOS ESCRITOS DE HEGEL E MARX

“A sombra da incontrolabilidade”, primeira parte de *Para além do capital*, tem como conteúdo os elementos que fundamentam uma das principais teses de Mészáros: a incontrolabilidade do capital. Tal movimento de incontrolabilidade tem na crise estrutural sua forma mais desenvolvida e destrutiva de manifestação.

Fundamentado nos pressupostos que se identificaram anteriormente, Mészáros inicia sua análise demarcando seu posicionamento acerca do referencial hegeliano. Isso tem uma intencionalidade, como se observará. O autor húngaro afirma que foi necessário aprender com Hegel, por um lado, e por outro criticar radicalmente suas posições “[...] eternizadoras do capital [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 53).

Nestes termos, considerando a perspectiva de classe que os autores abarcam sob a ótica dos capitalistas ou dos trabalhadores, o autor húngaro aponta que Hegel teria seu método situado na perspectiva da burguesia, e Marx, na dos trabalhadores. É por essa razão que Mészáros (2011) apresenta o que considera ser “restrições” que Marx fez ao pensamento hegeliano:

[...] **desde o instante em que entrou nessas discussões, Marx introduziu algumas importantes restrições.** Ao expressar suas reservas fundamentais em relação a Hegel e seus seguidores, **ele também tentou preservar e aperfeiçoar a predisposição radicalizadora dos “jovens hegelianos”;** assim, Marx definiu a meta emancipadora da filosofia como algo que não apenas explorava plenamente o potencial crítico da abordagem do próprio Hegel, mas como necessidade historicamente emergente de ir além do que se poderia conter dentro dos limites do sistema hegeliano (por mais esticados que fossem) (MÉSZÁROS, 2011, p. 53, grifos nossos).

Além das restrições que Mészáros identifica na posição de Marx sobre Hegel, sinaliza para a tentativa de Marx preservar e aperfeiçoar a radicalidade dos jovens hegelianos. Radicalidade esta que se tornou um problema para os hegelianos, que enfrentaram resistência da própria classe que representavam. Foi necessário, para a classe capitalista, buscar sua forma de expressão teórica em proposições explicitamente “anti-históricas” segundo Mészáros. Tal aspecto é exposto quando Mészáros (2011) ressalta que:

[...] Depois das revoluções de 1848/1849, o potencial radicalizante da filosofia de Hegel se tornou um grande problema até mesmo para os membros da burguesia liberal que anteriormente pensaram poder apoiar seu próprio zelo reformista em argumentos derivados da obra do grande filósofo alemão. Por esta razão, tanto a *metodologia dialética* como a *concepção histórica* do “idealismo objetivo” foram abandonadas em prol de uma orientação neokantiana grotescamente esvaziada, totalmente subjetivista e muitas vezes até explicitamente anti-histórica (MÉSZÁROS, 2011, p. 54).

Para Mészáros, o acirramento da luta de classes no período de 1848/1849 levou a burguesia a abandonar o referencial hegeliano, extremamente radical na concepção desta. Não bastava afirmar que as relações capitalistas eram

“eternizantes”, neste momento, era necessário ir além e apagar qualquer resquício de dialética na análise histórica.

De acordo com Mészáros (2011):

[...] A filosofia de Hegel foi originalmente concebida em circunstâncias históricas de grandes conflitos sociais e – apesar dos ajustes conservadores de seu autor em seus últimos anos – jamais perderia as marcas de uma era dinâmica de transição [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 54).

Estas marcas na teoria hegeliana seriam as justificativas, na visão do autor húngaro, para o abandono dessa teoria por parte da classe capitalista. Contudo, Mészáros considera que a parte mais importante do referencial hegeliano, pessoalmente para Marx e para o projeto socialista revolucionário, dizia respeito “[...] à base real de onde emergiram as afinidades entre as teorias de Hegel e Marx sob circunstâncias históricas determinadas [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 55). É este contexto histórico que precisa ser considerado, segundo o autor húngaro, na análise das formulações dos autores alemães. Tanto é verdade que o abandono, por parte da burguesia, da teoria hegeliana se deu logo após a intensificação da luta de classes, especificamente da revolução burguesa do século XIX. Ou seja, o terreno da fundamentação objetiva dos escritos de Marx e de Hegel eram os mesmos no que se refere a períodos de transição históricas. Daí o significado de tais afinidades, que iriam marcar os escritos de Marx em sua totalidade.

É assim que Mészáros (2011) define o processo de formulação de Hegel:

Exatamente como Adam Smith, **Hegel adotou o ponto de vista do capital**, incorporando com grande sensibilidade os princípios fundamentais da economia política de Smith em sua própria magistral concepção filosófica. Todavia, precisamente nos anos mais importantes de sua formação intelectual, **Hegel foi também um contemporâneo da Revolução Francesa de 1789 e de todos os levantes sem precedentes históricos que a seguiram – dotados, pela primeira vez na história, de um sentido significativamente global. Assim, ele não poderia deixar de atribuir à categoria dialeticamente definida da *contradição* um lugar de importância central em seu sistema, ainda que tratasse as relações sociais incorporadas nessa categoria de forma extremamente abstrata e idealista**, atenuando assim suas implicações explosivas no modo de reprodução sociometabólica do capital [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 55, grifos nossos).

O autor húngaro enfatiza as condições objetivas enfrentadas pela sociedade que estavam sendo analisadas por Hegel: um contexto de intensas lutas; um período de transição. Assim, era terreno fértil para a elaboração de suas análises. Mesmo

aquelas sob o ponto de vista do capital não poderiam desconsiderar as contradições emergentes do sistema do capital. É exatamente isso que Mészáros (2011, p. 55) destaca: “[...]o que deve ser enfatizado aqui é a importância do simples fato de que uma filosofia concebida do ponto de vista do capital, em determinado estágio do desenvolvimento histórico, tenha reconhecido os antagonismos históricos objetivos [...]”.

O “ponto de vista do capital”, para Mészáros, é a parte central da constituição do método de investigação hegeliano. E mais: é o contexto histórico que possibilita as formas mais aprofundadas de leitura do real. Conforme Mészáros (2011), no contexto vivenciado por Hegel, era impossível deixá-lo fora da análise, mesmo que se identificasse:

[...] a presença de alguns defeitos estruturais na ordem social estabelecida. Foi por isto que no final das contas Hegel teve de se tornar um “cachorro morto” para sua própria classe e sua visão histórica pioneira teve de ser inteiramente abandonada (MÉSZÁROS, p. 56, grifo nosso).

Mészáros (2011) segue na exposição dos elementos matriciais da concepção hegeliana, descrevendo que:

[...] No momento em que encerrou *A fenomenologia do espírito*, residia em Lena e testemunhou a vitória de Napoleão nos morros vizinhos, comentando que vira o “Espírito do Mundo” realizando seu projeto montado num cavalo. **E, mais importante ainda, ele também testemunhou, com razoável capacidade de previsão, a emergência da classe trabalhadora como força política e social independente que, mesmo de forma hesitante, começava a agir em seu próprio nome e não mais apenas como parte subordinada do “Terceiro Estado”** (MÉSZÁROS, 2011, p. 57, grifo nosso).

É a partir disso que Hegel teria formulado a proposição “[...] da autorrealização do Espírito do Mundo, culminando, no plano do esforço humano, na ordem última do *capital permanente universal*” (MÉSZÁROS, 2011, p. 57). Tal afirmação é feita por Mészáros para apresentar, agora, não mais as afinidades do contexto histórico vivenciado por Hegel e Marx, e sim os contrastes interpretativos. Para Mészáros (2011):

O contraste com a interpretação de Marx acerca do desenvolvimento histórico em curso não poderia ser maior. A adoção por Hegel do capital como horizonte absoluto insuperável e como a culminação da história do homem e suas instituições concebíveis, coroado pelo Estado “germânico” capitalista (a encarnação do “princípio do Norte” de Hegel), orientou o

“positivismo acríptico” do grande dialético para a ordem estabelecida (MÉSZÁROS, 2011, p. 57, grifo nosso).

Este seria o ponto marcante da separação entre Marx e os escritos de Hegel, uma vez que, para Marx, o capital não era, na concepção de Mézszáros (2011, p. 58), “[...] uma *terminação* inalterável do processo histórico [...]”, mas “[...] um *movimento dinâmico* que, mesmo com sua aparentemente irresistível *lógica global expansionista*, deveria ser considerado transitório”.

Assim como o ponto de vista do capital é a característica predominante dos escritos hegelianos, o ponto de vista contra o capital determinará o método marxiano. Mézszáros (2011) explica essa questão da seguinte forma:

[...] Portanto, é irônico, para não dizer absurdo, que Marx tenha sido acusado de “otimista com estrelas nos olhos,” um “crente ingênuo” numa “natureza humana” benevolente e (segundo Hayek e outros) iludido pela visão do “nobre selvagem”. **Pois, ao contrário de todos os tipos de positivismo acríptico, inclusive aqueles que, tal como a filosofia de Hegel, o projetavam com resignação contemplativa, Marx foi precisamente o primeiro a avaliar as devastadoras implicações do impulso irrefreável do capital para a autoexpansão [...]** (MÉSZÁROS, 2011, p. 58, grifo nosso).

No entanto, não podemos deixar de demarcar que os textos de Marx, considerados para tais explicações de Mézszáros, são os *Escritos de 1845*. Mesmo sendo o primeiro a expor com maestria a lógica destrutiva do capital, Marx não vivenciou, sempre de acordo com Mézszáros (2011, p. 58), “[...] o pleno desenvolvimento” das forças destrutivas por ele identificadas. Sobre Marx, Mézszáros (2011) explica:

Suas diversas obras, que levam o subtítulo de “Crítica da economia política”, representaram a busca de uma força equilibradora com a qual se pudesse deter a destrutiva lógica autoexpansionista do capital e libertar os indivíduos sociais, por sua própria *autoatividade*, daquela *força alienante* que não apenas os controlava, mas, em última análise, ameaçava a própria existência da humanidade. **As forças destrutivas da ordem da produção do capital já não são, em nossos dias, apenas potencialidades ameaçadoras, mas realidades onipresentes. Hoje, o funcionamento “normal” e a contínua expansão do sistema do capital são inseparáveis do exercício irrestrito das “forças produtivas-destrutivas unilateralmente desenvolvidas” que dominam a nossa vida, não importa quão catastróficos sejam seu já visível impacto e os riscos para o futuro – até bem maiores do que reconheciam os ambientalistas socialistas.** Apesar de todas as recaídas e reveses históricos que tendem a reforçar o “positivismo acríptico”, a tarefa de quebrar o encanto do “capital permanente universal” de Hegel permanece dentro da agenda histórica. **O que realmente torna a situação de hoje particularmente grave em relação à época de Marx é que a presente articulação do capital como um sistema global, na forma da acumulação**

de suas forças repressivas e interdependências paralisantes, nos coloca diante do espectro da incontrolabilidade total (MÉSZÁROS, 2011, p. 58-59, grifos nossos).

Esse destaque, feito por Mézáros, entre as diferenças do período vivido por Marx e o da atualidade histórica do capital é uma constante na obra do autor húngaro. Marx vai para além de Hegel por considerar a perspectiva dos trabalhadores, característica fundamental para que sua leitura fosse mais próxima da realidade objetiva. Contudo, pelas características históricas e transitórias do período de ascensão do capital, Marx não identificou, na concepção de Mézáros, a universalidade do sistema do capital. É interessante ressaltar que, mesmo considerando a posição radicalmente contra o capital como parte primordial do método marxiano, os limites históricos do período analisado por Marx impossibilitaram o aprofundamento de sua análise. Ou seja, como Mézáros considera a base real, o contexto histórico vivenciado e analisado pelos autores como fonte matricial de suas elaborações aponta que seu próprio período histórico é o que vai diferenciar suas análises das que foram feitas anteriormente, mas sob o mesmo ponto de vista de Marx: contra o capital.

Não são poucas as páginas destinadas por Mézáros para apresentar sua compreensão do sistema teórico hegeliano, que ocupa lugar especial na primeira parte de sua obra *Para além do capital*. Isso se justifica porque, para Mézáros, Hegel foi o primeiro a assumir suas proposições determinantes sobre a concepção global relacionada à sociedade do capital como o “fim da história”.

Mézáros compreende que Hegel foi o autor que melhor conseguiu inserir em sua teoria os três problemas fundamentais acerca do desenvolvimento da consciência histórica. Estes problemas, que foram considerados por Hegel, são segundo Mézáros (2011):

1) a determinação da *ação* histórica; 2) a percepção da mudança não como simples lapso de tempo, mas como um movimento de caráter intrinsecamente *cumulativo*, implicando alguma espécie de avanço e desenvolvimento; 3) a oposição implícita ou consciente entre a universalidade e a particularidade, visando obter uma *síntese* de ambas, de modo a explicar historicamente eventos relevantes em termos de seu significado mais amplo que, necessariamente, transcende sua especificidade histórica imediata (MÉSZÁROS, 2011, p. 59).

Esses aspectos não foram considerados em períodos anteriores em função do próprio movimento das sociedades de classes. Apenas no período de ascensão da

burguesia ao poder é que tais problemas são passíveis de questionamento. E Hegel, na concepção de Mészáros, é o primeiro que sistematiza isso. Conforme Mészáros (2011):

[...] a primeira concepção global da história, tentando sintetizar a dinâmica histórica em sua integridade como processo de “autodesenvolvimento”, só apareceu na filosofia de Hegel. Muito além até mesmo de seus maiores predecessores neste terreno, como Vico e Kant, Hegel ofereceu uma narrativa de eventos e transformações reais da história em termos das necessidades subjacentes de uma *história do mundo* que se desenrolava e da concretização da liberdade (MÉSZÁROS, 2011, p. 60, grifo nosso).

No entanto, aponta Mészáros, a percepção de Hegel foi compatível com seu ponto de vista social. A partir disso, a filosofia hegeliana foi a “[...] tentativa mais coerente de satisfazer todos os três critérios da legítima concepção histórica acima mencionada [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 60).

E Mészáros (2011) reafirma os limites da análise de Hegel em função do seu ponto de vista:

Entretanto, assim como os grandes economistas políticos ingleses e escoceses, **Hegel se identificava com o ponto de vista do capital, com todas as suas inevitáveis limitações. Com isso, ele não poderia conceituar a história como algo irreprimivelmente aberto.** Os determinantes ideológicos de sua posição estipulavam a necessidade de conciliação com o presente e daí o arbitrário *encerramento* da dinâmica histórica no quadro da “sociedade civil” capitalista e de sua formação do Estado [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 61, grifo nosso).

Foi o ponto de vista hegeliano, assumindo a perspectiva do capital, que inviabilizou e tornou sua análise insuficiente. Por considerar o sistema do capital como a melhor e única forma possível de organização da produção social da vida, Hegel teve a “[...] necessidade ideológica de justificar tal encerramento da história [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 61).

Esse é um dos exemplos que Mészáros utiliza para ilustrar tal afirmação ao tratar do tema da globalização. Sob o ponto de vista do capital, explica Mészáros, a globalização é entendida como processo natural de expansão do capital, e sua realização em escala global demarcaria o fim da história. Para Mészáros (2011), foi Hegel quem, de forma idealista, enfatizou essa questão em suas obras:

A filosofia da história e A filosofia do direito. Em *A filosofia da história*, depois de examinar o rumo do desenvolvimento histórico do mundo e após definir sua essência como “a necessidade Ideal de *transição*”, curiosamente Hegel concluiu que “A História do Mundo viaja do Oriente para o Ocidente, pois a *Europa é absolutamente o fim da história*”. **Assim, não há mais transição, pois atingimos “absolutamente o fim da história”, após o que só se pode pensar em ajustes mínimos na ordem do Espírito do Mundo, a que finalmente se chegou.** Para Hegel, dizer isto não era uma questão de contingência histórica contestável, mas o próprio “*destino da Razão*” em si (MÉSZÁROS, 2011, p. 64, grifo nosso).

Para se contrapor a isso, sob a ótica dos trabalhadores, o autor húngaro apresenta uma outra concepção, evidenciando os traços marcantes da expressão do que significa ser a globalização. Mézáros (2011) escreve que:

[...] É melhor que se deixe fora de qualquer questionamento legítimo o fato de que o processo de globalização, como de fato o conhecemos, se afirme reforçando os centros mais dinâmicos de dominação (e exploração) do capital, trazendo em sua esteira uma desigualdade crescente e uma dureza extrema para a avassaladora maioria do povo, pois as respostas de um escrutínio crítico poderiam entrar em conflito com as políticas seguidas pelas forças capitalistas dominantes e seus colaboradores espontâneos no “Terceiro Mundo”. **No entanto, com essa globalização em andamento, que se apresenta como muito benéfica, nada se oferece aos “países subdesenvolvidos” além da perpetuação da taxa diferenciada de exploração [...]** (MÉSZÁROS, 2011, p. 64, grifo nosso).

Interessa aqui demonstrar a maneira pela qual esse autor se contrapõe à lógica “naturalizante” e benéfica da compreensão de globalização. Para isso, Mézáros (2011) apresenta dados da realidade que explicam o que considera ser a taxa diferenciada de exploração, categoria central em sua explicação das implicações trazidas pela globalização capitalista:

[...] Isto está muito bem ilustrado pelos números reconhecidos até mesmo pela revista *The Economist* de Londres, segundo a qual, nas fábricas norte-americanas recentemente estabelecidas na região da fronteira **norte do México, os trabalhadores não ganham mais do que 7 por cento do que recebe a força de trabalho norte-americana para fazer o mesmo trabalho na Califórnia [...]** (MÉSZÁROS, 2011, p. 64, grifo nosso).

Dessa forma, para Mézáros, a comparação dos salários dos trabalhadores de diferentes países do capital – subdesenvolvidos e avançados – é a expressão mais clara do que significa a globalização. Somente é possível pagar melhores salários para os trabalhadores dos países capitalistas avançados porque há salários super reduzidos em países subdesenvolvidos. E Mézáros (2011) conclui nesta confrontação à lógica capitalista de globalização:

[...] Assim, tanto pior para os trabalhadores mexicanos que este sublime desígnio do “Espírito do Mundo” lhes tivesse atribuído uma posição eternamente subordinada e pauperizada no grande esquema das coisas. Nada se poderia fazer para remediar isso sem violar as exigências da própria Razão. E nada seria considerado mais censurável do que tentar fazê-lo (MÉSZÁROS, 2011, p. 64, grifo nosso).

Essa é, de acordo com o autor húngaro, “[...] a maneira de Hegel dizer: ‘*Não há alternativa!*’[...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 65). E Mézáros (2011) problematiza tal situação da seguinte forma:

[...] No entanto, a questão é: estaremos realmente destinados a viver para sempre sob o encantamento do sistema global do capital, glorificado em sua conceituação hegeliana, resignados – como nos aconselhou ele em sua referência poética à “coruja de Minerva que só abre suas asas com o cair do crepúsculo” – à tirânica ordem exploradora de seu Espírito do Mundo? (MÉSZÁROS, 2011, p. 65).

Para oferecer elementos necessários na fundamentação da resposta à questão elaborada, Mézáros (2011) explica parte de sua forma de caracterização do sistema do capital:

O caso é que – não devido às inalteráveis determinações ontológicas, mas como resultado da divisão do trabalho historicamente gerada e mutável, que continua prevalecendo sob todas as formas concebíveis do domínio do capital – **os indivíduos são mediados entre si e combinados em um todo social antagonicamente estruturado por meio do sistema estabelecido de produção e troca. Este sistema é regido pelo imperativo do valor de troca em permanente expansão a que tudo o mais** – desde as necessidades mais básicas e mais íntimas dos indivíduos até as variadas atividades produtivas materiais e culturais em que eles se envolvem – deve estar rigorosamente subordinado: é o imencionável tabu ideológico das formas e estruturas realmente assumidas pela perversa mediação institucional e material sob o sistema do capital que faz Hegel ir atrás do postulado da mediação direta da individualidade particular graças a uma fictícia universalidade abstrata, de modo a extrair dela com miraculosa destreza o “capital permanente universal” como entidade inteiramente des-historicizada (MÉSZÁROS, 2011, p. 67, grifo nosso).

Para Mézáros, é o valor de troca que subordina todas as coisas e deve estar em processo de expansão. Em seu universo categorial, essa categoria tem grande importância para a explicação, como ver-se-á ao longo desta tese, do sistema do capital.

Nessa contraposição a Hegel e aos demais defensores da sociedade do capital, Mészáros (2011) explicita ainda que os autores que escrevem sob a ótica do capital:

[...] **evitam circularmente a questão da origem do capital** (em outras palavras, sai de foco a dimensão explorativa da **gênese do capital**, gerado pela “**apropriação do trabalho alienado**”, em permanente *antítese ao trabalho*), o caráter inerentemente *contraditório*, e em última análise explosivo, do conjunto do sistema de capital permanece convenientemente oculto [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 71, grifos nossos).

Mészáros enfatiza que as teorias escritas sob a ótica do capital ocultam suas contradições. Além disso, a origem do capital, sua gênese, está, para Mészáros, fundado na apropriação do trabalho alienado. Assim, as teorizações burguesas acerca do processo de trabalho “[...] não podem ser perturbadas pela noção da dinâmica histórica e do antagonismo objetivo do relacionamento entre capital e trabalho” (MÉSZÁROS, 2011, p. 71).

Esse trabalho alienado é parte constituinte do que o autor húngaro chama de mediações de segunda ordem do capital. Mészáros (2011, p. 71) define essa categoria, inicialmente, apresentando seus elementos constitutivos: “[...] os meios alienados de produção e suas ‘personificações’; o dinheiro; a produção para troca; as variedades da formação do Estado pelo capital em seu contexto global; o mercado mundial [...]”. Tais mediações são próprias do sistema do capital, que, plenamente desenvolvido, tem acumulado todas suas possibilidades destrutivas e “[...] sobrepõem-se, na própria realidade, à atividade produtiva essencial dos indivíduos sociais e na mediação primária entre eles” (MÉSZÁROS, 2011, p. 71).

Este conjunto de argumentos serve para justificar que “[...] apenas um exame crítico radical desse sistema de mediações de segunda ordem historicamente específico poderia mostrar uma saída de seu labirinto conceitual fetichista” (MÉSZÁROS, 2011, p. 71). Todavia, a aceitação acrítica do sistema do capital impossibilita a tomada de consciência “[...] das relações primárias de mediação e se apresentam, em sua “eterna presença” (Hegel), como o ponto de partida necessário que é também, simultaneamente, o ponto final insuperável” (MÉSZÁROS, 2011, p. 71).

O autor húngaro considera como aspecto central para a revolução socialista a superação das mediações de segunda ordem. E isso, em sua concepção, não se

concretizou na história até o momento. A revolução russa, por exemplo, fonte de inúmeras críticas por parte do autor húngaro e considerada como sociedade pós-capitalista de produção de capital, foi marcada por tragédias. Mészáros (2011) afirma que:

[...] o fato de tal revolução – que visava iniciar a necessária transição do reino do capital para uma nova ordem histórica – ter irrompido, nos estágios finais de uma desastrosa conflagração global, “no elo mais fraco da corrente”, só poderia agravar as coisas, além até mesmo das piores expectativas (MÉSZÁROS, 2011, p. 72).

Por hora, chama-se a atenção para o fato de que o arcabouço teórico produzido pelo autor húngaro para analisar o sistema do capital possui as mesmas bases para o entendimento do sistema pós-capitalista de produção de capital. Ressalta-se isso porque a citação anterior tem como contexto a comparação entre as revoluções francesa, inglesa e a revolução russa no que diz respeito às tragédias. Isso não nos parece ser uma coincidência na análise feita por Mészáros.

Ademais, destaca-se que, para se contrapor à perspectiva do capital expressa na teoria hegeliana para o entendimento de globalização, Mészáros apresenta sua própria análise, e não as de Marx. Isso é coerente com sua lógica de compreensão do sistema do capital plenamente desenvolvido, não vivenciado por Marx.

O último item do Capítulo 1, que compõe a primeira parte de *Para além do capital* é dedicado ao que Mészáros considera como a perspectiva inexplorada por Marx, pois trata-se da segunda fase do movimento do capital, ou seja, a consumação da ascendência global do capital, período não vivenciado por Marx. Isso é demasiadamente ressaltado nesta pesquisa, por ser uma constante nos escritos de Mészáros.

Segundo Mészáros, Marx tinha como enfoque principal o desenvolvimento capitalista em sua forma clássica, “[...] que produziu a confiante teorização de seus próprios caminhos “naturais” e uma absoluta legitimidade nos escritos da economia política clássica: o principal alvo teórico de Marx [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 84-85). O autor húngaro considera que Marx não tinha como foco de análise os países subdesenvolvidos. Não analisou “[...] uma classe trabalhadora pequena e até dizimada numa guerra civil [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 85), e sim “[...] o energicamente ascendente proletariado industrial dos países capitalistas dominantes” (MÉSZÁROS, 2011, p. 85).

De forma objetiva, Mészáros baliza as análises de Marx e considera que ele teve como lócus uma fase incipiente do sistema do capital, centrada no pequeno mundo europeu. E isso, de acordo com a percepção do movimento do capital dividido em duas fases. Para Mészáros (2011), em relação a Marx:

[...] **Dado seu enfoque essencial – a “Crítica da economia política”, explicitada nos subtítulos de todas as suas principais obras –, as complicações a serem enfrentadas na ausência de um proletariado industrial forte só poderiam estar à margem de suas preocupações.** E, mesmo quando entraram no horizonte de Marx, nos últimos anos de sua vida, não trouxeram consigo grandes reavaliações teóricas [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 85, grifo nosso).

Infelizmente, as afirmativas de Mészáros são genéricas e não explicitam em quais obras de Marx isso poderia ser validado. Tal proposição seria uma marca característica de Marx, qual seja: a de não se preocupar com a ausência de um proletariado industrial forte e analisar apenas a particularidade dos países desenvolvidos naquele momento específico do movimento do capital.

Mészáros (2011) relata que são as diferentes perspectivas que compunham as características essenciais dos métodos de investigação que deram as bases para as diferenças centrais entre os autores alemães:

[...] Para Marx, o que viciava a filosofia de **Hegel** não era apenas seu idealismo, mas o fato de este compartilhar o **“ponto de vista da economia política”**, o que significava uma postura totalmente acrítica em relação ao capital como controle metabólico da sociedade. E, já que **Marx** adotou o **“ponto de vista do trabalho”** em sua **tentativa** de explicar claramente uma alternativa radical para a ordem estrutural dada, sua concepção de história tinha de ser diametralmente oposta à de Hegel [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 85, grifos nossos).

Em síntese, Mészáros (2011) explana:

Por todas estas razões, **o conceito de Marx do capital como uma ordem histórica que se desenvolvia dinamicamente e a tudo abrangia estava, em sua origem, ligado à concepção de “história do mundo” hegeliana: o domínio da irresistível atividade própria do Espírito do Mundo.** Entretanto, à grande visão idealista de Hegel da história do mundo se desdobrando idealmente, **a interpretação marxista contrapôs um conjunto de acontecimentos e fatos tangíveis, empiricamente identificáveis, que diziam respeito a indivíduos reais em seu ambiente institucional realmente existente** (MÉSZÁROS, 2011, p. 85, grifos nossos).

Para Mészáros, é essa a principal diferença entre Hegel e Marx: o ponto de vista acerca da apreensão do mundo. O ponto de vista é o que marca centralmente a compreensão do método para o autor húngaro.

O problema da perspectiva marxiana, de acordo com Mészáros, era que os aspectos analisados por Marx não tinham relação com o estado real das coisas na maior parte do mundo, sendo algo particular da situação analisada por ele. Mészáros chega a esta constatação após duas citações feitas acerca dos escritos de Marx e Engels, mais uma vez, entre 1845 e 1847, que foram sistematizados nos *Marx e Engels Collected Works*, no Volume 5, nas quais os autores formulam suas concepções materialistas em oposição à concepção hegeliana, e sobre o desenvolvimento universal das forças produtivas como condição para o comunismo. Mészáros (2011) esclarece que:

[...] **O aspecto problemático da visão apresentada nas duas últimas citações** não era sua pertinência em relação ao conjunto da nova época histórica, **mas sua relação com o estado real das coisas na maior parte do mundo no momento de sua concepção [...]** (MÉSZÁROS, 2011, p. 87, grifos nossos).

Em outras palavras, o que Mészáros identifica e generaliza nos escritos de Marx e Engels é, em sua concepção, o caráter de uma análise particular, que não expressa o movimento do real em nível global. Contudo, como viu-se, a discussão sobre a alienação que Marx faz nos *Manuscritos* possui, para Mészáros, um caráter universal. Cabe destacar o que já se apontou no início deste capítulo: que a parte central de tal justificativa reside no fato de que o movimento do capital analisado por Marx e Engels não estava plenamente desenvolvido. Ou seja, esses autores não expressaram o estado real das coisas em nível global porque a globalização do capital só aconteceria anos após suas análises.

Para Mészáros, outra diferença entre Marx e Hegel se dá no tratamento do sistema do capital. Diferente de Hegel, Marx entendia tal sistema como *necessariamente transitório*. O autor húngaro enfatiza que tal afirmação de Marx, como se observou nesta tese, diz respeito aos escritos de Marx até 1847. No lugar desse sistema, o projeto socialista seria realizado. No entanto, Mészáros (2011) afirma que:

Enquanto o capital permanece globalmente dominante, sua “transitoriedade” (ênfatisada por Marx) está sujeita a permanecer apenas latente, pois, não importa o quanto seja problemática sua condição mais profunda, sob as condições de sua dominação global, a falsa aparência da inalterável permanência do sistema do capital marca nitidamente o horizonte da vida cotidiana relativamente calma na **sociedade da mercadoria** (MÉSZÁROS, 2011, p. 88, grifos nossos).

Mészáros destaca uma visão um tanto quanto ingênua de Marx acerca da transitoriedade iminente do sistema do capital para o socialismo. De fato, permanecendo apenas no recorte feito por Mészáros, tal afirmação parece fazer sentido. Todavia, qualquer autor precisa ser analisado pelo que produziu de mais elaborado, e não por fragmentos de textos particulares e secundários.

De fato, Mészáros destaca que a concepção de Marx precisaria ser cotejada com o próprio desenvolvimento do capitalismo em escala global. Isso para validar o recorte feito por Mészáros acerca da iminente transição socialista na perspectiva de Marx. O autor húngaro afirma que “[...] os fatos históricos reais desde a época da morte de Marx produziram algumas limitações dolorosas neste aspecto” (MÉSZÁROS, 2011, p. 88).

Não por acaso, Mészáros buscou n’A *ideologia alemã* mais elementos para comprovar sua tese de que os autores alemães estão datados ao século XIX. Especificamente, a partir de recortes do referido texto, o autor húngaro analisa a categoria usada por Marx e Engels de *simultaneidade*. Veja-se a análise de Mészáros (2011):

[...] Em primeiro lugar, ele indicou que o desenvolvimento universal das forças produtivas sob a regra do capital traz consigo não apenas o “intercâmbio universal” dentro do quadro do mercado mundial, mas também “*em todas as nações simultaneamente*, o fenômeno da massa ‘sem propriedade’ (a competição universal)”. E, em segundo lugar, como corolário do primeiro, ênfatisou que “o comunismo só é possível como ato dos *povos dominantes* ‘todos de uma vez’ e *simultaneamente*”. Quanto ao terreno em que se esperava que os “povos dominantes” atuassem simultaneamente, Marx tinha em mente a Europa (MÉSZÁROS, 2011, p. 88).

A partir disso, Mészáros conclui que a situação é completamente diferente em dois sentidos: i) no que diz respeito ao capital; e ii) em relação ao trabalho. Essas alterações ocorreram no desenvolvimento capitalista que não foi visto por Marx, e Mészáros (2011) explica sobre o primeiro aspecto:

No que diz respeito ao capital, a expansão *imperialista* por um lado e os desdobramentos *monopolistas* pelo outro proporcionam novo alento ao sistema do capital, retardando acentuadamente o momento de sua saturação. Estes conferem enorme vantagem às forças socioeconômicas dominantes sustentadas de todas as formas possíveis, internamente e no exterior, pelo Estado capitalista. Assim, a competição, embora quase impossível de eliminar, torna-se uma ideia um tanto problemática no quadro de um complexo imperialista. Muitas das contradições do sistema competitivo industrial são transferidas para o plano da rivalidade entre os Estados, e as consequências são potencialmente ruinosas, como atestam duas guerras mundiais. Ao mesmo tempo, devido aos desdobramentos monopolistas, as regras da competição podem ser torcidas e voltadas para a vantagem das forças econômicas dominantes. As consequências têm dois aspectos. Em primeiro lugar, os monopólios poderosos adquirem grandes privilégios em todo o mercado mundial. Em segundo, a concentração e a centralização do capital são grandemente facilitadas, em conformidade com os interesses dos monopólios, oligopólios e cartéis dominantes (MÉSZÁROS, 2011, p. 89).

E Mézáros (2011) termina falando sobre o segundo aspecto:

Com relação ao trabalho, as mudanças são muito significativas. Agora, a partir da margem de vantagem diferencial – que rende *taxas diferenciais de lucro* e superlucro –, certa porção pode ser deslocada para a força de trabalho “metropolitana”. É deste modo que a *taxa diferencial de exploração* – sem a qual as necessárias taxas diferenciais de lucro altamente favoráveis não seriam viáveis – torna-se parte integrante do sistema do capital global, tornando problemática, também nesse aspecto, a ideia da ação simultânea pelas classes trabalhadoras dos “povos dominantes” em toda a duração – ainda que temporária – das condições acima descritas (MÉSZÁROS, 2011, p. 89).

Assim, Mézáros pretende criticar a concepção de simultaneidade de Marx e Engels n’A *ideologia alemã*. Para isso, apresenta novamente a categoria de taxa diferencial de exploração e a insere como algo novo em relação à época de Marx. Dessa maneira, compreende que a simultaneidade no movimento de luta parece ser improvável quando, em sua concepção, o desenvolvimento do capital provocou classes trabalhadoras distintas pelo mundo. Nos países desenvolvidos essa classe teria alguns privilégios, possíveis em função da taxa diferenciada de exploração em países subdesenvolvidos. O exemplo que se citou anteriormente ilustra essa compreensão.

Contudo, a simultaneidade na ação dos trabalhadores do mundo apenas se tornaria uma possibilidade quando, em função da crise estrutural, um achatamento dos salários dos trabalhadores dos países centrais os igualaria aos dos trabalhadores dos países subdesenvolvidos. Mézáros aprofundará essa concepção.

O universo categorial de Mézáros vai se constituindo de forma diferente do universo categorial marxiano. Nesse caso, por exemplo, apenas a título de breve

antecipação da análise que se fará neste trabalho, tem-se, com base no referencial marxiano, a seguinte questão: considerando a taxa de exploração, ou taxa de mais-valia, não seria possível que os trabalhadores do centro do sistema fossem submetidos a uma taxa maior de exploração? Para Mészáros, a resposta é negativa. Em nossa análise, apontar-se-á como a mesma questão é respondida por Marx. O que importa agora é evidenciar os elementos centrais que marcam a teoria de Mészáros e destacar que isso terá implicações estratégicas para o movimento socialista.

Com esta exposição, o autor húngaro preparou o terreno para, ao final do primeiro capítulo de *Para além do capital*, apresentar sua posição mais aprofundada sobre a necessidade de ir para além de Marx. Em geral, observar-se-á, nas partes que seguem nesta tese, como Mészáros compreende que as mudanças históricas causaram a necessidade de avaliação teórica dos escritos de Marx. Isso tem como base a compreensão do processo de ascensão do capital, período vivido e analisado por Marx, como forma possível de oferecer ao capital uma sobrevivência, por meio dos deslocamentos expansionistas. Em expansão, as crises pontuais eram deslocadas para outros lugares.

Estes deslocamentos das crises por meio do processo de ascensão do capital chegam a seu limite quando tal processo é consumado. Ou seja, quando o capital está mundializado, algo que não foi vivido nem estudado por Marx, na concepção de Mészáros. É por essa razão que o autor húngaro compreende que, atualmente, com a consolidação da expansão capitalista, tem-se uma intensificação das contradições e crises que já não podem mais ser deslocadas. É dessa forma que se chegará à crise estrutural, outra categoria que coloca sua obra para além d'*O Capital*, de Marx, sempre na concepção de Mészáros.

1.3 AS CONCEPÇÕES DE MÉSZÁROS SOBRE AS LIMITAÇÕES TEÓRICAS DE MARX

Mészáros retoma a carta de Marx a Engels para demonstrar alguns dos supostos limites históricos das análises de Marx. É uma carta “[...] não muito conhecida [...], para a qual tentei chamar atenção durante muitos anos [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 90). A referida carta e a citação de que Mészáros faz uso é a mesma que o autor havia abordado na introdução de *Para além do capital*, que já se

apresentou aqui, no início do primeiro capítulo desta tese. O que de fato chama a atenção é a análise que Mészáros (2011) faz e as conclusões a que chega a partir dessa carta:

É óbvio que não era indiferente saber se os antagonismos internos do capital classicamente desenvolvido explodiriam no limitado domínio europeu – espedaçando com isso o próprio quadro operacional do sistema – ou se seria possível encontrar um meio de **deslocar as contradições acumuladas por meio da ascensão continuada da ordem burguesa numa parte muito maior do mundo**. É verdade que num planeta redondo, depois da colonização da Califórnia e da Austrália, além da anexação da China e do Japão, não restava mais nenhum continente a ser descoberto pelo capital para colonização e anexação. **No entanto, isto era verdade apenas no sentido da “totalidade extensiva” do planeta. Até onde dizia respeito à “totalidade intensiva” dos vastos territórios já descobertos e anexados, o sistema do capital estava muito longe de alcançar os limites de sua expansão e acumulação produtiva.** Realmente, não apenas nas áreas recentemente colonizadas e anexadas, nem mesmo só nos países conquistados pelos poderes imperialistas dominantes em toda a fase histórica de expansão colonial-imperialista, mas *em toda parte*, inclusive nos mais privilegiados países “metropolitanos”, **os continentes invisíveis de exploração cada vez mais intensa do trabalho ainda estavam para ser plenamente descobertos e colocados a serviço da ordem sociometabólica do capital [...]** (MÉSZÁROS, p. 90, grifos nossos).

Mészáros considera que Marx não analisou nessa carta a possibilidade intensiva de expansão do capital, tendo se limitado à sua potencialidade expansiva. Na época de Marx, para Mészáros, o capital ainda mostrava apenas algumas tendências dessa completa expansão, e por essa razão Marx “[...] só podia esperar que os fatos concretos para as perspectivas do socialismo viessem por intermédio de uma grande revolução social – não isolada – na Europa, realizada pelas classes trabalhadoras dos “povos dominantes” [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 90).

Mészáros (2011, p. 91) afirma ainda que, mesmo com o esmagamento da Comuna de Paris, de 1871, Marx continuou “[...] fiel à sua perspectiva inicial [...]”. Com isso, para o autor húngaro, a realidade do capital não acompanhou o pensamento de Marx. Atualmente, Mészáros (2011) afirma:

[...] ao contrário, é preciso enfrentar os problemas pertinentes por duas razões principais. Em primeiro lugar, porque nenhum socialista pode levar a sério a ideia de que o sistema do capital possa ser historicamente suplantado enquanto a ascendência da ordem burguesa conseguir afirmar-se sobre o terreno global. Isto significa que a necessária reavaliação de todas as estratégias socialistas, em diferentes partes de nosso planeta, deve compreender a dimensão perturbadora e negativa desta ascensão, tanto na interpretação do passado histórico como na avaliação do futuro, pois a não atribuição do devido peso às forças que sustentam o sistema do capital em seu conjunto leva às ingênuas expectativas do

“catastrofismo” ou ao desencantamento derrotista e total abandono da perspectiva socialista, como se viu no passado recente (MÉSZÁROS, 2011, p. 91, grifo nosso).

Em função disso, apenas como exemplo, as experiências da Venezuela de Chávez e do MST no Brasil seriam mais significativas do ponto de vista da revolução socialista do que a Revolução de Outubro de 1917, haja vista que, por mais elaborada e potencialmente revolucionária que fosse a estratégia bolchevique, esta estava inserida no contexto de ascensão da ordem burguesa. Dessa forma, apenas a consolidação do sistema do capital abre a possibilidade de um movimento revolucionário que tenha na rearticulação entre a esfera política e a econômica sua finalidade central. E Mézáros (2011) complementa, afirmando que:

A segunda razão é igualmente importante. **O aspecto positivo do dilema histórico inexplorado de Marx é que a ascendência em si está limitada pelo terreno final que pode ser – e tem sido até agora – incorporado ao quadro da expansão e acumulação do capital.** Em outras palavras, a ascendência histórica até mesmo no terreno global – e mesmo quando considerada em sua totalidade intensiva – é *apenas histórica*. Ela está necessariamente confinada às limitações das reais potencialidades produtivas do capital e permanece sujeita aos inextirpáveis antagonismos deste sistema de reprodução sociometabólica em sua totalidade (MÉSZÁROS, 2011, p. 91, grifo nosso).

Mézáros se vale da “[...] evidente natureza global das transformações históricas ocorridas desde os dias de Marx [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 91) para sustentar que a implosão do sistema soviético foi mais uma prova cabal de que o capital ainda estava longe de apresentar seus limites e, portanto, oferecer as possibilidades de sua superação. Como já mencionado pelo autor húngaro, apenas no século XX “[...] a ascendência histórica do capital em suas linhas gerais está chegando ao fim [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 91) e com este a potente contradição que acumula problemas gigantescos para nossa classe. Tais mudanças fazem com que os “[...] termos da equação original de Marx [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 92) mudem significativamente. Mézáros (2011) explica que:

[...] A forma como este processo chega à sua conclusão pronuncia um julgamento muito severo sobre ele. **A consumação da ascendência global do sistema do capital, apesar de cinco séculos de expansão e acúmulo, trazia consigo a condenação da esmagadora maioria da humanidade a uma existência miserável** (MÉSZÁROS, 2011, p. 92, grifo nosso).

Ainda, para demarcar tais alterações históricas entre a época de Marx e a atual, Mészáros (2011) explica que:

As coisas mudaram bastante nessas últimas décadas, em relação ao passado expansionista. O deslocamento das contradições internas do capital podia funcionar com facilidade relativa na fase da ascendência histórica do sistema. Sob tais condições, era possível tratar de muitos problemas varrendo-os para baixo do tapete das promessas não cumpridas, como a modernização no “Terceiro Mundo” e uma prosperidade bem maior nos países “metropolitanos”, afirmada com base na expectativa da produção de um bolo que cresceria infinitamente. **Todavia, a consumação da ascendência histórica do capital altera radicalmente a situação. A esta altura, já não é mais plausível fazer novas séries de promessas vazias, mas as velhas promessas devem ser varridas da memória, e determinadas conquistas reais das classes trabalhadoras nos países capitalistas avançados devem ser “roladas”, no interesse da sobrevivência da ordem socioeconômica e política vigente (MÉSZÁROS, 2011, p. 92, grifos nossos).**

Com essa degradação, “[...] a perspectiva alternativa de Marx só agora, neste nosso tempo, volta a prevalecer” (MÉSZÁROS, 2011, p. 93). Ou seja, as perspectivas revolucionárias de Marx agora voltam à tona, pois só agora as condições objetivas de consumação da ascensão do capital chegaram a seu limite e abriram reais possibilidades para sua superação. Dessa forma, Mészáros (2011) explana que:

É sensato o fato de que está cada vez mais difícil caminhar sobre o tapete sob o qual se podiam esconder sem dificuldades e por longo tempo até mesmo os problemas mais sérios. É realmente muito importante que os problemas injustificadamente desconsiderados, e que afetam a própria sobrevivência da humanidade, tenham de ser encarados sob circunstâncias em que **todo o sistema do capital entrou em sua crise estrutural** (MÉSZÁROS, 2011, p. 93, grifo nosso).

É a crise estrutural a maior expressão categorial que difere, para Mészáros, as perspectivas impossíveis de ser analisadas e realizadas na época de Marx. É algo não vivenciado por Marx, pois seu contexto histórico se caracterizou pela fase de ascensão do capital, e não por sua consumação plenamente desenvolvida, que trouxe consigo a própria crise estrutural.

1.4 O ESTADO MODERNO NO UNIVERSO CATEGORIAL DE MÉSZÁROS

Respalado em seus pressupostos – o fato de que há diferenças históricas entre a época de Marx, fase incipiente do movimento do capital, e a realidade social a

partir do sistema do capital plenamente desenvolvido –, Mészáros apresenta suas análises sobre o Estado moderno. Essa discussão está presente, de forma peculiar, no segundo capítulo do livro em questão nesta tese, o qual compõe a primeira parte, *a incontrolabilidade do capital*.

É de suma importância a compreensão da perspectiva de Mészáros sobre o Estado, haja vista que, como poderá ser visto na sequência desta tese, isso terá desdobramentos de cunho teórico-político nos princípios da teoria de transição para o autor.

Seus pressupostos expressam diferenças significativas entre sua teorização e os aspectos matriciais da teoria marxiana. Isso é completamente coerente com o fio condutor que o autor assume. Tal compreensão o leva a considerar que são necessárias avaliações na teoria de Marx para que se possa compreender o sistema do capital plenamente desenvolvido. Trata-se, na verdade, do movimento realizado pelos grandes pensadores da classe trabalhadora. Em outras palavras, uma análise concreta da realidade concreta. Contudo, qual concreto Mészáros está analisando? Concreto aparente ou concreto pensado? Observe-se a seguir como isso se desdobra em seu entendimento acerca do Estado moderno.

Mészáros (2011) exemplifica uma dessas diferenças históricas entre os séculos XIX e XX quando trata do que considera como acordos retirados do capital realizados pelas “organizações de defesa do trabalho”. O autor demarca as duas fases históricas do movimento do capital e, com isso, apresenta os conteúdos diferentes que cada uma possui:

No passado, até algumas décadas atrás, foi possível extrair do capital concessões aparentemente significativas – tais como os relativos ganhos para o movimento socialista (tanto sob a forma de medidas legislativas para a ação da classe trabalhadora como sob a de melhoria gradual do padrão de vida, que mais tarde se demonstraram *reversíveis*), obtidos por meio de *organizações de defesa* do trabalho: sindicatos e grupos parlamentares. O capital teve condições de conceder esses ganhos, que puderam ser *assimilados* pelo conjunto do sistema, e *integrados* a ele, e resultaram em vantagem produtiva para o capital durante o seu processo de autoexpansão. **Hoje, ao contrário, enfrentar até mesmo questões parciais com alguma esperança de êxito implica a necessidade de desafiar o sistema do capital como tal, pois em nossa própria época histórica, quando a autoexpansão produtiva já não é mais o meio prontamente disponível de fugir das dificuldades e contradições que se acumulam** (daí o sonho impossível de se livrar do buraco negro da dívida “crescendo para fora dele”), o sistema de capital global é *obrigado* a frustrar todas as tentativas de interferência, até mesmo as mais reduzidas, em seus parâmetros estruturais (MÉSZÁROS, 2011, p. 95, grifos nossos).

Para Mészáros, “[...] o capital não é simplesmente uma “entidade material” – também não é [...] um “mecanismo” racionalmente controlável, [...] mas é, *em última análise, uma forma incontrolável de controle sociometabólico*” (MÉSZÁROS, 2011, p. 96). Isso porque o capital é a mais poderosa “[...] estrutura “*totalizadora*” de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua “viabilidade produtiva”, ou perecer, caso não consiga se adaptar [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 96). Essa seria a marca apenas da segunda fase do movimento do capital, ou “[...] o sistema do capital globalmente dominante” (MÉSZÁROS, 2011, p. 96).

A “estrutura totalizadora” do capital provoca desdobramentos para “trabalhadores” e “até os capitalistas mais ricos” (MÉSZÁROS, 2011, p. 97). A “[...] **perda de controle sobre os processos de tomada de decisão**” (MÉSZÁROS, 2011, p. 97, grifo nosso) é um dos exemplos que Mészáros apresenta. Mas o que isso significa? Segundo o autor, a incontrolabilidade do capital, mas do capital plenamente desenvolvido, característica da segunda fase do movimento do capital. Na primeira fase, da ascensão do capital, havia, de acordo com o autor húngaro, uma relativa tranquilidade e possibilidade de controle do capital.

O sistema do capital, totalizador, possui um aspecto basilar no seu processo de reprodução da ordem sociometabólica. Para o autor húngaro, o Estado moderno é o elemento essencial para a manutenção desse sistema. O Estado está inserido nos elementos constituintes dos “defeitos estruturais do sistema do capital”. Mészáros (2011) explica:

[...] Mencionemos aqui de passagem apenas que o Estado moderno imensamente poderoso – e igualmente totalizador – se ergue sobre a base deste metabolismo socioeconômico que a tudo engole, e o *complementa* de forma indispensável (e não apenas servindo-o) em alguns aspectos essenciais [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 98).

O Estado moderno teria sua característica central, totalizadora, apenas no sistema do capital plenamente desenvolvido. E acompanha o processo da base do metabolismo socioeconômico, tornando-se indispensável para esse modo de produzir a vida. É o Estado que vai contribuir para que o sistema do capital possa cumprir sua razão de existência, ou seja, “[...] a extração máxima do trabalho excedente [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 99).

Assim, o autor húngaro compreende que o processo de expansão e acumulação do valor de troca é a determinação mais profunda do sistema do capital. Essa determinação, para Mészáros (2011):

[...] constitui, ao mesmo tempo, um dinamismo antes inimaginável e uma deficiência fatídica. Neste sentido, como sistema de controle sociometabólico, o capital é absolutamente irresistível enquanto conseguir extrair e acumular trabalho excedente – seja na forma econômica direta seja forma basicamente política – no decurso da *reprodução expandida* da sociedade considerada. **Entretanto, uma vez emperrado (por qualquer motivo) este processo dinâmico de expansão e acumulação, as consequências serão devastadoras. Mesmo sob a “normalidade” de perturbações e bloqueios cíclicos relativamente limitados, a destruição que acompanha as consequentes crises socioeconômicas e políticas pode ser enorme, como o revelam os anais do século XX, que incluem duas guerras mundiais (para não mencionar incontáveis conflagrações menores). Portanto, não é muito difícil imaginar as implicações de uma crise *sistêmica*, verdadeiramente *estrutural*; ou seja, uma crise que afete o sistema do capital global não apenas em um de seus aspectos – o financeiro/monetário, por exemplo – mas em todas as suas dimensões fundamentais, ao colocar em questão a sua viabilidade como sistema reprodutivo social** (MÉSZÁROS, 2011, p. 100, grifo nosso).

Quando o autor húngaro considera o processo de expansão e acumulação do sistema do capital, que passa por “perturbações e bloqueios cíclicos”, compreende que esses são “relativamente limitados”. Trata-se de sua posição frente à forma marxiana de caracterização das crises do capital como cíclicas e periódicas. Para o autor, a destruição que será provocada pela crise estrutural é a que atacará todas as dimensões fundamentais do sistema e colocará em xeque a viabilidade do modo de produção do capital como um sistema reprodutivo social, assim como a própria sobrevivência da humanidade.

A crise estrutural, portanto, diz respeito à característica predominante da segunda fase do movimento do capital, a fase de consumação da ascensão histórica do sistema do capital, agora plenamente desenvolvido. É esta que marca, de maneira crucial, a incontrolabilidade total de todo o sistema do capital. Mészáros (2011) explica:

Sob as condições de crise estrutural do capital, seus constituintes destrutivos avançam com força extrema, ativando o espectro da **incontrolabilidade total** numa forma que faz prever a **autodestruição**, tanto para este sistema reprodutivo social excepcional, em si, como para a humanidade em geral [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 100, grifos nossos).

A autodestruição é central para a compreensão de crise estrutural, que implica uma crise para a humanidade em geral. Lembra-se de que, na primeira fase do capital, a do processo de ascensão, o capital deslocava suas crises por meio da expansão geográfica. Agora isso é inviável. Mészáros (2011) afirma que:

Em grande parte graças a sua incontrolabilidade, o capital conseguiu superar todas as desvantagens que se opuseram a ele – independentemente do poder material delas e do quanto eram absolutizadas em termos do sistema de valor prevalecente na sociedade – elevando seu modo de controle metabólico ao poder de dominância absoluta como sistema global plenamente estendido. No entanto, uma coisa é superar e subjugar restrições e obstáculos problemáticos (e até obscurantistas), e outra muito diferente é instituir princípios positivos de desenvolvimento social sustentável, orientados por critérios de objetivos plenamente humanos, opostos à cega busca da autoexpansão do capital. **Dessa maneira, as implicações dessa mesma força da incontrolabilidade, que em dado momento assegurou a vitória do sistema do capital, estão longe de ser tranquilizadoras hoje, quando a necessidade de restrições já é aceita – pelo menos na forma do ilusório desiderato da “autorregulação” – até pelos defensores mais acrílicos do sistema** (MÉSZÁROS, 2011, p. 101, grifos nossos).

As formas e conteúdos do passado, fase incipiente do capital, e a do presente, a partir da segunda metade do século XX com a consumação da ascensão do capital, são comuns nas análises de Mészáros. Essa característica predominante nos escritos desse autor explica o fato de que, em sua avaliação, novas formas categoriais são necessárias para a explicação de uma nova realidade: a realidade do capital plenamente desenvolvido. Veja-se como isso pode ser exemplificado, a partir de seu entendimento sobre a produção e circulação de capital. Conforme Mészáros (2011):

O capital como produtor potencial de valor historicamente específico só pode ser consumado e “realizado” (e, por meio de sua “realização”, simultaneamente também reproduzido numa forma estendida) se penetrar no domínio da *circulação*. **O relacionamento entre produção e consumo é assim radicalmente redefinido em sua estrutura de maneira tal que a necessária unidade de ambos se torna insuperavelmente problemática, trazendo, com o passar do tempo, também a necessidade de alguma espécie de crise [...]** (MÉSZÁROS, 2011, p. 102, grifo nosso).

A esfera do consumo, para Mészáros, ocupa um lugar de destaque. Dessa forma, o autor trata de valor-de-uso e consumo. Destaca-se como a explicação dos pilares de sua forma de compreensão da crise do capital está no relacionamento direto entre produção de valor-de-troca, valor-de-uso e consumo.

De fato, para o autor húngaro, os problemas do capital, que antes poderiam ser deslocados, hoje são potencializados por não poderem mais ser administrados pela via expansionista. Por isso, Mészáros (2011) explica que:

[...] o bloqueio da via da expansão livre (como resultado da consumação da ascensão histórica do capital) e a impossibilidade do deslocamento simultâneo dos antagonismos internos do sistema tendem também a reativar e a multiplicar os efeitos nocivos da expansão já realizada, que ajudou a resolver problemas. Os novos problemas e contradições, que surgem na mesma escala do porte exagerado atingido pelo sistema do capital, definem *necessariamente* o tamanho correspondente da expansão deslocadora, apresentando-nos assim o espectro da *incontrolabilidade total*, na ausência do gigantesco deslocamento expansionista necessário. Desse modo, mesmo os problemas relativamente limitados do passado, como, por exemplo, a contratação e o rolamento das dívidas do Estado, assumem agora proporções cósmicas. É por isso que hoje somente alguém que acredite em milagres é capaz de sustentar a sério a ideia de que as importâncias literalmente astronômicas em dólares e libras esterlinas – e liras, pesos, pesetas, francos franceses, marcos alemães, rublos, escudos, bolívares, reais etc. – sugadas pelo buraco negro da dívida global um belo dia ressurgirão dele, com juros acumulados, na forma de quantias ilimitadas de crédito saudável disponível, de modo a permitir que o sistema satisfaça sua necessidade de autoexpansão sem fronteiras até o fim dos tempos (MÉSZÁROS, 2011, p. 104).

A consolidação do sistema do capital apresenta o estágio da incontrolabilidade total do atual modo de produção. Esses são os pilares da crise estrutural do sistema do capital, como marca central das diferenças entre o século XIX e a segunda metade do século XX.

Esses defeitos estruturais são claramente visíveis para o autor húngaro e podem ser caracterizados sob três formas segundo Mészáros (2011):

[...] • Primeiro, a *produção* e seu *controle* estão radicalmente isolados entre si e diametralmente opostos. • Segundo, no mesmo espírito e surgindo das mesmas determinações, a *produção* e o *consumo* adquirem uma independência e uma existência separada extremamente problemáticas, de modo que, no final, o “**excesso de consumo**” **mais absurdamente manipulado e desperdiçador, concentrado em poucos locais, encontre seu corolário macabro na mais desumana negação das necessidades elementares de incontáveis milhões de pessoas.** • E, terceiro, os novos microcosmos do sistema do capital combinam-se em alguma espécie de conjunto administrável, de maneira que o capital social total seja *capaz* de penetrar – porque *tem de* penetrar – no domínio da *circulação global* (ou, para ser mais preciso, de modo que seja capaz de criar a *circulação como empreendimento global* de suas próprias unidades *internamente fragmentadas*), na tentativa de superar a contradição entre *produção* e *circulação* [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 105).

Assim, o desperdício, o excesso de consumo e a taxa de utilização decrescente de valor de uso são, para o autor, marcas da evolução do sistema do capital. A partir dessas constatações, sem explicá-las detalhadamente, Mészáros aponta o que seriam as duas tendências complementares do desenvolvimento do sistema do capital. Conforme Mészáros (2011):

[...] Primeira, nessas últimas décadas testemunhamos, sob a forma de uma *espiral para baixo* que afeta o padrão de vida do trabalhador nos países capitalistas mais avançados, certa *equalização no índice diferencial de exploração* que tende a se afirmar também como espiral para baixo do trabalho nos países “centrais” no futuro previsível. A segunda é que, paralelamente a essa tendência niveladora no índice diferencial da exploração, vimos também a emergência de seu necessário corolário político, sob a forma de um *crescente autoritarismo* nos Estados “metropolitanos” antes liberais, e um desencantamento geral, perfeitamente compreensível, com a “política democrática”, que está profundamente implicada na virada autoritária do controle político nos países capitalistas avançados (MÉSZÁROS, 2011, p. 111-112).

Além dessa equalização para baixo, ou seja, uma queda dos salários dos trabalhadores dos países avançados do capital, o autor aponta para a tendência autoritária, que marcará o gerenciamento do Estado moderno. Isso porque, pelos limites estruturais e a incontabilidade total, o Estado já não poderá conceder aquilo que havia feito outrora como no Estado do Bem-estar. Ora, a crise estrutural do capital provoca alteração nas formas de controle do Estado e na redução dos salários dos trabalhadores dos países centrais. Com isso, há aumento da miséria mundial dos trabalhadores e um desespero dos capitalistas e as *personas* do capital para salvar o capital e seu *modus operandi*.

A interpretação do sistema do capital plenamente desenvolvido leva Mészáros a apontar o Estado não como superestrutura, determinada pela estrutura econômica da sociedade, mas como parte integrante da própria estrutura totalizadora do capital. Em outras palavras, Mészáros (2011) esclarece que:

[...] a dinâmica do desenvolvimento não deve ser caracterizada sob a categoria do “*em consequência de*”, mas em termos do “*em conjunção a*” sempre que se deseja tornar inteligíveis as mudanças no controle sociometabólico do capital que emergem da reciprocidade dialética entre sua estrutura de comando político e a socioeconômica. **Assim, seria completamente equivocado descrever o próprio Estado como uma superestrutura.** Na qualidade de estrutura totalizadora de comando político do capital (o que é absolutamente indispensável para a sustentabilidade material de todo o sistema), o Estado não pode ser reduzido ao *status* de superestrutura. Ou melhor, o Estado em si, como estrutura de comando abrangente, tem sua própria *superestrutura* – a que Marx se referiu

apropriadamente como “superestrutura legal e política” – exatamente como as estruturas reprodutivas materiais diretas têm suas próprias dimensões superestruturais (MÉSZÁROS, 2011, p. 119, grifo nosso).

Para Mézáros, o Estado possui sua própria superestrutura. Trata-se de uma concepção coerente com os seus pressupostos. Dessa forma, o Estado, para o autor húngaro, corresponde à estrutura de comando político do sistema do capital. Por isso, Mézáros (2011) considera que:

[...] o Estado não pode ser autônomo, em nenhum sentido, em relação ao sistema do capital, pois ambos são um só e inseparáveis. Ao mesmo tempo, o Estado está muito longe de ser *reduzível* às determinações que emanam diretamente das funções econômicas do capital. Um Estado historicamente dado contribui de maneira decisiva para a determinação – no sentido já mencionado de *codeterminação* – das funções econômicas diretas, limitando ou ampliando a viabilidade de algumas contra outras. Além do mais, a “superestrutura ideológica” – que não deve ser confundida ou simplesmente identificada com a “superestrutura legal e política”, e muito menos com o próprio Estado – também não pode se tornar inteligível a menos que seja entendida como *irreduzível* às determinações materiais/econômicas diretas, ainda que a esse respeito se deva resistir com firmeza à atribuição frequentemente tentada de uma autonomia fictícia (no sentido idealisticamente ampliado de independência) [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 119).

E Mézáros (2011) complementa, em relação ao exposto por Marx no prefácio de *Contribuição à crítica da economia política*, de 1859:

Portanto, considerar as unidades reprodutivas econômicas diretas do sistema do capital como “base material” sobre a qual se erige a “superestrutura do Estado” é uma simplificação autocontraditória, que leva à **hipóstase de um grupo de poderosos “capitães de indústria” – expressões mecânicas grosseiramente determinadas da base material – como verdadeiros controladores da ordem estabelecida**. Pior ainda, essa concepção não é apenas mecânica e reducionista, ela também não consegue explicar como uma “superestrutura” totalizadora e produtora de coesão poderia surgir de uma “base econômica” da qual está completamente ausente. Na verdade, em vez de uma explicação plausível do funcionamento do sistema do capital, ela oferece apenas o mistério de uma “superestrutura atuante” que surge de uma ausência material estruturalmente essencial, de modo que corrija os defeitos de todo o sistema, quando se admite que o próprio sistema seja diretamente determinado por sua base material [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 120-121).

E a justificativa que o autor húngaro oferece a isso diz respeito ao desdobramento que tal apreensão representa na análise das sociedades pós-capitalistas de produção de capital. Como seria, conforme avaliação de Mézáros (2011), o caso da união soviética:

[...] A interpretação mecânica do relacionamento entre a “base material” do capital e sua “superestrutura legal e política” pode ser – e realmente tem sido – traduzida, nas condições das sociedades pós-revolucionárias, como seu reverso autoilusório, segundo o qual o controle político voluntarista da ordem pós-capitalista, depois da transferência da propriedade para o “Estado socialista”, representa a superação da base material do capital [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 121).

O que seria, então, o Estado moderno? Mézáros (2011) responde:

Na verdade, o Estado moderno pertence à materialidade do sistema do capital, e corporifica a necessária dimensão coesiva de seu imperativo estrutural orientado para a expansão e para a extração do trabalho excedente. É isto que caracteriza todas as formas conhecidas do Estado que se articulam na estrutura da ordem sociometabólica do capital. Precisamente porque as unidades econômicas reprodutivas do sistema têm um caráter incorrigivelmente centrífugo – caráter que, há longo tempo na história, tem sido parte integrante do incomparável dinamismo do capital, ainda que em certo estágio de desenvolvimento ele se torne extremamente problemático e potencialmente destrutivo –, a dimensão coesiva de todo o sociometabolismo deve ser constituída como uma estrutura *separada* de comando político totalizador. Como prova da substantiva materialidade do Estado moderno, realmente descobrimos que, em sua condição de estrutura de comando político totalizador do capital, ele não está menos preocupado em assegurar as condições da extração do trabalho excedente do que com as próprias unidades reprodutivas econômicas diretas, embora, naturalmente, ofereça à sua própria maneira sua contribuição para um bom resultado. Entretanto, o princípio estruturador do Estado moderno, em todas as suas formas – inclusive as variedades pós-capitalistas –, é o seu papel vital de garantir e proteger as condições gerais da **extração da mais-valia do trabalho excedente** (MÉSZÁROS, 2011, p. 121, grifo nosso).

A respeito disso, surgem algumas questões: i) Qual o sentido de afirmar que há uma extração da mais-valia do trabalho excedente? ii) Não seria o trabalho excedente, na forma capitalista, a própria mais-valia? São questões não aprofundadas por Mézáros, mas que soam estranhas ao universo categorial marxiano. O que, segundo a lógica de Mézáros, não representa problema algum, já que o autor húngaro propõe realizar uma apropriação criativa do referencial marxiano. Interessa destacar ainda o fato de que esse autor considera que nas variedades pós-capitalistas também havia extração da mais-valia do trabalho excedente.

E como o Estado poderia ser compreendido? Mézáros (2011), a partir de sua concepção, responde:

Como parte constituinte da base material do sistema abrangente do capital, o Estado deve articular sua superestrutura legal e política segundo suas determinações estruturais inerentes e funções necessárias. **Sua superestrutura legal e política pode assumir as formas parlamentarista, bonapartista ou até de tipo soviético pós-capitalista, além de muitas**

outras, conforme exijam as circunstâncias históricas específicas. Além disso, mesmo dentro da estrutura da mesma formação socioeconômica (por exemplo, capitalista), pode deixar de cumprir suas funções, digamos, em uma rede legal e política liberal-democrática e passar a adotar uma forma abertamente ditatorial de legislação e dominação política; e também neste aspecto pode avançar e recuar. Em relação a esses problemas, basta pensarmos na Alemanha antes, sob e depois de Hitler, ou nas mudanças do Chile de Allende para o estabelecimento do regime de Pinochet e a “restauração da democracia”, deixando Pinochet e seus aliados no controle militar. **Esse tipo de mudança seria inconcebível se o Estado como tal fosse apenas uma “superestrutura” [...]** (MÉSZÁROS, 2011, p. 121, grifos nossos).

O autor húngaro não diferencia o Estado do capital de suas formas de governo, mas considera que essas formas de governo são as expressões jurídicas e legais da superestrutura do Estado. O Estado seria idêntico à estrutura do sistema do capital? Mézáros (2011) tenta esclarecer que não, mas que ambos fazem parte da Estrutura do sistema do capital:

Todavia, poderia ser um completo equívoco considerar simplesmente ser o próprio Estado idêntico à estrutura de comando do sistema do capital. O capital é um modo de controle sociometabólico historicamente específico, cuja estrutura de comando deve ser adequada em todas as esferas e em todos os níveis, por não poder tolerar absolutamente nada acima de si. Uma das principais razões pelas quais o sistema soviético desmoronou foi o fato de a *estrutura de comando político de sua formação de Estado ter ultrapassado em muito seus limites*. Ela tentou em vão *substituir a si mesmo pela estrutura de comando socioeconômica* do sistema do capital pós-revolucionário em sua integridade, assumindo de modo voluntarista a *regulação política de todas as funções produtivas e distributivas*, para a qual estava absolutamente desaparelhada [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 124).

No que tange à relação entre capital e Estado, para Mézáros (2011), trata-se de uma reciprocidade dialética:

O que está em questão aqui é o fato de que o capital é *seu próprio* sistema de comando, de que é *parte integrante* a dimensão política, ainda que de modo algum parte *subordinada*. Mais uma vez, vemos aqui a manifestação prática de uma **reciprocidade dialética**. O Estado moderno – na qualidade de sistema de comando político abrangente do capital – é, ao mesmo tempo, o *pré-requisito* necessário da transformação das unidades inicialmente fragmentadas do capital em um *sistema viável*, e o *quadro geral* para a completa articulação e manutenção deste último como *sistema global*. Neste sentido fundamental, o Estado – em razão de seu papel constitutivo e permanentemente sustentador – deve ser entendido como parte integrante da própria base material do capital. Ele contribui de modo significativo não apenas para a formação e a consolidação de todas as grandes estruturas reprodutivas da sociedade, mas também para seu funcionamento ininterrupto (MÉSZÁROS, 2011, p. 124-125, grifo nosso).

A reciprocidade dialética é o argumento chave para Mészáros explicar a relação entre Estado e a base material do capital. Ambos determinam-se, dialeticamente, o que assume, nessa parte, o significado de “mútuo”. Se isso está correto, como entender a questão da determinação, haja vista que, para Mészáros, o Estado deve ser entendido “como parte integrante da base material do capital”? É importante destacar que é exatamente esta questão que Marx discutiu com Hegel, resumidamente: é o Estado que determina o capital ou é o capital que determina o Estado? Esta é, inclusive, um importante elemento da demarcação da diferença entre a dialética materialista e a dialética idealista. Sob a perspectiva marxiana, há uma determinação do capital sobre todas as coisas, até mesmo e principalmente, sobre o próprio Estado. O que não é outra coisa senão o Estado do capital.

Mészáros (2011) segue em sua explicação:

Em razão dessa determinação recíproca, devemos falar de uma correspondência estreita entre, **por um lado, a base sociometabólica do sistema do capital e, por outro, o Estado moderno como estrutura totalizadora de comando político da ordem produtiva e reprodutiva estabelecida**. Para os socialistas, esta é uma reciprocidade desafiadora e desconfortável. Ela põe em relevo o fato acautelador de que qualquer intervenção no campo político – mesmo quando visa a derrubada radical do Estado capitalista – terá influência muito limitada na realização do projeto socialista. E, pelo lado oposto, o corolário desse mesmo fato acautelador é que, precisamente porque têm de enfrentar a força da *reciprocidade autossustentada do capital* sob suas dimensões fundamentais, os socialistas jamais deverão esquecer ou ignorar – embora o esquecimento proposital deste fato tenha sido a razão da tragédia de setenta anos da experiência soviética – que não existe a possibilidade de superar a força do capital sem permanecer fiel à preocupação marxista com o “encolhimento” do Estado (MÉSZÁROS, 2011, p. 125, grifo nosso)

No entanto, se o Estado é parte integrante da própria base material do capital, ou da base sociometabólica do sistema do capital, como afirma Mészáros, logo qual o sentido de se falar em “por um lado” o Capital e “por outro lado” o Estado moderno? Pode haver uma relação recíproca ou reciprocidade dialética de uma mesma coisa? São contradições inerentes à lógica interna de pensamento do próprio autor, que, ao tentar considerar o Estado como parte integrante da base material do capital, incorre no equívoco de colocá-los em reciprocidade dialética. Ou seja, uma relação em que não há determinante nem determinado.

Para o autor húngaro, o papel do Estado em relação ao processo de controle do capital incontrolável se encontra no fato de oferecer “[...] a garantia fundamental de que a recalcitrância e a rebelião potenciais não escapem ao controle [...]”

(MÉSZÁROS, 2011, p. 126). A manutenção da eficácia dessa garantia expressa a relação “[...] mutuamente correspondente [...]” entre o “[...] Estado moderno e a ordem reprodutiva sociometabólica do capital [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 127).

Esse entendimento de Mézáros sobre o Estado moderno como integrante da estrutura econômica da sociedade do capital tem como base os modelos de sociedades consideradas por ele como pós-capitalistas de produção de capital. A União Soviética seria um grande exemplo disso. MÉSZÁROS (2011) destaca:

Vale realmente a pena lembrar – lembrete que serve também de indicador para o futuro – que uma das principais contradições que fez implodir o sistema do capital soviético é que, neste aspecto, ele se baseou muito em sua formação de Estado para impor a desejada, mas impossível, ação remediadora. O Estado soviético foi mobilizado pela força a *umentar* a socialização da produção – para poder maximizar politicamente a extração do trabalho excedente – e, ao mesmo tempo, tentou reprimir com todos os meios a sua disposição, como se nada houvesse acontecido desde 1917, as consequências que necessariamente surgiriam da maior socialização para a potencial emancipação do trabalho. Assim, em vez de remediar os defeitos produtivos do sistema do capital soviético pós-capitalista por meio de uma taxa politicamente imposta de produção, ele terminou com uma *taxa de socialização da produção altamente forçada*, que não poderia ser sustentada devido ao fracasso estrutural no controle do trabalho recalcitrante e também ao baixo nível de produtividade que a acompanhou. A implosão do sistema soviético ocorreu sob o peso inadministrável dessas contradições (MÉSZÁROS, 2011, p. 127-128).

A discussão sobre o Estado moderno em Mézáros envolve tanto os Estados capitalistas como os pós-capitalistas. Esse autor utiliza o mesmo conjunto categorial para analisar os dois tipos de Estado. Isso se dá devido ao fato de o autor húngaro considerar que o Estado faz parte da estrutura econômica de produção de capital, e em sua análise o que as sociedades pós-capitalistas realizaram não alterou essa base estrutural. Assim, Mézáros considera que os Estados têm formas diferentes e, no sistema do capital, podem ser considerados “[...] **em suas variedades capitalistas e pós-capitalistas** [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 130, grifo nosso).

1.5 CONDIÇÕES GERAIS DA INCONTROLABILIDADE DO CAPITAL

No Capítulo Três de sua obra magna, Mézáros apresenta uma discussão sobre as “soluções para a incontrolabilidade do capital, do ponto de vista do capital”. O autor *de Para além do capital* identifica alguns autores, como Smith, Hayek, Jevons, Galbraith, entre outros –, que, sob a ótica do capital, defendem a tese de formas de

controle do sistema. Essas teorizações do sistema do capital foram separadas por Mészáros em três grupos por sua sequência histórica: i) o diagnóstico tendencioso do problema; ii) a utilidade marginal; e iii) o conceito do “administrador”. Mészáros rebate cada uma dessas teses para reafirmar a incontrolabilidade do capital.

O autor húngaro afirma que “a sombra da incontrolabilidade” é datada historicamente. Esta possui sua gênese e desenvolvimento no quadro da consolidação do sistema do capital. Segundo Mészáros (2011):

[...] Apesar de, sem dúvida, ter-se tornado bem mais obscura no século XX, ela certamente não surgiu nas últimas décadas, com os riscos da era nuclear, por um lado, e, por outro, com o assustador impacto da poluição industrial e agrícola em grande escala. Ao contrário, **é inseparável do capital como um modo de controle sociometabólico desde que este conseguiu se consolidar**, tornando-se um sistema reprodutivo coerente, com o triunfo da produção generalizada de mercadorias (MÉSZÁROS, 2011, p. 133, grifo nosso).

A incontrolabilidade do capital marca, portanto, a segunda fase do movimento do capital, tal como se tem apresentado na presente tese. Para tentar “remediar” o problema estrutural da incontrolabilidade, os economistas que escrevem a partir do “ponto de vista do capital” tentam, de todas as formas, ocultar a realidade, mas Mészáros (2011) afirma que estes:

[...] não podem simplesmente ignorar a incontrolabilidade estrutural de seu sistema preferido, por mais que desejem eliminar as contradições implícitas. Dependendo do estágio dado do desenvolvimento histórico, as dificuldades de controle serão mais – ou menos – proeminentes em suas conceituações, mas ninguém pode evitá-las completamente (MÉSZÁROS, 2011, p. 150).

Em relação a todos os intelectuais que tomavam o “ponto de vista do capital”, Mészáros (2011, p. 174) sintetiza: “[...] os antagonismos sociais do sistema tinham de ser evitados, ou minimizados, ou mesmo transfigurados em felizes circunstâncias e virtudes, deixando ao mesmo tempo seu potencial explosivo profundamente oculto da vista”.

Ao fazer a crítica aos autores supracitados de que escreveram sob a perspectiva do capital, Mészáros incorre em uma contradição interna. Isso porque, como se viu, para o autor húngaro, o capital está dividido em duas fases: ascensão e consolidação. Na fase de ascensão, período vivido e analisado por Marx, por exemplo, o capital estava incipiente e não completamente desenvolvido. Ora, se isso serve para

Marx, em função de seu período histórico, é útil também para os que escreveram sob o ponto de vista do capital nesse período. Esse é o caso de Smith, por exemplo, que escreve em período anterior ao de Marx, no século XVIII. Portanto, como seria possível para os pesquisadores identificarem o “potencial explosivo dos antagonismos sociais”, se isso só se tornou plenamente desenvolvido a partir da consolidação do capital, que se dá a partir de sua expressão com a crise estrutural?

Ao discutir sobre a “causalidade, tempo e formas de mediação”, Mészáros centraliza sua análise acerca do que entende por limites relativos e absolutos do capital e respostas do capital, sempre orientada para os efeitos, e jamais para as causas. O autor húngaro expressa que o capital jamais aceitará sua condição de destruição da vida humana e do planeta. Além disso, defende que, após as crises anteriores à estrutural, o capital teve sempre a oportunidade de se restaurar.

Para Mészáros (2011), o fator do sistema do capital com maior problema:

[...] é a total incapacidade de *tratar as causas como causas*, não importando a gravidade de suas implicações a longo prazo. Esta não é uma dimensão passageira (historicamente superável), mas uma irremediável dimensão estrutural do sistema do capital voltado para a expansão que, em suas necessárias ações remediadoras, deve procurar soluções para todos os problemas e contradições gerados em sua estrutura por meio de ajustes feitos estritamente nos *efeitos* e nas *consequências* (MÉSZÁROS, 2011, p. 175).

O autor considera que o sistema do capital oferece respostas apenas para as consequências estabelecidas por seu modo de produção. Isso faz parte da construção categorial de Mészáros e serve como base para sua percepção de limites absolutos e relativos do sistema do capital.

Os limites relativos estão relacionados às práticas promovidas para minimizar, por algum tempo, as consequências do modo de produção de capital. Já os limites absolutos são aqueles intransponíveis e inerentes à forma de organização desta sociedade plenamente desenvolvida. Mészáros (2011) escreve que:

Os limites relativos do sistema são os que podem ser superados quando se expande progressivamente a margem e a eficiência produtiva – dentro da estrutura viável e do tipo buscado – da ação socioeconômica, minimizando por algum tempo os efeitos danosos que surgem e podem ser contidos pela estrutura causal fundamental do capital. Em contraste, a abordagem dos limites absolutos do capital inevitavelmente coloca em ação a própria estrutura causal. Consequentemente, ultrapassá-los exigiria a adoção de estratégias reprodutivas que, mais cedo ou mais tarde, enfraqueceriam inteiramente a viabilidade do sistema do capital em si.

Portanto, não é surpresa que este sistema de reprodução social tenha de confinar a qualquer custo seus esforços remediadores à modificação parcial estruturalmente compatível dos efeitos e consequências de seu modo de funcionamento, aceitando sem qualquer questionamento sua base causal – até mesmo nas crises mais sérias (MÉSZÁROS, 2011, p. 175, grifo nosso).

É respaldado em sua apreensão dos limites relativos e absolutos do sistema do capital que Mézáros aponta para mais uma crítica à sociedade soviética. Sem delimitar a qual período está se referindo, considera, como um todo, o tipo soviético como exemplo de uma tentativa de superação da sociedade atuando apenas nos limites relativos do capital. Mais uma vez, como já se viu anteriormente nesta tese, Mézáros utiliza a mesma base analítica para suas proposições acerca do capital e do que chama de sociedades pós-capitalistas de produção de capital. Assim Mézáros (2011) se manifesta:

[...] Também é por isso que o sistema do capital de tipo soviético, desmentindo todas as suas reivindicações explícitas ao estabelecimento de uma economia socialista planejada, só poderia resultar numa horrenda caricatura do planejamento. A metamorfose das personificações do capital representadas pelo capitalista privado em suas variantes, como os burocratas soviéticos, introduziria mudanças apenas no plano dos *efeitos manipuláveis*, deixando inalteradas suas bases causais historicamente há muito estabelecidas (MÉSZÁROS, 2011, p. 176).

Tudo isso está inteiramente relacionado à forma como o autor húngaro capta o movimento do capital. Ora, se é o capital plenamente desenvolvido que apresenta os limites absolutos do capital, a fase de ascensão do sistema só poderia mostrar os limites relativos do sistema.

Mézáros afirma que há uma impossibilidade estrutural de o sistema do capital tratar as causas como causas, haja vista que isso faz parte do verdadeiro modo de ser do capital. Ou seja: “[...] a *sua própria fundamentação causal*: uma verdadeira *causa sui* perversa [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 176). A atuação do sistema do capital em seus limites relativos foi possível durante o “[...] o processo de deslocamento das contradições do sistema [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 176). Ou seja, referente à primeira fase do movimento do capital.

Com a consolidação do capital, já não é mais possível relativizar os problemas causados pelo processo de expansão, uma vez que, segundo Mézáros (2011):

[...] o corolário perverso das condições *relativas absolutizadas* (ou seja, históricas limitadas) exigidas pelo processo da reprodução expandida do

capital – a injustificada e supostamente eterna disponibilidade dos recursos e do espaço necessários para a desejável expansão do capital – é a *relativização* irresponsável das restrições *absolutas* (como, por exemplo, **a deliberada ignorância dos riscos envolvidos no desperdício vigente dos recursos não renováveis do planeta**) [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 177, grifo nosso).

Os recursos não renováveis do planeta seriam, para Mészáros, alguns aspectos relacionados aos limites absolutos do sistema do capital. O autor húngaro não se aprofunda sobre quais recursos seriam esses, muito menos apresenta dados estatísticos sobre suas proporcionalidades. O que Mészáros (2011) apresenta é o fato de a discussão sobre as restrições do planeta para o sistema do capital não ser aceita, haja vista que isso:

[...] exigiria uma grande mudança na estrutura causal fundamental do capital [...] – pois o postulado da expansão imperativa teria de ser moderado e justificado, em vez de utilizado como a base supostamente óbvia de qualquer justificação concebível, tornando assim desnecessária qualquer justificativa – , não existe “nenhuma alternativa” para a relativização do absoluto, não importa quão irresponsável (MÉSZÁROS, 2011, p. 177).

O autor húngaro, seguindo a coerência de seu próprio ferramental teórico, revela outra crítica à União Soviética e utiliza a mesma base analítica da crítica ao sistema do capital. Da mesma forma, Mészáros (2011) afirma que:

[...] (ainda que num cenário um tanto mais surpreendente), a ordem pós-revolucionária de tipo soviético, funcionando dentro dos parâmetros estruturais do sistema do capital, não faz qualquer tentativa de alterar fundamentalmente a estrutura hierárquica de comando de *dominação do trabalho* que herdou. Em vez de entrar na difícil estrada da instituição de um processo socialista de trabalho – dentro de uma estrutura de *temporalidade aberta* que liga o presente a um futuro de verdade que já se abre à frente – pela criação das condições de uma *autogestão* significativa, ela reage à grave crise da Primeira Guerra Mundial e suas dolorosas consequências apenas mudando o *peçoal no comando* – e até isso de maneira absolutamente incompatível. Modifica os direitos legais hereditários – direitos automáticos de propriedade – do pessoal dominante, mas deixa os novos tipos de personificação do capital no controle autoritário do processo herdado de trabalho hierárquico [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 178).

Mészáros (2011) completa, explicando que isso:

[...] permite que algumas determinações fundamentais do velho controle sociometabólico permaneçam em vigor, das quais, no devido tempo, também pode emergir a exigência de restauração do direito legal à propriedade, como realmente aconteceu na “perestróika” de Gorbachev (outro exemplo do uso inteiramente equivocado da ideia de “reestruturação”). Assim, não é por acaso nem surpreendente que a mais veemente defensora britânica da

privatização, a primeira-ministra Margaret Thatcher, e o político soviético Mikhail Gorbachev, que proclamou a “plena igualdade de todos os tipos de propriedade” (em linguagem muito clara, a restauração da propriedade privada capitalista sancionada pelo Partido), tenham se adotado tão rápida e entusiasticamente como amigos do peito. Esses fatos são, não apenas possíveis, mas absolutamente inevitáveis, enquanto prevalecer a paralisante temporalidade restauradora do capital e enquanto o passado – com sua inércia amortecedora – continuar dominando o presente, eliminando as chances de uma ordem futura qualitativamente diferente (MÉSZÁROS, 2011, p. 178).

Dessa forma, a busca foi sempre a de minimizar os problemas do sistema do capital na atuação em seus limites relativos que “[...] confinam as ações viáveis de correção do sistema aos efeitos e consequências estruturalmente assimiláveis, segundo a natureza do capital como inalterável *causa sui* [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 179). Como resultado disso, Mézáros (2011) aponta para mais uma expressão do que considera ser a “sombra da total incontabilidade”, sintetizando que:

[...] quando a perversa derrubada do relacionamento entre relativo e absoluto já não pode mais ser mantida – tratar o *relativo* historicamente produzido e limitado (ou seja, a ordem estrutural do capital) como *absoluto intranscendível*, e as condições *absolutas* da reprodução sociometabólica e a sobrevivência do ser humano como *relativo prontamente manipulável* (MÉSZÁROS, 2011, p. 179).

É com base nos limites relativos e absolutos do sistema do capital que Mézáros aprofundará a discussão acerca das mediações de primeira e de segunda ordem. A mediação de primeira ordem é aquela própria da humanidade em sentido geral. Já a segunda ordem de mediação é própria do sistema do capital e se torna ainda mais destrutiva com o sistema plenamente desenvolvido, caracterizando o que Mézáros considera como estrutura do capital. De acordo com Mézáros (2011), a segunda ordem de mediação pode ser resumida da seguinte forma:

- **a família nuclear**, articulada como o “microcosmo” da sociedade que, além do papel de reproduzir a espécie, participa de todas as relações reprodutivas do “macrocosmo” social, inclusive da necessária mediação das leis do Estado para todos os indivíduos e, dessa forma, vital também para a reprodução do próprio Estado;
- **os meios alienados de produção e suas “personificações”**, pelos quais o capital adquire rigorosa “vontade férrea” e consciência inflexível para impor rigidamente a todos submissão às desumanizadoras exigências objetivas da ordem sociometabólica existente;
- **o dinheiro**, com suas inúmeras formas enganadoras e cada vez mais dominantes ao longo do desenvolvimento histórico [...], até chegar à força opressora global do sistema monetário dos dias de hoje;
- **os objetivos fetichistas da produção**, submetendo de alguma forma a satisfação das necessidades humanas (e a atribuição conveniente dos valores de uso) aos cegos imperativos da expansão e acumulação do capital;
- **o trabalho**,

estruturalmente separado da possibilidade de controle, tanto nas sociedades capitalistas, onde tem de funcionar como trabalho assalariado coagido e explorado pela compulsão econômica, como sob o capital pós-capitalista, onde assume a forma de força de trabalho politicamente dominada; • **as variedades de formação do Estado do capital no cenário global**, onde se enfrentam (às vezes com os meios mais violentos, levando a humanidade à beira da autodestruição) como Estados nacionais autônomos... e • ... **o incontrolável mercado mundial**, em cuja estrutura, protegidos por seus respectivos Estados nacionais no grau permitido pelas relações de poder prevaletentes, os participantes devem se adaptar às precárias condições de coexistência econômica e ao mesmo tempo esforçar-se por obter para si as maiores vantagens possíveis, eliminando os rivais e propagando assim as sementes de conflitos cada vez mais destruidores (MÉSZÁROS, 2011, p. 180, grifos nossos).

A revolução socialista só será possível, para Mézszáros (2011, p. 181), quando todos esses elementos da mediação de segunda ordem do capital forem destruídos e “[...] não apenas a expropriação legal das personificações capitalistas privadas do capital [...]”. O autor húngaro se remete ao “tipo soviético”, que considera ter realizado apenas o “ato da expropriação legal”. Ato esse que foi facilmente anulado.

Os elementos da segunda ordem de mediação não podem ser assumidos pelos intelectuais que analisam o mundo sob o ponto de vista do capital. Para eles, conforme Mézszáros (2011, p. 183), o mundo é analisado a partir da “[...] imposição de valores do sistema socioeconômico capitalista que, por sua vez, se supõe “naturalmente” resultante da própria ‘natureza humana egoísta’ [...]”.

Assim, para Mézszáros (2011, p. 184), a natureza do capital está ligada à sua dimensão histórica de impossibilidade de “[...] adquirir controle sobre as determinações alienantes, desumanizantes e destrutivas do capital (que demonstrou ser incontrolável ao longo de toda a história) [...]”.

Segundo Mézszáros (2011), essa natureza do capital o torna:

• 1) eminentemente próprio para a realização de *certos tipos* de objetivos na estrutura sistêmica de suas mediações de *segunda ordem* e • 2) total e *poderosamente hostil* a aceitar todos os tipos que não se ajustam à rede estabelecida da segunda ordem de mediações, não importando quão vitais forem os interesses humanos em suas raízes (MÉSZÁROS, 2011, p. 185).

O capital é, para o autor húngaro, um poderoso sistema que tudo pode derrubar por meio da “universalização da produção fetichista de mercadoria” e altera significativamente os “valores humanos”. E assim Mézszáros (2011) mostra que:

[...] O sistema estabelecido das mediações de segunda ordem não apenas controla os atores humanos da história com base nos imperativos objetivos

da expansão do capital, ele também os ilude com relação às suas motivações como “agentes livres” e também em relação à margem perceptível de suas ações (MÉSZÁROS, 2011, p. 187).

O desdobramento disso é o fortalecimento da máxima de que “não existe alternativa” e o sistema do capital aparece como imutável, tendo sua constituição essencial inalterada. Mézáros (2011) infere:

[...] E é assim que o círculo vicioso da segunda ordem de mediações do capital junta o insulto à agressão, reforçando com isso o poder objetivo do sistema estabelecido de dominação estrutural sobre o trabalho por meio da mistificação “internalizadora” da alegada aceitação “livre e espontânea” pelo indivíduo de todos os comandos que emanam da natureza inalterável do capital e de sua forma necessária de operação (MÉSZÁROS, 2011, p. 188).

Mézáros (2011, p. 188) afirma que a “[...] constituição do sistema do capital é idêntica à emergência de sua segunda ordem de mediações [...]”. Por isso, de acordo com o autor húngaro, a estrutura do capital está relacionada aos elementos desta segunda ordem. Portanto, efetivamente, o sistema do capital só se estabelece plenamente com a segunda ordem de mediações. Com o desenvolvimento da reprodução das práticas relacionadas às mediações de segunda ordem, o sistema do capital se torna mais “poderoso”, pois, conforme Mézáros (2011):

[...] uma vez que as mediações da segunda ordem estejam articuladas e consolidadas como um *sistema* coerente, torna-se praticamente impossível eliminar isoladamente uma ou outra de suas estruturas e funções mediadoras específicas ou introduzir, no sistema firmemente estabelecido, fatores rivais estruturalmente novos e diametralmente contrários à sua complexa rede de partes constituintes mutuamente reforçadoras (MÉSZÁROS, 2011, p. 189).

Por isso, Mézáros (2011, p. 189) compreende que “[...] somente uma alternativa de mudança estrutural/sistêmica e totalmente abrangente é viável com alguma esperança de sucesso duradouro [...]”. A transição socialista que desconsiderar estas mediações ou não combater todas elas está fadada ao fracasso. Esta defesa é uma das primeiras relacionadas aos fundamentos de transição a ser elaborada pelo autor húngaro em sua principal obra. Acompanhar-se-á como Mézáros aprofunda essa discussão na sequência desta tese.

Isso se justifica pelo fato de que, para Mézáros (2011, p. 199), “[...] o poder do capital é exercido como uma verdadeira força opressora em nossa era graças à

rede estreitamente entrelaçada de suas mediações de segunda ordem [...]”. Essas mediações, como se observou, encontram lugar estrutural na teoria do autor húngaro.

Mészáros (2011, p. 200, grifo nosso) afirma que “[...] como Karl Marx **tentou** fazer em todas as suas principais obras, que subintitulava ‘Crítica da economia política’ [...]”, a ênfase das críticas estava centrada na “transitoriedade do sistema”. E Mészáros (2011, p. 200) conclui que “um século e meio depois das reflexões de Marx sobre a questão, o sistema do capital continua a afirmar seu poder [...]”. Isso faz parte do exame crítico à teoria socialista formulada no século XIX, na fase incipiente do sistema do capital, que, na concepção do autor húngaro, está ultrapassada por não ter conseguido compreender o movimento real do capital plenamente desenvolvido. Mas isso, como se destacou nesta tese, não ocorreu por limitações de autores como Marx, e sim pela própria constituição do capital, que, na avaliação de Mészáros, tornou-se consolidado apenas a partir da segunda metade do século XX.

De acordo com Mészáros (2011, p. 201), o que é universal na concepção marxiana, ou seja “[...] o verdadeiro significado da *crítica prática* marxista da economia política do capital [...]” é a “[...] necessidade de ir além do capital e de sua rede, hoje universalmente dominante e, pelo visto, permanente, das mediações de segunda ordem”.

Marx, de acordo com Mészáros (2011):

[...] jamais discutiu detalhadamente as formas históricas intermediárias e correspondentes de intercâmbio metabólico que ligam a relação-capital à ordem social por ele antevista. **As restrições socioeconômicas de sua época e o ponto de vista que Marx adotou em relação a elas tornaram-no impossível.** Não obstante, ele baseava suas previsões críticas em dois pilares sólidos: (1) a avaliação realista das realizações históricas e a imensa força prática do sistema do capital, e (2) a identificação dos antagonismos estruturais que tendiam a **prejudicá-lo** como sistema viável de reprodução sociometabólica ou “processo de vida social”. Ao apoiar seus argumentos sobre esses dois pilares, ele concluiu a linha de pensamento que o distanciou e até o opôs diametralmente aos clássicos da economia política [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 204, grifos nossos).

E Mészáros (2011) ressalta que:

[...] as condições materiais existentes são hoje ainda menos utilizáveis diretamente na realização das aspirações socialistas do que o eram na época em que Marx vivia. As mediações de segunda ordem do modo estabelecido de reprodução sociometabólica, profundamente arraigadas, excluem categoricamente a possibilidade de caminhos mais curtos para a realização dos objetivos socialistas originalmente previstos (MÉSZÁROS, 2011, p. 205).

Assim, as mediações de segunda ordem se tornam “profundamente arraigadas” após a consolidação do sistema do capital, fase não vivenciada por Marx. Dessa forma, Mészáros (2011, p. 210) sinaliza para a “significativa inversão” que o século XX produziu. Isso impôs “[...] limites à igualdade formal que prevalecia anteriormente [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 210) .

Mészáros (2011) explica que:

[...] a ativação dos limites absolutos do capital, enquanto sistema de reprodução plausível, surgiu em nosso horizonte histórico, já não se poderá evitar por muito mais tempo o enfrentamento da questão de como superar os pressupostos estruturais destrutivos do modo estabelecido de controle sociometabólico (MÉSZÁROS, 2011, p. 217).

Tais limites absolutos do capital dizem respeito a uma época histórica mais recente do sistema. Mészáros pontua que isso altera, significativamente, as formulações de estratégias socialistas, destacando inclusive que, devido a esse fato, “até mesmo o projeto socialista marxiano teve de sofrer as restrições de sua época [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 219).

O autor húngaro relata as diferenças com relação à concepção marxiana, especificamente com relação à crise. Assim, a crise estrutural se apresenta como expressão máxima dos limites absolutos do capital. Por isso, Mészáros (2011) faz a seguinte consideração:

[...] A crise do capital percebida por Marx em meados do século XIX no “cantinho europeu do mundo” por muito tempo não foi uma crise geral. Ao contrário, a continuação da ascendência histórica da ordem burguesa no “terreno bem mais amplo” do resto do mundo dissolveu durante todo um período histórico até mesmo a relativamente limitada crise europeia. Em consequência, o próprio movimento socialista inicialmente articulado por Marx e seus camaradas intelectuais e políticos foi fatalmente prematuro. **No momento de sua concepção, a teoria marxista lutou como pôde para se realizar, mas a própria realidade se recusou a lutar ao seu lado, da maneira esperada e estipulada por seu autor. Hoje, a situação é radicalmente diferente e chega a ser diametralmente oposta ao que foi enquanto Marx vivia.** Embora o aprofundamento da crise estrutural do capital signifique que “a realidade está começando a se movimentar em direção ao pensamento”, parece que em consequência das derrotas e falhas do movimento socialista (em especial, no passado recente), o próprio pensamento – e as indispensáveis forças materiais e organizacionais, sem as quais nem o mais válido pensamento tem condições de “agarrar as massas” e tornar-se uma força material eficaz – se recusa a caminhar na direção da realidade e “lutar por sua própria realização”. Nesse meio tempo, as necessidades das pessoas continuam frustradas e negadas, como sempre (MÉSZÁROS, 2011, p. 219, grifo nosso).

Tal passagem é central no conjunto das formulações de Mészáros. Demarca, de maneira cabal, aquilo que se destacou no início da presente tese: o fato de Mészáros compreender o movimento do capital dividido em duas fases distintas e de que Marx estaria datado à primeira fase do movimento do capital, ou seja, o período de ascensão do capital. E mais: além de datado ao século XIX, trata-se de uma análise do “cantinho europeu do mundo”.

A situação é radicalmente diferente, como escreve Mészáros, na atualidade. Especificamente, a partir da segunda metade do século XX, com a ativação dos limites absolutos do capital, que tem a crise estrutural como sua maior expressão.

Essa definição, de que Marx não viveu o período de aprofundamento da crise estrutural, significa para Mészáros que o “hoje” exigiu uma nova teoria que pudesse analisar o capital plenamente desenvolvido. Em outras palavras, é necessária uma nova análise do capital, a partir da perspectiva dos trabalhadores, que tenha a totalidade do capital plenamente desenvolvido como lócus.

Antes, ou seja, no período vivido por Marx, as crises poderiam ser deslocadas pelo processo de ascensão do capital. Atualmente, com a crise estrutural e a ativação dos limites absolutos do capital, a situação é completamente diferente. Mészáros (2011) explica:

Apesar das grandes derrotas do passado, a questão decisiva é o fato de que o final da ascendência histórica do capital em nossa época – seu domínio agora se estende aos bolsões mais distantes e anteriormente isolados do planeta – ativou os limites absolutos deste sistema de controle sociometabólico. Com o relacionamento do modo de reprodução social do capital à *causalidade* e ao tempo [...] a margem de deslocamento das contradições do sistema se torna cada vez mais estreita e suas pretensões ao inquestionável *status* de *causa sui*, visivelmente absurdas. Isso ocorre, porém, a despeito do poder destrutivo, outrora inimaginável, que ora se encontra à disposição de suas personificações, poder este capaz de atingir a humanidade inteira. Essa que parece ser a sua tendência, com certeza, não será seletiva no sentido de destruir somente o seu antagonista histórico, mas inclusive o seu sistema de controle (MÉSZÁROS, 2011, p. 219).

Dados como certos os limites absolutos do capital e a crise estrutural, Mészáros (2011) tem cautela em elucidar que a superação dessa crise não se dará naturalmente. Assim:

Embora tenhamos de estar conscientes da ativação dos limites absolutos do capital para permanecer alertas em relação a suas implicações destrutivas, é também necessário introduzir aqui algumas ressalvas, a fim de evitar

possíveis mal-entendidos e ilusões de falso otimismo com relação à saída da crise (MÉSZÁROS, 2011, p. 219).

E Mézáros (2011) complementa, dividindo em duas partes as ressalvas necessárias:

Em primeiro lugar, deve-se enfatizar que a expressão “limites absolutos” não implica algo absolutamente impossível de ser transcendido, como os apologistas da “ordem econômica ampliada” dominante tentam nos fazer crer para nos submeter à máxima do “não há alternativa”. Esses limites são absolutos apenas para o sistema do capital, devido às determinações mais profundas de seu modo de controle sociometabólico. **Em segundo lugar** (o que é bem menos tranquilizador), é preciso fazer a ressalva de que não devemos imaginar que o incansável impulso do capital de transcender seus limites deter-se-á de repente com a percepção racional de que agora o sistema atingiu seus limites absolutos. Ao contrário, o mais provável é que se tente tudo para lidar com as contradições que se intensificam, procurando ampliar a margem de manobra do sistema do capital em seus próprios limites estruturais [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 220, grifos nossos).

Os limites absolutos que se erguem são expressão da e inerentes à lógica de produção do sistema do capital plenamente desenvolvido. Diante desse fato, o autor húngaro considera que as medidas que podem ser tomadas na tentativa de atenuar ou postergar os desdobramentos dos problemas causados pela ativação dos limites absolutos do capital são investidas na “[...] dimensão política do sistema [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 220). E Mézáros (2011) completa:

[...] Com as recentes medidas legislativas que já apontam nessa direção, não pode haver dúvida de que o pleno poder do Estado será ativado para atender à meta de encerrar esse círculo vicioso do capital, ainda que isto signifique sujeitar quaisquer dissensões potenciais a restrições autoritárias extremas. Igualmente, não pode haver dúvida de que o sucesso ou não desta ação corretiva (ajustada aos limites estruturais do sistema global do capital), apesar de seu caráter evidentemente autoritário e de sua destrutividade, vai depender da capacidade ou incapacidade da classe trabalhadora de rearticular o movimento socialista como empreendimento verdadeiramente internacional (MÉSZÁROS, 2011, p. 220).

Como tática para a manutenção do *status quo* do sistema do capital, Mézáros considera que a política utilizada pelo Estado seria o lócus para a sobrevivência por maior tempo do atual sistema. Dessa forma, o êxito das medidas tomadas pelo Estado estaria na dependência direta da luta de classes dos trabalhadores em um movimento internacional.

Desse modo, o autor húngaro considera que “[...] no passado, pelo dinamismo de sua irrefreabilidade, o capital assegurou imenso avanço produtivo e, dessa forma, dirigiu-se para a satisfação potencial das necessidades e aspirações humanas [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 221). De fato, Mézáros, para sustentar suas teses, afirma que, no passado, a humanidade vivia melhor. Destacamos que o “passado”, para Mézáros, tem relação direta com o século XIX, aquele vivenciado por Marx. É esta a época considerada para sustentar a afirmação de que, pelo “dinamismo do avanço do capital, houve uma satisfação potencial das necessidades e aspirações humanas”. Na atualidade, isso é inimaginável, uma vez que, no contexto de ativação dos limites absolutos e crise estrutural, o que se tem diz respeito a medidas coercitivas e de constantes ataques, colocando em risco a continuação da vida humana e do planeta. Esses elementos demonstram como Mézáros identifica crise do capital com crise da produção e reprodução da própria humanidade.

1.6 ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DOS LIMITES ABSOLUTOS DO CAPITAL

O autor húngaro considera que há quatro aspectos que expressam, significativamente, as diferenças existentes entre a fase de ascensão e a fase de consolidação do sistema do capital. Trata-se de um conjunto de determinantes que foram positivos no período de ascensão do capital, mas se tornaram empecilhos no período de sua consolidação, a saber: o capital transnacional e os Estados nacionais; a eliminação das condições de reprodução sociometabólica; a liberação das mulheres; a questão da igualdade substantiva; e o desemprego crônico: o significado real de “explosão populacional”. Cada um desses quatro itens compõe uma parte do Capítulo 5, intitulado “Ativação dos limites absolutos do capital” da obra de Mézáros aqui estudada.

Antes de adentrar a compreensão de cada um desses determinantes, cabe destacar a afirmação de Mézáros relacionada a esses quatro itens, dividida em dois aspectos. Conforme Mézáros (2011), o primeiro aspecto é que os:

[...] limites absolutos do sistema do capital ativados nas atuais circunstâncias não estão separados, mas tendem, desde o início, **a ser inerentes à lei do valor. Neste sentido, eles correspondem de fato à “maturação” ou plena afirmação da lei do valor sob condições marcadas pelo encerramento da fase progressista da ascendência histórica do capital. E, vice-versa, pode-se dizer que a fase progressista da ascendência histórica do**

capital chega ao encerramento precisamente porque o sistema global do capital atinge os limites absolutos além dos quais a lei do valor não pode ser acomodada aos seus limites estruturais (MÉSZÁROS, 2011, p. 226, grifo nosso).

Esta afirmação de Mézszáros é crucial para o entendimento das fases do capital, agora caracterizadas como fase progressista e fase destrutiva. Quanto ao segundo aspecto, Mézszáros (2011) afirma que:

[...] está intimamente relacionado a esta circunstância. Antigamente (na verdade, não muito tempo atrás), todos os quatro conjuntos de determinantes foram constituintes positivos da expansão dinâmica e do avanço histórico do capital; desde o relacionamento simbiótico do capital com seus Estados nacionais até o uso vigorosamente autossustentado a que o sistema podia impor sua maneira característica (ainda que sempre problemática) de tratar das questões de igualdade e emancipação, e desde o domínio das forças da natureza no interesse de seu próprio desenvolvimento produtivo totalmente desimpedido por limites externos ou internos moderadores (o que seria colocar em questão seu domínio da natureza), até a reprodução ampliada anteriormente inimaginável não apenas de seus próprios recursos materiais e de suas condições de intercâmbio e controle do metabolismo, mas também do prodigioso crescimento da força de trabalho verdadeiramente produtiva e, nos parâmetros do capital, lucrativamente sustentável (MÉSZÁROS, 2011, p. 226-227).

E Mézszáros (2011) completa:

Ao contrário, o problema ameaçador para um futuro não muito distante não é simplesmente o fato de que os tipos dinâmicos de relacionamento expansionista manifestos no passado, sob os quatro conjuntos de determinação aqui tratados, já não podem mais continuar sendo positivamente sustentados. É algo bem pior. Nas condições do desenvolvimento histórico que hoje se desdobram, esses quatro conjuntos de forças interativas já não representam apenas uma *ausência* (que por si só já seria bastante ruim), mas um *impedimento atuante* para a acumulação tranquila do capital e o funcionamento futuro do sistema global do capital. Portanto, a ameaça da incontrolabilidade lança uma sombra muito longa sobre todos os aspectos objetivos e subjetivos do modo historicamente singular de que o capital dispõe para controlar a ininterrupta reprodução sociometabólica (MÉSZÁROS, 2011, p. 227).

Por conseguinte, observar-se-á como Mézszáros constrói suas análises acerca de cada um dos quatro elementos constitutivos dos limites absolutos do capital. Contudo, anteriormente, esses aspectos chegaram a ser positivos para o sistema.

Em primeiro lugar, Mézszáros trata do “capital transnacional” e dos “estados nacionais”. Para esse autor, há uma contradição entre a tendência de ampliação expansionista do capital transnacional, por meio do desenvolvimento econômico, e as restrições que os estados nacionais imputavam a este movimento. Não há, nesse

autor, uma explicação de quais seriam essas restrições. O que Mészáros (2011) apresenta é o fato de que:

[...] mesmo por meio de maciça intervenção estatal, as projetadas “conciliação” e “solução” das contradições não podem ser realizadas devido às deficiências estruturais do sistema e à consequente ativação dos limites absolutos do capital na fase atual do desenvolvimento histórico [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 235).

Ou seja, o que era possível de ser administrado antes da crise estrutural, agora, no contexto de ativação dos limites absolutos do sistema, já não é mais possível. Isso porque, segundo Mészáros (2011):

[...] Por meio de sua penetração nos mais remotos cantos do planeta, a consumação da ascendência histórica do capital trouxe a redefinição qualitativa das relações fundamentais de intercâmbio sociometabólico, ativando os limites absolutos do sistema de uma forma agravada pela *urgência do tempo*. Com isto, torna-se impossível continuar escondendo os limites e contradições do capital sob o manto de uma “conciliação” atemporal a ser realizada pelo Estado nacional mais ou menos idealizado (MÉSZÁROS, 2011, p. 235).

Dessa forma, os estados nacionais defendem interesses nacionais. Neste sentido, Mészáros (2011) explana:

Sob as condições que hoje se apresentam, torna-se imensamente problemática a antiga prática bem-sucedida de empurrar as contradições do sistema do capital por meio do desenvolvimento expansionista. Já mencionei que no passado muitos problemas graves podiam ser adiados, estendendo-se a escala de invasão do sistema a todos os territórios ainda não controlados e, ao mesmo tempo, aumentando o cacife entre os principais poderes envolvidos. Agora não há mais lugar para garantir, na escala adequada, o necessário deslocamento expansionista [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 242).

Assim, Mészáros (2011) afirma que:

[...] Com o sistema existente de dominação e subordinação, intensificado pela pressão do capital transnacional para afirmar seus interesses acima de todas as aspirações à autonomia e à autodeterminação nacionais, **a luta dos oprimidos por uma soberania há muito negada é um passo inevitável no processo da transição para uma ordem sociometabólica qualitativamente diferente** [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 245-246, grifo nosso).

Para se chegar ao socialismo, de acordo com Mészáros, a luta pela soberania nacional é uma tática necessária. Essa tática precisa, necessariamente, ser ofensiva, e a “[...] defesa da **soberania nacional e do direito à autodeterminação** não pode

ser a última palavra nessas questões, embora com certeza seja o primeiro passo indispensável [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 246, grifo nosso). Mézáros (2011) sintetiza:

O antagonismo entre o capital transnacional globalmente expansionista e os Estados nacionais – que indica, de forma muito acentuada, a ativação de um limite absoluto do sistema do capital – não pode ser derrubado com a atitude defensiva e as formas de organização da esquerda histórica. O sucesso exige as forças do genuíno *internacionalismo*, sem as quais a perversa dinâmica global do desenvolvimento transnacional não pode ser nem temporariamente combatida, muito menos substituída por um novo modo autossustentável de intercâmbio sociometabólico na escala global necessária [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 246).

Para Mézáros (2011), essa característica demarca uma alteração significativa nas estratégias do movimento socialista, que:

Desde seu início marxiano, [...] tinha aspirações internacionais conscientes. No entanto, suas formas concretas, os partidos e sindicatos tradicionais do movimento operário – inseridas nas estruturas estabelecidas da reprodução material e da política do sistema do capital, esperando a realização de seus objetivos irremediavelmente defensivos a partir de uma parcela da expansão do capital –, mostraram-se inadequadas para a tarefa (MÉSZÁROS, 2011, p. 246).

Trata-se de uma nova estratégia para o movimento socialista, inserido em uma nova conjuntura, em busca da “eliminação das condições de reprodução sociometabólico”.

Esse é o segundo aspecto do conjunto de determinantes que expressam, atualmente, os limites absolutos do sistema do capital. Mais precisamente, esse aspecto está relacionado aos monopólios, que tiveram na fase de ascensão do capital uma relativa tranquilidade em sua manifestação. Contudo, na fase de consumação do capital, o monopolismo relativo ao imperialismo teve como desdobramento as grandes guerras mundiais. Mézáros (2011) escreve:

Perseguir aspirações monopolistas era “natural” para o capital mercantil. Portanto, é compreensível que, de seu ponto de vista, o Estado esperasse assegurar a vitória dessas aspirações utilizando todos os meios à sua disposição. Entretanto, fazê-lo além de uma fase histórica muito limitada não significou apenas colocar obstáculos, mas contradizer diretamente a articulação da dinâmica interna do sistema, em sua qualidade de modo de reprodução sociometabólica, globalmente entrelaçado sob a dominação do capital *industrial*. Assim, as primeiras restrições monopolistas do capital mercantil tiveram de ser afastadas para uma fase mais avançada de desenvolvimento socioeconômico. O monopolismo muito diferente que acompanhou o desdobramento do imperialismo nos séculos XIX e XX não poderia fazer o relógio voltar atrás para recriar o monopolismo relativamente

sem problemas do capital mercantilista, apesar do fato de o capital *financeiro* ter se imposto vigorosamente sob as novas circunstâncias. Nem a dominação do sistema global por uma meia dúzia de monopólios nem a restrição ao desdobramento da dinâmica interna do capital poderiam ser consideradas opções realistas. Ao contrário, a humanidade teve de experimentar a intensificação dos antagonismos do sistema e sua explosão em duas guerras globais – para não mencionar a antecipação, em Hiroshima e Nagasaki, da total catástrofe de uma eventual Terceira Guerra – sem nem ao menos chegar a arranhar uma solução sustentável (MÉSZÁROS, 2011, p. 249).

No sistema do capital plenamente desenvolvido em escala global, estabelecem-se a reprodução e a ativação dos limites absolutos do sistema do capital. Isso porque, para assegurar o seu domínio, para o capital buscar “[...] a permanência de seu domínio global, ele agora se vê compelido a assumir o controle indiscutível do que não puder subjugar nem mesmo com as formas de domínio mais autoritárias inventadas no século XX [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 250).

Para Mézáros (2011), as diferenças históricas das fases de ascensão e consumação do capital provocam a seguinte reflexão:

[...] Em si, o capital não é mau nem bom, mas “indeterminado” em relação aos valores humanos. No entanto, essa “indeterminação” abstrata, que o torna compatível com o progresso concreto sob circunstâncias históricas favoráveis, adquire uma destrutividade devastadora quando as condições objetivas associadas às aspirações humanas começam a resistir a seu inexorável impulso expansionista (MÉSZÁROS, 2011, p. 252).

No período de ascendência histórica do capital, a ciência e a tecnologia foram favoráveis não apenas para o capital, mas para a humanidade, uma vez que isso trouxe uma potencialidade emancipadora. No entanto, na fase de consumação do capital, a ciência e a tecnologia deveriam se desenvolver de forma oposta, rigorosamente direcionada para o processo de acumulação do capital. Mézáros (2011) esclarece:

No período da ascendência histórica do capital, a capacidade do sistema de ignorar a causalidade espontânea e o ritmo da natureza – que circunscreviam e “fechavam” as formas de satisfação dos seres humanos – trouxe um grande aumento em seu poder de produção, graças ao desenvolvimento do conhecimento social e à invenção das ferramentas e dos métodos exigidos para traduzi-lo em potencialidade emancipadora. No entanto, como esse progresso teria de ocorrer de forma alienada, sob o domínio de uma objetividade reificada – o capital – que determinasse o rumo a seguir e os limites a transgredir, o intercâmbio reprodutivo entre a humanidade e a natureza teve de se transformar no oposto. O terreno da ciência e da tecnologia *viável* teria de estar rigorosamente subordinado às exigências absolutas da expansão e da acumulação do capital. Por essa razão, ciência e tecnologia sempre tiveram de ser utilizadas com enorme seletividade,

conforme o único princípio de seletividade à disposição do capital, até nas formas historicamente conhecidas dos sistemas pós-capitalistas. Assim, mesmo as formas existentes de conhecimento científico, que até poderiam combater a degradação do ambiente natural, não podem se realizar porque interfeririam com o imperativo da expansão inconsciente do capital; para não mencionar a recusa em dar andamento aos projetos científicos e tecnológicos que, se tivessem a necessária escala monumental, compensariam a piora de toda a situação. A ciência e a tecnologia só poderão ser utilizadas a serviço do desenvolvimento produtivo se contribuírem diretamente para a expansão do capital e ajudarem a empurrar para mais longe os antagonismos internos do sistema. Portanto, a ninguém deve surpreender que, sob tais determinações, o papel da ciência e da tecnologia tenha de ser degradado para melhorar “positivamente” a poluição global e a acumulação da destrutividade na escala prescrita pela lógica perversa do capital, em vez de atuar na direção oposta como, em princípio, poderia – hoje, só mesmo “em princípio” (MÉSZÁROS, 2011, p. 254-255).

Quando Mézáros utiliza exemplos do capital em ascensão, recorre a Marx para elucidar suas proposições. Isso é coerente com o todo que compõe seu universo categorial. Conforme Mézáros (2011), tem-se o seguinte:

Para compreender a gravidade desse problema, devemos ter em mente que o pior aqui é o que talvez tenha sido a maior realização do capital na sua fase de ascensão histórica. Segundo Marx: “Quando se fala do tempo necessário de trabalho, os ramos particulares isolados do trabalho aparecem como necessários. Quando a base é o valor de troca, essa necessidade recíproca é mediada pela troca [...]”. (MÉSZÁROS, 2011, p. 557).

A partir dessa concepção, Mézáros (2011) afirma que um elemento relacionado ao legado da ordem dominante diz respeito a esta constatação:

[...] Muitas vezes no passado, inclusive no passado recente, admitiu-se – apesar de todas as provas em contrário – que as atividades de produção muito avançadas do capital podem proporcionar a base material para uma ordem de reprodução socialista, prometendo os frutos da *abundância* para todos e a irreversível eliminação da *escassez*. **Enquanto Marx ainda vivia, antes, portanto, que se completasse a destrutividade incorrigível dos acontecimentos atuais, talvez houvesse algum fundamento para essa conclusão.** No entanto, mesmo naquela época, era uma convicção discutível que se deveria limitar energeticamente concentrando-se a atenção nas forças e tendências compensadoras inerentes ao modo de funcionamento do capital. Lamentavelmente, antes do final do século, tornou-se parte do credo social-democrata a afirmação, muitas vezes repetida, mas totalmente desprovida de conteúdo, hipnotizando até sua ala esquerda, segundo a qual “a sociedade burguesa carrega em todos os campos as sementes da transformação socialista da sociedade”. A única crítica era a de que os frutos do processo da reprodução estabelecida eram proporcionados pela burguesia com certas restrições, “apenas para seus eleitos”, antecipando assim o remédio na forma de um grande aumento quantitativo na escala de produção capitalista sob as novas circunstâncias políticas, com administração social-democrata [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 263-264, grifo nosso).

Essa afirmação é um diálogo direto com a tese de Marx de que o avanço das forças produtivas do trabalho é uma condição necessária para o processo de transição socialista. Além de o autor húngaro apontar para algo recorrente em suas proposições, ou seja, o tempo histórico limitado em que Marx viveu e que analisou, ainda aponta que as concepções de Marx foram utilizadas pela social-democracia.

Respalhado nessa apreensão, Mészáros (2011, p. 264) considera que, na atual situação, “[...] as perspectivas são bem menos promissoras do que na época de Marx, pois a tirania da necessidade artificialmente produzida foi estendida pelo capital a vastos terrenos antes intocados”.

Isto posto, Mészáros (2011) aponta que:

Ao contrário do que imagina muita gente da esquerda, a tecnologia e a ciência não podem ser consideradas antídotos plausíveis. Quem acredita que sejam costuma projetar quadros idealizados de meios técnicos supostamente existentes e conhecimento científico ainda não realizado como a base material de um futuro socialista de abundância. Pode parecer boa retórica política (a condenação indignada das falhas existentes), mas está muito longe de ser uma teoria bem fundamentada. A verdade realista é que a ciência e a tecnologia existentes estão profundamente incrustadas nas determinações que hoje prevalecem na produção, por meio das quais o capital impõe à sociedade as condições necessárias de sua existência instável. Em outras palavras, a ciência e a tecnologia não são jogadores bem treinados e em boa forma que, sentados nos bancos de reservas, ficam à espera do chamado dos treinadores socialistas esclarecidos para virar o jogo. Em seu modo real de articulação e funcionamento, estão inteiramente implicadas num tipo **de progresso simultaneamente produtivo e destrutivo**. Esta condição não pode ser consertada separando-se o lado produtivo do lado destrutivo para seguir apenas o primeiro. A ciência e a tecnologia não sairão de sua situação extremamente problemática por qualquer “experiência em pensamento”, por mais bem intencionada que seja – pela qual elas só participariam em investimentos produtivos e se recusariam a ter qualquer coisa a ver com a dimensão destrutiva de tais investimentos –, mas somente se forem radicalmente reconstituídas como formas da prática social. Também não se deve esquecer que os imensos recursos materiais (e humanos) exigidos para transformar em realidade as projeções científicas e tecnológicas – na escala visada – não são algo com que se possa contar na forma de ilimitada abundância, como se emergisse diretamente das forças criativas da ciência e da tecnologia, como Palas Atena outrora surgiu completamente armada da cabeça de Zeus. Fazê-lo seria evitar o problema, admitindo sem questionamento o que não pode ser admitido sem violar a lógica. Ao contrário, esses recursos (que hoje não existem) só poderiam ser produzidos com uma base socioeconômica radicalmente diferente, para além do desperdício incorrigível do capital no nível de desenvolvimento hoje atingido (MÉSZÁROS, 2011, p. 265, grifo nosso).

Essa afirmação não encontra nenhuma correspondência com Marx. O fato de considerar o avanço da ciência e sua aplicação tecnológica como parte constitutiva

do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho não confere a Marx a compreensão de que, sob o capital, estas poderiam ter uma forma distinta que não a contribuição para a produção e reprodução de capital.

A discussão sobre “A liberação das mulheres: a questão da igualdade substantiva” é o terceiro elemento que Mészáros considera no seu quadro explicativo dos limites absolutos do capital. Para introduzir as reflexões sobre a temática, Mészáros (2011) faz a seguinte afirmação:

[...] enquanto o relacionamento vital entre homens e mulheres não estiver livre e espontaneamente regulado pelos próprios indivíduos em seu “microcosmo” *autônomo* (mas de maneira alguma *independente* da sociedade) do universo histórico interpessoal dado, com base numa *igualdade significativa* entre as pessoas envolvidas – ou seja, sem a imposição dos ditames socioeconômicos da ordem sociometabólica sobre eles – não se pode sequer pensar na emancipação da sociedade da influência paralisante que evita a autorrealização dos indivíduos como seres sociais particulares [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 268).

Esse é, de fato, um elemento fundamental para a classe trabalhadora e que merece nossa atenção. Contudo, é problemático o entendimento de Mészáros ao considerar a “liberação das mulheres: a questão da igualdade substantiva” como elemento de ativação dos limites absolutos. Cabe lembrar que, de acordo com Mészáros, a ativação dos limites absolutos do capital é datada historicamente, mais especificamente a partir da década de 1970, tendo a crise estrutural como sua maior expressão. Seria somente nesse período que este problema se colocava na ordem do dia? Na época de Marx, por exemplo, havia essa “igualdade substantiva”?

Mészáros (2011) complementa:

O aspecto mais importante da família na manutenção do domínio do capital sobre a sociedade é a perpetuação – e a *internalização* – do *sistema de valores* profundamente iníquo, que não permite contestar a autoridade do capital, que determina o que pode ser considerado um rumo aceitável de ação dos indivíduos que querem ser aceitos como *normais*, em vez de desqualificados por “comportamento não conformista”. É por isso que encontramos por toda parte a síndrome da subserviência internalizada do *conheço-meu-lugar-na-sociedade* nos países anglo-saxônicos, na Alemanha, na antiga Rússia soviética, tanto em famílias proletárias como nas da burguesia e da pequena burguesia. A existência de um tipo de família que permitisse à geração mais jovem pensar em seu papel futuro na vida em termos de um sistema de valores alternativo – realmente igualitário –, cultivando o espírito de rebeldia potencial em relação às formas existentes de subordinação, seria uma completa infâmia do ponto de vista do capital (MÉSZÁROS, 2011, p. 271).

O autor confere um peso significativo aos “valores” que são próprios do sistema do capital e estão fortemente enraizados na formação familiar. Lembra-se de que essa discussão sobre a família está inserida no item em que o autor húngaro trata da liberação das mulheres e da questão da igualdade substantiva.

Deste modo, acerca da emancipação das mulheres, Mészáros (2011) afirma que:

[...] podem-se avaliar as implicações de longo alcance do questionamento direto à autoridade do capital, quando se tem em mente o fato de não se conceber que o sistema de valor estabelecido prevalecesse nas condições do presente, e menos ainda pudesse ser transmitido (e internalizado) por sucessivas gerações de indivíduos, sem o envolvimento ativo da família nuclear hierárquica, articulada em plena sintonia com o princípio antagônico que estrutura o sistema do capital. A família está entrelaçada às outras instituições a serviço da reprodução do sistema dominante de valores, ocupando uma posição essencial em relação a elas, entre as quais estão as igrejas e as instituições de educação formal da sociedade [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 271-272).

Em síntese, para o autor: família, igreja e educação formal, com predomínio da família, são fundamentais na geração de valores para o capital. Assim, a dominação do capital está, com as mediações de segunda ordem, preparada com seu arsenal completo ao ataque contra o movimento operário.

Isso posto, Mészáros explica que a estratégia para a luta do movimento operário sofreu fortes influências em função do contexto no qual os trabalhadores estavam inseridos. Na época de Marx, as organizações conseguiam avançar em pautas particulares no terreno das economias privilegiadas, mas não no que tange à igualdade substantiva entre homens e mulheres, o que Mészáros (2011) desconsidera, escrevendo que:

[...] por um período histórico relativamente longo, as circunstâncias socioeconômicas não foram muito favoráveis à realização das perspectivas defendidas e antecipadas por Marx. Enquanto a ascensão histórica do capital pudesse continuar sem perturbações no terreno global, também haveria espaço em termos materiais efetivos para a busca de interesses particularistas nos movimentos trabalhistas dos países relativamente privilegiados. Ainda que os objetivos estratégicos originais dos socialistas fossem postos de lado enquanto estivessem atrás desses interesses limitados, a longo prazo insustentáveis até em sua escala limitada, seria possível obter da margem de lucro em expansão do capital alguns ganhos mensuráveis para as seções de liderança das classes trabalhadoras nos países economicamente mais dinâmicos (os imperialistas), modificando assim a máxima anteriormente válida do *Manifesto comunista*: os proletários só tinham a perder as suas correntes (MÉSZÁROS, 2011, p. 288).

Na atualidade, reivindicar “oportunidades iguais para as mulheres (ou para o trabalhador)” é “[...] transformar em zombaria a própria ideia da emancipação” (MÉSZÁROS, 2011, p. 289). O autor húngaro confunde “oportunidades iguais para as mulheres (ou para o trabalhador)” com emancipação. Por esses dois fatores, a crítica desse autor ao capital se revela pela sua superficialidade. Para Mézszáros, o capital plenamente desenvolvido não oferece nenhuma possibilidade para o atendimento dessas pautas. Por isso Mézszáros (2011) constata que:

[...] A condição prévia essencial da verdadeira igualdade é enfrentar com uma crítica radical a questão do modo inevitável de funcionamento do sistema estabelecido e sua correspondente estrutura de comando, que *a priori* exclui quaisquer expectativas de uma verdadeira igualdade. Deve-se excluir categoricamente a igualdade substantiva devido à forma como, já há muito tempo, a divisão social do trabalho está constituída na ordem existente. É isto que deve ser invertido [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 289).

Tal discussão é ainda mais interessante quando Mézszáros (2011) faz a comparação entre o tema nas sociedades capitalistas e nas pós-capitalistas:

[...] sob o capitalismo as mulheres às vezes podem ocupar com segurança até o mais alto posto político, ao passo que nas condições pós-capitalistas elas são excluídas sem a menor cerimônia. Sob o sistema pós-capitalista, devem-se eliminar até as limitadas tentativas das mulheres de estabelecer um novo tipo de relação familiar em apoio a suas antigas aspirações, que vieram espontaneamente à tona logo nos primeiros anos pós-revolucionários. Enquanto a máxima extração do trabalho excedente, politicamente garantida e protegida, continua a ser o princípio orientador essencial do sociometabolismo com sua estrutura de comando necessariamente hierárquica, a questão da emancipação das mulheres, que exige igualdade substantiva – e, por implicação, uma reestruturação radical da ordem social estabelecida desde suas menores células até seus órgãos coordenadores mais abrangentes –, não pode ser considerada nem por um momento [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 293).

O quarto e último elemento constitutivo nas determinações que hoje potencializam os limites absolutos do capital e levam, portanto, ao aprofundamento da crise estrutural é o “desemprego crônico: o significado real da ‘explosão populacional’”.

O objetivo de Mézszáros (2011, p. 336) é analisar a “[...] tendência de aumento inexorável do desemprego durante pelo menos sete décadas do século XX, e a inviabilidade de todos os esforços para resolver de modo sustentável as contradições que a geraram [...]”. Para o autor húngaro, respaldado em dados da primeira metade

da década de 1990, o desemprego, que antes era apenas pontual, tornou-se um problema estrutural. Mészáros (2011) esclarece que:

Naturalmente, os apologistas do sistema se recusaram por muitos anos a notar a intensificação das contradições e continuaram a tecer fantasias sobre o “pleno emprego numa sociedade livre”, afirmando cegamente que só se poderia mencionar “pequenos bolsões de desemprego”, e mesmo isso não por muito tempo, graças à “sensibilidade política” da “sociedade democrática” esclarecida [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 322).

Em determinado momento no século XX, os pesquisadores que analisam a sociedade sob o ponto de vista do capital começaram a reconhecer o desemprego para além de “pequenos bolsões” pontuais pelo mundo. Além disso, esses autores admitiram que seria necessária a intervenção do Estado para cortar o orçamento destinado ao seguro-desemprego.

Em relação a esse tema, o autor húngaro apresenta dados da realidade, mais especificamente do ano de 1994. As notícias expressavam, então, o alto grau de demissões que se instaurava no mundo todo. Com as demissões, surgiu também uma grande insegurança para a população em geral, tanto no que diz respeito aos índices de violência como, e principalmente, em relação à insegurança em manter o emprego para os que ainda não haviam sido demitidos.

As manchetes de vários jornais evidenciavam o clima desse período: “Quem é o próximo? – O medo pelo emprego”. A partir dessa notícia, Mészáros (2011) apresenta os seguintes dados sobre as demissões:

[...] 13.000 na Siemens, 20.000 na Thyssen, 43.000 na Mercedes. Até mesmo as ferrovias e os Correios pretendem demitir 100.000 trabalhadores. Numa pesquisa do Instituto Alemão da Economia, 35 de cada 41 companhias afirmaram estar planejando cortar empregos em 1994. No início do ano, o número oficial de desempregados na Alemanha estava em 3,7 milhões, apesar de se acreditar que o número real seja bem maior. “O que vai acontecer a uma sociedade em que mais pessoas entram na fila de desempregados?”, perguntava *Der Spiegel*. “Será que o próprio tecido social vai se alterar se muitos de seus cidadãos passarem a viver da caridade? Será que as pessoas vão mudar?” Certamente não os homens da Ford-Zehlendorf. Apesar de se terem perdido 600.000 empregos na área de engenharia desde 1991, e de mais da metade das principais companhias estarem no vermelho [...] (KALLENBACH apud MÉSZÁROS, 2011, p. 324).

E, complementando o conjunto de dados sobre as intensas e constantes demissões da década de 1990, Mészáros (2011) apresenta as seguintes informações:

[...] Os dados de outro artigo de *The Economist* – conforme o qual “em 1973 a Chrysler empregava 152.560 trabalhadores horistas; mesmo que a empresa continue crescendo, é pouco provável que ela empregue mais que 85.000 em 1995. A mão de obra da Ford caiu de quase 200.000 no final dos anos 70 para 99.000 no início deste ano. É pouco provável que este número aumente. ... muitos dos que são admitidos vêm preencher a vaga deixada por alguém que se aposentou” – obviamente não tiveram qualquer efeito sobre os voos das esperanças do pensamento antitrabalhista. No mesmo artigo em que relacionam os empregos perdidos, os editores de *The Economist* alegam que “os operários daquela indústria são os mais bem pagos dos Estados Unidos (\$50 por hora, inclusive outros benefícios) e os mais seguros entre os trabalhadores manuais” [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 325-326).

Até mesmo os Estados Unidos, país central no sistema do capital, vivenciava os problemas causados pelo desemprego em larga escala. Outra grande potência que vivenciava o mesmo caos era a China. Quanto a este país, Mézáros (2011, p. 330) relata um dado alarmante: “uma das manchetes mais assustadoras acerca do desemprego nos últimos anos veio da China: 268 milhões de chineses perderão os empregos em uma década”.

No período de ascensão do capital, o desemprego revelava o bom funcionamento do sistema. Atualmente o desemprego crônico é uma característica determinante do processo de ativação dos limites absolutos do capital, que tem total relação com a crise estrutural de todo o sistema. Para Mézáros (2011):

A ameaça do desemprego era apenas latente no modo de regulação da reprodução sociometabólica do capital ao longo de séculos de desenvolvimento histórico. O “exército de reserva” do trabalho não só não representava uma ameaça fundamental para o sistema enquanto se mantivesse a dinâmica da expansão e da acumulação lucrativa do capital, mas, ao contrário, era um elemento bem-vindo e necessário para sua boa saúde. Enquanto as contradições e os antagonismos internos do sistema puderam ser geridos por “*deslocamentos expansionistas*”, os níveis de piora periódica do desemprego podiam ser considerados estritamente temporários, a serem superados no devido tempo, com tanta certeza quanto à noite se seguir o dia, gerando a ilusão de que o sistema “natural” de reprodução socioeconômica nada teria a temer porque seus ajustes mais cedo ou mais tarde seriam sempre executados com sucesso pelas “leis naturais” [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 332).

E Mézáros (2011) completa:

Entretanto, a situação muda radicalmente quando a dinâmica do deslocamento expansionista e a **acumulação tranquila** do capital sofrem uma interrupção importante, que traz consigo, com o passar do tempo, uma crise estrutural potencialmente devastadora. O realinhamento violento das relações de forças por duas guerras mundiais entre as potências capitalistas mais importantes durante o século XX demonstrou claramente, neste

aspecto, o nível dos cacifes em jogo. Assim, quando as contradições crescentes do sistema não puderem mais ser exportadas por meio de uma confrontação militar maciça como a experimentada em duas guerras mundiais, nem puderem ser dissipadas internamente pela mobilização de recursos humanos e materiais da sociedade para se preparar para uma guerra próxima – como vimos acontecer, não somente nos anos 30, mas também no período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, de “crescimento e desenvolvimento pacíficos”, até que a carga sempre crescente do rearmamento contínuo (racionalizada como “guerra fria”) começasse a se tornar proibitiva até mesmo para os países economicamente mais poderosos –, então o desemprego em massa começa a lançar uma sombra realmente ameaçadora, não somente sobre a vida socioeconômica de um ou outro país, mas sobre todo o sistema do capital [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 332–333, grifo nosso).

Assim, as grandes guerras mundiais não foram capazes de alterar o desenvolvimento do desemprego. Conforme Mézszáros (2011):

[...] É igualmente importante ter em mente o fato de que as duas guerras globais do século XX, apesar de seu imenso impacto destrutivo, não conseguiram oferecer o espaço vital necessário para a expansão econômica tranquila baseada no desenvolvimento pacífico. A ameaça do revanchismo na Europa, junto com a perspectiva de colisões militares que afetem todo o mundo, apareceu no horizonte histórico imediatamente após a Primeira Guerra Mundial; e os Estados Unidos, apesar de suas enormes vantagens econômicas ao fim da guerra, não conseguiram garantir para si próprios uma base sólida de expansão durante os anos 20 e 30. Longe disso, como demonstrou seu papel na “grande crise econômica”. Quanto ao período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, o período de expansão capitalista ocidental era inseparável do destino do complexo militar-industrial, com seu dinamismo temporariamente irresistível, mas, em essência, autodestrutivo. Na verdade, as primeiras tentativas de tornar aceitáveis as perspectivas de uma nova guerra, a ser travada contra o regime soviético, já foram feitas durante os últimos anos da própria guerra; e esforços neste sentido se tornaram uma orientação política quase oficial em 1946, com o discurso em Fulton de Sir Winston Churchill sobre a “cortina de ferro” (MÉSZÁROS, 2011, p. 333).

Na atualidade, e como forma de lei universal, Mézszáros (2011) explica que:

[...] estamos testemunhando um ataque em duas frentes à classe operária, não apenas nas partes “subdesenvolvidas” do mundo, mas também, com implicações perigosas para a viabilidade continuada do modo estabelecido de reprodução sociometabólica, nos países capitalistas avançados. Estamos testemunhando: 1) um desemprego que cresce cronicamente em todos os campos de atividade, mesmo quando é disfarçado como “práticas trabalhistas flexíveis” – um eufemismo cínico para a política deliberada de fragmentação e precarização da força de trabalho e para a máxima exploração administrável do trabalho em tempo parcial; e 2) uma redução significativa do padrão de vida até mesmo daquela parte da população trabalhadora que é necessária aos requisitos operacionais do sistema produtivo em ocupações de tempo integral (MÉSZÁROS, 2011, p. 342).

O desemprego crônico é o último elemento dos quatro apresentados por Mézáros para diferenciar o século XIX do século XX – primeira e segunda fases do movimento do capital; constituintes dos limites absolutos do capital. Além disso, esses elementos apresentam atualmente as características potencializadoras da crise estrutural do sistema do capital. Para sintetizar esses aspectos mencionados, Mézáros (2011) esclarece que:

A sombra da incontrolabilidade, pelas razões discutidas acima em relação a todos os quatro conjuntos de problemas associados aos limites absolutos do sistema do capital, está cada vez mais escura. Sob as condições de sua ascendência histórica, o capital teve condições de administrar os antagonismos internos de seu modo de controle por meio da dinâmica do *deslocamento expansionista*. Agora estamos diante não apenas dos antigos antagonismos do sistema, mas também da condição agravante de que a dinâmica expansionista do deslocamento tradicional também se tornou problemática e, em última análise, inviável. Isto é verdade não apenas no que se refere à contradição entre o capital transnacional e os Estados nacionais, assim como a invasão do ambiente natural devido aos imperativos da reprodução autorreprodutora, mas também com relação aos limites estruturais absolutos encontrados pela transformação do tradicional “exército de reserva do trabalho” numa explosiva “força de trabalho supérflua” – ainda assim e ao mesmo tempo mais necessária do que nunca para possibilitar a reprodução ampliada do capital –, com implicações particularmente ameaçadoras para todo o sistema resultantes da desestabilização de seu núcleo. Com relação à demanda de igualdade substantiva, a que o capital é absolutamente avesso, ela representa um problema diferente, mas não menos sério. Pois a demanda afirmou-se nas últimas décadas de forma irreprimível, trazendo consigo complicações insolúveis para a “família nuclear” – o microcosmo da ordem estabelecida – e, dessa forma, dificuldades proibitivas para a garantia da reprodução continuada do sistema de valores do capital (MÉSZÁROS, 2011, p. 343-344).

A tentativa de combater o processo de incontrolabilidade do sistema do capital oferece a possibilidade de intervenções políticas cada vez mais extremas no sentido de ataques diretos aos trabalhadores. Para o autor húngaro, isso revela uma mudança de característica em relação ao período que caracterizou o primeiro movimento do capital, ou sua ascensão, haja vista que, na primeira fase, as determinações foram essencialmente econômicas, ao passo que na atualidade, ou seja, na fase de consumação do sistema do capital, as determinações predominantes passam a ser políticas.

2. A CONTINUIDADE DA CONFIGURAÇÃO DO UNIVERSO CATEGORIAL DE MÉSZÁROS: A CRÍTICA À LUKÁCS E A CONTINUIDADE DO *PARA ALÉM DE MARX*

Mészáros, na segunda parte de *Para além do capital*, disserta sobre o “legado histórico da crítica socialista 1: o desafio das mediações materiais institucionais na esfera de influência da Revolução Russa”. Para isso, em um primeiro momento, o autor húngaro analisa sistematicamente a teoria de Lukács e se posiciona antagonicamente às suas perspectivas. Trata-se de uma espécie de apresentação da trajetória bibliográfica de seu mestre, apontando e criticando os elementos que considera centrais.

O alvo de seus apontamentos e críticas perpassa as obras da juventude até as da maturidade de Lukács. Destaca-se a importância de estudos que sigam nessa direção, e neste caso esta tese visa captar os elementos fundamentais da crítica feita por Mészáros a Lukács. Assim, o que interessa aqui é demonstrar o fundamento basilar dessas críticas e compreender como Mészáros se respalda nessa análise para sua elaboração acerca das sociedades capitalistas e pós-capitalistas de produção de capital, reivindicando o seu próprio universo categorial.

Tais críticas estão respaldadas em dois aspectos, a saber: i) o fato de Lukács ter sido afetado profundamente “[...] pelas contradições dos acontecimentos pós-revolucionários daquela época [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 512), em outras palavras pelo contexto da União Soviética; e ii) como desdobramento do primeiro, o ocultamento do “[...] círculo vicioso da segunda ordem de mediações do capital [...] abstraindo-se a relação de forças e sua cruel coação no processo de trabalho historicamente criado e realmente existente [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 489). Pode-se compreender que, a partir desses apontamentos de Mészáros, Lukács teve como finalidade de seus estudos a busca pelo trabalho em geral, não considerando a forma do trabalho determinada historicamente na sociedade soviética.

Outro elemento determinante das análises de Mészáros sobre Lukács é a falta de posicionamento sobre o sistema do capital pós-capitalista, ou seja, a Revolução Russa. Para Mészáros, Lukács não mencionou nada a esse respeito “[...] em parte por razões políticas, em parte por razões teóricas internas [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 490). Isso teria levado Lukács a compreender a realidade a partir do ponto de vista da sociedade pós-capitalista de produção de capital. Em última instância se trata da

concepção de Mészáros de ir além, também, das sociedades pós-capitalistas, superando assim o próprio Lukács.

2.1 LUKÁCS COMO EXPRESSÃO TEÓRICA DA SOCIEDADE DO CAPITAL EM SUA FORMA PÓS-CAPITALISTA

Como se tem observado ao longo desta tese, Mészáros nomeia a sociedade soviética como pós-capitalista de produção de capital. Para o autor, o fato é que a Revolução Russa alterou politicamente, tão somente, a estrutura do Estado e não conseguiu revolucionar o processo produtivo de capital. Sobre esse aspecto, Mészáros (2011) afirma que:

[...] De agora em diante, qualquer que seja o futuro do socialismo, este terá que ser estabelecido em fundamentos radicalmente novos, para além das tragédias e dos malogros do tipo soviético de desenvolvimento que se paralisou desde muito cedo, logo após a conquista do poder da Rússia por Lênin e seus seguidores (MÉSZÁROS, 2011, p. 349).

A análise dos escritos de Lukács serve como base para o aprofundamento da crítica que Mészáros faz à União Soviética. Para tanto, o autor húngaro expressa alguns problemas significativos nos escritos de Lukács que o perseguem da juventude até os escritos de sua maturidade. A crítica a Lukács é, portanto, a crítica à sociedade do capital em sua forma pós-capitalista.

Reconhecendo Lukács como um militante comunista e intelectual de grande envergadura, comprometido com os princípios revolucionários, Mészáros (2011, p. 359) reconhece que a “[...] a adoção por Lukács da perspectiva marxista foi autêntica e criativa”. A necessidade de se apropriar criativamente dos escritos marxianos também é uma característica que Mészáros atribui a seu próprio processo intelectual.

E Mészáros (2011) compreende que Lukács adotou, com seu modo característico:

[...] a grande percepção marxiana de que as categorias básicas do pensamento são “formas de ser” (*Daseinsformen*) segundo as quais a dinâmica histórica dos complexos socioeconômicos dados, assim como a constituição das estruturas ideológicas correspondentes, podem e devem ser dialeticamente entendidas [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 362).

Mas são as críticas que Mészáros direciona a Lukács que caracterizam os primeiros pontos analisados na segunda parte de sua obra. Para o autor, um dos

problemas cruciais de Lukács é buscar resoluções no plano da ideologia, afastando-se cada vez mais da materialidade objetiva. Como consequência disso, Lukács teria produzido uma análise cada vez mais pautada na moral. Nas palavras de Mészáros (2011):

Em vão procuraríamos em *História e consciência de classe* uma análise concreta das tendências objetivas do desenvolvimento do capitalismo contemporâneo. Tudo é projetado no nível da ideologia e da luta entre consciências de classe rivais. Na ausência de evidências objetivas de desenvolvimento, somos apresentados, não surpreendentemente, à sucessão de imperativos morais como nosso guia para o futuro (MÉSZÁROS, 2011, p. 384).

Para Mészáros (2011, p. 391) a “incapacidade de se engajar numa análise completa das transformações em curso no capitalismo ocidental [...]” e a perspectiva de inserir o modelo russo como o futuro para a humanidade trouxeram, ainda segundo Mészáros (2011, p. 391), “[...] conclusões verdadeiramente peculiares mesmo no caso de intelectuais excelentes e profundamente comprometidos como Lukács”. Uma dessas peculiaridades está na “[...] tentativa de Lukács de sempre conferir à ideologia um papel crucial [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 392). E isso exerceu forte influência em sua análise do movimento do processo socioeconômico.

Outra característica que marca a conclusão acerca de Lukács na análise de Mészáros (2011) diz respeito ao fato de que:

[...] ele não sentiu necessidade de empreender uma análise séria da economia capitalista global e de suas tendências recentes de desenvolvimento no interior de seus próprios termos de referência. Seu discurso ideologicamente orientado forneceu tanto o diagnóstico como a solução em termos estritamente teórico-ideológicos: o “abandono da última linha de *defesa teórica*” e a “*crise ideológica*” dele resultante (MÉSZÁROS, 2011, p. 393).

Mészáros chama a atenção para o deslocamento da base material objetiva por parte de Lukács em suas proposições. O caráter ideológico e moral, na leitura de Mészáros, é o que predomina nos escritos de Lukács. Mészáros (2011) argumenta que:

A importância dos fatores objetivos foi constantemente minimizada por Lukács para ampliar a plausibilidade do seu apelo ideológico dirigido a uma consciência de classe proletária idealizada e à sua “encarnação ativa, visível e organizada”, o partido igualmente idealizado. A crise do sistema capitalista foi exagerada de modo a sugerir que, não fosse pela “mentalidade dos

trabalhadores”, a ordem estabelecida não mais poderia sustentar a si própria. Desse modo, a negligência dos fatores materiais deu-lhe a ilusão de que as pré-condições econômicas e sociais da transformação revolucionária teriam sido “*frequentemente realizadas*” e apenas a “mentalidade dos trabalhadores” teria que ser modificada pela “ativa e visível encarnação da sua consciência de classe” para conquistar a vitória sobre a “*objetivamente e extremamente precária* condição da sociedade burguesa” (MÉSZÁROS, 2011, p. 393-394).

Trata-se de uma espécie de crítica em duas frentes. A primeira, em relação às experiências soviéticas; e a segunda, diz respeito às compreensões de Lukács, que centralmente destina a tarefa histórica para o campo da consciência. Por isso, Mézáros (2011) afirma:

[...] Como resultado desta abordagem, a tarefa histórica do “que fazer” tinha que ser definida como o trabalho de consciência sobre consciência. É assim que Lukács – um dos pensadores mais originais e realmente dialéticos do século – terminou por proclamar com unilateralidade não dialética a proposição, por último citada, segundo a qual a “crise ideológica” do proletariado “deve ser solucionada *antes* que se possa encontrar uma solução prática para a crise econômica do mundo” (MÉSZÁROS, 2011, p. 394).

Mas, para Mézáros, o conceito de classe em Lukács é o fator mais problemático de sua abordagem. Uma atitude acríica sobre a consciência de classe e da vontade coletiva por meio de um partido idealizado é a principal consequência. Mézáros (2011) afirma que:

[...] Lukács está absolutamente correto ao sublinhar que apenas os *sujeitos coletivos* podem ser considerados os verdadeiros sujeitos da história; no entanto, ele obscurece a importantíssima linha de demarcação marxiana entre história e “*pré-história*”. Ele o faz primeiro ao conferir à classe algumas funções que esta não pode de modo algum realizar; e, segundo, para se livrar destas contradições, pela hipóstase da realização das funções estipuladas por meio da ação do partido como a “encarnação organizada da consciência de classe do proletariado” (MÉSZÁROS, 2011, p. 399).

Para esta tese, outro aspecto primordial da segunda parte da principal obra de Mézáros está relacionado ao entendimento do autor húngaro sobre a relação entre emancipação do trabalho e a divisão social do trabalho. Conforme Mézáros (2011):

Na realidade, a emancipação do trabalho do jugo do capital é inseparável da necessidade de substituir e superar a *divisão social do trabalho*, hierárquica e antagônica. Isto não pode ser realizado pelo ato *político* de abolir a dominação jurídica do capitalista sobre o trabalho, pois a estrutura objetiva

da divisão social do trabalho herdada – a articulação material de produção existente – permanece basicamente inalterada na sequência de qualquer revolução socialista, mesmo sob as mais favoráveis condições históricas e relações de poder. Ao se negar politicamente a forma capitalista específica de propriedade privada, por meio da “expropriação dos expropriadores” e da concomitante instituição da propriedade estatal, persistem ainda – no importantíssimo processo de trabalho da sociedade – muitas das condições substantivas do metabolismo socioeconômico, mesmo que a “personificação do capital” (Marx) em uma base *hereditária* tenha sido proscrita naquelas circunstâncias, apesar de não haver nenhuma garantia de que assim permaneça (MÉSZÁROS, 2011, p. 450).

Isso demarca uma característica central na proposição de Mézáros acerca da revolução socialista, que para esse autor precisa ir além do aspecto político. Logo, essa concepção terá desdobramento em sua própria formulação estratégica. Para o autor, é a atuação do movimento operário na base material – capital e Estado - relacionada à atuação política que marcará os traços matriciais do projeto revolucionário. Mézáros (2011) explica:

A enorme importância deste fato se refere diretamente às alavancas práticas disponíveis para controlar efetivamente a operação das condições de produção. O fetichismo da mercadoria e a forma jurídica duplamente mistificadora em que se articulam nas esferas política e legal as determinações materiais do capital que governam o sociometabolismo ofuscam, de forma inacreditável, estas questões. Pois, na realidade, o capital é, ele próprio, essencialmente um *modo de controle*, e não meramente um *direito* de controle legalmente codificado. Isto é verdadeiro independentemente do fato de que, sob as condições históricas específicas da sociedade capitalista, o direito de exercer controle sobre a produção e a distribuição seja “constitucionalmente” atribuído a um número limitado de indivíduos, na forma de direitos hereditários de propriedade bem protegidos pelo Estado (MÉSZÁROS, 2011, p. 450).

E como desdobramento disso, segundo Mézáros (2011):

[...] a questão da dominação do capital sobre o trabalho, junto com as modalidades concretas de sua superação, devem se tornar inteligíveis em termos das *determinações material-estruturais* das quais emergem as várias possibilidades de intervenção pessoal no processo de reprodução social. Pois, por mais paradoxal que possa parecer, o poder objetivo da tomada de decisão, e a correspondente autoridade não escrita (ou não formalizada) do capital na qualidade de modo de controle real, *precede* a autoridade estritamente delegada (isto é, os imperativos objetivos do próprio capital estritamente delegados e apenas contingentemente codificados) dos próprios capitalistas (MÉSZÁROS, 2011, p. 451).

As alterações apenas no campo do Direito, em relação à emancipação do trabalho, são insuficientes e podem ser facilmente recolocadas na sociedade. São mudanças limitadas. Por isso, de acordo com Mézáros (2011):

[...] enfrentar a questão do *direito* dos capitalistas de dominar o trabalho – um direito que pode ser instantaneamente “tirado” ou “abolido” pela ditadura do proletariado, ou até mesmo restaurado mais tarde por meio de algum tipo de intervenção contrarrevolucionária – há de resultar apenas em mudanças muito limitadas na estrutura da sociedade transicional. **O verdadeiro alvo da transformação emancipatória é a completa erradicação do capital como modo de controle totalizante do próprio sociometabolismo reprodutivo, e não simplesmente o deslocamento dos capitalistas da condição historicamente específica de “personificações do capital”**. O fracasso, qualquer que seja a razão, em efetuar a erradicação estrutural objetiva do próprio capital dos processos reprodutivos em andamento, mais cedo ou mais tarde deve criar um intolerável vácuo no controle metabólico vital da sociedade. Isto exigiria o estabelecimento de novas formas de “*personificação*”, visto que a articulação estrutural socioeconômica de controle em vigor continua a ser marcada pelas características objetivas da divisão social hierárquica de trabalho herdada, cuja natureza mais íntima demanda algum tipo de personificação iníqua (MÉSZÁROS, 2011, p. 451, grifo nosso).

Essa afirmação está diretamente relacionada à sua análise da formação social soviética e, portanto, serve de apontamento para os limites da estratégia revolucionária que centra forças apenas no ato político da revolução.

Em síntese, Mézáros (2011) expõe o seguinte:

[...] Lukács sublinha vigorosamente que as formas historicamente dadas de mediação são os “princípios estruturais e tendências reais dos próprios objetos enquanto tais” (p. 155; ed. port., p. 174-5). Ao mesmo tempo, contudo, ele negligencia o papel complicador e potencialmente desencaminhador das contratendências necessariamente geradas no terreno da prática social. Isto de modo algum é acidental. Em seu discurso, a questão está irrevogavelmente resolvida em virtude da incapacidade estrutural da consciência de classe burguesa de se tornar consciente da mediação, muito menos de enfrentá-la com seus complicadores e limites objetivos na prática social. Na visão de Lukács, a tendência irreversível da dialética histórica é a abolição da ordem burguesa. **Ele nunca se cansa de assegurar que as condições objetivas de tal abolição já foram “frequentemente atendidas”. Se o proletariado conseguisse simplesmente superar sua “crise ideológica”, diz ele, a vitória seria completa e irreversível** (MÉSZÁROS, 2011, p. 465, grifo nosso).

Essa é a concepção de Mézáros diante dos escritos de Lukács. Deixando a base material de lado para aprofundar seus estudos no terreno da ideologia, foram as circunstâncias que levaram Lukács a oferecer, nas palavras de Mézáros (2011, p. 468), “[...] um quadro cor-de-rosa das tarefas a serem enfrentadas [...]” pelo movimento socialista.

Isso porque os posicionamentos de Lukács teriam sido operados “[...] num nível de abstração em que as mediações materiais realmente existentes – alienadas

e alienantes – têm importância secundária [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 499). Assim, ainda segundo Mézáros (2011):

O sistema do capital pós-capitalista e sua formação de Estado não é sequer submetido a uma crítica substantiva parcial (além das referências já mencionadas à “tática voluntarista” e à “rude manipulação”), **para não falar da crítica radical global que seria necessária**. Do mesmo modo, **o processo de trabalho é discutido nos termos mais gerais**, sem identificar as graves contradições (e desumanidades) de sujeitar a força de trabalho realmente existente às injunções implacáveis da extração politicamente regulada do trabalho excedente em nome do socialismo. Quando se discute a divisão do trabalho, ela é tratada de tal modo a nos manter aprisionados, sem esperança, nos parâmetros existentes **do tipo soviético de sistema do capital** [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 499, grifos nossos).

E por qual motivo Lukács não fez uma crítica radical à ordem estabelecida?

Mézáros (2011) responde:

[...] A razão pela qual ele não podia contemplar uma crítica mais radical da ordem estabelecida **foi o fato de esta crítica ser incompatível com os parâmetros vitais do conjunto de sua concepção**, articulada na época em que ele adotou a perspectiva do “elo mais fraco” e, como marxista, elaborou em detalhes suas ideias no período de grandes confrontos acerca da questão do “socialismo em um só país”, tendo permanecido até o fim na órbita da Revolução Russa [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 503, grifo nosso).

A concepção de Lukács, a partir do ponto de vista da sociedade pós-capitalista de produção de capital, resultou no seguinte, conforme Mézáros (2011):

[...] o Estado pós-revolucionário, sob controle do partido, não poderia ser sujeito a qualquer crítica substantiva. Esta é a razão de, em sua busca de alternativas, ele concluir não apenas pela defesa autopunitiva da separação das atividades política e intelectual, na vã esperança de uma margem de atividade autônoma, *estruturalmente incompatível* com o sistema pós-capitalista, como também de uma alternativa totalmente falsa ao existente: “uma *divisão do trabalho* bem pensada e *realista entre o partido e o Estado*” [...] **A margem de crítica política possível no âmbito dos parâmetros conceituais de Lukács, tal como elaborados na órbita da “revolução no elo mais fraco”, sempre foi extremamente estreita e assim permaneceu até o fim de sua vida**. Em seu “testamento político” ele apenas poderia recomendar a autorização de “organizações *ad hoc*”, por períodos estritamente limitados e para a realização de objetivos pateticamente estreitos, como forma de instituir a democracia socialista (MÉSZÁROS, 2011, p. 504, grifos nossos).

Dessa forma, Mézáros (2011) conclui que:

A extrema ingenuidade de Lukács consistia não apenas em não perceber que a liderança do Estado-partido estabelecido era incapaz de fazer as menores concessões, mas também em imaginar que, mesmo que os chefes

do partido (reconhecidos por Lukács como os únicos que poderiam legitimamente tomar as decisões) pudessem responder positivamente a elas, suas limitadas propostas iriam melhorar significativamente as perspectivas futuras do sistema historicamente condenado. Ele não poderia admitir para si próprio que as contradições básicas incuráveis do sistema estabelecido do capital pós-capitalista resultassem do modo de controle *necessariamente* autoritário do metabolismo socioeconômico que operava a extração politicamente imposta – altamente antagônica – do trabalho excedente, com sua própria forma de “personificação do capital” [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 505, grifo nosso).

Desafiar e superar a perspectiva pós-capitalista de produção de capital impõe, para Mézáros, a necessidade de superar Lukács, o autor que melhor expressou o conteúdo desse contexto. E o autor o faz considerando os dois aspectos que se levantaram no início desse capítulo, a saber: i) a perspectiva de Lukács centrada no modelo pós-capitalista de produção de capital; e ii) a busca pela compreensão do trabalho em sentido geral, e não o determinado historicamente pela produção de capital.

2.2 NOVOS ELEMENTOS DA CRÍTICA A MARX

A segunda parte da obra de Mézáros tem duas subdivisões. O que se viu até aqui diz respeito ao primeiro conjunto de argumentos construídos pelo autor húngaro para tratar do legado socialista. Apresentar-se-á a seguir a discussão que Mézáros realiza para concluir a parte dois de sua obra: “Legado histórico da crítica socialista 2: ruptura radical e transição na herança marxiana”.

No Capítulo 11 da obra magna de Mézáros, o primeiro capítulo da parte dois da segunda parte desse livro, o autor inicia a discussão acerca do que considera ser “o projeto inacabado de Marx”. Portanto, além da defesa de que Marx estaria datado ao cantinho europeu do século XIX, fase de ascendência do capital, Mézáros apresenta novos elementos para dispensar o referencial marxiano.

Dessa forma, coerente com seus pressupostos, o autor húngaro problematiza a teoria da transição sob a ótica da necessidade de uma nova construção. Para Mézáros (2011):

Os princípios gerais de uma teoria devem ser claramente diferenciados de suas aplicações às condições e circunstâncias específicas, mesmo que estas últimas necessariamente entrem novamente na constituição dinâmica dos próprios princípios fundamentais. É tarefa de uma teoria da transição articular as questões específicas do processo social em andamento, identificando com

precisão suas limitações temporais, na estrutura ampla dos princípios mais abrangentes que orientam a avaliação de cada detalhe. Se isto não for feito, qualquer alteração nas circunstâncias históricas que invalide alguns dos princípios *limitados* pode ser apresentada como refutação da teoria como um todo: estratégia favorita dos adversários do marxismo. Mas há uma dimensão muito mais importante deste problema do ponto de vista do movimento socialista. Reclamar validade *geral*, em que apenas uma validade limitada se aplica, gera uma pressão apologética para desqualificar qualquer desvio da norma aceita, quando, na verdade, a própria ideia de tal norma vai contra o espírito de um movimento que advoga mudanças fundamentais. Além do mais, uma vez que a apologia reforçada institucionalmente não consiga se manter, a exposição pública das contradições anteriormente veladas, na ausência de uma teoria que claramente identifique o peso relativo e o lugar específico de cada uma no desenvolvimento global, gera desorientação, desilusão e mesmo cinismo. **Desse modo, as restrições da teoria marxista com relação aos problemas da transição hoje se afirmam como um assunto de grande interesse prático** (MÉSZÁROS, 2011, p. 517, grifo nosso).

Reavaliar a teoria marxista no quadro de desenvolvimento global do capital é uma necessidade que Mézáros assume a fim de traçar os princípios de uma nova teoria de transição para uma nova forma histórica. Mézáros faz, a seu modo, uma incrível triangulação entre si mesmo, Marx e Lukács.

Em sua concepção, a tarefa que o próprio Marx apontou nos *Grundrisse* foi a de que mudanças significativas deveriam ocorrer na compreensão do capital a partir de seu próprio desenvolvimento histórico. Mézáros toma isso como ponto de partida e respalda-se em uma passagem fundamental dos esboços de Marx. A citação do referido livro que Mézáros utiliza é a seguinte: “Todas estas afirmações são corretas apenas nesta *abstração* da relação do *ponto de vista do presente*. Surgirão relações adicionais que *as modificarão significativamente*” (MARX apud MÉSZÁROS, 2011, p. 518).

Estas poucas palavras são suficientes para o que o autor húngaro entenda-as como um exemplo claro de que representam “uma regra fundamental do método de Marx: o aprofundamento e a revisão constantes (“modificação significativa”) de todos os pontos principais acontecem à luz das séries de relações complexas em desdobramento às quais pertencem” (MÉSZÁROS, 2011, p. 518).

“Aprofundamento” e “revisão constantes” são entendidos por Mézáros como sinônimos de “modificação significativa” de todo o universo categorial marxiano – interessantemente se exclui disso a “alienação”, dos *Manuscritos*, de 1844. Isso é central para a concepção de Mézáros. Ele encontra em Marx dos *Grundrisse* a justificativa que necessitava para respaldar sua apreensão do movimento do capital dividido em duas fases distintas: ascensão e consolidação. Assim, Marx teria ficado

restringido à primeira, e sua teoria, incompleta, primeiramente pelas próprias restrições do modo de produção de capital daquele período, e em segundo lugar porque Marx não concluiu seu plano de investigação e exposição. Logo, ao encontrar em Marx a necessidade de “modificação significativa” das afirmações, que serão determinadas por relações adicionais, Mészáros tem o que considera ser uma tendência traçada pelo próprio Marx.

Contudo, qual o contexto dos *Grundrisse* em que tal afirmação de Marx está situada? Teria, de fato, Marx apontado para essa necessidade de alterações em seu universo categorial? Observe-se mais de perto.

A citação de Marx (2011) que dá base para essa interpretação de Mészáros aparece entre parênteses nos *Grundrisse* da seguinte forma:

(Todas as proposições nessa abstração são corretas unicamente para a relação sob o ponto de vista considerado. Vão intervir outras relações que a modificarão consideravelmente. A totalidade, na medida em que de modo geral não se [apresenta] por inteiro, *pertence de fato à teoria do lucro.*) (MARX, 2011, p. 270)⁷.

Como se observou, Mészáros utiliza apenas a primeira parte da citação, desconsiderando o fato de que “a totalidade, na medida em que de modo geral não se [apresenta] por inteiro, *pertence de fato à teoria do lucro.*” (MARX, 2011, p. 270). Esse trecho é um indicativo do conteúdo tratado por Marx referente às modificações significativas necessárias. Mas quais são as proposições que precisarão ser modificadas significativamente em função de outras relações? Segue-se com a argumentação.

Tal citação encontra-se no final do item dos *Grundrisse* em que Marx discute o processo de trabalho e o processo de valorização. Como se trata de uma síntese do primeiro esboço dos estudos de Marx sobre economia política, dos anos em que se retirou para o *gabinete de estudos*, as próprias nomeações dos itens e as subdivisões desse texto foram feitas pelas editoras que tiveram o trabalho de traduzir esses manuscritos.

Marx, na parte que antecede à citação feita por Mészáros, esboça uma discussão acerca das variações relacionadas ao trabalho necessário, ao trabalho

⁷ Como sabido, os *Grundrisse* são os manuscritos, síntese dos esboços de Marx, sobre a crítica da economia política, escritos entre 1857 e 1858. A tradução desse livro de Marx usado nesta tese é a da edição da Boitempo, 2011, que é diferente da que Mészáros utiliza em sua principal obra. No entanto, isso em nada altera o conteúdo analisado neste trabalho.

excedente e ao desenvolvimento das forças produtivas do trabalho. Essa formulação terá contornos finais, como se verá na análise desta tese, apenas n' *O capital*. Em outras palavras, trata-se de Marx tateando as oscilações na produção de mais-valia em decorrência das variações do conjunto de elementos que a constitui. A partir disso, Marx (2011) elenca três exemplos de momentos diferentes que podem alterar a produção de mais-valia⁸:

Em primeiro lugar: o aumento da força produtiva do trabalho vivo aumenta o valor do capital (ou diminui o valor do trabalhador), não porque aumenta o *quantum* dos produtos ou valores de uso criados com o mesmo trabalho – a força produtiva do trabalho é sua força natural –, mas porque diminui o trabalho *necessário*, ou seja, porque, na mesma proporção em que ele diminui o trabalho necessário, cria *trabalho excedente* ou, o que é a mesma coisa, valor excedente; porque o mais-valor do capital, que este obtém mediante o processo de produção, consiste tão somente do saldo do trabalho excedente sobre o *trabalho necessário*. O aumento da força produtiva só pode aumentar o trabalho excedente – *i.e.*, o excedente do trabalho objetivado no capital como produto sobre o trabalho objetivado no valor de troca da jornada de trabalho –, à medida que ele diminui a proporção do *trabalho necessário* em relação ao *trabalho excedente*, e somente na medida em que a diminui. O valor excedente é exatamente igual ao trabalho excedente; o aumento do valor excedente é medido exatamente pela diminuição do *trabalho necessário* (MARX, 2011, p. 268).

Já na segunda situação, Marx (2011) rascunha:

[...] o mais-valor do capital não aumenta da mesma maneira que o multiplicador da força produtiva, *i.e.*, no número de vezes pelo qual aumenta a força produtiva (posta como unidade, como multiplicando); mas cresce do excedente da fração da jornada de trabalho vivo, que inicialmente representa o trabalho necessário, sobre essa mesma fração dividida pelo multiplicador da força produtiva. Em consequência, se o *trabalho necessário* = a $\frac{1}{4}$ da jornada de trabalho vivo e a força produtiva duplica, o valor do capital não aumenta o dobro, mas $\frac{1}{8}$; o que é igual a $\frac{1}{4}$ ou $\frac{2}{8}$ (a fração inicial da jornada de trabalho que representa o trabalho necessário) - $\frac{1}{4}$ dividido por 2, ou = a $\frac{2}{8} - \frac{1}{8} = \frac{1}{8}$. (O fato de que o valor se duplica pode também ser expresso afirmando que ele se multiplica por $\frac{4}{2}$ ou $\frac{16}{8}$. Portanto, se no exemplo aumentado a força produtiva tivesse crescido $\frac{16}{8}$, o lucro teria crescido somente $\frac{1}{8}$. O seu crescimento se relacionaria ao da força produtiva = 1:16. (|É isso!) Se a fração fosse $\frac{1}{1.000}$ e a força produtiva crescesse mil vezes, o valor do capital não cresceria mil, nem sequer $\frac{1}{1.000}$; ele cresceria $\frac{1}{1.000} - \frac{1}{1.000.000}$, ou seja, $\frac{1.000}{1.000.000} - \frac{1}{1.000.000} = \frac{999}{1.000.000}$). Por conseguinte, a *soma absoluta* em que o capital aumenta seu valor por um aumento determinado da força produtiva depende da *fração dada* da jornada de trabalho, da parte alíquota da jornada de trabalho que representa o *trabalho necessário* e que, portanto, expressa a proporção inicial do trabalho necessário na jornada de trabalho vivo. O aumento da força produtiva em uma proporção determinada pode, portanto, aumentar de forma diferente o

⁸ Nos *Grundrisse*, Marx já sinaliza, de forma insuficiente, para a distinção entre taxa de lucro e taxa de mais-valia. Mas é n' *O Capital* que essa distinção será completamente explicada. Ver-se-á isso com mais detalhes no Capítulo 4 da presente tese.

valor do capital nos *diferentes países*, por exemplo. Um aumento generalizado da força produtiva na mesma proporção pode aumentar de maneira diferente o valor do capital nos diversos ramos industriais, e o fará segundo a diferente proporção do *trabalho necessário* na jornada de trabalho vivo nesses ramos. Naturalmente, em um sistema da livre concorrência essa proporção seria a mesma em todos os ramos de negócio se o trabalho em todas as partes fosse trabalho simples, ou seja, se o *trabalho necessário* fosse o mesmo. (Caso representasse o mesmo *quantum* de trabalho objetivado.) (MARX, 2011, p. 268-269).

Por fim, uma terceira situação, segundo Marx (2011):

[...] quanto maior o valor excedente do capital *antes do aumento da força produtiva*, quanto maior o *quantum* pressuposto do trabalho excedente ou do valor excedente do capital, ou quanto menor já for a fração da jornada de trabalho que constitui o equivalente do trabalhador, fração que expressa o trabalho necessário, tanto menor é o crescimento do valor excedente que o capital obtém do aumento da força produtiva. O seu valor excedente cresce, mas em proporção sempre menor que o desenvolvimento da força produtiva. Consequentemente, quanto mais desenvolvido o capital, quanto mais trabalho excedente criou, tanto mais extraordinariamente tem de desenvolver a força produtiva do trabalho para valorizar-se em proporção ínfima, *i.e.*, para agregar mais-valor – porque o seu limite continua sendo a proporção entre a fração da jornada que expressa o *trabalho necessário* e a jornada de trabalho total. O capital pode se mover unicamente no interior dessas fronteiras. Quanto menor é a fração que corresponde ao trabalho *necessário*, quanto maior o *trabalho excedente*, tanto menos pode qualquer aumento da força produtiva reduzir sensivelmente o trabalho necessário, uma vez que o denominador cresceu enormemente. A autovalorização do capital devém mais difícil à proporção que ele já está valorizado. O aumento das forças produtivas deviria indiferente para o capital; inclusive a valorização, porque suas proporções teriam se tornado mínimas; e o capital teria deixado de ser capital. Se o trabalho necessário fosse 1/1.000 e a força produtiva triplicasse, o trabalho necessário só cairia 1/3.000 ou o trabalho excedente só teria crescido 2/3.000. No entanto, isso não ocorre porque cresceu o salário ou a participação do trabalho no produto, mas porque o salário *já* caiu muito, considerado em relação ao produto do trabalho ou à jornada de trabalho vivo (MARX, 2011, p. 269-270).

Como é natural em um esboço, temos aqui a forma inicial do que será exposto n’*O capital*, em sua forma e conteúdo aprofundados, a respeito das três leis que determinam o valor da força de trabalho e a mais-valia⁹. É com base nas três situações expostas anteriormente que Marx (2011) escreve:

(Todas as proposições nessa abstração são corretas unicamente para a relação sob o ponto de vista considerado. Vão intervir outras relações que a modificarão consideravelmente. A totalidade, na medida em que de modo geral não se [apresenta] por inteiro, *pertence de fato à teoria do lucro.*) (MARX, 2011, p. 270).

⁹ Essa discussão está presente no Item I – “Grandeza da jornada de trabalho e intensidade do trabalho constantes (dados), força produtiva do trabalho variável” – do Capítulo XV d’*O capital*, de Marx (1985) – “Variação de grandeza do preço da força de trabalho e da mais valia” –, que compõe a Seção V, Livro I e Volume II – “A produção da mais-valia absoluta e relativa”.

Assim, Mészáros (2011, p. 518) acerta quando considera que “[...] o aprofundamento e a revisão constantes [...]” são necessários nos estudos marxianos. Mas é falsa a relação dessa afirmação com a de que a ‘modificação significativa’ “[...] de todos os pontos principais acontecem à luz das séries de relações complexas em desdobramento às quais pertencem” (MÉSZÁROS, 2011, p. 518). Essa afirmação de Marx usada por Mészáros diz respeito somente às leis que determinam o valor da força de trabalho e a mais-valia, ainda de forma incipiente nos *Grundrisse*, sendo, dessa forma, descabida para a generalização que Mészáros faz.

Da mesma forma, Mészáros apresenta, mais uma vez sem contextualizar a citação, outra passagem de Marx, também dos *Grundrisse*. É mais um elemento de fundamental importância para o autor, que considera sob a perspectiva metodológica a seguinte passagem como expressão de “[...] todo o programa marxiano [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 518). A citação de Marx (2011, apud MÉSZÁROS, 2011, p. 518) que o autor húngaro retira dos *Grundrisse* é a seguinte:

O desenvolvimento exato do conceito de capital é necessário, já que é o conceito *fundamental* da economia moderna, assim como o próprio capital, cuja *imagem* abstrata, *refletida* no seu conceito, é o *fundamento* da sociedade burguesa. A formulação exata dos *pressupostos básicos* da relação deve trazer *todas as contradições* da produção burguesa, assim como os *limites* que ela leva *para além de si própria* (MARX apud MÉSZÁROS, 2011, p. 518).

Para o autor húngaro, esta é a prova de que, em consonância, “[...] portanto, com as determinações e contradições que se desdobram objetivamente, através das quais o capital sobrepuja seus próprios limites, **tudo deve ser apreendido pela lógica interna dos seus múltiplos contextos**” (MÉSZÁROS, 2011, p. 518). A conclusão que Mészáros apresenta é uma tentativa de encontrar no próprio Marx uma justificativa para sua própria posição: aquela relacionada à tarefa de uma nova apreensão do sistema do capital, que ocorria em um novo contexto, a saber, a segunda metade do século XX. Tal conclusão, a partir da citação de Marx, é mais um equívoco de Mészáros. Isso porque, para Marx, nos próprios *Grundrisse*, a constatação de que se fazia necessário o rigor na formulação do conceito de capital está em direta oposição aos autores da economia clássica, Adam Smith e David Ricardo, por exemplo. Inclusive, a identificação dos limites teóricos desses autores potencializa os escritos de Marx. Este afirma, em *Grundrisse*, na parte que antecede

a citação feita por Mészáros, na discussão sobre processo de trabalho e processo de valorização em Smith, que:

[...] o trabalho é a fonte dos valores, bem como da riqueza, mas no fundo põe mais-valor tão somente na medida em que, na divisão do trabalho, o excedente aparece como dádiva natural, como força natural da sociedade, como a terra, no caso dos fisiocratas. [...] Por outro lado, nele, o *capital* [...] não aparece originariamente contendo em si mesmo de forma antitética o momento do trabalho assalariado, mas tal como ele provém da circulação, como dinheiro e, em consequência, tal como ele devém capital a partir da circulação, por meio da *poupança*. Por conseguinte, o capital originalmente não se valoriza a si mesmo – justamente porque a apropriação de trabalho alheio não está incorporada em seu próprio conceito. Tal apropriação só aparece *posteriormente*, depois que o capital já é pressuposto como *capital* [...] Em virtude disso, de acordo com A. Smith, o trabalho deveria, na verdade, ter como salário o seu próprio produto, o salário deveria ser = o produto, portanto, o trabalho não deveria ser trabalho assalariado e o capital não deveria ser capital. Por isso, para introduzir o lucro e a renda como elementos originais dos custos de produção, *i.e.*, para fazer sair um mais-valor do processo de produção do capital, Smith os pressupõe da forma mais rudimentar. O capitalista não pretende ceder de graça o uso de seu capital para a produção; o mesmo vale para o proprietário fundiário e suas terras. Eles exigem algo em troca. Desse modo, eles são assimilados, juntamente com suas pretensões, como fatos históricos não explicados. A rigor, o salário é o *único* componente dos custos de produção justificado *economicamente*, porque é componente necessário. Lucro e renda são apenas *deduções* do salário, extorquidas arbitrariamente no processo histórico pelo capital e pela propriedade fundiária, e justificadas *legalmente*, mas não economicamente. [...] Daí as contradições. Daí suas hesitações na determinação do valor, sua posição no mesmo plano do lucro e da renda da terra, suas opiniões falsas acerca da influência do salário sobre os preços etc (MARX, 2011, p. 260-261).

Já em Ricardo, sobre esse tema, Marx (2011) mostra que:

[...] capital e trabalho são outra vez concebidos não como forma social histórica determinada, mas como forma social natural para a produção da riqueza como valor de uso, *i.e.*, a sua forma enquanto tal, precisamente porque é natural, é *indiferente*, e não é concebida em sua relação *determinada* com a forma da riqueza, da mesma maneira que a própria riqueza, em sua forma como valor de troca, aparece como simples mediação formal de sua existência material; daí por que o caráter determinado da riqueza burguesa não é compreendido – exatamente porque ela aparece como a forma adequada da riqueza em geral, e daí por que também, *economicamente*, ainda que se tenha partido do *valor de troca*, as *formas econômicas determinadas da própria troca* não desempenham absolutamente nenhum papel em sua Economia, mas não se fala nada além da repartição do produto universal do trabalho e da terra entre as três classes, como se na riqueza fundada sobre o *valor de troca* se tratasse apenas do *valor de uso*, e como se o valor de troca fosse apenas uma forma cerimonial, que, em Ricardo, desaparece da mesma maneira que o dinheiro como meio de circulação desaparece na troca. Também por essa razão, para fazer valer as verdadeiras leis da economia, ele prefere se referir a essa relação do dinheiro como relação puramente formal. Daí também sua debilidade na verdadeira teoria do dinheiro (MARX, 2011, p. 261).

Com isso, nos *Grundrisse* Marx (2011, p. 258) esboça sua crítica aos economistas clássicos sobre o que considera como “[...] dificuldade de compreender o capital, a autovalorização do valor, *hinc*, o mais-valor que o capital cria no ato da produção [...]”. É por esse fato, e nesse contexto, que Marx apresenta a necessidade de apreensão do capital. Portanto, é descabida a conclusão que Mészáros tira desses escritos do autor alemão.

Em nova citação de outra passagem dos *Grundrisse*, Mészáros sustenta que, por esses motivos, Marx (2011, apud MÉSZÁROS, 2011, p. 518) considera que “nada pode *emergir* ao final do processo que não tenha aparecido como premissa e pré-condição no *começo*. Mas, por outro lado, tudo tem que se evidenciar”. É muito interessante a forma como Mészáros elenca as citações de Marx, buscando nessas o respaldo para suas conclusões sobre a necessidade de ir para além d’*O capital* de Marx. Lembra-se que essa discussão está inserida na principal obra do autor húngaro, no capítulo em que Mészáros discute o que considera ser o *projeto inacabado de Marx*. Dessa forma, ao utilizar essa última citação, indica para a alteração histórica do século XIX, como premissa e pré-condição do começo, para a segunda metade do século XX, na qual tudo tem de se evidenciar.

Todavia, como tem se repetido nas citações que Mészáros faz de Marx, o contexto de tal passagem do autor alemão é outro. Marx (2011) mostra, no início da discussão sobre processo de trabalho e processo de valorização, também nos *Grundrisse*, que:

No final do processo não pode emergir nada que, em seu início, não aparecia como seu pressuposto e condição. Mas, por outro lado, tudo isso tem de emergir. Por essa razão, se, ao final do processo, que foi iniciado sob o pressuposto do capital, o capital parece ter desaparecido como relação formal, isso só pode se dar porque foram ignorados os fios invisíveis que o capital tece no processo (MARX, 2011, p. 237).

Fica claro que Marx não está se referindo a alterações históricas que precisam ser evidenciadas, mas ao próprio movimento do capital em seu processo de produção e reprodução.

Estas três citações, retiradas por Mészáros dos *Grundrisse* de Marx, formam o que o autor húngaro considera como “[...] princípios metodológicos [...]” de Marx

(MÉSZÁROS, 2011, p. 518). A partir desses “princípios”, Mézáros (2011) argumenta que:

[...] a tarefa teórica consiste na identificação e na elucidação de todas aquelas pressuposições e pré-condições objetivas que tenham uma relação importante com qualquer ponto particular em questão. **O empreendimento crítico parte da imediaticidade do fenômeno investigado e, por meio da compreensão e da explicação das condições e pressuposições relevantes da sua composição estrutural, age como parteira das conclusões que emergem objetivamente. Essas, por sua vez, constituem as pressuposições e pré-condições necessárias de outros conjuntos de relações neste sistema dialético e inerentemente objetivo de determinações recíprocas** (MÉSZÁROS, 2011, p. 518, grifo nosso).

Mézáros (2011, p. 518) complementa essa explicação com “[...] uma ilustração adicional, fornecida pelo breve delineamento feito por Marx do plano geral de seu texto”. Essa ilustração é retirada de uma parte dos *Grundrisse*, na qual Marx (2011, apud MÉSZÁROS, 2011) afirma que:

Nesta primeira seção, onde examinamos valores de troca, dinheiro, preço, as mercadorias aparecem como *já presentes*. A determinação das formas é simples. ... Isto ainda se apresenta, até mesmo na superfície da sociedade desenvolvida, como o mundo de mercadorias diretamente disponível. Mas, por si próprio, ele aponta *para além de si próprio* em direção às relações econômicas que são postas como relações de produção. A *estrutura interna da produção* forma, assim, a segunda seção; a concentração do todo, a terceira; a relação *internacional*, a quarta; o *mercado mundial*, a *conclusão*, na qual a produção é postulada como uma totalidade juntamente com todos os seus momentos, mas dentro da qual, ao mesmo tempo, *todas as contradições entram em jogo*. O mercado mundial então, novamente, forma a pressuposição do todo assim como seu substrato [*Träger*]. *Crises* são então o anúncio geral que *aponta para além da pressuposição* e o *impulso* [*Drängen*] que dirige para a adoção de *uma nova forma histórica* (MARX apud MÉSZÁROS, 2011, p. 518-519).

Respaldado nos rascunhos de Marx, uma primeira síntese do esboço da crítica da economia política, Mézáros apresenta os delineamentos gerais do plano de estudos de Marx, que foi desenvolvido em parte significativa e aprofundado nos volumes d’*O capital*. Mas não é isso que o autor húngaro destaca dessa passagem. Para Mézáros (2011):

Como podemos ver, somos conduzidos da identificação das pré-condições e pressuposições da “forma simples” à “conclusão” do mercado mundial, que, por sua vez, constitui a “pressuposição do todo”. Só que tal “conclusão” do processo como um todo pode colocar em jogo a totalidade confluyente de contradições sem a qual não pode haver qualquer crise estrutural. A ativação

das contradições globais e das crises que se seguem, por outro lado, “anunciam”, mas, vejam bem, apenas anunciam, sem que de modo algum *produzam automaticamente* a nova forma histórica “para além da pressuposição”. Sem o anúncio dessa nova forma histórica permaneceríamos trancados no círculo vicioso das *pressuposições recíprocas do capital*. Ao mesmo tempo, a realização daquilo que apenas é anunciado pela crise é o mais complexo de todos os processos sociais divisados, apresentando dificuldades quase proibitivas de conceituação porque escapa às regras de qualquer matriz determinista. Em outras palavras, a “nova forma histórica” não pode ser definida em termos do sistema prevaiente de pressuposições, pré-condições e predeterminações precisamente porque deriva sua novidade histórica – o “reino da liberdade” – da escolha consciente dos produtores associados, para além do colapso do determinismo econômico do capital, numa bifurcação da história quando “todas as contradições entram em jogo” e clamam por uma solução de tipo radicalmente novo (MÉSZÁROS, 2011, p. 519).

Mészáros aponta que Marx já traçava, apenas como tendência, uma crise estrutural de todo o sistema do capital. Portanto, o autor húngaro considera que é a crise estrutural que abre a possibilidade histórica para a transição da sociedade. Mas a transição para a nova forma histórica não ocorrerá naturalmente. Assim, Mészáros (2011) ressalta que:

No ambiente global do desenvolvimento social, portanto, mesmo a *erupção* de todas as contradições do capital pode apenas resultar numa crise estrutural devastadora diante da barreira em questão. Ela própria, porém, não pode produzir o *salto qualitativo* ao universo social da nova forma histórica, já que este salto pressupõe a *resolução* das contradições fundamentais, não apenas sua condensação e sua explosão (MÉSZÁROS, 2011, p. 520).

Dessa forma, uma teoria de transição precisa ser adequada ao processo social determinado pelo novo contexto de produção e reprodução do capital em escala global. E mais, sob os limites absolutos do capital, o novo contexto é marcado essencialmente pela crise estrutural. Assim, a “[...] exigência essencial para o avanço em tais circunstâncias” (MÉSZÁROS, 2011, p. 520) é a elaboração de uma teoria de transição para uma nova forma histórica que leve esses elementos em consideração.

Como é a crise estrutural o elemento central que apresenta os limites absolutos do capital e, assim, oferece base para a possibilidade de sua superação, a Revolução Russa é considerada por Mészáros (2011, p. 520) como exemplo de uma tentativa socialista levada a cabo em “[...] condições históricas “prematuras” [...] numa época em que as forças produtivas sociais estavam de fato muito distantes de atingir suas ‘barreiras no próprio capital’”. Impossível não retomar, mais uma vez, a conexão disso com o fato de que o autor húngaro considera as experiências do MST e da

Venezuela de Chávez mais importantes e com mais sucessos significativos do que o próprio movimento da Rússia de 1917.

Isso posto, o desafio que se tem atualmente, de acordo com Mészáros (2011, p. 520), é o de “[...] enfrentar de modo realista [...]”, e “[...] reavaliar constantemente os limites *dinâmicos* do capital [...]”. Sem isso, ainda conforme o autor húngaro (MÉSZÁROS, 2011, p. 520), “[...] toda extensão bem-sucedida destes limites continuará a ser saudada como um prego no caixão do marxismo pelos seus adversários”.

Partindo da necessidade de reavaliar os escritos de Marx, tendo como base a fase de consolidação do processo de ascensão do capital e a crise estrutural como marcas próprias do sistema do capital atualmente, é que Mészáros propõe os aspectos gerais de seu método. O autor húngaro considera que o cenário histórico da teoria de Marx já não é, nos dias atuais, o mesmo. Dessa maneira, como se viu, uma *modificação significativa* se faz necessária. Mészáros (2011) explica isso com três considerações:

Em qualquer apropriação criativa da concepção original de Marx, várias considerações importantes não podem ser esquecidas. **A primeira diz respeito à exigência de nos orientarmos pelo espírito de sua obra.** Pois, após um longo período de reverência estática, agora se tornou moda ser “crítico” para com Marx, sem propriamente entender ou mesmo sem desejar entender o contexto e as limitações dialéticas vitais de suas afirmações [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 520, grifo nosso).

A orientação das análises atuais, contrapondo-se àqueles que tentam colocar um ponto final no marxismo, é de se orientar pelo *espírito* da obra de Marx. Lembra-se, como já abordado nesta tese, que o elemento central na análise de Mészáros sobre o método de Marx diz respeito ao fato de que Marx é o primeiro na história que analisa a sociedade sob o ponto de vista do trabalho, e não do capital. Outro aspecto matricial está na concepção de Mészáros sobre Marx ter se debruçado na fase incipiente do capital no cantinho europeu do século XIX. Essa conjuntura, analisada sob a ótica do trabalho, possibilitou saltos no entendimento da realidade, mas, pelo mesmo motivo conjuntural, impôs enormes limitações nas análises desse autor alemão, haja vista que o capital não estava plenamente desenvolvido naquele período.

Além disso, Mészáros (2011, p. 521) destaca que faz parte do “[...] princípio metodológico explícito de Marx [...]” a constante revisão e “modificação significativa” de:

[...] suas proposições, em conformidade com as exigências da mudança no conjunto das relações em termos das quais os vários conceitos eram definidos, com conotações cada vez mais ricas. Sem tal revisão, os conceitos teriam permanecido “abstrações” parciais, como ele próprio os denominou tratando das suas primeiras formulações [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 521).

Dessa forma, para Mészáros (2011):

[...] Apelar ao espírito da obra de Marx, portanto, significa antes de tudo empreender a *crítica interna* necessária, nas palavras do próprio Marx, isto é, a “modificação significativa” de algumas proposições específicas, à luz da teoria como um todo e, portanto, a remoção de todas as “abstrações” e unilateralidades removíveis (MÉSZÁROS, 2011, p. 521).

No que se refere à segunda consideração, diretamente relacionada à primeira, tem-se o “[...] caráter incompleto do projeto de Marx [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 521). Incompleto por dois motivos, sendo determinado pelo primeiro: i) Por o sistema do capital ser incipiente e estar em ascensão na época de Marx, ou seja, o capital estar também incompleto; ii) O fato de Marx não ter concluído sua obra magna, *O capital*. Mészáros (2011) explica:

Como todos sabemos, das cinco maciças “seções” imaginadas por Marx no delineamento do seu projeto acima citado, ele foi capaz de escrever apenas as duas primeiras; e mesmo a segunda ele pôde apenas esboçar numa forma incompleta, na qual o terceiro volume de *O capital* foi interrompido justamente quando iniciava a discussão das classes, como parte integral de sua análise das relações de produção. Somente uma seção e três quartos da segunda estão completas de cinco inicialmente projetadas (ou seis, se acrescentarmos as antecipações acerca da “nova forma histórica”)! (MÉSZÁROS, 2011, p. 521-522).

É interessante destacar que este argumento, o caráter de o projeto de Marx estar inacabado, entra em contradição direta com a justificativa central que Mészáros utiliza na totalidade de sua obra. Tal justificativa está relacionada às diferenças históricas ocorridas nos séculos XIX e XX. Portanto, sob essa justificativa, mesmo que Marx tivesse completado todo o grande projeto que pretendia realizar, seus escritos permaneceriam datados ao cantinho europeu do século XIX, fase incipiente do capital.

O autor húngaro considera a validade de buscar completar aquilo que Marx iniciou e, mais importante, não compreender a teoria de Marx como um todo completo. Mészáros (2011) destaca:

É prova da coerência e da vitalidade do sistema marxiano que desde sua morte não se tenha tornado supérflua a tarefa de elaborar as “seções” que faltam, no espírito em que ele originalmente as rascunhou. **Mas nada poderia ser mais estranho ao seu espírito do que seguir fingindo que estamos de posse de um sistema totalmente completo e hermético, esperando apenas por uma boa e velha “astúcia da história” para sua implementação prática** (MÉSZÁROS, 2011, p. 522, grifo nosso).

De fato, como sabido, o plano de exposição de Marx, após concluir seus estudos acerca da economia política, abarcava, além da produção, circulação e processo global do capital – os três volumes da obra *O capital* -, em síntese, o mercado mundial, as crises e o Estado. No entanto, como ver-se-á no quarto capítulo dessa tese, o legado teórico-político de Marx possui um caráter de identificação das leis gerais do movimento da forma de ser do capital. Não se trata, deste modo, de considerar os seus escritos como um “sistema totalmente completo”; muito menos esperar a “astúcia da história” para que ele fosse implementado. O que caracteriza o universo categorial de Mészáros é a centralidade do “espírito” da obra de Marx, como já descrito anteriormente, e mais: a compreensão da incipiência dos escritos de Marx em função do seu tempo histórico.

A respeito da terceira consideração, “[...] de longe a mais importante: o impacto dos acontecimentos sociais pós-marxianos sobre a orientação da teoria”, Mészáros (2011) explica:

Os horizontes de uma época histórica definem inevitavelmente os limites de qualquer teoria, mesmo das mais grandiosas. **As “pressuposições do todo”, concebidas nos horizontes de uma época histórica, circunscrevem a articulação de todos os detalhes e pressuposições parciais.** É por isso que mesmo em teoria “nada pode emergir ao final do processo que não apareça como pressuposição e precondição no *começo*” (MÉSZÁROS, 2011, p. 522, grifo nosso).

E Mészáros (2011) completa:

[...] **É necessário salientar aqui que, em princípio, Marx poderia ter completado as partes que faltam de seu monumental empreendimento, no espírito em que as delineou, mas as implicações radicalmente diferentes de uma época histórica, mesmo em princípio, não são prontamente acessíveis a uma teoria constituída no interior de**

horizontes anteriores. Isso não significa que as novas exigências, que emanam das determinações alteradas do “novo começo”, sejam incompatíveis com a teoria em questão. Mas significa, sim, que uma modificação significativa das teóricas “pressuposições do todo” é necessária para adaptar a teoria original aos horizontes históricos alterados (MÉSZÁROS, 2011, p. 522, grifo nosso).

Fica demonstrado, coerente com a lógica interna de pensamento do autor, a necessidade, em função da alteração histórica, de “adaptar a teoria original” de Marx, mesmo que ela tivesse sido completada pelo autor alemão no século XIX. Estas são as três considerações matriciais na justificativa de Mézszáros acerca do que considera ser o projeto inacabado de Marx e da necessidade de uma nova teoria para um novo momento histórico, tomando como base o “espírito da obra de Marx”. Por esse motivo, segundo o autor húngaro, a teoria de transição “[...] deve ser ao mesmo tempo flexível em suas partes, conferindo todo o peso às circunstâncias reais que se deslocam tortuosamente, e firmemente sem concessões em sua orientação estratégica para a nova forma histórica [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 523).

Conclui Mézszáros, mais uma vez apontando as diferenças históricas entre a época vivida por Marx e a do contexto atual:

[...] Hoje, dado o colapso das sociedades do “socialismo real” no ambiente geral da crise estrutural do capital, o exame crítico desses assuntos não é mais uma especulação abstrata sobre algum futuro remoto, como costumava ser na época em que Marx viveu. E, embora Marx pudesse ainda condenar tais especulações como um *desvio* das tarefas reais, hoje a posição é completamente oposta. Evitar esses problemas é que passa a constituir um “desvio” intolerável da necessidade de produzir algumas estratégias socialistas viáveis para o futuro em construção (MÉSZÁROS, 2011, p. 523).

O elemento matricial na teoria de Marx, segundo Mézszáros (2011, p. 523), é a realização de “[...] um ‘acerto de contas crítico’ [...]” com a teoria liberal. Escreve o autor húngaro que isso “[...] foi essencial para a formação do pensamento de Marx, e o tom tinha que ser posto na *negação* radical do ponto de vista social de tais concepções” (MÉSZÁROS, 2011, p. 523). O “ponto de vista” das concepções liberais estava centrado na ótica do capital. Marx, nessa linha, teve, pela primeira vez na história, o “ponto de vista” do trabalho.

Esse “acerto de contas” feito por Marx teve três alvos: a economia política inglesa, a filosofia alemã e o socialismo utópico francês. Assim, segundo Mézszáros (2011):

Na “Crítica da economia política” de Marx – o título ou subtítulo recorrente de todas as suas obras principais –, as limitações do horizonte liberal/burguês foram mostradas como responsáveis pelo necessário fracasso inclusive no ponto culminante da teoria liberal em resolver seus problemas. Quanto a Hegel, a asserção segundo a qual o filósofo alemão compartilhava o “ponto de vista da economia política” indica claramente que Marx julgava as limitações últimas da filosofia hegeliana nos mesmos termos. E, finalmente, o socialismo utópico tinha que ser rejeitado como a consciência pesada do liberalismo. Pois, apesar de suas confessadas simpatias, os socialistas utópicos não puderam ir além de fornecer sermões moralistas que se mostraram incapazes de alterar a ordem social estabelecida (MÉSZÁROS, 2011, p. 523).

Mészáros considera que havia mesmo a necessidade de uma crítica radical ao liberalismo, e isso para além das razões teóricas. Essa crítica era fundamental para o avanço prático e político do movimento operário em sua trajetória inicial de luta. Nas palavras de Mészáros (2011):

[...] Teoricamente, a negação radical da abordagem liberal era um pré-requisito para elaborar uma visão de mundo científica que se propusesse a transcender o “fetichismo da mercadoria” do ponto de vista da “nova forma histórica”. Politicamente, era necessário minar o edifício intelectual dominante do liberalismo cuja influência constituía um importante obstáculo ao desenvolvimento do movimento da classe trabalhadora, ainda muito jovem. Esta influência negativa se manifestava nas seguintes formas: (1) a confusão desorientadora de uma “economia vulgar” pseudo-socialista; (2) variedades de mistificação filosófica; e (3) a impotência do pensamento utópico que substitui a realidade pelo desejo. Naturalmente, por vezes, as três se apresentam combinadas numa violenta mistura, em correntes como o proudhonismo. Assim, a crítica devastadora de Marx à posição liberal criou o terreno para um movimento político que tateando buscava sua própria voz e orientação estratégica independente. O liberalismo tinha que ser atacado porque representava o principal obstáculo à emancipação do movimento da classe trabalhadora da tutela política/intelectual da “burguesia esclarecida” (MÉSZÁROS, 2011, p. 524).

Destaca-se que o combate ao “fetichismo da mercadoria”, e não o fetichismo do capital, a partir do ponto de vista “da nova forma histórica” era o requisito apontado por Mészáros para a elaboração de uma “visão de mundo”. Além do mais, esse movimento teria sido o ponto de partida para uma classe trabalhadora que ainda tateava a construção de seu próprio movimento. A crítica radical de Marx ao pensamento liberal inaugurou a fundamentação científica indispensável para a trajetória dos trabalhadores. A propósito disso, Mészáros (2011) escreve:

Para Marx, socialismo era uma *realidade* existente nas formas negativas e positivas, e isso era suficiente. *Negativamente*, porque antecipava o colapso final das cada vez mais intensas contradições do capital (daí o “anúncio”). *Positivamente*, como o crescente movimento político da classe trabalhadora

orientado para o estabelecimento da ordem socialista. O interesse da teoria liberal na *continuidade* (e na *transição* tendo em vista a continuidade) tinha que ser posto em segundo plano para revelar, em toda relação estável do capital, a instabilidade subjacente que tende para a *ruptura* como o “*übergreifendes Moment*” (o “momento de importância fundamental”) (MÉSZÁROS, 2011, p. 524).

Na análise do autor húngaro, Marx, pelas circunstâncias históricas de seus escritos, não pôde centrar o peso de sua crítica em algumas questões fundamentais. Questões que, para Mézszáros (2011, p. 524), “[...] deviam ser bastante periféricas, nas circunstâncias, para a concepção de Marx”. Conforme Mézszáros (2011), os questionamentos, a partir do tema sobre a revolução, são os seguintes:

[...] Quanto tempo exatamente o processo em questão levaria? Que formas tortuosas poderia assumir? Contra quantos desapontamentos, reveses e fracassos possíveis se teria que lutar? Ou, por tocar no assunto: que tipo de novas contradições poderia surgir das determinações tangenciais da estabilidade social enquanto tal? [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 524).

Assim, para o autor húngaro, em Marx, houve a necessidade de conceber uma teoria que se opusesse diametralmente à teoria liberal, apresentando os pilares de uma visão de mundo “histórica e aberta”. Por isso, segundo Mézszáros (2011, p. 525), “[...] é compreensível que, no curso da busca da lógica interna das confrontações polêmicas, a problemática da transição tendesse a ser deslocada para a periferia”.

Além de haver a problemática da transição numa ordem periférica, para o autor de *Para além do capital*, há outro elemento que precisa ser seriamente avaliado na teoria marxista: trata-se do “avanço produtivo”, que, quando considerado a partir do esgotamento dos recursos naturais e humanos do planeta, coloca-se como destrutivo. A esse respeito, Mézszáros (2011) afirma que:

[...] um conceito que requer uma reavaliação fundamental é o de “avanço produtivo” do capital, pois numa época em que a vertiginosa produtividade do capital o capacita a engolir a totalidade dos recursos humanos e materiais do nosso planeta, e vomitá-los de volta na forma de maquinaria e “produtos de consumo de massa” cronicamente subutilizados – e muito pior: imensa acumulação de armamentos voltados à potencial destruição da civilização por centenas de vezes –, em uma situação como esta a própria *produtividade* se transforma num conceito enormemente *problemático*, já que parece ser inseparável de uma fatal *destrutividade* (MÉSZÁROS, 2011, p. 526-527).

Isso posto, a inserção social da tecnologia atualmente está, para Mészáros, intimamente relacionada ao processo produtivo e destrutivo. Mészáros (2011) explica essa relação da seguinte forma:

Como é possível romper este círculo vicioso e fornecer uma resposta sem empobrecer a questão? De novo, estamos encarando um problema paradigmático da transição, com amplas consequências em jogo, pois a inserção social da tecnologia capitalista mostra que ela é estruturada com o único propósito da reprodução ampliada do capital a *qualquer custo social*. Assim, o assustador crescimento exponencial da destrutividade do capital não é o resultado de determinações políticas – variações da “guerra fria” nada mais são que uma justificação ideológica precária *a posteriori* de um estado de coisas já prevalecente –, mas representa a necessidade mais íntima da “produtividade” do capital nos dias atuais. Do modo como as coisas estão hoje, o capital seria ameaçado de um colapso total se suas válvulas de escape produtivas-destrutivas fossem repentinamente bloqueadas (MÉSZÁROS, 2011, p. 527).

Um exemplo disso estaria, na tecnologia, relacionado ao “complexo industrial militar”. No desenvolvimento hodierno do capital, no qual a produtividade é orientada para a destrutividade, tal complexo, segundo Mészáros (2011, p. 527), “[...] não é meramente *incapaz* de fornecer o poder liberador antecipado para a nova forma histórica. Muito pior que isto: representa de fato um obstáculo do tamanho do Himalaia diante de qualquer esforço voltado para a finalidade da emancipação”.

Assim, Mészáros (2011) argumenta que:

[...] a menos que algumas estratégias viáveis de transição tenham sucesso em romper o círculo vicioso da catastrófica inserção social da tecnologia capitalista, a “produtividade” do capital continuará a lançar sua sombra como uma ameaça constante e aguda à sobrevivência, em vez de ser aquela realização das “condições materiais de emancipação” que Marx tantas vezes saudou com elogio. Pois, se a “maquinaria não é uma categoria econômica mais do que o *boi* que puxa o arado”, isso está longe de ser o caso em que “o modo pelo qual a maquinaria é usada é *totalmente* distinto da própria maquinaria”. E, de qualquer modo, o complexo industrial-militar, com sua maquinaria infernal, certamente não é um boi. Nem pode o poder da produtividade articulado no interior dos seus limites ser “herdado” como qualquer outra coisa senão como a mais pesada de todas as pedras de moer atadas ao redor do pescoço (MÉSZÁROS, 2011, p. 527-528).

Respaldado nesse conjunto teórico, Mészáros (2011) faz uma “complementação” aos escritos de Marx relacionados ao desenvolvimento das forças produtivas:

[...] Como vimos, o contexto de confrontações polêmicas tornou necessário a Marx enfatizar fortemente a especificidade histórica e subestimar o peso dos fatores trans-históricos. Ele insistiu corretamente “que toda geração sucessora encontra-se na posse de forças produtivas conquistadas pela geração precedente, que *lhe servem* como a *matéria-prima* para nova produção”. É necessário acrescentar a esta afirmação, com relação ao assunto em pauta, que tais forças não apenas servem à nova geração mas simultaneamente também *acorrentam* à rocha das determinações passadas, tornando assim as coisas muito mais problemáticas do que poderia sugerir a expressão “matéria-prima” (MÉSZÁROS, 2011, p. 528).

Trata-se, coerente com o universo categorial do autor húngaro, de uma análise distinta do referencial marxiano, uma vez que, como se verá na parte dos apontamentos críticos à obra de Mézszáros, Marx nunca desconsiderou o potencial destrutivo do avanço tecnológico subsumido à produção e à reprodução do capital. Contudo, para Mézszáros (2011):

Isto constitui uma condição particularmente grave quando a questão em jogo não é apenas como fazer a transição de uma geração à outra, mas como realizar o salto qualitativo do mundo do capital para o “reino da nova forma histórica”. Pois, paradoxalmente, tecnologia – que pode ser considerada “em princípio neutra” em alguns aspectos, isto é, até que tal visão seja “modificada significativamente” pela força de outras considerações fundamentais – na realidade adquire, por meio da inserção social necessária, o peso da *inércia* superpoderosa de um fator *trans-histórico*. É por isso que temos que enfrentar a força paralisante que *serve* ao complexo industrial militar e *acorrenta* (ou pelo menos *constrange*) todos os esforços que visem à sua reestruturação no caso da conquista *política* do poder. Não é necessário dizer, este é um fato negativo de dimensões vastas que multiplica as dificuldades de se divisar uma conquista e a consolidação do poder com sucesso nas circunstâncias presentes (MÉSZÁROS, 2011, p. 528).

Na análise de Mézszáros (2011, p. 532), Marx insistiu em seus escritos que “[...] aqueles que adotam a perspectiva do socialismo científico e do materialismo histórico ‘não têm outro ideal a realizar que não seja libertar os elementos da nova sociedade da qual está grávida a velha sociedade burguesa em colapso’”. No entanto, “[...] as pessoas tendiam a ler a metáfora de Marx com uma parcialidade otimista que ignorava sua advertência implícita: a saber, que a gravidez de úteros velhos frequentemente resulta em abortos ou recém-nascidos física ou mentalmente e gravemente deficientes” (MÉSZÁROS, 2011, p. 532).

Mézszáros (2011) complementa:

Se novas dificuldades apareceram no movimento socialista, foi devido principalmente às estranhas formas com que as contradições do capital passaram a emergir e encontrar sua solução, de modo a reaparecerem com complexidade sempre crescente. Da fundação econômica à máquina política do governo, a “velha sociedade” estava sendo abalada em todos os seus

níveis. Contudo, conseguiu não apenas sobreviver mas também, inexplicavelmente, emergir ainda mais poderosa de todas as crises importantes (MÉSZÁROS, 2011, p. 532-533).

Dessa forma, conforme Mézáros (2011):

[...] o inegável desvio das tendências históricas objetivas do “modelo clássico” colocou em discussão, com certa urgência, as complicações de qualquer transição para o socialismo, trazendo com isso a necessidade de elaborar teorias específicas de transição, de acordo com as novas modalidades de crise e a mutante configuração das condições socioeconômicas e circunstâncias históricas (MÉSZÁROS, 2011, p. 534).

Mézáros afirma que Marx identificou a necessidade de superação do capital como objetivo dos socialistas. No entanto, Marx não teria se interessado em pesquisar o modo pelo qual o capital deslocava suas contradições para resolver, por tempo limitado, seus problemas, forma essa pela qual o capital conseguiu adiar por muito tempo a “[...] a erupção da sua crise estrutural [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 535). Segundo Mézáros (2011), Marx:

[...] saudou a Comuna (em sua comovente celebração daqueles dias heroicos) como evidência irrefutável da ativação efetiva de tal crise: daí as suas referências à época da *revolução social*. A imagem de Roma em desintegração, em sua frequente recordação dos acontecimentos da história antiga como alertas ao presente, ajudou a intensificar suas expectativas de um colapso dramático. A tarefa de uma reconsideração não unilateral das possibilidades e formas de um novo período do ciclo de vida do capital - trazendo com ele uma correspondente continuação e intensificação da “escravidão social dos produtores” - não lhe poderia servir, até mesmo por causa de seu temperamento (MÉSZÁROS, 2011, p. 535).

É como se, para Mézáros, Marx considerasse a necessidade de uma crise estrutural para que o processo revolucionário pudesse se instaurar e, com a Comuna, tivesse pensado nessa possibilidade. Isso faz sentido na análise de Mézáros, que, como se viu nesta tese, afirmou que no passado o movimento socialista articulado por Marx foi, assim como a Revolução Russa e todos os processos revolucionários ocorridos antes da crise estrutural, prematuro e que “[...] no momento de sua concepção, a teoria marxista lutou como pôde para se realizar, mas a própria realidade se recusou a lutar ao seu lado, da maneira esperada e estipulada por seu autor” (MÉSZÁROS, 2011, p. 219). Na atualidade, em função da crise estrutural, “[...] a situação é radicalmente diferente e chega a ser diametralmente oposta ao que foi enquanto Marx vivia [...]”, conforme Mézáros (2011, p. 219).

O autor húngaro aponta que, em meados de 1870, Marx passou por uma “[...] verdadeira crise: uma crise muito distante da simples necessidade de ‘lutar contra uma saúde em decadência’ [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 535). Mézszáros considera que os rumos da Comuna de Paris contribuíram para que Marx ficasse insatisfeito com sua obra *O capital*. Mézszáros (2011) afirma que:

[...] Na verdade, ele sofreu muito com a saúde ruim. Mas, exatamente nos anos 1870, sua saúde melhorou encorajadoramente, como notou o próprio Engels. As maiores dificuldades de Marx eram as *internas*, como ele próprio explicitamente revelou ao expressar um sentimento de desconforto sobre o manuscrito abandonado de *O capital*, pois a “Parte III do Volume II, que trata da reprodução e da circulação do capital social, parecia a ele *necessitar de uma profunda revisão*” (MÉSZÁROS, 2011, p. 536).

Essa crise interna por qual passou Marx, na leitura de Mézszáros (2011), diz respeito ao seguinte:

O desconforto de Marx se referia aos capítulos sobre a *autorreprodução ampliada do capital* e, dentro desta, à questão do consumo – o que constitui seu último envolvimento com o manuscrito de *O capital*, quatro anos antes de sua morte. Ele retomou as formulações mais recentes do problema acerca do modo pelo qual o capital necessita do consumo para sua autorrenovação, mas tratou-as de uma forma muito polêmica, sem explorar suas implicações até as suas conclusões lógicas no que diz respeito às suas potencialidades positivas para o capital [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 536).

Mézszáros apresenta que o “consumo” não foi explorado por Marx em seus estudos. No entanto, essa categoria ganha novos contornos no processo de consolidação do sistema do capital. Para o autor húngaro, o sistema do capital precisou traçar novos caminhos para sua continuidade como modo de controle sociometabólico. Dessa maneira este sistema, de acordo com Mézszáros (2011):

[...] encontrou duas principais válvulas de escape para enfrentar a ameaça de atingir seus próprios limites estruturais. A primeira foi a *intensificação* incansável do seu domínio *interno*; a segunda, a expansão e a multiplicação do seu poder em escala *global*. No segundo aspecto, isso significou mover-se de sua forma um tanto subdesenvolvida do Segundo Império – e suas formações paralelas em todos os outros lugares – para *um sistema de imperialismos* (que de modo algum representava os limites últimos de sua articulação internacional). E, com relação ao seu desenvolvimento interno, a nova fase trouxe com ela o que pode ser chamada uma “*colonização interna*” de seu próprio mundo “metropolitano”, **por meio da extensão e da intensificação da “dupla exploração” dos trabalhadores: como produtores e como consumidores**. Em contraste com o seu modo de funcionamento nas colônias e nos territórios neocoloniais “independentes”, nas áreas “metropolitanas” o crescimento do consumo – a serviço da autorreprodução ampliada do capital – adquiriu um significado cada vez

maior. Desse modo, no plano interno, a nova fase foi marcada por uma transição radical de um *consumo limitado* para um “*consumo*” maciçamente ampliado e “*administrado*”, com implicações de largo alcance e consequências dolorosamente reais para o desenvolvimento do movimento da classe trabalhadora (MÉSZÁROS, 2011, p. 538–539, grifo nosso).

Aqui, temos de maneira mais detalhada a concepção de Mézszáros sobre o consumo. Destaca-se o movimento, feito pelo autor húngaro, de buscar em Marx a raiz dessa problemática como tendência e expressar em seus próprios escritos que o consumo maciçamente ampliado e administrado teria consequências terríveis para a classe trabalhadora.

Os escritos do autor húngaro são centrados nas alterações que a crise estrutural trouxe para o movimento operário e para a própria estratégia do capital. Assim, Mézszáros (2011) argumenta que:

Se é verdade que uma ordem social nunca perece antes que *todas* as forças produtivas, para as quais ela é amplamente suficiente, tenham se desenvolvido no interior de sua estrutura, esta verdade possui implicações de longo alcance para os modos pelos quais uma formação social particular pode ser substituída por outra. Nesse aspecto, não é indiferente se uma crise conduz a uma quebra e um colapso totais da ordem social em questão – cujas forças produtivas obviamente não podem mais se desenvolver nos seus limites – ou se, sob o impacto de uma crise *maior*, novas modalidades de funcionamento forem introduzidas a fim de prevenir aquela quebra. Uma vez, contudo, que tais mudanças são introduzidas, elas se tornam partes integrantes mais ou menos conscientemente adotadas de um novo conjunto de relações “híbridas”, deste modo redefinindo radicalmente os termos em que se pode considerar **a crise fundamental (ou seja, não apenas “periódica”)** subsequente. É por isso que os novos ajustamentos “híbridos” ampliaram significativamente o potencial de desenvolvimento contínuo das forças produtivas no interior da estrutura estabelecida, impondo assim a necessidade de um profundo reajuste nas estratégias do adversário (MÉSZÁROS, 2011, p. 545, grifo nosso).

Nesse sentido, há uma alteração significativa também nas estratégias que devem ser adotadas pelo movimento operário. Segundo Mézszáros (2011):

[...] as perspectivas históricas da transformação socialista não podem ser simplesmente *reafirmadas*. Elas devem ser constantemente *reconstituídas* com base no pleno reconhecimento das transformações reais (que nem sempre são para melhor) das forças sociais envolvidas nas confrontações mutáveis. Se, desde a morte de Marx, não podemos acertar contas com os aspectos negativos do desenvolvimento social, do modo como eles afetam as perspectivas da transição ao socialismo, qualquer ação de autotranquilização crédula está destinada a soar como um canto no escuro (MÉSZÁROS, 2011, p. 547).

Esses são fatores gerais da teoria da transição em Mészáros, elementos basilares para a construção de sua posição sobre o processo revolucionário. Isso posto, o autor húngaro questiona: *Como poderia o Estado fenecer?* Ao entrar mais incisivamente nesse terreno, Mészáros contextualiza a elaboração teórica de Marx sobre o socialismo para apontar os limites dessas formulações em função do próprio conjunto do movimento do capital, que naquele período, para Mészáros, ainda estava em ascensão. Mészáros (2011) afirma que:

Marx elaborou sua concepção da alternativa socialista no estágio final desse dramático período de transição, pouco antes de o capital conseguir consolidar firmemente em escala global sua posição recém-conquistada: primeiro, quando resolveu suas rivalidades nacionais para o próximo período histórico por meio das guerras napoleônicas; e depois quando estendeu impiedosamente sua esfera de dominação aos cantos mais distantes do planeta por intermédio de seus vários impérios. Seus anos de formação coincidem com a aparição desafiadora da classe trabalhadora como uma força política independente por toda a Europa, culminando com as realizações do movimento cartista na Inglaterra e os levantes revolucionários de crescente intensidade na França e na Alemanha na década de 1840 (MÉSZÁROS, 2011, p. 584).

O autor húngaro considera que Marx, sob as circunstâncias de transição da ascensão para a consolidação do capital, conseguiu formular uma “[...] síntese abrangente [...] que traçou conscientemente a dinâmica das **tendências** fundamentais de desenvolvimento” (MÉSZÁROS, 2011, p. 584, grifo nosso). Apresentam-se a seguir um conjunto de citações de Mészáros que expõem sua compreensão dos escritos de Marx sobre o tema da transição. Mészáros informa que:

[...] **Ele sempre procurava a configuração “clássica” de forças e eventos**, esclarecendo seu significado estrutural último, mesmo quando partia da cotidianidade bruta de suas manifestações fenomênicas. Sem dúvida foi sua capacidade de situar o menor dos detalhes no interior de perspectivas as mais amplas que levou Engels a escrever em 1886: “Marx estava acima, viu mais longe e tinha uma visão mais ampla e rápida que todos nós” (MÉSZÁROS, 2011, p. 584-585, grifo nosso).

E Mészáros (2011) complementa:

Mas claro, para se realizar, essa capacidade tinha de encontrar seu complemento objetivo na própria realidade sócio-histórica dada. Pois, do ponto de vista de um talento individual, por maior que fosse, teria sido fútil ver mais longe e amplamente se tudo o que ele pudesse perceber não passasse de contornos vagos de complexidades confusas, com base em movimentos sociais inconsistentes, tendentes a obscurecer as verdadeiras linhas de demarcação e – preocupado com as estreitas práticas de

acomodação e compromisso – evitando como praga toda articulação aberta de seus antagonismos latentes. O deserto intelectual da época da social-democracia reformista é um testemunho eloquente dessa depressiva verdade (MÉSZÁROS, 2011, p. 585, grifo nosso).

Em síntese, Mézáros (2011) explica que:

Foi a coincidência histórica do tipo e da intensidade das qualidades pessoais de Marx com a transparência dinâmica da época de seus anos de formação que lhe permitiu elaborar os contornos fundamentais – o verdadeiro *Grundrisse* – da alternativa socialista. Ao definir o significado da política socialista como a total restituição dos poderes de decisão usurpados à comunidade de produtores associados, **Marx lançou o núcleo sintetizador de todas as estratégias radicais que podem emergir sob as condições variáveis de desenvolvimento.** A validade desses contornos se estende a todo o período histórico que vai da dominação mundial do capital à sua crise estrutural e dissolução final, e ao estabelecimento positivo de uma sociedade verdadeiramente socialista em escala global (MÉSZÁROS, 2011, p. 585, grifos nossos).

No entanto, isso está pautado na seguinte contraposição, segundo Mézáros (2011):

Contudo, ao sublinhar a validade da visão global de Marx para a sua época, enfatizar suas ligações orgânicas com a relativa transparência da época que a tornou possível, **não se pretende sugerir que as épocas sejam mais que puras bênçãos para a teoria, no sentido de não imporem qualquer limitação para a visão-de-mundo que se originou do seu solo.** Pois, precisamente porque colocam agudamente em relevo as polaridades e alternativas básicas, elas tendem a empurrar para segundo plano tendências e modalidades de ação que apontam em direção à reprodução continuada da ordem social prevalecente; assim como extensos períodos de compromisso e acomodação criam um clima geral de opinião que desencoraja fortemente a articulação da crítica radical, tachando-a, para descartá-la, de “messiânica” ou “apocalíptica” (MÉSZÁROS, 2011, p. 585).

Dessa forma, Marx teria encontrado terreno fértil para suas elaborações, sobretudo na busca pela configuração clássica das tendências do capital em seu movimento de ascensão. O autor alemão elaborou, sob essas condições, o núcleo da alternativa socialista. Todavia, Mézáros destaca as limitações históricas que fazem parte daquele momento das relações sociais. Essas características de Marx e de seu tempo histórico podem ser exemplificadas pelo momento em que as “[...] manifestações da crise atingiram seu momento mais intenso [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 585).

O autor húngaro considera que Marx, em função dessa crise, “[...] experimentou grandes dificuldades a partir da década de 1870 (que representam um período de grande sucesso na expansão global do capital) [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 585). Tais dificuldades estão relacionadas aos aspectos políticos – de organizações da classe trabalhadora – e teóricos – em função da avaliação daquela alteração conjuntural. Desse modo, como desdobramento, o autor húngaro afirma que “[...] a produção intelectual dos seus últimos quinze anos não é comparável com a década e meia anterior, nem mesmo com os quinze anos precedentes” (MÉSZÁROS, 2011, p. 585). Mészáros (2011) explica:

Não que o “velho Marx” tenha alterado a sua abordagem. Pelo contrário, sua obra retém a mais extraordinária unidade mesmo sob circunstâncias *internamente* as mais difíceis. **Através de toda sua vida ele procurou tendências e sinais de desenvolvimento que poderiam fornecer evidências cumulativas para a validade de seus “contornos fundamentais”**. Elas jorravam durante a fase histórica das alternativas mais nítidas, abertas e transparentes; tanto foi assim que, de fato, as duras penas puderam ser contidas no trabalho maciço de explosão criativa dos seus primeiros 25 anos. **Dada a então prevalecente correlação de forças e a grande fluidez da situação sócio-histórica geral, a possibilidade do colapso estrutural do capital era objetiva**. Foi essa possibilidade que encontrou sua vigorosa articulação nos escritos correspondentemente dramáticos de Marx. Aqueles eram tempos quando até o *London Economist* teve que admitir – como Marx citou entusiasticamente em carta a Engels – que o capital por toda a Europa “escapou por um fio de cabelo do *crash* iminente” (MÉSZÁROS, 2011, p. 586, grifos nossos).

Na época de Marx, pela explicação de Mészáros, a busca pelas tendências do movimento de crise do capital de maneira estrutural foi um dos objetivos que ele possuía. No entanto, a realidade apresentou essa característica, naquele momento, apenas como tendência, não se efetivando, porém. Isso tem relação com a posição de Mészáros sobre a impossibilidade de uma crise estrutural no período em que o capital poderia deslocar suas contradições por meio de sua expansão, fato que será impossibilitado, como se observou nesta tese, pela ativação dos limites absolutos do capital por volta de 1970.

Porém, os sinais identificados por Marx como janelas revolucionárias não tiveram possibilidade de êxito. O capital escapou. Isso provocou uma intensa dificuldade para Marx e, segundo Mészáros (2011):

[...] Foi sob tais condições, com alternativas contraditoriamente objetivas no *interior* das classes principais nos dois lados do grande divisor – e não apenas *entre* eles –, que também as divisões internas, nas estratégias práticas do

movimento da classe trabalhadora, emergiram com força, induzindo Marx a escrever ao final de seus comentários ao Programa de Gotha, com um tom de resignação militante: *dixi et salvavi animam meam*¹⁰, como vimos (MÉSZÁROS, 2011, p. 586).

A partir do que foi exposto, Mézáros (2011) elenca dois pontos que precisam ser considerados para o devido esclarecimento desse contexto, a saber:

[...] Primeiro, que o desaparecimento de algumas possibilidades objetivas, historicamente específicas de mudança, não elimina as contradições fundamentais do próprio capital, como modo de controle sociometabólico, e portanto não invalida o conjunto da teoria de Marx, que se refere ao último. E, segundo, que uma tentativa de identificar as dificuldades e dilemas em algumas das conclusões de Marx não é a projeção de uma “tentativa de explicar o passado” de sua obra (que seria totalmente a-histórica, portanto inadmissível), mas se apoia em elementos explícitos ou implícitos de seu próprio discurso (MÉSZÁROS, 2011, p. 586).

Os dilemas de Marx, o autor húngaro explica, afetaram de maneira profunda sua teoria. Segundo Mézáros (2011, p. 589), estes estavam relacionados “[...] à questão da crise do capital e às possibilidades de seu deslocamento na medida em que eram visíveis em sua época”. A crise do capital, portanto, encontra lugar central nas dificuldades impostas pelas condições objetivas da época de Marx.

Os principais aspectos identificados por Mézáros (2011) que definem os dilemas da teoria de Marx naquele período são quatro:

[...] (1) as dramáticas polaridades e alternativas dos anos de formação de Marx (tornando historicamente possível o colapso do capitalismo, em vista de suas saídas de desenvolvimento/expansão muito mais limitadas na época); (2) o método de análise de Marx, emergindo das dramáticas alternativas, foi muito favorecido por elas na exigência de contornos nítidos e pela articulação dos antagonismos centrais (e que pela mesma razão, claro, não favoreceram qualquer método de múltiplas limitações que não ousasse ir além dos detalhes acumulados na “evidência esmagadora”); (3) as principais confrontações políticas em que Marx se envolveu (em especial sua luta contra o voluntarismo político anarquista); e (4) os principais alvos intelectuais de sua crítica (acima de tudo Hegel e “o ponto de vista da economia política”) (MÉSZÁROS, 2011, p. 589).

E Mézáros (2011) complementa:

Todas estas determinações e motivações combinadas produziram aquela definição negativa de política que vimos acima, trazendo com ela não apenas a rejeição radical da problemática liberal, mas também um extremo ceticismo em relação às possibilidades de deslocar a crise estrutural do capital por muito mais tempo. Deve-se realçar que isto se aplica ao conjunto da obra de

¹⁰ “Disse e assim salvei a minha alma”, em português.

Marx, inclusive aos últimos anos, quando ele eliminou de suas cartas algumas expressões excessivamente otimistas. Ao mesmo tempo, nunca é demais repetir, já que geralmente se ignora, que este problema existia para Marx como um sério *dilema*. E mesmo que ele o tenha resolvido do modo como o fez estava, apesar disso, plenamente alerta para o fato de que a solução advogada não estava livre de grandes dificuldades (MÉSZÁROS, 2011, p. 590).

Com a finalidade de confirmar suas proposições que aqui foram elencadas, o autor húngaro faz um cotejamento entre duas cartas escritas por Marx. São os escritos dessas duas cartas que oferecem base teórica para tais proposições. Já se fez nesta tese uma breve apresentação do conteúdo de uma dessas cartas, a que Mészáros considera ter sido esquecida. Nela, chama-se a atenção para a pergunta – e não afirmação – que Marx escreve. É exatamente esse mesmo ponto que o autor húngaro retoma nessa parte de sua obra como forma de justificar os equívocos teóricos das tendências traçadas por Marx em uma carta. Mészáros (2011) escreve:

Para se avaliar o quanto esta questão é envolvente e delicada, devemos colocar lado a lado duas de suas cartas: uma bastante conhecida, a outra, estranhamente esquecida. Vários críticos e “refutadores” de Marx adoram citar a primeira, na qual ele informa a Engels que está “trabalhando freneticamente, até tarde da noite” para completar seus estudos econômicos, de modo a ter “elaborado com clareza pelo menos os esboços fundamentais [os *Grundrisse*] antes do dilúvio”. À luz da crise aparentemente crônica de meados da década de 1850 – que não podia ser ignorada ou rapidamente desconsiderada nem mesmo pelo *Economist*, como vimos acima –, as expectativas de Marx de um “dilúvio” e seu tom excitado são perfeitamente compreensíveis. Contudo, suas reflexões não se detêm aí. Ele captura com grande realismo toda a responsabilidade do empreendimento socialista, tal como deixa perceber em outra carta muito mais negligenciada: Não se pode negar; a sociedade burguesa vive seu segundo século XVI, o qual, *espero*, a levará para o túmulo, tal como o primeiro a trouxe à vida. A tarefa histórica da sociedade burguesa é o estabelecimento de um *mercado mundial*, ao menos em seus contornos básicos, em um modo de produção que descansa sobre esta base. Já que o mundo é redondo, parece que isso foi realizado pela colonização da Califórnia e da Austrália e pela anexação da China e do Japão. Para nós a questão mais difícil é esta: a revolução no continente é iminente e terá, desde o início, caráter socialista; não será ela necessariamente esmagada neste pequeno canto do mundo, já que num terreno muito mais amplo o desenvolvimento da sociedade burguesa está ainda na *ascendente*. (MÉSZÁROS, 2011, p. 590).

Mészáros (2011, p. 590) esclarece que “[...] na verdade, a viabilidade do capital é inseparável de sua completa expansão em um sistema mundial que tudo abarca. Apenas quando este processo estiver terminado podem os limites *estruturais* do capital passar a agir com sua intensidade devastadora”. Como já se destacou nesta tese, a partir dos próprios escritos de Mészáros, essa é a questão crucial que demarca

as diferenças históricas do período vivido e analisado por Marx e do período atual, descrito por Mészáros.

É com esse embasamento que Mészáros (2011) apresenta as seguintes questões, que são centrais:

[...] sob quais condições pode o processo de expansão do capital atingir seu final em uma escala verdadeiramente global, trazendo com ele necessariamente o fim de revoluções esmagadas e deturpadas, abrindo assim a nova fase histórica de uma ofensiva socialista que não pode ser reprimida? Ou, para colocar de outro modo, quais são as modalidades viáveis – embora de modo algum inexauríveis – da revitalização do capital, tanto com respeito às suas válvulas de escape diretas como em relação ao seu poder de adquirir novas formas que significativamente estendam suas fronteiras no marco de suas determinações estruturais últimas e de seus limites históricos mais gerais? (MÉSZÁROS, 2011, p. 591).

Desse modo, para Mészáros (2011):

[...] Marx foi capaz de colocar o presente em sua perspectiva apropriada porque o avaliou do ponto de vista global, temporalmente não apressado, da formação social do capital em sua inteireza – da sua “ascendência” à sua gravidez com a “nova forma histórica” –, que é a única em condições de designar o verdadeiro significado de todos os eventos e acontecimentos parciais. E, já que continuamos a viver na órbita das mesmas determinações históricas mais gerais, a concepção geral de Marx é – e permanecerá por um longo tempo ainda – o horizonte inevitável de nossas próprias dificuldades (MÉSZÁROS, 2011, p. 592).

O que caracteriza Marx (2011), não por limitação sua, mas pelas próprias condições históricas objetivas, é que sua avaliação da escala global do capital teve como ponto de partida o movimento do capital em “‘ascendência’ à sua gravidez com a ‘nova forma histórica’”. O capital plenamente desenvolvido, exposto a seus limites absolutos, e a crise estrutural não puderam ser apreendidos por Marx. Esses fatores provocaram limitações também na análise sobre o Estado, como Mészáros (2011) aponta:

Já que o capital, durante a vida de Marx, estava muito distante da sua moderna articulação como um sistema verdadeiramente global, sua estrutura geral de comando político, como sistema de Estados globalmente interligados, era muito menos visível em sua precisa mediaticidade. Não é, portanto, de modo algum surpreendente que Marx nunca tenha tido sucesso em sequer rascunhar os meros esboços de sua teoria do Estado, apesar de este receber um lugar muito preciso e importante no seu sistema projetado como um todo. Hoje a situação é absolutamente diferente, à medida que o sistema global do capital, sob uma variedade de formas muito diferentes (na verdade contraditórias), encontra seu equivalente político na totalidade das relações interdependentes entre

Estados e no interior deles. É por isso que a elaboração da teoria marxista do Estado hoje é ao mesmo tempo possível e necessária. Na verdade, é vitalmente importante para o futuro das estratégias socialistas viáveis (MÉSZÁROS, 2011, p. 597-598, grifos nossos).

Todo esse conjunto explicativo, que forma o universo categorial de Mézáros e é revelado pelo delineamento de sua exposição, representa a compreensão do autor sobre as bases teórico-políticas sob as quais se erguem sua concepção de movimento do capital e crise estrutural. Somente após o detalhamento de suas análises sobre os autores que pesquisaram a partir da ótica do capital, a saber, os problemas teóricos de Lukács e a insuficiência de Marx, é que Mézáros expressa sua formulação fundamental. Ou seja, o terreno está preparado para a apresentação dos fundamentos e desdobramentos da crise estrutural do capital.

3. OS FUNDAMENTOS E DESDOBRAMENTOS DA CRISE ESTRUTURAL DO SISTEMA DO CAPITAL

A parte três que compõe a principal obra de Mészáros, *Para além do capital*, encontra lugar de destaque no conjunto dos escritos do autor. Somente então a crise estrutural do sistema do capital será detalhadamente explicada, com seus fundamentos e desdobramentos. Como se observou nesta tese, é esta a categoria que demarca a alteração histórica da fase incipiente para a fase do capital plenamente desenvolvido.

No caminho dessa elaboração teórica, Mészáros realiza o movimento peculiar dos grandes pensadores. Em síntese, recorre: à teoria de Hegel para demonstrar como a leitura da realidade pode ser feita a partir da ótica do capital; à de Lukács, revelando seu caráter teórico fundado no pós-capitalismo de produção de capital; e à de Marx, considerando-o como o autor que, pela primeira vez na história, apresenta uma leitura da realidade a partir do ponto de vista do trabalho, no entanto de uma realidade ainda incipiente de ascensão do movimento do capital.

Nesta parte, o autor húngaro divide os capítulos da seguinte forma: 14 - A produção de riqueza e a riqueza da produção; 15 - A taxa de utilização decrescente no capitalismo; 16 - A taxa de utilização decrescente e o Estado capitalista: administração da crise e autorreprodução destrutiva do capital; 17 - Formas mutantes do controle do capital; 18 - Atualidade histórica da ofensiva socialista; 19 - O sistema comunal e a lei do valor; 20 - A linha de menor resistência e a alternativa socialista. Far-se-á a seguir a explanação apresentando os elementos basilares de cada um desses capítulos a partir do lócus de análise do autor desta tese, que é evidenciar os aspectos próprios que demarcam o universo categorial de Mészáros e sua teoria da transição.

3.1 OS FUNDAMENTOS DA CRISE ESTRUTURAL DO SISTEMA DO CAPITAL: DA RIQUEZA DA PRODUÇÃO À PRODUÇÃO DE RIQUEZA

Para Mészáros (2011), a conclusão possível de ser feita a partir da discussão sobre a riqueza da produção e a produção de riqueza é a seguinte:

[...] "*produção como finalidade da espécie humana*" desde que limitada à "*riqueza como a finalidade da produção*" – a estratégia da reprodução sociometabólica perseguida com sucesso pelo capital no seu período de dominância histórica – é um trágico fracasso para a humanidade mesmo nos seus próprios termos de referência. Quaisquer que sejam as "melhorias" que possam ser oferecidas no interior da estrutura do modo de controle do capital, elas devem ser submetidas aos limites e contradições da "*produção como finalidade da espécie humana*", restrita à riqueza material alienada como a finalidade da produção. As melhorias definidas em tais termos podem, sob o nível historicamente alcançado de desenvolvimento global do capital excessivamente expandido, nos prometer apenas mais daquilo que já é excessivo, na quantidade atualmente disponível, por causa de suas consequências irreversivelmente destrutivas (MÉSZÁROS, 2011, p. 632).

Observe-se mais de perto como o autor húngaro formula as bases que possibilitam essa conclusão. A primeira consideração que o Mézszáros (2011, p. 605) faz ao discutir "a riqueza de produção e a produção de riqueza" diz respeito à apresentação de uma concepção completamente diferente do "[...] desenvolvimento das potencialidades produtivas humanas, em resposta a uma necessidade genuína [...]". Essa característica se opõe ao sistema capitalista, que é "[...] subordinada aos imperativos alienados da produção-do-capital sempre-em-expansão, sem consideração das suas implicações para as necessidades humanas" (MÉSZÁROS, 2011, p. 605).

A justificativa para que essa seja uma preocupação a ser considerada por Mézszáros (2011) tem duas razões:

[...] Primeiro, porque não é mais crível que a *disjunção* de necessidade e produção-de-riqueza – que vem a ser uma característica necessária da geração de riqueza sob o domínio do capital - possa sustentar a si própria indefinidamente, mesmo nos países de capitalismo mais avançado e privilegiado; ainda menos que possa satisfazer "no momento apropriado" (graças a seu glorificado "dinamismo") as necessidades elementares da vasta maioria da humanidade que agora tão insensivelmente despreza. E, segundo, porque a crença segundo a qual não pode haver *nenhuma alternativa* às práticas produtivas dominantes se baseia na falsa teorização da relação entre produção, ciência e tecnologia, concebida e caracteristicamente distorcida do ponto de vista do capital que ela eterniza. Tal visão é absolutamente insustentável, pois o domínio do modo de produção do capital possui apenas alguns poucos séculos na história humana, e estabelecer sua permanência absoluta requer muito mais do que as asserções, que se confundem com desejo, de seus defensores (MÉSZÁROS, 2011, p. 605).

Dessa forma, o capital apresenta um de seus limites absolutos ao não mais conseguir gerenciar e satisfazer as necessidades da maioria dos seres humanos.

Faz-se necessário contextualizar inicialmente o conjunto dessas explicações. Lembra-se que, para Mészáros, o movimento do capital se divide em dois momentos: a primeira fase, de ascensão, e a segunda fase, de consolidação do sistema. O que se tem aqui diz respeito a essa segunda fase, e por isso o autor húngaro apresenta os limites absolutos e as formas problemáticas de justificá-los.

Isso posto, tem-se, nessa segunda fase a “[...] completa subordinação das necessidades humanas à reprodução de valor de troca – no interesse da autorrealização ampliada do capital [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 606). Mesmo sendo algo marcante desde o início do sistema, é na consolidação do capital que esta se completa. Em tempo, aponta-se para a relação direta entre a reprodução do valor de troca com a taxa decrescente de utilização do valor de uso.

O autor húngaro considera que isso é completamente diferente dos sistemas produtivos do mundo da Idade Antiga. Mészáros (2011, p. 606) afirma que “[...] de fato, as mudanças trazidas pela consolidação do domínio do capital como sistema de controle que a tudo absorve constituíram uma reversão radical dos princípios orientadores que caracterizavam a produção na Antiguidade clássica”.

Para sustentar essa afirmação, o autor húngaro faz uma citação dos *Grundrisse*, de Marx, em que este escreve sobre as formas que precederam a produção capitalista, fazendo uma comparação do mundo antigo com o moderno. Marx (apud MÉSZÁROS, 2011, p. 606) afirma que no mundo antigo “[...] a riqueza não aparece como a finalidade da produção [...]”, já no mundo moderno “[...] a produção aparece como o objetivo da humanidade e a riqueza como o objetivo da produção”. Na análise, nesta tese, far-se-á uma explicação do conteúdo e do contexto que fazem parte dessa citação de Marx. Agora, interessa aqui captar o movimento que o autor húngaro realiza a partir desse recorte de Marx.

Mészáros (2011, p. 606) explica que “para tornar a produção de riqueza a finalidade da humanidade, foi necessário separar o valor-de-uso do valor-de-troca, sob a supremacia do último [...]”. Essa seria uma característica marcante do sistema do capital. Assim, ainda de acordo com Mészáros (2011, p. 606), “[...] o capital estava orientado para a produção e a reprodução ampliada do valor de troca, e, portanto, poderia se adiantar à demanda existente por uma extensão significativa e agir como um estímulo poderoso para ela”.

Para o autor húngaro, o modo de produção era necessariamente diferente nas sociedades em que “[...] o valor de uso e a necessidade exerciam as funções

reguladoras decisivas [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 606). A partir disso, Mészáros (2011, p. 606) cita dois exemplos para demonstrar a diferença entre o modo de produção capitalista, “[...] orientado para a multiplicação da riqueza material por meio da autoexpansão do valor de troca [...]”, e as formas de organização social pré-capitalistas, que “[...] organizavam suas vidas com base em princípios muito diferentes, mesmo que o papel da troca já fosse bastante significativo no seu intercâmbio metabólico com a natureza”. Para este autor, a autoexpansão do valor-de-troca está relacionada com a autoexpansão de capital. Ou seja, em Mészáros há uma identificação entre riqueza, valor de troca e capital. Portanto, é com esse conjunto categorial que o autor húngaro apresenta as diferenças entre as sociedades pré-capitalistas e a sociedade do capital: capitalista e pós-capitalista.

Outra importante questão diz respeito à caracterização de Mészáros de que as sociedades pré-capitalistas se organizavam com base em princípios diferentes. Ora, a propriedade privada, e com ela as classes sociais, a mercadoria, a exploração e o Estado, já não estavam presentes, em suas formas históricas nas relações pré-capitalistas?

A partir disso, Mészáros apresenta dois exemplos que são explicados a partir da descrição de Marx. Tais citações são retiradas do livro 1 d’*O capital*, de Marx. Mais especificamente, do item 4 – *Divisão do trabalho na manufatura e divisão do trabalho na sociedade* –, inserido na seção IV – *A produção de mais-valor relativo* –, que faz parte do capítulo 12 – *Divisão do trabalho e manufatura*. Tal contextualização é fundamental aqui para não se perder a compreensão do todo que compõe o exemplo dado por Marx e utilizado por Mészáros.

No primeiro exemplo, Mészáros (2011, p. 606-607) cita o texto em que Marx descreve o seguinte:

Aquelas pequenas *comunidades indianas* antiquíssimas, por exemplo, que em parte ainda continuam a existir, baseiam-se na posse comum das terras, na união direta entre agricultura e artesanato e numa divisão fixa do trabalho, que no estabelecimento de novas comunidades serve de plano e de projeto. Constituem organismos de produção que bastam a si mesmos, variando suas áreas de produção de cem a alguns milhares de acres. A maior parte dos produtos é destinada ao autoconsumo direto da comunidade não como mercadoria, sendo portanto a própria produção independente da divisão do trabalho mediada pelo intercâmbio de mercadorias no conjunto da sociedade indiana. Apenas os *produtos excedentes* transformam-se em *mercadorias*, parte deles apenas depois de chegar às mãos do Estado, para o qual flui desde tempos imemoriais um certo *quantum* como renda natural. Diferentes regiões da Índia possuem diferentes formas de comunidades. Em sua forma mais simples, a comunidade cultivava a terra em comum e distribui os seus

produtos entre seus membros, enquanto cada família fia, tece etc. como atividade acessória doméstica. Ao lado dessa massa homogeneamente ocupada encontramos o “habitante principal”, juiz, polícia e coletor de impostos em uma pessoa, o guarda-livros, que faz a contabilidade do cultivo e que registra e cadastra tudo que a ele diz respeito; um terceiro funcionário, que persegue criminosos e protege viajantes estrangeiros, escoltando-os de uma aldeia à outra; o guarda de fronteira, que vigia as fronteiras de sua comunidade contra as comunidades vizinhas; o inspetor de águas, que distribui, para as necessidades agrícolas, a água dos reservatórios comunais; o brâmane do calendário, que como astrólogo indica as ocasiões para a semeadura, a colheita e as boas e más horas para todos os trabalhos agrícolas particulares; um ferreiro e um carpinteiro, que confeccionam e consertam todos os instrumentos agrícolas; o oleiro, que faz todo vasilhame da aldeia; o barbeiro, o lavador para limpeza de roupas, o ourives de prata, aqui e ali o poeta, que em algumas comunidades substitui o ourives de prata e em outras o mestre-escola. *Essa dúzia de pessoas é sustentada à custa de toda a comunidade.* Se a população aumenta, estabelece-se uma nova comunidade em terra não cultivada, segundo o modelo da anterior. O mecanismo comunal representa uma divisão planejada do trabalho, *mas sua divisão manufatureira é impossível*, pois o mercado do ferreiro, do carpinteiro etc. permanece inalterado, podendo-se, de acordo com o tamanho da aldeia, encontrar no máximo, em vez de um ferreiro, um oleiro etc., dois ou três deles. (apud MÉSZÁROS, 2011, p. 606-607).

O segundo exemplo para elucidar as diferenças significativas entre o modo capitalista de produção e as organizações anteriores da sociedade, segundo Mézszáros (2011):

[...] diz respeito às determinações internas da produção e distribuição na estrutura do sistema de guildas e em relação ao sistema e às demandas do capital mercantil que objetivamente conflitam com os princípios constitutivos e as práticas produtivas das guildas [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 608)

Outra vez Mézszáros (2011, p. 607-608) recorre a Marx com uma passagem, também d’*O capital*, na qual o autor alemão escreve que:

As leis das corporações, conforme já observamos, impediam planejadamente, ao limitar com severidade o número de ajudantes que um único mestre de corporação podia empregar, a sua transformação em capitalista. Da mesma forma, somente era-lhe permitido empregar ajudantes no ofício em que ele era mestre. A corporação defendia--se zelosamente contra qualquer intrusão do capital mercantil, a única forma livre de capital, com que se defrontava. O comerciante podia comprar todas as mercadorias, mas não o trabalho como mercadoria. Ele era apenas tolerado como distribuidor dos produtos artesanais. Se circunstâncias extremas provocassem uma progressiva divisão do trabalho, as corporações existentes dividiam-se em subespécies ou fundavam-se novas corporações ao lado das antigas, porém sem que diferentes ofícios se reunissem em uma oficina. A organização corporativa, por mais que sua especialização, o isolamento e o aperfeiçoamento dos ofícios pertençam às condições materiais de existência do período, excluía portanto a divisão manufatureira do trabalho (apud MÉSZÁROS, 2011, p. 607-608).

Mészáros (2011) conclui, após citar os dois exemplos anteriores, que:

[...] ambos os exemplos sublinham o caráter historicamente excepcional do sistema capitalista de produção e distribuição que, primeiro, tinha que subjugar, no curso de seu desdobramento histórico, várias determinações naturais espontâneas antes que pudesse com sucesso impor à humanidade os imperativos materiais de seu próprio funcionamento [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 608).

Contudo, a conclusão a que Marx (2011) chega, após apresentar os exemplos aqui citados, é a de que:

Enquanto a divisão social do trabalho, quer se processe ou não através da troca de mercadorias, é inerente às mais diversas formações econômicas da sociedade, a divisão do trabalho na manufatura é uma criação específica do modo de produção capitalista (MARX, 2011, p. 414)¹¹.

O leitor que considerar apenas essa parte desta tese poderá encontrar uma semelhança entre os escritos de Marx e os de Mészáros. Considera-se, porém, que isso seria problemático, haja vista que mesmo nesse recorte os exemplos utilizados por Marx servem apenas para validar sua conclusão sobre a divisão manufatureira do trabalho como característica própria da sociedade do capital, e não, como pretende Mészáros, para encontrar os princípios das formas de produção da riqueza e riqueza de produção. Assim, a citação de Marx feita por Mészáros oculta todo esse processo.

Ressalta-se que o contexto das elaborações de Mészáros tem seu pressuposto na defesa de que Marx está datado, como se viu nos capítulos anteriores, ao cantinho europeu do século XIX, quando o capital estava em ascensão. Isso nos leva a compreender a aparente sutileza de uma diferença significativa entre as duas conclusões para os mesmos exemplos.

Mas o que difere ambas as teorizações tem centralidade no que para Marx é uma lei geral do sistema capitalista, enquanto que para Mészáros faz parte apenas do atual estágio avançado do desenvolvimento social, que promove o trabalho em uma esfera mais avançada. Mészáros (2011, p. 609) afirmando que o “domínio do homem sobre a natureza”, assim, “[...] não mais poderá ser realizado estritamente para o benefício da minoria no poder, ao preço do jugo da vasta maioria da humanidade às demandas alienantes da produção de mercadoria”.

¹¹ Citação retirada do Livro 1 d’*O capital*, da edição da Civilização Brasileira, de 2011.

Desse modo, para Mészáros (2011):

Durante o desenvolvimento histórico do capital – **que impôs à humanidade a produção da riqueza como a finalidade que a tudo absorve** –, o caráter real da riqueza propriamente dita desapareceu do horizonte. Foi obliterada por uma concepção reificada, associada a estruturas materiais e relações igualmente fetichizadas que determinaram o sociometabolismo geral em todas as suas dimensões (MÉSZÁROS, 2011, p. 610, grifo nosso).

Aqui temos um exemplo claro das distinções categoriais. Para Marx, como se verá na análise nos capítulos seguintes desta tese, não é a imposição da “produção de riqueza”, e sim a produção de capital que demarca o modo de produção capitalista. Essa não é uma simples diferença. Observe-se como isso se desdobra segundo Mészáros (2011):

[...] Sob o comando do capital, o sujeito que trabalha não mais pode considerar as condições de sua produção e reprodução como *sua própria propriedade*. Elas não mais são os pressupostos autoevidentes e socialmente salvaguardados do seu *ser*, nem os pressupostos naturais do seu *eu* como constitutivos da “extensão externa de seu corpo”. Ao contrário, elas agora pertencem a um “ser estranho” reificado que confronta os produtores com suas próprias demandas e os subjugam aos imperativos materiais de sua própria constituição. Assim, a relação original entre o sujeito e o objeto da atividade produtiva é completamente subvertida, reduzindo o ser humano ao *status* desumanizado de uma mera “condição material de produção”. O “ter” domina o “ser” em todas as esferas da vida. Ao mesmo tempo, o eu real dos *sujeitos produtivos* é destruído por meio da fragmentação e da degradação do trabalho à medida que eles são subjugados às exigências brutalizantes do processo de trabalho capitalista. **Eles são reconhecidos como “sujeitos” legitimamente existentes apenas como consumidores manipulados de mercadorias**. Na verdade, eles se tornam tanto mais cinicamente manipulados – como fictícios “consumidores soberanos” – quanto maior a pressão da taxa decrescente de utilização (MÉSZÁROS, 2011, p. 611, grifo nosso).

E Mészáros (2011) conclui que:

Naturalmente, em tais circunstâncias e determinações, os seres humanos produtivamente ativos não podem ocupar, como seres humanos, seu lugar legítimo nas equações do capital, e muito menos ser considerados, nos parâmetros do sistema do capital, como a verdadeira finalidade da produção. A relação social mercantilizada e reificada entre os sujeitos produtivos e seu controlador agora independente – que, como questão de direitos materialmente constituídos e legalmente impostos, age como o único proprietário das condições de produção e autorreprodução dos trabalhadores – apresenta-se de maneira mistificada e impenetrável. Igualmente, a tarefa da reprodução social e do intercâmbio metabólico com a natureza é definida de modo fetichizado como a reprodução das condições objetivadas/alienadas de produção, das quais o ser humano que sente e padece nada mais é senão uma parte estritamente subordinada, enquanto um “fator material de produção”. E já que o sistema produtivo estabelecido, sob a regência do

capital, não pode reproduzir a si próprio, a menos que possa fazê-lo em uma escala sempre crescente, a produção deve não apenas ser considerada a finalidade da humanidade, mas – enquanto um modo de produção ao qual não pode haver alternativa – deve ser tomada como premissa que **a finalidade da produção é a multiplicação sem fim da riqueza** (MÉSZÁROS, 2011, p. 611, grifo nosso).

A expansão da riqueza, para o autor húngaro, tem relação direta com a forma que este compreende a produção de valor de troca. Desse modo, conforme Mézáros (2011):

[...] quando a **autoexpansão capitalista do valor de troca está em crise**, se quisermos tratar seriamente dos problemas de desenvolvimento e “subdesenvolvimento”, visando investigar as condições de uma alternativa socialista viável, é inevitável desafiar os próprios *horizontes* da “riqueza” autorreprodutiva do capital, no interior dos quais não pode haver solução para tais problemas. Em outras palavras, a questão em jogo é absolutamente fundamental e em relação à qual todo o resto pode apenas se qualificar, na melhor das hipóteses, como paliativos *temporários* (MÉSZÁROS, 2011, p. 612, grifo nosso).

O movimento do capital, para Mézáros, torna-se cada vez mais expresso. Quando há a crise da autoexpansão do valor de troca em sua dimensão estrutural, ou seja, a crise estrutural, a contra-tendência do capital se dá pela produção de mais mercadorias com um menor tempo de vida útil. Em outras palavras, a taxa decrescente de utilização do valor de uso é a contra-tendência para a crise estrutural do processo capitalista de autoexpansão do valor de troca.

Sendo ainda mais preciso, Mézáros apresenta em termos práticos a preocupante questão a que se deve ater aqui: “[...] como tornar novamente o ser humano a finalidade da produção, de acordo com as imensas potencialidades positivas – em alguma medida já existentes mas destrutivamente encastoadas – das forças de produção? [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 612). E Mézáros (2011) explica, ancorado nos *Grundrisse* de Marx:

A questão se coloca numa dimensão contrária àquela que divisa várias racionalizações pseudocientíficas das práticas produtivas do capital que evitam a realização das potencialidades positivas, preservando as relações de produção existentes e a divisão de trabalho iníqua, hierárquica. Inevitavelmente isto envolve uma redefinição radical de “riqueza”, no mesmo espírito em que o significado distorcido pelo sentido capitalista de “propriedade” necessita de uma redefinição radical, “pois quando a forma burguesa limitada for eliminada, o que será a *riqueza* senão a *universalidade das necessidades, capacidades, prazeres, forças produtivas etc. individuais*, criadas através do *intercâmbio universal* ? O pleno desenvolvimento do domínio do homem sobre as forças da natureza, tanto da *assim chamada*

natureza como da *própria natureza da humanidade*? O desdobramento completo destas *potencialidades criativas*, sem qualquer outro pressuposto senão o desenvolvimento histórico prévio, que faz desta totalidade de desenvolvimento, isto é, o *desenvolvimento de todos os poderes humanos enquanto tais o fim em si próprio*, não mensurável com um padrão *predeterminado*? Na qual ele não se reproduz a si próprio em uma *especificidade*, mas produz sua *totalidade*? Luta não para permanecer algo que se *tornou*, mas se encontra no absoluto movimento do *vir-a-ser*? Na economia burguesa – e na época de produção à qual corresponde – este desenvolvimento pleno do conteúdo humano aparece como um completo esvaziamento, esta *objetificação* completa como uma total *alienação*, e este romper de todas as finalidades limitadas, parciais, como sacrifício *da finalidade humana como tal* a um *fim* totalmente *externo*’ (MÉSZÁROS, 2011, p. 612).

Nesse sentido, Mézszáros (2011) argumenta que:

[...] o avanço histórico representado pelo estágio capitalista de desenvolvimento produtivo (abarcando, apesar de tudo, apenas alguns séculos da história total da humanidade) é um *retrocesso* real se considerado em relação ao seu impacto na dialética de necessidade e produtividade, porque rompe radicalmente a relação prévia que prevaleceu, como já mencionado, por milhares de anos. Remove – como deveria – não apenas as determinações *limitantes* da produção orientada-para-a-necessidade, mas simultaneamente também a possibilidade de *controlar* as tendências destrutivas que emergem da dominação total da *qualidade* pelos imperativos da expansão quantitativa ilimitada do capital. **Isto explica por que a problemática da necessidade, qualidade e uso deve ocupar um lugar central na reorientação socialista da produção e distribuição.** Na verdade, o critério orientador da necessidade, a qualidade e o uso se aplica a todos os aspectos da produção e distribuição socialistas, da satisfação das exigências materiais elementares do sociometabolismo aos vários esforços que visam ampliar as dimensões mais mediadas da reprodução cultural (MÉSZÁROS, 2011, p. 615, grifo nosso).

Tem-se aqui, como em outros momentos da presente tese, alguns eixos do que Mézszáros compreende como a “nova forma histórica” de produção da vida para além do capital como modo de controle sociometabólico. Ver-se-á mais detalhadamente como esse processo é descrito por Mézszáros na sequência do presente trabalho. O que interessa nesta parte da tese é compreender, de acordo com o autor húngaro, como sob o capital a produção está orientada para a expansão da riqueza. Lembra-se de que há para este autor uma identificação entre a riqueza e o valor de troca, e entre este e o capital.

Frente à necessidade de produção e reprodução do sistema do capital, é evidente, de acordo com Mézszáros (2011, p. 615), que um desdobramento do comando do capital produz o “[...] o exercício empobrecido, alienado e desumanizado

das funções do trabalho vivo [...]”. Assim, Mészáros (2011, p. 615) cita Marx¹² para destacar que o homem é, no sistema do capital, “carçaça do tempo”:

Se a mera *quantidade* do trabalho funciona como medida de valor sem qualquer consideração para com a *qualidade*, isto pressupõe que o trabalho simples se tornou o pivô da indústria. Pressupõe que o trabalho foi equalizado pela *subordinação do homem à máquina* ou pela extrema divisão do trabalho; que os *homens são obliterados pelo seu trabalho*, que o pêndulo do relógio se tornou uma medida tão acurada da atividade relativa de *dois trabalhadores* como o é da velocidade de *duas locomotivas*. Portanto, não devemos dizer que a hora de um homem vale a hora de outro homem, mas, sim que um homem durante uma hora vale tanto quanto outro homem durante uma hora. Tempo é tudo, o *homem é nada*; ele é, na melhor das hipóteses, *carçaça do tempo*. A *qualidade* não mais importa. A *quantidade* sozinha decide tudo; hora por hora, dia por dia (MARX apud MÉSZÁROS, 2011, p. 615).

A partir disso, Mészáros (2011) sintetiza com um tom moral de análise:

Portanto, já que os seres humanos apenas podem se encaixar na maquinaria produtiva do sistema do capital como engrenagens do mecanismo geral, suas qualidades humanas devem ser consideradas obstáculos à **eficácia** ótima de um sistema que tem suas próprias lógica e medida de legitimação. Correspondentemente, os mesmos critérios devem ser aplicados na avaliação tanto da performance humana como na da locomotiva, desse modo não apenas equalizando, mas *subordinando* a sensível e inoportuna humanidade à eficácia pouco exigente dos lucrativos procedimentos mecânicos, muito mais facilmente administráveis (MÉSZÁROS, 2011, p. 615, grifo nosso).

A “eficácia”, a que Mészáros se refere, é utilizada para explicar como as coisas, sob o capital, podem piorar ainda mais para os trabalhadores. Para isso, o autor húngaro iguala “eficácia” a “valor”, ou seja, algo que pode ser contabilizado a partir do trabalhador produtivo. Mészáros (2011) argumenta:

Para tornar as coisas ainda piores, a eficácia (ou valor) do trabalhador *produtivo* pode ser objetivamente avaliada na estrutura capitalista de contabilidade com considerável exatidão, no mesmo sentido da locomotiva – e este é precisamente o modo como a máquina pode se tornar um competidor direto do trabalhador produtivo. Ao mesmo tempo, o “valor” atribuído aos constituintes *improdutivos* e *parasitários* do processo capitalista de produção e distribuição (dos manipuladores fraudulentos do mercado de ações aos “*experts*” das relações antissindicais e agentes publicitários comerciais ou políticos) está aberto às mais arbitrárias determinações. Na verdade, quanto mais nos aproximamos dos estágios mais desenvolvidos do “capitalismo avançado”, mais pronunciada é a mudança na direção dos constituintes não produtivos e parasitários (MÉSZÁROS, 2011, p. 616).

¹² Mészáros retira esta citação do autor alemão de Marx & Engels Collected Works - volume 6 - Marx and Engels 1845-48, da página 127. Este livro eletrônico foi publicado por Lawrence & Wishart, em 2010.

Para Mészáros (2011), não é a satisfação das necessidades humanas que é o propósito da produção capitalista, mas a criação do que este nomeia “antinecessidade”, produzida por um “antivalor”:

Se tivermos em mente que o propósito inerente da produção supostamente deve ser a satisfação da necessidade humana, se evidencia que nas condições prevaletentes, ao contrário, **a utilidade pode ser perfeitamente igualada à antinecessidade, e neste sentido à afirmação prática negadora-de-necessidade do antivalor** [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 616, grifo nosso).

Cabe ressaltar que todas essas características são partes constituintes da segunda fase do movimento do capital, ou seja, após seu processo de consolidação. Portanto, trata-se de uma fase em que as condições históricas objetivas não estiveram sob a análise de Marx, que viveu em tempo anterior ao relacionado com o “capitalismo avançado”.

A antinecessidade e o antivalor seriam características próprias do capital desenvolvido. Com a orientação voltada para o lucro, o sistema do capital determina, inclusive, a utilidade das mercadorias. Mészáros (2011) explica:

Em todas as formas de sociedade, a produtividade está indissolúvelmente associada ao tipo de *utilidade* e à *utilização* compatível com as práticas produtivas dominantes daquela sociedade. Naturalmente, o mesmo vale para a ordem social capitalista. Dadas as limitações e contradições estruturais desta ordem social universalmente mercantilizadora, orientada para o lucro, o escopo de sua produtividade é desesperançosamente limitado – e sua direção, além de certo ponto do desenvolvimento histórico em andamento, radicalmente perversa – pelo modo no qual as demandas da expansão do capital praticamente definem o critério de “*utilidade*” ao qual tudo deve se conformar [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 620).

Com esse embasamento, Mészáros (2011, p. 620) faz nova citação dos *Grundrisse*, de Marx, para tratar da “[...] determinação perversa da ‘utilidade’ e da ‘carência-de-utilidade’ que emergem dos limites intranscendíveis da utilização capitalista”. A citação que Mészáros (2011) faz de Marx é a seguinte:

É uma lei do capital criar *trabalho excedente, tempo disponível*; e só pode fazê-lo se acionar o *trabalho necessário* – ou seja, se entrar em intercâmbio com o trabalhador. É sua tendência, portanto, criar tanto trabalho quanto possível; do mesmo modo, é igualmente sua tendência *reduzir* o trabalho necessário ao mínimo. Portanto, igualmente é uma tendência do capital *aumentar* a população trabalhadora, assim como constantemente colocar uma parte dela como *população excedente* – população que é *carente de uso*

até a época em que o *capital possa utilizá-la*. (Daí o acerto da teoria da população excedente e do capital excedente.) É igualmente uma tendência do capital tornar o trabalho humano (relativamente) *supérfluo*, de modo a conduzi-lo, como trabalho humano, ao infinito. O valor nada mais é que trabalho objetivado, e valor excedente (realização do capital) é apenas o excesso daquela parte de trabalho objetivado que é necessário à reprodução da capacidade de trabalho. Mas o trabalho em si é, e permanece, o pressuposto [da produção capitalista], e o trabalho excedente apenas existe em relação ao necessário, portanto apenas enquanto este último existir. O capital deve, portanto, constantemente postular o trabalho *necessário* para postular o trabalho *excedente*; ele precisa multiplicá-las (a saber, as jornadas de trabalho simultâneas) para multiplicar seu excedente; mas ao mesmo tempo deve *suspendê-las* como *necessárias*, para poder postulá-las como *trabalho excedente*. ...o capital excedente recém-criado só pode ser realizado como tal ao ser novamente trocado por trabalho vivo. Daqui a tendência do capital de simultaneamente *aumentar* a população trabalhadora assim como de *reduzir* constantemente a parte necessária (para postular constantemente uma parte como *reserva*). É o aumento da própria população o principal meio para reduzir a parte necessária. No fundo, isto é apenas uma aplicação da relação da jornada de trabalho *singular*. Aqui já estão, portanto, todas as *contradições* expressas como tal pela moderna teoria da população, mas por ela não captada. Capital, como postulado do trabalho excedente, é, igualmente e ao mesmo tempo, o postulado e o não postulado do trabalho necessário; só existe enquanto o trabalho necessário simultaneamente existir e não existir (MARX apud MÉSZÁROS, 2011, p. 620-621).

É possível identificar que os aspectos centrais de tal citação são referentes à discussão de trabalho necessário e trabalho excedente. Marx está rascunhando sua elaboração categorial e, portanto, está se aproximando da precisão que será expressa em *O capital*. Para além desse fato, secundário para esta tese neste momento, há a conclusão a que Mézszáros chega a partir do argumento feito por Marx. Mézszáros (2011) escreve:

Sendo assim, o sistema contraditório do capital praticamente configura seus próprios limites – historicamente *específicos* – como limites da *produção em geral*. Reconhece e legitima a necessidade humana (e a correspondente utilização dos recursos materiais e humanos disponíveis) apenas até o ponto de torná-la conforme aos imperativos da autorrealização ampliada do capital. Tudo o que ficar fora de tais parâmetros, independente das consequências, deve ser considerado “inútil”, “inutilizável” e intoleravelmente *supérfluo*. De fato, o incansável impulso do capital para a frente – no processo da sua autorreprodução cada vez mais ampliada – o impede de prestar atenção aos acontecimentos destrutivos que emergem das contradições entre o trabalho *supérfluo* e o necessário. O próprio capital apenas existe “enquanto o trabalho necessário simultaneamente existir e não existir”, ou seja, enquanto ele tiver sucesso em reproduzir as contradições subjacentes (por mais precária que seja a situação) e desse modo reproduzir a si próprio enquanto tal. Além disso, as contradições do *microcosmo* único do capital, identificável nas determinações e tensões internas da *jornada de trabalho singular*, são inevitavelmente reproduzidas em toda parte do “*macrocosmo*” do modo de produção capitalista. A reificação se torna ubíqua porque sob a regência do capital as características específicas de toda atividade produtiva, das menores unidades locais às fábricas das gigantescas corporações transnacionais, são necessariamente constituídas em conformidade com os

imperativos material e organizacional de *estrutura de mercadoria* que se aplica não menos ao *trabalho vivo* do que aos meios e ao material de produção (MÉSZÁROS, 2011, p. 621).

Poder-se-ia questionar se Mézáros identifica trabalho supérfluo com trabalho excedente. Ou ainda, se compreende trabalho necessário como o relacionado à satisfação das necessidades humanas em sentido geral. Mas o que se destaca aqui é a falta de coerência teórica entre a citação de Marx e as conclusões de Mézáros. Na citação recorrida por Mézáros, qual conteúdo lhe permite fazer tais afirmações? O central é que, para Mézáros – tentando buscar respaldo em Marx dos *Grundrisse* –, o sistema do capital “[...] reconhece e legitima a necessidade humana [...] apenas até o ponto de torná-la conforme aos imperativos da autorrealização ampliada do capital [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 621).

Mézáros considera que o sistema do capital plenamente desenvolvido se caracteriza, entre outros elementos, pelo controle do trabalho vivo. E apresenta duas formas que podem definir esse controle: a horizontal e a vertical. Observe-se mais de perto. Mézáros (2011) explana sobre o primeiro polo:

A flexibilidade *horizontal* das novas determinações organizacionais traz consigo, por um lado, a jornada de trabalho do processo de trabalho capitalista organizada de forma única (isto é, em um sentido ainda a ser discutido, completamente *homogeneizado*): isso ocorre em agudo contraste com as limitadas potencialidades dos modos de produção anteriores, pois naquele ela tanto pode ser *multiplicada quanto dividida infinitamente*. São as condições da acumulação de capital bem-sucedida que permitem esse processo, e é o avanço da divisão funcional do trabalho que o exige. Ao mesmo tempo, e por outro lado, a mesma flexibilidade horizontal também significa que a multiplicidade das jornadas de trabalho coexistentes e cooperantes podem ser arranjadas e supervisionadas *lado a lado* – por assim dizer, “sob o mesmo teto”, ainda que esparramadas por muitos países – num padrão funcionalmente adequado e dinamicamente modificável. Este tipo de desenvolvimento se estende das oficinas relativamente primitivas do período manufatureiro inicial até a simultaneidade altamente complexa e difusa das imensas fábricas transnacionais de nossa época (MÉSZÁROS, 2011, p. 622).

Assim, a flexibilidade horizontal está relacionada diretamente à jornada de trabalho e sua possibilidade de supervisão. Já quanto à forma vertical, Mézáros (2011) a descreve como:

A estruturação *vertical*, contudo, é ainda mais importante para assegurar o desenvolvimento dinâmico do sistema capitalista, pois é precisamente a capacidade do capital de ordenar a multiplicidade das jornadas de trabalho também em um padrão *vertical/hierárquico* que constitui a *garantia* da aplicabilidade segura e da completa difusão do próprio princípio

organizacional horizontal, junto com as potencialidades produtivas inerentes a ele. (Por exemplo, economias de escala, utilização de recursos espaço-temporais, materiais e intelectuais etc.) (MÉSZÁROS, 2011, p. 622).

A estruturação vertical está ligada à forma de comando do capital, forma pela qual se assegura “[...] a expansão contínua da mais-valia com base na máxima *exploração* praticável da totalidade do trabalho [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 622). É a relação entre a flexibilidade horizontal e a estruturação vertical que permite ao sistema do capital avançar em seus imperativos. Mézáros (2011) explica:

Aqui podemos também ver que, em última análise, não apenas o fator horizontal, mas também as inevitáveis determinações da dimensão vertical/hierárquica decidem o desdobramento e o avanço histórico – bem como desenvolvimentos ou subdesenvolvimentos deformados – do sistema do capital, tanto em suas partes como em sua totalidade (MÉSZÁROS, 2011, p. 623).

O autor húngaro apresenta, então, como isso se dava na fase de ascensão do capital e como ocorre quando há a consumação dessa fase. Para Mézáros (2011):

As exigências de controle da ordenação vertical constituem sempre o momento *fundamental* na relação entre as duas dimensões, mesmo durante o longo período histórico da ascendência do capital, quando uma reciprocidade dialética entre os princípios estruturantes verticais e horizontais é bastante evidente. Esta reciprocidade dialética, cuja dimensão vertical é o seu *übergreifendes Moment*, traz consigo, no processo dos desenvolvimentos capitalistas, algumas estruturas de controle altamente adaptáveis, em uma escala monumental. (Testemunhamos, por exemplo, a mudança do sistema empresarial limitadamente paternalista para a estrutura de administração rapidamente expansível das companhias de capital aberto.) Mudanças desse tipo ocorrem em resposta às necessidades correntes da divisão de trabalho funcional/horizontal com suas vastas ramificações internacionais; ao mesmo tempo ficam absolutamente confinadas ao limite dos interesses vitais do capital impostos verticalmente (MÉSZÁROS, 2011, p. 623).

No entanto, Mézáros (2011) afirma que:

[...] uma vez que a fase histórica da ascendência relativamente a problemática do capital tenha ficado para trás, o *momento fundamental* se converte em uma *determinação direta unilateral* que, em última análise, é desagregadora do intercâmbio entre as duas dimensões. Desse modo, ele *impede* aquelas potencialidades produtivas positivas que, enquanto potencialidades necessariamente frustradas e reprimidas, aparecem no horizonte. Em um sentido mais importante, essa correlação marca claramente os *limites estruturais* insuperáveis do sistema do capital como um modo de produção e reprodução sociometabólica (MÉSZÁROS, 2011, p. 623).

É com base nesse fundamento que Mészáros inicia uma explicação de quais e como teriam sido as alterações históricas necessárias e provocadas pelo sistema do capital. Para Mészáros (2011):

Entre outras coisas, a *unidade* entre necessidade e produção – característica dos modos anteriores de intercâmbio metabólico com a natureza, na medida em que “a finalidade deles é o homem”, já que orientam a si próprios para a produção de valor de uso – é totalmente rompida no sistema do capital (MÉSZÁROS, 2011, p. 624).

Depara-se aqui com uma das partes mais problemáticas da teoria de Mészáros: considerar que no escravismo e no feudalismo, por exemplo, a finalidade da produção era o homem é um equívoco grosseiro. Mais ainda, afirmar que a unidade entre necessidade e produção foi rompida no sistema do capital demonstra a superficialidade de seus fundamentos teóricos.

Mészáros (2011) afirma que há uma “dupla ruptura”, e as explica da seguinte forma:

Primeiro, os produtores são radicalmente *separados* do material e dos instrumentos de sua atividade produtiva, tornando-lhes impossível produzir para o seu próprio uso, já que nem sequer parcialmente estão no controle do próprio processo de produção. E, segundo, as mercadorias produzidas com base em tal separação e alienação não podem emergir diretamente do processo de produção como *valores de uso relacionados à necessidade*. Elas requerem a intervenção de um momento *estranho* para suas metamorfoses em valores de uso e para tornar possível a continuidade da produção e reprodução global do sistema do capital. Em outras palavras, já que a grande massa das mercadorias produzidas não pode constituir valores de uso para os seus *proprietários* (o número comparativamente insignificante de capitalistas), deve entrar na *relação de troca* do capital – por meio da qual pode funcionar como valor de uso para seus *não proprietários* (isto é, majoritariamente os trabalhadores) – para se realizar como *valor* em benefício da reprodução ampliada do capital [...] Além disso, é uma determinação estruturante vital do sistema que o capital não possa se renovar sem apropriação do *trabalho excedente* da sociedade (isto é, sob o capitalismo, a *mais-valia* produzida pelo *trabalho vivo* mercantilizado com o qual o capital deve trocar a massa de mercadorias disponível, de modo a realizá-la como valor e começar de novo, em escala ampliada, o ciclo capitalista de produção e reprodução). Consequentemente um novo tipo de *unidade* deve ser gerada para ser capaz de *deslocar* as contradições dessa dupla ruptura (ainda que jamais possa *superá-las* completamente), ao mesmo tempo em que mantém a existência das clivagens estruturais (MÉSZÁROS, 2011, p. 624).

Para o autor húngaro, é essa dupla ruptura que é o fundamento sem o qual o capital não poderia funcionar. Assim, conforme Mészáros (2011):

[...] Seu primeiro momento – a separação radical dos trabalhadores dos meios e do material de sua atividade produtiva e da autorreprodução – priva-os de qualquer influência sobre as funções produtivas específicas que devem realizar no lugar de trabalho a eles designado, para não mencionar o modo pelo qual o processo global de reprodução é determinado e organizado. Ao mesmo tempo, o segundo momento – a necessidade de entrar na relação de troca do capital por uma questão de mera sobrevivência – prende firmemente o trabalhador ao sistema dominante, deixando-o totalmente à mercê do capital. Os fragmentos das mercadorias que os trabalhadores individuais produzem estão tanto além do controle deles (como resultado da alienação dos meios e materiais da produção) como, e ao mesmo tempo, são para eles inúteis, devido à sua forma fragmentária, mesmo se comparados às necessidades elementares dos trabalhadores isolados. Além disso, mesmo a singular e única posse real dos trabalhadores – sua força de trabalho – não pode se constituir em valor de uso para eles, mas apenas para o capital que a coloca em movimento. É assim que a dupla ruptura entre necessidade e produção se converte em uma unidade operacional escravizadora de trabalho imensamente poderosa, que afirma a si própria pelas injunções e determinações interconexas do processo de trabalho, por um lado, e pela relação de troca, por outro. Desse modo, o sistema do capital é capaz de operar – com grande dinamismo e eficácia ao longo da fase histórica de sua ascensão – graças à separação do trabalho vivo de suas condições objetivas de exercício, complementada pela subjugação de necessidade e valor de uso às determinações reificantes do valor de troca (MÉSZÁROS, 2011, p. 624-625).

Dessa forma, Mézáros apresenta o fundamento do que considera ser a base material do sistema do capital: a separação do trabalho vivo dos meios e materiais de sua atividade e subordinação às determinações do valor de troca.

Como o objetivo de Mézáros nessa parte de sua principal obra é discutir sobre a riqueza da produção e a produção de riqueza, o autor húngaro oferece sua forma de compreender as determinações do sistema capitalista que submetem o valor de uso das mercadorias. Assim, Mézáros (2011) escreve:

O propósito global e a força motivadora do sistema capitalista não pode conceber a produção de valores de uso orientada-para-a-necessidade, mas apenas a bem-sucedida *valorização/realização* e a constante *expansão* da massa de riqueza material acumulada. Na estrutura de tais determinações motivacionais que a tudo absorvem, a situação estrutural do valor de uso é de fato extremamente precária. Não apenas todos os valores de uso correspondentes às necessidades humanas devem constituir um momento estritamente *subordinado* na estratégia capitalista de valorização; eles também podem sofrer intervenções grotescas e, de fato, ser relegados a uma posição de importância secundária no processo de reprodução global – desde que sejam substituídos por variedades de desperdício institucionalizado – quando o aprofundamento da crise estrutural do capital demandar tais soluções, como veremos mais tarde (MÉSZÁROS, 2011, p. 625).

É importante destacar que, como se tem afirmado nesta tese, com a crise estrutural, o sistema do capital é reordenado sob novos contornos. Entre estes a própria lógica de produção capitalista cria novo formato para os valores de uso, que,

conforme o autor húngaro, quando demandado pela crise estrutural, entra no ciclo vicioso do desperdício institucionalizado. O valor de uso, para Mészáros, é uma categoria central, como se verá adiante nesta tese e como o próprio autor apresenta no processo de crise estrutural do sistema do capital.

Mészáros (2011) assume que, no desenvolvimento do sistema do capital:

[...] o processo pelo qual as garantias necessárias são produzidas – e também *renovadas* – consiste na *homogeneização* dos mais minúsculos constituintes do sistema com um todo. Historicamente, esta homogeneização ocorre segundo as determinações materiais fundamentais do capital que correspondem a seus parâmetros exploratórios específicos – isto é, inerentemente econômicos. Em outras palavras, já que os parâmetros exploratórios deste sistema particular de produção e distribuição estão circunscritos de tal modo que a mais-valia deve ser extraída do trabalho vivo (e apropriada pelo capital orientado para a expansão) por um complexo conjunto de mecanismos *econômicos*, a homogeneização em questão deve também assumir, no curso de sua evolução histórica, um caráter essencialmente econômico (MÉSZÁROS, 2011, p. 626).

Observa-se como o autor húngaro identifica que, de maneira secundária, a extração da mais-valia do trabalho vivo é uma característica do sistema do capital e como considera que, no processo de homogeneização de todo o planeta para as relações capitalistas, o caráter econômico é central no curso desse desenvolvimento. Contudo, sob a base teórica que se tem apresentado neste estudo, tal afirmação recebe um caráter diferente do das elaborações marxianas. Ver-se-á, por exemplo, como a extração de mais-valia é relegada a segundo plano nas análises de Mészáros, sob a determinação do valor de uso como central para a compreensão da crise estrutural. Além disso, como se tem destacado, é descabida qualquer comparação entre a forma como Mészáros compreende o processo de extração de mais-valia com os elementos constitutivos da teoria marxiana.

Dessa maneira, temos uma alteração da relação entre necessidade e produção, como Mészáros (2011) demonstra que:

[...] a destroçada *unidade de necessidade e produção* acima mencionada é “remendada”, mesmo que de uma forma caracteristicamente perversa, de modo a se ajustar aos limites do processo metabólico do capital. O que agora conta como “necessidade” não é a necessidade humana dos produtores, mas os imperativos estruturais da própria valorização e reprodução do capital. Os *valores de uso* se legitimam em relação (e em estrita subordinação) ao último. Sendo assim, o trabalhador somente pode obter acesso a uma determinada classe e quantidade de valores de uso – correspondendo ela ou não às suas necessidades reais – enquanto o capital, com base na unidade reconstituída de necessidade (troca) e produção (reprodução), os *legitima* como viáveis e lucrativos no interior da estrutura da homogeneização corrente. Por essa via

o trabalhador *internaliza* as necessidades e os imperativos do capital como seus próprios, como inseparáveis da relação de troca, e por isso aceita a imposição dos valores de uso *capitalisticamente viáveis* como se emanassem de suas próprias necessidades. E, pior do que isso, simultaneamente o trabalhador também se acorrenta à sorte do sistema produtivo dominante pela *internalização* do que ele aceita serem suas próprias necessidades “legítimas”. **De tal modo que, no devido tempo, sob as condições do “capitalismo de consumidores” internalizado, o trabalhador, se ousar desafiar a ordem estabelecida, tem de fato muito mais a perder que seus “grilhões externos”** (MÉSZÁROS, 2011, p. 628, grifo nosso).

É importante destacar como o autor húngaro discorre suas argumentações enraizado no plano do consumo. A partir disso, Mézáros (2011, p. 629) apresenta a seguinte questão: “[...] como solapar o processo produtivo capitalista constantemente renovado pela homogeneização orientada para a quantidade e o valor de troca e substituí-lo pelo processo qualitativo orientado para a necessidade e o valor de uso?”. De fato, trata-se de uma importante questão. Já se tem, até o presente momento desta tese, algumas indicações que serão analisadas detalhadamente. Ver-se-á como Mézáros responde a essa indagação.

Este é um problema inerente à segunda fase do movimento do capital, o capital plenamente desenvolvido. Na fase anterior, a unidade capitalista tinha problemas com a necessidade, uso e produção. Contudo, à sua maneira, ainda conseguiu ser efetiva para o sistema do capital. Isso se altera completamente sob a crise estrutural do sistema do capital. Atualmente, Mézáros (2011) mostra que:

[...] O que está em questão aqui não é apenas a dissipação destrutiva das potencialidades produtivas do capital, sintonizada com as mais absurdas manifestações da queda da taxa de utilização, mas também o fato agravante de que tais práticas perdulárias não mais parecem realizar sua antiga função no processo de reprodução societária. A “destruição produtiva”, uma vez celebrada por reputados economistas, perdeu seu poder produtivo, transformando-se num dreno espoliador do sociometabolismo básico do nosso lar planetário (MÉSZÁROS, 2011, p. 631).

Assim, o autor húngaro continua a oferecer elementos preciosos de seu universo categorial para a concepção de crise estrutural e demarca mais uma diferença entre o antes, referindo-se à fase de ascensão do sistema, e hoje, com referência à fase de consumação da ascensão do sistema do capital. Nesse movimento, Mézáros (2011) explica:

A importância desses desenvolvimentos não pode ser exagerada, pois em um passado não muito distante a dissipação produtiva de quantidades quase inimagináveis de forças produtivas e recursos podia ser transformada em vantagem para o capital com relativa facilidade, contribuindo assim

positivamente para a resposta bem-sucedida do sistema aos imperativos estruturais de sua autorreprodução ampliada. Hoje, ao contrário, conflitos e contradições anteriormente desconhecidos rompem à superfície, e a prática, então quase universalmente aplaudida, da geração-de-desperdício institucionalizado (e a correspondente destruição de recursos materiais e humanos em escala proibitiva) não mais parece ser capaz de produzir os resultados que a poderiam legitimar. Na verdade, o modo como a produção-perdulária funciona hoje traz graves implicações para a própria viabilidade metabólica do sistema do capital, pois parece interferir sobre, e desarticular seriamente, o difícil equilíbrio de capital e trabalho que a unidade precariamente reconstituída entre necessidade e produção, discutida acima, salvaguardou no passado. Neste passado – não obstante todo desperdício – , o capital podia com sucesso “fornecer as mercadorias” como valores de uso diretamente consumíveis pelos trabalhadores individuais, com duas limitações. Primeiro, porque podia fazê-lo apenas nos privilegiados países do “capitalismo avançado”, negando insensivelmente a satisfação das mais elementares necessidades ao povo trabalhador em todos os outros; segundo, porque mesmo no punhado de países privilegiados as mercadorias entregues não eram outras senão valores de uso grotescamente distorcidos (com frequência absolutamente artificiais), impostos praticamente à sociedade no interesse da autolegitimação do capital, tal como determinado pelas várias mudanças estruturais nas relações de troca dominantes (MÉSZÁROS, 2011, p. 631).

Seguindo esse mesmo movimento, Mézáros (2011) completa:

Nas últimas décadas pudemos testemunhar mudanças significativas que redefiniram os parâmetros produtivos e distributivos do capitalismo do pós-guerra em sua inteireza. O fim da expansão imperturbada, que durou duas décadas e meia após a Segunda Guerra Mundial, trouxe com ela a necessidade de intensificar a taxa de exploração mesmo nos países capitalistas mais privilegiados, como vimos em vários contextos acima. Ao mesmo tempo, a situação de dois bilhões e meio de pessoas do “Terceiro Mundo” – um número vertiginoso, do qual mais de um bilhão tinha que sobreviver, em 1995, com menos de um dólar por dia, tal como agora reconhecido até pelo Secretariado das Nações Unidas – não melhorou nem mesmo com as estratégias barulhentas, mas pateticamente inadequadas, de “modernização” e “ajuda econômica”. Hoje, sob o impacto de seus crescentes problemas e fracassos socioeconômicos, até o “núcleo” mais rico do sistema do capital global se recusa a alocar, com o propósito de aliviar a pobreza mundial, os miseráveis 0,7 por cento do PIB com os quais haviam se comprometido antes. Na verdade, massas cada vez maiores estão hoje condenadas a provar condições de abjeta miséria também nos países “capitalistas avançados”, ainda que não nas mesmas extensão e intensidade suportadas pelo “Terceiro Mundo” (MÉSZÁROS, 2011, p. 632).

Por fim, Mézáros (2011) conclui que atualmente, e só atualmente:

[...] apenas uma reorientação qualitativa da reprodução sociometabólica pode apontar uma saída para **a crise verdadeiramente global da humanidade**. Uma reorientação da *produção de riqueza* inevitavelmente limitadora e perdulária na direção de uma *riqueza de produção* humanamente enriquecedora, com sua *taxa de utilização ótima* antinômica àquela perigosamente *decrecente* [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 632-633, grifo nosso).

A crise estrutural do sistema do capital é, para Mészáros, a crise verdadeiramente global da humanidade. Somente assim, compreendendo esse processo de reorientação da produção, na concepção de Mészáros, ter-se-á os fundamentos para a elaboração de uma estratégia de transição com uma finalidade bem estabelecida. E isso só é possível a partir dessa segunda fase do movimento do capital, sendo inviável nos períodos anteriores.

3.2 A TAXA DECRESCENTE DE UTILIZAÇÃO DO VALOR DE USO COMO CONTRATENDÊNCIA À CRISE DE AUTOEXPANSÃO DO VALOR DE TROCA

Após apresentar sua posição acerca do debate sobre produção de riqueza e riqueza de produção, na qual, entre outras coisas, Mészáros destaca as modificações que o sistema capitalista provoca no valor de uso, demonstrar-se-á a seguir mais um elemento constitutivo dos aspectos matriciais sobre os quais se levanta a crise estrutural: a taxa de utilização decrescente no capitalismo.

Em síntese, o autor húngaro considera que a taxa decrescente de utilização do valor de uso é uma estratégia do capital para amenizar os efeitos da crise de autoexpansão do valor de troca. Ou seja, como forma de oferecer uma sobrevida ao capital em crise estrutural. Essas categorias – valor de uso e valor de troca – são centrais para este autor em seu conjunto categorial explicativo de crise estrutural.

Como se poderia entender o significado de taxa de utilização decrescente? Mészáros (2011, p. 634) responde que está relacionada ao seguinte fundamento: “da maximização da ‘vida útil das mercadorias’ ao triunfo da produção generalizada do desperdício”.

O autor argumenta que há uma tendência no sistema do capital plenamente desenvolvido para a criação de desperdício. Tal movimento não diz respeito a um desvio do sistema produtivo, mas a uma estratégia inerente ao próprio sistema do capitalismo avançado. No entanto, a justificativa das teorias burguesas para esse fato está localizada na necessidade de competição. Por isso, deve-se negar o fato de existir uma tendência geral do sistema do capital avançado. Mészáros (2011) explica:

[...] deve-se ignorar por completo o fato de que, em sua tendência geral, o modo capitalista de produção seja inimigo da *durabilidade* e que, portanto, no decorrer de seu desdobramento histórico, deve minar de toda maneira possível as práticas produtivas orientadas-para-a-durabilidade, inclusive solapando deliberadamente a qualidade. Ao contrário, as manifestações

dessa tendência devem ser justificadas em função da necessidade de competição, da utilização racional dos recursos de trabalho – ambas tratadas como necessidades (ideais) inteiramente benéficas – e coisas do tipo [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 636).

O autor húngaro entende que o sistema do capital avançado é inimigo da produção para a durabilidade. Isso explica a taxa decrescente de utilização no capitalismo. Trata-se da taxa decrescente de utilização do valor de uso como uma tendência geral do sistema. Para Mézáros (2011), dessa forma:

[...] a dimensão negativa de todas as tendências dominantes do desenvolvimento socioeconômico em curso deve permanecer velada mesmo para os melhores e mais honestos pensadores que as contemplem do ponto de vista da economia política e visualizem as dificuldades do sistema como prontamente resolvíveis pelo tipo de solução compatível com os parâmetros produtivos e distributivos do capital (MÉSZÁROS, 2011, p. 638).

O autor de *Para além do capital* descreve como, ao longo da história, houve uma modificação no padrão de consumo devido a avanços na produtividade. A atividade produtiva, portanto, é fortemente afetada por esses avanços. Isso determina, ainda, segundo Mézáros (2011, p. 639), “[...] a ‘proporção’ segundo a qual o tempo disponível total de uma dada sociedade será distribuído entre a atividade necessária para o seu intercâmbio metabólico básico com a natureza e todas as outras funções e atividades nas quais se engajam os indivíduos da sociedade em questão”.

Assim, é sob o sistema do capital desenvolvido que a taxa de utilização decrescente do valor de uso ganha enorme proporção, além de os valores de uso terem pouca durabilidade. De acordo com Mézáros (2011):

[...] a sociedade se mantém como um sistema produtivo manipulando até mesmo a aquisição dos chamados “bens de consumo duráveis” que necessariamente são lançados ao lixo (ou enviados a gigantescos ferros-velhos, como os “cemitérios de automóveis” etc.) muito antes de esgotada sua vida útil [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 640).

Seria desejável, de acordo com Mézáros (2011), ao contrário da taxa de utilização decrescente do valor de uso no sistema do capital:

[...] em princípio, que mais e mais recursos de uma sociedade fossem destinados à produção de bens *reutilizáveis* (e, naturalmente, genuinamente *utilizados* e *reutilizados*) – de moradias duráveis e esteticamente agradáveis a meios de transporte rápidos e confortáveis, ou ainda, de esculturas e pinturas a obras de arte literárias ou musicais etc. –, contanto que as

necessidades básicas de *todos* os membros da sociedade fossem adequadamente satisfeitas (MÉSZÁROS, 2011, p. 640).

Porém, é frágil a defesa de Mézáros com relação à produção de bens reutilizáveis como oposição à taxa decrescente de valor de uso. Aliás, há um franco crescimento da indústria de reutilizáveis, o que demonstra não ser isso um problema para o capital.

Ora, uma reportagem publicada por Andrea Vialli no “Estadão”¹³, em 2008, com a manchete “Indústria volta às embalagens reutilizáveis”, já apontava para a crescente tendência das indústrias de bens de consumo em “abandonar as embalagens descartáveis para diminuir descarte de resíduos”. Na matéria há relato de Martin Bunce, diretor da Tin Horse, empresa de design que tem inúmeras grandes empresas capitalistas como clientes, entre elas a Unilever, P&G, Coca-cola e Electrolux.

Mézáros considera ser uma doença social a subutilização, ou não utilização, da maquinaria produtiva do capital. Em outras palavras, o autor húngaro afirma que a crise do capital, causada por esse movimento, configura um problema para o capital. Mézáros (2011) argumenta que:

A articulação inerentemente social da maquinaria produtiva capitalista implica, como precondição para seu estado *saudável*, a *necessidade* de sua utilização *contínua*. Esta é uma exigência que deve ser satisfeita, caso se queira evitar a “reação em cadeia” das assim chamadas “disfunções temporárias”, que resultam em consequências mais ou menos destrutivas. Consequentemente, a subutilização (ou não utilização) da maquinaria produtiva capitalista em determinadas condições socioeconômicas (por exemplo, crises periódicas: porém, como logo veremos, cada vez menos apenas nas circunstâncias de tais crises) é a manifestação de uma séria *doença social* [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 641).

Mézáros (2011), considerando os dois momentos do movimento do capital – ascensão e consumação do sistema do capital – explica, a propósito da taxa de utilização decrescente do valor de uso, que:

[...] uma análise do desenvolvimento histórico da produção em relação à taxa de utilização decrescente [...] apresenta um quadro paradoxal, realmente contraditório. Por um longo período histórico, ela caminha lado a lado com a variação positiva da *proporção* entre bens utilizados e reutilizáveis; e, enquanto o faz, mantém-se *sem problemas* no que se refere à sua futura

¹³ Matéria publicada em 15 de outubro de 2008. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,industria-volta-as-embalagens-reutilizaveis,260045>>. Acesso em: 14 nov. 2020.

extensão, mas também muito limitado em seu alcance, ao confinar a maioria dos seus benefícios a uma parte extremamente limitada do todo social (provando assim ser *problemática* por causa de seu caráter necessariamente *limitado*). Em contraste, a tendência da taxa decrescente de utilização atinge seu pleno escopo apenas com a realização das potencialidades produtivas do capital, que prometem a supressão das contradições associadas ao caráter até então limitado da tendência. Contudo, a dinâmica do desenvolvimento capitalista não pode simplesmente remover as limitações anteriores à trajetória da taxa de utilização decrescente. Ela, simultaneamente, deve também tornar algumas das novas manifestações da taxa de utilização decrescente muito *problemáticas* desde o primeiro momento e *crescentemente* problemáticas com o passar do tempo. Como resultado da absurda reversão dos avanços produtivos em favor dos produtos de “consumo” rápido e da destrutiva dissipação de recursos, o “capitalismo avançado” impõe à humanidade o mais perverso tipo de existência que produz para o consumo imediato (*hand to mouth economy*): absolutamente injustificada com base nas limitações das forças produtivas e nas potencialidades da humanidade acumuladas no curso da história (MÉSZÁROS, 2011, p. 642).

O desenvolvimento dessas práticas produtivas do sistema do capital provoca grandes consequências para parte da humanidade. De acordo com Mézáros, isso implica consequências para o próprio capital, pois há, no autor, uma identificação entre crise de reprodução da humanidade com crise do capital. Analisar-se-á isso de maneira mais aprofundada a seguir nesta tese. Mas antecipa-se que uma destas diz respeito ao problemático argumento de que, além de vendedores da força de trabalho, os trabalhadores, pobres, são necessários para o sistema do capital como consumidores dos bens rapidamente utilizáveis. Para Mézáros (2011):

[...] Como não pode haver produção sem algum tipo de consumo, a expansão da produção capitalista necessita de uma distribuição mais ampla dos bens produzidos. Isso se acentua com o passar do tempo, particularmente por estar ligada a uma tendência complementar à *produção em massa* mediante o avanço da divisão do trabalho e o desenvolvimento do maquinário, cujos potenciais não podem ser adequadamente implementados, nem economicamente explorados, com base no confinamento de seus produtos ao número limitado de ricos. Embora seja um grande exagero dizer que, como resultado de tais desenvolvimentos, “Os próprios Pobres viviam melhor que os Ricos de outrora”, **ainda assim é verdade que um número muito maior de “pobres que trabalham” tornaram-se “úteis” – como produtores e como consumidores** – e não precisaram ser eliminados por enforcamento como “andarrilhos” e “vagabundos”: o modo pelo qual, num passado não muito distante, foram liquidados às centenas de milhares (72 mil só sob Henrique VIII) (MÉSZÁROS, 2011, p. 652, grifo nosso).

O sistema do capital, dessa forma, busca contra-tendências que possam amenizar o peso da produção destinada ao desperdício e contra a durabilidade. Por isso, Mézáros (2011) afirma que:

Dada a natureza imanente do capital, caracterizada por Marx como a “contradição viva”, cada tendência principal desse sistema de produção e distribuição só se faz inteligível se levamos plenamente em conta a *contratendência* específica à qual aquela está objetivamente ligada. Isso acontece mesmo quando, no relacionamento entre elas, um dos lados das interdeterminações contraditórias necessariamente predomina, de acordo com as circunstâncias sócio-históricas prevaletes. Assim, a tendência do capital ao *monopólio* é contrabalançada pela *concorrência*; igualmente, a *centralização* pela *fragmentação*, a *internacionalização* pelos *particularismos nacionais e regionais*, o *equilíbrio* pela *quebra do equilíbrio* etc (MÉSZÁROS, 2011, p. 653).

A mesma comparação entre tendência e contra-tendência apresentada vale para a lei tendencial da taxa de utilização decrescente, que potencializa uma “[...] expansão do círculo de consumo [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 653). Esse movimento abarca “[...] um número cada vez maior de “Pobres que trabalham”; a estes é proporcionada uma gama crescente de mercadorias à medida que o desenvolvimento das forças produtivas o torna tanto possível como necessário” (MÉSZÁROS, 2011, p. 653).

O peso que a lei tendencial da taxa de utilização decrescente do valor de uso assumiu no sistema do capital avançado é de uma “[...] posição de domínio na estrutura capitalista do metabolismo socioeconômico, não obstante o fato de que, no presente, quantidades astronômicas de desperdício precisem ser produzidas [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 655).

Sob o sistema do capital plenamente desenvolvido, há uma alteração na concepção de valor de uso. Dessa forma, conforme Mézáros (2011):

[...] “*útil*” torna-se sinônimo de “*vendável*”, pelo que o cordão umbilical que liga o modo de produção capitalista à necessidade humana direta pode ser completamente cortado, sem que se perca a aparência de ligação. Simultaneamente, as formas de *troca* anteriormente praticadas –, até então diretamente relacionadas à necessidade humana, quaisquer que fossem suas limitações sob outros aspectos – são superadas pelo domínio do *valor de troca*, de tal modo que, depois disso, não se pode mais conceituar a troca em si a menos que seja definida em termos das transações formalmente equalizadas de mercadorias que ocorrem na estrutura estritamente quantificadora das relações-de-troca reificadas (MÉSZÁROS, 2011, p. 659).

Ao comparar a taxa decrescente de utilização no capitalismo com outras formas e sistemas produtivos, Mézáros (2011) explica quais são as principais alterações ocorridas no desenrolar desse processo, argumentando que:

[...] mesmo no sistema produtivo do artesanato urbano (onde o valor de troca já desempenha um papel importante) “o objetivo direto e principal dessa

produção é a subsistência como artífice, como mestre-artesão, por conseguinte, como valor de uso e não riqueza, não valor de troca como valor de troca. A produção é sempre subordinada a um dado consumo, fornecimento à demanda, e se expande apenas lentamente”. Assim, já que a produção é fortemente restringida pelas limitações da demanda, só podendo se expandir lentamente, a taxa de utilização de qualquer produto particular deve ser alta, e o número de pessoas atraídas para o círculo de consumo em expansão comparativamente baixo. Sob esse aspecto, qualquer avanço significativo pressupõe necessariamente a remoção do obstáculo primário à acumulação: o caráter *não aquisitivo* (ou não mercantil) da força de trabalho. Ou seja, as corporações desconfiadamente protegeram seus domínios contra a interferência do comerciante que “podia comprar todo tipo de mercadoria, mas não o trabalho como mercadoria” (MÉSZÁROS, 2011, p. 659-660).

Assim, no sistema do capital, valor de uso e valor de troca não podem ser compreendidos separadamente. O valor de troca subordina o valor de uso. Em outras palavras, para o autor húngaro, mesmo que a mercadoria comprada não seja utilizada, esta já realizou o ápice do movimento do capital, que é a troca. Mézáros (2011) explana:

O capital não trata meramente como separados *valor de uso* (que corresponde diretamente à necessidade) e *valor de troca*, mas o faz de modo a subordinar radicalmente o primeiro ao último. Como já mencionado, na sua própria época e lugar, isto representou uma inovação radical que abriu horizontes antes inimagináveis para o desenvolvimento econômico. Uma inovação baseada na percepção prática de que qualquer mercadoria, num extremo da escala, pode estar constantemente em uso ou, no outro extremo das possíveis taxas de utilização, absolutamente nunca ser usada, sem perder com isso sua utilidade no que se refere às exigências expansionistas do modo de produção capitalista (MÉSZÁROS, 2011, p. 660).

O resultado disso, para Mézáros (2011), é que:

[...] novas potencialidades produtivas se abrem ao capital, cujo sistema não sofrerá qualquer consequência se a relação de alguém com um dado produto for caracterizada pela taxa de utilização mínima ou máxima, pois essa taxa não afeta em absolutamente nada a única coisa que realmente importa do ponto de vista do capital, a saber: que uma certa quantidade de valor de troca foi realizada na mercadoria em questão através do próprio ato de venda independentemente de ser ela, na sequência, sujeita a uso constante, a pouco ou a nenhum uso (por exemplo a câmara fotográfica, que posso usar apenas uma vez por ano, nas férias, se tanto), conforme o caso. O capital define “útil” e “utilidade” em termos de *vendabilidade* um imperativo que pode ser realizado sob a hegemonia e no domínio do próprio *valor de troca* (MÉSZÁROS, 2011, p. 660).

Isso posto, Mézáros recorre a Marx (apud MÉSZÁROS, 2011, p. 661) para assinalar que “o valor de troca de uma mercadoria não aumenta se o seu valor de uso

for mais consumido e com maior proveito”. A partir dessa afirmação, Mészáros (2011) conclui que:

[...] O mesmo se aplica, entretanto, ao inverso. Se baixarmos o valor de uso de uma mercadoria, ou criarmos condições para que ela só possa ser consumida “parcialmente e com menos proveito”, esta prática, não importa o quanto seja censurável de qualquer outro ponto de vista, tal como no caso anterior, não afetará seu valor de troca. Uma vez que a transação comercial tenha ocorrido, autoevidenciando a “utilidade” da mercadoria em questão por meio do seu ato de venda, nada mais há com que se preocupar do ponto de vista do capital. De fato, enquanto a demanda efetiva do mesmo tipo de utilização é reproduzida com sucesso, quanto menos uma dada mercadoria é realmente usada e reusada (em vez de rapidamente consumida, o que é perfeitamente aceitável para o sistema), melhor é do ponto de vista do capital: já que tal *subutilização* torna vendável outra peça de mercadoria (MÉSZÁROS, 2011, p. 661).

Dessa forma, Mészáros (2011) demonstra que:

[...] o que é verdadeiramente vantajoso para a expansão do capital não é um incremento na taxa (ou no grau) com que uma mercadoria – por exemplo, uma camisa – é utilizada e sim, pelo contrário, o decréscimo de suas horas de uso diário. Enquanto tal decréscimo for acompanhado por uma expansão adequada do poder aquisitivo da sociedade, cria-se a demanda por outra camisa. Ou seja, em termos mais gerais, se a *taxa de utilização* de um determinado tipo de mercadoria pudesse ser *diminuída* de, digamos, 100% para 1%, mantida constante a demanda por seu uso, a multiplicação potencial do valor de troca seria correspondentemente centuplicada (isto é, assumiria a estonteante figura de 10.000%). **De fato, essa tendência de reduzir a taxa de utilização real tem sido precisamente um dos principais meios pelos quais o capital conseguiu atingir seu crescimento verdadeiramente incomensurável no curso do desenvolvimento histórico** (MÉSZÁROS, 2011, p. 661, grifo nosso).

Identifica-se que o autor húngaro faz uma identificação do valor de troca com o valor. Seguindo essa lógica, Mészáros (2011, p. 663) entende que “[...] o desenvolvimento dos meios de produção não está mais diretamente ligado ao desenvolvimento das *necessidades* humanas (nem é impulsionado por elas, com maior ou menor vigor) [...]”. No entanto, essa característica não é exclusividade do sistema do capital, haja vista que, para se ficar apenas em um exemplo, no Egito antigo o desenvolvimento dos meios de produção estava ligado, entre outras coisas, à construção de pirâmides e templos para as necessidades dos Faraós, e não estava mais diretamente ligado ao desenvolvimento das necessidades humanas. Aliás, isso não ocorre desde a divisão das sociedades em classes.

Outro fator relacionado a essa característica, é que os meios de produção também não podem “[...] responder e se beneficiar diretamente das potencialidades

emergentes do avanço do próprio conhecimento ligado à produção [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 663). O que ocorre, para Mészáros (2011), é o oposto:

[...] já que os meios de produção foram *convertidos em capital* (isto é, constituem os meios de produção da sociedade dada somente na medida em que possam se definir e provar a si mesmos, prática e economicamente, como *parte orgânica do capital*), eles têm de *se opor* às necessidades humanas, se a lógica do capital o exigir, sobrepondo às necessidades humanas existentes e potencialmente emergentes as assim chamadas “*necessidades da produção*”, que correspondem diretamente ao interesse de salvaguardar a expansão do capital. **Da mesma forma, avanços no “*know-how*” científico podem ser agora transformados em meios de produção realmente empregados**, não no terreno das (nem em resposta às) necessidades humanas, mas tão somente se seu procedimento favorecer aos interesses do sistema do capital. **É por isso que, não apenas algumas linhas de pesquisa inerentemente produtivas não prosseguem, mas também uma grande parte de conhecimento já existente, junto com incontáveis inventos práticos, é “arquivada” ou inteiramente reprimida, sempre que conflite com os interesses do capital.** De fato, dada a alienante metamorfose dos meios de produção em capital reificado, a maquinaria produtiva desse sistema pode e deve ser articulada de tal maneira que sirva antes a propósitos destrutivos do que a produtivos se assim o decretarem os imperativos da contínua autorreprodução do capital (MÉSZÁROS, 2011, p. 663-664, grifos nossos).

Chama a atenção o potencial destacado por Mészáros para o conhecimento científico que pode ser um meio de produção apenas na situação em que contribuir para os interesses do capital.

O autor húngaro, a partir do que se apresentou até este ponto nesta tese, expõe quais seriam as áreas afetadas pela taxa de utilização decrescente. Mészáros (2011, p. 669) relata que “a *taxa de utilização decrescente* afeta negativamente todas as três dimensões fundamentais da produção e do consumo capitalistas, a saber: 1) bens e serviços; 2) instalações e maquinaria; e 3) a própria força de trabalho”.

Lembra-se que Mészáros faz essa discussão na parte definida para tratar da crise estrutural. Como se tem apontado, a partir dos escritos do autor húngaro, o valor de uso e o valor de troca é o par categorial fundamental no desenvolvimento dessa crise. Por isso, este autor afirma que a taxa decrescente de utilização não consegue oferecer uma saída para o capital de sua crise, mas a potencializa ainda mais em função da destrutividade que isso provoca. Ao explicar como isso se dá em relação aos bens e serviços, Mészáros (2011) expõe que:

[...] a tendência é perceptível por meio da crescente velocidade da circulação e do *turnover* do capital que se tornam necessários, com o desdobramento do “capitalismo de consumo”, para compensar – tanto quanto possível nessas circunstâncias – algumas das mais danosas tendências negativas do

desenvolvimento econômico [...] Além de um certo ponto, entretanto, as mercadorias destinadas ao “alto consumo de massa” deixam de ser suficientes para manter longe da porta os lobos da crise de expansão da produção (devido à ausência de canais adequados à acumulação de capital). **Torna-se, desse modo, necessário divisar meios que possam reduzir a taxa pela qual qualquer tipo particular de mercadoria é usada, encurtando deliberadamente sua vida útil, a fim de tornar possível o lançamento de um contínuo suprimento de mercadorias superproduzidas no vórtice da circulação que se acelera.** A notória “obsolescência planejada” em relação aos “bens de consumo duráveis” produzidos em massa; a substituição, o abandono ou o aniquilamento deliberado de bens e serviços que oferecem um potencial de utilização intrinsecamente maior (por exemplo, o *transporte coletivo*) em favor daqueles cujas taxas de utilização tendem a ser muito menores, até mínima (como o automóvel particular) e que absorvem uma parte considerável do poder de compra da sociedade; a imposição artificial da capacidade produtiva quase que completamente inutilizável (por exemplo, o “superdesperdício” de um complexo computador usado como “processador de texto” num escritório onde uma simples máquina de escrever seria perfeitamente suficiente); o crescente desperdício resultante da introdução de tecnologia nova, contradizendo diretamente a alegada economia de recursos materiais (por exemplo, o “escritório informatizado sem papel”, que consome cinco vezes mais papel do que antes); o “extermínio” deliberado das habilidades e dos serviços de manutenção, para compelir os clientes a comprar dispendiosos produtos ou componentes novos, quando os objetos descartados poderiam facilmente ser consertados (por exemplo, compelir as pessoas a comprar sistemas completos de silenciosos para carros ao preço de 160 libras, em lugar de um serviço de solda de 10 libras, que seria perfeitamente adequado ao propósito) etc. Tudo isso pertence a essa categoria, dominada pelos imperativos e determinações subjacentes para perdulariamente diminuir as taxas de utilização praticáveis (MÉSZÁROS, 2011, p. 670, grifo nosso).

Com relação às instalações e à maquinaria, a taxa decrescente de utilização é assim identificada por Mézszáros (2011):

Encontramos dificuldades e complicações similares, que afetam as exigências da expansão do capital, também no plano das fábricas e do maquinário. **A taxa de utilização decrescente se manifesta aqui na forma de subutilização crônica, acoplada a uma pressão crescente que, para reagir à própria tendência, artificialmente encurta o ciclo de amortização dos mesmos [...]** (MÉSZÁROS, 2011, p. 671, grifo nosso).

Por fim, segundo Mézszáros (2011), sobre o terceiro aspecto:

[...] que se refere ao uso ou ao não uso da força de trabalho socialmente disponível, vem a ser a contradição potencialmente mais explosiva do capital. Pois – desafortunadamente do ponto de vista do capital – **o trabalho não é apenas um “fator de produção”, em seu aspecto de força de trabalho, mas também a “massa consumidora” tão vital para o ciclo normal da reprodução capitalista e da realização da mais-valia.** É por isso que o capitalista individual gosta tanto da elevação do poder de compra do *trabalhador dos outros*. Realmente, sob condições adequadas, em princípio ele nem mesmo é contra a melhoria das condições materiais da classe trabalhadora como um todo; quer dizer, nos períodos em que tais melhorias não conflitem com as exigências da lucratividade, já que podem ser

financiadas a partir do crescimento da produtividade da dinâmica da reprodução ampliada. Daqui a possibilidade, de fato a necessidade, de “economias de altos salários”, ou variedades do “Estado de bem-estar social” nas circunstâncias da ininterrupta expansão do capital, como testemunhamos durante a fase relativamente longa de desenvolvimento do pós-guerra nos países de capitalismo avançado (MÉSZÁROS, 2011, p. 672, grifo nosso).

Ainda sob o terceiro aspecto, identifica-se que se trata, conforme já se apontou em itens anteriores, do desemprego crônico. Seria o desemprego crônico a forma de manifestação da taxa decrescente de utilização da força de trabalho. A partir dessa constatação, Mézáros (2011) considera o seguinte:

[...] De forma desconcertante para o capital, **não se pode tratar indefinidamente o trabalho como um mero “fator de produção”, nem mesmo explorando ideologicamente a oposição fictícia entre trabalhador e consumidor, de modo a submeter o trabalhador em nome da mítica do “Consumidor”,** com maiúscula. Pois, em *última análise* (e apesar de todos os clichês apoloéticos produzidos pela chamada “ciência econômica” sobre a proclamada “maximização das utilidades marginais” em base estritamente individualista), ambos são basicamente o mesmo [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 672, grifo nosso).

Em síntese, para Mézáros (2011):

Só quando o potencial das duas primeiras dimensões – tal como manifestas em relação a (1) bens e serviços; e (2) instalações e maquinário – para afastar as contradições inerentes à taxa de utilização decrescente não conseguir um efeito suficientemente abrangente, somente então será ativado o selvagem mecanismo de expulsão em quantidades maciças de trabalho vivo do processo de produção. Isto assume a forma de *desemprego em massa*, mesmo nos países mais avançados, independentemente de suas consequências para a posição da “massa consumidora”, e das necessárias implicações da decadência da posição do consumidor na “espiral descendente” de desenvolvimento das economias envolvidas (MÉSZÁROS, 2011, p. 674)

É dessa forma que Mézáros continua sua construção dos fundamentos da crise estrutural. Em um primeiro momento, mostrou-se a distinção causada pelo capital ao valor de uso. Observou-se como o autor húngaro compreende que valor de uso, no capital, é apenas aquilo que é vendável. Além disso, traçou-se uma lei tendencial de taxa decrescente de utilização do valor de uso, que abrange mercadorias de bens e consumos, instalações e maquinário e força de trabalho. Tem-se, dessa forma, os primeiros aspectos basilares da crise estrutural.

Mézáros (2011, p. 675) considera que a “[...] taxa de utilização decrescente é uma das leis tendenciais mais importantes e abrangentes do desenvolvimento

capitalista [...]”. Esta se constitui como um pilar fundamental para o processo de expansão do sistema do capital. Em outras palavras, Mészáros considera que uma das mais importantes estratégias do capital utilizadas para sua expansão é a redução da vida útil das mercadorias como forma de acelerar o ciclo do consumo. Esse movimento é algo recente na história do capital, o que, dessa forma, não permitiu que Marx o analisasse em sua época. Nas palavras de Mészáros (2011):

De fato, as manifestações destrutivas dessa lei tendencial – **difícilmente visíveis na época de Marx** – entraram em cena com ênfase dramática no século XX, particularmente nas últimas quatro ou cinco décadas. Por consequência, a antiga formulação socialista da superação da escassez por meio da produção de uma antes inimaginável *abundância* necessita também de um reexame radical à luz dos mesmos desdobramentos (MÉSZÁROS, 2011, p. 675, grifo nosso).

Contudo, o autor húngaro aponta que esse movimento é completamente diferente quando o assunto é o complexo militar-industrial. Mészáros (2011, p. 675, grifo nosso) explica que “evidentemente, **Marx nem poderia sonhar com a emergência do complexo industrial-militar como agente todo-poderoso e efetivo do deslocamento das contradições internas do capital [...]**”. Para o autor húngaro, Marx “[...] descreveu a dinâmica da autorreprodução ampliada do capital – que, de seu ponto de vista, também geraria, a despeito das intenções conscientes dos capitalistas individuais, as condições materiais para uma transformação socialista [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 675-676). Mészáros se esqueceu de mencionar aqui que Marx, a partir de sua concepção, descreveu a dinâmica do capital em ascensão, e não a do capital plenamente desenvolvido, como se tem demonstrado ao longo desta tese. A fim de comprovar tal afirmação, Mészáros (2011) faz a seguinte citação dos *Grundrisse*, de Marx:

A grande qualidade histórica do capital é criar este trabalho excedente, trabalho supérfluo do ponto de vista do mero valor de uso, da mera subsistência; e seu destino histórico [*Bestimmung*] é realizado tão logo tenha havido, de um lado, tal desenvolvimento das necessidades que o trabalho excedente, acima e além da necessidade, se tenha tornado uma *necessidade geral* que brota das próprias *necessidades individuais* – e, de outro lado, quando a severa disciplina do capital, atuando sobre sucessivas gerações [*Geschlechter*], tenha desenvolvido uma *industriosidade geral* como a propriedade geral da nova espécie [*Geschlecht*] – e, por fim, quando o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, que o capital incessantemente força avante na sua mania ilimitada por riqueza e pelas condições únicas em que esta mania pode ser realizada, *tenha florescido* até que a posse e a preservação da riqueza geral exijam menos tempo de trabalho da sociedade como um todo, e em que a sociedade trabalhadora se

relacione *cientificamente* com o processo de sua reprodução progressiva, sua reprodução em uma *abundância cada vez maior* ; portanto, onde cessa o trabalho no qual o ser humano faz algo que *pode ser feito* por uma *coisa*... O impulso incessante do capital para a forma geral de riqueza leva o trabalho para além dos limites e sua insignificância natural [*Naturbedürftigkeit*], e assim cria os elementos materiais de uma *individualidade rica*, tão *multifacetada na sua produção quanto no seu consumo*, e cujo trabalho, por isso, já não aparece mais como trabalho, mas como o *desenvolvimento pleno da própria atividade*, da qual *desapareceu a necessidade natural* em sua forma direta, porque é a *necessidade historicamente criada* que tomou o lugar daquela natural. É por isso que o capital é produtivo; isto é, uma relação essencial para o desenvolvimento das forças produtivas sociais. Ele deixa de existir como tal somente onde o desenvolvimento dessas próprias forças produtivas encontra sua barreira no próprio capital (MARX apud MÉSZÁROS, 2011, p. 676).

A partir dessa citação, Mészáros (2011) alerta:

Todavia, o problema é que o capital, na sua forma menos restrita – ou seja, sob as condições da produção generalizada de mercadorias, que circunscrevem e definem os limites do capitalismo –, põe em movimento não apenas grandes potenciais produtivos, mas também, simultaneamente, forças maciças tanto diversificadas como destrutivas. Consequentemente, por mais perturbador que isso possa soar aos socialistas, tais forças fornecem ao capital em crise novas margens de expansão e novas maneiras de sobrepujar as barreiras que encontra (MÉSZÁROS, 2011, p. 676).

Dessa forma, Mészáros (2011) apresenta as seguintes alterações:

[...] as “necessidades historicamente criadas”, que substituem as naturais sob as pressões da produção generalizada de mercadorias, são extremamente problemáticas e devem por isso ser radicalmente questionadas, do ponto de vista da emancipação socialista proposta, na qual elas não só não preparam necessariamente, mas, ao contrário, à qual se opõem ativamente (MÉSZÁROS, 2011, p. 677).

Tudo isso, para Mészáros, em função do que este considera como complexo militar-industrial, seria o exemplo de maior expressão para a alteração da lógica de abundância como exigência para a superação do capital. É por isso que Mészáros (2011, p. 677) argumenta que pode “ver os dilemas envolvidos nesses desdobramentos no contexto do *consumo* crescente que, em tese, deveria ser inerentemente emancipador [...]”. Nesse momento do texto, Mészáros (2011) se respalda, mais uma vez, em Marx dos *Grundrisse*, para mostrar que:

[...] a produção de mais-valia relativa, isto é, a produção de mais-valia baseada no crescimento e no desenvolvimento das forças produtivas, *exige a produção de um novo consumo*; exige que o *círculo de consumo* no interior da circulação se amplie como o fez previamente o círculo de produção. Primeiro: ampliação quantitativa do consumo existente; segundo: criação de

novas necessidades pela propagação das já existentes por um amplo círculo; terceiro: produção de novas necessidades e descoberta e criação de *novos valores de uso*. (MARX apud MÉSZÁROS, 2011, p. 677).

Isso posto, mais uma vez com afirmações de Marx fora de contexto, Mészáros (2011) afirma que, todavia:

[...] o resultado positivo dessa interação dialética entre produção e consumo está muito longe de estar assegurado, já que o impulso capitalista para a expansão da produção não está de modo algum necessariamente ligado à *necessidade humana* como tal, mas somente ao imperativo abstrato da “*realização*” do capital (MÉSZÁROS, 2011, p. 677).

O autor húngaro busca fundamentar em Marx dos *Grundrisse* os aspectos teóricos basilares para a caracterização do movimento sempre crescente do capital por meio da relação entre produção e consumo. Destaca e se contrapõe, nas citações que realiza, a pretensa garantia, segundo Mészáros, que Marx assume da “[...] potencialidade positiva que aponta na direção de uma transformação socialista” (MÉSZÁROS, 2011, p. 678).

Mészáros defende que no sistema do capital plenamente desenvolvido uma estratégia nova é colocada em cena. Para garantir seu processo constante de expansão, o capital, sob o ponto de vista do valor de troca, precisa alterar a relação entre o valor de uso criado para satisfazer necessidades humanas reais. Mészáros (2011) explica:

[...] Isto implica a necessidade, por parte do capital, de perseguir uma estratégia de “*realização*” que não só supere as limitações imediatas da demanda flutuante do mercado, mas ao mesmo tempo tenha êxito em se desembaraçar radicalmente dos *constrangimentos estruturais* do valor de uso como algo subordinado à necessidade humana e ao consumo real (MÉSZÁROS, 2011, p. 678).

Tudo isso, ressalta Mészáros, “[...] não previsto por Marx, é realizado pelo deslocamento radical da *produção genuinamente orientada para o consumo destrutivo*” (MÉSZÁROS, 2011, p. 678). Isso serve para se contrapor à tese dos valores de uso para a satisfação de necessidades humanas. No capital plenamente desenvolvido, os valores de uso, tal como compreendido pelo autor húngaro, servem apenas para a satisfação das necessidades do capital. Por isso, Mészáros mostra que:

A razão pela qual tal mudança é absolutamente viável, nos parâmetros do sistema de produção estabelecido, é que *consumo e destruição* vêm a ser *equivalentes funcionais do ponto de vista perverso do processo de “realização” capitalista*. Desse modo, questão de saber se prevalecerá o consumo normal – isto é, o consumo humano de valores de uso correspondentes às necessidades – ou o “consumo” por meio da destruição é decidida com base na maior adequação de um ou de outro para satisfazer os requisitos globais da autorreprodução do capital sob circunstâncias variáveis (MÉSZÁROS, 2011, p.679).

Há uma combinação entre consumo e destruição, com uma tendência ao último. Dessa forma, nas palavras de Mézszáros (2011, p. 679), “[...] podemos perceber claramente uma tendência crescente a favor do último – a saber, do *pseudoconsumo destrutivo* – no curso dos desdobramentos capitalistas nos países ocidentais dominantes do século XX”.

Isso posto, Mézszáros (2011) afirma que:

[...] *em princípio*, enquanto for verdade que o desenvolvimento da produção capitalista “exige que o *círculo de consumo*, no interior da circulação, se *expanda* como o fez previamente o círculo produtivo”, um equivalente funcional preferível estará à disposição do capital na forma de *aceleração* da velocidade de circulação dentro do próprio círculo de consumo (aumentando o número de transações no círculo *já existente*), em vez de embarcar na aventura mais complicada e arriscada de alargar o próprio círculo (MÉSZÁROS, 2011, p. 680).

É com base nessa discussão que Mézszáros apresenta sua elaboração sobre duas categorias utilizadas por Marx para a apreensão do todo que compõe a mais-valia: mais-valia absoluta e mais-valia relativa. Essa questão é inserida de maneira aleatória em seus escritos, sem o necessário desenvolvimento de sua compreensão sobre essas categorias. Mézszáros (2011) afirma sobre a relação entre estas que:

[...] olhando da perspectiva privilegiada do presente, parece óbvio que o dinamismo básico do desenvolvimento capitalista não pode ser explicado sem o seu mais sofisticado motor de exploração: a produção de mais-valia relativa. Diante desta, a extração de mais-valia absoluta deve parecer não só tosca, mas também perdulariamente ineficiente (MÉSZÁROS, 2011, p. 680-681).

E Mézszáros (2011) complementa:

Contudo, duas considerações fundamentais são omitidas deste raciocínio, ambas cruciais para a compreensão da dinâmica do “subdesenvolvimento”. Primeiro, *historicamente* a expropriação desumana de mais-valia *absoluta*, mesmo em sua forma mais cruel, é o ponto de partida e o fundamento material necessário para a variante mais refinada (e também ideologicamente

mais desconcertante) da exploração capitalista. Em outras palavras, a produção e a apropriação de mais-valia relativa em uma escala sempre crescente, visto ser ela um modo específico de reprodução, necessariamente pressupõe, não apenas de forma analítico/conceitual, mas também em termos históricos reais, sua real constituição material – isto é, sua *produção* original – por meio do mecanismo de exploração comparativamente mais transparente da mais-valia absoluta. Segundo, mesmo a uma distância considerável da fase histórica da “acumulação primitiva”, o movimento para o predomínio da mais-valia relativa – e não se pode *já* falar de algo mais que de sua *predominância*, já que a prática da exploração do tipo “*sweat-shop*” permanece com o capitalismo mesmo em seu estágio mais “avançado”, não importa quão “esclarecida” seja sua legislação trabalhista – decididamente não é o resultado de alguma “progressão natural”, quaisquer que sejam as mistificações autocomplacentes das teorias desenvolvimentistas de “modernização” inspiradas pelo capitalismo. Ao contrário, esse movimento é o resultado de duras batalhas e confrontações extremas que, *eventualmente*, acabam por quebrar (neste terreno particular, sem necessariamente afetar os outros) a capacidade do capital para seguir a linha de menor resistência, *incorporando* materialmente as concessões obtidas às práticas produtivas e às estruturas institucionais da sociedade capitalista (MÉSZÁROS, 2011, p. 681).

Em sua forma de entender a mais-valia, Mézszáros se apresenta como parte dos autores que consideram haver uma predominância da mais-valia absoluta nos países subdesenvolvidos e, assim, da mais-valia relativa nos países desenvolvidos do sistema do capital. No resgate histórico, para o autor húngaro, foram os limites da mais-valia absoluta que impulsionaram a mais-valia relativa. Há, para este autor, uma cisão entre elas, surgindo primeiramente a mais-valia absoluta e depois a relativa, e na sequência há a predominância de uma ou de outra a depender do grau de desenvolvimento em que determinados países se encontram no sistema do capital. Assim, Mézszáros (2011) aponta:

Quanto aos próprios países “subdesenvolvidos”, suas estratégias de “modernização” são anuladas não só pela crônica insuficiência da “acumulação primitiva”, mas também pela condição igualmente grave de serem eles incapazes de escapar da camisa de força da mais-valia absoluta como o poderoso regulador de seu metabolismo socioeconômico. E já que eles não estão em posição de colonizar e saquear, nem de, em seguida, explorar sistematicamente e para sempre os países “avançados”, a persistente inadequação da acumulação de capital, consorciada à preponderância da mais-valia absoluta, constitui um verdadeiro círculo vicioso para o seu desenvolvimento (MÉSZÁROS, 2011, p. 682-683).

E Mézszáros (2011) completa, contrapondo-se ao que acredita ser as expectativas de Marx:

Em nosso contexto, a importância desses desdobramentos – no que se refere tanto à manipulação bem-sucedida do “círculo de consumo” como à extorsão contínua de mais-valia absoluta – é que, como resultado, a margem de

manobra do capital é consideravelmente *ampliada*, e a maturação de suas contradições internas *retardada*. O fato de o capital poder continuar a acumulação por meio da mais intensa exploração de mais-valia absoluta e relativa, e, ao mesmo tempo (ao contrário das expectativas de Marx, que possuíam bons fundamentos para o século XIX), estar longe de ser inexoravelmente pressionado a “ampliar a periferia da circulação”, indica que os limites para a expansão do capital estão significativamente ampliados e que as condições objetivas de saturação da estrutura global de operações lucrativas do capital significativamente redefinidas. Naturalmente, esta mudança, por sua vez, também significa que as tendências que apontam para a necessidade de uma alternativa socialista estão efetivamente *bloqueadas* enquanto prevalecerem as condições recém-criadas que permitem ao capital manter seu controle sobre o metabolismo socioeconômico graças à adequada reconfiguração da linha de menor resistência. Reconfiguração esta, é verdade, que dificilmente poderia ser mais contrastante com os imperativos iniciais de ampliação do círculo de consumo como tal (MÉSZÁROS, 2011, p. 683).

É com base nesses elementos teóricos – mais-valia absoluta e relativa – que Mézáros retoma o tópico da taxa de utilização decrescente do valor de uso no desenvolvimento do sistema do capital no século XX. Mézáros (2011) explica:

[...] enquanto a taxa decrescente pode intensificar lucrativamente, ou melhor, multiplicar o número de transações no círculo já dado, não há razão alguma para se correr o risco de “ampliar a periferia da circulação”. Conseqüentemente, vastas porções da população podem ser seguramente ignoradas pelos desdobramentos capitalistas, mesmo nos países “avançados”, para não mencionar o resto do mundo mantido em subdesenvolvimento forçado. Além disso, a *complementaridade* da contínua extorsão de mais-valia absoluta com grandes ou pequenos avanços produtivos assegura que, ao se tornar necessário ampliar o círculo de consumo nos países capitalistas ocidentais, o capital seja bem compensado por isso e não tenha que se defrontar com as conseqüências potencialmente mais destrutivas da taxa decrescente de lucro, já que elas são eficazmente deslocadas não apenas por práticas monopolistas, mas também pela operação da taxa de utilização decrescente combinada com o mecanismo brutal da exploração de mais-valia absoluta [...] Além do mais, uma vez que a taxa de utilização decrescente abre novas possibilidades para a expansão do capital, ela adquire um papel muito especial no processo de realização do capitalismo “avançado”. Em primeiro lugar, em virtude da sua capacidade de lidar com as pressões emergentes da interação entre produção e consumo, provocadas pelos limites restritivos dos contornos dados da circulação, ela funciona como *meio* insubstituível para realizar a necessária **reprodução em escala ampliada**, ao mesmo tempo em que contém artificialmente a tendência para aumentar o próprio círculo de consumo. Subseqüentemente, no entanto, quanto maior a dependência do processo global de reprodução da taxa de utilização decrescente, mais esta se converte em um *fim em si mesma*, já que é tomada como a possibilidade de expansão *ilimitada* com base na premissa de que a própria taxa pode ser reduzida sem grandes impedimentos. Em termos ideais, formulados do ponto de vista do capital (no mesmo espírito com que, sob condições históricas bastante distintas, economistas políticos postulam a “concorrência perfeita” como o modo ideal de funcionamento do sistema), quanto mais o modo estabelecido de produção e consumo possa se aproximar da *taxa zero de uso*, tendo removido completamente o “transtorno disfuncional” – ou, nas palavras de Rosa Luxemburgo, “as extravagâncias e flutuações subjetivas” – do consumo

real, maior o alcance automaticamente conferido por esta aproximação à produção contínua e à expansão ilimitada (MÉSZÁROS, 2011, p. 684, grifo nosso).

Como se observou nos escritos de Mézszáros, há um peso enorme, no papel da produção capitalista, de valores de uso destinados não a satisfazer necessidades humanas, e sim a necessidade de expansão do capital. Como isso é possível por meio do valor de uso? Pela taxa de utilização decrescente do valor de uso. Em outras palavras, pela produção de mercadorias que em pouco tempo sejam consumidas. Isso permite, na concepção do autor húngaro, uma contribuição para a vida do sistema do capital. Dessa maneira, conforme Mézszáros (2011, p. 684-685), “[...] o objetivo e o princípio orientador da produção se tornam: como assegurar a *máxima* expansão possível (e a correspondente lucratividade) na base de uma taxa de utilização *mínima*, que mantenha a *continuidade* da reprodução ampliada”. Eis que se desvela o eixo central do universo categorial de Mézszáros: a ligação entre a taxa decrescente de utilização do valor de uso, a expansão da lucratividade e a continuidade da reprodução ampliada de valor de troca.

Por fim, o autor húngaro, como costuma fazer em seu texto *Para além do capital*, compara a fase atual com os momentos passados do capital – que, na maioria dos casos, dizem respeito à fase histórica vivenciada e analisada por Marx. Mézszáros (2011) afirma:

Houve tempo em que contemplar a produção da *abundância* e a superação da *escassez* era inteiramente compatível com os processos e aspirações capitalistas. Hoje em dia, no horizonte do “desenvolvimento” e da “modernização” capitalistas, tais objetivos aparecem somente nas racionalizações ideológicas dos mais cínicos apologistas do sistema estabelecido. Apenas este fato já nos diz muito sobre o verdadeiro significado da reconstituição estrutural do capital nas últimas décadas, em sua estreita conjunção com os ajustes correspondentes nas operações de apoio, diretas e indiretas, do Estado capitalista [...] Hoje a situação é radicalmente diferente. Não com relação aos objetivos de “garantir a propriedade” e “pôr o pobre estritamente a trabalhar”: enquanto sobreviverem o modo de produção capitalista e seu Estado, eles têm de permanecer como propósitos permanentes do sistema. A diferença radical é visível no fato de que o Estado capitalista precisa agora assumir um papel intervencionista direto em *todos* os *planos* da vida social, promovendo e dirigindo ativamente o consumo destrutivo e a dissipação da riqueza social em escala monumental. Sem esta *intervenção direta* no processo sociometabólico, que age não mais apenas em situações de emergência mas em *base contínua*, torna-se impossível manter em funcionamento a extrema perdularidade do sistema capitalista contemporâneo (MÉSZÁROS, 2011, p. 699-700).

Os desdobramentos da crise estrutural do sistema do capital, portanto, têm relação direta com uma crise da humanidade. Segue-se na identificação de como isso se completa na teoria de Mészáros.

3.3 “O ESPÍRITO DA OBRA DE MARX” E A CRÍTICA À REVOLUÇÃO RUSSA DE 1917

Outro capítulo escrito por Mészáros para fundamentar sua categoria de crise estrutural do sistema do capital é intitulado “Formas mutantes do controle do capital”. Neste, o autor húngaro apresenta uma série de elementos que orbitam sobre os seguintes eixos: i) as apropriações de Mészáros dos elementos constitutivos do “espírito da obra de Marx”; e ii) a severa crítica à Revolução Russa, desde seu início, em 1917, até seu fim formal, em 1991.

Mészáros segue buscando, nessa parte que conclui a exposição de seu universo categorial, respaldar-se no “espírito” da obra de Marx, em especial, e determinadamente, a partir dos esboços de Marx nos *Grundrisse*. O autor húngaro procura em Marx o apontamento da tendência do capital em se tornar plenamente desenvolvido. Além disso, demarca sua compreensão de trabalho alienado como base material para a caracterização da relação social capitalista.

Mészáros se fundamenta em Marx dos *Grundrisse* para apresentar os princípios metodológicos que norteiam, em sua concepção, as análises de Marx. O autor húngaro já havia feito isso em outro momento, conforme já se apresentou nesta tese. No entanto, nesta parte, Mészáros (2011) apresenta a situação da seguinte forma:

Para compreender e avaliar a abordagem de Marx da natureza do capital e da formação social dominada pelos imperativos da produção sempre-ampliada do capital, é necessário ter em mente os princípios metodológicos fundamentais que orientam suas análises. Eles são explicitados em uma passagem-chave dos *Grundrisse* como se segue (MÉSZÁROS, 2011, p. 701).

E Mészáros (2011) faz uma extensa citação de Marx, reproduzida aqui em sua totalidade:

A sociedade burguesa é a mais desenvolvida e a mais complexa organização histórica de produção. Por isso mesmo, as categorias que expressam suas

relações, a compreensão da sua estrutura, e as relações de produção de todas as formações sociais que desapareceram, sobre cujas ruínas e componentes básicos ela se erigiu, cujas partes remanescentes ainda não conquistadas são carregadas adiante em seu bojo, e cujas meras nuances desenvolveram dentro dela um significado explícito etc. *A anatomia humana contém a chave para a anatomia do macaco*. Os indícios de desenvolvimentos superiores entre as espécies animais subordinadas, contudo, pode ser compreendida *apenas depois de conhecido o desenvolvimento superior*. A economia burguesa, desse modo, fornece a chave para a antiga etc. Mas de modo algum à maneira daqueles economistas que misturam e confundem todas as diferenças históricas e *veem relações burguesas em todas as formas de sociedade*. Somente alguém já familiarizado com a renda da terra tem condições de compreender tributos, o dízimo etc. Além disso, uma vez que a sociedade burguesa é, ela própria, apenas uma forma *contraditória* de desenvolvimento, as relações derivadas de formas anteriores serão nela encontradas frequentemente apenas em uma forma atrofiada, ou mesmo travestida. Por exemplo, a propriedade *comunal*. Portanto, embora seja verdadeiro que as categorias da economia burguesa possuem uma verdade para todas as formas de sociedade, isto deve ser tomado *cum grano salis*. Podem contê-las em uma forma desenvolvida, atrofiada, caricaturada etc., mas sempre com uma diferença essencial. *A assim chamada apresentação histórica do desenvolvimento* baseia-se em geral no fato de que a última forma considera as anteriores como passos que a preparam, e, uma vez que apenas raramente e sob condições absolutamente específicas é capaz de *criticar a si mesma* – deixando de lado, claro, os períodos históricos que se apresentam como tempos de decadência –, sempre *concebe unilateralmente tais formas anteriores*. A religião cristã só teve condições de contribuir para uma compreensão objetiva das mitologias anteriores quando sua própria autocrítica foi realizada em certo grau, por assim dizer *dynamei*. Do mesmo modo, a economia burguesa alcançou uma compreensão das economias feudal, antiga e oriental apenas depois de se ter iniciado a autocrítica *da sociedade burguesa*. Na medida em que a economia burguesa nunca se identificou mitologicamente com o passado, sua crítica das economias anteriores, notadamente do feudalismo, com o qual ainda estava envolvida em luta direta, assemelhou-se à crítica que a cristandade fez do paganismo, ou também a do protestantismo contra o catolicismo. Na sucessão das categorias econômicas, como em qualquer outra ciência histórica, social, não se deve esquecer que o seu objeto – aqui, a sociedade burguesa moderna – é sempre o que é dado, na mente assim como na realidade, e que desse modo essas *categorias expressam formas de existência, características de existência*, e frequentemente apenas aspectos isolados desta sociedade específica, deste objeto, e que portanto *esta sociedade não começa, de modo algum, no ponto em que se pode falar dela como tal; isto também vale para a ciência*. Deve-se ter isso em mente porque em breve será decisivo para a ordem e a sequência das categorias. ... *Capital* é o poder econômico *onipotente* da sociedade burguesa. Deve formar o *ponto de partida* assim como o *ponto de chegada*. ... Seria portanto inviável e incorreto permitir às categorias econômicas seguirem-se uma à outra na mesma sequência em que foram *historicamente* decisivas. Sua *sequência* é antes determinada pelas relações de uma com a outra na *sociedade burguesa moderna*, que é precisamente o *oposto* daquilo que parece ser sua ordem natural ou que corresponde ao desenvolvimento *histórico*. ... A pureza (especificidade abstrata) em que os povos comerciantes – fenícios, cartagineses – aparecem no mundo antigo é determinada precisamente pelo predomínio dos povos agrícolas. *Capital*, entendido como *capital-comercial*, ou *capital-dinheiro*, surge nesta abstração precisamente onde *capital não é ainda o elemento predominante* das sociedades. Lombardos, judeus assumem a mesma posição para com as sociedades agrícolas da Idade Média. ... A ordem obviamente deve ser: 1) os *determinantes gerais abstratos* que prevalecem

em quase todas as formas de sociedade, mas no sentido acima explicado; 2) as categorias que compõem a *estrutura interna* da sociedade burguesa e na qual se apoiam as classes fundamentais. Capital, trabalho assalariado, propriedade fundiária. Suas relações internas. Cidade e campo. As três grandes classes sociais. Trocas entre elas. Circulação. Sistema de crédito (privado); 3) concentração da sociedade burguesa na forma do *Estado*. Vista em relação a si mesma. As classes “improdutivas”. Impostos. Dívida estatal. Ordem pública. A população. As colônias. Emigração; 4) as relações *internacionais* de produção. Divisão internacional de trabalho. Troca internacional. Exportação e importação. Taxa de câmbio; 5) O *mercado mundial e crises* (MARX apud MÉSZÁROS, 2011, p. 701-702).

A partir dessa fundamentação, Mézszáros (2011) escreve:

Como sabemos, várias partes do projeto marxiano sumariadas acima não puderam ser realizadas por ele. Lastimavelmente, apenas os problemas enumerados em 2 foram trabalhados em detalhe nos livros publicados por Marx e nos manuscritos póstumos; mas, mesmo entre estes, a questão fundamental das relações de classe praticamente não foi tocada, já que o manuscrito do terceiro volume de *O capital* foi interrompido exatamente no início da discussão desse assunto. Não obstante, a abordagem de Marx do complexo de problemas a ser investigado em conjunto é suficientemente clara na passagem acima citada. Mostra as razões que o levaram a se concentrar nas categorias necessárias para compreender a estrutura interna da ordem social a partir da qual é preciso fazer a transição para um sistema qualitativamente diferente de reprodução societária, se a humanidade tivesse de sobreviver (MÉSZÁROS, 2011, p. 702-703, grifo nosso).

Estes são os elementos centrais que Mézszáros ressalta da citação feita de Marx. Destacam-se dois aspectos dessa compreensão de Mézszáros. O primeiro diz respeito ao fato de o autor húngaro considerar que Marx (apud MÉSZÁROS, 2011, p. 702) detalhou apenas o conteúdo de: i) “[...] categorias que compõem a ‘estrutura interna’ da sociedade burguesa e na qual se apoiam as classes fundamentais”; ii) “Capital, trabalho assalariado, propriedade fundiária”; iii) “Suas relações internas”; iv) “Cidade e campo”; v) “As três grandes classes sociais”; vi) “Trocas entre elas”; vii) “Circulação”; viii) “Sistema de crédito (privado)”. Já o segundo está relacionado aos elementos de como Mézszáros (2011, p. 703) compreende o “espírito da obra de Marx”, a saber: “[...] a abordagem de Marx do complexo de problemas a ser investigado [...]” expressa os motivos que o fizeram “[...] se concentrar nas categorias necessárias para compreender a estrutura interna da ordem social a partir da qual é preciso fazer a transição para um sistema qualitativamente diferente de reprodução societária [...]”.

Isso é coerente com o universo categorial de Mézszáros, que considera serem os escritos de Marx inacabados ou completados apenas em aspectos iniciais, como

já se apontou nesta tese. Além disso, “o espírito da obra de Marx” é, aqui, melhor apresentado.

É dessa citação, ainda, que Mészáros (2011) esclarece o que lhe é matricial do ponto de vista metodológico de Marx e acrescenta um elemento que justifica boa parte de sua construção teórica acerca do capital em ascensão e do capital plenamente desenvolvido:

O importante princípio metodológico adotado por Marx – segundo o qual, na investigação das características definidoras essenciais da mais avançada forma de economia, a burguesa, a chave para a “anatomia do macaco” deve ser buscada na anatomia humana, e não o contrário, como tentaram fazer as abordagens alegadamente históricas, mas na verdade mais a-históricas – permitiu que ele colocasse no centro da sua análise o capital como o poder despótico da ordem sociometabólica existente. Essa escolha é feita para demonstrar tanto os aspectos *positivos* desse sistema reprodutivo, que faz o capital prevalecer como a força *onipotente* da sociedade, como os *negativos*, que estão destinados a levá-lo à desintegração. **É por isso que o capital em sua forma plenamente desenvolvida deve constituir o ponto de partida e o ponto de chegada** (MÉSZÁROS, 2011, p. 703, grifo nosso).

É importante apontar que Mészáros busca sustentação para sua concepção das diferentes fases do movimento do capital e, o mais importante, que Marx teria analisado apenas uma fase inicial desse processo. Mészáros, dessa forma, altera o que Marx havia escrito, colocando seu próprio julgamento. Observe-se mais de perto. Conforme Mészáros (2011, p. 703, grifo nosso): “[...] é por isso que o **capital em sua forma plenamente desenvolvida** deve constituir o *ponto de partida* e o *ponto de chegada*”. E Marx (apud MÉSZÁROS, 2011, p. 701) revela o seguinte: “*capital* é o poder econômico *onipotente* da sociedade burguesa. Deve formar o *ponto de partida* assim como o *ponto de chegada*”. Assim, Mészáros inclui o “plenamente desenvolvido” como ponto de partida e de chegada, marcando sua diferenciação em relação a Marx, que teria ficado no capital em ascensão como ponto de partida e traçado apenas as tendências para o ponto de chegada.

Esse movimento feito pelo autor húngaro é mais fácil de ser identificado na própria sequência de seus escritos. Mészáros (2011) escreve que:

[...] como Marx demonstra em vários contextos, **todos os aspectos da forma plenamente desenvolvida do capital** – incluindo a mercantilização da força de trabalho, que é o passo mais importante para alcançar a forma mais desenvolvida, a capitalista – apareceram em algum grau na história muito tempo antes da fase capitalista, em alguns casos, até milênios antes. **Concentrar-se na forma plenamente desenvolvida é necessário para**

mostrar a tendência à dissolução do sistema e também como parte da crítica marxiana da economia política [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 703, grifos nossos).

Para Mézáros, Marx teria apontado como tendência a relação plenamente desenvolvida do capital, ou segundo Mézáros, Marx demonstrou todos os “aspectos” dessa forma que seria o vir a ser. No entanto, em função do próprio período histórico vivido por Marx, o autor alemão não passou da demonstração desses “aspectos”. É por essa razão que Mézáros (2011) assume que se concentra no que caracteriza ser o capital plenamente desenvolvido, marcado pela crise estrutural do sistema, como forma de apontar para uma nova sociedade e ser coerente com a “crítica marxiana”, ou seja, revolucionária:

A dimensão combativa da crítica de Marx às tendências “eternizantes” da economia política e da filosofia burguesas é assim inseparável dos princípios metodológicos adotados por ele na precisa junção do desenvolvimento histórico em que concebeu sua obra. As “categorias de ser” (*Daseinsformen*) da sociedade capitalista desenvolvida são o necessário “*ponto de partida assim como o de chegada*” dessa abordagem. **Nessa base conceitual, o conjunto da análise marxiana deveria ser levado à sua conclusão, em relação aos problemas enumerados nos pontos 4 e 5, pela demonstração da insolúvel crise estrutural do sistema, que ele esperava que se desdobraria pelos antagonismos que emanam da divisão internacional do trabalho e do mercado mundial [...]** (MÉSZÁROS, 2011, p. 704, grifo nosso).

Dessa forma, o autor húngaro apresenta-se, conforme se tem apresentado no decorrer desta tese, como quem analisa as relações plenamente desenvolvidas do capital. E Marx, como quem conseguiu traçar algumas tendências, mas não teve a possibilidade de analisar a sociedade plenamente desenvolvida. Mézáros (2011) afirma que:

Na análise das relações produtivas e distributivas plenamente desenvolvidas do capital, os antecedentes históricos podiam ser corretamente tratados como momentos subordinados do presente, usando o princípio metodológico expresso em referência à “anatomia do macaco” [...] **Naturalmente, Marx não poderia imaginar os tipos de desenvolvimento que produziram a desintegração que testemunhamos no passado recente e em outro nem tão recente. Ainda mais que, em sua visão, uma transformação socialista viável tinha que emergir – e somente poderia emergir – da crise estrutural do sistema do capital global, com sua divisão social do trabalho internacional antagonica e um mercado mundial profundamente problemático.** Contudo, à luz da nossa própria experiência histórica, a *autocrítica* da revolução socialista e seu desdobramento real – que encontramos em Marx apenas como um princípio geral, mencionado brevemente em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* – devem ser parte integrante da compreensão da realidade contraditória do

capital também em suas variedades pós-capitalistas. **Compreensivelmente, a obra de Marx não poderia tratar dessa questão vital, já que ele não podia de maneira alguma levar em conta as especificidades históricas nas quais se deram os desconcertantes desenvolvimentos históricos que ao final conduziram à implosão do tipo soviético de sistema pós-capitalista do capital.** A forma pela qual Marx caracterizou a ordem plenamente desenvolvida de capital como “sistema orgânico” que deverá ser superado como um *sistema orgânico*, já que suas partes constituintes sustentam-se reciprocamente – em vez de limitar a mudança apenas à sua dimensão jurídica, enquanto mantém intacta em seus muitos aspectos a relação-capital herdada –, ajuda a esclarecer os erros e constitui importante alerta para o futuro (MÉSZÁROS, 2011, p. 705-706, grifos nossos).

Mészáros atribui a Marx a tendência de uma crise estrutural do sistema do capital. Esse seria o item cinco do plano de estudos que Mészáros apresenta de Marx. Contudo, isso aparece em Marx apenas como tendência, haja vista que, conforme Mészáros, a crise estrutural do sistema do capital teve seu início apenas na década de 1970, sendo, dessa forma, impossível de ter sido analisada por Marx. Por isso, Mészáros (2011) explica:

Podemos perceber a preocupação fundamental de Marx ao tentar combinar os princípios fundamentais de sua teoria com a crítica da economia política. Quanto aos economistas, ele os critica, pois, “eternizando” a ordem estabelecida, projetam a pré-história do capital no presente. E tiveram de fazê-lo para sustentar que o que é verdade para as fases anteriores do desenvolvimento do capital – “acumulação antes do trabalho e que não resultou dele” – também o é para o sistema do capital plenamente desenvolvido (MÉSZÁROS, 2011, p. 706).

Assim, segundo Mészáros (2011):

A crítica necessária da economia política – em virtude da sua identificação eternizante com o ponto de vista do capital – é que leva Marx a se concentrar no estágio de desenvolvimento no qual a apropriação contínua do trabalho é a pressuposição da reprodução continuada do sistema. A acumulação primitiva do capital é, sob este aspecto, secundária, pois, quando as relações em questão se referirem à forma plenamente desenvolvida do sistema, as formas anteriores de acumulação terão sido radicalmente alteradas. Elas deverão ser enfrentadas na sua forma radicalmente alterada, caso se pretenda levantar a questão de uma ordem socioeconômica alternativa. Esta última deve ser uma alternativa viável ao sistema atualmente existente, e não a seus distantes ancestrais [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 706).

É se apropriando, com mudanças significativas, das críticas de Marx à economia política que Mészáros articula seu entendimento de sociedade plenamente desenvolvida. Para o autor húngaro, Marx é o que dá a melhor indicação sobre isso. Trata-se de dois aspectos: i) o capital, em ascensão, é a sociedade mais desenvolvida

das sociedades de classes; e ii) o capital plenamente desenvolvido, ou seja, após consumir sua ascensão, é a forma completa e acabada, universal, do sistema do capital. Mészáros (2011) argumenta que:

[...] quando falamos da forma plenamente desenvolvida do sistema do capital, como Marx o faz em sua crítica da economia política, a ênfase deve ser colocada nas condições sob as quais a força de trabalho se torna uma mercadoria para o próprio trabalhador [...] Em certo sentido, estamos aqui falando de uma forma paradoxal de desenvolvimento, pois vemos a mercadoria como o *pressuposto* do capital – em sua formação histórica – aparecer também como seu *produto* no estágio plenamente desenvolvido da produção do capital (MÉSZÁROS, 2011, p. 707).

Para Mészáros (2011, p. 707), a questão central é compreender a “*perversa circularidade* do sistema do capital – mediante a qual o trabalho, sob a forma de trabalho *objetivado*, *alienado*, se torna capital e, como *capital personificado*, enfrenta e domina o trabalhador [...]”. Por isso, “[...] para ser capaz de romper o círculo vicioso do capital, como forma de controle sociometabólico, **é necessário enfrentar o fetichismo do sistema em sua forma plenamente desenvolvida** [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 708, grifo nosso).

Essa é uma importante identificação que se encontrou nesta tese para respaldar o fundamento segundo o qual Mészáros avalia as tentativas revolucionárias que aconteceram ao longo de nossa história como classe. Ora, é apenas enfrentando a forma mais desenvolvida do capital que alcançamos a possibilidade de sua superação. Essa forma não estava dada antes da crise estrutural do sistema. A maneira de “[...] dominação pela qual o capital – trabalho alienado e objetivado – comanda em sua autorreprodução circular sobre o trabalho é muito diferente das formas anteriores de dominação [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 708).

Mészáros afirma, respaldado em Marx, que a caracterização da sociedade capitalista plenamente desenvolvida se dá pela “[...] produção em larga escala envolvendo ciência e maquinaria e assegurando o predomínio da mais-valia *relativa*, em contraste com a prevalência da mais-valia *absoluta* sob as condições da subsunção formal do trabalho [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 708). Essa é uma discussão de grande polêmica no terreno marxista. Nesta tese, não se detalhará a proposição sobre a suposta predominância da mais-valia relativa sob a absoluta. O que interessa aqui, de fato, é apresentar as formas de compreensão de Mészáros, que em parte sustenta suas afirmações a partir de seu próprio entendimento com relação a Marx e

em outra o nega frontalmente. Isso é coerente com sua lógica interna de pensamento, que pressupõe alterar significativamente alguns pressupostos de Marx em função das alterações que ocorreram entre os séculos XIX e XX.

Mészáros (2011) explica sobre o capital plenamente desenvolvido da seguinte forma em outra passagem:

A forma pela qual o capital realmente atinge sua forma plenamente desenvolvida é um processo histórico muito longo e complicado. Como força todo-poderosa da reprodução sociometabólica, o capital resulta de constituintes que, em sua condição original, por necessidade, desempenham necessariamente um papel subordinado, mesmo que dinamicamente crescente em relação a outras forças e determinações reprodutivas da sociedade dada. No curso de seu desdobramento histórico, o capital progressivamente supera as resistências que encontra e adquire um “poder soberano” para dominar todas as facetas do processo de reprodução societária (MÉSZÁROS, 2011, p. 710-711).

Dessa forma, “[...] o que de fato está em jogo é o processo de autoconstituição circular do capital e autorreprodução ampliada em sua forma mais desenvolvida” (MÉSZÁROS, 2011, p. 711-712). Essa forma mais desenvolvida não foi analisada por Marx, mas foi apenas apresentada por ele como tendência, como se tem repetido e evidenciado na concepção de Mészáros ao longo desta tese. E essa questão reaparece quando Mészáros (2011) afirma que:

Apesar de Marx não ter podido imaginar as condições históricas do século XX, sob as quais um novo tipo de personificação do capital tornou-se agudo, encontramos em seus escritos algumas advertências a respeito, ainda que nem sempre claramente expressas ou completamente articuladas [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 719, grifo nosso).

Para Mészáros (2011, p. 721), “[...] o objeto da crítica de Marx não era o *capitalismo*, mas o *capital* [...]”. Mészáros considera como a principal contribuição de Marx seu objetivo “[...] de livrar a humanidade das condições sob as quais a satisfação das necessidades humanas deve ser subordinada à ‘produção do capital’” [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 721). Esse é mais um dos elementos da compreensão de Mészáros sobre o que seria o “espírito da obra de Marx”.

E qual seria o elemento determinante para a compreensão de uma possível alteração histórica entre a época de Marx e a do atual momento? Mészáros (2011, p. 734, grifo nosso) responde que é a crise estrutural: “[...] A situação, contudo, piorou muito nos **anos 1970 quando tem início a crise estrutural global do sistema do**

capital [...]”. É a crise estrutural, inclusive, que agrava o sistema pós-capitalista de produção de capital, levando os dirigentes daquela sociedade a buscar, efetivamente, a “[...] restauração do capitalismo. Isso ocorreu nas circunstâncias em que o sistema do capital entrou em sua fase histórica de crise estrutural [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 736).

Dessa forma, os elementos expressos nesta tese apontam para a crítica de Mézszáros, a partir do mesmo conjunto categorial, à sociedade do capital, representada pela sociedade capitalista e pós-capitalista. Para fins didáticos, Mézszáros (2011) assim diferencia essas duas formas de produção de capital – capitalismo e pós-capitalismo:

Capitalismo é aquela fase particular da produção do capital na qual: 1. a *produção para a troca* (e assim a mediação e dominação do valor de uso pelo valor de troca) é dominante; 2. a *própria força de trabalho*, tanto quanto qualquer outra coisa, é tratada como *mercadoria*; 3. a motivação do *lucro* é a força reguladora fundamental da produção; 4. o mecanismo vital de formação da mais-valia, a separação radical entre meios de produção e produtores, assume uma *forma inerentemente econômica*; 5. a mais-valia economicamente extraída é *apropriada privadamente* pelos membros da classe capitalista; e 6. de acordo com seus *imperativos econômicos* de crescimento e expansão, a produção do capital tende à *integração global*, por intermédio do mercado internacional, como um sistema totalmente interdependente de dominação e subordinação econômica [...]. **O capital mantém o seu domínio – longe de irrestrito – nas sociedades pós-revolucionárias principalmente por meio:** 1. dos imperativos materiais que circunscrevem as possibilidades da totalidade do processo vital; 2. da divisão social do trabalho herdada, que, apesar das suas significativas modificações, contradiz “o desenvolvimento das livres individualidades”; 3. da estrutura objetiva do aparato produtivo disponível (incluindo instalações e maquinaria) e da forma historicamente limitada ou desenvolvida do conhecimento científico, ambas originalmente produzidas na estrutura da produção de capital e sob as condições da divisão social do trabalho; e 4. dos vínculos e interconexões das sociedades pós-revolucionárias com o sistema global do capitalismo, quer estes assumam a forma de “competição pacífica” (intercâmbio comercial e cultural), quer assumam a forma de oposição potencialmente mortal (desde a corrida armamentista até maiores ou menores confrontações reais em áreas sujeitas a disputa) [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 736-737, grifos nossos).

É interessante destacar, a partir da descrição dos quatro itens relacionados à sociedade pós-capitalista de produção de capital, os elementos que não pode haver em uma sociedade socialista. Para o autor húngaro, então, deverá ocorrer uma transição imediata e, mais precisamente, por meio de uma revolução mundial, ou seja, um salto qualitativo e revolucionário da sociedade do capital para a sociedade comunal, sem nenhuma herança da sociedade anterior, imediatamente. No entanto,

Mészáros (2011) menciona o que seria essa fase da transição – já no socialismo – e suas principais determinações ou passos, como segue:

O poder do capital não pode ser superado no domínio material sob seu controle, por nenhum tipo de ação econômica espontânea, mesmo que o conhecimento econômico seja suficientemente desenvolvido e difundido na sociedade como um todo (o que está fora de questão, dada a novidade qualitativa das tarefas que devem ser empreendidas, e o fato de o conhecimento necessário a elas não poder ser legitimado pelo sistema do capital herdado e suas “personificações”). **O primeiro passo vital exige uma mudança radical do modo de regular a produção e alocação do excedente econômico. Isto é possível em primeiro lugar apenas pelo processo político autônomo – e socialmente sustentável no curso da revolução que se desdobra – tanto nos países subdesenvolvidos como naqueles de capitalismo mais desenvolvido.** Em todos os lugares, é necessária uma verdadeira “mudança de ventos” que permita tomar a rota que conduzirá ao novo “sistema orgânico”. **A regulação política adequada do intercâmbio socioeconômico é uma parte vital importante para este empreendimento, especialmente nas fases iniciais da difícil transição para uma ordem metabólica socialista autorreguladora.** Como a formação do Estado moderno é um constituinte essencial do sistema orgânico do capital, mover-se em direção a uma alternativa socialista é inconcebível 1) sem se apoderar de todas as funções produtivas do velho Estado *vis-à-vis* o sistema do capital, aspecto negativo do empreendimento político pós-capitalista, e 2) sem uma articulação bem-sucedida das funções autônomas e positivamente reguladoras pelas quais os produtores associados podem colocar nas finalidades por eles mesmos escolhidas os frutos do seu trabalho excedente no curso da criação de um sistema orgânico socialista. Se o aspecto positivo da tarefa não for perseguido desde o início, não haverá qualquer esperança de se concluir com sucesso a revolução socialista. De fato, mais cedo ou mais tarde, mesmo as funções negativas assumidas de se “expropriar os expropriadores” estão destinadas a falhar. Sob este aspecto, a questão fundamental é a relação estrutural *antagônica* no interior do próprio processo de trabalho sob o domínio do capital. Este é o caso em todos os domínios e em todos os níveis do sociometabolismo, desde o “microcosmo” das iniciativas econômicas locais até as inter-relações reprodutivas mais abrangentes. Sob este aspecto, **se a extração do trabalho excedente politicamente regulada não for de fato controlada pelos próprios produtores associados, mas por uma autoridade política imposta e acima deles, este tipo de relação inevitavelmente reproduzirá o antagonismo incurável do velho processo de trabalho. É o que aconteceria mesmo que o tipo de personificação do capital que confronta o trabalho pós-revolucionário tivesse mudado de acordo com as novas circunstâncias sócio-históricas** (MÉSZÁROS, 2011, p. 738, grifos nossos).

É a partir dos elementos explicativos de sua concepção de transição que o autor húngaro fundamenta suas críticas à sociedade soviética. Isso está explícito quando, por exemplo, Mészáros (2011) faz a seguinte observação:

Por razões muito óbvias, Stalin fez o que foi possível para confinar a validade da concepção marxiana de capital estritamente ao capitalismo, distorcendo assim grosseiramente o significado de sua obra. No interesse da apologia do capital pós-capitalista, era necessário negar enfaticamente que as categorias

marxianas tivessem qualquer relevância para a compreensão crítica dos antagonismos alienantes e deficiências socioeconômicas da ordem estabelecida [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 747).

Outro elemento que caracteriza o que se tem identificado da compreensão de Mézáros sobre o socialismo está pautado, em crítica direta à sociedade pós-capitalista, sobre os objetivos e a organização da produção. Para Mézáros (2011):

[...] Os resultados projetados de desenvolvimento econômico são realizáveis no longo prazo apenas em uma estrutura socioeconômica genuinamente socialista, **cujos objetivos produtivos não são definidos por um pequeno corpo estranho, mas por todos aqueles que têm que recorrer aos seus próprios recursos de modo a traduzi-los em realidade, avaliando a realização de seus objetivos escolhidos em uma base inerentemente qualitativa** [...] Sem isto, a possibilidade de um desenvolvimento produtivo sustentado está destinada a se anular com o passar do tempo, como de fato ocorreu no sistema pós-capitalista tipo soviético, fossem quais fossem os sucessos antes alcançados sob as circunstâncias da emergência pós-revolucionária (MÉSZÁROS, 2011, p. 751).

As críticas de Mézáros perseguem o movimento da sociedade soviética desde seu início até o que o autor húngaro considera como a direção dada pelos “[...] herdeiros de Stalin [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 754). Os desafios ainda estavam postos, então, sob a condição de crise estrutural do sistema do capital, com uma intensidade infinitamente superior. Além disso, “[...] Mikhail Gorbachev e os seus colaboradores aprenderam o ofício de político sob o stalinismo, razão pela qual não tiveram nenhum contato com o significado original do projeto socialista [...]”, segundo Mézáros (2011, p. 766). Como consequência, “o resultado final das políticas perseguidas por Gorbachev e sua equipe foi a quebra da União Soviética, a implosão do sistema soviético do capital pós-capitalista e o fracasso absoluto da própria *perestroika* [...]”, nas palavras de Mézáros (2011, p. 772).

Contudo, seguindo a teoria de Mézáros, mesmo que Gorbachev e seus colaboradores tivessem “contato com o significado original do projeto socialista” soviético, isso não impediria seus equívocos, uma vez que os desdobramentos políticos e econômicos da sociedade soviética foram as consequências do que já estava posto na organização dos trabalhadores desde 1917. Na concepção de Mézáros (2011):

O modo *político* de extrair o trabalho excedente se tornou necessário no sistema do capital de tipo soviético porque era estruturalmente incompatível com as exigências objetivas de montar e manter em operação um mercado de trabalho pós-revolucionário. **Foi isto que o tornou genuinamente pós-**

capitalista, já que nele o processo socioeconômico de reprodução não poderia ser regulado por uma *pluralidade de capitais privados* claramente identificáveis e efetivamente em funcionamento. O poder estatal foi conquistado em 1917 pelo Partido Bolchevique, que, após a revolução, não só permaneceu como controlador das funções estatais diretas como também se encarregou de supervisionar – em sua totalidade e em cada um dos detalhes – o processo reprodutivo material e cultural [...] Isso criou uma relação capital-trabalho sem igual na sociedade pós-revolucionária. **Por um lado, o novo tipo – soviético – de personificações do capital, sujeitas à autoridade absoluta do plano central consagrado em lei**, não poderia, ao contrário de seus similares capitalistas, exercer individualmente sequer uma limitada autonomia na tomada de decisão sobre o controle do processo de reprodução [...] **Por outro lado, na relação-capital pós-revolucionária, o trabalho não poderia ser fragmentado e atomizado segundo o modelo do processo de trabalho capitalista**, apesar de o partido stalinista ter tentado impor – graças inclusive a prisões e campos de trabalho forçado – a mais severa disciplina de trabalho, tornando os trabalhadores indivíduos criminalmente responsáveis por seu fracasso em corresponder à norma a eles imposta [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 780, grifos nossos).

Como resultado, em 1991, como Mézáros aponta, houve a reestruturação da sociedade capitalista na Rússia, colocando um ponto final em toda a trajetória da sociedade pós-capitalista de produção de capital de tipo soviético.

3.4 MÉSZÁROS E SUA CONCEPÇÃO DE OFENSIVA SOCIALISTA

É respaldado em todo esse conjunto categorial, que se observou ao longo desta tese, que Mézáros apresenta então a “Atualidade histórica da ofensiva socialista”. Recorda-se que essa discussão está presente na parte III da obra de Mézáros *Para além do capital*, que trata da categoria central para o autor húngaro: crise estrutural do sistema do capital. Dessa forma, sendo coerente com sua concepção, é apenas diante da crise estrutural do sistema do capital, com início a partir de 1970, que se abre uma nova época histórica e com esta a possibilidade de uma ofensiva socialista.

Mézáros (2011) afirma que:

A atual “crise do marxismo” se deve principalmente ao fato de que muitos dos seus representantes continuam a adotar uma postura defensiva, numa época em que, tendo acabado de virar uma página histórica importante, deveríamos nos engajar numa ofensiva socialista em sintonia com as condições objetivas. Paradoxalmente, os últimos 25 anos, que progressivamente manifestaram a crise estrutural do capital – e daí o início da necessária ofensiva socialista num sentido histórico –, também testemunharam a disposição de muitos marxistas, maior do que nunca, de buscarem novas alianças defensivas e se envolverem com todos os tipos de revisões e compromissos em grande escala, ainda que não

tenham, realmente, nada para mostrar como resultado de tais estratégias fundamentalmente desorientadoras (MÉSZÁROS, 2011, p. 787, grifo nosso).

Na lógica da configuração do sistema do capital em seu movimento histórico, tal como proposto por Mészáros, a fase de ascensão do capital, aquela vivenciada e analisada por Marx, foi conformada a uma atuação defensiva do movimento socialista. Agora, com a crise estrutural, quando se abre a possibilidade de ataque do movimento socialista contra o capital, há enorme dificuldade de romper com sua própria constituição defensiva. Mészáros (2011) expõe que:

A desorientação em questão não é, de modo algum, simplesmente ideológica. **Ao contrário, ela envolve todas as instituições de luta socialista que foram constituídas sob circunstâncias históricas defensivas e, por esse motivo, perseguem, sob o peso da sua própria inércia, modos de ação que correspondam diretamente ao seu caráter defensivo. E, já que a nova fase histórica inevitavelmente traz consigo o aguçamento do confronto social,** deve-se esperar – mas não idealizar – , sob tais circunstâncias, uma maior reação defensiva das instituições (e estratégias) de luta da classe trabalhadora. Lamentavelmente, contudo, as estruturas e estratégias defensivas existentes consideram inquestionáveis seus próprios pressupostos e procuram soluções que permanecem ancoradas nas condições da velha, e agora superada, fase histórica (MÉSZÁROS, 2011, p. 787, grifo nosso).

Mészáros é cauteloso com a consideração do contexto – a partir de 1970 – da possibilidade objetiva de uma ofensiva socialista. Este autor alerta que, com a crise estrutural do sistema do capital, abre-se essa possibilidade ofensiva. Contudo, como o movimento socialista foi constituído a partir de uma estratégia defensiva, uma difícil contradição se levanta segundo Mészáros (2011):

Dizer que somos contemporâneos da nova fase histórica de ofensiva socialista não significa que, de agora em diante, o percurso seja tranquilo e a vitória próxima. A expressão “atualidade histórica” não sugere mais do que diz explicitamente: que a ofensiva socialista com que deparamos é um fato *histórico*, em contraste com nossa condição objetiva, que há não muito é dominada por determinações defensivas inevitáveis [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 788, grifo nosso).

A partir da atualidade histórica da ofensiva socialista, portanto, tem-se a análise das estratégias e táticas anteriores a 1970 como defensivas e, por sua longa fase de constituição, essas alternativas tendem a permanecer por algum tempo, mesmo com a abertura histórica para a ofensiva socialista. Assim, Mészáros (2011) apresenta a seguinte situação:

Devido à mudança da relação de forças e das circunstâncias, a atualidade histórica da ofensiva socialista corresponde, em primeiro lugar, ao desconfortável fato negativo de que algumas formas de ação anteriores (“as políticas de consenso”, “a estratégia de pleno emprego”, “a expansão do Estado de bem-estar social” etc.) estão objetivamente bloqueadas, o que impõe reajustes importantes na sociedade como um todo. Mas o fato de se estar partindo dessa “negatividade brutal” inicial não significa que os reajustes em questão serão positivos, mobilizando as forças socialistas num esforço consciente para se apresentarem como portadoras da ordem social alternativa capaz de substituir a sociedade em crise. Longe disso, como as mudanças exigidas são muito drásticas, em vez de prontamente aceitarmos o “salto para o desconhecido”, é mais provável que se prefira seguir a “linha de menor resistência” ainda por um tempo considerável, mesmo que isso signifique derrotas significativas e grandes sacrifícios para as forças socialistas. Somente quando as opções da ordem predominante se esgotarem se poderá esperar por uma virada *espontânea* para uma solução radicalmente diferente. (O completo colapso da ordem social no curso de uma guerra perdida e os levantes revolucionários subsequentes, conhecidos da história passada, ilustram bem esta questão.) (MÉSZÁROS, 2011, p. 788).

Mesmo com as condições objetivas, agora pautadas pela crise estrutural do sistema do capital, herdeiras de uma fase defensiva, Mézszáros aponta que isso provocará, ainda, inúmeras derrotas para os trabalhadores, haja vista que, em sua concepção, a realidade histórica atual é significativamente diferente e, dessa forma, exige uma abordagem distinta, em outras palavras, ofensiva. Por isso, Mézszáros alerta que apenas quando se esgotarem as tentativas defensivas do movimento socialista é que teremos uma guinada “[...] para uma solução radicalmente diferente [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 788).

O autor apresenta que a ofensiva socialista está intimamente relacionada e é inerente à crise estrutural do sistema do capital. Contudo, neste momento da elaboração de Mézszáros (2011), sua finalidade não é explicar como se daria essa potencialidade, e sim:

[...] acentuar uma contradição principal: a ausência de instrumentos políticos adequados que poderiam transformar esta potencialidade em *realidade*. Além disso, o que torna as coisas ainda piores é a continuidade do domínio das mitologias passadas sobre a autoconsciência das organizações envolvidas, descrevendo o partido Léninista, por exemplo, como a instituição da ofensiva estratégica *par excellence* (MÉSZÁROS, 2011, p. 789).

Com esta linha de raciocínio, como poderiam ser explicados todos os movimentos socialistas anteriores à crise estrutural do sistema do capital? Para Mézszáros, como se tem observado nesta tese, as tentativas anteriores à crise estrutural foram prematuras. Isso porque, em sua análise, as condições históricas do

movimento do capital ainda não estavam plenamente desenvolvidas, o que lhe permitiu um período de ascensão por longos anos. Antes, portanto, mesmo que os movimentos socialistas tivessem como finalidade a revolução, estariam impedidos de prosseguir. Mészáros (2011) explica:

Certamente, todos os instrumentos e organizações do movimento da classe trabalhadora existiram para superar alguns dos obstáculos principais na via para a emancipação. Em primeira instância foram o resultado de explosões espontâneas e, como tal, representaram um *momento* de ataque. Mais tarde, como resultado de esforços conscientes, estruturas coordenadas emergiram tanto em países particulares como em escala internacional. Mas nenhuma delas poderia ir para além do horizonte de lutar por objetivos específicos, limitados, até mesmo se o seu objetivo *último* estratégico fosse uma transformação socialista radical de toda a sociedade [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 789).

Como um exemplo disso, Mészáros (2011) retoma sua análise da sociedade soviética a partir de Lênin como forma de evidenciar que o revolucionário russo tinha clareza das limitações de seu tempo e seu equívoco foi esperar uma revolução mundial concomitante ao processo revolucionário russo:

[...] Não se deve esquecer que Lênin, brilhantemente – e realisticamente –, definiu os objetivos dos bolcheviques entre fevereiro e outubro de 1917 como assegurar “Paz, Terra e Pão” de modo a criar uma base social viável para a revolução. Mas, até mesmo em termos organizacionais básicos, o “Partido de Vanguarda” foi constituído de forma a poder se *defender* dos ataques cruéis de um Estado policial, sob as piores condições possíveis de clandestinidade, das quais inevitavelmente decorreu a imposição do segredo absoluto, de uma estrutura rígida de comando, de centralização etc. Se compararmos a estrutura autodefensivamente fechada deste partido de vanguarda com a ideia original de Marx de produzir “consciência comunista em escala de massa” – com a consequência necessária de uma estrutura organizacional inerentemente aberta –, teremos uma medida da diferença fundamental entre uma postura defensiva e uma ofensiva. Somente quando as condições objetivas implícitas em tal objetivo estão em processo de se desdobrar em escala global é possível imaginar realisticamente a articulação prática dos órgãos necessários da ofensiva socialista (MÉSZÁROS, 2011, p. 789).

E Mészáros (2011) complementa:

Na verdade, Lênin não teve nenhuma ilusão quanto a esta possibilidade, ainda que algumas interpretações tendam a descrever retrospectivamente os seus objetivos à luz de *uma esperança vazia* [...] Neste espírito, ele esperou que a revolução política de Outubro abrisse a “época de tempestuosas conclusões políticas e econômicas”, que se manifestaria no mundo inteiro por toda uma série de revoluções, até que as condições de uma vitória socialista estivessem firmemente asseguradas. Quando a onda de motins revolucionários se esgotou sem resultados positivos importantes em outras partes, Lênin observou racionalmente que não se poderia devolver o poder

aos czares, e continuou o trabalho de defender o que fosse possível naquelas circunstâncias. Ele originalmente esperava combinar o potencial político do “elo mais fraco” com as condições economicamente maduras dos países capitalistas “avançados”. Foi o fracasso da revolução mundial que violentamente trancou a sua estratégia, impondo-lhe os constrangimentos deformadores de uma defesa desesperada (MÉSZÁROS, 2011, p. 789-790).

Na verdade, sendo coerente com os fundamentos teóricos até agora apresentados por Mézáros, essa citação merece um complemento. O fracasso da revolução mundial trancou a estratégia de Lênin e dos bolcheviques. Mas todas essas estratégias estavam fadadas ao fracasso por se constituírem em um período anterior à crise estrutural do sistema do capital. Portanto, qualquer que fosse a sequência dos eventos históricos daquele período, o resultado seria uma derrota do movimento socialista ou então haveria ações defensivas. Isso porque “as condições objetivas para se imaginar a mera possibilidade de uma ofensiva hegemônica nem sequer estavam à vista e, na sua ausência, as severas limitações das formas organizacionais e estratégias possíveis também foram ocultas [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 792). O mundo do capital resistiu com facilidade. Assim como o fez no período da crise de 1929, conforme Mézáros (2011) explica:

O mundo do capital também resistiu com relativa facilidade à tempestade de sua “Grande Crise Econômica” de 1929-33 sem ter que enfrentar uma importante confrontação hegemônica com as forças socialistas, apesar do sofrimento das massas provocado por essa crise. O fato é que, por maior que fosse a crise, ela estava longe de ser uma crise estrutural, ao deixar um grande número de opções abertas para a sobrevivência continuada do capital, bem como para sua recuperação e sua reconstituição mais forte do que nunca em uma base economicamente mais saudável e mais ampla. Reconstruções políticas retrospectivas tendem a culpar personalidades e forças organizacionais por tal recuperação, particularmente com relação ao sucesso do fascismo. Contudo, por maior que fosse o peso relativo de tais fatores políticos, não se pode esquecer que eles devem ser avaliados contra o pano de fundo de uma fase histórica essencialmente defensiva. Não tem sentido reescrever a história com a ajuda de condicionantes contrafactuais, mesmo que eles se refiram à ascensão do fascismo ou qualquer outra coisa. **O que realmente importa é que, concomitantemente à crise de 1929-33, o capital tinha a opção do fascismo (e soluções semelhantes), opção que já não possui hoje. E, objetivamente, isso faz uma grande diferença no que tange às possibilidades de ação defensiva e ofensiva** (MÉSZÁROS, 2011, p. 793, grifos nossos).

A concepção de Mézáros se torna, a cada página, ainda mais clarificada. A crise de 1929 foi resolvida pelo capital com “relativa facilidade” por ter um “grande número de opções” para a sobrevivência do sistema. Dessa forma, a crise estrutural se apresenta como o oposto, ou seja, aquela que, a partir de 1970, não apresenta

opções de sobrevivência do capital. Além disso, em 1929, houve a possibilidade da “recuperação e reconstituição mais forte do que nunca” do capital, que se tornou ainda mais “saudável e amplo”. Ora, por essa mesma lógica, a crise estrutural do capital impossibilita esse desdobramento: não há possibilidade de recuperação e reconstituição do sistema; este não se tornará ainda mais forte e mais saudável após a crise estrutural. Isso porque a crise estrutural coloca um limite último na vida do capital. Após essa crise, ou há socialismo ou o fim da humanidade, mas não mais a sobrevivência do capital. Por isso, entre outros elementos, está aberta, com a crise estrutural, a possibilidade histórica da ofensiva socialista. Tudo isso, ressalta-se, no entendimento de Mészáros, com base no todo que compõe sua elaboração em *Para além do capital*.

Em síntese, para Mészáros (2011):

[...] a atualidade histórica da ofensiva socialista tem imenso significado. Pois, sob as novas condições da crise estrutural do capital, torna-se possível ganhar muito mais do que algumas grandes (mas, no final das contas terrivelmente isoladas) *batalhas*, como as revoluções russa, chinesa e cubana. Ao mesmo tempo, não existe meio de minimizar o caráter doloroso do processo envolvido, que requer importantes ajustes estratégicos e correspondentes mudanças institucionais e organizacionais radicais em todas as áreas e por todo o espectro do movimento socialista (MÉSZÁROS, 2011, p. 795).

Para Mészáros, torna-se uma exigência a elaboração de uma nova estratégia para uma nova atualidade histórica do sistema do capital plenamente desenvolvido. Essa é uma condição básica para o processo de reorganização do movimento socialista que segue a perspectiva de Mészáros. É a máxima marxista de análise concreta da realidade concreta. No entanto, a análise concreta a partir dos pressupostos mézáríanos impõe a necessidade de se respaldar na caracterização da realidade do capital, pautada, agora, pela crise estrutural do sistema, que tem o trabalho alienado como base material.

Com esses fundamentos teóricos e estratégicos, Mészáros aprofunda a explicação dos elementos basilares que constituem a crise estrutural do capital.

Com o pleno desenvolvimento do capital e a chegada da crise estrutural do sistema a partir de 1970, há uma alteração significativa: vai-se “[...] das crises cíclicas à crise estrutural [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 795). Mészáros afirma que, “como mencionado antes, a crise do capital que experimentamos hoje é fundamentalmente uma crise estrutural [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 795).

A crise estrutural, portanto, caracteriza-se como uma “[...] novidade *histórica* da crise de hoje [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 795) e se manifesta em quatro aspectos centrais, explicitados por Mészáros (2011):

(1) seu caráter é universal, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.); **(2) seu alcance é verdadeiramente global** (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado); **(3) sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente**, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; **(4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de *rastejante***, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na “administração da crise” e no “deslocamento” mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia (MÉSZÁROS, 2011, p. 795-796, grifos nossos).

Para analisar essa “novidade histórica”, que é a crise estrutural do sistema do capital, Mészáros (2011, p. 796) destaca que é preciso “[...] localizá-la no contexto dos acontecimentos sociais, econômicos e políticos do século XX [...]”. Contudo, antes de aprofundar a discussão dessa contextualização, o autor húngaro afirma que “[...] é necessário fazer algumas observações gerais sobre os critérios de uma crise estrutural, bem como sobre as formas nas quais podemos imaginar sua solução” (MÉSZÁROS, 2011, p. 796). Passe-se às observações e aos critérios elencados por Mészáros (2011):

Em termos simples e gerais, uma crise estrutural afeta a *totalidade* de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada. Diferentemente, uma crise não estrutural afeta apenas algumas partes do complexo em questão, e assim, não importa o grau de severidade em relação às partes afetadas, não pode pôr em risco a sobrevivência contínua da estrutura global (MÉSZÁROS, 2011, p. 796-797).

Diferentemente das crises cíclicas, relacionadas, na concepção do autor húngaro, ao período de ascensão do movimento do capital, vivido por Marx, e que poderiam ser deslocadas com “relativa” tranquilidade, a crise estrutural coloca em risco a sobrevivência de toda a base global do capital. Dessa forma, segundo Mészáros (2011):

[...] o deslocamento das contradições só é possível enquanto a crise for parcial, relativa e interiormente manejável pelo sistema, demandando apenas mudanças – mesmo que importantes – *no interior* do próprio sistema relativamente autônomo. Justamente por isso, uma crise estrutural põe em questão a própria existência do complexo global envolvido, postulando sua transcendência e sua substituição por algum complexo alternativo (MÉSZÁROS, 2011, p. 797).

No entanto, Mézáros aponta que não se trata de algo imediato. Em suas palavras, “[...] uma crise estrutural não está relacionada aos limites *imediatos* mas aos limites *últimos* de uma estrutura global” (MÉSZÁROS, 2011, p. 797). Em outras palavras, a crise estrutural do sistema do capital, que impõe os limites absolutos do sistema, não acabará com todo o sistema e a humanidade da noite para o dia, mas de forma “rastejante”. O que essa crise impõe são os “limites últimos” de toda a estrutura global do sistema do capital.

Assim, os limites imediatos podem ser ampliados, possibilitando uma sobrevida para a estrutura global do capital. As formas que podem caracterizar a ampliação desses limites são assim apresentadas por Mézáros (2011, p. 797): “[...] (a) modificação de algumas partes de um complexo em questão; (b) mudança geral de todo o sistema ao qual os subcomplexos particulares pertencem; e (c) alteração significativa da relação do complexo global com outros complexos fora dele”. Por essa razão, Mézáros (2011) afirma que:

Ao mesmo tempo, deve-se enfatizar que, quando as opções múltiplas de ajuste interno começam a ser esvaziadas, nem mesmo a “maldição da interdependência” (que tende a paralisar as forças de oposição) pode prevenir a desintegração estrutural final. Naturalmente, dado o caráter intrínseco das estruturas envolvidas, é inconcebível pensar em tal desintegração como um ato súbito a ser seguido por uma transformação igualmente veloz. A crise estrutural “rastejante” – que, entretanto, avança implacavelmente – só pode ser entendida como um processo contraditório de *ajustes recíprocos* (uma espécie de “guerra de atrito”), que só pode ser concluído após um longo e doloroso processo de *reestruturação radical* inevitavelmente ligado às suas próprias contradições (MÉSZÁROS, 2011, p. 797).

Não há na obra do autor húngaro estudada nesta tese nenhum indício de elementos que susteriam as condições sob as quais haveria um esvaziamento dessas medidas, que dão uma sobrevida à estrutura do capital. Isso levanta uma questão retórica, considerando-se o conjunto categorial de Mézáros: por quanto tempo pode durar a crise estrutural do capital? Ora, pelo tempo em que o capital ainda existir como

modo de controle sociometabólico. Isso implica afirmar que não há, desde 1970, crises cíclicas e periódicas sob o sistema do capital, mas tudo o que vemos como desdobramento constitui a crise estrutural do sistema do capital.

Mészáros apresenta alguns elementos que devem ser considerados quando se trata da concepção de crise estrutural. A primeira delas se refere ao fato de ser uma crise impossível de ser deslocada, como acontecia com as crises cíclicas anteriores à crise estrutural. Mészáros (2011) afirma, respaldando-se em Marx, a partir dos *Grundrisse*, que as crises cíclicas poderiam ser superadas. Assim, conforme Mészáros (2011):

A tendência a criar o mercado mundial está presente diretamente no próprio conceito do capital. Todo limite aparece como uma barreira a ser superada. Inicialmente, para subjugar todo momento da produção em si à troca e para suspender a produção de valores de uso direto que não participam da troca...Mas o fato de que o capital define cada um destes limites como uma barreira e, conseqüentemente, avance idealmente para além dela não significa, de modo algum, que a tenha realmente superado, e, já que toda barreira contradiz seu caráter, sua produção se move em contradições que são constantemente superadas, mas da mesma maneira são constantemente repostas. Além disso, a universalidade que persegue irresistivelmente encontra barreiras em sua própria natureza, que, em certa fase de seu desenvolvimento, permite que ele se reconheça como sendo, ele próprio, a maior barreira a esta tendência, e conseqüentemente o impulsionará para sua própria suspensão (MARX apud MÉSZÁROS, 2011, p. 798).

No entanto, com a crise estrutural, não há mais a possibilidade de superação das barreiras que o capital encontra. Mészáros (2011) explica:

No curso do desenvolvimento histórico real, as três dimensões fundamentais do capital – produção, consumo e circulação/distribuição/realização – tendem a se fortalecer e a se ampliar por um longo tempo, provendo também a motivação interna necessária para a sua reprodução dinâmica recíproca em escala cada vez mais ampliada. Desse modo, em primeiro lugar, são superadas com sucesso as limitações *imediatas* de cada uma, graças à interação entre elas. (Por exemplo, a barreira imediata para a produção é positivamente superada pela expansão do consumo e vice-versa.) Assim, os limites parecem verdadeiramente ser meras barreiras a serem transcendidas, e as contradições imediatas não são apenas deslocadas, mas diretamente utilizadas como alavancas para o aumento exponencial no poder aparentemente ilimitado de autopropulsão do capital (MÉSZÁROS, 2011, p. 798).

Enquanto havia possibilidade de superação dessas barreiras, não havia crise estrutural. Para Mészáros (2011):

Realmente, não pode haver qualquer crise *estrutural* enquanto este mecanismo vital de autoexpansão (que simultaneamente é o mecanismo para transcender ou deslocar internamente as contradições) continuar funcionando. Pode haver todos os tipos de crises, de duração, frequência e severidade variadas, que afetam diretamente uma das três dimensões e *indiretamente*, até que o obstáculo seja removido, o sistema como um todo, sem, porém, colocar em questão os *limites últimos* da estrutura global. (Por exemplo, a crise de 1929-33 foi essencialmente uma “crise de realização”, devido ao nível absurdamente baixo de produção e consumo se comparado ao período pós-guerra.) (MÉSZÁROS, 2011, p. 798).

Dessa forma, Marx estava correto em sua análise de crises cíclicas, porque viveu e analisou uma fase do capital que tinha nessas crises sua forma de manifestação de suas contradições internas. Contudo, com a crise estrutural, isso deixa de ser validado. Em outras palavras, não há mais possibilidade de encontrar em Marx a sustentação teórica necessária para explicar a crise que vivemos hoje. Na concepção de Mézáros, isso é completamente coerente, haja vista que Marx não vivenciou os aspectos relacionados à crise estrutural. Por isso, a teoria de Mézáros se apresenta como a capaz de oferecer à humanidade uma resposta para os problemas enfrentados com a crise estrutural do sistema do capital.

Para Mézáros, atualmente, com o capital plenamente desenvolvido e com todas as suas contradições potencializadas e manifestadas pela crise estrutural do sistema do capital, a realidade é completamente diferente. Abre-se uma janela revolucionária, ou seja, o momento de uma ofensiva socialista, ao contrário da fase anterior.

A crise estrutural não tem uma origem “misteriosa”. Segundo Mézáros (2011, p. 798), esta “[...] reside dentro e emana das três dimensões internas acima mencionadas. Não obstante, as disfunções de cada uma, consideradas separadamente, devem ser distinguidas da crise fundamental do todo, que consiste no *bloqueio sistemático* das partes constituintes vitais”.

Além disso, não há possibilidade de deslocamento da crise estrutural, de acordo com Mézáros (2011):

Outra concepção equivocada a ser abandonada é a de que a crise estrutural se refere a algumas condições *absolutas*. Não é assim. Certamente, todas as três dimensões fundamentais do funcionamento continuado do capital têm os seus limites absolutos que podem ser claramente identificados. (Por exemplo, os limites absolutos da produção podem ser expressos pelos meios e materiais de produção, os quais, por sua vez, podem ser melhor especificados como o colapso total do suprimento de certas matérias-primas fundamentais. Ainda como o colapso igualmente total – não apenas a “subutilização” – da maquinaria produtiva disponível decorrente, por exemplo,

do abuso irresponsável e inconsequente dos recursos energéticos.) Mas, apesar de tais considerações não serem certamente irrelevantes, elas sofrem da carência de especificidades sociais (como testemunham muitos argumentos dos ambientalistas), que debilitam desnecessariamente as suas próprias armas críticas ao associá-las às expectativas do dia de um juízo final que *já* se materializará necessariamente (MÉSZÁROS, 2011, p. 799).

A partir disso, o autor húngaro explica algumas características inerentes à crise estrutural do sistema do capital, em diferenciação com as crises cíclicas. Conforme Mézáros (2011), são as seguintes:

• A crise estrutural do capital que começamos a experimentar nos anos 70 se relaciona, na realidade, a algo muito mais modesto que as tais condições absolutas. Significa simplesmente que a tripla dimensão interna da autoexpansão do capital exhibe perturbações cada vez maiores. Ela não apenas tende a romper o processo normal de crescimento mas também pressagia uma falha na sua função vital de deslocar as contradições acumuladas do sistema. • As dimensões internas e condições inerentes à autoexpansão do capital constituíram desde o início uma unidade *contraditória*, e de modo algum não problemática, na qual uma tinha que ser “subjugada” à outra (como Marx colocou: para “subjugar todo momento da produção em si à troca”) de modo a fazer funcionar o complexo global. **Ao mesmo tempo, enquanto a reprodução ampliada de cada uma pudesse continuar imperturbada – isto é, enquanto fosse possível cavar buracos cada vez maiores para encher com a terra assim obtida os buracos menores cavados anteriormente –, não só cada uma das dimensões internas contraditórias poderia ser fortalecida separadamente como elas também poderiam funcionar em uma harmonia “contrapontual”.** • **A situação muda radicalmente, porém, quando os interesses de cada uma deixam de coincidir com os das outras, até mesmo em última análise.** A partir deste momento, as perturbações e “disfunções” antagônicas, ao invés de serem absorvidas/dissipadas/desconcentradas e desarmadas, tendem a se tornar *cumulativas* e, portanto, *estruturais*, trazendo com elas um perigoso bloqueio ao complexo mecanismo de *deslocamento das contradições*. Desse modo, aquilo com o que nos confrontamos não é mais simplesmente “disfuncional”, mas potencialmente muito explosivo. Isto porque o capital nunca, jamais, *resolveu* sequer a menor de suas contradições. • Nem poderia fazê-lo, na medida em que, por sua própria natureza e constituição inerente, o capital nelas *prospera* (até certo ponto, com relativa segurança). **Seu modo normal de lidar com contradições é intensificá-las, transferi-las para um nível mais elevado, deslocá-las para um plano diferente, suprimi-las quando possível, e quando elas não puderem mais ser suprimidas exportá-las para uma esfera ou um país diferente. É por isso que o crescente bloqueio no deslocamento e na exportação das contradições internas do capital é potencialmente tão perigoso e explosivo** (MÉSZÁROS, 2011, p. 799-800, grifos nossos).

Para Mézáros (2011, p. 800), a crise estrutural do sistema do capital “[...] não está confinada à esfera socioeconômica [...]”, mas alcança também “[...] todo o espectro das instituições políticas [...]”. Assim, Mézáros (2011) esclarece que:

O que precisa ser acentuado aqui é que as contradições subjacentes de modo algum se dissipam na crise das instituições *políticas*; ao contrário, afetam toda a sociedade de um modo nunca antes experimentado. **Realmente, a crise estrutural do capital se revela como uma verdadeira crise de dominação em geral** (MÉSZÁROS, 2011, p. 800, grifo nosso).

A comprovação disso, de acordo com Mészáros (2011, p. 800, grifo nosso), pode ser percebido por todos ao “[...] **olhar à sua volta**, em todas as direções. É possível encontrar qualquer esfera de atividade ou qualquer conjunto de relações humanas não afetado pela crise? [...]”. Dessa forma, para o autor húngaro, a crise estrutural do capital, que alcança todas as dimensões da humanidade, desde sua economia, passando por todas as instituições políticas e alcançando a vida de toda a humanidade, pode ser percebida a olho nu. Mészáros (2011) elucida:

O sistema existente de dominação está em crise porque sua *raison d'être* e sua justificação históricas desapareceram, e já não podem mais ser reinventadas, por maior que seja a manipulação ou a pura repressão. Desse modo, ao manter milhões de excluídos e famintos, quando os trilhões desperdiçados poderiam alimentá-los mais de *cinquenta vezes*, põe em perspectiva o absurdo desse sistema de dominação (MÉSZÁROS, 2011, p. 801).

Além disso, para Mészáros (2011, p. 802), a crise estrutural do capital pode ser percebida por meio da forma com que o capital “[...] tanto cria como destrói a família [...]”. E a crise de dominação se reflete “[...] na luta cada vez mais intensa pela liberação das mulheres [...]”, ainda segundo Mészáros (2011, p. 802). Assim, “[...] as mulheres estão entre os primeiros a serem forçados ao desemprego ou a empregos parciais miseravelmente remunerados [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 803). Estes são alguns exemplos das formas de manifestação da crise estrutural, que se revela como uma crise de dominação.

Posto isso, o autor húngaro rebate os argumentos que tendem a considerar a crise estrutural como mais uma crise cíclica do capital. O autor apresenta duas dessas concepções e opõe-se, frontalmente, a seus fundamentos. Em primeiro lugar, conforme Mészáros (2011):

Algumas pessoas argumentam que, assim como conseguiu resolver seus problemas no passado, o capital o fará indefinidamente também no futuro. Poderiam acrescentar que, se a crise de 1929-33 impôs ao capital mudanças dramáticas, que vimos testemunhando desde então, a crise estrutural atual deverá produzir remédios duradouros e soluções permanentes. O problema deste raciocínio é que ele não conta com absolutamente nada para respaldar

o *sonho inviável* de perseguir a “linha de menor resistência” quando isso não mais é possível (MÉSZÁROS, 2011, p. 807).

E em segundo lugar, de acordo com Mézáros (2011):

Outra linha de argumentação insiste que o capital tem à sua disposição uma imensa força repressiva que pode usar livremente, tanto quanto quiser, na resolução de seus crescentes problemas. Embora haja certas restrições – algumas até importantes – ao uso real, e potencial, de força bruta pelo capital, é inquestionável que a capacidade de destruição e repressão acumuladas é assustadora, e continua a se multiplicar. Mesmo assim, mantém-se a verdade de que nada se resolve, nem jamais foi resolvido, apenas pela força. Lendas em contrário – relativas ao nazismo e ao stalinismo, por exemplo – são frequentemente usadas para justificar a cumplicidade mais ou menos ativa de setores importantes da população supostamente impotentes (MÉSZÁROS, 2011, p. 807).

Para Mézáros, o problema da crise estrutural do capital não poderá ser resolvido pelas estratégias e forças repressivas disponíveis no arcabouço do capital. Em função das próprias características do capital plenamente desenvolvido, não há medidas possíveis para evitar os problemas causados pela crise estrutural. Por isso, todas as medidas do capital serão tomadas com o intuito de administrar a crise, pelo curto tempo que isso será possível. E essas medidas, ao ponto em que administram a crise, ao mesmo tempo e contraditoriamente, potencializam o caráter destrutivo que a crise estrutural possui.

Assim, o autor húngaro afirma que “as condições para administrar a crise estrutural do capital estão diretamente articuladas a algumas importantes contradições que afetam tanto os problemas internos dos vários sistemas envolvidos como as relações entre eles” (MÉSZÁROS, 2011, p. 808). Sinteticamente, Mézáros (2011) explica os problemas relacionados a essas contradições sob quatro aspectos:

[...] (1) As contradições socioeconômicas internas do capital “avançado” que se manifestam no desenvolvimento cada vez mais desequilibrado sob o controle direto ou indireto do “complexo industrial-militar” e do sistema de corporações transnacionais; (2) As contradições sociais, econômicas e políticas das sociedades pós-capitalistas, tanto isoladamente como em sua relação com as demais, que conduzem à sua desintegração e, desse modo, à intensificação da crise estrutural do sistema global do capital; (3) As rivalidades, tensões e contradições crescentes entre os países capitalistas mais importantes, tanto no *interior* dos vários sistemas regionais como *entre* eles, colocando enorme tensão na estrutura institucional estabelecida (da Comunidade Europeia ao Sistema Monetário Internacional) e fazendo prever o espectro de uma devastadora guerra comercial; (4) As dificuldades crescentes para manter o sistema neocolonial de dominação (do Irã à África, do Sudeste Asiático à Ásia Oriental, da América Central à do Sul), ao lado das contradições geradas dentro dos países “metropolitanos” pelas unidades

de produção estabelecidas e administradas por capitais “expatriados” (MÉSZÁROS, 2011, p. 808).

A partir disso, o autor húngaro explana que essas contradições presentes nas medidas que tentam administrar a crise estrutural do capital tendem para a “[...] intensificação, e não para a diminuição, dos antagonismos existentes [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 808). Serão medidas que orbitarão sempre nos efeitos dos problemas da crise estrutural, e jamais em suas causas. Dessa maneira, para Mézáros (2011):

Se a condição para solucionar a crise estrutural estiver associada à solução dos quatro conjuntos de contradições mencionadas acima, do ponto de vista da contínua expansão global e da dominação do capital, a perspectiva de um resultado positivo está longe de ser promissora. Pois é muito remota a possibilidade de sucesso até mesmo dos objetivos relativamente limitados, para não mencionar a solução duradoura das contradições de todas as quatro categorias em conjunto. **O mais provável é, ao contrário, continuarmos afundando cada vez mais na crise estrutural, mesmo que ocorram alguns sucessos conjunturais, como aqueles resultantes de uma relativa “reversão positiva”, no devido tempo, de determinantes meramente cíclicos da crise atual do capital** (MÉSZÁROS, 2011, p. 810).

É com esse embasamento que se levanta a possibilidade histórica da ofensiva socialista. Por isso, a estratégia socialista precisa ser recriada sob o terreno do novo momento histórico dirigido pela crise estrutural. Mézáros (2011) afirma que os desafios para a formulação dessa estratégia são enormes, mas precisam considerar algumas condições, como:

[...] A tarefa de desenvolver uma força suficientemente grande para desafiar com sucesso a força do capital em seu próprio terreno implicou, desde o início, a necessidade de construir sobre as fundações dadas, que mostram grande diversidade e conflito de interesses, determinados pela divisão social do trabalho herdada e pelas taxas diferenciais de exploração há muito tempo dominantes (MÉSZÁROS, 2011, p. 811).

Considerar a “grande diversidade e conflito de interesses” é a primeira condição que deve ser considerada. Isso implica na discussão sobre a unidade do movimento socialista. Para Mézáros (2011), essa unidade precisa se dar em sua pluralidade, sem jamais alterar seus princípios socialistas, uma vez que:

[...] hoje – talvez mais que nunca, em vista das experiências amargas do passado recente, e do não tão recente – não é mais possível conceber as formas imprescindíveis de *ação comum* sem uma articulação estratégica consciente de um *pluralismo socialista* que não só reconhece as diferenças

existentes, mas também a necessidade de uma adequada “divisão do trabalho” na estrutura geral de uma ofensiva socialista. Em oposição à falsa identificação da “unidade” como o único meio de patrocinar *princípios* socialistas (enquanto, na realidade, a perseguição irreal e a imposição de unidade trouxeram com elas as necessárias *concessões sobre princípios*), permanece válida a regra de Marx: não pode haver *barganha sobre princípios* (MÉSZÁROS, 2011, p. 812).

Contudo, Mézáros (2011) alerta que o inverso dessa regra também é válido, pois:

[...] a condição elementar para se realizar os princípios de uma transformação socialista (que, afinal de contas, envolve a totalidade dos “produtores associados” no empreendimento comum de mudar “de alto a baixo as condições da sua existência industrial e política e, por conseguinte, toda a sua maneira de ser”) é a produção de uma *consciência de massa* socialista na única forma possível de *ação comum* que se autodesenvolve. E a última, claro, só pode resultar dos componentes verdadeiramente *autônomos* e *coordenados* (não hierarquicamente comandados e manipulados) de um movimento *inerentemente pluralista* (MÉSZÁROS, 2011, p. 812).

Assim, por meio de uma unidade que considere o pluralismo socialista, em função das especificidades da situação da classe trabalhadora nos diferentes países, é que se pode elaborar a estratégia socialista para uma ofensiva global.

Além dessa condição – considerar o pluralismo socialista –, Mézáros (2011, p. 822) revela que, para “[...] as perspectivas da emancipação do trabalho, a importância da luta política e da crítica radical do Estado – inclusive de suas ‘instituições democráticas’, principalmente o Parlamento – nunca foi tão grande quanto na atual fase histórica [...]”. E Mézáros (2011, p. 822-823) complementa: “[...] como a angustiante situação de bilhões de pessoas se tornou dolorosamente óbvia, o sistema do capital, mesmo na sua forma mais avançada, esquece miseravelmente a espécie humana [...]”.

Assim, para Mézáros (2011):

A crise da política em todo o mundo, incluindo as democracias parlamentares dos países capitalistas mais avançados – que assume frequentemente a forma de uma compreensível amargura e de um resignado afastamento da atividade política das massas populares –, é parte integrante do agravamento da crise estrutural do sistema do capital [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 823).

Temos, dessa forma, mais um elemento do que se identificou ser um dos pilares de Mézáros para sua teoria da transição: um movimento socialista pluralista e que não tenha o parlamento como terreno de disputa. Está-se de total acordo com

a questão do parlamento, levantada por Mészáros. No entanto, considerar a “crise da política” como um dos fatores relacionados à crise do capital é o mesmo que considerar a política como parte da estrutura econômica da sociedade. Mészáros (2011) explica que:

O estreitamento da margem de acumulação lucrativa do capital afetou grandemente as perspectivas do movimento dos trabalhadores até mesmo na maioria dos países de capitalismo avançado. Não apenas piorou o padrão de vida da força de trabalho em emprego formal (para não mencionar as condições de milhões de pessoas desempregadas e subempregadas), mas, como mencionado na última seção, também reduziu as possibilidades da sua ação autodefensiva como resultado da legislação autoritária imposta às classes trabalhadoras pelos seus parlamentos supostamente democráticos (MÉSZÁROS, 2011, p. 824, grifo nosso).

Esse “estreitamento da margem de acumulação lucrativa do capital”, manifestação da crise estrutural, para Mészáros, expressa-se na condição de degradação da vida dos trabalhadores. A estratégia defensiva, que antes ofereceu ao movimento dos trabalhadores algumas vantagens, passa a ser uma possibilidade reduzida. Por isso, há necessidade de uma nova estratégia para uma nova realidade do gerenciamento do capital. Mészáros (2011) afirma:

[...] **toda atividade política parlamentar está condenada – tanto no governo como na oposição – à estabilização ou reestabilização do sistema do capital.** Por isso, já há muito tempo a linha-mestra das políticas parlamentares tem sido como *desproteger* o trabalho (não aberta e formalmente, mas em termos substantivos), de modo a anular os ganhos obtidos pela instrumentalidade dos partidos e sindicatos anteriores da classe trabalhadora [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 825-826, grifo nosso).

O autor húngaro é incisivo em sua crítica ao parlamento e suas representações partidárias, sejam elas do “governo” ou da oposição. No contexto da crise estrutural do sistema do capital, todas serão direcionadas contra os trabalhadores e em benefício do capital. Dessa forma, conforme Mészáros (2011):

O principal papel dos partidos social-democratas (sob uma variedade de nomes, incluindo os dos antigos partidos comunistas hoje rebatizados) limita-se atualmente à *entrega do trabalho ao capital* e a usar as pessoas como *forragem eleitoral* para os propósitos da legitimação espúria do *status quo* perpetuado sob o pretexto do processo eleitoral “aberto” e “plenamente democrático”. Esta acomodação parlamentar não crítica dos partidos da classe trabalhadora nem sempre ocorreu, muito embora sempre tenha sido extremamente problemática a “observância estrita dos procedimentos parlamentares” aos quais se esperava que eles se submetessem quando adentrassem a arena eleitoral [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 826).

A crise da política, portanto, é uma expressão da crise estrutural. Tem seu início a partir de 1970, alterando o conjunto de estratégias do movimento dos trabalhadores, que já eram problemáticas, e agora se tornam inviáveis.

Mészáros (2011) defende que a:

[...] crítica radical do sistema parlamentar não começou com Marx. Nós a encontramos expressa de forma poderosa, já no século XVIII, nos escritos de Rousseau. Partindo do pressuposto de que a soberania pertence ao povo e que, portanto, não pode ser legalmente alienada, Rousseau argumentou que, pelas mesmas razões, ela não pode ser transformada legitimamente em qualquer forma de abdicação representacional (MÉSZÁROS, 2011, p. 827).

É interessante que Mészáros relaciona a crise da política com a crise estrutural do sistema do capital. No entanto, este autor afirma que Rousseau, do século XVIII, foi quem já havia manifestado uma crítica poderosa do sistema parlamentar.

Mészáros (2011, p. 828) defende que Rousseau “[...] propôs uma forma de exercício de poder político e administrativo muito mais praticável do que a que lhe é atribuída, ou de que é acusado [...]”. Os socialistas, inclusive, teriam “adaptado adequadamente” os princípios da teoria de Rousseau. E Mészáros (2011) destaca:

[...] Contudo, a verdade é que, por um lado, o poder fundamental de tomar decisão nunca deveria ter sido divorciado das massas populares, como demonstrou conclusivamente a história de verdadeiro horror do sistema estatal soviético, administrado contra o povo pela burocracia stalinista em nome do socialismo da forma mais autoritária. Por outro lado, em todos os domínios do processo reprodutivo social, o cumprimento de funções administrativas e executivas específicas pode ser de fato *delegado* a membros da comunidade, contanto que seja realizado segundo regras definidas autonomamente e apropriadamente controladas em todas as fases da tomada de decisão substantiva pelos produtores associados (MÉSZÁROS, 2011, p. 828).

A partir do exposto, Mészáros (2011) retoma sua posição em defesa de Chávez:

[...] Com o aparecimento dos partidos populistas, o sufrágio foi convertido em uma ferramenta para adormecer o povo venezuelano com o fim de escravizá-lo em nome da democracia. Durante décadas os partidos populistas basearam o seu discurso em inumeráveis promessas paternalistas criadas para dissolver a consciência popular. As mentiras políticas alienantes pintaram uma “terra prometida” a ser alcançada através de um jardim de rosas. A única coisa que os venezuelanos teriam que fazer seria ir às urnas eleitorais e esperar que tudo fosse resolvido sem o mínimo esforço popular.

[...] Assim, o ato de votar foi transformado no começo e no fim da democracia (MÉSZÁROS, 2011, p. 829).

Com esse fundamento, Mézáros (2011) afirma que:

Entre todas as personalidades públicas, incluindo todos os setores da sociedade, o autor destas linhas é o segundo em estima popular na Venezuela (atrás apenas de Rafael Caldera) e se encontra bem acima de todos os políticos aspirantes nos partidos. Se quisesse, poderia ganhar facilmente eleições para altos cargos, o que refuta o argumento habitual segundo o qual as pessoas que só criticam o sistema político existente assim o fazem porque não podem satisfazer as árduas exigências das eleições democráticas. De fato Hugo Chávez, ao escrever o discurso acima (1993), rejeita, por razões muito diferentes, o “canto de sereia” dos formadores da opinião política, que tentam pacificar as pessoas dizendo que não há necessidade de se preocuparem com a crise porque falta pouco tempo para “as próximas eleições”. Ele assinala que, enquanto o conselho político habitual pede “um pouco mais de paciência” até que as eleições programadas se realizem em poucos meses, “a cada minuto centenas de crianças nascem na Venezuela com a saúde ameaçada por falta de comida e medicamentos, enquanto bilhões são roubados da riqueza nacional, sangrando o que ainda resta do país. Não há razão que justifique qualquer crédito a uma classe política que demonstrou à sociedade não ter a menor vontade de instituir qualquer mudança. Não há nenhuma razão para baixar a guarda e arrefecer as lutas populares até novo aviso. Em troca, temos muitas razões para seguir pressionando o acelerador da máquina que move a história”. Por esta razão, Chávez contrapõe ao sistema existente de representação parlamentar a ideia segundo a qual “o povo soberano deve se transformar no *objeto* e no *sujeito* do poder. Chegamos a um ponto de não retorno e não nos é permitido retroceder. Para os revolucionários esta opção não pode ser negociável” (MÉSZÁROS, 2011, p. 829-830).

E Mézáros (2011) complementa:

Se tais ideias podem ser transformadas em realidade ou deverão continuar sendo ideais utópicos é uma questão que não pode ser decidida nos limites da esfera política. Em si mesma, esta é uma necessidade de transformação radical que pressagia, desde o início, a perspectiva de “fenecimento do Estado”. Na Venezuela, o país em que até *90 por cento da população* se rebela pela abstenção eleitoral contra o absurdo do voto”, contra as práticas políticas tradicionais e o uso apologético legitimador ao qual é submetido o “sistema democrático eleitoral”, com a falsa pretensão de que o sistema está inquestionavelmente justificado pelo “mandato conferido pela maioria”, nenhuma condenação do vazio paternalismo parlamentar pode ser considerada excessiva. Nem se pode argumentar seriamente que a elevada participação eleitoral seja a prova de um consenso popular democrático realmente existente. Afinal de contas, em algumas democracias ocidentais o ato de votar é compulsório e não acrescenta mais valor legitimador que as formas mais extremas de abstencionismo abertamente crítico ou resignadamente pessimista [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 830).

Isso é o que marca, para Mézáros (2011), a diferença entre:

[...] a revolução socialista, que é socialista em sua *intenção* – como a Revolução de Outubro de 1917 –, e a “*revolução permanente*” de

transformação socialista efetiva. Sem a transferência progressiva e total da tomada de decisões reprodutivas e distributivas materiais aos produtores associados não pode haver esperança para os membros da comunidade pós-revolucionária de se transformarem em *sujeitos* do poder (MÉSZÁROS, 2011, p. 831).

Não é no sistema parlamentar e como expressa o posicionamento de Chávez, a partir da concepção de Mézszáros, mas na organização dos “produtores associados” como “sujeitos do poder” que se demarca a “revolução permanente”, efetivamente socialista.

Acontece que, em período posterior a essa análise de Mézszáros – publicada pela primeira vez em 1995 –, Chávez se candidata ao sistema parlamentar e vence as eleições. Foi presidente da Venezuela de 1999 a 2013. Como se observou na apresentação da obra de Mézszáros aqui analisada, escrita exclusivamente para a edição brasileira, o autor húngaro reafirma que Chávez é um dos exemplos, assim como o MST, que provam um sucesso significativo, limitado, mas avançado na luta contra o sistema do capital. Não é objetivo desta tese realizar uma análise do que foi o governo Chávez. Contudo, cabem as seguintes questões: tomando como pressuposto os escritos de Mézszáros sobre Chávez citados anteriormente, o que justificaria a candidatura de Chávez à presidência da Venezuela? Teria ele efetivado algum princípio socialista, tal como compreendido por Mézszáros, em seus anos de gestão? Em relação às limitações das instituições legislativas, Mézszáros (2011) afirma que:

[...] Num mundo de desemprego crônico, de constantes ataques até mesmo aos escassos vestígios do “Estado de bem-estar social” e do sistema de previdência social, vive-se sob a pressão de explorar tudo ao máximo, desde os recursos não renováveis até os avanços eticamente mais questionáveis feitos na biotecnologia e na informática, diretamente subordinados aos ditames da acumulação lucrativa do capital. Neste mundo, somente em sonho se poderia fazer oposição diametral a esses desenvolvimentos por meio dos bons ofícios de uma legislatura iluminada. Igualmente, seria milagre que um sistema de controle reprodutivo estruturalmente incapaz de planejar e impedir o impacto nocivo do seu próprio modo de operação pudesse codificar e respeitar, até mesmo no curtíssimo prazo, os direitos das *gerações futuras* em conflito com seus imperativos materiais. Naturalmente, essa circunstância não invalida o argumento do filósofo italiano¹⁴, para quem a esquerda deveria lutar de todas as maneiras possíveis para tornar as pessoas conscientes dos méritos de tais necessidades como parte da sua crítica à ordem social vigente. Mas isso coloca imediatamente em relevo as desesperadoras limitações das instituições legislativas disponíveis para solucionar os profundos problemas reprodutivo-materiais [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 832).

¹⁴ Aqui Mézszáros faz referência a Norberto Bobbio, a quem havia citado no início desta seção, 18.4.4, na página 831.

Além dessas limitações, o autor húngaro aponta o período em que o movimento dos trabalhadores caminhou para uma via reformista. Segundo Mészáros (2011), além de não contribuir com a luta política e sindical, esse movimento tornou-se um empecilho para a realização desta reforma:

A perda de sentido do movimento da classe trabalhadora ocorreu na última terça parte do século XIX, e suas consequências negativas se evidenciaram com o sucesso parlamentar – e a acomodação – dos partidos social-democratas e trabalhistas. Por si só, tal sucesso pode ser considerado uma vitória de Pirro por seu impacto, a longo prazo, sobre a causa da emancipação do trabalho. O preço pago foi o fatal enfraquecimento estrutural da potencialidade de luta do trabalho, causado pela aceitação das amarras parlamentares como a única forma legítima de contestar a dominação do capital. Em termos práticos, isso significou a divisão catastrófica do movimento nos denominados “*braço político*” e “*braço sindical*” do trabalho, com a ilusão de que o “*braço político*” poderia servir ou representar, codificando legislativamente, os interesses da classe trabalhadora organizada nas empresas industriais capitalistas pelos sindicatos de cada ramo do “*braço sindical*”. Mas, com o passar do tempo, tudo aconteceu exatamente ao contrário. O “*braço político*”, ao invés de fazer valer seu mandato político em estreita colaboração com o “*braço sindical*”, utilizou as regras do jogo parlamentar com a finalidade de subordinar os sindicatos a seu favor e das determinações políticas finais do capital, impostas através do Parlamento. Assim, em vez de reforçar politicamente a capacidade de luta do “*braço sindical*” em suas disputas com as empresas, o “*braço político*” – em nome de sua própria exclusividade política – confinou os sindicatos às “*disputas estritamente econômicas do trabalho*”. Dessa maneira, o que se supunha ser o “*braço político do trabalho*” terminou por desempenhar um papel crucial na ativa imposição ao trabalho – pela força da “*legislação parlamentar de representação*” – do interesse vital do capital: “*banir a ação sindical politicamente motivada*” como categoricamente inadmissível “*numa sociedade democrática*” (MÉSZÁROS, 2011, p. 833-834).

Em síntese, para Mészáros (2011):

[...] diante da dolorosa experiência histórica à qual o trabalho tem sido sujeito pelo fracasso dos partidos parlamentares tanto da Segunda como da Terceira Internacionais, **não é muito difícil perceber que não existe esperança de uma efetiva rearticulação do radicalismo socialista sem que se superem as contradições que necessariamente nascem da fracassada divisão entre o “*braço político*” e o “*braço sindical*” do trabalho**. Paradoxalmente, a separação e a compartimentalização reformistas dos “*dois braços*” do trabalho só podem resultar numa paralisante “*acefalia*” do movimento: ou seja, a mais ou menos consciente internalização da lógica do capital, tanto em termos do seu constrangimento material como também de seus princípios reguladores político-democráticos legislativamente protegidos. Isso porque a conformidade com as regras do sistema determina aprioristicamente em favor do capital o que pode e o que não pode ser “*racionalmente disputado e contestado*”, não apenas no domínio político, mas ainda mais em relação à viabilidade de questionar e desafiar a estrutura estabelecida do processo de reprodução social. Assim, como resultado da divisão sintonizada com essas regras, o “*braço político*” perde o

poder material por meio do qual o movimento dos trabalhadores poderia efetivamente opor-se à lógica do capital e à sua força de autoafirmação. Perde ainda o poder de lutar não apenas por concessões mínimas, que podem ser contidas e, se necessário, revertidas na moldura estrutural existente, mas pela instituição de uma ordem alternativa da reprodução social. Ao mesmo tempo, enquanto o “braço político” se tornou impotente por privar-se da força combativa material do trabalho produtivo – que é vitalmente importante para a continuação da reprodução do capital –, o “braço sindical” foi obrigado a abandonar inclusive a preocupação legítima não só com uma mudança estrutural maior, mas até mesmo com qualquer objetivo político. Ao contrário, foi constrangido a resignar-se com melhorias marginais. E mesmo a busca por tais melhorias marginais e parciais precisa ficar estritamente subordinada às mudanças *conjunturais* e às limitações das unidades *particulares* do capital com as quais as unidades locais do “braço sindical” são, por lei, autorizadas a entrar em “disputa econômica” (MÉSZÁROS, 2011, p. 835, grifo nosso).

A experiência do governo Chávez e a do MST, na concepção de Mézszáros, teriam se colocado em perspectivas opostas às aqui descritas. Isso, por si só, já leva para um debate que poderia ser respondido em algumas teses. O que interessa no presente estudo é destacar as formas consideradas pelo autor húngaro como expressões do movimento socialista de experiência significativamente vitoriosas — mesmo com suas limitações —, mas ainda insuficientes.

Para Mézszáros (2011, p. 836), o movimento socialista, portanto, precisa reconhecer sua derrota histórica com a utilização de estratégias que pretendiam: “[...] 1) ‘reformular o incontrolável’ e 2) ‘conquistar os mais altos postos de comando’ do sistema estabelecido, por meio da alavanca de um ‘poder inexistente’ [...]”. Mézszáros (2011, p. 836) afirma ainda que “[...] isso necessariamente se aplicou, *mutatis mutandis*, também às sociedades pós-revolucionárias ‘do socialismo realmente existente’ de tipo soviético [...]”.

Segundo Mézszáros (2011), isso aconteceu pois:

[...] As limitadas disputas políticas no Parlamento, estritamente reguladas por instrumentos e instituições da “violência legítima” que se apoiam na estrutura global de comando político do capital, não podem ser um *enfrentamento contra o capital*, mas entre alguns dos seus *componentes* mais ou menos diferenciados. Os membros do Parlamento que professam sua submissão quer aos variados interesses empresariais, quer às seções do trabalhismo reformista, de boa vontade se submetem aos constrangimentos necessários à definição de seus objetivos legislativos de acordo com as regras autobeneficentes do “Estado constitucional” do capital social global. Ao mesmo tempo, os representantes do trabalho que tentam manter uma postura crítica radical ou são mantidos fora do Parlamento ou são totalmente marginalizados no seu interior [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 836).

O parlamento, portanto, não pode atender às demandas dos trabalhadores para além dos limites contingenciados pelo próprio capital. É por essa razão que, no passado, em função da fase de expansão do capital, os trabalhadores puderam conquistar ganhos defensivos. Na fase atual, de agravamento da crise estrutural, isso se torna completamente inviável, como Mészáros (2011) explica:

No passado, as conquistas defensivas sempre estiveram estreitamente ligadas às fases de expansão do sistema do capital. Eram retiradas da margem de concessões de que dispunha o sistema, e que também podiam ser positivamente transformadas em vantagens para si próprio. Mesmo sob as mais favoráveis circunstâncias, elas não poderiam trazer a prometida realização “gradual” do socialismo. Devido à sua própria natureza, eram apenas *concessões conjunturais* realizadas sob condições favoráveis ao próprio capital e somente na qualidade de “glória reflexa” eram proveitosas também para o trabalho. Uma vez, porém, que a fase histórica das concessões expansionistas do capital ficou para trás, também a acompanha a capitulação total do trabalhismo reformista que testemunhamos nas últimas décadas. Sob as atuais condições, não apenas novos ganhos defensivos do trabalho estão fora de questão, como muitas das concessões do passado devem ser gradualmente extorquidas, dependendo este gradualismo apenas do potencial impacto desestabilizador na continuidade da autorreprodução do capital no caso de muitas serem retomadas num pequeno intervalo de tempo. É isto o que torna moderada a tendência à equalização da taxa diferencial de exploração nos países de capitalismo avançado, ao menos enquanto o capital social total dos países envolvidos tiver fôlego para compensar essas concessões por meio da dominação neocolonial sobre áreas do planeta que oferecem ao “capital metropolitano” graças à margem mais elevada de exploração praticável, uma margem de lucro bem mais alta. Contudo, mesmo esses fatores paliativos atuais deverão ser temporários e removidos com o desdobramento da crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2011, p. 844).

Isto posto, o autor húngaro faz dois destaques cruciais para o conjunto de seus argumentos. Primeiramente Mészáros (2011) argumenta que:

[...] a atualidade histórica da ofensiva socialista – dada a exaustão das concessões interesseiras que o capital podia fazer no passado a um movimento do trabalho defensivamente articulado – não significa que o sucesso esteja assegurado nem que sua realização esteja próxima. “*Histórica*”, aqui, significa, por um lado, que a necessidade de instituir algumas mudanças fundamentais na organização e a orientação do movimento socialista se apresentou na agenda histórica; e, de outro lado, que o processo em questão se desdobra sob a pressão de determinações históricas poderosas, empurrando a função social do trabalho na direção de uma ofensiva estratégica prolongada caso queira realizar não apenas os seus objetivos potencialmente globais, mas também seus objetivos mais limitados. O percurso à frente é provavelmente muito árduo e, certamente, não tem atalhos nem pode ser evitado (MÉSZÁROS, 2011, p. 858).

Em segundo lugar, Mészáros (2011) demonstra que:

Devemos também salientar que a negação prática materialmente efetiva das estruturas reprodutivas dominantes por meio de ação e organização extraparlamentar não implica a ausência de leis nem mesmo a rejeição apriorística do próprio Parlamento. Envolve, contudo, a contestação organizacionalmente sustentada dos limites cerceadores favoráveis ao capital, que as *tendenciosas* “regras do jogo” parlamentar impõem ao trabalho, como antagonista do capital. Naturalmente, mesmo numa genuína sociedade socialista do futuro, não se pode ignorar a questão da legislação nem agir como se fosse inexistente. O que decidirá a questão será a relação entre os produtores associados e as regras que eles definirão para si próprios graças a formas apropriadas de tomada de decisão [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 859).

Por essas razões, o movimento socialista precisa urgentemente de uma reorganização “extraparlamentar” em um sentido duplo. Segundo Mézszáros (2011):

[...] Em vez de auxiliar a reestabilizar o capital nas crises, como ocorreu em situações importantes do passado reformista, ele deve, por um lado, afirmar seus interesses estratégicos como alternativa sociometabólica pelo confronto e pela necessária negação, em termos práticos, das determinações estruturais da ordem estabelecida que se manifestam na relação-capital e na concomitante subordinação do trabalho no processo socioeconômico de reprodução material. Por outro lado, o poder político do capital dominante no Parlamento precisa e deve ser contestado por meio da pressão que as formas de ação extraparlamentar podem exercer sobre o Legislativo e o Executivo, como testemunhamos pelo impacto causado pelo movimento de “uma única questão” contra a taxação por cabeça, que desempenhou papel decisivo na queda de Margaret Thatcher do cimo da pirâmide política [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 859).

Desse modo, para Mézszáros, a rearticulação no movimento socialista entre “braço político” e “braço sindical” é indispensável durante o processo de reorganização da luta dos trabalhadores contra o capital, em um sentido de uma ofensiva que está aberta em possibilidade graças à crise estrutural do sistema do capital.

3.5 O SOCIALISMO E A DIVISÃO SOCIAL HIERÁRQUICA DO TRABALHO

Ainda na parte da principal obra de Mézszáros que diz respeito aos aspectos relacionados à crise estrutural do sistema do capital, o autor húngaro promove uma discussão que é de extrema importância, segundo seu ponto de vista, a qualquer pensador socialista: a divisão social hierárquica do trabalho. No capítulo 19 de sua obra magna, Mézszáros escreve sobre o sistema comunal e a lei do valor. Observe-se mais de perto, a seguir, como o autor húngaro encadeia seu conjunto teórico para discorrer sobre essa temática.

Mézszáros (2011) afirma que:

Considerando que o objetivo da emancipação socialista é a radical transcendência da divisão social hierárquica do trabalho, é muito importante saber até que ponto as formas transicionais de mediação material podem assumir efetivamente a tarefa de organizar a estrutura metabólica da sociedade pós-revolucionária. Pois a incapacidade de retomar o controle progressivo das forças que continuam a reproduzir os parâmetros estruturais iníquos do poder hierárquico de decisão gerado no passado condena o projeto socialista, no mínimo, à estagnação, quando não à involução e ao retrocesso. De fato, se é evidente que a divisão social do trabalho não pode ser simplesmente abolida por um ato de governo, não importa o quanto seja bem-intencionado, é igualmente verdade que, no sentido mais profundo, o padrão de avaliação das realizações socialistas continua a ser a contribuição que as medidas e políticas adotadas possam dar à constituição e à consolidação de um modo de controle social global e de autoadministração *substantivamente* democráticos (isto é, verdadeiramente não hierárquicos em seu modo de operação em todas as esferas). Assim, não se pode exagerar a importância estratégica do ponto de vista de um pensador socialista sobre a divisão do trabalho (MÉSZÁROS, 2011, p. 861).

Nesta tese, como se tem revelado ao longo da exposição sobre o universo categorial de Mézszáros, a crítica à sociedade soviética é um de seus principais objetivos em *Para além do capital*. Prova disso é que, mais uma vez, tem-se a discussão sobre a divisão social do trabalho relacionada aos aspectos experienciados pela antiga União Soviética. Como já se identificou nesta tese, Mézszáros considera Lukács como o autor síntese da experiência pós-capitalista de produção de capital. Agora, Mézszáros (2011) retoma Lukács para criticá-lo a partir do fundamento relacionado à divisão social do trabalho:

A este respeito encontramos em *História e consciência de classe* de Lukács uma mistura infeliz de elementos desiguais. Por um lado, permanece a influência weberiana sobre o filósofo húngaro, que atribui o impacto negativo da divisão social do trabalho à “racionalização”, à “abstração” e à “especialização” capitalistas [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 861).

Contudo, para Mézszáros (2001):

[...] um grau muito alto de especialização é perfeitamente compatível com uma imagem adequada do todo, desde que o praticante das habilidades em questão não seja violentamente separado do poder de tomada de decisão, sem o qual é inconcebível a participação significativa dos indivíduos sociais na constituição da totalidade [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 861).

O autor húngaro se contrapõe a Lukács sobre a questão da especialização como algo problemático na divisão social do trabalho. Mas é a forma de apresentar sua compreensão de “trabalho abstrato” que chama atenção. Para Mézszáros (2011):

[...] O que transforma o trabalho vivo em “trabalho abstrato”, sob o capitalismo, não é a *especialização* em si, **mas a rigidez e o desumanizante confinamento das funções dos especialistas em tarefas de execução inquestionável. Isto decorre justamente do fato de o trabalho em si ser radicalmente excluído da *propriedade*, com base na qual – e conforme cujos imperativos estruturais objetivos – se tomam as decisões fundamentais e se combinam em um todo as funções parciais múltiplas do corpo social** (MÉSZÁROS, 2011, p. 861-862).

Sob o capital, três são os aspectos inerentes ao “trabalho abstrato”, segundo Mézáros (2011, p. 862): i) “o desumanizante confinamento em tarefas de execução inquestionável”; ii) a relação de exclusão entre trabalho e propriedade; 3) a tomada de decisões. O “trabalho abstrato”, portanto, na concepção de Mézáros, está relacionado com as “tarefas de execução inquestionável” e, por isso, está situado na divisão social hierárquica do trabalho.

Os problemas na compreensão da divisão social do trabalho que Mézáros (2011) encontra em Lukács é assim sintetizado:

Há, assim, uma tensão interna insuperável na caracterização do problema feita por Lukács. Embora ele deixe clara sua atenção aos efeitos negativos e potencialmente perigosos da divisão social hierárquica do trabalho no modo real de funcionamento do próprio partido, ele reforça a sua justificativa para a manutenção da hierarquia acrescentando, à cláusula geral da “ação intencional”, o juízo altamente problemático e não substanciado segundo o qual “enquanto a luta se desdobra é *inevitável* que haja uma hierarquia” (MÉSZÁROS, 2011, p. 862).

As críticas que Mézáros realiza aos escritos de Lukács não estão confinadas aos textos da juventude deste autor, mas seguem por todas suas elaborações até sua maturidade, encontrando o que Mézáros considera como continuidades teóricas. É com esse método que Mézáros (2011, p. 862) retoma “[...] o livro do velho Lukács ‘O Presente e o futuro da democratização’ [...]” ao discutir os problemas postos na sociedade soviética após a:

[...] eliminação prática das estruturas e formas institucionais (por exemplo, os Conselhos de Trabalhadores) que tornariam possível às sociedades pós-revolucionárias tentar realisticamente a implementação da proposta original de superação da divisão do trabalho, por meio de uma reavaliação teórica da experiência histórica que auxiliasse a superar a penosa herança do passado, a própria ideia dessa proposta se torna mais e mais abstrata, a ponto de fenecer completamente (MÉSZÁROS, 2011, p. 862).

Para Mézáros (2011), essa obra de Lukács:

[...] reproduz, na forma de uma aguda contradição, a mesma tensão que já se manifesta nos últimos ensaios de *História e consciência de classe*. Naquele trabalho de 1968, por um lado, o autor reafirma a sua convicção positiva da validade do passado histórico dos Conselhos de Trabalhadores (apesar da afirmação simultânea e repetida de pessimismo quanto ao período histórico que se descortina, no qual ele não vê qualquer possibilidade de reaparição de um “movimento de massa espontâneo” que corresponda a esta forma de autoadministração, desconsiderando os “entusiastas sonhadores” que advogavam o contrário). Por outro lado, ele abandona completamente a ideia de superar a divisão de trabalho (ou seja, segundo Lukács, mesmo que de alguma maneira reaparecessem, os Conselhos de Trabalhadores não fariam qualquer diferença) (MÉSZÁROS, 2011, p. 862-863).

E Mészáros (2011) complementa:

Para justificar a mudança de posição quanto a esta importante questão, Lukács alega, sem apresentar a mínima evidência em apoio desta alegação que o velho Marx – “em contraste com suas visões da juventude, nas quais a própria divisão do trabalho aparece como um princípio que deve ser transcendido no comunismo” – só está interessado em podar os “efeitos opressivos” da divisão do trabalho. Contudo, Marx, até o fim de sua vida, permanece convicto de que a opressão exercida pela divisão do trabalho é absoluta e não pode ser eliminada pela poda de seus efeitos. **Ironicamente, portanto, Lukács, que tantas vezes se opôs às fábulas da moda, enfatizando justamente a continuidade fundamental entre “o jovem Marx” e “o Marx maduro”, termina, por razões exclusivamente suas, por reproduzi-las** (MÉSZÁROS, 2011, p. 863, grifo nosso).

De fato, para Mészáros, coerente com sua concepção, a crítica à sociedade soviética pós-capitalista de produção de capital passa pela crítica arrasadora de Lukács, o autor que é considerado por Mészáros como síntese desse movimento histórico. Dessa forma, como já se apontou nesta tese, a principal crítica de Mészáros a Lukács se localiza na definição de Lukács como um autor preso ao plano subjetivo, que desconsiderava a análise das condições objetivas. Nas palavras de Mészáros (2011):

A única coisa que torna inteligível (mas de modo algum justificável) o uso desses argumentos peculiares é que, **na ausência de uma análise historicamente concreta das condições objetivas e das contradições prevaletentes tanto na base socioeconômica como na estrutura política das sociedades pós-capitalistas, Lukács pôde novamente concentrar o fogo da sua crítica no “fator subjetivo defeituoso”**. E é característico que o autor de *O presente e o futuro da democratização* não proponha a retificação dos defeitos assim diagnosticados por meio de um ataque consciente e contínuo contra a divisão social hierárquica injusta do trabalho, realizável pela articulação das mediações materiais apropriadas com as garantias institucionais. Enquanto acusa de “sonhadores entusiastas” os que defendem fins muito mais modestos e objetivamente muito mais viáveis, **Lukács espera que os indivíduos ouçam o seu apelo à consciência de**

que “pertencem à espécie” e a vaga noção de uma “vida cotidiana reformada” destes mesmos indivíduos (MÉSZÁROS, 2011, p. 864, grifos nossos).

De acordo com Mézáros (2011, p. 864), a proposição teórica de Lukács “[...] trata de forma fetichista os conceitos de tecnologia e ‘instrumentalidade pura’ [...] por considerar que existe um livre intercâmbio entre as fábricas criadas para finalidades capitalistas e socialistas”. É como se, para Lukács, a produção pudesse funcionar tranquilamente sob uma base material “neutra”. Por essa razão, Mézáros (2011) afirma que:

O postulado teórico de Lukács, que afirma a livre intercambialidade das fábricas construídas para propósitos capitalistas e socialistas, cuja produção funcione sem problemas numa base materialmente “neutra”, trata de forma fetichista os conceitos de tecnologia e “instrumentalidade pura” [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 864).

Segundo a posição do autor húngaro, torna-se um problema a utilização de elementos constituídos sob o capitalismo com um controle socialista. Na verdade, para Mézáros (2011), isso se torna uma impossibilidade, uma vez que:

[...] os limites da neutralidade instrumental em relação aos instrumentos particulares de trabalho são decididos pela sua capacidade ou não de se tornarem partes constitutivas de um sistema global coerente. Isto mostra quanta atenção ainda se deve prestar às determinações e aos limites no caso da fábrica capitalista, na medida em que esta não é um instrumento isolado, mas um *sistema* poderoso (um verdadeiro “microcosmo”), baseado no “despotismo do lugar de trabalho” (sua estrutura de comando hierárquica interna), em sua conexão orgânica com a “tirania do mercado” que une e integra as unidades produtivas particulares no interior do “macrocosmo” totalizante da estrutura reguladora capitalista (MÉSZÁROS, 2011, p. 865).

Tudo está conectado, e não há a possibilidade, de acordo com o autor húngaro, de controlar de forma socialista algo que tenha sido criado na totalidade capitalista. Isso justifica, para Mézáros (2011), que:

[...] as dificuldades e os fracassos dos sistemas socioeconômicos pós-capitalistas não são o resultado inevitável da “complexidade” *em si*, o argumento favorito de todos os que gostam de usar o arsenal de clichês weberianos para “provar” a impossibilidade de se instituir *a priori* relações produtivas verdadeiramente socialistas. As dificuldades e os fracassos são a consequência necessária da relação estrutural *conflitante* entre produção e controle, produtores “indisciplinados” e administração “socialista”. A “complexidade”, portanto, longe de ser *a priori* “inevitável”, é produzida diretamente pelas contradições internas da organização e do controle pós-revolucionário das funções produtivas (e reprodutivas) da sociedade sob as

circunstâncias históricas prevalecentes. Junto com o peso do passado, esta nova forma de relação estrutural antagônica entre produção e controle *cria* – no âmago do sociometabolismo fundamental das sociedades pós-capitalistas – não uma “inevitável complexidade”, mas uma *complexidade incontrolável* (MÉSZÁROS, 2011, p.866).

Contudo, lembra-se que, para Mézszáros, a sociedade soviética, e qualquer outro processo revolucionário, não tinha chances de vitórias socialistas em um contexto em que o capital ainda não estava marcado por sua crise estrutural.

Portanto, na concepção de Mézszáros, esses fracassos e dificuldades não podem ser resolvidos, tal como havia proposto Lukács, por meio de um “apelo moralista [...] ao senso de responsabilidade dos indivíduos [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 865). Assim, para Mézszáros (2011, p. 865), isso “[...] não representa solução para esses problemas [...] De modos distintos e com base em motivações igualmente muito diferentes, todos eles, em vez de enfrentar as causas, operam no plano das consequências”.

Há aqui mais um elemento do que é um dos pilares da compreensão de Mézszáros acerca da transição: a impossibilidade do controle socialista, de bases científicas e tecnológicas, de instrumentos criados sob o capitalismo. De fato, isso é muito interessante quando relacionado ao conjunto dos escritos de Mézszáros sobre transição, aspecto que se abordará na análise crítica desta tese, haja vista que, pelo que se observou até o momento, para o autor húngaro, uma transição socialista precisa acabar imediatamente com todos os elementos das mediações de segunda ordem, base do que ele considera ser a estrutura do capital. Em outras palavras, deve passar do capitalismo ao comunismo.

Além disso, identificou-se que as críticas que Mézszáros realiza aos escritos de Lukács se aprofundam ainda mais. Já se demonstrou, no capítulo dois desta tese, que Mézszáros considera Lukács como o autor síntese da sociedade do capital de tipo pós-capitalista e que sua análise não considera uma obra isolada de Lukács, mas os escritos da juventude até a maturidade deste autor. Mostrou-se também que, para Mézszáros, Lukács pinta um quadro cor-de-rosa da realidade que deveria ser enfrentada pelo movimento socialista e é ingênuo e moralista em suas perspectivas. E o ponto central, que Lukács teria ficado no plano da consciência, deixando de lado a análise a partir da base material de produção de capital sob a qual estava inserida a sociedade soviética.

Agora, observou-se como Mészáros elabora sua crítica ao fato de Lukács incorrer em apelos moralistas aos problemas relacionados à divisão social hierárquica do trabalho e ao controle socialista de elementos construídos no capitalismo.

Contudo, suas críticas não param por aqui: Mészáros é obstinado a destacar os aspectos problemáticos das teorizações de Lukács. Fazendo isso, em sua concepção, o autor húngaro desmonta a forma insuficiente das sociedades que superaram o capitalismo mas não o capital. Por essa razão, Mészáros coteja os escritos de Lukács com o que considera ser a lei do valor em Marx. Para Mészáros, a compreensão de Lukács sobre a lei do valor em Marx é o “[...] auge de seu distanciamento da concepção marxiana [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 866-867).

Mas por que Mészáros recorrerá aos escritos de Marx para apontar os problemas de interpretação de Lukács? Como se tem identificado nesta tese, Mészáros dispensa o universo categorial marxiano por considerar sua insuficiência para a análise do sistema do capital plenamente desenvolvido. Todavia, assume o “espírito da obra de Marx”, o que implica uma abordagem radicalmente crítica e radicalmente revolucionária. Afinal de contas, para Mészáros, Marx foi o primeiro – e um dos poucos –, que analisaram a sociedade do capital a partir do ponto de vista do trabalho, contrapondo-se aos teóricos da burguesia. Contudo, como se tem observado, Marx assim o faz em uma fase incipiente do sistema do capital. Há, portanto, insuficiências em suas proposições e incompletudes nos seus escritos.

É com esse fio condutor que Mészáros apresenta sua análise dos escritos de Lukács a respeito da divisão do trabalho relacionada à lei do valor de Marx no item 19.2 de sua obra, intitulado “A lei do valor sob diferentes sistemas sociais”. Essa formulação é, de saída, uma crítica à compreensão de Lukács, como se verá na concepção de Mészáros. Perceba-se como o autor húngaro conduz essa discussão para fundamentar sua crítica a Lukács e como se delineaia sua própria definição sobre a lei do valor em Marx.

Mészáros (2011) apresenta o contexto a ser analisado:

[...] Lukács cita a respeito uma passagem de *O capital* de Marx omitindo uma limitação muito importante. Nesta passagem, Marx, de fato, escreveu: ‘Só para fazer um paralelo com a produção de mercadorias, pressupomos que a parte de cada produtor nos meios de subsistência seja determinada pelo seu tempo de trabalho’ [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 867).

Assim, Mészáros (2011) realiza sua análise:

Lukács transforma o *paralelo* proposto por Marx em lei universalmente válida e permanente, característica de “todos os modos de produção”, inclusive *da fase mais elevada* da sociedade comunista. Isto é absolutamente injustificável, porque o “paralelo” de Marx é oferecido como mera ilustração de *um aspecto* do problema, a saber, aquele diretamente relacionado ao “fetichismo da mercadoria”. Suas reflexões sobre essa questão visam demonstrar a “*transparência*” e a “*inteligibilidade*” direta do caráter social da produção e distribuição no socialismo, em oposição diametral ao sistema capitalista, que “vela” e falseia de forma fetichista “o caráter social do trabalho privado e as relações sociais entre os produtores individuais”. Ao mesmo tempo, Marx oferece este paralelo limitado à produção de mercadorias na sociedade capitalista referindo-se às *quantidades* de tempo de trabalho em parte porque esse é o único idioma entendido pela economia política burguesa, em parte porque o modo quantitativo de medir o direito dos indivíduos sobre suas partes no produto social permanece pertinente na sociedade de transição, mas definitivamente não numa fase mais avançada do socialismo, como depreendemos das referências de Marx ao princípio que determina “a cada um de acordo com as suas necessidades”, expresso em *A crítica ao Programa de Gotha* (MÉSZÁROS, 2011, p. 867).

Mészáros (2011, p. 867) critica a alegação de Lukács de que há uma “[...] permanência a-histórica da lei do valor [...]”. O autor húngaro retoma Marx dos *Grundrisse* para fundamentar sua posição contrária a Lukács e demonstrar os equívocos deste autor com relação à sua interpretação de Marx. Segundo Mészáros (2011):

[...] a troca de trabalho vivo por trabalho objetivado – isto é, a colocação do trabalho social sob a forma da contradição entre capital e trabalho assalariado – é o desenvolvimento *último* da *relação-valor* e da produção que se apoia no valor. Sua pressuposição é – e permanece – a massa de tempo de trabalho direto, a quantidade de trabalho empregada, como fator determinante na produção de riqueza. Mas, à medida que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza real depende cada vez menos do tempo de trabalho e da quantidade de trabalho empregada que do poder das forças postas em movimento durante o tempo de trabalho cuja “poderosa efetividade” está, ela própria, por sua vez, fora de toda a proporção com o tempo de trabalho diretamente gasto na sua produção, mas antes depende do estado geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação desta ciência na produção. ... Assim que o trabalho na forma direta deixa de ser a grande fonte da riqueza, o *tempo de trabalho deixa e tem que deixar de ser, sua medida*, e conseqüentemente o valor de troca tem que deixar de ser a medida do valor de uso (MARX apud MÉSZÁROS, 2011, p. 867).

Com essa fundamentação, Mészáros (2011) expõe que:

[...] **podemos realmente compreender as conseqüências de longo alcance que advêm de uma teoria e de uma estratégia socialistas construídas com base na aceitação não crítica da ideia do “socialismo em um só país”**. Mais ainda do que isso, de uma teoria conscientemente desenvolvida por seu autor como o necessário fundamento de todas as outras dimensões do conhecimento e da prática sociais: **uma ontologia do ser social** (MÉSZÁROS, 2011, p. 868).

Esses equívocos de Lukács, de acordo com Mészáros, têm base em sua posição acrítica diante da sociedade pós-capitalista de produção de capital. Seus desdobramentos, portanto, são identificados pelos problemas na teoria de Lukács em sua totalidade.

Para Mészáros (2011), os equívocos e limites da teoria de Lukács não se justificam pelo contexto stalinista, pois:

[...] é importante considerar que não foi somente durante a vigência do poder de Stalin, quando os dissidentes frequentemente pagavam com suas próprias vidas pela temeridade de divergir, que Lukács perseguiu essa problemática linha de argumentação. **Na verdade, ele insiste até mesmo no seu livro abertamente antistalinista, *Democratização*, que “só se pode duvidar do caráter *objetivamente socialista* do socialismo realmente existente do ponto de vista da *estupidez e das mentiras burguesas*”, razão pela qual suas ideias trazem consigo a necessidade de velar algumas linhas de demarcação vitais** (MÉSZÁROS, 2011, p. 868).

A problemática linha de argumentação em Lukács que Mészáros aponta diz respeito à defesa do socialismo em um país só, no caso a defesa do socialismo na sociedade soviética. Algo inadmissível, segundo a posição de Mészáros (2011, p. 870), pois isso traz como desdobramento algo extremamente problemático: “[...] a própria ideia de socialismo, e totalmente irreal a possibilidade de se alcançar sua fase avançada”.

Além disso, Mészáros esclarece mais uma vez que sua análise não se limita aos escritos da juventude de Lukács. Ao contrário, Mészáros acompanha o próprio processo de autocrítica e do salto qualitativo de Lukács em sua obra “Ontologia do ser social”. Contudo, a crítica à sociedade soviética não deixa espaço para qualquer justificativa que tente defender Lukács, já que este é expressão teórica daquele período.

Com relação à obra “Ontologia do ser social”, de Lukács, Mészáros (2011) escreve:

Voltemos a uma passagem significativa de *Ontologia do ser social* de Lukács para ver a diferença entre as suas ideias e as de Marx acerca desse tópico. A linha de argumentação de Lukács tende a eliminar a distinção qualitativa feita por Marx entre produção *social* e *comunal* (sendo esta “*gemeinschaftliche*” ou “*não social post festum*”*) e a subsumir a última à primeira. Em outras palavras, a abordagem de Lukács é caracterizada por uma tendência a subsumir o sistema comunal à forma de produção social que permanece sempre sujeita e dominada pelos limites da relação-valor. **Esta não é simplesmente uma imprecisão conceitual ou um deslize acidental na teoria de Lukács. Ele deve assim proceder para fundamentar o papel**

designado às “posições teleológicas individuais” orientadas pelo valor em todas as condições e circunstâncias históricas. Esse procedimento se observa não só na *Ontologia do ser social* mas em todos os seus escritos intimamente relacionados à *ontologia*, como, por exemplo, seu estudo sobre a *Democratização* (MÉSZÁROS, 2011, p. 870, grifo nosso).

É sob essa condição que Mészáros assumirá o referencial marxiano para se contrapor a Lukács, apontando o que o autor húngaro considera ser uma “[...] divergência de Lukács com a concepção marxiana [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 871). Mészáros demonstra, inclusive, equívocos de Lukács com relação à teorização de Marx no que tange ao debate sobre uma sociedade comunal. Segundo Mészáros (2011, p. 874), “realmente, é quase incompreensível que Lukács, normalmente muito atento às especificidades históricas encontradas, prossiga nessa linha a-histórica de raciocínio sobre esse conjunto de questões [...]”, ainda mais por essas questões já terem sido explicadas por Marx nos *Grundrisse*, conforme Mészáros.

É importante destacar que a intenção das críticas de Mészáros a Lukács está para além de uma questão teórica, mas tem sua centralidade nos desdobramentos que essa teoria assume para a elaboração de uma estratégia revolucionária. Isso é de fundamental importância, uma vez que este trabalho se encontra nessa mesma direção ao analisar os escritos do autor de *Para além do capital*. Mészáros (2011) afirma que:

Naturalmente, essa não é uma simples questão de interesse teórico abstrato. Pelo contrário, o que de fato interessa é o princípio prático orientador vital das estratégias que apontam para uma reestruturação radical do processo de trabalho estabelecido e sua relação de troca. Em jogo estão as formas necessárias de *mediação*, formas pelas quais a divisão estrutural hierárquica do trabalho poderia dar lugar ao modo *diretamente social* de produção da “nova forma histórica”. Em outras palavras, esse modo deve fixar os *parâmetros* e a *direção* que, segundo Marx, “ao invés de uma divisão do trabalho” (cujos imperativos materiais são impostos sem cerimônia sobre os sujeitos trabalhadores particulares), permitiriam a integração da atividade de vida conscientemente autocontrolada dos indivíduos sociais em um todo produtivamente viável e humanamente satisfatório (MÉSZÁROS, 2011, p. 875).

Há, para Mészáros (2011, p. 875), uma séria “[...] interpretação equivocada” que Lukács faz de Marx. Isso é o que confere a Lukács uma posição acrítica com relação à sociedade soviética, assumindo uma perspectiva do capital pós-capitalista. Contudo, segundo Mészáros (2011):

[...] os pontos de referência e os princípios orientadores marxianos em questão precisam ser traduzidos em termos de *estratégias mediadoras* historicamente específicas – portanto, necessariamente cambiantes –, em qualquer conjuntura de desenvolvimento socioeconômico e político-cultural. Mas, precisamente porque sua própria natureza está inscrita apenas numa perspectiva geral mais ampla de transformação, sua validade não pode estar atada a uma conjuntura sócio-histórica limitada [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 876).

Em outras palavras, mesmo utilizando Marx para se contrapor à perspectiva de Lukács, Mézáros entende que os princípios postulados por Marx necessitam de uma ressignificação frente ao novo quadro do capital plenamente desenvolvido. É necessário, sob a crise estrutural do sistema do capital, traçar os novos horizontes de ataque para o movimento socialista, impossíveis de serem colocados em prática antes da crise estrutural do sistema do capital.

Assim, Mézáros (2011) segue na crítica à totalidade dos escritos de Lukács, considerando que é:

[...] notável contraste entre os postulados gerais e projeções de Lukács, explicitados sob a forma de imperativos morais, tanto em *História e consciência de classe* como na *Ontologia do ser social*, e a caracterização que, nos *Grundrisse*, Marx faz da forma comunal de existência. Paradoxalmente, com o passar do tempo Lukács involui a esse respeito, na medida em que o caráter de imperativo moral se torna mais abstrato nos seus últimos trabalhos do que em *História e consciência de classe*. Como vimos anteriormente, na juventude, as questões relativas à missão histórica do proletariado e à realização da “personalidade total” do indivíduo são institucionalmente concretizadas por meio de soluções práticas no interior da estrutura pela realização da “missão moral” do partido. Em seu último trabalho, os mesmos postulados morais imperativos se apresentam sem qualquer corporificação histórica concreta (MÉSZÁROS, 2011, p. 877).

O eixo principal dos equívocos que Mézáros apresenta de Lukács com relação a Marx está centrado na “[...] viabilidade histórica do sistema comunal [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 881). Mézáros (2011) explica:

Assim, de acordo com Marx, o “socialismo em um só país” é uma impossibilidade; também não é possível estabelecer uma ordem socialista sem que se supere a privação, a carência e a escassez por um sistema socioeconômico altamente produtivo, capaz de satisfazer as necessidades de *todos* os seus membros [...] Porém, é absolutamente inconcebível superar a escassez – e todo aquele imundo “negócio antigo” que a acompanha – dentro dos limites da lei do valor e a correspondente predominância da quantidade. Sem a adoção consciente da qualidade, no sentido dado por Marx, como a medida capaz de fixar limites significativos, tudo resultaria em nada mais que uma busca potencialmente mais perdulária de riqueza e o progresso irreversível para a “nova forma histórica” apenas seria projetado como um sonho (MÉSZÁROS, 2011, p. 894).

Isso é um dos elementos que faz Mészáros identificar Lukács como autor síntese da sociedade do capital pós-capitalista. Limitando-se a estudar os fundamentos do ser social indeterminado historicamente – e tendo uma postura acrítica à sociedade soviética –, Lukács precisa, necessariamente, assumir uma posição de generalização do valor em todo o tipo de relação social. Cabe destacar que Mészáros não oferece uma explicação de sua compreensão sobre valor, mas oferece indicações de que o “tempo de trabalho” tem centralidade nesse aspecto.

3.6 MÉSZÁROS E A TEORIA DA TRANSIÇÃO

Mészáros, no último capítulo da parte três de *Para além do capital, rumo a uma teoria de transição* - discorre sobre *A linha de menor resistência e a alternativa socialista*. Somente agora o autor húngaro apresentará, com maior precisão, os elementos centrais de sua teoria da transição. Esse capítulo é assim dividido: 1) Mito e realidade do mercado; 2) Para além do capital: o objetivo real da transformação socialista; 3) Para além da economia dirigida: o significado de contabilidade socialista; 4) Para além das ilusões da mercadização: o papel dos incentivos em um sistema genuinamente planejado; 5) Para além do impasse conflitante: da irresponsabilidade institucionalizada à democrática tomada de decisão por baixo.

Esse é o capítulo que encerra a constituição do universo categorial de Mészáros na referida obra. Ainda há uma parte IV, que não será objeto de estudo da presente tese, isso porque, de acordo com o próprio autor, essa parte se constitui como “ensaios sobre questões afins” (MÉSZÁROS, 2011, p. 50). Dessa forma, o núcleo duro da teorização de Mészáros se encerra na parte III, sobre a crise estrutural do sistema do capital.

Para fundamentar sua teoria da transição, Mészáros inicia com mais críticas à sociedade soviética. A esperança que havia na vitória certa do socialismo, durante boa parte do século XX, foi a manifestação de uma análise equivocada da realidade, na perspectiva apontada por Mészáros (2011):

Por muito tempo – mas especialmente durante a década seguinte à Segunda Guerra Mundial –, a esquerda comunista considerava que, depois da “vitória do socialismo” na maior parte do mundo, todos certamente viveríamos em uma ordem socialista irreversível. Esta visão representava um terrível empobrecimento do projeto marxiano, pois o que se entendia por “vitória do

socialismo” era apenas a *derrubada política do capitalismo*, nos moldes da Revolução Russa. A versão mais macabra e grotesca desse reducionismo voluntarista está expressa na já mencionada projeção insana feita pelo preferido de Stalin para sua sucessão, Malenkov, segundo o qual, “após a Terceira Guerra Mundial”, conforme o que aconteceu depois da Primeira e da Segunda, as pessoas do mundo inteiro pertenceriam ao “campo socialista”. A “inevitabilidade histórica” que supostamente assim se desdobraria deveria assinalar o começo de uma fase superior do desenvolvimento histórico, saudada como tal pelas personificações do capital pós-capitalista, completamente cegos para o fato de que, na verdade, nas circunstâncias projetadas, nada restaria sequer para acender a fogueira de um acampamento pré-histórico (MÉSZÁROS, 2011, p. 896).

A linha de menor resistência é, portanto, a compreensão de Mézszáros acerca das tentativas revolucionárias que se colocaram na ordem de acabar com o capitalismo, e não com o capital. Isso impôs toda uma série de limites à estratégia socialista. Mézszáros (2011) afirma:

[...] A acomodação dos representantes do trabalho à *linha de menor resistência*, que historicamente experimentamos com grande custo para o movimento socialista, é inseparável dessa perversa determinação *sistêmica* e da margem de ação transformadora. Este é o ponto a ser desafiado, se houver qualquer esperança de sucesso na rota originalmente divisada para a emancipação socialista. Ou seja, à luz das decepções históricas do século XX, seguir a linha de menor resistência só pode resultar na revitalização do capital em crise e na autoparalisia de sua alternativa histórica (MÉSZÁROS, 2011, p. 896).

Essa linha de menor resistência, a que não enfrenta o capital diretamente, foi o caminho escolhido, com suas diferenças internas, tanto pela social-democracia como pelos pós-capitalistas. Mézszáros (2011) considera ambas as estratégias como formas diferentes de serem reformistas:

De modos distintos, mas complementares, tanto os partidos social-democratas/reformistas como os stalinistas – inclusive os “desestalinizados” – do movimento dos trabalhadores seguiram a linha de menor resistência, provocando um colapso igualmente desastroso na sua esfera de atuação, mesmo em seus próprios termos de referência. As raízes desse fracasso histórico são comuns, na medida em que a orientação estratégica de ambas as alas do movimento dos trabalhadores não desafiou as determinações sistêmicas do modo de controle sociometabólico do capital. O reformismo social-democrata falhou porque quis reformar o capitalismo aceitando acriticamente seus limites estruturais. Assim, de um modo autocontraditório, ele pretendeu instituir uma transformação reformista no capitalismo, cuja intenção, no princípio, era transformá-lo, com o tempo, em socialismo, sem mudar sua substância capitalista. Igualmente, o sistema socioeconômico pós-revolucionário, como vimos anteriormente, permaneceu prisioneiro das amarras estruturais alienantes do capital em si, embora tivesse instituído um modo pós-capitalista de extrair o trabalho excedente a uma taxa imposta por meios políticos diretos, criando um novo tipo de imposição do imperativo-de-

tempo, que serve ao sistema do capital em todas as suas formas historicamente viáveis [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 897).

Ou seja, para Mézáros, não houve na história nenhuma alternativa realmente revolucionária na direção do socialismo. Isso se deve às falhas estratégicas das formulações que foram realizadas tanto pelos sociais-democratas como pelos pós-capitalistas. Contudo, e o mais importante, não se pode deixar de lembrar que, para o autor húngaro, as condições objetivas para uma revolução socialista se abrem apenas após o triunfo da sociedade do capital plenamente desenvolvido, com a crise estrutural do sistema do capital. Com essa compreensão, por mais revolucionária que fossem as estratégias formuladas pelo movimento socialista ao longo dos anos, esta jamais seria capaz de romper com as amarras do capital, isso porque, com o capital em expansão, as contradições poderiam ser deslocadas por meio da expansão territorial. Não haviam chegado ainda aos limites últimos do capital segundo Mézáros (2011):

Contudo, esta situação não pode ser considerada o fim da jornada. A capitulação dos partidos tradicionais da esquerda – que seguiram o beco sem saída da linha de menor resistência durante a maior parte das suas existências – não resolveu uma única contradição do sistema do capital. Pelo contrário, a acomodação cada vez mais comprometedor e a capitulação final, não só do reformismo trabalhista, mas também dos partidos políticos outrora radicais, são a manifestação do aprofundamento das contradições do sistema. Estas contradições reduziram progressivamente e finalmente eliminaram – no interesse da preservação do modo de controle do capital sob as condições da crise estrutural do sistema – a margem de oposição e a conquista de ganhos, ainda que limitados, para o trabalho [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 897).

Como se demonstrou ao longo desta tese, em especial na primeira parte deste capítulo, o movimento socialista optou por uma estratégia defensiva, uma vez que conquistas pontuais eram possíveis no interior do próprio capital em ascensão. Agora, com a crise estrutural e os limites absolutos de expansão do capital, tais estratégias se tornam impossíveis, sendo necessário uma formulação ofensiva para a derrubada do capital. E de que forma isso poderia ser feito? Observe-se, conforme Mézáros (2011), que:

[...] no momento em que os partidos políticos tradicionais do movimento dos trabalhadores dão as costas ao seu próprio passado e defendem claramente a ordem vigente, a ativação dos limites absolutos do capital ameaça a própria sobrevivência da humanidade. Obviamente, isto torna muito difícil o projeto de emancipação socialista, na medida em que a resistência consciente da

classe formada pelas personificações do capital contra todas as tentativas de introduzir mudanças significativas, fortalecida pela inércia assustadora da própria ordem sociorreprodutiva estabelecida, é muito agravada pela urgência no tempo e pelas catastróficas perspectivas do futuro, a menos que as forças destrutivas sejam enfrentadas com sucesso. Neste sentido, o único ponto a ser considerado garantido com relação a um futuro não muito distante é que a necessidade da investidura de uma alternativa socialista em escala global há de surgir em circunstâncias históricas muito dolorosas, quando o modo de controle sociometabólico do capital já não puder mais cumprir as suas funções reprodutivas primárias (MÉSZÁROS, 2011, p. 898).

A crise estrutural do capital, como já se apontou anteriormente, encontra correspondência com a crise da humanidade. Ou seja, as “circunstâncias históricas muito dolorosas” significam, entre outros aspectos, um contexto de miséria para a humanidade como nunca se viveu. É sob essa conjuntura catastrófica que a “alternativa socialista em escala global há de surgir” e, dessa forma, nas palavras de Mézáros (2011, p. 898), “[...] o desafio vislumbrado para os socialistas deverá se apresentar como a necessidade de juntar os pedaços e construir uma nova ordem sociometabólica viável a partir das ruínas da velha [...]”.

Assim, o momento que surge a partir de 1970 é realmente o que oferece condições revolucionárias para o movimento socialista. Condições essas que não eram possíveis nos anos anteriores, conforme Mézáros (2011):

[...] o que realmente decide estas questões é a *dinâmica interna de desenvolvimento* que envolve todo o sistema do capital e que, no último terço do século XIX, deu-lhe uma sobrevida tal que estendeu por um século sua viabilidade reprodutiva, até o início da crise estrutural do sistema. Porém, essas condições, no que se refere à ordem global do capital, mudaram fundamentalmente para pior. Ou seja, a dinâmica interna favorável do desenvolvimento anterior tornou-se insustentável precisamente por causa da premissa objetiva necessária desse modo de controle sociometabólico perdulariamente orientado-para-a-expansão e dirigido-à-acumulação. E, no longo prazo, este defeito da *dinâmica interna* não pode ser compensado *pelos dispositivos corretivos externos* da macaque teórica e suas práticas correspondentes (MÉSZÁROS, 2011, p. 898).

É por isso que, para o autor húngaro, não resta nenhuma dúvida sobre a gravidade da crise estrutural do sistema do capital para a sobrevivência da humanidade. Assim, a alternativa socialista “[...] – alternativa inconcebível na linha de menor resistência – tanto é oportuna como, literalmente, de vital importância” (MÉSZÁROS, 2011, p. 899).

É sob esse ferramental teórico explicativo que Mézáros inicia sua crítica a uma “[...] das mistificações mais efetivas do sistema do capital, fundamento sobre o

qual seus defensores erigem as alegações de sua inquestionável validade, é a representação enormemente falsa do mercado” (MÉSZÁROS, 2011, p. 899). Este autor afirma que não se pode fazer uma crítica verdadeiramente contundente à sociedade do capital sem, necessariamente, criticar sua forma de troca por meio do mercado. Com isso, Mézáros intensifica sua contrariedade ao “socialismo de mercado” colocado em prática pela sociedade pós-capitalista de produção de capital de tipo soviético. De acordo com Mézáros (2011):

Naturalmente, adotar “o mercado” como regulador do intercâmbio socioeconômico trouxe implicações de longo alcance às sociedades pós-capitalistas envolvidas, conduzindo – no princípio timidamente, mas, logo, de forma aberta – à defesa da restauração capitalista [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 899).

Então, Mézáros (2011, p. 901) afirma que “a realidade do mercado é, evidentemente, muito diferente de suas imagens míticas. Todos aqueles que, nas sociedades pós-capitalistas, chegaram a acreditar no conto de fadas de um mercado benevolente desapontaram-se rapidamente [...]”. Com isso, o mercado é entendido por este autor como a forma de circulação das mercadorias, e com a concentração e centralização do capital, promovendo a riqueza ainda maior dos países monopolistas em detrimento dos demais países. Isso é defendido pelo sistema do capital sob dois aspectos, como apresenta Mézáros (2011):

O artifício mais utilizado pelos apologistas do mercado capitalista é uni-lo à postulada “motivação do lucro”, considerada como implantada pela natureza nos seres humanos. Desse modo, afirmam estabelecer duas verdades axiomáticas e as condições inalteráveis que lhes correspondem. Primeiro, as instituições econômicas que se apoiam na “motivação do lucro” são *naturais*, constituem o fundamento objetivo vital; por isso, a estrutura da atividade reprodutiva só poderia ser alterada pela violação da própria natureza e, nessa medida, estaria necessariamente condenada ao fracasso. E, segundo, a conformidade exigida para com a sua postulada “natureza” define e circunscreve o horizonte da “*racionalidade econômica*” que subordina a si aquilo que pode ou não pode ser tido por legítimas aspirações humanas. Ou seja, de posse da sua “faculdade racional” humana, o que também se exprime retoricamente por “em seu juízo perfeito” – ninguém deveria entrar em choque com a autoridade da própria natureza (MÉSZÁROS, 2011, p. 904).

Para Mézáros, a própria história, que refuta esse argumento de “motivação do lucro” como algo próprio da natureza humana, precisa ser desconsiderada pelas personas e defensores do capital. Mas não é só isso. Mézáros (2011) adverte que:

Todavia, um exame mais acurado da hipostática “motivação do lucro” revela que não só sua dimensão histórica é obliterada, privando-a inclusive de uma validade histórica bastante limitada, como também a relação real entre lucro e atividade produtiva é completamente invertida por seus advogados. Ou seja, mesmo na variedade capitalista do sistema do capital, em que o lucro representa um papel importante, a *determinação primária* não é o lucro – para não falar da “motivação do lucro” do capitalista individual – mas o *imperativo expansionista* do sistema que não pode se reproduzir com sucesso a menos que possa fazê-lo em escala constantemente ampliada. Assim, o aparecimento da “motivação do lucro” é uma consequência das determinações internas do sistema, e não a sua causa determinante, mesmo que uma reciprocidade dialética prevaleça por um período de tempo em que a busca individual de lucro esteja em operação. Em outras palavras, como o sistema do capital deve ser sempre *orientado-para-a-expansão e dirigido-para-a-acumulação* – em *circunstâncias históricas específicas*, quando, para o sistema reprodutivo socioeconômico do capital em todas suas variedades conhecidas e possíveis, a *personificação do capital* absolutamente necessária assume a forma do capitalista privado –, o imperativo de *acumulação e expansão* (a real força motriz do sistema) pode ser representado, do ponto de vista dos capitalistas individuais, como a sua motivação para o “lucro pessoal”, isto é, como a “motivação do lucro” [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 904-905).

Assim, lucro e acumulação são processos distintos no qual o primeiro está subsumido ao segundo. Mézszáros (2011) explica que:

Na verdade, o imperativo da expansão dirigida-para-a-acumulação pode ser satisfeito em circunstâncias socioeconômicas diferentes, não apenas sem a subjetiva “*motivação do lucro*”, mas até mesmo sem a exigência objetiva de *lucro*, que vem a ser uma necessidade absoluta apenas na variedade *capitalista* do sistema do capital. A exigência de *acumulação* não deveria ser confundida com a necessidade de *lucro*. Como testemunhamos no século XX, durante várias décadas de desenvolvimento econômico de tipo soviético, asseguraram-se níveis altos de acumulação do capital por meio da extração politicamente controlada de trabalho excedente, sem qualquer semelhança com a necessidade da orientação para o lucro característica do sistema capitalista [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 906).

Sob a crise estrutural do capital, o mercado ganha novos contornos. Para entendê-los, segundo Mézszáros, “[...] é necessário que se tenha constantemente em mente sua grande dependência do Estado [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 912). Dessa maneira, de acordo com Mézszáros (2011):

[...] o papel do Estado de sustentar diretamente os “mecanismos” longe de “espontâneos” do mercado capitalista de modo algum se esgota no cumprimento, à custa do povo trabalhador, da função de ama de leite. Ele é igualmente importante para facilitar e proteger a concentração e a centralização monopolistas do capital, bem como para impor leis gerais, promulgadas para evitar a articulação de uma alternativa hegemônica do trabalho ao sistema do capital. Dada a insuperável relação estrutural conflitante existente do processo de trabalho, afetando tanto a esfera da produção como a da distribuição, os chamados “mecanismos espontâneo do

mercado” não poderiam de forma alguma funcionar sem a proteção legalmente assegurada da estrutura exploradora do sistema do capital, do qual o mercado sempre foi, e permanece sendo, uma parte subordinada. Cabe ao Estado o papel de facilitar o estabelecimento de monopólios e quase monopólios, bem como de ignorar ou justificar abertamente as práticas transparentemente monopolistas dos cartéis dominantes que assumem proporções escandalosas, enquanto mantém, cinicamente para o consumo público, a mitologia da “livre competição” [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 913).

No atual momento, de crise estrutural do sistema do capital, as defesas do mercado capitalista assumem um papel ideológico, conforme Mézszáros (2011) explica:

[...] Pretende-se que “o mercado demande” – no serviço de saúde, no sistema educacional etc. – “disciplina”, “eficiência”, “crescente economia” e outras coisas do gênero e que, portanto, o mercado “demanda cortes” em todas as esferas dos serviços de assistência social. Na realidade, as relações são exatamente o contrário disso, já que é a *crise estrutural* profunda do sistema do capital global que exige e impõe cortes em uma escala sempre crescente, crise que sinaliza inclusive a necessidade de se destruir até mesmo o sistema de *aposentadoria*; e, claro, isso está acontecendo não apenas na Itália, mas em todo Estado de bem-estar social do “capitalismo avançado”. Neste mundo que coloca de cabeça para baixo os limites e as contradições dificilmente administráveis do capital, sua racionalidade é construída com base na falsificação dos *efeitos* indesejáveis como se eles constituíssem a *causa* original subjacente dos problemas crescentes. As *causas reais* das inegáveis dificuldades são, então, concebidas como os *efeitos evitáveis* das ações “indisciplinadas”, “ineficientes”, “de roubo” etc. de indivíduos passíveis de punição e que devem ser induzidos a aceitar a “rígida disciplina” do mercado como o seu “dever moral” (MÉSZÁROS, 2011, p. 916).

Em síntese, segundo Mézszáros (2011):

[...] **O sistema do capital em crise estrutural não consegue mais produzir os recursos necessários para manter a própria existência, muito menos para expandir, de acordo com a necessidade crescente**, o Estado de bem-estar social, que há não muito tempo chegou a constituir sua finalidade justificadora. Por isso é preciso inventar todo tipo de artifício enganoso de pseudomercado, a exemplo do que se fez no sistema educacional (a transformação intelectualmente prejudicial dos departamentos universitários em “unidades orçamentárias”) e no serviço de saúde (por exemplo, o cínico artifício escravizador do chamado “mercado interno”), de modo que se possa impor à força de trabalho, em todos os lugares, as condições de exploração crescente e “disciplina”. Isso em nome da autojustificação pré-fabricada de que tudo é corretamente prescrito pela única e exclusiva ordem produtiva e distributiva racional para a qual “não pode haver alternativa” (MÉSZÁROS, 2011, p. 916).

Assim, o mercado que já não consegue produzir o que fazia antes da crise estrutural do capital, precisa ser defendido como forma ideológica de manutenção das relações sociais do capital, como forma de seguir com sua sobrevivência em níveis

cada vez mais rebaixados e limitados. Diante da crise estrutural, o mercado capitalista não tem mais as características de lucro e acumulação, mas sim, de administração do colapso eminente.

Nesse quadro, qual seria o objetivo real da transformação socialista? Como se viu, Mészáros aponta que a sedução em seguir pela “linha de menor resistência” precisa ser, urgentemente, abandonada pelo movimento socialista. Os desdobramentos dessas estratégias causaram enormes problemas para o movimento como um todo e foram, rapidamente, engolidas e adequadas ao capital. Assim, de acordo com Mészáros (2011, p. 917), “[...] *ir para além do capital* significa superar o modo de controle do capital como *sistema orgânico*: uma tarefa só possível como empreendimento global [...]”.

Dessa forma, Mészáros (2011) afirma:

Os componentes inseparavelmente entrelaçados do sistema orgânico do capital – em suas variedades capitalista e pós-capitalista – são: • **CAPITAL**, representando não só as condições materiais alienadas de produção, mas, também – na qualidade de *personificação* dos imperativos materiais do capital, inclusive o imperativo-tempo discutido anteriormente –, a subjetividade que comanda e se opõe ao trabalho; • **TRABALHO**, estruturalmente privado do controle das condições necessárias de produção, reproduzindo o capital em uma escala ampliada, ao mesmo tempo em que, como sujeito real da produção e *personificação* do trabalho, *confronta defensivamente* o capital; e • **ESTADO**, como a estrutura global de comando político do sistema *antagônico* do capital que oferece a garantia final para a *contenção* dos antagonismos inconciliáveis e para a submissão do trabalho, já que o trabalho retém o poder potencialmente explosivo da resistência, apesar da compulsão econômica inigualável do sistema (MÉSZÁROS, 2011, p. 917, grifos nossos).

Estes são os elementos que precisam ser eliminados para que uma revolução socialista possa acontecer, segundo Mészáros. E qual seria o principal impedimento da realização do projeto socialista? Mészáros (2011, p. 917) responde: “[...] não é o poder repressivo do Estado – que pode ser derrubado em circunstâncias favoráveis -, mas a *postura defensiva ou ofensiva* do trabalho para com o capital [...]”. E Mészáros (2011) complementa:

[...] De fato, como as evidências históricas do século XX demonstraram, os sistemas pós-capitalistas se concretizaram com a derrubada dos seus respectivos Estados capitalistas; mas ainda assim eles permaneceram sob o domínio do capital, porque o trabalho pós-capitalista manteve sua postura defensiva e reativa no processo de controle da ordem socioeconômica e política pós-revolucionária (MÉSZÁROS, 2011, p. 917).

O contexto dessa discussão está inserido na defesa de Mészáros de que antes da crise estrutural do capital, ou seja, diante do movimento de ascensão do capital, o movimento socialista manteve uma postura defensiva dentro da ordem. Isso ocorreu até mesmo nas tentativas revolucionárias, como no caso da sociedade soviética, que superou o capitalismo, mas se manteve defensivamente diante do capital, conforme Mészáros (2011):

A articulação fatalmente defensiva da esquerda histórica [...] que resultou na desintegração catastrófica não só da sua ala reformista social-democrata como também de suas organizações que, no passado, foram programaticamente revolucionárias, foi o corolário necessário da confrontação estruturalmente defensiva do trabalho diante de seu adversário dentro do sistema orgânico estabelecido. Pois, apesar do inconciliável antagonismo estrutural entre capital e trabalho – que é *contido* com êxito, exceto nas raras circunstâncias de crises agudas –, os componentes do sistema tendem a rotineiramente reforçar-se mutuamente, no interesse do funcionamento normal da ordem reprodutiva estabelecida, da qual também o trabalho depende para seu sustento. As premissas práticas necessárias da reprodução ampliada demarcam os limites daquilo que pode ser contestado e obtido – e por quanto tempo histórico – dentro dos parâmetros estruturais do sistema do capital. Isto vale não só para o caráter definitivamente ilusório do *slogan* “um salário justo por um dia justo de trabalho”, mas também para todos os ganhos materiais e políticos concedidos à classe trabalhadora. Tanto a margem de ação da política “democrática” como as “regras do jogo parlamentar” são determinadas pelas mesmas premissas práticas do sistema, que regulam o intercâmbio social por meio de uma rígida subordinação ao seu imperativo expansionista e à necessidade de conter o antagonismo entre capital e trabalho. No momento em que comecem a entrar em conflito com os imperativos práticos necessários do sistema do capital, os ganhos relativos do trabalho devem ser retirados para assegurar – a qualquer custo político, incluindo a legislação antitrabalho das “democracias capitalistas avançadas” – a viabilidade contínua do modo de reprodução sociometabólica estabelecido. Pressionados pela irrupção da crise estrutural do capital, os partidos tradicionais do movimento socialista – social-democratas e comunistas – desabaram e se transformaram em partidos liberais burgueses, aceitando abertamente os constrangimentos insuperáveis do sistema como o horizonte absoluto de todo avanço social possível. Este fato só pode surpreender aos que desprezaram absolutamente a questão dos limites, e que nutriram grandes ilusões sobre a margem de possíveis ganhos para o trabalho (MÉSZÁROS, 2011, p. 918).

Demonstrou-se nesta tese que, para Mészáros, sob a crise estrutural do sistema do capital, uma nova estratégia precisa ser formulada pelo movimento socialista, não cabendo mais agora uma perspectiva defensiva. É o momento, e as condições objetivas possibilitam isso, de uma ofensiva socialista. Contudo, Mészáros (2011) alerta:

A questão da ofensiva estratégica não se reduz à necessidade de ação política, apesar de esta ser uma parte necessária – mas longe de suficiente

– da transformação socialista. Interpretações da ideia de Marx sobre o proletariado tornar-se uma “classe-para-si” simplificaram demais a questão ao sugerir que significava a busca da ação política radical. Na verdade, esta era uma concepção falsa e estrategicamente desorientadora, na medida em que mesmo a confrontação política mais aguda entre capital e trabalho ainda pode ser a luta de “classe contra classe”, isto é, a ação política do proletariado como uma “classe-em-si” que defensivamente confronta o capital – outra “classe-em-si” –, luta que permanece, assim, dentro dos parâmetros da ordem socioeconômica estruturalmente dominada pelo próprio capital. Durante o último século e meio, a história das confrontações políticas entre capital e trabalho evoca eloquentemente a questão, demonstrando a dolorosa insuficiência da articulação defensiva do movimento socialista – do seu início aos dias presentes – para o projeto emancipatório que assumiu (MÉSZÁROS, 2011, p. 918).

Mas o que decidiria a questão entre uma defensiva e uma ofensiva socialista?

A esse respeito, Mézszáros (2011) explica que:

[...] a relação entre os objetivos visados pelo trabalho e os parâmetros estruturais da ordem socioeconômica estabelecida. Nesse sentido, quaisquer concessões obtidas pelo trabalho que sejam compatíveis e contidas pelo sistema do capital orientado-para-a-expansão e dirigido-para-a-acumulação são, justamente por isso, impróprias para alterar a postura defensiva e a posição estruturalmente subordinada do antagonista do capital. Este é o caso, independentemente da violência dos embates e confrontações periódicos – incluindo até mesmo uma greve geral mais dramática –, por meio dos quais o trabalho obtém os ganhos que o capital finalmente decidir conceder. As concessões dadas ao trabalho pelo “Estado de bem-estar social” não debilitaram em absolutamente nada o capital. Muito pelo contrário, contribuíram significativamente para a dinâmica expansionista do sistema por um período contínuo de duas décadas e meia após a Segunda Guerra Mundial. Nem tais concessões alteraram a relação de forças em favor do trabalho; na verdade, debilitaram a sua combatividade, reforçando as mistificações do reformismo. Naturalmente, isso não significa que se possa deixar de defender os ganhos defensivos do passado, especialmente quando o capital, sob a pressão de uma crise estrutural que se aprofunda, é forçado a tentar revogá-los. Significa, entretanto, que as ilusões associadas às concessões, ao longo da história da social-democracia reformista, devem ser expostas pelo que realmente são, e não pela fantasia sobre a viabilidade do trabalho a partir da “alternativa econômica estratégica” nekeynesiana. Tal alternativa não apenas é totalmente irreal nas circunstâncias da crise estrutural do capital, mas, se por algum milagre pudesse ser implementada, nem mesmo chegaria a constituir uma alternativa (MÉSZÁROS, 2011, p. 918-919).

A alternativa socialista, por meio de uma ofensiva, segundo Mézszáros (2011):

[...] **é inconcebível sem a erradicação completa do capital do processo sociometabólico.** Por isso, a derrubada do capitalismo pode apenas arranhar a superfície do problema. Um bom indicador das inadequações para a realização do projeto socialista é o *slogan* de que tudo pode ser *derrubado*, inclusive o Estado e – pela “expropriação dos expropriadores” – as personificações capitalistas do capital. A negação radical do Estado capitalista e a igualmente negativa “expropriação dos expropriadores” sempre foram consideradas por Marx apenas o primeiro passo necessário na direção

da transformação socialista exigida. Ele insistiu que até mesmo a negação mais radical permanece na dependência do objeto de sua negação. E as implicações deste julgamento são cruciais para a autoadministração dos produtores associados divisada como a alternativa hegemônica à ordem social do capital, pois a realização de tal ordem pode apenas ser um empreendimento *inerentemente* positivo. Por isso, a revolução socialista, não importa o quanto seja radical em intenção, não pode ser concebida como um ato único. Como vimos em *O 18 Brumário*, Marx descreveu a *revolução social* como um ato contínuo, consistentemente *autocrítico*, ou seja, como uma *revolução permanente* capaz de prover e constantemente melhorar o modo de controle *positivamente autodeterminado* da ordem socialista [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 919).

E Mézáros (2011) complementa:

Portanto, o objetivo real da transformação socialista – que ultrapassa a negação do Estado e das personificações do capital – só pode ser o estabelecimento de uma ordem sociometabólica alternativa autossustentada. Uma ordem da qual o capital – com todos os seus corolários, inclusive o denominado “mecanismo do mercado”, que na realidade não poderia ser outra coisa que não um “mecanismo” – tenha sido irreversivelmente removido. E isso significa que a remoção não se dá apenas na forma da inevitável transcendência crítica, mas, muito mais importante, pela *apropriação positiva* e pela *melhoria contínua* das funções vitais de intercâmbio metabólico com a natureza e entre os membros da sociedade pelos próprios indivíduos que se autodeterminam. Compreensivelmente, a articulação defensiva do movimento socialista impossibilita a realização do objetivo da alternativa hegemônica do trabalho à ordem estabelecida. Ou seja, todos os termos de referência de sua confrontação particular com o capital cuja finalidade seja apenas manter o *status quo*, ou ainda obter para o trabalho uma fatia mínima da melhoria dada pela riqueza social, estão estritamente circunscritos pelos limites de viabilidade da ordem governante e, conseqüentemente, pela lógica destrutiva de seus imperativos materiais expansionistas. Isto explica por que os castelos de areia da social-democracia reformista viraram poeira, um acontecimento tão dramático quanto as falsas promessas do sistema implodido do capital pós-capitalista de tipo soviético. Enquanto permaneceram cativas das suas diferentes posturas defensivas – responsáveis por suas derrotas – em relação à ordem sociometabólica do capital, as duas alas da esquerda histórica não desafiaram o domínio do capital, buscando, quando da sua origem, e de forma autocontraditória, melhorias sustentáveis e ganhos em favor do trabalho (MÉSZÁROS, 2011, p. 920).

Por fim, Mézáros (2011) explica que:

Hoje, à luz da experiência histórica do século XX e do fracasso de todas as tentativas passadas de superar os constrangimentos desumanizadores e as contradições do capitalismo, o significado da negação radical só pode ser definido como um momento subordinado do projeto positivo da alternativa hegemônica do trabalho ao capital no sentido discutido acima. **A rearticulação do movimento socialista, como uma ofensiva estratégica para se ir além do capital, é, nesse sentido, também uma condição prévia e necessária para que sucessos parciais, no devido tempo, possam se tornar cumulativos dentro da estrutura da estratégia correta.** Sem a finalidade apropriada da ofensiva estratégica – orientada para a ordem socialista como uma alternativa hegemônica à existente – o próprio percurso

ficará sem orientação. E, certamente, não mais poderemos dispor do luxo de vagar por outro século e meio tentando produzir mudanças estruturais nos confins estruturais paralisantes do sistema do capital. Aqueles que pensaram que a alternativa hegemônica socialista “é irreal” – e, sem qualquer interesse disfarçado, defenderam a todo custo a ordem estabelecida – deveriam se perguntar: é realmente possível e logicamente sustentável projetar a permanência de um sistema sociometabólico de reprodução baseado nos imperativos materiais fetichistas da lógica destrutiva do capital? Os resignados a suportar a inércia do “realismo” do capital que se autoperpetua podem seriamente continuar defendendo que a *incontrolabilidade destrutiva do capital* não está lançando perspectivas cada vez mais sombrias no horizonte de sobrevivência humana? Agora, até mesmo os defensores mais acríticos da ordem vigente são obrigados a reconhecer que os problemas mais sérios ainda estão diante de nós. A “única” diferença é que, confundindo desejo com realidade, eles esperam do poder repressivo do capital a solução definitiva para todos esses problemas. Na verdade, porém, mais *irreal* não é a alternativa hegemônica socialista ao domínio do capital em todas as suas formas historicamente conhecidas e ainda possíveis, mas a projeção gratuita de que a humanidade pode sobreviver por muito mais tempo ainda dentro dos limites estruturais necessariamente destrutivos do modo estabelecido de reprodução sociometabólica (MÉSZÁROS, 2011, p. 920-921, grifo nosso).

Nestas três últimas citações, tem-se mais alguns dos pilares que sustentam a concepção de Mézszáros sobre sua teoria de transição. Primeiramente, a erradicação completa do capital. Em segundo lugar, o socialismo como sociedade autossustentada. E finalmente a necessidade de rearticulação do movimento socialista diante da crise estrutural do capital e a necessária ofensiva dos trabalhadores. Sem uma superação da ordem social do capital, a humanidade sobreviverá, não por muito tempo, dentro dos limites absolutos do sistema do capital em crise estrutural.

Nesta tese, identificou-se que, para Mézszáros, há uma relação de identificação do valor de troca com riqueza; e de riqueza com capital. Portanto, não é por acaso que Mézszáros precisa criticar o mercado capitalista como algo central e não superado pela sociedade soviética pós-revolucionária. Ora, o valor de troca precisa ser substituído por uma sociedade autossustentada. Dessa maneira, a nova forma histórica deverá ser, na concepção de Mézszáros, construída com a superação do trabalho alienado e do Estado.

Nesse campo, Mézszáros (2011) apresenta a explicação detalhada de dois pontos que são exigências do modo de controle sociometabólico socialista, sendo o primeiro:

[...] superar a relação *antagônica/conflitante* na qual se executa o processo de trabalho sob a dominação estrutural hierárquica do trabalho pelo capital em todas as suas formas conhecidas e possíveis.

Só desse modo é possível remover as – perdulárias, complexas e burocráticas – instituições e funções de controle (incluindo, em última análise, o Estado como a estrutura de comando totalizante do capital), sem as quais esse modo de controle sociometabólico não poderia sobreviver. A nada “inalterável complexidade” aqui referida não resulta das funções reprodutivas *primárias* essenciais da sociedade em si. Pelo contrário, é gerada pelas perversas *mediações de segunda ordem* da ordem estabelecida, isto é, pela própria necessidade de autopreservação do capital e de comando estruturalmente imposto sobre o trabalho. Desde que o controle da produção e da distribuição esteja alienado do trabalho, o exercício separado de controle deve ser protegido pela *expropriação do conhecimento* exigido para as funções reprodutivas societárias. Ao mesmo tempo, devem ser também criadas garantias institucionais pelas quais se pode impor o controle alienado do processo de trabalho como um todo – incluindo sua dimensão que envolve conhecimento privilegiado –, até mesmo, se necessário, pela força das armas. Inevitavelmente, tanto a expropriação e o desenvolvimento e a aplicação em separado do conhecimento como o exercício bem-sucedido do controle alienado das funções produtivas e distributivas da sociedade necessitam da imposição de *camadas múltiplas de complexidade* que não só podem ser removidas sem *prejuízo da sociedade* como *intensificam positivamente* seu potencial de desenvolvimento. Isto é absolutamente possível, contanto que a determinação antagônica/conflitante do processo de trabalho e a inevitável recalcitrância do trabalho sejam superadas, removendo o pesadelo das camadas de complexidade inseparáveis de um sistema que não pode funcionar sem impor seu comando separado sobre o trabalho, mesmo que isso signifique viciar todos os aspectos do sociometabolismo, dos microcosmos produtivos e distributivos até as estruturas reprodutivas societárias mais abrangentes [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 928-929, grifo nosso).

E segundo ponto, segundo Mézáros (2011):

[...] A transcendência do fetichismo da mercadoria – necessariamente herdado do passado por todas as sociedades pós-capitalistas – é inconcebível sem que progressivamente se supere a determinação conflitante do processo de trabalho. Na sociedade capitalista, o controle antagônico/conflitante do sociometabolismo é inseparável do fetichismo da mercadoria – o alienado e mistificador “poder das coisas” – que impõe os imperativos materiais da ordem orientada-para-a-expansão do capital sobre *todos* os membros da sociedade, incluindo as personificações do capital. Assim, o que está realmente em jogo não é apenas a “complexidade”, que poderia ser suscetível, em princípio, de controle racional, mesmo quando seja de um grau muito elevado; mas o *tipo* de complexidade que *exclui a possibilidade de controle*, se controle significar interferência, ainda que mínima, sobre os parâmetros estruturais e os cegos imperativos materiais expansionistas do sistema do capital [...] Dada a extração politicamente imposta do trabalho excedente na ordem pós-capitalista de tipo soviético, dificilmente será possível remover progressivamente o fetichismo da mercadoria herdado. Realmente, à luz da experiência stalinista, ficou bastante claro que, como o controle político direto do processo de trabalho pelas novas personificações encontra dificuldades importantes, e isso se observa desde a antecipação de Stalin da esperança vazia na solução do “socialismo de mercado” até sua consumação final com a peculiar restauração do capitalismo por Gorbachev e os seus sucessores. Nessa medida, até mesmo a necessidade de restabelecer o velho fetichismo da mercadoria reaparece ainda mais forte (MÉSZÁROS, 2011, p.929-930, grifo nosso).

Dessa forma, Mézáros (2011) esclarece que:

[...] a chave para que ocorram mudanças significativas na complexidade da reprodução sociometabólica é a superação radical da determinação antagônica/conflitante do processo de trabalho, tanto se tivermos em mente a extração de trabalho excedente primordialmente econômica do capitalismo como a forma politicamente dirigida do pós-capitalismo. Nenhum socialista poderia nem desejar defender o estabelecimento de uma ordem sociometabólica que não satisfizesse as necessidades dos indivíduos como resultado da abordagem simplista das tarefas e dificuldades encontradas. O teste a ser aplicado aqui é se a complexidade em questão está a serviço da, ou contra a, necessidade humana genuína. O que faz a complexidade do modo de reprodução do capital profundamente censurável é sua perniciosidade interesseira, pois a premissa operacional fundamental do sistema do capital é *sua própria* reprodução em escala cada vez mais ampliada, a qualquer custo. Isto é o que torna necessária a imposição de uma *complexidade totalmente injustificável*, que surge da necessidade parasitária de o sistema do capital reter o controle sobre os indivíduos – o “domínio alienante da riqueza sobre a sociedade” –, geralmente negligenciando e mesmo excluindo a necessidade humana mais elementar. E não há nada que se possa fazer sobre esta “complexidade” interesseira sem se ir para além do capital. Ou seja, se a necessidade da reprodução ampliada do sistema é considerada uma premissa operacional necessária e garantia de todas as práticas produtivas e distributivas e, portanto, a condição prévia inalterável pela qual devem ser julgadas a legitimidade e a viabilidade da necessidade humana, também terá que se aceitar a complexidade perniciosa pela qual se impõe a dominação estrutural hierárquica do capital sobre o trabalho (MÉSZÁROS, 2011, p. 930).

Assim, até o presente momento desta tese, tem-se a possibilidade de apontar os elementos constitutivos do significado de ir para além do capital, enquanto modo sociometabólico de produção, a saber: i) acabar com o capital, considerando que, para o autor, há uma relação de igualação entre valor de troca e capital. Além disso, as mediações de segunda ordem expressam sua compreensão de estrutura; ii) destruir o Estado e construir em seu lugar uma forma de organização autossustentada; e iii) eliminar o trabalho alienado, configurado sob o trabalho excedente, e ter o trabalho associado como fundamento do novo modo de produção. Para o autor húngaro, a velha sociedade é eliminada, necessariamente, superando os três pontos destacados anteriormente. Dessa forma, segundo Mézáros (2011):

Superando-se progressivamente a determinação antagônica e conflitante do processo de trabalho, podem ser feitas mudanças qualitativas que reduzam grandemente e, num prazo mais longo, eliminem completamente a complexidade escravizadora exigida pelas incontroláveis mediações de segunda ordem do capital, opostas à necessidade humana [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 931).

Tem-se, dessa forma, os aspectos basilares do que seria uma direção para uma teoria da transição em Mézáros. Nas palavras de Mézáros (2011, p. 931), o

resultado deverá ser “[...] uma ordem sociometabólica que tenha erradicado com sucesso o capital do processo de trabalho [...]”.

Para além do capital, portanto, significa uma mudança de época para a humanidade. Mészáros (2011) explica isso da seguinte forma:

[...] Seria muito mais adequado descrevê-lo como uma real *mudança de época*, pois o projeto socialista clama pela superação radical da dominação estrutural do trabalho. Como a história nos mostra, a dominação estrutural do trabalho, de uma forma ou de outra, é característica de todas as sociedades de classe. Por isso, a expressão não é suficiente para descrever a mudança qualitativa e sem precedente que envolve a apropriação positiva – para além da dominação do capital – das funções alienadas de controle da troca metabólica da humanidade com a natureza e dos intercâmbios produtivos e distributivos vitais dos indivíduos sociais entre si [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 931).

Não se trata apenas de avançar para uma “mudança de época”, e sim lutar para que essa mudança seja “irreversível”. Mészáros (2011) esclarece:

[...] Em outras palavras, significa tornar impossível a reaparição do comando do capital sobre o trabalho – e, claro, das personificações necessárias do capital que o impõem – pela regulamentação das relações produtivas e distributivas da sociedade pela institucionalização e pela consolidação da atividade autodeterminada dos produtores associados [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 931).

Para Mészáros (2011), isso só é possível realizando as seguintes operações:

(1) devolvendo as condições objetivas (isto é, o material e os meios) de produção como propriedade genuína ou substantiva aos próprios produtores, em contraste com a vaga definição jurídica, historicamente experimentada, de “propriedade coletiva” que permaneceu sob o controle de uma autoridade estatal separada; (2) exercendo rígido controle, **no período de transição**, sobre as personificações do capital herdadas do passado. Isto não significa simplesmente adquirir controle sobre as personificações do capital como indivíduos particulares, pois, como sabemos, é possível mudá-los sem que se altere significativamente o próprio sistema. A questão é a instituição efetiva da supervisão social sobre um conjunto determinado de funções de controle, as quais, no sistema herdado, são atribuídas a vários indivíduos estrategicamente colocados. Como a desanimadora experiência histórica das sociedades pós-capitalistas claramente demonstrou, a transição para um modo socialista de reprodução é inconcebível sem o exercício rígido deste tipo de supervisão sobre as personificações do capital por meio de formas apropriadas de autoadministração. O propósito de tal supervisão é duplo: a) a prevenção do abuso de poder para fins incompatíveis com os objetivos socialistas globais, e b) a transferência progressiva das funções de controle ao corpo social, funções, bem entendido, que – em vista da natureza do sistema herdado – não podem ser diretamente exercidas pelos vários coletivos de trabalho por um período de transição mais ou menos limitado; (3) com a prevenção consciente da possibilidade de que, com o passar do tempo, tipos novos de personificação – para as exigências estratégicas de direção – possam reemergir, em conjunção com uma forma separada e alienável de

controle sobre as alavancas estratégicas da reprodução sociometabólica. Aqui é importante recordar a repetida identificação apologética – e totalmente falaciosa – da necessidade de uma “vontade dirigente” com as formas *alienadas* de controle e *comando do trabalho* experimentadas historicamente; como se fosse inconcebível que as relações produtivas e distributivas dos indivíduos pudessem ser reguladas de modo *substantivamente democrático* pelos próprios indivíduos [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 931-932).

É sua análise da sociedade soviética que lhe possibilita traçar o central para que uma revolução socialista aconteça de fato. Um elemento importante que se destaca aqui diz respeito ao “período de transição” que Mészáros aponta na citação anterior. Ora, pelo que se observou até agora sobre o conjunto das elaborações de Mészáros, não é possível compreender esse período tal como propunha Lênin em seus escritos na obra *O Estado e a Revolução*. Não se trata, para Mészáros, de uma transição socialista para a chegada ao comunismo, e sim de um período de transição, que se inicia com o fim do capital, de seu Estado e do trabalho alienado. Contudo, para o autor húngaro, esse processo teria uma fase inicial, que seria o “período de transição”, já sob outra base material, e uma fase final, com a consolidação da nova ordem histórica e a garantia efetiva de bloqueio das possibilidades de retorno da força do capital.

De maneira central, o que demarca a posição de Mészáros (2011, p. 934) sobre esse processo é a seguinte consideração: “a mudança de época requerida para se mover para além do capital está relacionada à questão do controle e à radical superação, pelos próprios produtores individuais associados, do sistema alienado de comando sobre o trabalho [...]”.

Isso porque, para Mészáros (2011):

[...] o capital sempre foi e continua a ser um modo necessariamente incontrolado e incontrolável de controle sociometabólico que precisa subjugar tudo o que estiver no caminho de sua autoexpansão. Esta lógica não poderá ser efetivamente desafiada enquanto o dinamismo da expansão do capital puder “cumprir o que promete”, tornando perversamente palatável as enormes desumanidade e destrutividade que acompanham tal cumprimento. A grande diferença hoje é que a *irrestringibilidade* do capital percorreu seu curso histórico, tornando a *incontrolabilidade* do sistema uma ameaça grande demais para ser ignorada pelo outro lado. **Isto é o que confere ao projeto socialista marxiano maior relevância hoje do que nunca antes, pois apenas a busca do verdadeiro objetivo da transformação socialista – ir para além do capital – torna possível enfrentar, com alguma chance de sucesso duradouro, até mesmo os perigos mais imediatos** (MÉSZÁROS, 2011, p. 934).

Somente com a crise estrutural, como se tem acompanhado nesta tese sobre os escritos de Mészáros, é que se abre a possibilidade de uma vitória do movimento socialista. Antes disso, o capital, em ascensão, ainda conseguia garantir sua expansão. Atualmente, sob a crise estrutural, isso já não é mais possível. Dessa forma, o período histórico marcado pela crise estrutural do sistema do capital apresenta duas possibilidades, a saber: i) o enfrentamento e a superação do capital (tal como entendido por Mészáros) por um modo sociometabólico realmente socialista; e ii) o fim da humanidade, que não deve demorar muito caso nada seja feito pelo movimento socialista.

Outro destaque que se aponta aqui, diz respeito à consideração de Mészáros sobre a relevância, hoje, do projeto marxiano socialista. Lembra-se que, para o autor húngaro, na época de Marx o autor alemão fez o que pôde para que a realidade acompanhasse seu pensamento. Isso foi em vão, já que as condições objetivas impediam o avanço socialista. Atualmente, com a crise estrutural, as condições objetivas para uma ofensiva socialista estão dadas, faltando a rearticulação do movimento em busca da efetivação desse processo.

Em outras palavras, Mészáros considera datados os escritos de Marx sobre o movimento do capital, haja vista que o próprio capital estava limitado, em ascensão, no período de Marx. No presente, com a consolidação do sistema do capital e de sua crise estrutural, os fundamentos socialistas propostos por Marx se tornam atuais. Tem-se a seguinte consideração: a relação social do capital se modificou, tornando os escritos de Marx relacionados a uma fase incipiente do capital. Contudo, a proposta de superação da sociedade do capital de Marx se torna atual apenas no momento da crise estrutural. O que há de central na apropriação de Mészáros dos princípios socialistas de Marx é apenas, e tão somente, o socialismo como superação do capital. Para Mészáros, a estratégia para isso, ou melhor, a teoria de transição encontrará novos contornos para uma nova realidade, explicada por uma nova teoria.

Apresentados os elementos basilares da compreensão de Mészáros sobre a transição socialista, o autor húngaro entra no debate sobre a necessidade de ir *Para além da economia dirigida: o significado de contabilidade socialista*. Mészáros (2011) afirma:

Dizer que a irrestringibilidade do capital percorreu seu curso histórico significa que o próprio sistema tornou-se inviável como controlador de uma reprodução sociometabólica sustentável. Não se trata aqui de considerar o futuro a longo

prazo. Os limites são visíveis em nossa proximidade imediata, tal como o são os perigos que acompanham a incapacidade ou a recusa – e, no caso do capital, ambas coincidem – de exercer controle [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 934).

Para Mézáros (2011):

O capital é o modo de controle mais amplamente alienado da história, com sua estrutura de comando autoincluída, pois tem que operar pela estrita subordinação dos produtores – em todos os aspectos – a um sistema de tomada de decisão radicalmente divorciado deles. Esta é uma condição irremediável, devido ao caráter totalizador – e, em suas implicações objetivas, globalmente expansionista desde o início – do sistema que não pode compartilhar o poder, nem mesmo em grau mínimo, com o trabalho [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 935, grifo nosso).

Já está claro para nós que a compreensão de base material, para o autor, está na sua identificação do trabalho alienado. E que a base para o entendimento de alienação está centrada nos *Manuscritos de 1844* de Marx. Um dos aspectos centrais da alienação, para ele, diz respeito a separação das tomadas de decisões dos produtores.

Nesta base material, a “[...] economia dirigida capitalista representa a mais sofisticada – e também a mais mistificadora – variedade invasiva de reprodução sociometabólica [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p.939). Isso está relacionado a fase de consolidação do sistema do capital. A economia dirigida capitalista ganha novos contornos, como temos acompanhado, a partir do surgimento da crise estrutural. Como já temos apontado em nosso estudo, para Mézáros, Marx descreve “[...] o potencial inerente às realizações produtivas da ascendência histórica do capital [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p.941). É com base nesse pressuposto, que Mézáros faz a seguinte elaboração:

Como sabemos, na época de Marx o sistema do capital estava longe de subsumir, sob sua própria estrutura reprodutiva, todos os países do planeta. Estava, ainda, muito distante a fase de desenvolvimento em que a dissipação destrutiva de recursos naturais e riqueza social tornar-se-ia uma condição objetiva da reprodução ampliada do capital. Igualmente, o desenvolvimento dos instrumentos de destruição ainda estava muito distante do ponto em que poderia ameaçar diretamente, e em todos os lugares, a vida humana, em agudo contraste com nossas atuais perigosas condições de existência. Sendo assim, os perigos que surgem destes dois desenvolvimentos não poderiam entrar no horizonte de Marx em sua esmagadora realidade material. Era inconcebível para Marx a possibilidade de que a maquinaria de guerra infernal do capital pudesse destruir a raça humana em questão de horas, senão de minutos. As sérias ameaças à existência humana poderiam ser

visíveis a ele apenas na forma de algumas implicações conceituais e teóricas da lógica incontrolável do capital, no sentido indicado pela citação de *A ideologia alemã* referente à nota 2 do Capítulo 1. O mesmo vale para o mercado mundial e os antagonismos potencialmente letais que surgem dele. Como acentuou Marx, “a tendência a criar o *mercado mundial* está dada diretamente no *próprio conceito de capital*”. **Porém, tivemos que esperar pela ocupação e pela dominação reprodutiva de todos os pequenos cantos do mundo pelas principais potências capitalistas, conduzindo à conflagração de duas guerras mundiais, antes que as implicações destrutivas da incontrolabilidade do capital pudessem ser avaliadas em sua pesada materialidade. E ainda estamos longe do fim deste processo. O muito que se falou sobre “globalização” – assumindo a forma de uma integração aparentemente irresistível dos processos produtivo e de troca do sistema do capital no mundo inteiro – pressagia novos antagonismos e destruição potencial** (MÉSZÁROS, 2011, p. 942, grifos nossos).

Isso não é novidade, conforme esta tese tem apresentado. De acordo com Mészáros, o capital vivenciado e analisado por Marx estava longe de seu pleno desenvolvimento e, portanto, não havia demonstrado todo seu potencial destrutivo e globalizado. Dessa forma, as proposições de Mészáros encontram o seu lugar de destaque na teoria formulada para o movimento socialista. Isso porque apenas agora, com a crise estrutural, é que uma estratégia de uma ofensiva socialista se torna possível, algo inimaginável e potencialmente problemático nos períodos anteriores. Marx não traçou os elementos centrais do capital, mas os do capital em ascensão, fase que foi superada com o passar dos anos.

Algo distinto ocorre na análise de Mészáros sobre Lukács. Ao contrário de Marx, que analisou, sob a perspectiva do trabalho, uma sociedade do capital em ascensão, Lukács analisou sob a perspectiva do capital uma sociedade pós-capitalista. Este autor ficou preso aos limites da consciência e não analisou a base material na qual estava inserido. Em síntese, Lukács não contribuiu com o movimento socialista, que necessitava de uma autocrítica incisiva ao movimento vivenciado pela sociedade soviética. Reitera-se que, de acordo com Mészáros, Lukács não escreveu sob a perspectiva do trabalho, mas a do capital pós-capitalista.

É nessa tríade que Mészáros se situa, apresentando-se para além de Marx e de Lukács. Avançando com relação ao primeiro, já que a consolidação do capital lhe permite fazê-lo. E em contraposição ao segundo, que não foi à base material para realizar suas análises e ficou à mercê da direção dada pela sociedade soviética.

Com esse enquadramento, o autor húngaro segue em seus apontamentos sobre os desafios do movimento socialista e qual a direção que este movimento deve

seguir para ir além do capital e não apenas do capitalismo. Mészáros (2011) expõe sua posição:

O movimento socialista não terá a menor chance de sucesso contra o capital caso se limite a levantar apenas demandas parciais. Tais demandas têm sempre que provar a sua viabilidade no interior dos limites e determinações reguladoras preestabelecidos do sistema do capital. As partes só fazem sentido se puderem ser relacionadas ao todo ao qual pertencem objetivamente. Desse modo, **é apenas nos termos de referências globais da alternativa hegemônica socialista à dominação do capital que a validade dos objetivos parciais estrategicamente escolhidos pode ser adequadamente julgada.** E o critério de avaliação deve ser a capacidade desses objetivos parciais se converterem (ou não) em realizações *cumulativas e duradouras* no empreendimento hegemônico de transformação radical [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 943).

Esse é um ponto crucial na teoria, elaborada por Mészáros, relacionada aos elementos estratégicos para o movimento socialista. Esta diz respeito à necessidade de globalizar as lutas, ou seja, de que as demandas parciais do movimento socialista estejam inseridas no aspecto global da ordem mundial do sistema do capital de forma “cumulativa e duradoura”. Para tanto, deve-se considerar o que o autor húngaro propõe como uma questão fundamental para a estratégia socialista, a saber: “[...] a *contabilidade* usada para orientar e avaliar os passos e medidas particulares que devem ser adotados no curso da transição da ordem estabelecida para uma outra radicalmente diferente [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 943).

É nesse contexto que Mészáros retoma Marx para demonstrar um elemento peculiar da teoria deste autor, escrita no período de ascensão do capital. Mészáros (2011) explica:

[...] se até mesmo a fase histórica de ascendência do capital pode criar algumas condições materiais favoráveis que apontam na direção de “uma vida social reformulada”, como argumentou Marx, as vantagens materiais potenciais em questão se tornam totalmente ameaçadas quando a ascendência histórica do sistema terminou e o capital só pode continuar a se impor à sociedade ao custo de minar suas próprias realizações anteriores [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 943-944).

Torna-se um aspecto inerente ao movimento socialista da atualidade a consideração de que os avanços conquistados pelos trabalhadores na época de ascensão do capital têm seu fim iminente com a consolidação do sistema do capital. Isso porque a consolidação do sistema do capital traz consigo a crise estrutural do

próprio sistema. Assim, este momento impossibilita qualquer tipo de manutenção das conquistas relacionadas ao período anterior. Dessa forma, segundo Mészáros (2011):

[...] A incorporação estrutural da produção de desperdício na dinâmica expansionista da produção atual do capital é um exemplo muito bom de como as expectativas otimistas justificáveis de Marx desandaram sob a pressão do aprofundamento das contradições do sistema do capital. Por isso, é vital que adotemos uma estrutura de contabilidade muito diferente daquela a que nos acostumamos, ou seja, uma nova estrutura de contabilidade que possa avaliar com segurança tanto a direção geral da estratégia emancipatória socialista como seus objetivos mediadores particulares (MÉSZÁROS, 2011, p. 944, grifo nosso).

“As expectativas otimistas de Marx” eram justificáveis, de acordo com Mészáros, em função do período de ascensão do capital e das conquistas pontuais conseguidas pelo movimento socialista. No entanto, foi a falta de organização no que diz respeito à “contabilidade” que impediu aquele movimento socialista de avaliar com precisão a direção que se daria nos anos seguintes. Mas tudo isso se justifica pelo período vivenciado por Marx, um período pré-crise estrutural do sistema do capital. Ou seja, tratava-se de um período em que a totalidade da relação social do capital não estava plenamente desenvolvida.

Contudo, sob a crise estrutural e a atualidade da ofensiva socialista, Mészáros (2011) esclarece:

Naturalmente, a questão da administração racional é importante na teoria socialista, já que sua realização prática é vital para o projeto socialista. Tal questão é inseparável da necessidade de se superar a hierarquia estrutural herdada do sistema do capital – sem que se imponha aos indivíduos sociais um tipo novo de hierarquia sob a predominância das personificações pós-capitalistas do capital. Assim, o desafio fundamental, sob este aspecto, refere-se à necessidade de descartar o *comando separado sobre o trabalho*: um sistema de comando alienado profundamente embutido na esfera da produção, que também deve ser acompanhado por uma estrutura de comando separada na área de administração. **Não pode haver administração socialista – que mereça ser caracterizada como um sistema verdadeiramente racional de administração – enquanto as premissas práticas de representação e execução de regras forem definidas pelas demandas viciadas do comando separado sobre o trabalho e associadas a qualquer forma particular de extração forçada de trabalho excedente. Além disso, muitas das regras, desarrazoada e conflitantemente promulgadas e impostas com tanto desperdício, são dispensáveis se a necessidade pela regulamentação emergir diretamente dos indivíduos envolvidos.** Isto não poderia contrastar mais agudamente com a experiência histórica do século XX, na qual as regras para os sistemas de comando pós-capitalistas impuseram continuamente o imperativo de tempo do capital a um corpo social recalitrante – a absoluta maioria do povo trabalhador. Ou seja, as personificações pós-capitalistas do capital só conseguiram exercer o controle alienado do capital pós-capitalista

da extração do trabalho excedente porque estavam em plena harmonia com os imperativos alienantes do sistema (MÉSZÁROS, 2011, p. 945, grifo nosso).

Mészáros apresenta duas características para o movimento socialista em sua necessária atualidade para exercer a ofensiva contra o capital, a saber: i) “a administração racional” que supere o comando separado do trabalho. São os trabalhadores associados que organizarão, sem hierarquia de comando, o processo de produção associado; e ii) não repetir o erro de se ter “personificações pós-capitalistas” de controle sobre o trabalho.

Além disso, a crise do capital identificada com crise da humanidade fica ainda mais evidente no conjunto categorial do autor húngaro quando Mészáros afirma que:

[...] as dificuldades da expansão lucrativa do capital assumam a forma de escassez especulativa e movimentos aventureiros do capital, negando da forma mais cruel a satisfação das necessidades elementares de incontáveis milhões de pessoas, apenas sublinha que o capital é, nas palavras de Marx, a “contradição viva” (MÉSZÁROS, 2011, p. 946).

É importante destacar que está correta, de acordo com o próprio Mészáros, a negação de algumas categorias e fundamentos de Marx. Mas isso está correto em partes, haja vista que Mészáros considera Marx como o primeiro autor que escreve sobre a sociedade do capital pela perspectiva do trabalho. Dessa forma, o autor húngaro assume alguns elementos da teoria marxiana de acordo com seu universo categorial.

Outro elemento importante está relacionado ao fato de que, para Mészáros (2011):

Em contraste com a falsa economia do capital – ditada pela expansão e não orientada pela necessidade –, o sistema socialista de contabilidade deve ser econômico em sentido substantivo. Ou seja, sua principal força determinante, conscientemente avaliada, é constituída pelo trabalho, reconhecido não como abstrata “capacidade de trabalho” mas como indivíduos humanos vivos. Por outro lado, o capital só se relaciona com a maioria esmagadora de seres humanos reduzindo-os a “capacidade de trabalho” explorável, posta em uso em sua forma reificada – como um “fator material de produção” – com a finalidade de extrair o trabalho excedente (MÉSZÁROS, 2011, p. 946).

Não há possibilidade, para o autor húngaro, de que a produção do sistema do capital esteja orientada para as necessidades humanas, mas, exclusivamente, para a expansão de si. Dessa forma, o sistema socialista é o que altera substancialmente

essa lógica, considerando o trabalho como uma forma para a satisfação das necessidades humanas, e não mais para a extração do trabalho excedente.

No projeto socialista a produção e a distribuição devem ser orientadas para a qualidade ligada à necessidade humana. Isso se contrapõe ao sistema do capital, em que o “[...] fetiche da quantidade deve prevalecer nas concepções teóricas articuladas do ponto de vista do capital porque a quantidade comanda todas as relações no sistema do capital realmente existente [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 947). Dessa forma “[...]a ‘qualidade’ como o princípio fundamental da contabilidade socialista é também relevante porque somente por ele é possível conferir significado não fetichizado à ‘quantidade’ [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 947).

Em síntese, conforme Mézszáros (2011):

[...] o princípio socialista referente à relação entre os indivíduos e *sua* sociedade, que visa tornar possível aos produtores associados realizarem as suas aspirações como indivíduos sociais autodeterminados, significa não apenas transcender as relações hierárquicas injustas e exploradoras do passado. É também uma “prática” vital “para assegurar” um futuro sustentável, por causa de sua firme orientação para a qualidade [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 948).

Uma outra especificidade do projeto socialista apresentada pelo autor húngaro se refere à distribuição. Para Mézszáros (2011):

O princípio socialista de distribuição – que recusa sujeitar as necessidades dos indivíduos à tirania do mercado ou ao autoritarismo de alguém julgando acerca de quais deveriam ser suas “necessidades legítimas” – apresenta o desafio de reconhecer que a condição de sua realização é a regulamentação da produção, pelos próprios indivíduos associados, na mesma base qualitativa, em relação direta e conscientemente reconhecida com a necessidade [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 948).

Ao apresentar a distribuição que deve ser considerada em um projeto socialista, Mézszáros se contrapõe à forma como entende ser a distribuição na sociedade do capital – “tirania do mercado” – e na sociedade pós-capitalista – “autoritarismo na definição das necessidades legítimas”. Esse movimento é recorrente em Mézszáros. O socialismo, tal como este autor o compreende, está em contraposição com o capitalismo e as sociedades pós-capitalistas de produção de capital. Em suma, em contraposição com todas as tentativas socialistas realizadas antes da crise estrutural. Isso é coerente com seu universo categorial, como se tem observado ao longo desta tese.

Assim, esta é uma das contraposições significativas ao sistema do capital, pela ordem socialista: “[...] a preocupação estratégica com ‘o aumento da taxa de utilização’ a um ‘nível ótimo’ deve se tornar um princípio orientador fundamental da reprodução sociometabólica sustentável em futuro não muito distante [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 950).

Com essa observação, Mézszáros (2011) ressalta que:

[...] Importante acentuar aqui é que a reorientação radical da produção para o valor de uso, assim como a troca socialmente viável de atividades (e não de mercadorias ou produtos não mercantilizados), racionalmente planejada pelos próprios indivíduos associados, só é possível em termos das determinações *qualitativas* da contabilidade socialista [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 950).

Além dos aspectos relacionados à produção e à distribuição, que devem ser orientados pelo projeto socialista em uma atualidade de sua ofensiva histórica, “[...]outra dimensão do mesmo problema é a necessidade de superar a escassez em um sentido racionalmente sustentável [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 951). Assim se contrapõe “[...] as acusações de que o projeto socialista marxiano teria criado uma simples ideia utópica de abundância [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 951). Para Mézszáros (2011):

[...] Marx sabia muito bem que “escassez” e “abundância” – bem como todas as outras questões que surgem no mundo social – devem ser relacionadas ao seu contexto histórico e aos poderes produtivos à disposição dos indivíduos, por meio dos quais as dificuldades com que se defrontam podem ser solucionadas. Independentemente da atitude positiva ou negativa dos juízes para com a supressão da escassez, fica totalmente sem sentido proferir julgamentos sobre “escassez” e “abundância” na sua generalidade abstrata. O mesmo vale para *utilidade* e *necessidade*; daí o fracasso do *utilitarismo* em tentar encontrar soluções abstrato-genéricas para problemas inerentemente sociais e históricos; fracasso que necessariamente é devido à relação acrítica dos filósofos utilitaristas com a ordem liberal capitalista “eternizada”. A “utilidade” em relação à formação social historicamente específica do capital é radicalmente diferente do seu significado em relação às historicamente variáveis gama e qualidade das necessidades humanas. Tais necessidades não podem ser discutidas sensatamente sem que se coloque, no centro das atenções, a questão da *qualidade*. **Em completo contraste, o interesse do capital pela utilidade exclui categoricamente toda consideração sobre a qualidade como necessidade humana, com consequências devastadoras também para a questão da escassez [...]** (MÉSZÁROS, 2011, p. 951, grifo nosso).

Dessa maneira, a base da “contabilidade socialista” é a que pode, definitivamente, ir para além da escassez de forma qualitativa. Tudo isso “[...] com

base na troca de atividades –, segundo o princípio ‘de cada um de acordo com a sua capacidade, para cada um de acordo com a sua necessidade’” [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 953). Percebe-se que Mészáros ressalta que no projeto socialista há troca de atividades, e não de mercadorias. Na obra analisada nesta tese não há uma explicação detalhada sobre o que seriam essas trocas de atividades. O autor húngaro não aprofunda essa discussão, mas avança para um exemplo prático de como seria diferente a situação do transporte na sociedade socialista. Segundo Mészáros (2011):

[...] Para tomar um só exemplo, é humilhante se dar conta de que o automóvel, apesar de sua taxa de utilização extremamente baixa, traz sérios danos à saúde pública, torna as condições de tráfego nas cidades grandes absolutamente intoleráveis, para não mencionar o impacto causado por programas de construções de estradas em muitos centros históricos de cidades e em belas áreas naturais. É óbvio, portanto, que apenas uma solução radicalmente diferente poderia ser contemplada racionalmente, como o transporte público grátis e o mais econômico possível em seu desgaste do solo etc., eliminando completamente, antes que seja tarde demais, o automóvel de uso privado. Isso significa também que a provisão para um uso mais adequado dos carros deveria ser feita estritamente, com base na necessidade, com o uso de uma frota pública. Porém, é igualmente óbvio que esse tipo de racionalização das necessidades de transporte dos indivíduos – embora já faça sentido mesmo hoje – **só é possível em uma fase mais avançada do desenvolvimento socialista**, pois entraria em conflito não só com os volumosos interesses capitalistas na sociedade contemporânea, mas também com o imperativo de encontrar emprego produtivo para o trabalho. Isso, por sua vez, só se tornaria possível por meio de uma reestruturação radical das áreas de produção existentes na sua totalidade, ou, pelo menos, na sua maior parte (MÉSZÁROS, 2011, p. 953, grifos nossos).

O exemplo dado por Mészáros não poderia ser melhor para ilustrar sua posição sobre o sistema do capital e as bases do projeto socialista de superação. Observe-se mais de perto. O autor húngaro afirma que o automóvel possui uma taxa de utilização extremamente baixa. Em outras palavras, os carros têm durabilidade, em tempo, muito pequena. Qual seria o respaldo de tal afirmação? Mesmo no plano do senso comum, parece não ser estranho afirmar que os carros produzidos pós-1970 tenham uma taxa de utilização maior do que os carros produzidos no passado. Mas esse não parece ser o melhor caminho para discutir a questão, por mais interessante que seja. É necessário, inicialmente, avaliar questões técnicas no que diz respeito à taxa de utilização de um automóvel: a frequência do uso, a quilometragem rodada e tudo o que durante a utilização possa interferir no conjunto de peças – de amortecedores a pastilhas de freio e motor etc. Ainda que essas peças se desgastem com o tempo, esses automóveis não saem de circulação, haja vista a possibilidade da

troca dessas peças, entre outras medidas. Em pesquisa recente, elaborada pelo Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para veículos Automotores (Sindipeças¹⁵), identificou-se que a frota de carros no Brasil é a mais velha em idade média dos últimos 18 anos. Sua taxa de utilização tem aumentado, e não decrescido. Ainda assim, Mészáros (2011) escreve:

No período de transição à nossa frente não se pode exagerar a importância de inverter a taxa de utilização decrescente. Em parte, porque é impossível escapar do círculo vicioso criado pelas opções de “crescimento ou não crescimento” sem se concentrar no objetivo viável do aumento da utilização baseado no aumento da produção de valores de uso livre da camisa de força dos valores de troca. Mas também é importante por que o objetivo de aumentar a taxa de utilização é significativamente compatível com as relações de troca existentes e as determinações estritamente quantitativas que surgem da natureza do dinheiro e do mercado. A “taxa de utilização” é um conceito primariamente qualitativo, mas tem também uma dimensão quantitativa que pode, até certo ponto, se ajustar à modalidade de troca agora dominante. Mas isso acontece até um ponto bastante limitado porque, além dele, deparamos com a radical incompatibilidade da contabilidade socialista com as determinações operativas do capital, incluindo o mercado e o dinheiro. É aqui que os caminhos necessariamente se separam, pois os progressos adicionais requerem a adoção de um modo de vida muito diferente, baseado na produção e no consumo comunais, que terão consequências importantes para as necessidades dos indivíduos de moradia, transporte, construção de tipos muito diferentes de vilas e cidades, de locais de trabalho e desenvolvimento cultural, além da redefinição de sua relação com a zona rural, e de muitos outros aspectos da vida diária (MÉSZÁROS, 2011, p. 954).

O uso de transporte público gratuito e de automóveis com frota pública como medidas possíveis de serem adotadas para se contrapor ao sistema do capital, mas apenas em uma fase avançada do desenvolvimento socialista, expressam os exemplos do autor húngaro para caracterizar as diferenças entre os modos de produção.

Rumo ao fechamento do núcleo duro de sua obra, a parte três, que trata da crise estrutural do sistema do capital, Mészáros apresenta uma discussão sobre a seguinte temática: *Para além das ilusões da mercadização: o papel dos incentivos em um sistema genuinamente planejado.*

¹⁵ De acordo com o Relatório da Frota Circulante – edição 2019, página 3 –, elaborado pelo Sindipeças: “a frota de veículos em circulação no Brasil compreendia mais de 44 milhões em 2018, como visto anteriormente. Desse montante, 28% apresentava idade média de até 5 anos, 55% entre 6 e 15 anos e 17% acima de 16 anos. Com relação ao futuro, a tendência projetada é de contínuo envelhecimento da frota. Aproximadamente 20 milhões de veículos terão idade média superior a 11 anos e 19,4 milhões entre 4 e 10 anos”.

A crítica, mais uma vez, está direcionada ao sistema do capital e ao sistema pós-capitalista de produção de capital de tipo soviético. Como temos observado, as mesmas categorias explicativas são utilizadas para rebater as “duas linhagens”. Mészáros (2011) escreve:

O “socialismo de mercado”, sob uma variedade de denominações (inventadas para esconder sua natureza capitalista), teve duas linhagens. Na sequência histórica, a primeira linhagem foi a social-democracia reformista, e a segunda o stalinismo. O seu denominador comum foi sempre a subordinação estrutural do trabalho ao capital – e às personificações do capital nas suas variantes capitalista ou pós-capitalista. Não surpreende, portanto, que no final elas tenham convergido completamente, contribuindo significativamente para a desintegração do sistema do capital pós-capitalista de tipo soviético (MÉSZÁROS, 2011, p. 955).

A regra que caracteriza esses dois tipos de estratégia está relacionada ao fato de que os princípios e objetivos socialistas mais radicais foram abandonados, o que levou a uma acomodação à lógica do sistema do capital. O socialismo de mercado, forma pela qual o autor húngaro define as estratégias social-democrata e stalinista, jamais seria uma possibilidade séria de levar a humanidade para um novo patamar de sociabilidade.

Nesses dois casos, Mészáros aponta que foi necessária uma deturpação da teoria marxiana para justificar toda uma série de defeitos e problemas envolvendo os desdobramentos dessas estratégias. Além disso, o abandono das proposições marxianas também foi oportuno para a manutenção de uma estratégia, de acordo com o autor húngaro, fadada ao fracasso. Nas palavras de Mészáros (2011, p. 960), era um movimento que tendia à “[...] restauração capitalista, e não em direção ao socialismo”.

Mészáros (2011) aponta que:

[...] a dinâmica de uma ordem reprodutiva socialista, controlada por indivíduos autodeterminados, é inconcebível sem que seu próprio sistema de incentivos sirva às suas finalidades fundamentais; sistema que combine positivamente a dimensão motivadora individual com as exigências sistêmicas do controle sociometabólico global. Isto significa uma orientação qualitativamente diferente da que é imposta a todos os indivíduos pelo sistema do capital, que, por sua vez, subordina os incentivos diretamente aos seus imperativos materiais expansionistas [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 966).

No sistema do capital estão inclusas a sociedade de tipo soviético e todas as pós-capitalistas, que, na visão do autor húngaro, seguiram produzindo e reproduzindo o capital. Dessa forma, conforme Mészáros (2011):

[...] o objetivo da transformação socialista não pode se limitar à derrubada das personificações capitalistas privadas do capital, nem à tentativa autocontraditória de adaptar o “novo processo de vida social” aos constrangimentos estruturais deformadores dos “mercados de capital e trabalho”. O objetivo da transformação socialista deve ser o de avançar para além do capital. No contexto dos incentivos, a alternativa hegemônica socialista ao domínio do capital significa superar radicalmente a dialética truncada do sistema na inter-relação vital de produção, distribuição e consumo. Sem isso, fica impossível realizar o objetivo socialista de transformar o trabalho na “necessidade primeira da vida” [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 967).

Assim, “o sistema socialista de incentivos está baseado na ‘primazia das necessidades’ sobre os objetivos da produção, libertando-se assim da tirania do valor de troca” (MÉSZÁROS, 2011, p. 968). De acordo com Mészáros (2011), os fundamentos desse sistema produtivo seriam os seguintes:

[...] 1) o controle da produção é completamente exercido pelos próprios indivíduos produtores, excluindo assim a imposição de objetivos de produção preestabelecidos sobre a sua atividade; e 2) o caráter social do trabalho é afirmado diretamente, não *post festum*, permitindo que os indivíduos *planejem* seus intercâmbios produtivos e distributivos no sentido verdadeiramente significativo do termo. O sujeito social da produção é constituído de indivíduos particulares que apenas podem se reproduzir com sucesso em sociedade como *indivíduos sociais*, até mesmo quando estão à mercê da estrutura e dos modos de controle reprodutivos fetichizados. Mas precisamente porque, sob a dominação do capital, não se pode afirmar diretamente o caráter social da produção os indivíduos devem ser subsumidos às estruturas de poder que se relacionam entre si antagonicamente, determinando de maneira estreita a natureza e a margem dos incentivos materiais individuais compatíveis com elas. Sendo assim, as necessidades dos indivíduos, e os valores de uso que potencialmente lhes corresponderiam, ocupam uma posição subordinada na estrutura reprodutiva do sistema do capital. Só as duas importantes condições mencionadas no início deste parágrafo podem garantir a primazia das necessidades humanas e estabelecer um sistema de incentivos com fundamentos qualitativamente diferentes (MÉSZÁROS, 2011, p. 969).

O “incentivo” usado por Mészáros refere-se ao controle pelos trabalhadores de suas próprias condições de vida. Por fim, Mészáros (2011) alerta:

Outra dimensão de nosso problema se refere à partilha judiciosa da riqueza social disponível para distribuição entre fundos públicos e consumo privado. Isto é particularmente importante no período de transição. Deve-se, novamente, resistir à mitologia da mercadização, pois, como política, a legitimação do consumo privado determinado pelo mercado é cega e danosa

não só para a sociedade em geral mas também para os indivíduos. Os fundos de consumo privado – para comida e vestuário etc. – não podem por si só atender às necessidades das pessoas, muito menos se forem determinados pelo mercado, isto é, se forem extremamente discriminatórios. As necessidades urgentes dos indivíduos – de educação, serviços médicos, transporte público, cuidados com os idosos e outras, para não mencionar a carência desesperadora de serviços públicos e de saúde para os numerosos grupos médica e socialmente desprotegidos – só podem ser atendidas por fundos públicos. Uma vez que as necessidades básicas dos indivíduos tenham sido satisfeitas pelos fundos privados de consumo, a expansão dos fundos públicos adquire uma importância sempre crescente. A proporção entre os dois tipos de fundos deve ser, então, regulada pelas decisões conscientes dos próprios produtores associados. A atribuição de uma proporção cada vez maior da riqueza social em favor dos fundos públicos pode se tornar, na realidade, uma medida de avanço da sociedade em questão, e não de retrocesso. Sob este aspecto, permanece crucial também o próprio processo de tomada de decisão, que, se não receber dos próprios produtores associados um caráter substantivamente democrático, não permitirá à sociedade a saída do círculo vicioso criado pelas relações de distribuição conflitantemente reguladas – principalmente quando “desreguladas” pela estrutura do mercado (MÉSZÁROS, 2011, p. 970).

Observa-se que, coerente com sua proposta de transição, não há nenhuma menção a um novo caráter de Estado no processo de transição. São os próprios indivíduos que, socialmente, definem a organização da produção e distribuição de forma pública, e não privadamente.

Na última parte do capítulo 20, que termina a discussão da parte três – crise estrutural do sistema do capital – da obra magna de Mézszáros, a exposição refere-se ao *Para além do impasse conflitante: da irresponsabilidade institucionalizada à democrática tomada de decisão por baixo*

O tema central desse item é, portanto, a discussão sobre a forma de disciplina imposta pelo capital e como seria sua manifestação sob o socialismo. Além disso, trata do papel da democracia na tomada de decisões do conjunto dos trabalhadores associados, sem Estado, como forma de organizar a sociedade. Por isso, é uma *tomada de decisão por baixo*. Sobre o primeiro aspecto desse item, Mézszáros (2011) afirma:

Sob o capitalismo, a disciplina é impiedosamente imposta ao trabalho pelo *autoritarismo do local de trabalho* e pela *tiranía do mercado* (incluindo, claro, o mercado de trabalho). O impulso de impor emana dos imperativos expansionistas de produção do capital, e deve prevalecer a todo custo, não importa o quanto sejam desumanas e deformadoras as consequências. Em suas propostas de reforma, Bernstein e seus seguidores quiseram realizar os seus objetivos “socialistas” – cada vez menores e no fim totalmente imperceptíveis – sem mudar a moldura estrutural do sistema. Compreensivelmente, portanto, eles tiveram que dar entusiásticas boas-vindas à necessidade de disciplina do capital como, também, ao autoritarismo do local de trabalho e à tirania do mercado pelos quais a disciplina poderia ser imposta ao trabalho (MÉSZÁROS, 2011, p. 971).

Como já se tem identificado nos escritos de Mészáros, a base material, em sua concepção, é a do trabalho alienado. O sistema do capital, dessa forma, tem no modo alienado sua forma de controle. Por isso, Mészáros afirma que a sociedade do capital se organiza, de forma alienada, com a extração de trabalho econômico excedente. Já a pós-capitalista, com a extração de trabalho excedente politicamente regulada. E Mészáros (2011) complementa:

[...] Nenhuma surpresa, portanto, que Stalin – e também os seus partidários do Ocidente – fosse alérgico ao termo “alienação”, e tenha tentado confiná-lo, apesar de volumosa evidência em contrário, à “fase idealista” de desenvolvimento do jovem Marx. Contudo, sem que nos lembremos constantemente da natureza incorrigivelmente alienada do sistema do capital, não poderemos entender o que precisa ser radicalmente superado no curso da transformação socialista. Ou seja, a alternativa hegemônica do trabalho – o objeto da estratégia socialista – não tem nada a ver com as reformas acomodáticas, inventadas para “fazer o capitalismo trabalhar melhor”, como aconselham às pessoas os políticos e partidos trabalhistas e do “novo trabalhismo” dos nossos dias. Trata-se, pois, do estabelecimento de um modo radicalmente diferente de reprodução sociometabólica que consigna irreversivelmente ao passado as determinações coercitivas e exploradoras da alienada ordem do capital [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 971).

O autor húngaro cita uma passagem de Marx, dos *Grundrisse*, para validar sua concepção de trabalho alienado como base material do sistema do capital. A citação de Mészáros (2011) é a seguinte:

Na realidade, no processo de produção do capital ... o trabalho é uma *totalidade* – uma combinação de trabalhos – cujas *partes componentes individuais são estranhas uma à outra*, de forma que o processo global como uma totalidade não é o trabalho do trabalhador individual, e, mais que isso, apenas é o trabalho reunido dos diferentes trabalhadores [*violentamente*] *combinados*, e não [voluntariamente] combinados uns com os outros. A combinação deste trabalho aparece tão só como *subserviente* e conduzida por uma *vontade e uma inteligência estranhas* – tendo a sua *unidade viva* em algum outro lugar – quanto a sua unidade material aparece como subordinada à *unidade objetiva* da *maquinaria*, do capital fixo que, como *monstro vivo*, objetiva a ideia científica e é de fato o coordenador, não se relaciona de forma alguma com o trabalhador individual como o seu instrumento; o qual, ao contrário, em si próprio, existe como uma marca de pontuação individual animada, como seu acessório isolado vivo. ... Consequentemente, assim como o trabalhador se relaciona com o produto do seu trabalho como *algo estranho*, ele se relaciona com a combinação do trabalho como uma *combinação estranha*, como também com o seu próprio trabalho como uma expressão da sua vida que, embora lhe pertença, *é alheio a ele e dele é roubado*. ... *Capital*, portanto, é a existência do trabalho social – a combinação do trabalho *como sujeito e também como objeto* –, mas *esta existência existe independentemente e oposta a seus momentos reais* – consequentemente, ela própria é uma existência particular isolada deles. Por sua parte, o capital aparece, então, como o *sujeito predominante* e dono do *trabalho alienado*, e

sua relação é ela própria uma *contradição* tão completa como o é a do trabalho assalariado (MARX apud MÉSZÁROS, 2011, p. 971-972).

Contudo, ao verificar o contexto no qual a citação anterior de Marx estava inserida em seus esboços da crítica da economia política, os *Grundrisse*, encontrou-se a seguinte contextualização no parágrafo anterior à utilizada por Mészáros (2011):

Para expressar as relações em que entram capital e trabalho assalariado como *relações de propriedade* ou *leis*, nada mais temos a fazer que expressar o comportamento dos dois lados no *processo de valorização* como *processo de apropriação*. P. ex., que o fato de o trabalho excedente ser posto como valor excedente do capital significa que o trabalhador não se apropria do produto de seu próprio trabalho; que o produto aparece para ele como *propriedade alheia*; e, inversamente, que o *trabalho alheio* aparece como propriedade do capital. Essa segunda lei da propriedade burguesa na qual se converte a primeira – e que adquire, por meio do direito de herança etc., uma existência independente da contingência do caráter transitório dos capitalistas singulares – é erigida como lei da mesma forma que a primeira. A primeira é a identidade do trabalho com a propriedade; a segunda, o trabalho como propriedade negada, ou a propriedade como negação do caráter alheio do trabalho alheio [...] (MARX, 2011, p. 625).

Mesmo em se tratando de um esboço – algo para que temos chamado a atenção –, haja vista que não há explicação plausível que desconsidere a obra mais acabada de Marx – *O capital* – para a valorização de seu rascunho, Marx não deixa dúvidas sobre o tema central do qual está tratando. Em outras palavras, a relação entre capital e trabalho, explica Marx, no processo de valorização, coloca a força de trabalho do trabalhador como mercadoria que não lhe pertence, mas pertence ao capitalista que a comprou. Assim também o é com os produtos do trabalho produzido por essa força de trabalho em sua jornada. Estes são alienados no sentido de se tornarem alheios ao trabalhador, não serem de sua propriedade nem o trabalho que realiza tampouco o produto desse trabalho.

Mészáros pode fazer esse tipo de interpretação se respaldando no que afirma ser uma apropriação criativa das categorias de Marx. Sob essa justificativa, aliás, Mészáros pode fazer qualquer coisa com os escritos de Marx. No entanto, aponta-se que se trata de um equívoco utilizar uma citação de Marx, ou de qualquer outro autor, fora de seu contexto. Isso tem sido recorrente na obra escrita por Mészáros e analisada neste estudo.

Com essa compreensão da base material alienada no processo de trabalho e em seu controle, Mészáros (2011) retoma sua posição sobre a disciplina socialista em contraste com a do capital e a pós-capitalista:

Seguramente, no “novo processo de vida social” de uma sociedade socialista, a *disciplina* não é menos, mas muito mais importante. E com uma diferença qualitativa. A única disciplina praticável em todas as formas possíveis do sistema do capital – devido à *determinação estrutural* incorrigível *conflitante* de seu processo de trabalho – é a disciplina *externa*, imposta de uma maneira ou de outra sobre a força de trabalho. Em contraste, a alternativa socialista envolve a disciplina *internamente* motivada dos produtores individuais associados. E isso só é possível se o antagonismo estrutural entre capital e trabalho e o impasse conflitante dele resultante forem substituídos pelos processos reprodutivos positivos da alternativa hegemônica socialista à ordem sociometabólica estabelecida. Disciplina, neste sentido positivo, significa a dedicação autônoma dos indivíduos às tarefas que enfrentam, não por meio de algum comando externo a eles – nem sequer como resultado de exortações morais que de muitas formas se assemelham a comandos externos – mas porque eles *de fato* internalizaram as tarefas pelas suas deliberações e ações autodeterminadas, definindo para si próprios tanto os objetivos a serem perseguidos como os modos e os meios pelos quais eles podem ser realizados (MÉSZÁROS, 2011, p. 976).

A disciplina no projeto socialista, portanto, assume dois principais aspectos. Mézáros (2011) explica isso da seguinte forma:

[...] A primeira diz respeito à natureza das tarefas a serem executadas e, nesse sentido, à adequação das *habilidades* humanas que exigem exercício cuidadoso para uma conclusão bem-sucedida das tarefas determinadas. O segundo aspecto relaciona-se diretamente à *intensidade* com que os indivíduos – que possuem as habilidades exigidas – se empenham (uma questão de energia disponível) e se proponham (principalmente uma questão de atitude) a executar o trabalho por eles assumido. Evidentemente, portanto, existe uma enorme diferença entre os indivíduos trabalharem sob a pressão da compulsão política e econômica ou se dedicarem por deliberação consciente a aprender e a aplicar as habilidades exigidas, trabalhando com uma intensidade e um cuidado que nenhuma autoridade supervisora separada – para não mencionar uma autoridade alienada e hostil – pode lhes impor [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 976-977).

Estes são mais elementos que configuram a posição do autor húngaro com relação ao processo revolucionário socialista e a organização da sociedade sob uma nova forma histórica, sem os fatores envolvidos nos modos de produção de capital – capitalista ou pós-capitalista. No próprio modo de administração do capital, a disciplina se impôs de forma diferente nos dois momentos do capital – ascensão e consolidação –, conforme Mézáros (2011):

Houve um período em que o modo pelo qual o capital administrava o processo de trabalho e impunha sua disciplina férrea ao trabalho representou um avanço histórico, e como tal “tinha sentido”. Hoje, a situação é radicalmente diferente, pois, num momento em que a expansão do capital é inseparável da reprodução e da autopreservação destrutivas do sistema, é cruel levar adiante, com a maior intensidade

praticável, um tipo deformado de produção. Dessa forma, a disciplina externa do capital não só não faz mais sentido como ainda representa o triunfo devastador da *não razão*, da mesma maneira que a insensata expansão do valor de troca, à custa de necessidades humanas vitais, representa o triunfo incapacitante do *antivalor* (MÉSZÁROS, 2011, p. 977).

Quando o autor afirma que “houve um período”, está se referindo à fase anterior à crise estrutural do sistema do capital. Mais especificamente, como se apontou no decorrer desta tese, refere-se ao período vivenciado e analisado por Marx. O “hoje”, ao contrário, diz respeito ao período caracterizado pela crise estrutural, período vivido e analisado pelo autor húngaro. Essa inversão acompanha o movimento de ascensão do capital, antes, até sua consolidação. Isso significa que, em sua concepção, a disciplina do capital imposta ao processo de trabalho, que trouxe avanços no século XIX, passa a ser destrutiva e leva ao triunfo o “antivalor”, categoria relacionada à produção de mercadorias que não têm valor algum na satisfação das necessidades humanas.

Em síntese, para Mézáros (2011):

[...] Os objetivos produtivos da alternativa socialista não podem ser definidos, nem sequer realizados, sem combater o valor de troca autoexpansivo, adotando em seu lugar, como princípio orientador da reprodução da sociedade, o desenvolvimento positivo e a satisfação das necessidades humanas, incluindo, em um lugar proeminente, a necessidade do trabalho “como a primeira necessidade vital”. A disciplina interna do trabalho, contraposta aos movimentos repetitivos externamente impostos pelo capital, também exige um fundamento econômico muito diferente, em termos de sua relação com o tempo de trabalho. **A expropriação de não importa quanto trabalho excedente e mais-valia pelo capital**, correspondendo a quantidades e a intensidades cada vez maiores de tempo de trabalho excedente, seria um fundamento verdadeiramente miserável para as exigências de um processo de trabalho socialista que visa a produção e a satisfação das “ricas necessidades humanas”. Será necessária então uma relação qualitativamente diferente para a atividade de vida dos indivíduos, possível somente se o *tempo disponível* estiver livremente à disposição dos fins conscientemente escolhidos pelos próprios produtores associados. Relação contrária, portanto, àquela que lhes extrai violentamente tudo o que possa ser utilizado por um modo alienado de controle sociometabólico, em seus próprios fins autoexpansionistas, com “eficiência econômica”. É óbvio, porém, que não haverá razão alguma para motivá-los, interna e positivamente, no sentido de investir seu tempo disponível no conjunto das suas práticas produtivas e distributivas se eles não detiverem o controle completo da sua atividade de vida (MÉSZÁROS, 2011, p. 979).

Mais-valia não é uma categoria muito utilizada pelo autor húngaro para a determinação do processo de produção do capital. Já trabalho excedente é recorrente em seu universo categorial. Por vezes, Mézáros coloca ambas as categorias em uma relação de igualação. No entanto, nessa citação, as categorias são usadas de forma

complementar. Além disso, é o valor de troca, portanto, o foco principal de superação para que as necessidades humanas sejam satisfeitas positivamente. O tempo de trabalho será livremente escolhido pelos próprios trabalhadores, livremente associados, que estarão no controle completo de todas as atividades. Esse processo de tomada de decisão será “substantivamente democrático”, como Mészáros (2011) afirma:

Naturalmente, o sistema conflitante existente de irresponsabilidade institucionalizada não pode ser superado sem o estabelecimento de um processo de tomada de decisão substantivamente democrático, o que, por sua vez, é inconcebível sem um genuíno processo de planejamento. [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 979).

E para que esse planejamento tenha sucesso, a direção das atividades produtivas e distributivas precisa ser coordenada por todos os que realizam as atividades conscientemente elaboradas, segundo Mészáros (2011):

[...] Portanto, o planejamento genuíno é inconcebível sem uma substantiva tomada de decisão democrática desde baixo, pela qual tanto a coordenação lateral como a integração abrangente de práticas reprodutivas se tornam possíveis. E vice-versa, pois, sem o exercício conscientemente planejado e amplamente coordenado das suas energias e habilidades criativas todo discurso sobre a tomada de decisão democrática dos indivíduos não possui qualquer substância. Apenas juntos os dois poderão definir as exigências elementares da alternativa hegemônica socialista à ordem sociometabólica do capital (MÉSZÁROS, 2011, p. 980).

Planejamento genuíno e tomada de decisão democrática. É assim que Mészáros encerra sua proposição sobre a organização da vida sob a forma socialista. Com isso, encerramos nossa apresentação dos elementos matriciais que compõem o universo categorial de Mészáros. Tal universo categorial vai da crítica ao sistema do capital, em suas “duas linhagens”, até a elaboração estratégica para sua superação.

4. PARA ALÉM OU PARA AQUÉM DO CAPITAL DE MARX?

Ao longo desta tese, tem-se demonstrado que o estudo do universo categorial de Mészáros só pode ser realizado a partir de seu conjunto próprio de argumentação. Um ferramental teórico, portanto, específico aos seus escritos, e que se ergue na crítica direta, como viu-se, aos escritos, diretamente, de Marx e Lukács. Sustenta-se isso a partir das concepções que o autor húngaro expressa em sua obra magna. Tem-se repetido que a concepção de Mészáros, expressa em seu universo categorial, pressupõe que o sistema do capital está dividido em duas fases. A primeira foi a fase de ascensão histórica, na qual o capital poderia se desenvolver com certa tranquilidade por poder deslocar suas crises através da dinâmica expansionista. Essa é, inclusive, a diferença central entre as crises que marcaram a sociedade do capital antes da década de 1970 e a que se iniciou nessa década segundo o autor húngaro, a crise estrutural. Uma vez consolidada essa expansão, já não há mais alternativa para o capital, a não ser mergulhar em uma crise estrutural. Isso marca a segunda fase, a da consolidação do sistema do capital. Atualmente, já não é mais possível deslocar essa crise, que tende a se agravar por meio de um processo destrutivo.

A primeira fase teria sido a base sobre a qual as formulações de Marx foram realizadas. A segunda fase, dessa forma, marca as elaborações de Mészáros. Trata-se, portanto, na concepção de Mészáros, de duas teorias distintas para duas fases distintas do capital. Esses são, em síntese, os argumentos que Mészáros realiza em diversas páginas de sua principal obra para argumentar e justificar o descarte d'*O capital*, de Marx. A fase analisada por Marx é a do capital incipiente; e a analisada pelo autor húngaro, a do capital plenamente desenvolvido.

No entanto, Mészáros, dispensando o universo categorial de Marx, respalda-se em características que considera ser universais no pensamento marxiano. São as seguintes: a radicalidade crítica para com o sistema do capital, a análise feita a partir da ótica dos trabalhadores e a necessidade de uma transição socialista para uma nova forma histórica; ou seja, o “espírito da obra de Marx”. Tais características estão embasadas, como se observou neste trabalho, na compreensão de base material alicerçada no trabalho alienado, categoria que Mészáros retira de Marx dos *Manuscritos econômico-filosóficos*, de 1844.

Demonstrou-se como Mészáros (2011) justifica sua obra magna a partir de três considerações, todas relacionadas aos escritos de Marx:

1) O significado central da expressão “além do capital” pretendido pelo próprio Marx quando empreendeu a monumental tarefa de escrever seu *O capital*. Neste sentido, **significa ir além do capital em si e não meramente além do capitalismo** [...] 2) Além da versão *publicada* de *O capital* de Marx, inclusive seu segundo e terceiro volumes impressos postumamente, bem como o *Grundrisse* e as *Teorias da mais-valia*. **Todo o projeto a que Marx dedicou sua vida não permaneceu apenas inacabado, mas – segundo o plano rapidamente esboçado pelo autor em suas cartas e seus prefácios – só foi completado em seus estágios iniciais**; portanto, não poderia refletir adequadamente suas intenções registradas 3) **Além do projeto marxiano em si, como ele poderia ser articulado sob as circunstâncias da ascendência global da sociedade de mercado no século XIX, quando as possibilidades de adaptação do capital como sistema de controle “híbrido” – que só se tornou plenamente visível no século XX – ainda estavam ocultas do exame teórico** (MÉSZÁROS, 2011, p. 45-46, grifos nossos).

Observou-se que todos os apontamentos seguem na direção de superação de *O capital*, de Marx. Como já se destacou nesta tese, Mézáros pretende: i) seguir fiel a Marx, na radicalidade revolucionária; ii) concebe que as proposições de Marx não foram completadas, aliás, tiveram apenas algumas conclusões em estágios iniciais diante da proposta de estudo do próprio Marx; e iii) o capital se manifesta em sua totalidade e controle social plenamente visível apenas no século XX, por isso não foi possível que Marx tivesse acompanhado esse processo.

Verificou-se também que todas essas considerações, em verdade, são determinadas pelo terceiro ponto. Ou seja, que a época de Marx é marcada por uma fase incipiente do movimento do capital, que só estaria completo, ou plenamente desenvolvido, a partir do século XX. Dessa forma, mesmo que a obra de Marx tivesse sido completada, sob o ponto de vista de Mézáros esta seria incipiente por expressar as limitações de uma fase inicial do capital em ascensão.

Com esse pressuposto, Mézáros justifica sua própria tarefa e se esforça, como pode, para encontrar correspondência nos escritos do próprio Marx, a partir do “espírito da obra de Marx”. Exemplo disso é, como se abordou nesta tese, a consideração de Mézáros sobre a necessidade de “mudanças” significativas que seriam necessárias na teoria de Marx e que ele próprio, supostamente, havia apontado, na concepção de Mézáros, claro. Isso levou o autor húngaro a se “apropriar criativamente” dos escritos de Marx. Tudo isso, de fato, é secundário nos escritos de Mézáros. São apenas justificativas e uma tentativa de encontrar em Marx algum respaldo para sua própria concepção; e de adequar a teoria de Marx a seu próprio universo categorial. Ou seja, o autor húngaro assume a responsabilidade de

escrever *O capital* em sua forma plenamente desenvolvida, não se tratando, portanto, de uma atualização dos escritos de Marx, mas de uma nova teoria para uma nova realidade: a realidade do capital plenamente desenvolvido. Em síntese, para Mészáros (2011):

“[...] uma regra fundamental do método de Marx: **o aprofundamento e a revisão constantes (“modificação significativa”)** de todos os pontos principais acontecem à luz das séries de relações complexas em desdobramento às quais pertencem” (MÉSZÁROS, 2011, p. 518, grifo nosso).

Aprofundamento e revisão constantes, como se apontou neste trabalho, são entendidos por Mészáros como sinônimo de modificação significativa dos escritos de Marx. Tal concepção é retirada dos *Grundrisse* e, conforme se apresentou nesta tese, trata-se de uma citação completamente fora do contexto e que não oferece base para essa definição feita por Mészáros.

Assim, para Mészáros (2011):

Em qualquer apropriação criativa da concepção original de Marx, várias considerações importantes não podem ser esquecidas. **A primeira diz respeito à exigência de nos orientarmos pelo espírito de sua obra.** Pois, após um longo período de reverência estática, agora se tornou moda ser “crítico” para com Marx, sem propriamente entender ou mesmo sem desejar entender o contexto e as limitações dialéticas vitais de suas afirmações [...] Apelar ao espírito da obra de Marx, portanto, significa antes de tudo empreender a *crítica interna* necessária, nas palavras do próprio Marx, isto é, a “modificação significativa” de algumas proposições específicas, à luz da teoria como um todo e, portanto, a remoção de todas as “abstrações” e unilateralidades removíveis (MÉSZÁROS, 2011, p. 520-521).

Mas o que seria o “espírito da obra de Marx”? O conjunto dos estudos para esta tese evidenciou que a compreensão de Mészáros é a de que Marx tem como universal em seus escritos a radicalidade crítica sob a ótica dos trabalhadores e a necessária revolução para uma nova forma histórica. Esses são os pilares do “espírito da obra de Marx” entendido por Mészáros.

E porque as “modificações significativas” se fizeram necessárias? Em função da alteração histórica, segundo o pressuposto de Mészáros. E, assim, na concepção de Mészáros, para adequar os elementos centrais de Marx ao universo categorial do autor húngaro. Como o sistema do capital era incipiente no período vivido e analisado por Marx, a teoria de Marx se tornou incipiente também.

Verificou-se ainda que, na análise de Mészáros, Marx insistiu em seus escritos que “[...] aqueles que adotam a perspectiva do socialismo científico e do materialismo histórico ‘não têm outro ideal a realizar que não seja libertar os elementos da nova sociedade da qual está grávida a velha sociedade burguesa em colapso’” (MÉSZÁROS, 2011, p. 532). No entanto, conforme Mészáros (2011):

[...] As pessoas tendiam a ler a metáfora de Marx com uma parcialidade otimista que ignorava sua advertência implícita: a saber, que a gravidez de úteros velhos frequentemente resulta em abortos ou recém-nascidos física ou mentalmente e gravemente deficientes (MÉSZÁROS, 2011, p. 532).

Assim, o movimento socialista articulado por Marx, assim como a Revolução Russa e todos os processos revolucionários ocorridos antes da crise estrutural, foi prematuro, e “[...] no momento de sua concepção, a teoria marxista lutou como pôde para se realizar, mas a própria realidade se recusou a lutar ao seu lado, da maneira esperada e estipulada por seu autor” (MÉSZÁROS, 2011, p. 219). Na atualidade, em função da crise estrutural, “[...] a situação é radicalmente diferente e chega a ser diametralmente oposta ao que foi enquanto Marx vivia [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 219).

A elaboração de uma nova estratégia socialista tem, por fundamento, uma nova concepção de sistema do capital, agora plenamente desenvolvido e oferecido por Mészáros.

Para tornar as coisas mais esclarecidas, Mészáros dispensa o universo categorial de Marx, mas não o faz por completo. Apropria-se criativamente, modifica significativamente e insere parte dos conceitos e das categorias de Marx em seu próprio universo categorial. Assim, o conteúdo se modifica estruturalmente, não fazendo qualquer sentido analisar a qualidade da apropriação que Mészáros teria feito dos escritos mais desenvolvidos de Marx.

Considerando as compreensões do autor húngaro sobre o sistema do capital em seu processo de produção e circulação, suas crises e possibilidade de transição, quais são as diferenças entre o universo categorial de Mészáros e o de Marx? De fato, o período analisado por Marx foi o da ascensão histórica do capital, com toda a caracterização feita por Mészáros? Seriam, os escritos de Marx, incipientes? O *capital*, de Marx, estaria datado ao século XIX? Observe-se mais de perto, a partir da exposição de Marx n' *O capital*.

4.1 A ESPECIFICIDADE D'O CAPITAL DE MARX

Não é objetivo da presente tese detalhar o universo categorial marxiano, tal como se fez com a obra de Mészáros. Para a análise nesta tese, e para a contribuição em busca de respostas às questões aqui levantadas, é suficiente apontar as categorias e conceitos basilares presente em *O capital*. Pelos limites de tempo para a realização deste estudo, ater-se-á a executar essa tarefa a partir do Livro I dessa obra de Marx. Adentrar-se-á nos escritos que Mészáros considera como incipientes e inacabados.

O capital é a expressão mais aprofundada do universo teórico elaborado por Marx. Como se sabe, algumas partes de seu conteúdo foram publicadas apenas anos depois de serem esboçadas, como os livros II e III dessa obra. Ainda assim, como exemplo, os livros II e III foram editados por Engels com base no vasto material de estudos de Marx. São escritos de Marx, com questionamentos e críticas elaboradas a partir de suas leituras e estudos, visando à sua publicação.

Como se verá no capítulo cinco deste estudo, Marx deixou muito mais manuscritos do que obras publicadas. Uma série de acontecimentos dificultaram seu processo de pesquisa e exposição. Mas foi no período marcado durante os anos de 1857 a 1863 que Marx intensificou, sobremaneira, suas pesquisas. Tal período corresponde a uma fase de grande elaboração do autor alemão. Expressão disso foram a redação dos esboços, os *Grundrisse*, de 1857 a 1858, a publicação da obra *Para a crítica da economia política*, em 1859 e os *Manuscritos econômicos de 1861 a 1863*. A formulação de seu plano de estudos e exposição¹⁶, nesse momento, já estava bastante claro para Marx.

Essas elaborações provocaram um salto qualitativo na compreensão de Marx sobre a sociedade do capital e culminaram com os escritos e a publicação da primeira edição de sua obra *O capital*, Livro I, em 1867. Sabe-se que Marx não completou o rol de discussão que havia planejado. Aliás, o conjunto de conteúdos elencados por Marx

¹⁶ Algumas pesquisas apontam que Marx estruturou mais do que um plano geral para sua exposição. É o que apresenta, por exemplo, Leonardo Gomes de Deus em tese intitulada *Reconstrução categorial de O capital à luz de seus esboços: a instauração da crítica da economia política (1857, 1863)*, realizada em Belo Horizonte, CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2010. Em síntese, isso demonstra, entre outras coisas, que nesse período Marx já havia realizado o núcleo duro de sua pesquisa, consolidando sua compreensão acerca da sociedade do capital. Além disso, expressa sua preocupação com a forma de apresentar didaticamente aos trabalhadores o conteúdo de anos de pesquisa.

é de tamanha envergadura que não seria exagero afirmar que uma vida seria pouco para completá-lo satisfatoriamente. Contudo, isso sob hipótese alguma torna superficial os textos publicados e os escritos com essa finalidade. Ou seja, o Livro I d'*O capital* e os que se seguiram, editados por Engels após a morte de Marx, a saber, os livros II e III. É o que, por exemplo, explica a nota da edição do Livro I d'*O capital* publicada pela editora Boitempo (2013):

Em 1862 Marx muda-se para a Inglaterra a fim de ver de perto o que seria o estágio mais avançado do capitalismo de então e, dessa forma, decifrar suas leis fundamentais. Enfermo e depauperado, passa os dias mergulhado em livros na biblioteca do Museu Britânico e, no ano seguinte, retoma o projeto de escrever *O capital*, sua obra mais sistemática, trabalho de fôlego de análise da estrutura da sociedade capitalista. **O Livro I – centrado no processo de produção do capital e finalizado em 1866 – foi publicado em Hamburgo em 1867, mas os seguintes não puderam ser concluídos por Marx em vida. Seus estudos para a magistral obra foram editados pelo parceiro e amigo Engels e publicados em 1885 (Livro II) e 1894 (Livro III)** (N.E, 2013, p. 14, grifo nosso)

O conteúdo que se abordará a seguir apresenta temas de alta complexidade. Para isso, usaremos determinadas categorias explicativas que são basilares para a compreensão de toda a construção teórica de Marx. Portanto, há de se considerar o fato de não haver consenso na compreensão dessas categorias. Em outras palavras, serão oferecidos argumentos para a defesa de determinado posicionamento; com a consideração de que faz parte de uma determinada apreensão.

O que se descarta, veementemente neste trabalho, é a defesa de que haja verdades absolutas em determinadas apreensões. Isso, de saída, interditaria a produção do próprio conhecimento científico. E este tipo de conhecimento é elaborado a partir de pontos de interrogação e não de pontos finais. Portanto, são as questões que fundamentam e potencializam a busca pela apreensão do conhecimento sobre a sociedade do capital.

Isso significa que há diversas posições sobre as categorias explicativas marxianas. São assuntos polêmicos e que, exatamente por isso, estimulam a produção de conhecimento. Essa é a condição para se avançar nos níveis de conhecimento sobre *O capital*. Está-se, ou dever-se-ia estar sempre apreendendo. Os limites de compreensão fazem parte do processo de sua superação.

Essas considerações são válidas apenas para o conjunto de autores que se apresentam como herdeiros do universo categorial marxiano e que utilizam suas categorias explicativas como formas de entender o ser do capital. Assim, Mészáros,

por dispensar esse universo, não se insere nesse quadro de debate. Está, em sua posição, para além disso, pelos argumentos já apresentados neste estudo. Assim, os escritos desse autor estariam corretos?

Para adentrar na especificidade do ser social na forma do capital, é necessária uma breve introdução. São considerações realizadas a partir do Livro I d' *O capital*, de Marx, para na sequência apresentar o que o autor alemão escreve em sua exposição.

4.1.1 O ser genérico e a condição de humano: uma breve introdução a *O capital*, de Marx

Ao longo de milhares de anos da história, o ser humano foi se diferenciando da condição animal. A necessidade de determinada alimentação específica, por exemplo, expressa essas modificações. No entanto, essa necessidade também faz parte da condição de outros animais. Contudo, quando se pensa elementos que são exclusivamente humanos, por exemplo, tem-se o trabalho, a educação e a cultura (MARX, 2011).

Gradativamente, a partir do trabalho, a humanidade vai se transformando ao transformar a própria natureza e, gradativamente, vai se afastando de sua animalidade. As necessidades humanas, que vão do estômago à fantasia, começam a determinar os processos de ação. Cabe destacar que não há, dessa forma, uma hierarquia entre elas. Se o ser não satisfaz suas necessidades da fantasia, não se realiza como humano, mas como animal (MARX, 2011).

São os meios de subsistência que, partindo da natureza e do trabalho, permitem a sobrevivência do ser humano. No processo de desenvolvimento social, cada vez menos a natureza e cada vez mais o trabalho é o que determinará a condição de humano. E para que se tenha o meio de subsistência, por meio do trabalho, são necessários meios de produção. Como o próprio nome indica, são os meios por intermédio dos quais se produz os meios de subsistência. São meios de produção diretamente dos meios de subsistência. Portanto, são meios de produção da vida como humano (MARX, 2011).

Os meios de produção, como os meios de subsistência, são fruto de duas raízes: a natureza e o trabalho. Terra virgem e terra arada, por exemplo. Assim como os meios de subsistência, os meios de produção são, no decorrer dos anos, cada vez mais originados pelo trabalho e cada vez menos pela natureza. Ou seja, cada vez

mais o meio de produção será a terra trabalhada, e cada vez menos a terra virgem (MARX, 2011).

Resume-se: embora se tenha duas fontes originárias – a natureza e o trabalho –, cabe destacar que cada vez mais os meios de subsistência e de produção são fruto do trabalho e cada vez menos da natureza. Os meios de subsistência satisfazem uma necessidade imediata. Já os meios de produção possibilitam o que será consumido para satisfazer essas necessidades. No início, meios de produção e subsistência eram valores-de-uso, ou o conteúdo material da riqueza¹⁷ (MARX, 2011).

Portanto, o que produz originalmente a riqueza são as mesmas duas fontes: a natureza e o trabalho. Cada vez mais o trabalho e cada vez menos a natureza. Assim, o trabalho é a fonte fundamental de riqueza. E desta maneira, ao produzir riquezas, produz-nos como seres humanos mais ricos. E por quê? Por nos permitir satisfazer necessidades humanas cada vez mais ricamente. Esse ato do trabalho, que produz valores-de-uso – meios de subsistência e meios de produção –, é exclusivamente humano¹⁸ (MARX, 2011).

É necessário destacar que o trabalho, aqui descrito, diz respeito a uma categoria econômica que expressa as transformações da natureza. Isso significa dizer que, sob o ponto de vista econômico, a atividade do trabalho é exclusivamente humana e diz respeito à transformação da natureza, que passa a deixar de ser uma natureza natural; ao mesmo tempo possibilita a transformação do próprio ser e, gradativamente, passa-se de ser animal a ser social.

Dessa forma, o trabalho é o criador do ser, e não a natureza. O ser foi se produzindo como humano por intermédio do trabalho. É importante considerar todo esse processo em movimento. Assim, o que criou o ser como humano não foi uma atividade única, mas o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho. É isso que, constantemente em movimento, torna os seres cada vez mais qualificados e cada vez mais ricos – com mais valores-de-uso (MARX, 2011).

Então, é um movimento de constante qualificação do trabalho que torna o ser cada vez mais um ser humano e menos um animal. E, dessa maneira, qualifica as próprias necessidades do ser como seres humanos. É, portanto, o desenvolvimento

¹⁷ Riqueza não é, como a compreensão do senso comum a apresenta, dinheiro. O valor-de-uso precede, em milhares de anos, o dinheiro. Uma sociedade é tanto mais rica quanto mais valores-de-uso ela produz.

¹⁸ O que nos diferencia dos animais, portanto, não é apenas o trabalho, como ato isolado e momentâneo, e sim o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho.

das forças produtivas do trabalho que nos transforma em humanos, e, assim, altera nossa qualidade como humanos.

Sob esse ponto de vista, não é o trabalho, mas o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho que altera, extraordinariamente, nossa condição como humanidade. A pedra lascada, por exemplo, foi uma alteração enorme na natureza e que, somada ao domínio do fogo, promovido em grande medida pelo domínio da técnica para a produção da pedra lascada, promoveu alterações em nossa dieta. Isso permitiu o consumo de carne, que por sua vez alterou a fisiologia de nosso organismo¹⁹.

A natureza não nos dotou com uma mandíbula e maxilar capazes de consumir carne. Foi o cozimento da carne, por meio do domínio da técnica da construção da pedra lascada e do fogo, ambos frutos do trabalho, que possibilitou o consumo de carne cozida, que com sua proteína alterou nossa forma natural (ENGELS, 1876).

Assim, em movimento, houve a necessidade de um conhecimento necessário para o domínio das difíceis técnicas da produção da pedra lascada e do domínio do fogo, e isso, necessariamente, precisa ser repassado às gerações futuras. A transmissão desse conhecimento para as novas gerações otimiza o tempo da humanidade e qualifica, cada vez mais, as técnicas da produção da pedra lascada e do domínio do fogo, por exemplo.

Dessa forma, não apenas o processo de trabalho em constante desenvolvimento de suas forças produtivas, mas juntamente com ele, o conhecimento e a transmissão do conhecimento às novas gerações é que permite os saltos qualitativos de tornar os seres continuamente humanos. Com o processo de trabalho, produz-se o conhecimento desse processo e a necessária transmissão às futuras gerações²⁰. Sem isso, a cada nova geração, a humanidade teria de recomeçar do zero, ou seja, de sua animalidade. O padrão que chega pelo trabalho realizado originalmente se torna o ponto de partida para o ato seguinte.

¹⁹ Engels, em texto de 1876, escreve *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. Nesses escritos, apresenta uma série de contribuições para essa caracterização.

²⁰ Embora umbilicalmente articuladas, trata-se de duas tarefas distintas: a produção do conhecimento e sua transmissão. Na sociedade contemporânea, por exemplo, o corpo de trabalhadores responsáveis por cada uma dessas tarefas é distinto: pesquisador e professor, respectivamente. Uma função é ser pesquisador, outra é ser professor. Há quem reúna as duas atividades, mas a realização de cada uma delas se dá em momentos diferentes, pois se trata de tarefas distintas, com métodos distintos e respostas diferentes. Isso se dá em situações excepcionais e, ao que tudo indica, cada vez mais temporárias. Assim, não há mérito nem demérito nessa situação, apenas são atividades distintas.

Em síntese, não é só o trabalho, mas o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho que possibilita o salto ontológico, o ato de se tornar humano. O trabalho é criador do ser, mas não o criou sozinho como humano: houve participação do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, intimamente ligadas à produção e à transmissão de conhecimento²¹.

Esses fatos estão relacionados com a espécie humana, ou seja, com o não individual. Quando se nasce, nasce-se como um ser animal. Então, entra-se rapidamente na condição de humanidade. Como um bebê se transforma no humano? Pelo trabalho? Não. Ele terá de se apropriar, ao longo de sua vida, do que a humanidade produziu como humano ao longo de milhões de anos. Isso está sintetizado em último grau nos adultos, com os quais esse bebê terá sua aprendizagem do legado cultural da condição humana, reunida no último patamar. Não se produz um humano por geração espontânea. Alguém precisa ensinar esse mamífero a ser humano. Qual o nome dessa tarefa? Educação²².

É importante destacar, para não se incorrer em equívocos comuns da atualidade, que esta exposição, nesta parte desta tese, considerou o trabalho ontológico como forma didática de resgate histórico e o papel do trabalho na construção da própria humanidade. Contudo, essa forma de explicação do trabalho é completamente insuficiente para a explicação do trabalho na forma social do capital. Aliás, a forma que o trabalho assume é sempre determinada historicamente. Em outras palavras, o trabalho como trabalho concreto, o que produz valores-de-uso, é sempre subsumido, nas sociedades de classes, pela determinação histórica desses modos de produção (MARX, 2011).

Marx, n' *O capital*, utiliza poucas linhas para realizar essa explicação. E adverte, quando discorre no capítulo cinco de sua obra máxima, que há uma distinção entre “processo de trabalho” e “processo de produzir mais valia”, título desse item. Na primeira parte, este autor escreve sobre o processo de trabalho, trazendo os

²¹ O que criou o ser, como humano, foi o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, a pesquisa e a educação. É verdade que o trabalho é o fundante nessa história, mas não está sozinho no processo de humanização. Daí vem a relação do trabalho com a educação.

²² A educação escolar universalizada é algo muito recente na humanidade. Data menos de 100 anos. O que se está tratando aqui é de educação, e não da educação escolar. A educação é o que promove o salto ontológico do ser social que acabou de nascer. Isso individualmente. E, necessariamente, a partir do trabalho e do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho. Do ponto de vista individual, o que produz o ser como humano é a educação. Tratando-se ainda de maneira indiferenciada. E em sentido geral. Colocar-se-á isso efetivamente na determinação histórica.

elementos que se apontaram nesta tese como processo simples de trabalho, concreto, produtor de valores-de-uso. O autor alemão escreve, nesse contexto: “observando-se todo o processo do ponto de vista do resultado, do produto, evidencia-se que meio e objeto de trabalho são meios de produção e o trabalho é trabalho produtivo” (MARX, 2011, p. 215). Fora da totalidade em que tal frase é colocada, sua compreensão poderia ser a mais variada possível. No entanto, o movimento contrário leva-se a compreender que Marx está tratando, nesse momento, do trabalho produtivo de valor-de-uso. E o mais importante, como este autor explica: “essa concentração de trabalho produtivo, derivada apenas do processo de trabalho, não é de modo nenhum adequada ao processo de produção capitalista” (MARX, 2011, p. 215).

O trabalho que transforma a natureza e, ao mesmo tempo, transforma a humanidade, cria a própria humanidade, é assim apenas uma forma de trabalho, que, sob os modos de produção das sociedades divididas em classes, é subsumido a determinações históricas distintas. Na sociedade do capital, esse trabalho é subsumido ao trabalho abstrato, e este, ao trabalho produtivo de capital. Não faz sentido, sob esse ponto de vista, utilizar essa compreensão categorial – trabalho – fora de sua determinação histórica.

Mészáros compreende isso claramente. Até mesmo esse é o fundamento central de suas críticas a Lukács. Recordar-se que, para Mészáros, Lukács não vai até a base material da produção na URSS, ficando preso ao trabalho em sentido geral. Isso, na perspectiva de Mészáros, interdita qualquer tipo de contribuição de Lukács e o insere como autor síntese da sociedade do capital de tipo soviético. Contudo, ao identificar a base material com o trabalho alienado, as elaborações de Mészáros terão, como se verá no capítulo cinco, contornos problemáticos.

O trabalho em sentido geral encerra sua existência como criador da humanidade e passa a ser subsumido a outras determinações com o advento da propriedade privada dos meios de produção²³. Não se entrará nas minúcias desse

²³ A propriedade privada dos meios de produção impõe o surgimento de, em síntese, quatro novos aspectos, que alteram radicalmente a forma de se produzir a vida: i) as classes sociais – uma proprietária dos meios de produção e outra expropriada destes; ii) as relações de exploração; iii) as relações de dominação – o Estado; e iv) o mercado – a mercadoria. Todos esses elementos são genéricos das sociedades de classes e compõem os fundamentos dos modos de produção baseados na propriedade privada dos meios de produção, inclusive no capitalismo. No entanto, os contornos que o sistema do capital dará a esse processo são particulares e impossíveis de serem explicados pela forma genérica das sociedades de classes anteriores. Cabe destacar, também, que Marx, n’O *capital*, inicia sua exposição pela mercadoria, forma elementar da produção de capital. Faz isso tão somente por considerar como pressuposto a propriedade privada.

movimento, cabendo destacar somente a centralidade desse processo. O surgimento desse novo elemento altera radicalmente a produção social da vida²⁴.

4.1.2 A propriedade privada e a alteração radical da vida humana

A origem da propriedade privada, que não será aqui aprofundada, proporcionou, por meio de sua forma de organização, um salto extraordinário no desenvolvimento das forças produtivas do trabalho. Deixou de ser necessário o enorme gasto de tempo para produzir a vida. E promoveu a produção das primeiras civilizações, que, então, puderam produzir sua vida em uma única região, extremamente fértil, o que favoreceu a produção da agricultura e o avanço da pecuária, por exemplo.

Em função desses fatores, há, pela primeira vez na história, a produção de excedente. Esse fator está na base da relação de exploração de um ser humano por outro. Em síntese: o surgimento da propriedade privada dos meios de produção, que alterou radicalmente a produção da existência da humanidade, é condição para o surgimento da primeira grande contradição da história. Aquilo que propiciou a construção da condição de seres humanos cada vez mais ricos – valores-de-uso – e promoveu o salto ontológico do ser orgânico para o ser social é o que criou, contraditoriamente, as condições para a destruição da condição de humanidade. Demonstrar-se-á isso mais de perto na sequência desta tese.

É importante destacar que a propriedade privada só pode se efetivar na condição de se privar outras pessoas da mesma propriedade. O Direito, por exemplo, surgiu com a propriedade privada. Um dos primeiros escritos de Marx²⁵ (2017) foi justamente sobre esse tema. O autor alemão desenvolve seus primeiros estudos na

²⁴ E por que essa produção se modifica? Observe-se a partir do seguinte exemplo. O meio originário da natureza: a Terra natural. Por meio dessa natureza, a humanidade extrai e produziu todos os meios de produção e todos os meios de subsistência. A partir de um certo processo, contínuo e contraditório, com uso da violência, que data com registros de aproximadamente 10 mil anos, há a inauguração da propriedade privada. O que era de todos passa a ser de alguns. Há proprietários dos meios de produção e expropriados desses meios. É possível identificar os desdobramentos disso ao longo de milhares de anos. Um dos grandes ensaios a respeito desse tema foi produzido por Engels em seu texto *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Este autor produziu esse texto com base na ciência do século XIX. Hoje tem-se ainda muito mais elementos para compreender esse processo.

²⁵ In: MARX, Karl. *Os despossuídos: debate sobre a lei referente ao uso da madeira*. São Paulo: Boitempo, 2017, p.150. Trata-se de um artigo escrito em 1842 para o jornal *Rheinische Zeitung* – Gazeta Renana, editada entre 1º de janeiro de 1842 e 31 de março do ano seguinte.

área da filosofia e jurisprudência, do Direito. Este autor discutia, apenas e exclusivamente, sob o ponto de vista do Direito. Somente depois é que Marx fará essa análise a partir da base material da produção de capital. Nesse período, o autor alemão afirma, sob o ponto de vista do Direito, que a propriedade privada é um roubo. Marx não inaugura esse tipo de discussão: Proudhon²⁶, por exemplo, foi um dos autores que já discutiam esse tema.

A conclusão geral a que se chega até esse ponto é a seguinte: se uma classe produz a vida, satisfazendo as necessidades, que vão do estômago à fantasia, através dos meios de subsistência, que são privados, logo a outra classe está privada de produzir sua vida como humano e como animal. Assim, a vida dessa classe desprovida dos meios de produção está nas mãos dos proprietários privados dos meios de produção e subsistência. Essa condição não acontece nem mesmo entre os animais: nenhuma espécie animal possui propriedade privada nem, portanto, priva outros animais de se alimentarem. Há uma luta natural pela sobrevivência, mas essa luta não se dá pela propriedade privada. A humanidade é a única espécie que produziu essa condição. Aqui está o grande poder de uma classe social²⁷.

Dessa forma, a fonte da vida está nas mãos dos proprietários privados dos meios de produção. E a vida da classe desprovida desses meios de produção está nas mãos desses proprietários²⁸, verdadeiros detentores do poder.

Se uma classe está privada dos meios de produção e dos de subsistência, e, portanto, dos valores-de-uso necessários para a produção da vida dessa classe, como essa classe vive? Vendendo a si próprio. Esse foi o fundamento da sociedade escravista. Não é uma opção, mas uma necessidade imposta por aquela determinação histórica. E não apenas isso. Essa classe passa a ser um meio de produção para os proprietários dos meios de produção e trabalha para produzir algo

²⁶ “Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), publicista, economista e sociólogo francês, ideólogo da pequena burguesia. Seu primeiro trabalho *Que é a propriedade?* (1840) e que contém a famosa frase “A propriedade é o roubo!” teve grande repercussão. Publicou em seguida o *Sistema das contradições econômicas ou filosofia da miséria* (1846), ao qual Marx respondeu com a obra *Miséria da filosofia*. Proudhon escreveu também a *Capacidade política dos trabalhadores, que exerceu profunda influência sobre o movimento operário francês*”. A adequação às normas da ABNT foi feita pelo autor desta tese. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/p/proudhon.htm>>. Acesso em: 05 dez. 2020.

²⁷ O poder não está no parlamento nem nas mãos do presidente da república, mas nas mãos dos proprietários privados dos meios de produção.

²⁸ Assim, pode se alterar o presidente como quiser, homem, mulher, negro, barbudo etc., porém isso não alterará absolutamente nada nas condições de propriedade privada e dos detentores do poder.

que não lhe pertence, e sim é propriedade de quem detém os meios de produção e subsistência. Mas, para que essa classe desprovida ao menos esteja viva para seguir produzindo os valores-de-uso para os proprietários – a riqueza –, essa classe receberá em troca uma parte mínima, básica e necessária para sua sobrevivência. Assim, exatamente como uma ferramenta, um animal etc., a classe desprovida também se torna um meio de produção. E, dessa forma, também pode ser comprada e vendida. A rigor, como meios de produção, a classe não proprietária, a partir dos fatores mencionados aqui, passa a ser como qualquer animal utilizado como meio de produção.

A expropriação dos meios de produção promove a transformação do ser que era social em um ser natural. A classe proprietária privada não apenas expropriou uma outra classe da propriedade dos meios de produção e subsistência, mas a privou da condição de humano. Em síntese, tem-se aqui uma breve apresentação de um tipo de exploração, a escravista. Dessa forma, o escravo é um não humano. Nem mesmo sua própria vida lhe é sua propriedade, mas é propriedade de quem a comprou. O trabalhador, nessas condições históricas, é, portanto, uma mercadoria. Essa questão será indispensável, nesta tese, para a compreensão dos escritos de Marx nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, de 1844.

Resumindo: com o surgimento da **propriedade privada**, o trabalho, que criava humanos em uma determinada época histórica, passa então a criar humanos, não trabalhadores de uma classe, e não humanos, trabalhadores de outra classe. O desenvolvimento das forças produtivas do trabalho – que propiciou o salto ontológico do ser orgânico para o ser social –, com a propriedade privada, passa a fazer o contrário. E transforma parte dos seres sociais em seres animais. Isso é válido apenas para uma classe, a não proprietária dos meios de produção e subsistência. No caso dos escravos, e não no dos proprietários, há uma negação do humano. E mais importante: quem exerce a atividade do trabalho, quem anteriormente era o promotor do salto ontológico, é quem é privado de sua humanidade, é animal, mero meio de produção.

O trabalho, que propiciou ao longo de milhares de anos a criação da própria humanidade, por resultado do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, passa, com a propriedade privada, a produzir um não humano. É uma relação contraditória: o que produziu o humano cada vez mais humano passa a fazer o movimento contrário. Mas não somente o trabalho: este e a produção e a transmissão

do conhecimento. Se anteriormente essa tríade era responsável pela criação da humanidade, com a propriedade privada esses três fatores passam a manter as condições de produção de humanos para uma classe proprietária dos meios de produção e as de não humanos para a classe não proprietária.

Mas como pôde uma minoria roubar os meios de produção e os meios de subsistência de uma vasta maioria? Como pôde isso se naturalizar? Em síntese, por meio de: i) **instrumentos de repressão**: a violência é altamente didática e pedagógica; ii) **instrumentos de coerção**: regras são criadas, e o Direito é institucionalizado; e iii) **instrumentos de convencimento**: a naturalização das relações sociais de exploração como formas universais e igualadas à relação social, ou seja, a defesa de que, desde sempre, a relação social é relação de exploração²⁹.

4.1.3 A FORMA DE SER DA RELAÇÃO SOCIAL CAPITALISTA

Após milhares de anos vivendo sob os tipos de sociedades de classes, escravista e feudal, por exemplo, com a revolução burguesa, uma nova época se abre na história. Por meio de uma revolução violenta, a classe burguesa, depois de séculos, inicia o efetivo processo de transformação do modo de produção e vence. Com a vitória da classe burguesa, novas relações sociais surgem, então a partir de outra base material. Sob o trabalho produtivo de capital, a classe burguesa inicia seu processo de ascensão e consolidação de sua forma de organização da sociedade. Tal processo é realizado em uma velocidade inaudita. Marx (2011) explica da seguinte forma no prefácio à primeira edição d'*O capital*:

Nesta obra, o que tenho de pesquisar é o modo de produção capitalista e as correspondentes relações de produção e de circulação. Até agora, a Inglaterra é o campo clássico dessa produção [...] O país mais desenvolvido não faz mais do que representar a imagem futura do menos desenvolvido (MARX, 2011, p. 16)

Os argumentos de Mézáros de que Marx estaria datado a uma fase incipiente do capital e restrito ao cantinho europeu, tendo na Inglaterra o exemplo,

²⁹ O conjunto desses três instrumentos formam o Estado. O Estado é, por excelência, a forma de manutenção do “assalto” original da propriedade privada de determinada classe, que vem se alterando ao longo dos últimos três modos de produção. O Estado nada mais é do que o “cão de guarda” da forma de exploração de determinadas sociedades de classe. Assim, o Estado não é o lugar dos interesses públicos. E, portanto, o Estado é sempre, e necessariamente, o Estado de uma classe, da que é proprietária privada dos meios de produção em uma determinada situação histórica.

desconsideram o central: Marx usou como exemplo o país mais desenvolvido tão somente para demonstrar a validação da lei do valor. Observe-se mais de perto.

O Livro I d'*O capital* trata do *Processo de produção de capital*. O primeiro capítulo, *A mercadoria*, é a expressão de sua análise a partir das leis econômicas do movimento geral do capital, e não de uma leitura particular datada e restrita a um país. Todas as categorias de Marx são apresentadas conforme sua universalidade: a universalidade do capital.

É importante não perder essa estrutura do texto de Marx, que coloca suas proposições em uma totalidade de sua análise. Esse caminho pode evitar os equívocos de compreensão de uma leitura particularizada, fragmentada e, portanto, reducionista.

Cabe destacar que Marx, ao escrever *O capital*, já tinha realizado todo um processo de estudos e pesquisas. Esse fato auxilia no entendimento de que toda sua escrita já tinha uma finalidade e conclusão efetivada. Dessa forma, como o objetivo do Livro I é compreender o processo de produção de capital, Marx já o tinha esclarecido para si. Deu-se, portanto, à tarefa de fazê-lo ser entendido. Assim, desde a primeira linha do capítulo 1, este autor já trata do processo de produção de capital. Ler Marx a partir de sua totalidade parece ser o melhor caminho.

Coerente com sua lógica materialista dialética, e respaldado por seu método da crítica da economia política, Marx, por meio da abstração, busca a menor parte da forma de se manifestar do capitalismo e identifica a “mercadoria” como sua expressão. Desse ponto, constrói o conjunto de relações até chegar a produção de capital, sua circulação e o seu processo global. Sua análise identificou as leis sociais que regem o *modus operandi* do capital, portanto, universais, e não conjunturais.

Já no início da obra *O capital*, Marx demarca uma posição central: "A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista **aparece** como uma 'imensa coleção de mercadorias' e a mercadoria individual como sua forma elementar" (MARX, 1983, p. 45, grifo nosso). Como se demonstrou nesta tese, a propriedade privada dos meios de produção é a condição para a produção de mercadorias, e isso ocorre nos primórdios da sociedade dividida em classes. Ou seja, a mercadoria é anterior à sociedade do capital, e constitui, na aparência, o modo de produção capitalista. É a “forma elementar” dessa sociedade.

Portanto, compreender a sociedade do capital como uma sociedade de mercadorias é incorrer no equívoco de focar a análise no plano do concreto aparente,

impossibilitando, nesse movimento reducionista, a compreensão da forma mais desenvolvida dessa sociedade, o próprio capital. No universo categorial de Mészáros, a caracterização da sociedade do capital se dá pelo entendimento de que esta é uma sociedade de mercadorias. E isso provoca desdobramentos.

A forma de ser do capital é significativamente mais complexa. A própria mercadoria, unidade de contrários, está presente no capital apenas como elemento fundamental da produção de capital. Só se produz mercadorias, determinadamente, porque com esta se produz capital.

Todo o percurso teórico que Marx traça em sua obra, partindo da forma mais elementar do capital, a mercadoria, à utilização de dados políticos e econômicos, é apenas a expressão da validação de sua teoria. Quando, no item 1 do capítulo 1 d' *O capital*, Marx escreve sobre os *dois fatores da mercadoria: valor-de-uso e valor (substância e quantidade do valor)*, estaria ele se referindo à especificidade de uma região, de um país, de uma fase do movimento do capital? Não. E justifica-se essa convicção sendo fiel aos próprios escritos do autor alemão, que em nenhum momento de sua obra expressa o aspecto particular das categorias explicativas. O contrário disso é verdade: valor-de-uso, valor-de-troca e valor, força de trabalho, mais-valia, capital, entre outros, são sempre apresentados como aspectos universais, para além das especificidades nacionais.

Nesse contexto, Marx (2011) explica:

A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia. Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção (MARX, 2011, p. 57).

Observe-se que Marx não escreve sobre a mercadoria produzida na Inglaterra ou em qualquer outro país específico, mas a mercadoria em sua forma geral, determinada, e nesse caso especificamente na historicidade do capital. Ainda que essa característica faça parte da mercadoria em sua forma genérica, é sua especificidade na sociedade do capital que é analisada. Nesse aspecto universal da forma de ser do capital, Marx (2011) prossegue:

A utilidade de uma coisa faz dela um valor-de-uso [...] os valores-de-uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social

dela. Na forma de sociedade que vamos estudar, os valores-de-uso são, ao mesmo tempo, os veículos materiais do valor-de-troca (MARX, 2011, p. 58).

Verificou-se como o trabalho em sentido geral criou a própria humanidade. E como, a partir da propriedade privada, o trabalho se reconfigura e sofre, com essas determinações históricas, uma radical alteração. É disso que Marx está tratando. Seja qual for a forma social, a produção de valores-de-uso ocorrerá. Contudo, sua determinação dependerá da forma histórica de produção. Neste caso, *os valores-de-uso são os veículos do valor-de-troca*. A produção do primeiro existe, determinadamente, em função do segundo.

Se o leitor parasse sua leitura d'*O capital*, de Marx, nesse momento de sua exposição, poderia considerar que a sociedade do capital é, determinadamente, caracterizada pela produção de valores-de-troca. Dessa leitura decorreriam uma série de desdobramentos explicativos. Siga-se por partes. O que é um valor-de-troca? Marx (2011) explica:

[...] O valor-de-troca revela-se, **de início**, na relação quantitativa entre valores-de-uso de espécies diferentes, na proporção em que se trocam, relação que muda constantemente no tempo e no espaço. Por isso, o valor-de-troca **parece** ser algo casual e puramente relativo, e, portanto, uma contradição em termos, um valor-de-troca inerente, imanente à mercadoria. Vejamos a coisa mais de perto (MARX, 2011, p. 58).

De “início”, o valor-de-troca “parece” ser algo próprio da mercadoria, presente nela. Contudo, observou-se que isso é apenas a aparência. Na essência, não há absolutamente nenhum grama de valor-de-troca intrínseco à mercadoria. O valor-de-troca só aparece na relação de troca. E a relação de troca só é possível por meio de uma relação de igualação. De fato, não faz sentido uma troca entre produtos iguais – trocar trigo por trigo da mesma espécie. Assim, o que haveria de igualação entre produtos com valores-de-uso diferentes? O valor.

O valor-de-troca, portanto, é a forma de manifestação de duas outras categorias que dela se distinguem: por um lado, expressão do valor-de-uso, e por outro, veículo do valor. Valor-de-troca, portanto, é apenas uma forma de manifestação, não contendo em si mesmo outro conteúdo que não seja apenas expressar algo. Assim, este é determinado, na sociedade do capital, pelo conteúdo do valor, que subsume, também, o valor-de-uso. Não é, pois, o valor-de-troca que possibilita uma relação de igualação, mas o valor. E por quê? Porque se faz

necessário abstrair tanto o caráter útil da mercadoria produzida como o de quem a produziu, haja vista que, em uma relação de troca, ambas as coisas são desiguais. Assim, “[...] as duas coisas são, portanto, iguais a uma terceira, que, por sua vez, delas difere” (MARX, 2011, p. 59). Nesse movimento, Marx (2011) explica:

[...] Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, também desaparece o caráter útil dos trabalhos neles incorporados; **desvanecem-se, portanto, as diferentes formas de trabalho concreto**, elas não mais se distinguem umas das outras, mas reduzem-se, todas, a uma única espécie de trabalho, o **trabalho humano abstrato** (MARX, 2011, p. 60, grifos nossos).

A relação de igualação necessária para as trocas é assim explicada. O que há de igual, dessa forma, é o trabalho humano abstrato contido no produto a ser trocado. Assim como o resultado do trabalho concreto é um valor-de-uso, com o trabalho humano abstrato o resultado é o valor. Não o primeiro, mas o último é a fonte que possibilita a relação de troca.

Essa diferença é crucial. Na sociedade do capital, a determinação que fundamenta todo o sistema não está no trabalho concreto, que se altera constantemente, e sim na relação de igualação causada pelo trabalho humano abstrato. Se se interrompesse a explicação nesse momento, poder-se-ia ter a compreensão, em Marx, de que o objetivo da produção capitalista é a de produzir, por meio do trabalho humano abstrato, apenas um valor de troca, por ser esse o veículo do valor. Prossegue-se na exposição a fim de aparar todas as arestas necessárias.

Didaticamente, Marx (2011) segue:

Um valor-de-uso ou um bem só possui, portanto, valor, porque nele está incorporado, materializado, trabalho humano abstrato. Como medir a grandeza do seu valor? Por meio da quantidade da ‘substância criadora de valor’ nele contida, o trabalho. A quantidade de trabalho, por sua vez, mede-se pelo tempo de sua duração, e o tempo de trabalho, por frações do tempo, como hora, dia etc (MARX, 2011, p. 60).

É a quantidade de trabalho humano abstrato, medido em tempo, que possibilita a medição da grandeza do valor. Contudo, para não incorrer no equívoco de considerar o trabalho realizado individualmente, que poderia demorar mais tempo e, portanto, ter mais valor, Marx (2011) faz a seguinte complementação: “**tempo de trabalho socialmente necessário** é o tempo requerido para produzir-se um valor-de-uso qualquer, nas condições de produção socialmente normais existentes e com o

grau social médio de destreza e intensidade do trabalho” (MARX, 2011, p. 61, grifo nosso).

De forma precisa, o valor de uma mercadoria é medido pela quantidade de trabalho humano abstrato socialmente necessário para produzir uma mercadoria qualquer. Avalia-se isso, segundo Marx (2011, p. 60-61), considerando “[...] o trabalho humano homogêneo, dispêndio de idêntica força de trabalho [...]”. Como se trata de categorias universais, estas precisam ser validadas quando confrontadas com a realidade. Como já se afirmou nesta tese, o país mais desenvolvido na forma capitalista à época de Marx era a Inglaterra. Isso, sob hipótese alguma, corrobora as teorias que datam Marx ao século XIX ou a uma fase incipiente do capital, ou ainda pior, que consideram suas teorias válidas apenas para a Inglaterra desse período.

É com essas ressalvas, e considerando que tais categorias do movimento do capital em seu pleno desenvolvimento são universais, que Marx (2011) exemplifica sua teorização, confrontando-a com a realidade:

Na Inglaterra, após a introdução do tear a vapor, o tempo empregado para transformar determinada quantidade de fio em tecido diminuiu aproximadamente a metade. O tecelão inglês que então utilizasse o tear manual continuaria gastando, nessa transformação, o mesmo tempo que despendia antes, mas o produto de sua hora individual de trabalho só representaria meia hora de trabalho social, ficando o valor anterior de seu produto reduzido à metade (MARX, 2011, p. 61).

É o movimento de reduzir a quantidade de trabalho humano abstrato e, portanto, de reduzir o tempo para a produção de mercadorias, que Marx identifica no movimento do real. Tanto é que, sob esse ponto de vista, poderíamos mencionar os constantes avanços ao longo do tempo que fizeram do tear a vapor artigo de museu. O tear mecânico e, na sequência, o tear a jato de ar provocaram um enorme salto na redução do tempo para a transformação do fio em tecido, fazendo com que o tempo socialmente necessário para essa produção caísse ainda mais. Há, a partir do exposto, possibilidade de se considerar uma alteração qualitativa na produção do valor? O que se altera são suas quantidades e qualidades específicas aos valores-de-uso produzidos, mas não há nenhum átomo de alteração de seu movimento geral de produção de valor, mais-valor e capital³⁰.

³⁰ Paulo Sérgio Tumolo apresenta essa discussão sobre a universalidade da obra de Marx no texto *O capital e as alterações no trabalho nas distintas fases de acumulação capitalista: fundamentos conceituais e desdobramentos teórico-políticos*, presente no livro *Ontologia e crítica do tempo presente*, publicado em 2015. O autor pontua, em um primeiro momento, que, para poder discutir a

É exatamente por considerar esse movimento contínuo que Marx apresenta o seu impulsionador, o que alterará a capacidade de produção e proporcionará uma redução do tempo necessário, do valor. Esse elemento é a força produtiva do trabalho, ou produtividade do trabalho. Segundo Marx (2011):

A grandeza do valor de uma mercadoria permaneceria, portanto, invariável, se fosse constante o tempo de trabalho requerido para a sua produção. Mas este muda com qualquer variação na produtividade (força produtiva) do trabalho. A produtividade do trabalho é determinada pelas mais diversas circunstâncias, dentre elas a destreza média dos trabalhadores, o grau de desenvolvimento da ciência e sua aplicação tecnológica, a organização social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais [...] (MARX, 2011, p. 62).

O constante desenvolvimento da produtividade do trabalho altera o tempo necessário para a produção de mercadorias. Tudo isso sofre consequências de um ou mais dos elementos apresentados por Marx e possibilita que, com o mesmo tempo, com o aumento das forças produtivas do trabalho, produzam-se mais mercadorias. Reduzindo o valor, produz-se mais mercadorias no mesmo tempo, ou em tempo ainda menor. E, para a surpresa dos que insistem em afirmar que Marx escreveu seus escritos analisando apenas a Inglaterra, Marx (2011) exemplifica:

Segundo Eschwege, em 1823, a produção global, durante oitenta anos, das minas de diamante do **Brasil** não atingira, ainda, o importe do produto médio de ano e meio dos engenhos de açúcar e das plantações de café naquele país, embora ela custasse muito mais trabalho e representasse, portanto, mais valor [...] (MARX, 2011, p. 62, grifo nosso).

É a mesma situação anterior, no caso da Inglaterra, a de confronto da teoria com a realidade para sua validação. Em síntese, Marx (2011) afirma que:

configuração contemporânea do capitalismo, é necessário compreender o trabalho útil ou concreto como criador de valor de uso, o trabalho abstrato como substância de valor e o trabalho produtivo de capital. Fazer o cotejamento dessas formas de trabalho com sua manifestação no capitalismo é o caminho escolhido pelo autor para responder a uma questão: Teria validade, ainda nos dias de hoje, as categorias analíticas – em especial a lei do valor – de Marx em *O capital*? A resposta a essa questão se apresenta da seguinte forma: “[...] se pode afirmar que houve mudanças no trabalho, de tal maneira que, na atualidade, ele se mostra totalmente diferente do que era em períodos anteriores do capitalismo, essa assertiva é verdadeira para o trabalho concreto e para seus respectivos processos de trabalho, já que houve mudanças substantivas em suas qualidades, mas não é verdadeira quando se refere ao trabalho abstrato e ao valor, e principalmente quando diz respeito ao trabalho produtivo de capital, uma vez que esses últimos não sofreram nenhuma alteração em suas naturezas” (TUMOLO, 2015, p. 255).

Quanto maior a produtividade do trabalho, tanto menor o tempo de trabalho requerido para produzir uma mercadoria, e, quanto menor a quantidade de trabalho que nela se cristaliza, tanto menor seu valor. Inversamente, quanto menor a produtividade do trabalho, tanto maior o tempo de trabalho necessário para produzir um artigo e tanto maior seu valor. A grandeza do valor de uma mercadoria varia na razão direta da quantidade e inversa da produtividade do trabalho que nela se aplica (MARX, 2011, p. 62).

Os dois fatores da mercadoria, valor-de-uso e valor, são assim explicados. Na sociedade do capital, esses são os fundamentos, a forma elementar sob a qual se ergue o modo de produção. O que era determinante em modos de produção anteriores, agora se torna o ponto de partida. Na sociedade atual, tal fundamento ganhará novos e específicos contornos. Observe-se a seguir.

Cabe destacar, ainda, que esse fundamento não explica a totalidade das relações capitalistas, mas tão somente parte dela. Resumir a sociedade do capital apenas ao duplo caráter que constitui seu pilar é uma forma reducionista e, portanto, incipiente de compreensão da totalidade dessas relações sociais. Mészáros, ao utilizar os mesmos nomes categoriais para fundamentar seu universo teórico, distingue-se, como se pontuou nesta tese, dos aspectos matriciais da teoria de Marx, ou seja, a teoria do capital. São conteúdos distintos para os mesmos nomes categoriais.

Além disso, tais categorias constituem apenas o fundamento sobre o qual se ergue a sociedade do capital. São elementos que foram aprofundados e levados até sua última consequência no universo categorial de Marx. Dessa forma, como conclusão inicial, o comentário de Marx acerca de Lassalle no que tange à substância e à magnitude do valor serve, com as devidas especificações explanadas nesta tese, para os escritos de Mészáros. Marx (2011) afirma no prefácio à primeira edição d'*O capital*:

[...] De passagem, uma observação: propósitos de propaganda, naturalmente, levaram F. Lassalle, sem indicar a fonte, a retirar de minhas obras, quase literalmente, utilizando inclusive a terminologia que criei, todas as teses teóricas gerais de meus trabalhos econômicos, por exemplo, sobre o caráter histórico do capital, sobre a conexão entre as relações e o modo de produção etc. etc. Não me refiro, naturalmente, ao que fez com essas teses, desdobrando-as ou procurando aplicá-las na prática, coisas com as quais nada tenho a ver (MARX, 2011, p. 16).

Observou-se que, no universo categorial marxiano, o capítulo da *mercadoria* encontra lugar de destaque. Ali estão as principais categorias que nortearão toda a

compreensão de Marx e, portanto, da forma de ser do capital. Viu-se como a mercadoria satisfaz as necessidades humanas, que vão do estômago à fantasia. Como se conhece o duplo caráter da mercadoria, pode-se identificar que o polo responsável por essa satisfação está inserido no valor-de-uso. Dessa forma, quando as necessidades da fantasia não são satisfeitas, o ser não se realiza como humano.

Em síntese, tem-se o seguinte: i) A qualidade útil de uma coisa é que faz dela um valor-de-uso. Consequência do trabalho concreto, o valor-de-uso foi a primeira expressão da relação entre homem e natureza. É o conteúdo material da riqueza. É expressão da forma geral, simples, do trabalho que transforma a natureza e o homem, em uma relação ineliminável. É o trabalho que cria a própria humanidade e a afasta de suas características animais, formando o ser social. Onde houver humanidade, essa forma de trabalho existirá. No entanto, sua utilização será determinada historicamente. Isso significa dizer, em outras palavras, que o trabalho concreto pode ser subsumido a outras finalidades, como no caso da relação social capitalista. Ver-se-á isso na sequência desta tese; ii) Nas sociedades mercantis, o trabalho concreto deixa de ser o fundante, e outra forma de trabalho passa a ser determinante, o abstrato. Esse tipo de trabalho subsume o valor-de-uso ao valor, sendo este último consequência do trabalho abstrato. Esse tipo de trabalho produz mercadoria, que por sua vez possui valor-de-uso e valor. Mas se valor-de-uso diz respeito à utilidade de uma coisa, o que caracteriza o valor-de-troca? Não somente ser veículo do valor. Temos aí o duplo caráter da mercadoria: valor-de-uso e valor. Mas o que é valor? Uma categoria puramente social; uma lei social, que existe independentemente do conhecimento que se tem dela, essa forma é uma imposição da mercadoria. Como seria possível trocar mercadorias de qualidades e quantidades diferentes? Abstraindo exatamente suas qualidades úteis, as diferenças dos trabalhos concretos que a produziram e reduzindo-as a algo em comum: ser produtos do trabalho humano abstrato. Ou seja, ambas tiveram um tempo de trabalho abstrato para ser produzidas. É esse tempo que as coloca em igualdade para serem trocadas. O tempo de trabalho é socialmente necessário, e não o é individualmente; iii) É a partir dessa identificação e compreensão que Marx apresentará os fundamentos do modo de produção capitalista. Por isso, o autor alemão inicia pela mercadoria. Esta existe antes da sociedade capitalista e é por ela subsumido a uma terceira forma de trabalho: o trabalho produtivo de capital; iv) A qualidade de alterações no trabalho concreto, que produz valor-de-uso, é constatado ao longo da história, seja em séculos, seja em

alguns poucos anos. Essas alterações acontecem com frequência e são exatamente estas que possibilitam uma alteração de outra ordem, quantitativa, do trabalho abstrato, e mais, do trabalho produtivo de capital. Ora, se não houve alteração na qualidade do processo de trabalho produtivo de capital, e é difícil imaginar uma alteração dessa ordem, a atualidade histórica das análises marxianas se mostra presente; v) Com o desenvolvimento das forças produtivas, há intensas alterações nos processos de produção da vida humana. Quanto mais desenvolvidas são as forças produtivas do trabalho, maiores são as possibilidades de emancipação humana e, contraditoriamente, maiores são os níveis de produção da morte do ser humano.

Dessa forma, a mercadoria, de início, aparece com um duplo caráter: valor-de-uso e valor-de-troca. À medida que se aprofunda a análise, identifica-se que na realidade o valor-de-troca é apenas o veículo de valor. Mais especificamente, a mercadoria, para ser trocada, precisa ser reduzida a algo em comum entre coisas de qualidades úteis e quantidades que são distintas. O valor, portanto, medido em tempo socialmente necessário de trabalho humano abstrato, é o seu fundamento e o que possibilita as trocas.

Sob esse ponto de vista, analisar a sociedade do capital considerando-a como produtora de valores-de-troca é algo reducionista por ocultar o real processo de produção de valor. A verdadeira pedra angular desse sistema. Isso provocará desdobramentos, como se sabe, na análise de Mészáros.

No “processo de troca”, tema discutido por Marx em seu capítulo dois d’*O capital*, está demonstrada a necessidade de haver proprietários de mercadorias para promover as trocas, haja vista que “não é com seus pés que as mercadorias vão ao mercado, nem se trocam por decisão própria [...]” (MARX, 2011, p. 109). Por isso, é necessário incluir nesse processo os donos das mercadorias. A esses donos, chamamos de proprietários privados de mercadorias. Para que estas sejam trocadas, os proprietários precisam se relacionar com outros proprietários, já que cada proprietário não consegue produzir absolutamente tudo o que precisa para sua existência. Segundo Marx (2011):

[...] É mister, por isso, que reconheçam, um no outro, a qualidade de proprietário privado. Essa relação de direito, que tem o contrato por forma, legalmente desenvolvida ou não, é uma relação de vontade, em que se reflete a relação econômica. O conteúdo da relação jurídica ou de vontade é dado pela própria relação econômica [...] (MARX, 2011, p. 109).

Em última instância, a determinação da relação de troca está inserida sob base econômica específica. A propriedade privada é o seu fundamento comum. Nesse processo, a relação entre as pessoas se dá apenas pelo fato de serem proprietárias de mercadorias. São as mercadorias que determinam, que são os sujeitos da história, e não as pessoas, conforme Marx (2011, p. 110): “o que distingue particularmente a mercadoria do seu possuidor é a circunstância de ela ver em qualquer outra apenas a forma de manifestar-se o próprio valor [...]”. E é na própria relação de troca que isso se concretiza.

No processo de troca, o proprietário de uma mercadoria não tem nessa coisa, para ele, nenhum valor-de-uso. Apenas valor-de-troca. Foi produzida para ser trocada. No entanto, esta tem valor-de-uso para o outro proprietário de outra mercadoria, diferente qualitativamente da sua. Por isso Marx (2011) afirma que:

Todas as mercadorias são não-valores-de-uso, para os proprietários, e valores-de-uso, para os não-proprietários. Todas têm, portanto, de mudar de mãos. Mas essa mudança de mãos constitui sua troca, e sua troca as relaciona umas com as outras como valores e realiza-as como valores. As mercadorias têm de realizar-se como valores, antes de poderem realizar-se como valores de uso (MARX, 2011, p. 110).

É a negação de seu valor-de-uso pelo seu proprietário que faz dessa mercadoria um valor-de-troca, quando colocada na relação de troca. Ao realizar o valor, por meio dessa troca, então, a mercadoria poderá cumprir a parte de sua tarefa de satisfazer necessidades. Mas como seria possível trocar mercadorias de qualidades diferentes? Abstraindo as qualidades e características úteis das mercadorias e do trabalho que as produziu. Assim, este deixa de ser trabalho concreto, produtor de valor-de-uso, e passa a ser trabalho abstrato, produtor de valor. É esse último que possibilita a relação de igualação entre mercadorias distintas. E o valor de uma mercadoria, como se demonstrou nesta tese, é medido pelo quantum de trabalho abstrato humano socialmente necessário para se produzir uma mercadoria.

No entanto, cada proprietário considera sua mercadoria algo que pode ser universalmente trocado por qualquer outra mercadoria. O que gera um problema, pois a relação não é individual, e sim social. Assim, Marx (2011) aponta que:

Todo possuidor de mercadoria considera cada mercadoria alheia equivalente particular da sua, e sua mercadoria, portanto, equivalente geral de todas as outras mercadorias. Mas todos os possuidores raciocinam do mesmo modo. Assim, não há equivalente geral, e o valor relativo das mercadorias não possui forma geral em que se equiparem como valores e se comparem como

magnitudes de valor. Não se estabelecem relações entre elas, como mercadorias, confrontando-se apenas como produtos ou valores de uso. Em sua perplexidade, nossos possuidores de mercadorias pensam como Fausto: 'No princípio era a ação'. Agem antes de pensar. As leis oriundas da natureza das mercadorias revelam-se através do instituto natural dos seus possuidores. Só podem estabelecer relações entre suas mercadorias, como valores e, por conseguinte, como mercadorias, comparando-as com qualquer outra que se patenteie equivalente geral. É o que nos mostrou a análise da mercadoria. Mas apenas a ação social pode fazer determinada mercadoria equivalente geral. A ação social de todas as outras mercadorias elege, portanto, uma determinada para nela representarem seus valores. A forma corpórea dessa mercadoria torna-se, desse modo, a forma de equivalente com validade social; ser equivalente geral torna-se função especificamente social da mercadoria eleita. Assim, ela vira dinheiro (MARX, 2011, p. 111).

Resumidamente, o dinheiro surge apenas como equivalente geral, necessário e fundado em condições objetivas determinadas. Só existe como equivalente geral por habitar na esfera da circulação. Como Marx identificou, já na forma simples de expressão do valor se encontra o segredo do enigma do equivalente universal – o dinheiro, forma de expressão do valor, se caracterizando por sua função social.

Aqui cabe um primeiro salto nesta exposição. Com os elementos apresentados até agora, pôde-se identificar que, na relação social do capital, há alterações radicais da estrutura econômica da sociedade, o que altera a relação de troca. A produção de mercadoria agora só é fundamental porque com esta torna-se possível a produção de capital. O capital é o que determina a mercadoria. Os proprietários fundamentais se dividem em duas classes, a saber: proprietários dos meios de produção e proprietários da força de trabalho. Esses são, meios de produção e força de trabalho, os dois componentes fundamentais do processo de trabalho, necessários para o processo de produção capitalista. A relação no mercado capitalista se dá, fundamentalmente, entre esses dois proprietários. Estes se relacionam por serem proprietários de mercadorias.

Nessa relação social produtora de capital, a produção da vida humana se processa de uma forma muito particular, sob outra maneira de exploração e propriedade privada. Agora, o mercado é o lugar social indispensável para a sobrevivência humana. Todos vão ao mercado, se quiserem ou puderem sobreviver, e precisam comprar e vender mercadorias. Alguns compram a força de trabalho por serem proprietários dos meios de produção. Outros vendem a força de trabalho por ser sua propriedade e não deterem os meios de produção. Para ficarem vivos, os trabalhadores vão ao mercado para comprar os meios de subsistência. Para isso,

antes de comprar, precisam vender sua única propriedade: a força de trabalho. Trabalham para poder viver e vivem para poder trabalhar. O trabalho, nessa forma social, assume um novo patamar de desumanização: ao mesmo tempo que produz vida, produz morte.

Essa é a única forma de produzir a vida nessa sociedade. Os detentores dos meios de produção, capitalistas, obviamente são proprietários de todas as mercadorias que são produzidas. Assim, como proprietários, precisam vendê-las. Vendem para comprar as mercadorias necessárias para sua sobrevivência, como ser social e como capitalista. De forma semelhante, com conteúdo distinto, os trabalhadores, detentores exclusivamente da força de trabalho, precisam vender sua força de trabalho para poderem comprar as mercadorias necessárias para produzirem suas vidas, os meios de subsistência.

A mercadoria força de trabalho possui um valor-de-uso para o capitalista. O valor-de-uso não é a força de trabalho, mas a força de trabalho em ação no processo de trabalho. Assim, o trabalhador, ao vender o uso de sua força de trabalho para o capitalista, este consumirá seu valor-de-uso, ou seja, consolidará o processo de exploração. A exploração é inerente à produção da vida do trabalhador. Isto é, se tiver sorte. Veja-se mais de perto a seguir.

No capítulo terceiro de sua obra magna – *O dinheiro ou a circulação de mercadorias* –, Marx esclarece, de saída, que: “a fim de simplificar, pressuporemos sempre que o ouro é a mercadoria dinheiro” (MARX, 2011, p. 121). Essa é uma definição fundamental para a compreensão da discussão sobre preço e valor, tendo esse pressuposto. A forma do valor, o dinheiro, está bem caracterizado por Marx (2011) logo na sequência deste texto:

A primeira função do ouro consiste em fornecer às mercadorias o material para exprimirem o valor ou em representar os valores das mercadorias como grandezas que têm a mesma dominação, qualitativamente iguais e quantitativamente comparáveis. Assim, exerce a função de medida universal dos valores e só por meio desta função o ouro, a mercadoria equivalente específica, se torna dinheiro (MARX, 2011, p. 121).

Dinheiro é, por essa caracterização, apenas uma representação do valor e pode assumir as mais diversas formas físicas e nominais, sem perder o conteúdo de equivalente geral, sua função social. Por isso, seu hábitat natural é a esfera da circulação. O fetiche do dinheiro, em muito, deve-se ao fato de se alterarem a ordem

dos fatores, como se as mercadorias fossem comparadas, mensuradas e classificadas por meio do dinheiro e não pelo fato de todas as mercadorias serem valores, trabalho humano objetivado. Marx (2011) explica que as mercadorias não são medidas por meio do dinheiro, e sim o dinheiro que é a expressão do valor que já foi produzido:

Não é através do dinheiro que as mercadorias se tornam comensuráveis. Ao contrário. Sendo as mercadorias, como valores, encarnação de trabalho humano e, por isso, entre si comensuráveis, podem elas, em comum, medir seus valores por intermédio da mesma mercadoria específica, transformando esta em sua medida universal do valor, ou seja, em dinheiro. O dinheiro, como medida do valor, é a forma necessária de manifestar-se a medida imanente do valor das mercadorias, o tempo de trabalho (MARX, 2011, p. 121).

Não há autonomia no dinheiro. Este habita no processo de circulação apenas como expressão monetária do valor. Em sua forma de existência mais simples, já há todos os elementos principais para a compreensão de sua forma mais desenvolvida. Por isso, para esta etapa deste estudo, entender o dinheiro como uma representação do valor é fundamental. E entender o preço como denominação monetária do trabalho objetivado na mercadoria, uma expressão do dinheiro que representa o valor, é ainda mais fundamental, sendo apenas a denominação monetária da quantidade de trabalho social nela objetivado.

As trocas que iniciam de forma simples, mercadoria – mercadoria, têm agora um novo elemento, mercadoria – dinheiro – mercadoria. Por isso, conforme se afirmou neste trabalho, o dinheiro, ao contrário das outras mercadorias, habita na esfera da circulação. Venda e compra, nessa etapa do desenvolvimento da sociedade, começam a marcar toda a relação de troca. Ninguém pode vender sem que outro compre. A relação de troca assume características ainda não vistas. A circulação de mercadorias, ainda neste momento, rompe qualquer barreira e se expande pelo mundo. Primeiramente a mercadoria, depois o capital.

Lembra-se que, no universo categorial de Mészáros (2011), o dinheiro é um dos elementos que constituem “as mediações de segunda ordem do capital”. O dinheiro é, na concepção do autor, um dos pilares da forma de ser do capital e precisa ser eliminado, juntamente com outros elementos, para que o conjunto de relações sociais do capital sejam destruídos. Mas o autor húngaro não compreende o dinheiro como equivalente geral, forma do valor. Considerar, portanto, que a eliminação do

dinheiro só pode ocorrer com a eliminação do valor, ou seja, com a eliminação da propriedade privada, é algo estranho ao universo categorial de Mészáros

É com essa fundamentação, que se apresentou até o presente momento desta tese, de forma sumária, apontando os aspectos matriciais, que Marx esclarece o que, de fato, é o salto qualitativo que distingue a forma de ser do capital das relações mercantis anteriores: *A transformação do dinheiro em capital*. Os elementos centrais dessa transformação estão relacionados a três itens: i) a fórmula geral do capital; ii) contradições da fórmula geral; e iii) a compra e a venda da força de trabalho.

Demonstrou-se até agora como o germe do capital se constituiu e como, ao longo da história, as condições objetivas deram base para o tipo de relação social mercantil. Observaram-se as bases da relação mercantil, que se configura por meio da relação de troca, e como o valor é a raiz desse tipo de produção. Desse modo, apontou-se, de acordo com Marx, que o conteúdo material da riqueza, independentemente da forma social, encontra-se no valor-de-uso. Assim, a riqueza, bem como o dinheiro³¹ e o valor-de-troca, não são, por si só, capital. Somente agora, a partir do caminho sinteticamente apresentado neste estudo, é que apresentar-se-á qual a característica peculiar da relação capitalista na transformação de dinheiro em capital e como a força de trabalho é a mercadoria primordial nesse processo.

Essa mercadoria principal, a força de trabalho, é matricial para a compreensão de mais-valia e, assim, de capital. Marx se apropria desse conteúdo no final da década de 1850 e no início da de 1860, no século XIX. Inclusive, é exatamente a falta dessa compreensão que impossibilitou o autor alemão de dar saltos qualitativos na compreensão da sociedade do capital em seus textos anteriores, como é o caso dos *Manuscritos econômico-filosóficos*, de 1844, texto base, como se apresentará no capítulo seguinte desta tese, para a compreensão de Mészáros.

Marx inicia pontuando a importância que tem a esfera da circulação no processo de expansão do capital, de forma expositiva, ainda, muito introdutória, mas fundamental. É sabido que a circulação é o tema principal tratado no Livro II da obra máxima do autor. Na aparência, parece ser aquela a fonte da própria produção de capital. O dinheiro, como expressão disso, é a primeira forma de manifestação do

³¹ No capítulo 1 do Livro II d'O capital, Marx exemplifica a única situação em que dinheiro é capital, ou capital dinheiro, como o autor nomeia. Isso se dá quando o capitalista, em posse do dinheiro, compra meios de produção e força de trabalho para o processo produtivo de capital. Nesse caso, dinheiro é capital.

capital. Mas é sob determinadas condições, e só nessas condições históricas, que o dinheiro se transforma em capital. Por isso, o que diferenciaria dinheiro como dinheiro, como se viu até agora nesta tese, e dinheiro como capital é apenas, inicialmente, a sua forma de se expressar diferentemente na circulação.

Disso, surge uma fórmula diferente, dinheiro – mercadoria – dinheiro, em que dinheiro se converte em mercadoria, e esta se reconverte em mais dinheiro. Na aparência, essa fórmula se apresenta como síntese da produção capitalista. Mas apenas na aparência. Um leitor desatento, tirando essa afirmação do contexto, poderia chegar a uma definição de capital: comprar mais barato e vender mais caro.

É o constante movimento de valorizar o valor que define o capitalista, e “[...] **o movimento do capital não tem limites** [...]” (MARX, 2011, p. 183, grifo nosso). É a transformação da mais-valia em capital, constantemente. Sob esse ponto de vista, não faz nenhum sentido o apontamento feito por Mészáros de que há limites absolutos para a produção de capital em sua era plenamente desenvolvido.

Diferente das posições que explicam o lucro pela compra abaixo do valor e a venda acima do valor, o autor alemão destrinchará essa questão e mostrará que a relação capital se dá, determinantemente, comprando tudo pelo valor e vendendo tudo pelo valor. Mas como é possível ser capitalista comprando pelo valor e vendendo pelo valor? Qual seria a mágica?

É nesse ponto que Marx chega ao item 3 – *A compra e a venda da força de trabalho*. Esta é a **única** mercadoria fonte de mais-valor. Mercadoria que, quando consumido seu valor-de-uso, produz mais-valor. É chave para a compreensão do processo de transformação de dinheiro em capital. Trata-se da única mercadoria capaz de produzir mais valor do que ela mesma possui. Marx (2011) conceitua essa mercadoria da seguinte forma:

Por força de trabalho ou capacidade de trabalho compreendemos o conjunto de faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores-de-uso de qualquer espécie (MARX, 2011, p. 197).

Mas para que o capitalista encontre essa mercadoria disponível no mercado, algumas condições são necessárias ao trabalhador: ser livre e proprietário, exclusivamente, de sua força de trabalho. Assim Marx sintetiza (2011):

Para transformar dinheiro em capital, tem o possuidor do dinheiro de encontrar o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre nos dois sentidos, o de dispor, como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria, e o de estar livre, inteiramente despojado de todas as coisas necessárias à materialização de sua força de trabalho, não tendo, além desta, outra mercadoria para vender (MARX, 2011, p. 199).

A relação se dá entre o capitalista, dono dos meios e instrumentos de produção, e o trabalhador, dono de sua força de trabalho. Ambos, como juridicamente iguais, estabelecem relação justa. Ambos são proprietários de um componente fundamental do processo de trabalho: meios de produção e força de trabalho. Tudo isso, como se tem alertado neste trabalho, dentro de condições e determinações históricas específicas.

Mas se a força de trabalho é uma mercadoria, ela possui valor. O autor alemão, em um processo didático, questiona: *como é determinado o valor da força de trabalho?* E Marx (2011) responde:

O valor da força de trabalho é determinado, como o de qualquer outra mercadoria, pelo tempo de trabalho necessário à sua produção e, por consequência, à sua reprodução. Enquanto valor, a força de trabalho representa apenas determinada quantidade de trabalho social médio nela corporificado. Não é mais que a aptidão do indivíduo vivo. A produção dela supõe a existência deste. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua manutenção ou reprodução. Para manter-se, precisa o indivíduo de certa soma de meios de subsistência. O tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho reduz-se, portanto, ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência, ou o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor. A força de trabalho só se torna realidade com seu exercício, só se põe em ação no trabalho. Através de sua ação, o trabalho, despende-se determinada quantidade de músculos, de nervos, de cérebro etc., que se tem de renovar. Ao aumentar esse dispêndio, torna-se necessário aumentar a remuneração. Depois de ter trabalhado hoje, é mister que o proprietário da força de trabalho possa repetir amanhã a mesma atividade, sob as mesmas condições de força e saúde. A soma dos meios de subsistência deve ser, portanto, suficiente para mantê-lo no nível de vida normal do trabalhador. As próprias necessidades naturais de alimentação, roupa, aquecimento, habitação etc. variam de acordo com as condições climáticas e de outra natureza de cada país. Demais, a extensão das chamadas necessidades imprescindíveis e o modo de satisfazê-las são produtos históricos e dependem, por isso, de diversos fatores, em grande parte do grau de civilização de um país e, particularmente, das condições em que se formou a classe dos trabalhadores livres, com seus hábitos e exigências peculiares. Um último elemento histórico e moral entra na determinação do valor da força de trabalho, o que a distingue das outras mercadorias. Mas, para um país determinado, num período determinado, é dada quantidade média dos meios de subsistência necessários (MARX, 2011, p. 200-201).

O valor da força de trabalho, como de todas as outras, é determinado pelo tempo de trabalho abstrato socialmente necessário para produzir e reproduzir a mercadoria força de trabalho. Tem como um dos principais fundamentos os meios de subsistência necessários para sua sobrevivência, para que estejam em condições suficientes de colocar sua mercadoria em uso, de ser consumido seu valor-de-uso. Assim, seu valor corresponde ao valor dos meios de subsistência necessários para a manutenção de sua força de trabalho. Essa mercadoria, força de trabalho, possui um elemento histórico e moral, algo que, como tendência, se equalizará por meio do próprio desenvolvimento da relação social capitalista.

Considerando a necessidade de continuidade da produção capitalista, no valor da força de trabalho está contabilizado o valor das forças de trabalho em construção, seus filhos e filhas. Só assim os capitalistas garantem a continuidade da disponibilidade dessa mercadoria no mercado. Não se pode deixar de considerar o papel do exército industrial de reserva no valor da força de trabalho.

Portanto, o salário do trabalhador será a expressão monetária do valor da força de trabalho. Marx insiste que essa força de trabalho é paga, em média e determinadamente, por seu valor. A única forma de identificar se a força de trabalho está sendo paga abaixo do seu valor é se ela não consegue se reproduzir. Ou seja, se ela morre por falta dos meios de subsistência.

Com isso, o capitalista tem todos os elementos necessários para, enfim, transformar dinheiro em capital. Possui os meios de produção e encontrou no mercado uma mercadoria exclusiva, a força de trabalho. O consumo do valor-de-uso da força de trabalho é o processo para a criação do mais-valor. Agora, é necessário colocar isso em funcionamento. Livres e proprietários. Um livre para vender, o outro livre para comprar a força de trabalho. Marx afirma:

O antigo dono do dinheiro marcha agora à frente, como capitalista; segue-o o proprietário da força de trabalho, como seu trabalhador. O primeiro, com um ar importante, sorriso velhaco e ávido de negócios; o segundo, tímido, contrafeito, como alguém que vendeu sua própria pele e apenas espera ser esfolado (MARX, 2011, p. 206).

Tudo isso se o trabalhador tiver sorte e não for lançado ao exército industrial de reserva. Componente necessário e inato à produção de capital. O desemprego, portanto, é inerente à lógica interna de funcionamento dessa relação social, passando por períodos cíclicos e periódicos, mas sempre com uma massa humana

desempregada. Trata-se de uma superpopulação relativa, que, entre outras coisas, corrobora a redução do valor da mercadoria força de trabalho.

4.1.3.1 A parte terceira d'O capital, de Marx: a produção da mais-valia absoluta

Após percorrer a trajetória da exposição de Marx, em consonância com o desenvolvimento capitalista de produção, adentra-se no capítulo 5 de sua obra máxima, *O capital*. Marx escreve sobre o “processo de trabalho” e “processo de valorização”, primeira parte da seção III dessa obra, na qual o autor alemão adentra nas minúcias da “mais-valia absoluta”. Sobre o processo de trabalho, Marx apresenta os fundamentos do trabalho em sentido geral, algo que já se apresentou nesta tese. Trata-se tão somente de uma contextualização histórica e que, em sua forma geral, não possibilita a explicação do processo de valorização do valor. O segundo processo, o de valorização, é específico da forma social capitalista, determinado historicamente e alvo dos escritos de Marx.

Feitas essas considerações, Marx (2011) retoma sua explicação:

O produto, de propriedade do capitalista, é um valor-de-uso: fios, calçados etc. Mas, embora calçados sejam úteis à marcha da sociedade e nosso capitalista seja um decidido progressista, não fabrica sapatos por paixão aos sapatos. Na produção de mercadorias, nosso capitalista não é movido por puro amor aos valores-de-uso. Produz valores-de-uso apenas por serem e enquanto forem substrato material, detentores de valor-de-troca. Tem dois objetivos. Primeiro, quer produzir um valor-de-uso que tenha valor-de-troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. E segundo, quer produzir uma mercadoria de valor mais elevado que o valor do conjunto das mercadorias necessárias para produzi-la, isto é, a soma dos valores dos meios de produção e força de trabalho, pelos quais antecipou seu bom dinheiro no mercado. Além de um valor-de-uso, quer produzir mercadoria; além de valor-de-uso, valor, e não só valor, mas também valor excedente (mais-valia) (MARX, 2011, p. 220).

O objetivo da produção capitalista é, portanto, produzir mais-valia. Para isso, fundamentalmente, precisa produzir um valor-de-uso e, também, valor, uma mercadoria. Após comprar os meios de produção e a força de trabalho, o capitalista consome o valor-de-uso da força de trabalho comprada por ele. Nesse processo, a força de trabalho, em ação, consome o valor-de-uso dos meios de produção. O processo de trabalho especificamente capitalista gera dois fatores, a saber: i) o trabalhador vendeu sua força de trabalho ao capitalista. Assim, ao segundo, pertence a força de trabalho do primeiro durante o processo produtivo; e ii) a mercadoria

produzida no processo de trabalho pelo trabalhador é propriedade do capitalista. Durante o processo de produção, tudo pertence ao capitalista, que comprou todas as coisas, em média, por seu valor.

Mas como se dá o processo de trabalho que valoriza o valor, que produz um mais-valia? Sabe-se que valor é medido pelo *quantum* de trabalho humano abstrato socialmente necessário para a produção de uma mercadoria. Quando o capitalista compra os meios de produção – instalações, máquinas, matéria-prima etc. – este paga, em média, pelo seu valor. Logo, cada um desses componentes é resultado de tempo de trabalho objetivado, possuem valor. No processo produtivo, os meios de produção são valores antigos. Para que esses componentes sejam colocados em movimento, o capitalista compra a força de trabalho, a capacidade humana que transferirá esses valores antigos ao novo valor que está sendo produzido na empresa capitalista. A força de trabalho, portanto, transfere os valores antigos, reproduz o seu próprio valor e cria, ao mesmo tempo, um mais-valor.

E como isso é possível? Ora, como se observou, a força de trabalho, como outra mercadoria qualquer, possui valor. No entanto, o valor que a força de trabalho possui é diferente do valor que esta cria no processo produtivo. Tome-se um exemplo introdutório: Em uma jornada de trabalho, o valor da força de trabalho é de quatro horas. Considerando que este seja o tempo socialmente necessário para sua produção e reprodução. Mas, no contrato com o capitalista, esta força trabalhará por oito horas, por exemplo. Assim, quatro horas de trabalho estão relacionadas ao valor da força de trabalho e quatro horas, ao mais-valor que ela produz. E isso tudo em movimento.

Durante a jornada de trabalho, o consumo do valor-de-uso da força de trabalho, a exploração tipicamente capitalista, provoca a criação de mais valor do que antes havia sido investido. Não é uma mágica, mas é a expressão do processo de produção capitalista. Comprando pelo valor e vendendo pelo valor, é assim que, sob as condições apresentadas, o capitalista se torna capitalista. Assim, Marx (2011) explica que:

O processo de produção, quando unidade do processo de trabalho e do processo de produzir valor, é processo de produção de mercadorias; quando unidade do processo de trabalho e do processo de produzir mais-valia, é processo capitalista de produção, forma capitalista da produção de mercadorias (MARX, 2011, p. 230).

Estão explicadas as condições fundamentais para o processo de valorização do valor, a produção de capital. Mas ainda de forma inicial. Inicial, porém suficiente para identificarmos as diferenças centrais entre os universos categoriais de Marx e Mészáros, por exemplo: valor-de-uso, valor-de-troca, valor, mais-valor, valorização do valor, além de outras categorias. A compreensão do conteúdo dessas mercadorias, nos escritos de Marx, não faz o menor sentido no interior do universo categorial de Mészáros. E isso, como temos visto, não é um equívoco, mas sim uma coerência do autor húngaro que, pelos motivos apresentados, dispensou o universo categorial de Marx d'*O capital*.

Para Mészáros, essas categorias, em Marx, são incipientes, como se observou, por ser incipiente o momento no qual estas foram identificadas. As mudanças históricas levaram à necessidade de uma “apropriação criativa” destas. Deste modo, o “espírito da obra de Marx” é o fundamento do autor húngaro.

O caráter do trabalho concreto é ter como resultado um valor-de-uso. Já o trabalho abstrato produz um valor-de-uso tão somente para ter sua própria finalidade, que é produzir um valor. O trabalho produtivo de capital subsume as duas formas anteriores para a realização de seu modo de ser, que é a produção de uma mais-valia e, portanto, de capital.

Sabe-se como a mais-valia é produzida por um processo específico de trabalho determinado historicamente e tipicamente capitalista. A força de trabalho é a única mercadoria capaz de realizar essa produção. É por essa razão que a descoberta do valor da força de trabalho e a força de trabalho como mercadoria foram essenciais para que Marx pudesse chegar à sua descoberta do epicentro do modo de produção capitalista. Nesse processo de trabalho, há componentes responsáveis pela formação do valor nos novos produtos que estão sendo produzidos: meios de produção e força de trabalho. Como isso se dá? Observe-se, com Marx (2011):

Pondo-se de lado o conteúdo, a finalidade e a natureza técnica do trabalho, o trabalhador acrescenta ao material, ao objeto de trabalho, novo valor, por meio do acréscimo de determinada quantidade de trabalho. Além disso, os valores e os meios de produção consumidos reaparecem como partes componentes do valor do produto (MARX, 2011, p. 235).

Há, portanto, no próprio período de realização do trabalho executado pelo trabalhador, a criação de um mais-valor e a transferência dos valores antigos relacionados aos meios de produção. Assim, “[...] apenas por adicionar valor novo,

conserva o valor antigo [...]” (MARX, 2011, p. 235). São dois resultados distintos que o trabalhador realiza ao mesmo tempo em seu trabalho: cria valor e, por isso, transfere os valores antigos dos meios de produção. Essa é a “[...] dupla natureza do resultado obtido no mesmo tempo [...]” (MARX, 2011, p. 236).

A mercadoria força de trabalho, de fato, é o central no processo de produção de mais-valia, e, portanto, de capital. Produz mais-valia, e ao fazê-la, transfere os valores antigos dos meios de produção para o valor do novo produto produzido. Essa transferência de valor dos meios de produção se dá pelo consumo do valor-de-uso desses meios. Ao consumirem seu valor-de-uso, conserva-se o seu valor, que é transferido, e estes “[...] cedem ao produto apenas o valor que perdem como meios de produção [...]” (MARX, 2011, p. 238).

Em síntese: “os meios de produção só transferem valor à nova figura do produto na medida em que perdem valor na figura de seus valores-de-uso originais durante o processo de trabalho [...]” (MARX, 2011, p. 241). É por essa razão que não há a possibilidade de uma transferência de mais-valor dos meios de produção, mas apenas o consumo de seu valor-de-uso, transferindo, nesse processo, o valor que estes possuem.

Tudo isso é executado pela força de trabalho. Ocorre que, quando o trabalhador vende sua força de trabalho ao capitalista, o valor-de-uso dessa mercadoria passa a ser de posse do capitalista, durante a jornada de trabalho. A força de trabalho, ao ter seu valor-de-uso consumido pelo capitalista, reproduz o seu valor, transfere os valores antigos e cria um mais-valor nesse processo. Essa é a base para a exploração do trabalhador pelo capitalista. Todo esse processo é, necessariamente, simultâneo: “[...] quando o trabalho, sob forma apropriada a um fim, conserva o valor dos meios de produção, transferindo-o ao produto, cada instante de sua operação forma valor adicional, valor novo” (MARX, 2011, p. 243). Contudo, há um momento em que esse processo, por suas próprias contradições internas, sofre uma violenta perturbação.

Mészáros considera que isso acontece com o advento da crise estrutural, a partir da consolidação do sistema do capital, em meados de 1970. Antes disso, toda a descrição teria sido uma constante no processo de produção capitalista. Em outras palavras, na fase de ascendência do capital, não houve interrupções no processo produtivo que causassem alguma preocupação ao capitalista. Tudo era, tranquilamente, resolvido. Dessa forma, faz sentido o autor húngaro, em seu universo

categorial, assumir uma fase de produção – de ascendência do capital – e uma fase de destruição deste – a partir de sua crise estrutural. No universo categorial marxiano, isso está distante da verdade: produção e destruição são duas faces de um mesmo processo. É por essa razão que Marx (2011), com sua forma literária e sarcástica, adverte:

É, portanto, um dom natural da força de trabalho em ação, do trabalho vivo, conservar valor na ocasião em que o acrescenta, um dom que nada custa ao trabalhador, mas que muito importa ao capitalista, o de conservar o valor atual de seu capital. Enquanto o negócio vai bem, está o capitalista demasiadamente concentrado na mais-valia para pensar nesse dom gratuito do trabalho. **Mas esse dom é objeto de seus maiores cuidados quando há interrupções violentas do processo de trabalho, crises** (MARX, 2011, p. 242, grifo nosso).

Desde o primeiro momento em que a produção de capital se realiza, abre-se a possibilidade de esta sofrer com essas “interrupções violentas”. As “crises”, portanto, são inerentes a forma de ser do próprio movimento do capital. Cíclica e periodicamente, estas acontecerão. A história da sociedade capitalista valida isso. Por hora, é o suficiente para o destaque de mais um elemento que entra em contraposição na análise dos universos categoriais de Marx e Mészáros. Isso será aprofundado a seguir. Cabe apontar que a compreensão de crise estrutural do capital de Mészáros se realiza com a dispensa das categorias de Marx. Somente com o uso das categorias marxianas é que se pode chegar à conclusão de que as crises são inerentes e fazem parte de todo o movimento histórico do capital.

Marx (2011), em síntese, descreve o movimento de produção do mais-valor, movimento do modo capitalista de produção:

A força de trabalho em atividade não só reproduz seu próprio valor, mas também cria valor excedente. Essa mais-valia constitui o excedente do valor do produto em relação ao valor dos componentes do produto consumido, a saber, os meios de produção e a força de trabalho. Ao discorrer sobre os diversos papéis que os diferentes fatores do processo de trabalho desempenham na formação do valor do produto, na realidade caracterizamos as funções dos diversos componentes do capital no processo de produzir mais-valia (MARX, 2011, p. 244).

Assim, sob o ponto de vista da produção de mais-valia, os componentes do processo de trabalho, dos meios de produção e da força de trabalho se convertem em capital constante e capital variável. Marx (2011) explica:

A parte do capital, portanto, que se converte em meios de produção, isto é, em matéria-prima, materiais acessórios e meios de trabalho não muda a magnitude do seu valor no processo de produção. **Chamo-a, por isso, parte constante do capital, ou simplesmente capital constante. A parte do capital convertida em força de trabalho**, muda de valor no processo de produção. Reproduz o próprio equivalente e, além disso, proporciona um excedente, a mais-valia, que pode variar, ser maior ou menor. Esta parte do capital transforma-se continuamente de magnitude constante em magnitude variável. **Por isso, chamo-o parte variável do capital, ou simplesmente capital variável** (MARX, 2011, p. 244, grifos nossos).

Tem-se, assim, a explicação dos componentes que compõem o processo de trabalho tipicamente capitalista: capital constante e capital variável. É com esses fundamentos categoriais explicativos que Marx inicia a discussão sobre *a taxa de mais-valia*, no capítulo VII do Livro I d'*O capital*, a partir do *grau de exploração da força de trabalho*. A taxa de mais-valia, portanto, expressa o grau de exploração da força de trabalho. Observe-se, com Marx (2011), que:

A mais-valia produzida pelo capital desembolsado *C* no processo de produção ou o aumento do valor do capital desembolsado *C* patenteia-se, **de início**, no excedente do valor do produto sobre a soma dos valores dos elementos que o constituíram (MARX, 2011, p. 249, grifo nosso).

Portanto, apenas “de início”. Analisando-se mais de perto e partindo da concepção de capital constante e capital variável, Marx realiza o movimento de ir para além da aparência em busca do ser do capital.

Verificou-se como a única mercadoria capaz de produzir mais valor do que ela própria possui é a força de trabalho em ação. Os valores dos meios de produção são apenas transferidos por essa força de trabalho que, ao mesmo tempo, produz um mais-valor. Durante o processo de produção entra, segundo Marx (2011):

[...] a força de trabalho em atividade; no lugar do trabalho materializado, o trabalho em operação; no lugar de uma magnitude estática, uma magnitude dinâmica, no lugar de uma grandeza constante, uma grandeza variável [...] (MARX, 2011, p. 251)

Capital constante e capital variável, dessa forma, são categorias explicativas apenas para o processo de produção capitalista. Não antes, mas durante o processo. Constante, por permanecer a grandeza de seu valor transferido. Variável, por alterar a magnitude do valor produzido. Afinal de contas, a força de trabalho como mercadoria também possui um valor “constante”. Variável é, tão somente, a categoria explicativa para essa força de trabalho em atividade em uma empresa capitalista.

Marx alerta que “[...] tem grande significação econômica não só a relação entre a mais-valia e a parte do capital da qual diretamente deriva e cuja variação de valor representa, mas também entre ela e o capital total desembolsado [...]” (MARX, 2011, p. 251). No entanto, seguindo seu método de exposição, com a didática que lhe é peculiar, Marx afirma que essa relação será tratada “[...] no Livro Terceiro [...]” (MARX, 2011, p. 251). Isso demonstra, mais uma vez, que o autor possui a pesquisa completa de seu objeto de estudo, o capital, assim como as partes que a constituíram. Portanto, descartar as obras posteriores, editadas e publicadas por Engels, é mascarar a produção de Marx em sua totalidade³².

Mas como caracterizar efetivamente a taxa de mais-valia? Demonstrou-se como não faz sentido considerá-la como a diferença entre o capital total desembolsado com aquele que foi criado. Isso porque, como se sabe, o capital constante apenas tem parte de seu valor transferido durante a jornada de um dia de trabalho, não criando nem um átomo de mais-valor. Assim, resta apenas ser obra “[...] determinada pela relação entre a mais-valia e o capital variável, expressando-se pela fórmula m/v [...]” (MARX, 2011, p. 252). A taxa de mais-valia, portanto, expressa-se pela relação entre a mais-valia produzida sobre o capital variável.

Com esse fundamento, Marx retoma uma importante constatação, que será necessária para a crítica, como se verá, dos que compreendiam que o excedente era produzido apenas na “última hora”. Esse fundamento está relacionado ao trabalho necessário e ao trabalho excedente, componentes da jornada de trabalho do trabalhador. Tudo isso, como está claro, para a compreensão de que trabalho necessário e trabalho excedente ocorrem simultaneamente durante a jornada de trabalho, sendo a sua separação apenas um recurso didático para o entendimento dessas categorias, conforme Marx (2011) explica:

Vimos que o trabalhador, durante uma parte do processo de trabalho, só produz o valor de sua força de trabalho, isto é, o valor dos meios de subsistência que lhe são necessários. Produzindo ele num sistema que se fundamente na divisão social do trabalho, não produz diretamente seus meios de subsistência, mas um valor (sob a forma de uma mercadoria particular, o fio, por exemplo) igual ao valor dos seus meios de subsistência ou ao dinheiro com que os compra. A parte do seu dia de trabalho despendida para esse fim

³² Há outro elemento comprovativo de nosso argumento na nota de rodapé em que Marx explicava a taxa de mais-valia. O autor alemão afirma que “do mesmo modo, se diz taxa de lucro, taxa de juros etc. Veremos no Livro Terceiro que é fácil compreender o que é taxa de lucro, desde que se conheçam as leis da mais-valia. Se seguirmos o caminho oposto, não entenderemos nem um nem outro” (MARX, 2011, p. 252).

é maior ou menor segundo o valor dos meios de subsistência dos quais em média necessita diariamente, segundo, portanto, o tempo de trabalho em média diariamente exigido para a produção deles (MARX, 2011, p. 252-253).

É mister considerar que se está na parte dedicada ao conjunto de elementos explicativos da mais-valia absoluta. Contudo, Marx já apresenta os elementos que serão basilares para a compreensão da mais-valia relativa – quando já menciona o valor da força de trabalho em imediata relação com os valores dos meios de subsistência. A essa parte da jornada de trabalho dedicada para o suprimento das necessidades de subsistência do trabalhador, Marx nomeia “[...] tempo de trabalho necessário [...]” (MARX, 2011, p. 252). A parte da jornada de trabalho que está para além do valor da força de trabalho, ou seja, a parte relacionada à produção da mais-valia, Marx a define como “[...] tempo de trabalho excedente [...]” (MARX, 2011, p. 253) – parte que o capitalista ama.

O tempo de trabalho excedente e o tempo de trabalho necessário são anteriores à forma capitalista de produção. Mas, apenas nela, ambas as categorias têm como conteúdo a reprodução do valor da força de trabalho e a produção da mais-valia. Em síntese, de acordo com Marx (2011):

Sendo o valor do capital variável igual ao valor da força de trabalho por ele comprada, sendo a parte necessária do dia de trabalho determinada pelo valor dessa força de trabalho e a mais-valia determinada pela parte excedente do dia de trabalho, segue-se daí que a mais-valia se comporta para com o capital variável como o trabalho excedente para com o trabalho necessário; em outras palavras, a taxa de mais-valia = trabalho excedente/trabalho necessário (MARX, 2011, p. 254).

Enfim, a relação direta da mais-valia com o capital variável demonstra que “a taxa de mais-valia é, por isso, a expressão precisa do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista [...]” (MARX, 2011, p. 254). É uma relação de exploração tipicamente capitalista, que tem no grau de exploração da força de trabalho a expressão da taxa de mais-valia.

Desse modo, considerando que tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente ocorrem simultaneamente no processo produtivo capitalista, considera-se também que os valores dos meios de produção, da força de trabalho e da mais-valia estão decompostos em todos os produtos que são produzidos da primeira à última hora de trabalho da jornada:

O produto, o resultado do processo de produção, se decompõe numa quantidade que só representa o trabalho contido nos meios de produção, o capital constante; noutra, onde só figura o trabalho necessário despendido no processo de produção, ou seja, capital variável; e numa terceira, que só representa o trabalho excedente empregado no processo ou a mais-valia (MARX, 2011, p. 259).

Essa decomposição do produto, conforme afirmou-se anteriormente, é simples e ao mesmo tempo crucial para o combate às explicações problemáticas do processo de produção capitalista. Isso é necessário para a efetiva crítica às teorias que compreendem que apenas uma parte pequena da jornada de trabalho seria destinada a produção da mais-valia, a “[...] última hora [...]” (MARX, 2011, p. 260).

É o caso de Nassau W. Senior, que em 1836 foi convocado pelos industriais de Manchester para aprender sobre economia política. Marx, no item terceiro do capítulo sete de sua obra magna, narra essa história. A crítica à pretensa “análise” de Senior se dá pelo fundamento do economista ao acreditar “[...] na queixa dos fabricantes de que o trabalhador gasta a maior parte do dia na produção, isto é, na reprodução ou ressarcimento do valor dos edifícios, das máquinas, do algodão, do carvão etc. [...]” (MARX, 2011, p. 261).

Ora, como se observou, isso carece de validação com a realidade da produção capitalista explicada por Marx. Essa produção, que tem na jornada de trabalho, ao mesmo tempo, a reprodução do valor da força de trabalho, a transferência de valores antigos e a mais-valia, o tempo de trabalho necessário e o excedente, o tempo de trabalho pago e o não pago, tem em cada produto a decomposição desses valores, e não apenas nos produtos produzidos na última hora, ou em parte da jornada de trabalho. Como se tem repetido nesta tese, trata-se apenas de um recurso didático a divisão entre tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente. Ambos ocorrem simultaneamente e são expressos em todo o produto produzido durante a jornada de trabalho na produção capitalista.

E é exatamente esse o título do capítulo oito do Livro I d’*O capital: a jornada de trabalho*. E o que é a jornada de trabalho? Na aparência, essa pergunta possui um caráter retórico. Ora, a jornada de trabalho é o tempo em que o trabalhador está no processo de produção: 6, 8, 10, 12 horas etc. Engana-se, portanto, quem se restringe a essa compreensão. Isso “não determina a magnitude da jornada de trabalho”. É necessário considerar dois elementos que constituem a jornada de trabalho, que a

determinam: tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente. Observe-se a seguir.

Pressupõe-se que é “[...] ser a força de trabalho comprada vendida por seu valor [...]” (MARX, 2011, p. 269). Não é um pressuposto aleatório. Trata-se de algo expresso, em média, onde se configura o modo capitalista de produção. Abandonar essa ideia é retirar um dos pilares que fundamenta a sociedade do capital. É negar, assim, o pressuposto e a análise do próprio movimento do capital.

Com esse pressuposto chega-se, necessariamente, ao tempo de trabalho necessário. Como se observou, esse é o tempo necessário que compõe o valor da força de trabalho. Ou seja, o tempo equivalente para “[...] a produção dos meios de subsistência do trabalhador [...]” (MARX, 2011, p. 269).

Além disso, a jornada de trabalho possui um tempo de trabalho excedente, que corresponde ao tempo em que se produz um valor a mais, uma mais-valia para além do valor da força de trabalho e para além do valor dos meios de produção – que apenas tem seus valores “transferidos”.

Desse modo, a jornada de trabalho se constitui, portanto, pela soma do tempo de trabalho necessário e do tempo de trabalho excedente. Lembra-se que se está na parte III d’*O capital, a produção da mais-valia absoluta*. Assim, apenas por hora, a mais-valia absoluta recebe uma de suas principais características, que é o prolongamento da jornada de trabalho com a finalidade de se ampliar o tempo de trabalho excedente.

Essa definição de jornada de trabalho, ao contrário da aparência, demonstra que esta “[...] não é uma grandeza constante, mas variável [...]” (MARX, 2011, p. 270). Isso porque as partes que a constituem são completamente mutáveis. O tempo de trabalho necessário e o tempo de trabalho excedente podem se alterar, e a história demonstra que se alteram constantemente. Neste momento da exposição desta tese, acompanhando a trajetória explicativa de Marx, cabe apenas apontar isso, que será desenvolvido nos itens que seguirão nesta pesquisa. Assim, “[...] a jornada de trabalho é, portanto, determinável, mas considerada em si mesma, é indeterminada [...]” (MARX, 2011, p. 270).

Contudo, “[...] embora a jornada de trabalho não seja uma grandeza fixa, mas flutuante, só pode variar dentro de certos limites [...]” (MARX, 2011, p. 270). E quais são esses limites? Pode-se sintetizá-los em dois elementos: físico e moral. Observe-se a seguir.

O primeiro limite diz respeito aos “aspectos físicos”. O dia possui, para a tristeza do capitalista, vinte e quatro horas. Nesse tempo, além do ato produtivo durante a jornada de trabalho, o trabalhador necessita, para sua sobrevivência, de um tempo para recompor suas energias, consumidas na produção. Por isso, “[...] durante uma parte do dia, o trabalhador deve descansar, dormir; durante outra, tem de satisfazer necessidades físicas, alimentar-se, lavar-se, vestir-se etc.” (MARX, 2011, p. 270).

O segundo limite está relacionado às “fronteiras morais”. Há necessidade, para o trabalhador, de um “[...] tempo para satisfazer necessidades espirituais e sociais cujo número e extensão são determinados pelo nível geral da civilização [...]” (MARX, 2011, p. 271). São, portanto, limites “sociais”, que variam de acordo com as diferentes culturas dos trabalhadores espalhados pelo mundo e que são, com o desenvolvimento da produção capitalista, sempre transpostos até o seu grau mais superior.

Em síntese, dentro da legalidade imbuída no modo capitalista de produção, segundo Marx (2011):

O capitalista compra a força de trabalho pelo valor diário. Seu valor-de-uso lhe pertence durante a jornada de trabalho. Obtém, portanto, o direito de fazer o trabalhador trabalhar para ele durante um dia de trabalho. Mas que é um dia de trabalho? Será menor do que um dia natural de vida. Menor de quanto? O capitalista tem seu próprio ponto de vista sobre esse extremo, a fronteira necessária da jornada de trabalho. Como capitalista, apenas personifica o capital. **Sua alma é a alma do capital** (MARX, 2011, p. 271, grifo nosso).

Prolongar a jornada de trabalho e consumir ao máximo o valor-de-uso da força de trabalho é inerente à “alma do capital”, personificada pelo capitalista. O tempo em que o trabalhador executa sua atividade produtiva é o tempo em que o capitalista utiliza a mercadoria que comprou pelo seu valor. Isso é completamente justo na “lei da troca de mercadorias”. E o capital, portanto, nas palavras de Marx (2011):

[...] tem seu próprio impulso vital, o impulso de valorizar-se, de criar mais-valia, de absorver com sua parte constante, com os meios de produção, a maior quantidade possível de trabalho excedente. **O capital é trabalho morto que, como um vampiro, se reanima sugando o trabalho vivo, e, quanto mais o suga, mais forte se torna** (MARX, 2011, p. 271, grifo nosso).

É o consumo do valor-de-uso da força de trabalho que alimenta o capital. Quanto maior é a realização disso, mais forte se torna o capital. É o próprio consumo

da força de trabalho da humanidade, sugada até seus últimos limites que gera a vida do capital. A saúde do capital é, dessa forma, medida a partir do grau de exploração dos trabalhadores. Sobretudo nos períodos em que são necessárias medidas para sair das crises do capital.

No entanto, o capital não está sozinho no processo produtivo, e a força de trabalho pode levantar sua voz, por vezes “[...] emudecida no turbilhão do processo produtivo [...]” (MARX, 2011, p. 272) para atrapalhar o impulso do capital. A luta de classes é o “motor da história”. Com isso, a classe capitalista persegue o alimento de sua alma, ao passo que a classe trabalhadora resiste pela manutenção de sua própria vida. Dessa forma, “[...] a regulamentação da jornada de trabalho se apresenta, na história da produção capitalista, como luta pela limitação da jornada de trabalho, um embate que se trava entre a classe capitalista e a classe trabalhadora” (MARX, 2011, p. 273).

A “avidez” do capitalista está sempre orientada a prolongar o tempo de trabalho excedente, ou seja, este está “sempre ávido por mais-valia”. O trabalho excedente não é característica exclusiva da sociedade do capital. Em sociedades de classes anteriores ao modo de produção atual, a avidez por trabalho excedente também estava presente. Mas, apenas sob o capital, essa avidez ganha proporções jamais vistas na história. É somente no capital que o trabalho excedente expressa a produção de mais-valia, pela qual o capitalista nutre grande paixão.

Opostamente, em uma sociedade sem classes, pautada em outra forma de organização da produção de vida, o trabalho excedente existiria, mas sob nova determinação. Marx explica que:

[...] numa formação social onde predomine não o valor-de-troca, mas o valor-de-uso do produto, o trabalho excedente fica limitado por um conjunto mais ou menos definido de necessidades, não se originando da natureza da própria produção nenhuma cobiça desmesurada por trabalho excedente [...] (MARX, 2011, p. 274).

A incessante busca do capitalista por mais-valia, por aumento do trabalho excedente, pode ser observada nos constantes movimentos realizados para “[...] prolongar desmesuradamente o dia de trabalho [...]” (MARX, 2011, p. 275). E assim o faz, inclusive “burlando”³³ as próprias leis criadas pelo Estado, que é dominado pelo

³³ Os dados estatísticos dos inspetores de fábrica do século XIX, demonstrados por Marx (2011, p. 279-280) revelam que, mesmo com a imposição de leis, os capitalistas conseguiam fraudar a

capital. Além do movimento dos trabalhadores organizados na luta pela redução da jornada de trabalho, que significava ao mesmo tempo uma luta pela vida, tais leis foram elaboradas, tão somente, para que os trabalhadores não fossem todos exauridos até a morte durante uma jornada de trabalho, o que, de fato, continuamente ocorrendo em escala mundial, seria um enorme problema para o capital.

Em nada se altera a avidez do capitalista nos períodos de crise do capital³⁴. Nesses momentos, inclusive, maior ainda é seu empenho, haja vista que “[...] quanto menos negócios se fazem, maior tem de ser o lucro sobre o negócio feito. Quanto menos tempo se pode trabalhar, tanto maior tem de ser o tempo de trabalho excedente [...]” (MARX, 2011, p. 280).

Não há o que possa impossibilitar a avidez do capitalista de querer sempre mais mais-valia, assim “[...] o empenho em prolongar a jornada de trabalho, a voracidade por trabalho excedente, os abusos desmedidos daí decorrentes [...]” (MARX, 2011, p. 282) são aspectos que constituem o “DNA” da forma de ser do capital.

Tudo isso considerando os ramos da produção capitalista, em que se configuram as restrições legais relacionadas ao prolongamento da jornada de trabalho. Houve, no século XIX, outros ramos, nos quais estas “[...] pareceriam agradáveis e sadias [...]” (MARX, 2011, p. 284), “onde não havia limites legais à exploração”.

Os capitalistas encontram diferentes métodos para o prolongamento do tempo de trabalho excedente. E isso, assim como todas as afirmativas relacionadas à sociedade do capital, desde seu pleno desenvolvimento como modo de produção. “O trabalho diurno e noturno” e “o sistema de revezamento” são alguns deles. O motivo é relativamente simples, como Marx (2011) esclarece:

Os meios de produção, o capital constante, só existem, do ponto de vista da criação de mais-valia, para absorver trabalho e, com cada gota de trabalho,

regulamentação fazendo os trabalhadores trabalharem uma quantidade de horas a mais, que somadas representariam “27 dias de trabalho”. Assim, “é como se transformassem 12 meses do ano em 13”. Os dados são de indústrias da Inglaterra. Cabe destacar o que já se tem apontado nesta tese, e desta vez o próprio Marx faz o alerta em uma nota de rodapé: “[...] demais, a Inglaterra figura aqui e no primeiro plano por ser a representante clássica da produção capitalista e por possuir uma estatística oficial ininterrupta sobre os problemas tratados” (MARX, 2011, p. 279).

³⁴ Os dados revelados pelos inspetores das fábricas apontam que, durante as crises de 1857 e 1858, assim como a crise do algodão de 1861 a 1865, “várias fábricas fizeram os trabalhadores trabalharem para além do tempo regulamentado por lei, como trabalhos em horários de refeição ou em qualquer hora ilegal” (MARX, 2011, p. 280-281).

uma porção proporcional de trabalho, excedente. Se não realizam isto, sua mera existência constitui pura perda para o capitalista, pois, durante o tempo em que estão parados, representam adiantamento inútil de capital. Essa perda se traduz também em despesas quanto, em virtude dessa parada, se tornam necessários gastos adicionais para a retomada das atividades (MARX, 2011, p. 297).

O capital só vive por meio da produção de mais-valia, criada pelo trabalhador ao ter o valor-de-uso de sua força de trabalho consumido pelo capitalista no processo produtivo. Cada pausa, cada parada, seja por qual motivo for, significa a possibilidade de levar o capital à “Unidade de Terapia Intensiva”. Assim, a produção de capital não pode parar. Isso é didaticamente revelado, por exemplo, nos períodos de greve de trabalhadores produtivos de capital. A luta de classes se acirra, e a estrutura se movimenta. Isso porque, conforme Marx (2011):

O impulso imanente da produção capitalista é apropriar-se do trabalho durante todas as 24 horas do dia. Sendo fisicamente impossível, entretanto, explorar, dia e noite sem parar, a mesma força de trabalho, é necessário, para superar esse obstáculo físico, revezar as forças de trabalho a serem empregadas nos períodos diurno e noturno (MARX, 2011, p. 297).

Esses métodos são revigorantes para o capital e tornam a vida do capitalista mais feliz, em detrimento da vida do trabalhador, haja vista que os efeitos prejudiciais causados, por exemplo, pelo trabalho noturno, são constatados desde o século XIX³⁵ até hoje³⁶ pelos mais diversos médicos e profissionais da área da saúde. Mas essas questões, o capital, “[...] naturalmente, deixa passarem em silêncio [...]” (MARX, 2011, p. 301).

O capital, que não possui nenhum valor humanitário, infringe todos os limites postos pelas condições materiais de vida do trabalhador para aumentar o tempo de trabalho excedente. Os fatores físicos e morais, que, como se demonstrou nesta tese,

³⁵ Em *O capital*, Marx, retomando as observações de um médico sobre os malefícios do trabalho noturno, que provoca uma série de problemas ao trabalhador, conclui: “a circunstância de assuntos dessa natureza serem objeto de sérias controvérsias é a melhor demonstração do modo como a produção capitalista atua sobre as funções cerebrais dos capitalistas e de seus partidários” (MARX, 2011, p. 299).

³⁶ Publicado pelo jornal *O Estado de São Paulo*, a matéria trata dos problemas causados à saúde quando “se troca o dia pela noite”. Lê-se: “Um estudo publicado em 2013 pela Faculdade de Saúde Pública (FSP) da USP identificou que o trabalho noturno causa problemas ao sono e à saúde. A pesquisa comparou um grupo de trabalhadores de turno entre 21h e 6h a um outro grupo, que trabalhava das 7h às 17h. A conclusão foi que houve uma queda na qualidade de vida do primeiro grupo”. Disponível em: <<https://emails.estadao.com.br/noticias/bem-estar,troca-a-noite-pelo-dia-veja-o-que-acontece-no-corpo-e-como-minimizar-os-danos-a-saude,70002104389>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

constituem barreiras para a ampliação da jornada de trabalho, são tranquilamente burlados. Não há preocupação com a vida do trabalhador. Ao contrário, as condições que levam à sua morte são exatamente as bases sob as quais se erguem a vida do capital.

O consumo da força de trabalho, que foi paga integralmente, em média, pelo seu valor, permite compreender o que de fato é uma jornada de trabalho e por quanto tempo esta pode ser ampliada para além do tempo de trabalho necessário. Quem determina essa resposta é o próprio capital, sem a menor complacência, segundo a explicação de Marx (2011):

[...] O dia de trabalho compreende todas as 24 horas, descontadas as poucas horas de pausa sem as quais a força de trabalho fica absolutamente impossibilitada de realizar novamente sua tarefa. Fica desde logo claro que o trabalhador, durante sua existência, nada mais é que força de trabalho, que todo seu tempo disponível é, por natureza e por lei, tempo de trabalho, a ser empregado no próprio aumento do capital [...] (MARX, 2011, p. 306).

Tudo o que está posto de lado dessa constatação sob o capital perde toda sua forma de ser. Todo o tempo dedicado a atividades, seja lá quais forem, que não sejam atividades de produzir capital, perde seu sentido, como “[...] o tempo para a educação, para o desenvolvimento intelectual, para preencher funções sociais, para o convívio social, para o livre exercício das forças físicas e espirituais, para o descanso dominical [...]” (MARX, 2011, p. 306), assim como para outras atividades não laborais. Portanto, o trabalhador é, sob o capital, apenas força de trabalho.

Está no “DNA” do capital a conquista do tempo de trabalho excedente, ou seja, do tempo de trabalho destinado à produção de mais-valia. Para realizar isso, segundo Marx (2011):

[...] o capital não se preocupa com a duração da vida da força de trabalho. Interessa-lhe exclusivamente o máximo de força de trabalho que pode ser posta em atividade. Atinge esse objetivo encurtando a duração da força de trabalho, como um agricultor voraz que consegue uma grande produção exaurindo a terra de sua fertilidade (MARX, 2011, p. 307).

Para produzir capital, é mister produzir mais-valia. Isso justifica o anseio do capitalista por tempo de trabalho excedente. Aumentar esse tempo, portanto, significa ao mesmo tempo duas ações: aumentar o capital e reduzir o tempo de vida da força de trabalho. Essa unidade é inseparável no modo de produção capitalista. Esses são os elementos constitutivos e necessários de uma jornada “normal” de trabalho.

Ocorre que isso não deve, para o bom funcionamento do capital, alcançar patamares universais. Em outras palavras, seria um desperdício para o capital a troca de toda a força de trabalho presente, por exemplo, em um processo produtivo em uma só jornada de trabalho. Por esse motivo, o capital se encarrega de – não por impulso, mas por necessidade – corroborar certos limites para a manutenção, por um período, da vida da força de trabalho³⁷.

Quando as mortes ocorrem em escala menor, mesmo que isso represente um grande número absoluto³⁸, o capital consegue trocar essas forças de trabalho por outras. Esse é um dos motivos para a existência comum do desemprego³⁹. Haverá, sempre, forças de trabalho disponíveis para os mais diversos processos produtivos, conforme Marx escreve: “a experiência mostra geralmente ao capitalista que existe uma população excedente em relação às necessidades momentâneas do capital de expandir seu valor” (MARX, 2011, p. 310).

Assim, “[...] o capital não tem, por isso, a menor consideração com a saúde e com a vida do trabalhador, **a não ser quando a sociedade o compele a respeitá-las**” (MARX, 2011, p. 312, grifo nosso). A luta entre a classe trabalhadora e a capitalista é a única que pode estabelecer uma jornada de trabalho que amenize toda essa situação. Por isso, as lutas “pela jornada normal de trabalho” são constantes na sociedade do capital em toda sua trajetória⁴⁰. Essa pauta deveria constar dos movimentos sindicais das mais diversas categorias.

³⁷ À medida que se avança na compreensão de Marx sobre a sociedade do capital, torna-se cada vez mais nítido seu entendimento de que a força de trabalho é uma mercadoria nessa sociedade e a distinção que este autor faz de modos de produção anteriores, como o escravismo: “o senhor dos escravos compra um trabalhador como compra um cavalo [...]” (MARX, 2011, p. 307). Ou seja, compra o trabalhador como qualquer outra mercadoria.

³⁸ Uma matéria publicada pela Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro) revela dados de 2012 a 2018 que demonstram que o Brasil registrou 17 mil mortes no trabalho e 4 milhões de acidentes de trabalho. Há, inclusive, um ranking dos países que mais registram mortes durante a jornada de trabalho. Nesse ranking, o Brasil está atrás apenas dos Estados Unidos, da Tailândia e da China. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/noticias/detalhe-da-noticia/2019/4/acoes-regressivas-gestao-de-riscos-e-impacto-dos-acidentes-de-trabalho-foram-temas-de-debate>>. Acesso em: 1º maio 2020.

³⁹ O número de desempregados no Brasil, considerando dados até o 4º trimestre de 2019, era de 11,6 milhões. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>>. Acesso em: 1º maio 2020.

⁴⁰ Historicamente, isso se deu das mais diversas formas. Marx, no item 6 – A luta pela jornada normal de trabalho. Limitação legal do tempo de trabalho. A legislação fabril inglesa de 1833 a 1864 – do capítulo VIII do Livro I d’O capital exemplifica essa lei geral do capital. Como se tem acompanhado nesta tese, a utilização de dados dos países capitalistas, em especial os mais desenvolvidos naquela época, como a Inglaterra, são descritas tão somente para a validação de sua teoria em confronto com o real.

Contundo, o capital nunca se contenta. A cada resistência e/ou pequeno avanço dos trabalhadores, há uma nova medida do capital. A avidez pelo aumento da produção de mais-valia é constante. Sem resistência da classe trabalhadora, os mais diversos mecanismos são utilizados para cumprir essa finalidade⁴¹. A classe trabalhadora, intensamente “[...] atordoada pelo tumulto da produção [...]” (MARX, 2011, p. 321), tem sérias dificuldades em resistir. Mas, quando “[...] recobra seus sentidos [...]” (MARX, 2011, p. 321), retoma a luta permanente contra a classe capitalista⁴².

Tem-se mais um elemento que contribui, nesta tese, para o processo de apropriação da sociedade do capital. Destacou-se que não foi lócus da exposição de Marx a discussão sobre a jornada de trabalho de um país ou período, e sim a jornada de trabalho da sociedade do capital em sua fase plena, na qual todos os constitutivos do modo de produção já estão em atividade normal.

Com isso, chega-se ao capítulo IX d’*O capital*, de Marx, *Taxa e massa de mais-valia*. Esse capítulo encerra a parte terceira de sua obra – *A produção da mais-valia absoluta*. Didaticamente, como melhor forma de exposição, até aqui o autor alemão continua partindo da suposição de que “[...] o valor da força de trabalho e, conseqüentemente, a parte do dia de trabalho necessária para reproduzir ou manter a força de trabalho são magnitudes determinadas, constantes” (MARX, 2011, p. 349). Ver-se-á, acompanhando a trajetória de exposição de Marx e avançando na compreensão da sociedade do capital, como essa suposição será alterada com a compreensão do outro componente constitutivo da mais-valia, a mais-valia relativa.

Isto posto, Marx busca explicar as leis econômicas que estão relacionadas à massa de mais-valia. Essas leis sustentam a lógica do capital na relação existente entre o grau de exploração e as formas sob as quais o capitalista equacionará seus cálculos para a maior produção de capital.

Verificou-se que a “taxa de mais-valia” é a relação existente entre a mais-valia produzida e o capital variável. A “taxa de mais-valia” expressa, portanto, o grau de

⁴¹ No Brasil, uma série de reformas têm sido efetivadas neste sentido. Um dos exemplos mais recentes é a Reforma da Previdência, Emenda Constitucional n.103, que entrou em vigor em 13 de novembro de 2019. Esta aumenta o tempo de vida útil da força de trabalho em atividade, ou seja, antes de sua aposentadoria. No mundo todo, esse mesmo movimento ocorreu em dezenas de países. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/03/01/previdencia-idade-minima-reforma.htm>>. Acesso em: 1º maio 2020.

⁴² Mas tudo isso, tão somente, quando os trabalhadores se organizam como classe para travar uma verdadeira “[...] guerra civil [...]” (MARX, 2011, p. 343) pela regulamentação da jornada de trabalho.

exploração da força de trabalho. E o que é a massa de mais-valia produzida? Esta é “[...] igual à mais-valia fornecida pelo dia de trabalho do trabalhador individual multiplicada pelo número dos trabalhadores empregados” (MARX, 2011, p. 349).

Dessa forma, a variação da “massa de mais-valia” está em direta relação com o grau de exploração da força de trabalho, assim como a quantidade de trabalhadores. Todo o movimento capitalista, na ampliação de sua “massa de mais-valia”, girará em torno da lógica que envolve estes elementos, capital variável e grau de exploração, tendo a jornada de trabalho como base e a produção de mais-valia como fio condutor.

Sabe-se que o capital adiantado pelo capitalista se divide na compra de capital constante e de capital variável. Ao comprar mais força de trabalho, será necessária a compra de capital constante suficiente para possibilitar a atividade do trabalho desse capital variável. Devido a isso, a busca constante pelo aumento do tempo da jornada de trabalho é a forma pela qual o capitalista tentará potencializar a produção de capital. Mas isso também esbarra em um novo empecilho, a saber, as 24 horas do dia.

O prolongamento da jornada de trabalho e o grau de exploração da força de trabalho são, por essa razão, os fundamentos do que Marx nomeia mais-valia absoluta. Estes estão em relação direta com o capital variável, especificamente em sua quantidade e intensidade de sua atividade. Mas a mais-valia não é composta apenas pela parte absoluta. Na verdade, a mais-valia é composta pela mais-valia absoluta e a mais-valia relativa. Não há, sob esse ponto de vista, uma predominância de uma sobre a outra. Trata-se de uma unidade que se configura no processo de produção de capital. Verifique-se mais de perto a seguir.

4.1.3.2 A quarta parte d’O capital, de Marx: a produção da mais-valia relativa

Assim, chega-se à quarta parte da obra de Marx *O capital*, em seu Livro I, em que há a exposição da *produção da mais-valia relativa*. Essa divisão das partes relacionadas à mais-valia absoluta e à mais-valia relativa é, apenas, uma escolha didática de exposição, uma vez que ambas ocorrem ao mesmo tempo no processo de produção capitalista.

Assim, o capítulo X dessa obra de Marx inicia pelo “conceito de mais-valia relativa”. Verificou-se como a mais-valia absoluta, pelos motivos já apresentados nesta tese, possui um certo limite para sua expansão. Como a busca do capitalista é

sempre por aumentar o tempo de trabalho excedente, àquela relacionada a produção da mais-valia, o capital, além de aumentar o grau de exploração e a jornada de trabalho, necessita de uma forma para reduzir o tempo de trabalho necessário, ou seja, o valor da força de trabalho. É nesse contexto que se insere o outro componente da mais-valia, a sua parte “relativa”.

A partir disso surgem as seguintes questões: como aumentar a produção da mais-valia? E como prolongar o tempo de trabalho excedente sem alterar o tempo absoluto da jornada de trabalho? A resposta está diretamente relacionada à mais-valia relativa. Esta, portanto, permite a redução do tempo de trabalho necessário, aumentando assim, sem necessariamente prolongar o tempo de jornada de trabalho, o tempo de trabalho excedente.

Na aparência, a resolução desse problema seria realizada pela simples redução do salário do trabalhador, o que implicaria pagar abaixo do valor da força de trabalho. Em alguns momentos, isso, de fato, pode ocorrer. Mas, não como a regra da forma de ser do capital. Isso se explica pelo fato de, uma vez constante o pagamento do salário do trabalhador abaixo de seu valor, significaria que a força de trabalho se reproduziria de forma “atrofiada”, não estando em condições normais para sua contínua exploração. Esse movimento não tem um átomo de relação com as condições de vida dos trabalhadores, mas tão somente, com as condições normais em que possam ser explorados.

Dessa forma, o capitalista precisa reduzir, em média, o valor da força de trabalho, para assim, reduzir o salário. Isso reduz, por sua vez, o tempo de trabalho necessário, aumentando conseqüentemente o tempo de trabalho excedente. Mas como reduzir o valor da força de trabalho? Reduzindo o valor dos componentes que compõe o valor da força de trabalho. Mas isso é “[...] impossível sem se aumentar a produtividade do trabalho [...]” (MARX, 2011, p. 365). E isso, por sua vez, segundo Marx, “exige alteração no instrumental ou no método de trabalho, ou em ambos ao mesmo tempo. Têm de ser revolucionadas as condições de produção de seu trabalho, o modo de produção e, conseqüentemente, o próprio processo de trabalho (MARX, 2011, p. 365).

Essa é a condição fundamental para se diminuir o valor da força de trabalho e reduzir o tempo de trabalho necessário. Em síntese, Marx (2011) explica:

Chamo de mais-valia absoluta a produzida pelo prolongamento do dia de trabalho, e de mais-valia relativa a decorrente da contração do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na relação quantitativa entre ambas as partes componentes da jornada de trabalho (MARX, 2011, p. 366).

Uma está em completa relação com a outra. Mais-valia absoluta e relativa são, portanto, duas faces de um mesmo processo: o de produção de mais-valia e, assim, de capital. Dessa forma, para reduzir o valor da força de trabalho, o aumento da produtividade precisa atingir os “[...] ramos industriais cujos produtos determinam o valor da força de trabalho [...]” (MARX, 2011, p. 366).

Por isso, a busca do capitalista, em geral, é reduzir o valor das mercadorias, aumentando assim a mais-valia produzida. Esse processo precisa ser, e o é, geral entre os capitalistas de todos os ramos industriais. Mas este não ocorre linearmente. A concorrência intercapitalista proporciona e impele a uns um salto na produção de mais-valia por meio dos elementos expostos, que será iminentemente alcançado, em um futuro não distante, pelo restante dos capitalistas que quiserem sobreviver como tal. Dessa forma, para Marx (2011):

[...] O desenvolvimento da produtividade do trabalho na produção capitalista tem por objetivo reduzir a parte do dia de trabalho durante a qual o trabalhador tem de trabalhar para si mesmo, justamente para ampliar a outra parte durante a qual pode trabalhar gratuitamente para o capitalista [...] (MARX, 2011, p. 372).

Para cumprir tal objetivo, a produção capitalista precisa colocar em prática alguns métodos. Inicie-se pelo primeiro método relacionado à produção de mais-valia relativa, *A cooperação*, título do capítulo XI da obra magna de Marx. É interessante destacar que os movimentos de mais-valia absoluta e relativa ocorrem paralelamente e desde o início do capital, não sendo possível a produção de uma sem a existência da outra.

De início, a produção capitalista insere, em um mesmo local de trabalho, com a finalidade de produzir uma determinada mercadoria, uma certa quantidade de trabalhadores. Estes realizam a mesma tarefa que antes, com a diferença de que agora os meios de produção não são mais sua propriedade e, por isso, precisam vender sua força de trabalho. Assim, a cooperação se constitui como o método que caracteriza o início da produção capitalista. Há o simples fato de juntar trabalhadores

em um mesmo espaço para produzir sob o controle do capitalista. Este é o ponto de partida da produção capitalista.

Marx explica que “de início, a diferença é puramente quantitativa [...]” (MARX, 2011, p. 375). Não há, sequer, uma determinação na diferença qualitativa das mercadorias produzidas pelos diferentes trabalhadores, acostumados a fazerem determinadas mercadorias a seu modo. Não há, de início, uma padronização na qualidade dessas mercadorias. Mas, como produção de valor, mais-valia, o simples fato de juntar uma certa quantidade de trabalhadores sob o comando do capitalista já manifesta “[...] uma revolução nas condições materiais do processo de trabalho [...]” (MARX, 2011, p. 377).

Desaparecem as diferenças individuais dos trabalhadores na produção dessas mercadorias. O que a determina agora é o trabalho coletivo. E a produção de valor e mais-valor, propriedade do capitalista. Por isso o nome “cooperação”. Para Marx, “chama-se cooperação a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos” (MARX, 2011, p. 378).

Ao colocar uma certa quantidade de trabalhadores no mesmo local de trabalho produzindo mercadorias iguais, mas com qualidades diferentes, esse simples movimento, que dá início efetivo à produção de mais-valia, e, portanto, de capital, marca uma importante alteração histórica: “[...] não se trata aqui da elevação da força produtiva individual através da cooperação, mas da criação de uma força produtiva nova, a saber, a força coletiva [...]” (MARX, 2011, p. 379).

A cooperação possibilita um salto quantitativo na produção de mercadorias. O simples fato de colocar os meios de produção em um único lugar e, a partir disso, colocar uma certa quantidade de força de trabalho nesse mesmo espaço, proporciona uma produção de mercadorias significativamente superior se comparada com a do mesmo número de trabalhadores trabalhando individualmente. Essa é a força do trabalho coletivo, conforme Marx (2011):

[...] Em todos os casos, a produtividade específica da jornada de trabalho coletiva é a força produtiva social do trabalho ou a força produtiva do trabalho social. Ela tem sua origem na própria cooperação. Ao cooperar com outros de acordo com um plano, desfaz-se o trabalhador dos limites de sua individualidade e desenvolve a capacidade de sua espécie (MARX, 2011, p. 382).

A cooperação é a forma elementar e fundamental da produção capitalista. Ao estabelecê-la, o capitalista se torna, cada vez mais, apenas dirigente da produção. Inclusive, esta possibilita a criação de um tipo de assalariado que será responsável pela fiscalização. Menos tempo o capitalista perderá nessa tarefa, e mais tempo sobrar para possibilitar a fruição de sua avidez por mais-valia.

O método empregado com a cooperação permite uma produção maior de mais-valia, porque, ao mesmo tempo, reduz o trabalho necessário ao reduzir o valor das mercadorias relacionadas ao valor da força de trabalho. A cooperação, quando aplicada em ramos industriais ligados à reprodução da força de trabalho, e somada à mais-valia absoluta, possibilita essa redução e a ampliação do tempo de trabalho excedente.

A cooperação é o germe dos métodos capitalistas para superar os patamares da produção de mais-valia. Demarca, em verdade, a fase de ascensão do movimento do capital. Uma fase incipiente, que terá continuidade até seu pleno desenvolvimento, com a grande indústria. Ao contrário do que afirma Mézáros como seu pressuposto, Marx não se limita a uma fase incipiente, de ascensão do movimento do capital. Como se verá ao acompanhar sua análise no Livro I de sua obra magna.

A cooperação é a origem e expressão de que mais-valia absoluta e relativa são combinadas no processo produtivo visando à redução do tempo de trabalho necessário e ao aumento do tempo de trabalho excedente. Mas esses métodos tornam-se cada vez mais sofisticados. Tudo isso para potencializar, sempre mais, a produção da mais-valia e, portanto, de capital. É o que ocorre, por exemplo, com a *Divisão do trabalho e manufatura*, título do capítulo XII d'*O capital*, de Marx.

A cooperação, aquela relacionada ao movimento de inserir, sob um mesmo teto, uma certa quantidade de trabalhadores, alterou-se com o passar do tempo e da experiência prática dos capitalistas. Sedentos pela produção de uma quantidade maior de mais-valia, estes encontraram na divisão do trabalho uma forma específica de ampliar suas produções, de acordo com Marx (2011):

A cooperação fundada na divisão do trabalho adquire sua forma clássica na manufatura. Predomina como forma característica do processo de produção capitalista durante o período manufatureiro propriamente dito, que, *grosso modo*, vai de meados do século XVI ao último terço do século XVIII (MARX, 2011, p. 391).

Como se demonstrará na análise no capítulo 6 da presente tese, esse período corresponde ao advento do socialismo utópico. Trata-se, ainda, do período de ascensão do movimento do capital em sua forma clássica, a manufatura e a divisão do trabalho. Há, dessa forma, uma relação entre o início do socialismo utópico e a fase de ascensão do capital.

A origem da manufatura ocorre sob duas formas: a primeira está relacionada à inserção de uma quantidade de trabalhadores que executam as mesmas funções que realizavam como artesãos. Com a diferença de os meios de produção e sua força de trabalho na jornada, assim como as mercadorias que produzem, serem propriedades, então, do capitalista. Era o caso, por exemplo, dos produtores de carruagem. Estes, continuavam a executar as mesmas tarefas independentes – “[...] carpinteiro de seges, o estofador, o costureiro, o serralheiro, o correeiro, o torneiro, o passamaneiro, o vidraceiro, o pintor, o envernizador, o dourador etc [...]” (MARX, 2011, p. 391) –, mas então todos trabalhavam no mesmo local e em cooperação. Aos poucos, cada uma dessas atividades vai perdendo suas características de origem e se tornam cada vez mais especializadas:

[...] No início, a manufatura de carruagens era a combinação de ofícios independentes. Progressivamente, ela se transformou num sistema que divide a produção de carruagens em suas diversas operações especializadas; cada operação se cristaliza em função exclusiva de um trabalhador e a sua totalidade é executada pela união desses trabalhadores parciais [...] (MARX, 2011, p. 391-392).

A possível segunda origem da manufatura está relacionada à inserção de uma certa quantidade de trabalhadores num mesmo local que executam, ao mesmo tempo, a mesma tarefa. São exemplos dessa condição “[...] trabalhadores especializados em papel ou em tipos de imprensa ou em agulhas [...]” (MARX, 2011, p. 392). A mercadoria é produzida por inteiro por cada um desses trabalhadores. Mas isso se altera com o crescimento do mercado capitalista, como Marx (2011) explica:

Contudo, circunstâncias externas logo levam o capitalista a utilizar de maneira diferente a concentração dos trabalhadores no mesmo local e a simultaneidade de seus trabalhos. É mister, por exemplo, fornecer quantidade maior de mercadoria num determinado prazo. Redistribui-se então o trabalho. Em vez de o mesmo artífice executar as diferentes operações dentro de uma sequência, são elas destacadas umas das outras, isoladas, justapostas no espaço, cada uma delas confiada a um artífice diferente e todas executadas ao mesmo tempo pelos trabalhadores cooperantes [...] (MARX, 2011, p. 392).

Dessa forma, a origem da manufatura se dá sob essas duas maneiras distintas. De todo modo, “[...] qualquer que seja, entretanto, seu ponto de partida, seu resultado final é o mesmo: um mecanismo de produção cujo órgãos são seres humanos” (MARX, 2011, p. 393).

Esses trabalhadores limitados e parciais formam a base da manufatura ao formar, ao mesmo tempo, o trabalhador coletivo. Um trabalhador mutilado é formado, e a manufatura potencializa, a patamares jamais vistos, a especialização sempre maior do trabalhador em sua atividade. Ao parcializar o trabalhador, surge a necessidade de parcializar, também, as ferramentas de seu trabalho. Dessa maneira, Marx (2011) mostra que:

[...] O período manufatureiro simplifica, aperfeiçoa e diversifica as ferramentas, adaptando-as às funções exclusivas especiais do trabalhador parcial. Com isso, cria uma das condições materiais para a existência da maquinaria, que consiste numa combinação de instrumentos simples. O trabalhador parcial e seu instrumento simples constituem os elementos simples da manufatura (MARX, 2011, p. 396).

Essa é a constituição dos pilares para o desenvolvimento da produção capitalista. Sua origem. Sua fase incipiente. Mas que, rapidamente, alcançará patamares significativamente superiores na produção de capital.

São essas, portanto, as bases para a grande indústria, que terá por elemento fundamental a maquinaria. Mesmo que em certos momentos estas se combinem, tem-se de um lado a “manufatura heterogênea” e de outro a “manufatura orgânica”. A primeira pode ser exemplificada pela produção de carruagens e relógios, mercadorias que passam por várias fases e dependem de um conjunto de trabalhadores que fazem cada parte dos inúmeros processos produtivos. A segunda verifica-se na produção de mercadorias como papel e agulhas, em que trabalhadores parciais cooperam na divisão em minúcias das partes do todo que compõem a produção desses artigos. O fato de estas agora, sob a produção de capital, ocorrerem no mesmo local de trabalho, provoca uma verdadeira guinada na potencialização da produção. Reduz-se o tempo da produção das mercadorias. Produz-se, assim, uma quantidade maior de artigos, segundo Marx (2011) explana:

O período manufatureiro estabelece conscientemente como princípio a diminuição do tempo de trabalho necessário para a produção de mercadorias, e, de maneira esporádica, chega a utilizar máquinas, sobretudo para certos

processos preliminares simples que têm de ser executados em larga escala e com grande emprego de força (MARX, 2011, p. 402-403).

Tem-se destacado a constante redução do tempo de trabalho para produzir as mercadorias com a criação dos métodos de produção nas origens da sociedade do capital. A combinação do aumento da jornada de trabalho com os métodos que reduzem o tempo de trabalho necessário são, desde a origem do capital, a exemplificação da combinação entre mais-valia absoluta e mais-valia excedente no processo de produção de mais-valia.

Outro elemento é, ainda na manufatura, a inserção e uso de determinado maquinário. Contudo, este ocupa papel secundário, nesse momento, mas que possibilita os estudos necessários para o eminente advento da “mecânica moderna”. O protagonista no período manufatureiro “[...] é o trabalhador coletivo, constituído de muitos trabalhadores parciais [...]” (MARX, 2011, p. 403).

Com relação ao valor da força de trabalho, a manufatura atua em sua contínua redução. Ao separar os trabalhadores em “hábeis” e “inábeis”, ambos inseridos para alguma função hierárquica no processo produtivo, os capitalistas conseguem reduzir o tempo de trabalho necessário para a formação deles. Ou seja: “[...] a desvalorização relativa da força de trabalho, decorrente da eliminação ou da redução dos custos de aprendizagem, redundando, para o capital, em acréscimo imediato de mais-valia [...]” (MARX, 2011, p. 405). Essa é a exemplificação, nas origens do capital, de como se dá a redução do tempo de trabalho necessário e, conseqüentemente, o aumento do tempo de trabalho excedente. Esse movimento é, ao mesmo tempo, condicionado pelo prolongamento, no período em questão, da jornada de trabalho. O capital, desde seu período incipiente, potencializa a produção de mercadorias e, mais importante, possibilita a produção de capital em uma escala já bastante ampliada.

Tem-se, até aqui, a gênese da produção manufatureira, iniciando das partes mais simples, a cooperação entre os trabalhadores parciais e suas ferramentas, até a totalidade desse “mecanismo” em ação. A partir deste ponto, acompanhando passo a passo a exposição de Marx em sua obra magna, seguir-se-á agora para “[...] a relação entre a divisão manufatureira do trabalho e a divisão social do trabalho, que constitui o fundamento geral de toda a produção de mercadoria” (MARX, 2011, p. 405-406). Marx (2011) explica:

Considerando apenas o trabalho, podemos chamar a separação da produção social em seus grandes ramos – agricultura, indústria etc.- de divisão do trabalho em geral; a diferenciação desses grandes ramos em espécies e variedades, de divisão do trabalho em particular; e a divisão do trabalho numa oficina, de divisão do trabalho individualizada, singularizada (MARX, 2011, p. 406).

A divisão social do trabalho é parte constitutiva de qualquer modo de produção. Sob o ponto de vista da produção de mercadorias, e, na sequência, da produção de capital, a divisão social do trabalho é subsumida a interesses desses modos de produção. Em síntese Marx (2011) mostra que:

Enquanto a divisão social do trabalho, quer se processe ou não através da troca de mercadorias, é inerente às mais diversas formações econômicas da sociedade, a divisão do trabalho na manufatura é uma criação específica do modo de produção capitalista (MARX, 2011, p. 414).

Sob propriedade do capitalista, os meios de produção e a força de trabalho, capital constante e variável, são colocados no processo produtivo originário da sociedade atual, sob a divisão manufatureira do trabalho. Estes devem ser comprados em certas proporções para potencializar e permitir a produção de capital. É produtividade do capital aquela relacionada à combinação dos trabalhadores parciais.

Nesse processo, o trabalhador parcial é igualmente mutilado. Cada trabalhador é “[...] transformado no aparelho automático de um trabalho parcial [...]” (MARX, 2011, p. 415). Assim, segundo Marx (2011):

[...] Originariamente, o trabalhador vendia sua força de trabalho ao capital por lhe faltarem os meios materiais para produzir uma mercadoria. Agora, sua força individual de trabalho não funciona se não estiver vendida ao capital. Ela só opera dentro de uma conexão que só existe depois da venda, no interior da oficina do capitalista. O trabalhador da manufatura, incapacitado, naturalmente, por sua condição, de fazer algo independente, só consegue desenvolver sua atividade produtiva como acessório da oficina do capitalista [...] (MARX, 2011, p. 415-416).

É assim que, desde a cooperação simples, passando pela manufatura até chegar à grande indústria moderna, o trabalhador coloca sua força de trabalho, em todas as suas dimensões, a serviço da produção de capital. O crescimento do capital implica, necessariamente, o empobrecimento do trabalhador. Isso sob determinação econômica e com implicações intelectuais, civilizatórias, físicas etc. A vitória de um significa a derrota em todas as dimensões do outro.

A economia política, que surge nesse período da manufatura, centra suas análises na qualidade do valor-de-uso: “para eles, da separação dos ramos sociais da produção resulta que as mercadorias são mais bem-feitas [...] com a divisão do trabalho melhoram, portanto, o produto e o produtor [...]” (MARX, 2011, p. 421). Tudo é considerado a partir do valor-de-uso, e não da expansão da produção de valor, mais-valor e capital. Parece não ser essa uma característica exclusiva da economia política em sua origem.

O desdobramento da produção manufatureira foi a criação de máquinas. Com estas, há constante facilitação do processo de produzir capital e o rompimento de barreiras técnicas, destinadas até então exclusivamente aos trabalhadores. Abre-se o período da *maquinaria e a indústria moderna*, capítulo XIII d’*O capital* de Marx.

A criação e o desenvolvimento da maquinaria propiciaram a redução do tempo de trabalho necessário, aumentando assim, como é característica do movimento do capital, o tempo de trabalho excedente. Por isso, “[...] a maquinaria é meio para produzir mais-valia” (MARX, 2011, p. 427).

A indústria moderna altera os fundamentos principais do modo de produção capitalista. Na manufatura, era a força de trabalho que caracterizava o método principal de produção da mais-valia. Já na indústria moderna é a força de trabalho em relação com o instrumental de trabalho que o faz. A maquinaria revoluciona o processo de produção capitalista; potencializa a produção e consolida a produção de capital como modo determinante de produção da vida.

Com o advento da maquinaria, a força muscular cede lugar, cada vez mais, a uma força mecânica. E, ao mesmo tempo, permite ao trabalhador manejar um número maior de ações na produção. Produz-se mais valores-de-troca. E o valor das mercadorias se reduz. Potencializa-se, assim, a produção de capital em escala e velocidade inauditas.

Apenas com o início da utilização da “máquina-ferramenta”, há uma alteração significativa do processo quantitativo produtivo de capital. Dois exemplos ilustram esse movimento no século XIX, a produção de envelopes e a produção de cartuchos de papel. Segundo Marx (2011):

[...] na manufatura de envelopes, um trabalhador dobrava o papel com a dobradeira; outro passava a goma; um terceiro dobrava a aba do envelope na qual fica o emblema que um quarto estampava etc.; e cada envelope mudava de mão em cada uma dessas operações parciais. Uma única máquina de fazer envelopes realiza todas essas operações de uma só vez e

faz 3.000 e mais envelopes em uma hora. Uma máquina americana para fazer cartuchos de papel, exibida na exposição industrial de Londres de 1862, cortava o papel, passava goma e concluía 300 unidades por minuto [...] (MARX, 2011, p. 434-435).

Isso é, tão somente, o início da Revolução Industrial. Os elementos científicos e técnicos propiciados pela manufatura são potencialmente desenvolvidos na indústria moderna. Da máquina a vapor até chegar à máquina mecanizada, uma série de rápidos processos ocorrem, universalizando cada vez mais a produção de capital em todos os cantos do planeta.

É importante destacar o que a própria obriedade obscurece. Todo esse processo de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho é realizado, como já se demonstrou, pela força de trabalho em ação. É esta, somente esta, que, sob propriedade do capitalista, potencializa e cria as mercadorias, que serão os próprios meios de produção para o capital. Há, em tudo, trabalhadores em ação.

De início, observou-se como a aplicação de simples métodos, como a cooperação simples, implicou em um aumento da produção de capital. Essa foi sua origem. Esse movimento nada custou ao capital e possibilitou grandes saltos em sua produção. Com a criação e o desenvolvimento da maquinaria, é mister que o valor desta, como já se acompanhou, seja transferido para o valor da mercadoria produzida. Esse processo é realizado pela força de trabalho que, ao mesmo tempo, transfere o valor do capital constante, cria seu próprio valor e um mais-valor.

Há de se considerar, contudo, a diferença existente entre o valor da máquina e o valor parcial que esta transfere à mercadoria que está sendo produzida. Sem essa diferenciação, o produto do trabalho se tornaria demasiadamente caro, o que resultaria em um problema para a concreção de todo o movimento do capital – produção e circulação.

Dessa forma, para Marx (2011):

Comparando-se os preços das mercadorias da produção mecanizada com os das mesmas mercadorias produzidas pelos ofícios ou pelas manufaturas, verifica-se, em geral, que o valor transferido pelo instrumental de trabalho ao produto, na indústria mecanizada, cresce relativamente e decresce absolutamente. Em outras palavras, sua magnitude absoluta diminui, mas sua magnitude em relação ao valor total do produto, por exemplo, de um quilo de fio, aumenta (MARX, 2011, p. 446).

Com esse aumento da produtividade, aquela atividade que necessitava de vários trabalhadores, passa a ser realizada por uma quantidade menor destes com a máquina, conforme Marx (2011) exemplifica:

[...] Nas fábricas onde o velho método de estampar tecidos a mão foi substituído pela máquina, uma só máquina, assistida por um adulto ou menor, estampa, em uma hora, a mesma quantidade de tecido a quatro cores, tarefa que exigia, antes, 200 homens para ser realizada no mesmo tempo [...] (MARX, 2011, p. 448).

Mas tudo isso se aplica apenas quando o resultado é a produção sempre maior de mais-valia e capital, por exemplo, conforme Marx (2011) mostra:

[...] Na Inglaterra, em vez de cavalos, empregam-se ainda, ocasionalmente, mulheres para sirgar os barcos nos canais, pois o trabalho necessário para produzir cavalos e máquinas é uma grandeza matemática bem definida, e o necessário para manter as mulheres da população excedente não chega a merecer consideração [...] (MARX, 2011, p. 450-451).

Essa revolução no processo produtivo causado pela maquinaria traz, em contrapartida e necessariamente, “consequências imediatas sobre o trabalhador”. A primeira delas é que, com a maquinaria, há a possibilidade e realização da compra de força de trabalho que antes era apenas suplementar. Como é o caso de mulheres e crianças. A esse respeito, Marx (2011) escreve que:

Tornando supérflua a força muscular, a maquinaria permite o emprego de trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento incompleto, mas com membros mais flexíveis. Por isso, a primeira preocupação do capitalista, ao empregar a maquinaria, foi a de utilizar o trabalho das mulheres e crianças. Assim, de poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores, a maquinaria transformou-se imediatamente em meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador, sem distinção de sexo e de idade, sob o domínio direto do capital [...] (MARX, 2011, p. 451).

Com esse movimento de inserção de toda a família do trabalhador no processo produtivo, propiciado pelo uso da maquinaria, o valor da força de trabalho passa a ser determinado por sua própria manutenção de sua família: “[...] lançando a máquina todos os membros da família do trabalhador no mercado de trabalho, reparte ela o valor da força de trabalho do homem adulto pela família inteira. Assim, desvaloriza a força de trabalho do adulto [...]” (MARX, 2011, p. 452). Com isso, aumenta-se o grau de exploração da força de trabalho, reduz-se o tempo de trabalho necessário e, mais uma vez, aumenta-se o tempo de trabalho excedente.

Como consequência para as mulheres e crianças colocadas no processo de produção capitalista, destruiu-se, por inteiro, todos os aspectos humanos que ainda lhes restavam fora desse processo de produção. O direito à igualdade de vender a força de trabalho não é uma conquista, muito menos fruto da luta das mulheres, mas uma necessidade do capital e uma derrota para a humanidade. A igualdade entre homens, mulheres e crianças foi, portanto, conquistada já no início da indústria moderna. A humanidade é igualada como força de trabalho.

Outro elemento proporcionado pela introdução da maquinaria no processo produtivo de capital está relacionado com a possibilidade de superar alguns limites para o “prolongamento da jornada de trabalho”. Já se observou neste trabalho que, a partir do referencial teórico estudado, não faz sentido a tese de predomínio de parte da mais-valia, absoluta ou relativa. Há, em verdade, uma unidade entre elas, ocorrendo ao mesmo tempo. Nesta tese, tem-se sustentado que a divisão explicativa, em *O capital*, que expõe primeiro a mais-valia absoluta e, na sequência, a mais-valia relativa, trata-se apenas de um recurso didático expositivo do autor. Dessa forma, Marx (2011) explica, na parte relacionada à exposição da mais-valia relativa, que:

Se a maquinaria é o meio mais poderoso para aumentar a produtividade do trabalho, isto é, para diminuir o tempo de trabalho necessário à produção de uma mercadoria, em mãos do capital torna-se ela, de início nos ramos industriais que diretamente se apodera, o meio mais potente para prolongar a jornada de trabalho além de todos os limites estabelecidos pela natureza humana. A maquinaria gera novas condições que capacitam o capital a dar plena vazão a essa tendência constante que o caracteriza, e cria novos motivos para assegurar-lhe a cobiça por trabalho alheio (MARX, 2011, p. 460).

“Quanto mais lucra”, mais o capitalista “quer lucrar”. E assim o faz quando, ao mesmo tempo, reduz o valor das mercadorias diretamente relacionadas ao valor da força de trabalho com a inserção do maquinário no processo produtivo e aumenta a jornada de trabalho. São dois movimentos, mais-valia relativa e absoluta em combinação, provocando um aumento “extraordinário” da produção de capital.

Contudo, uma contradição inerente ao modo capitalista de produção se manifesta no decorrer de todo esse processo. Verificou-se como a introdução da maquinaria possibilita a redução do número de trabalhadores empregados para determinadas atividades. O capital constante, portanto, ocupa o lugar do capital variável. Sabe-se que o capital variável é o único responsável pela produção de mais-valia, e que a massa de mais-valia está em relação direta com a taxa de mais-valia

produzida multiplicada pelo número de trabalhadores. Com a redução desse número e a utilização de mais capital constante, há uma alteração no resultado dessa equação, caindo, portanto, a massa de mais-valia produzida. Exatamente por isso, “[...] a fim de compensar a redução do número relativo dos trabalhadores explorados com o aumento, tanto do trabalho excedente relativo, quanto do absoluto [...]” (MARX, 2011, p. 465), é que o capitalista buscará prolongar a jornada de trabalho.

A subsunção da vida humana ao capital está, dessa forma, efetivada. Isso porque a maquinaria possibilita admitir uma força de trabalho que antes era inacessível e dispensar certo montante de força de trabalho, “[...] produzindo uma classe trabalhadora excedente, **compelida a submeter-se à lei do capital [...]**” (MARX, 2011, p. 465, grifo nosso).

Nesse movimento, encontra-se um novo fator que se desdobra como consequência da produção mecanizada sobre o trabalhador: a “intensificação do trabalho”. Já vimos, na parte da mais-valia absoluta, como a sociedade se organiza para limitar e impor uma “jornada normal de trabalho” em função do aumento desmedido causado pela maquinaria sob propriedade do capital. A forma extensiva foi analisada. Agora verificar-se-á como se dá a forma intensiva do trabalho.

Ao se esbarrar no limite da jornada de trabalho, imposta pela pressão exercida pelos trabalhadores, o capital precisou desenvolver seu sistema de máquinas. Com isso, seria possível aumentar a intensidade do trabalho, fazendo com que o trabalhador, em uma jornada limitada, produzisse ainda mais mais-valia. Dessa forma, é a combinação da “extensão da jornada e sua intensidade” que medirá o tempo de trabalho. “[...] Mas como se intensifica o trabalho?” (MARX, 2011, p. 468), questiona Marx. Por meio de métodos capazes de fazer com que o trabalhador dispense mais força de trabalho em menos tempo. A “eficácia” produzida pelo sistema maquinário contribui com isso.

O capital consegue compensar a proibição do prolongamento da jornada de trabalho com a elevação do grau de intensidade do trabalho. O sistema fabril consegue provocar uma maior absorção de quantidade de força de trabalho. É a combinação da mais-valia absoluta e relativa, por seus diversos métodos, que provocará um aumento sempre maior na produção de mais-valia e, portanto, de capital.

Extensão da jornada de trabalho e intensidade do trabalho, assim, são características do capital desde sua origem. No entanto, com a construção de

máquinas – pela força de trabalho, produtora de todo o capital – há uma potencialização dessa intensidade no sistema fabril. Em síntese, tem-se até agora o seguinte, conforme Marx (2011) explicita:

No começo deste capítulo, estudamos o corpo da fábrica, a estrutura do sistema de máquinas. Vimos então como a maquinaria aumenta o material humano explorável pelo capital, ao apropriar-se do trabalho das mulheres e das crianças; como confisca a vida inteira do trabalhador; ao estender sem medida a jornada de trabalho; e como seu progresso, que possibilita enorme crescimento da produção em tempo cada vez mais curto, serve de meio para extrair sistematicamente mais trabalho em cada fração de tempo, ou seja, para explorar cada vez mais intensivamente a força de trabalho [...] (MARX, 2011, p. 476-479).

Acompanhar-se-á, a partir de agora, o sistema industrial em sua forma acabada, já no século XIX. O que significa isso? Que todos os elementos atuais na qualidade da produção de capital já estão colocados em prática no século XIX e que será sempre mais desenvolvido quantitativamente. Sua universalidade já estava posta. Seria apenas uma questão de tempo a sua generalização para o mundo todo.

Todo esse processo provoca a necessidade de uma formação, desde muito cedo, da força de trabalho que entrará em ação no processo industrial. Há, portanto, um novo trabalhador que, a partir de agora, será uma extensão da máquina:

Na manufatura e no artesanato, o trabalhador se serve da ferramenta; na fábrica, serve à máquina. Naqueles, procede dele o movimento do instrumental de trabalho; nesta, ele tem de acompanhar o movimento do instrumental. Na manufatura, os trabalhadores são membros de um mecanismo vivo. Na fábrica, eles se tornam complementos vivos de um mecanismo morto que existe independente deles (MARX, 2011, p. 482).

A grande indústria, fundamentada na maquinaria, é um exemplo histórico do processo de universalização da sociedade do capital. Aliás, cabe destacar que, para Marx, indústria refere-se a toda forma de produção de capital.

Esse modo de produção, a partir da grande indústria, potencializa a disciplina dos trabalhadores e permite a criação de um tipo de trabalhador que será responsável pela fiscalização dessa disciplina. O patamar alcançado por essa legislação no interior da indústria faz com que o seu descumprimento seja mais “rendosa” do que sua “observância”. O trabalhador, subsumido ao processo de produção de capital, é usurpado de seu “[...] espaço, o ar, a luz e os meios de proteção contra as condições perigosas ou insalubres do processo de trabalho [...]” (MARX, 2011, p. 486).

A vida do capital se dá pela morte da força de trabalho. E esse movimento é potencializado com o sistema da grande indústria moderna. Segundo Marx (2011):

A luta entre o capitalista e o trabalhador remonta à própria origem do capital. Ressoa durante todo o período manufatureiro. Mas só a partir da introdução da máquina passa o trabalhador a combater o próprio instrumental de trabalho, a configuração material do capital. Revolta-se contra essa forma determinada dos meios de produção, vendo nela o fundamento material do modo capitalista de produção (MARX, 2011, p. 488).

Vários são os exemplos de revolta dos trabalhadores contra as máquinas. O grau de exploração possibilitado por estas degradou ainda mais a vida do trabalhador, provocando essas revoltas contra a forma de manifestação da produção de capital, mas não contra o fundamento dessa produção. Além disso, as máquinas substituíram uma quantidade enorme de trabalhadores. Um dos aspectos que provocou essas revoltas: “[...] o instrumento de trabalho, ao tomar a forma de máquina, logo se torna concorrente do próprio trabalhador [...]” (MARX, 2011, p. 491).

Quanto mais se desenvolvia a produção mecanizada, mais o capital se concentrava em poucos capitalistas, que venciam a concorrência com aqueles que não acompanhavam esse processo. Contudo, nem só de expansão vive o modo de produção capitalista. Por seu conteúdo e sua forma de ser, são inerentes a este as crises. Observem-se mais elementos que configuram esse processo, acompanhando como se movimenta, passo a passo com o desenvolvimento da produção capitalista, o desemprego.

Ao criticar os economistas políticos que afirmavam “[...] que toda maquinaria, ao desempregar trabalhadores, sempre libera, simultânea e necessariamente, capital adequado para empregar esses trabalhadores desempregados” (MARX, 2011, p. 499), Marx descreve o movimento cíclico do capital causado pelo desenvolvimento do capital constante, em especial, a maquinaria.

Com a entrada, sempre em maior quantidade e qualidade, das máquinas⁴³ no processo produtivo de determinados ramos, ocorre ao mesmo tempo a demissão de

⁴³ Viver para ser explorado. Ser explorado para viver. Essa é a síntese da vida do trabalhador sob o modo de produção capitalista. Mas, ressalta-se, é a síntese dos que conseguem, com muito custo, vender sua força de trabalho. Não é a maquinaria, mas sua aplicação capitalista no movimento de expansão da produção de capital que provoca esse movimento. A maquinaria por si só “encurta o tempo de trabalho; facilita o trabalho; é uma vitória do homem sobre as forças naturais; aumenta a riqueza dos que realmente produzem [...]” (MARX, 2011, p. 503). No entanto, com sua aplicação capitalista, os resultados gerados são opostos e direcionados para a valorização do valor em detrimento da vida do trabalhador.

trabalhadores destes ramos. Todavia, isso é rapidamente compensado por outros ramos, que são potencializados com o aumento da produtividade relacionada aos primeiros. Este não era o conteúdo da teoria da compensação dos economistas políticos da época. Ao contrário, quando estes defendem que há uma “liberação de capital” com o ingresso da maquinaria, ocorre, no entanto, um “[...] aprisionamento a uma forma que o impede de trocar-se por força de trabalho, isto é, ocorreu transformação de capital variável em constante [...]” (MARX, 2011, p. 500).

A que se referem os apologistas são “[...] aos meios de subsistência dos trabalhadores que foram despedidos ou liberados [...] Doura-se a realidade com palavras [...]” (MARX, 2011, p. 501). Os acontecimentos são, significativamente, mais profundos e com desdobramentos terríveis para os trabalhadores. Observe-se, conforme Marx (2011):

Os verdadeiros fatos, dissimulados pelo otimismo econômico, são estes: os trabalhadores despedidos pela máquina são transferidos da fábrica para o mercado de trabalho e, lá, aumentam o número das forças de trabalho que estão à disposição da exploração capitalista. Na parte sétima, ver-se-á que esse efeito da máquina, que foi apresentado sob a forma de compensação para a classe trabalhadora, flagela-a, ao contrário, da maneira mais terrível [...] (MARX, 2011, p. 502).

Na parte sétima de sua obra, Marx tratará da acumulação de capital. É a este tema que se refere nessa citação. Observar-se-á no decorrer desta tese como esse processo de expropriação, marcado por “sangue e violência”, deu-se na gênese da acumulação capitalista. Além disso, ao colocar uma massa humana de força de trabalho na situação de desemprego, esse processo contribui, com os elementos relacionados à produção de mais-valia e à redução do valor das mercadorias que constituem a força de trabalho, para o rebaixamento do valor da força de trabalho. Outro fator é que, cortando a relação entre trabalhador e capitalista, a força de trabalho deixa de ter a possibilidade de se recompor como tal. Ao perder o salário, o trabalhador perde a sobrevivência. Mas não para por aí. Marx (2011) explica que:

[...] os trabalhadores despedidos de um ramo industrial podem, sem dúvida, procurar emprego em qualquer outra ocupação. Se o acham, recompondo-se assim o laço que existia entre eles e os meios de subsistência de que foram dissociados, isto acontece através de novo capital adicional que procura aplicação, e de modo nenhum através do capital que já operava antes e se transformou em máquina [...] (MARX, 2011, p. 502).

Isto é, se o trabalhador tiver sorte. Da mesma forma que ocorre a concorrência intercapitalista, há uma luta de vida ou morte na concorrência entre trabalhadores. Desempregados, separados dos meios de subsistência, estes precisam vender a mercadoria da qual são proprietários, a força de trabalho, o quanto antes, se quiserem sobreviver. E encontram, nesse processo, uma massa humana despojada no mercado da força de trabalho que tem o mesmo objetivo. Mesmo no caso em que conseguem essa venda, conforme Marx (2011):

[...] suas possibilidades são ínfimas. Atrofiados pela divisão do trabalho, esses pobres-diabos valem tão pouco fora de seu âmbito de atividade que só encontram acesso em ramos de trabalhos inferiores e, por isso, superlotados e malpagos. Além disso, cada ramo industrial atrai anualmente novo fluxo de seres humanos, o contingente para substituir e para aumentar seus trabalhadores conforme suas necessidades regularmente renovadas. Quando a maquinaria despede parte dos trabalhadores ocupados em determinado ramo industrial, o contingente que para ele aflui é redistribuído e absorvido por outros ramos, enquanto os despedidos, em grande parte, se arruinam e perecem no período de transição [...] (MARX, 2011, p. 502-503).

Esse movimento é cíclico no capital. E acompanha as oscilações da produção capitalista. Com a maquinaria e o desenvolvimento por esta potencializado, novos postos de trabalhos em outros ramos são criados. Trata-se de produtores de capital ou não produtivos, algo que pode ser melhor entendido ao se adentrar na apresentação da *Repulsão e atração dos trabalhadores pela fábrica. Crises na indústria têxtil algodoeira d'O capital*.

Para boa parte dos teóricos que são expressão do capital e que têm nesse modo de produção a solução mais desenvolvida para a humanidade, o desemprego seria a característica apenas de uma fase inicial do processo de desenvolvimento do capital. Ao contrário, como se verificou no caso de Mézáros (2011), o desemprego, ao chegar a certa etapa do sistema do capital, torna-se estrutural. São duas posições que, sob óticas distintas, opõem-se diametralmente ao real do capital. Poderia haver algo que aproximasse essas posições tão distintas? Observe-se mais de perto a seguir.

Verificou-se como o processo de produção capitalista desloca as forças de trabalho do mercado da força de trabalho para o processo de produção e, em seguida, com o advento da maquinaria, novamente para o mercado da força de trabalho. Por sua vez, parte desses trabalhadores podem ser absorvidos por outros processos produtivos que se desenvolvem com a expansão dos ramos industriais, os quais, com

a maquinaria, lançaram à rua essas forças de trabalho. Isto caracteriza o pilar para a compreensão do desemprego sob a sociedade do capital: sua interminável oscilação. Mas há mais elementos que compõem esse movimento.

As constantes alterações no capital global são provocadas pelo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, que se manifestam pela produção mecanizada, pelo aumento de capital constante e pela redução de variável. Desse modo, “[...] essa variação contínua é constantemente interrompida por pontos de parada e pela expansão puramente quantitativa numa base técnica dada [...]” (MARX, 2011, p. 512). Esses pontos de parada, que são constantes no processo de produção capitalista, são as crises cíclicas e periódicas do capital, as quais são seguidas de uma nova expansão após um determinado período.

Assim, no momento de ascensão do capital no ciclo produtivo, o emprego da força de trabalho cresce exponencialmente. Aqueles que não conseguem emprego, são jogados à sorte de se lançar pelo mundo, em um mercado de força de trabalho mundial. Em seguida, nos períodos de crise, há uma redução, na mesma proporção ou em proporção ainda maior, do número de trabalhadores ocupados no processo produtivo em escala global. Por isso é possível que, em determinados países, o número de desempregados esteja em um patamar muito elevado, ao passo que em outros esse número seja reduzido. Mas, ao irromper uma crise cíclica do capital mundial, tudo isso se padroniza⁴⁴. Dessa forma, conforme Marx (2011):

O enorme poder de expansão, aos saltos, do sistema fabril e sua dependência do mercado mundial geram necessariamente uma produção em ritmo febril, seguida de abarrotamento dos mercados, que, ao se contraírem, ocasionam um estado de paralisação. **A vida da indústria se converte numa sequência de períodos de atividade moderada, prosperidade, superprodução, crise e estagnação [...]** (MARX, 2011, p. 515, grifo nosso).

⁴⁴ Em meio à escrita desta tese, este pesquisador vivencia a mais uma crise cíclica do capital, potencializada por uma pandemia. Nesse contexto, segundo notícia publicada no *Correio Braziliense*, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desocupação passou de 11%, no fim de 2019, para 12,2%, no trimestre encerrado em março de 2020, e continua em franca expansão. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/05/01/internas_economia,850313/desemprego-dispara-com-a-chegada-do-coronavirus-e-chega-a-12-2.shtml>. Acesso em: 6 maio 2020. Já nos Estados Unidos, segundo notícia publicada em *O Globo*, os crescentes índices de desemprego implicam um salto na taxa de desemprego para acima de 15% em abril. Em março, a taxa estava em 4,4%. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/sob-efeito-do-coronavirus-30-milhoes-de-americanos-solicitaram-seguro-desemprego-nas-ultimas-seis-semanas-1-24402844>>. Acesso em 6 maio 2020.

Portanto, o emprego e o desemprego da força de trabalho acompanham estes ciclos da produção capitalista. Isso “[...] está condicionado pelo fluxo e refluxo do ciclo industrial [...]” (MARX, 2011, p. 516). Outrossim, segundo Marx (2011):

[...] é continuamente interrompido pelo progresso técnico, que ora substitui virtualmente os trabalhadores, ora os suprime de fato. Essa mudança qualitativa na produção mecanizada afasta constantemente trabalhadores da fábrica ou fecha suas portas a novos candidatos a emprego, enquanto a simples expansão quantitativa das fábricas absorve, com os despedidos, novos contingentes. **Os trabalhadores são, assim, ininterruptamente repelidos e atraídos, jogados de um lado para outro, variando constantemente o recrutamento deles em relação ao sexo, à idade e à habilidade** (MARX, 2011, p. 516, grifo nosso).

A indústria moderna provoca uma revolução nos métodos anteriores – manufatura, artesanato e trabalho em domicílio. Pouco a pouco, com enormes saltos, essa indústria ocupa o lugar central na produção de capital. Potencializa essa produção que, antes, era incipiente; e se universaliza. Com o uso da maquinaria, aumenta significativamente o número de mercadorias produzidas. Os exemplos são constantes e gerais. Reduz-se o valor das mercadorias e possibilita-se, de início, uma redução de seus preços. Produz-se mais, com menor valor e mais barato. O valor da força de trabalho é reduzido, aumentando o tempo de trabalho excedente. Os ciclos de predominância de alta e queda no desemprego acompanha esse processo. O trabalhador vive parte de sua vida provocando sua morte no processo produtivo de capital, e outra parte jogado na miséria quando está fora desse processo. Assim, é a subsunção da vida ao capital.

O sacrifício implacável da força de trabalho é a condição necessária para o processo de produção capitalista. Esse sacrifício está no “DNA” desse modo de produção, que vai estabelecendo diferentes métodos, mas com o mesmo fundamento: produzir sempre mais capital. As alterações que ocorrem, após a transformação da mercadoria em capital em escala global, estão inseridas na quantidade dessa massa de produção. Sua qualidade, a de ser capital, permanece a mesma. Isso sob o ponto de vista da produção de capital, que é o que, necessariamente, precisa ser considerado.

Os efeitos provocados pelo avanço do capital sobre a saúde do trabalhador são evidentes. A saúde do capital pressupõe o consumo da saúde do trabalhador. Para um sobreviver, o outro precisa morrer. O campo da exploração de capital, desde

sua origem até seu pleno desenvolvimento, provocado pela grande indústria, é marcado pelas monstruosidades causadas por esse modo de produção da vida.

Sendo assim, não há limites para a exploração de homens, mulheres e crianças. Os trabalhadores são vistos apenas sob a perspectiva de serem força de trabalho. E como tal, jogados no mercado da força de trabalho, estes precisam concorrer violentamente em uma luta de prolongamento parcial de sua vida ou de aceleração de sua morte.

Essas condições fazem parte das leis universais sociais do modo capitalista de produção. São inerentes à sua forma de ser, que, ao contrário do que é afirmado por muitos pesquisadores, não se altera, mas se potencializa.

O impacto das leis econômicas sobre os trabalhadores impõe a necessidade do que surgiu como “legislação fabril”, ou seja, “[...] essa primeira reação consciente e metódica da sociedade contra a forma espontaneamente desenvolvida de seu processo de produção [...]” (MARX, 2011, p. 545). Era algo necessário, e teve seu desdobramento advindo da indústria moderna. Todavia, além de serem facilmente burladas, essas leis não ocorrem sem a resistência da classe capitalista.

Essas leis servem para garantir as mínimas condições de higiene e educação para toda a produção social e são sempre resultado da luta entre capitalistas e trabalhadores. A lei fabril expressa “[...] de maneira contundente, como o sistema de produção capitalista, de acordo com sua natureza, exclui qualquer melhoria racional que ultrapasse determinado ponto [...]” (MARX, 2011, p. 546). Qual seria esse ponto crucial? A potencialização da produção de capital.

Em síntese, tem-se elencado, até este ponto, os aspectos e as categorias fundamentais para a compreensão do processo de produção capitalista, assim como sua universalidade e a análise do movimento do capital global. Após abordar o germe da produção capitalista ao tratar de *Mercadoria e dinheiro*, passando pela *Transformação do dinheiro em capital* e pela *Produção da mais-valia absoluta*, primeiramente, e a *Produção da mais-valia relativa*, na sequência, chega-se agora à parte quinta dessa obra: *Produção da mais-valia absoluta e da mais-valia relativa*⁴⁵.

⁴⁵ A partir de agora, utilizar-se-á outra edição da obra magna de Marx: *O capital* – crítica da economia política, Livro I, tomo II, 2. ed, da editora Nova Cultural, de 1985.

4.1.3.3 A parte quinta d'*O capital: a produção da mais-valia absoluta e relativa*

O capítulo XIV, *Mais-valia Absoluta e Relativa*, inicia a parte quinta da obra de Marx⁴⁶. De início, o processo de trabalho foi considerado pelo seu aspecto geral: processo simples de trabalho ou trabalho produtivo de valor-de-uso. Verificou-se que, conforme Marx, essa forma de trabalho não basta para a compreensão do processo de produção capitalista. Nesse caso, o que importa é o trabalho produtivo de capital. Há uma alteração significativa no conteúdo a se analisar.

O processo de produção capitalista dá-se pela produção da mais-valia. Esta compõe-se de um par categorial: mais-valia absoluta e mais-valia relativa. Do ponto de vista da produção de capital, considera-se produtivo o trabalhador que produz mais-valia. Ora, segundo Marx (1985):

[...] a produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital [...] (MARX, 1985, p. 105).

Tem-se, dessa forma, a ontologia do ser social sob o capital: o trabalho produtivo de capital. O exemplo histórico da grande indústria foi usado por Marx como elemento explicativo de como se dá esse processo. Mas a produção de capital não se esgota nesse exemplo, e sim na lógica do processo industrial, entendido como toda forma de produção especificamente capitalista. Para ilustrar isso, Marx (1985, p. 105-106) utiliza um novo exemplo, “[...] fora da esfera da produção material [...]”. E qual o exemplo utilizado? O professor. Marx (1985) elucida:

[...] então um mestre-escola é um trabalhador produtivo se ele não apenas trabalha as cabeças das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário. O fato de que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa fábrica de salsichas, não altera nada na relação. O conceito de trabalho produtivo, portanto, não encerra de modo algum apenas uma relação entre a atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente

⁴⁶ Sob hipótese alguma a mais-valia deve ser confundida com o lucro. Uma é a condição para a existência da outra: como se observou nesta tese, a taxa de mais-valia é encontrada ao se dividir a mais-valia produzida pelo capital variável empregado. Já a taxa de lucro é obtida por meio da divisão da mais-valia produzida pelo capital total adiantado. A taxa de lucro será sempre menor do que a taxa de mais-valia. Marx, no Livro III de *O capital*, aprofunda a análise da taxa de lucro. Mas já no capítulo XIV do Livro I, o autor alemão apresenta, em linhas gerais, tal distinção, fruto de enormes equívocos da economia política clássica.

social, formada historicamente, a qual marca o trabalhador como meio direto de valorização do capital [...] (MARX, 1985, p. 106).

Dessa forma, como se observou na exposição realizada por Marx, a mais-valia absoluta e a relativa se complementam, desde a origem da produção capitalista, e são expressas, basicamente, no “prolongamento da jornada de trabalho” – mais-valia absoluta – e na alteração dos “métodos, processos técnicos e os agrupamentos sociais” – mais-valia relativa. Complementares, ambas atuam como formas de valorização do valor. Portanto, operam na redução do tempo de trabalho necessário e no aumento do tempo de trabalho excedente.

Toda essa construção categorial só foi possível a Marx pela identificação da mercadoria fundamental na sociedade do capital: a força de trabalho. Ao realizar esse movimento, encontrando o pilar fundamental da produção capitalista, o autor alemão identificou os métodos empregados por essa sociedade para realizar o processo de expansão da produção, circulação e acumulação capitalista. Esse feito seria impossível se o autor tivesse permanecido nos patamares teóricos de suas primeiras obras, como os *Manuscritos econômico-filosóficos*⁴⁷, de 1844.

A base que compõe o processo de produção capitalista está, assim, fundamentada sobre três aspectos, completamente interligados, a saber: i) a jornada de trabalho – seu prolongamento ou redução; ii) a intensidade do trabalho – seu aumento ou diminuição; e iii) a força produtiva de trabalho – seu desenvolvimento ou estagnação. Assim, as variações no processo de produção da mais-valia estão conectadas a esses fatores.

Como se tem demonstrado nesta tese, o objetivo da produção capitalista está no constante aumento da parte do tempo de trabalho excedente para, com isso, aumentar a mais-valia produzida. A busca da classe capitalista, dessa forma, estará sempre relacionada ao aumento da jornada de trabalho, aumento da intensidade do trabalho e desenvolvimento das forças produtivas do trabalho. Tudo o que concorre com esses objetivos são condições para além da classe capitalista, seja por forças da natureza ou pela organização da classe trabalhadora.

⁴⁷ Aprofundar-se-á essa discussão no capítulo 5 desta tese. Cabe aqui apenas situar a raiz do constructo categorial de Marx.

A *variação de grandeza do preço da força de trabalho e da mais-valia*⁴⁸ está em direta relação com a forma pela qual os três aspectos inerentes à base da produção capitalista se movimentam. Já se notou neste trabalho que “o valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de subsistência habitualmente necessário ao trabalhador médio [...]” (MARX, 1985, p. 113). A forma pela qual o valor da força de trabalho será comprado é expressa em seu preço. São essas as determinações do que, posteriormente, compreender-se-á como salário.

A produção capitalista, assim, é composta por trabalho pago – aquele relacionado ao valor da força de trabalho –, e trabalho não pago – o relacionado à mais-valia. Nesse sentido, a própria mais-valia pode ser chamada de trabalho não pago, conforme Marx (1985) esclarece:

O capital é, portanto, não apenas comando sobre o trabalho, como diz A. Smith. Ele é essencialmente comando sobre trabalho não pago. Toda mais-valia, qualquer que seja a forma particular de lucro, renda etc., em que ela mais tarde se cristalice, é, segundo sua substância, materialização de tempo de trabalho não-pago. O segredo da autovalorização do capital se resolve em sua disposição sobre determinado quantum de trabalho alheio não-pago (MARX, 1985, p. 124).

Importa, neste momento desta tese, entrar nas minúcias do trabalho pago, aquele relacionado ao valor da força de trabalho.

4.1.3.4 A PARTE SEXTA D'O CAPITAL, DE MARX: O SALÁRIO

Somente então, após ter percorrido toda a construção categorial que se apresentou até aqui, Marx pôde, enfim, explicitar a determinação de salário. Foi a compreensão da lei do valor e, com ela, da mais-valia, que possibilitou o entendimento da fonte da produção de capital, o trabalho pago – valor da força de trabalho expresso em salário – e o trabalho não pago – a mais-valia e raiz do lucro do capitalista.

Seria expressamente impossível compreender a determinação de salário sem a totalidade desse movimento. Em síntese, a mercadoria força de trabalho é a condição para essa explicitação⁴⁹. Partindo da aparência para chegar à essência, Marx (1985) afirma:

⁴⁸ No capítulo XV do Livro I d'O *capital*, Marx apresenta as formas pelas quais essas variações podem ocorrer: mantendo fatores constantes e outros variáveis, ou ainda todos os fatores variáveis.

⁴⁹ Esse movimento é completamente antagônico ao que Marx havia realizado em textos anteriores, como em *Manuscritos econômico-filosóficos*, de 1844, e *Trabalho assalariado e capital*, de 1849.

Na superfície da sociedade burguesa, o salário do trabalhador aparece como preço do trabalho, como um quantum determinado de dinheiro pago por um quantum determinado de trabalho. Fala-se aqui do valor do trabalho e chama-se sua expressão monetária de seu preço necessário ou natural. Por outro lado, fala-se dos preços do mercado do trabalho, isto é, dos preços que oscilam abaixo ou acima de seu preço necessário (MARX, 1985, p. 127).

A compreensão do trabalho como mercadoria é a síntese dos limites de até onde chegaram os economistas clássicos. Marx, inclusive, como se observará no capítulo seguinte desta tese, partia, em seus escritos de juventude, dessa mesma premissa. Ora, “para ser vendido no mercado como mercadoria, o trabalho, pelo menos, tem de existir antes de ser vendido. Mas, se o trabalhador pudesse dar-lhe existência independente, então ele venderia mercadoria e não trabalho” (MARX, 1985, p. 127).

Se, de fato, o trabalhador vendesse seu trabalho ao capitalista, a lei do valor estaria anulada e, com isso, a própria produção capitalista seria interdita. Não é, portanto, o trabalho que determina a grandeza de seu valor, mas o quantum de trabalho exigido para sua produção, conforme já se verificou neste trabalho. Na aparência, dessa forma, inverte-se a apresentação da determinação da mercadoria fundamental para o processo capitalista de produção. Segundo Marx (1985):

O que se defronta diretamente ao possuidor de dinheiro, no mercado, não é, de fato, o trabalho, mas **o trabalhador. O que este último vende é sua força de trabalho.** Tão logo seu trabalho realmente começa esta já deixou de pertencer-lhe e portanto não pode mais ser vendida por ele. O trabalho é a substância e a medida imanente dos valores, mas ele mesmo não tem valor (MARX, 1985, p. 128, grifos nossos).

Dedicada ao “culto da aparência”, a economia política clássica via o “valor trabalho” na vida cotidiana como a centralidade da produção capitalista, quando na verdade o que se tem é o valor da força de trabalho. Há, portanto, uma distinção entre o valor da força de trabalho e sua função, o próprio trabalho. Sem essa constatação, a totalidade da sociedade capitalista seria inexplicável.

Nesses textos, o autor alemão começa sua fundamentação partindo da explicação de salário. Isso ocorreu exatamente pelo fato de esse autor, naquela fase, não ter clareza sobre a pedra angular da sociedade do capital: a lei do valor. Dessa forma, sua explicação sobre o salário ficou completamente comprometida, em um patamar superficial, por vezes equivocado, acerca de seu entendimento das relações determinantes sobre a composição do salário. Em *O capital*, isso é alterado e expressado em patamar significativamente superior.

A partir desses elementos, necessários e indispensáveis para a compreensão do modo capitalista de produção, inicia-se a seguir a explicação da expressão monetária do valor da força de trabalho, o salário. Partir-se-á do seguinte exemplo, de Marx (1985):

Sabe-se que o valor diário da força de trabalho é calculado tomando-se por base certa duração de vida do trabalhador, a qual corresponde a certa duração da jornada de trabalho. Suponhamos que a jornada de trabalho habitual seja de 12 horas e o valor diário da força de trabalho de 3 xelins, expressão monetária de um valor em que se representam 6 horas de trabalho. Se o trabalhador recebe 3 xelins, recebe o valor de sua força de trabalho em funcionamento durante 12 horas. Se esse valor diário da força de trabalho é expresso, então, como valor do trabalho de uma jornada, chega-se à fórmula: o trabalho de 12 horas tem um valor de 3 xelins. O valor da força de trabalho determina assim o valor do trabalho ou, expresso em dinheiro, seu preço necessário [...] (MARX, 1985, p. 129).

Há, portanto, uma distinção do valor da força de trabalho e o mais-valor criado durante a execução de seu trabalho. O salário, assim, determina a expressão monetária do valor da força de trabalho e aparece como expressão de toda a jornada de trabalho. Ele “oculta o trabalho gratuito do assalariado” (MARX, 1985, p. 130). Daí sua importância para o modo de produção capitalista ao tornar, nas palavras de Marx (1985):

[...] invisível a verdadeira relação e mostra justamente o contrário dela, repousam todas as concepções jurídicas tanto do trabalhador como do capitalista, todas as mistificações do modo de produção capitalista, todas as ilusões de liberdade, todas as pequenas mentiras apologéticas da Economia vulgar (MARX, 1985, p. 130).

O salário elimina, em sua aparência, toda a relação existente entre trabalho necessário e excedente. E entre trabalho pago e não-pago. O salário aparece como justa forma, na qual todo o trabalho é pago, algo completamente novo nas sociedades de classes. Nas sociedades anteriores, era perceptível a divisão entre tempo de trabalho pago e tempo não pago considerando as divisões de classes existentes. Na forma capitalista, o trabalho, por inteiro, aparece como trabalho pago.

Isso está expresso, por exemplo, nas formas que o salário adquire ao longo da história. Determinantemente, o salário pode ser dividido em duas formas básicas: o “salário por tempo” e o “salário por peça”⁵⁰. Tais formas ocultam ainda mais o

⁵⁰ Esses temas são discutidos no Livro I d’O capital, nos capítulos XVIII e XIX.

conteúdo, como se verificou, da determinação do salário. O salário por tempo, ou diário, entre outros, e o salário por peça, na aparência, manifestam-se como pagamento do trabalho realizado. É evidente, no plano do concreto aparente, que o trabalhador recebe por seu trabalho, que seria a mercadoria fundamental na sociedade do capital.

Contudo, considerando o que já se apresentou nesta tese, nota-se que isso é falso. Ambas as formas, na verdade, constituem os métodos para que o capitalista consiga avançar, sempre mais, na mais-valia produzida e naturalizar as relações sociais, apresentando-a como trabalho pago, por inteiro. Tanto o salário por tempo como o salário por peça pressupõem a forma capitalista de produção, não havendo, sob esse ponto de vista, nenhuma diferença quanto a seu fundamento e à sua finalidade.

A jornada de trabalho é composta por tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente. As duas substâncias da jornada de trabalho podem ocorrer seja em que tempo que for, haja vista que são processos concomitantes. A força de trabalho transfere valor do capital constante, reproduz o seu próprio valor e cria mais valor. Tudo ao mesmo tempo durante sua atividade de trabalho.

Dessa forma, quando, por exemplo, o pagamento do salário é feito por peças, a impressão é ainda mais clara de que o trabalho seria pago por inteiro. Contudo, como se observou, isso só seria possível se a força de trabalho tivesse os meios de produção sob sua propriedade. Quando realiza o trabalho, esta já o realiza como força de trabalho vendida, e assim como propriedade do capitalista. Tudo o que realizar nesse tempo de trabalho é propriedade do capitalista.

Além disso, o salário por peças possui em si a capacidade de fazer com que a intensidade e a jornada de trabalho sejam prolongadas sem resistência, muitas vezes como reivindicação do próprio trabalhador. Sobre esse aspecto, sabe-se que “o salário por peça é a forma mais adequada ao modo de produção capitalista” (MARX, 1985, p. 142).

Seja qual for a forma, o salário é apenas a expressão monetária do valor da força de trabalho e varia, absoluta ou relativamente, de acordo com o tempo destinado à jornada de trabalho. Em geral, considerando o avanço do modo de produção capitalista, há a redução do valor da mercadoria força de trabalho e o aumento do tempo para a produção da mais-valia, o que implica, como desdobramento, a redução relativa do salário e o aumento do lucro dos capitalistas.

Isso posto, identifica-se que o salário aparece como “forma exotérica” (MARX, 1985, p. 145), algo que, em sua maneira de se manifestar, corresponde ao trabalho realizado. É o trabalho como mercadoria. Verificou-se, a partir dos elementos expostos, a falsidade dessa afirmação. O salário, portanto, é uma das formas de se ocultar o valor da mercadoria força de trabalho, ocultando também a mais-valia produzida.

Na “diversidade nacional de salários”, todo esse processo de análise necessita de mais cautela ainda. O elemento determinante, e que não pode ser desconsiderado, diz respeito ao fato de que “o salário nominal, o equivalente da força de trabalho expresso em dinheiro” (MARX, 1985, p. 146), altera-se quantitativamente nos mais diversos países. Em alguns, mais alto; em outros, mais baixo. Mas “o que de forma alguma significa que isso também é válido para o salário real, isto é, para os meios de subsistência colocados à disposição do trabalhador” (MARX, 1985, p. 146).

Fundamentadas nessa regra do modo capitalista de produção, as duas maneiras de se analisar a diferença de salários reais existente entre os países são: i) o patamar de produtividade de determinado país; e ii) o nível de organização do movimento dos trabalhadores na luta de classes. Fundamentalmente, esses são os dois elementos centrais que podem ser desdobrados na comparação entre os salários nacionais. Todavia, com o desenvolvimento da produção capitalista, a tendência é de eliminação dessas diferenças.

Após demonstrar esse conjunto categorial, da mercadoria ao capital, do valor da força de trabalho ao salário, entre outras categorias, é que Marx apresenta sua exposição do *Processo de acumulação do capital* na seção VII e conclui assim o Livro I de sua obra magna.

4.1.3.5 A parte sétima d'O capital, de Marx – o processo de acumulação do capital

Certamente, por compreender a determinação da produção capitalista, Marx fez a opção de iniciar sua exposição por este tema no Livro I de sua obra magna. Seu pressuposto é, portanto, o ponto de partida sobre o qual se ergue o modo capitalista de produção: a mercadoria. Nesta tese observou-se que, na verdade, essa opção está intimamente ligada ao fundamento que possibilita a produção de mercadoria, ou seja, à propriedade privada. Portanto, Marx realiza a exposição que vai da mercadoria ao capital. Contudo, isso, em hipótese alguma, desconsidera o outro fator que

complementa esse modo de produção: a circulação de capital. Tal tema é aprofundado pelo autor alemão no Livro II. Dessa forma, o processo de produção de capital está indissociavelmente ligado ao processo de reprodução.

Assim, “[...] “se a produção tem a forma capitalista, então a terá a reprodução [...]” (MARX, 1985, p. 153), ou seja, tal como o processo de trabalho produtivo de capital existe como elemento necessário desse modo de produção, a reprodução existe como fundamento para a efetivação da valorização do valor.

De início, o capitalista detentor de dinheiro vai até o mercado para comprar duas mercadorias necessárias ao processo de produção especificamente capitalista: a força de trabalho e os meios de produção. Esse primeiro movimento, na lógica da produção de capital, está inserido na fase de circulação. Com essas duas mercadorias compradas, inicia-se a segunda parte, o processo de produção de capital. Ao consumir o valor-de-uso da força de trabalho, colocam-se em movimento os meios de produção na elaboração da nova mercadoria produzida. Assim, a força de trabalho transfere o valor antigo, reproduz seu próprio valor e cria um mais-valor. A mercadoria produzida é portadora, portanto, de uma mais-valia, que se expressará, durante a terceira parte do processo de produção de capital, na circulação novamente no mercado para sua realização e conquista, que por sua vez será expressa em mais dinheiro do que o inicial. Inicia-se na circulação, passa pelo processo de produção especificamente capitalista e retorna ao processo de circulação. Em síntese, esta é a fórmula geral do capital: dinheiro -> mercadoria – força de trabalho e meios de produção -> processo de produção capitalista -> mercadoria portadora de mais-valor – mais dinheiro -> realização da mais-valia.

Esse ciclo precisa, necessariamente, percorrer indeterminadamente as fases que a compreendem. É o ciclo de reprodução ampliada do capital. Se a mais-valia produzida não é utilizada em sua forma capitalista, ou seja, se não retorna ao processo de reprodução do capital e é utilizada para outros fins, como fundo de consumo do capitalista, chama-se o processo de reprodução simples. *A reprodução simples* é o tema tratado por Marx no capítulo XXI de *O capital*. Já *a reprodução ampliada*, quando a mais-valia é consumida em sua totalidade ou em grande parte no processo de reprodução de capital, é tema do capítulo XXII dessa obra do autor alemão.

No modo capitalista de produção, é a reprodução ampliada que assume o papel de complemento da produção, e não a reprodução simples. Quanto maior for a

mais-valia consumida para o fundo de consumo do capitalista, menos capitalista ele se torna. E vice-versa.

Sobre isso, Marx (1985) explica que: “[...] como, ao entrar no processo, seu próprio trabalho já está alienado dele, apropriado pelo capitalista e incorporado ao capital, este se objetiva, durante o processo, continuamente em produto alheio [...]” (MARX, 1985, p. 156). Assim, uma vez que a força de trabalho é a mercadoria comprada pelo capitalista, o trabalho, ou seja, a objetivação da atividade produtiva no ato do trabalho, já não pertence ao trabalhador. O que é produzido pelo trabalhador está alienado dele, ou seja, é alheio, não é sua propriedade. A alienação, aqui, assume outro sentido, completamente distinto da categoria assumida por Marx nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, de 1844, por exemplo.

Marx (1985) desenvolve essa concepção, que é coerente com o conteúdo já apresentado até a presente parte de sua obra magna:

[...] Como o processo de produção é, ao mesmo tempo, o processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, o produto do trabalhador transforma-se continuamente não só em mercadoria, mas em capital, em valor que que explora a força criadora de valor, em meios de subsistência que compram pessoas, em meios de produção que empregam o produtor. O próprio trabalhador produz, por isso, constantemente a riqueza objetiva como capital, como poder estranho, que o domina e explora, e o capitalista produz de forma igualmente contínua a força de trabalho como fonte subjetiva de riqueza, separada de seus próprios meios de objetivação e realização, abstrata, existente na mera corporalidade do trabalhador, numa só palavra, o trabalhador como trabalhador assalariado [...] (MARX, 1985, p. 156).

É essa a condição indispensável e permanente no processo de produção capitalista: o trabalhador assalariado, com sua força de trabalho consumida pelo capital para a produção da riqueza como capital, recebe o salário que corresponde à sua sobrevivência. Vive para trabalhar e trabalha para viver. Essa é a síntese da vida do trabalhador no modo capitalista de produção. Assim, o trabalho assalariado está fundado sobre a venda da força de trabalho como mercadoria.

Na aparência, o trabalhador é consumido produtivamente pelo capital apenas em seu processo de trabalho. Tudo o que está para além das horas de trabalho seria, portanto, tempo livre. Ledo engano. Como temos acompanhado no universo categorial marxiano, a redução da jornada de trabalho nunca foi uma alternativa assumida sem resistência pelo capitalista. No tempo em que o trabalhador não está sendo sugado pelo capital no processo produtivo, este está recompondo sua força de trabalho. É tempo necessário para sua nova atuação no dia seguinte. Não há, sob o capital, tempo

livre. O tempo, é o tempo do capital. É a vida sob o domínio do capital. Por isso, segundo Marx (1985):

O processo de produção capitalista, considerado como um todo articulado ou como processo de reprodução, produz por conseguinte não apenas a mercadoria, não apenas a mais-valia, mas produz e reproduz a própria relação capital, de um lado o capitalista, do outro o trabalhador assalariado (MARX, 1985, p. 161).

Essa relação social, fundamentada na produção especificamente capitalista, é o que determina a vida social. Como desdobramento, tem-se a subsunção, como se tem apontado nesta tese, da humanidade ao poder do capital. A base material sobre a qual se levanta o modo capitalista de produção é, portanto, o trabalho produtivo de mais-valia e capital. Nesta, a força de trabalho, única propriedade que o trabalhador possui, é comprada pelo capitalista, que, com os meios de produção, produz mercadorias acrescidas de valor. Meios de produção, o trabalho realizado pela força de trabalho no processo produtivo e a mercadoria produzida são propriedades legais do capitalista, não fazendo a menor diferença se o trabalhador se reconhece no que está produzindo, se se reconhece como gênero humano etc. O que importa é a determinação que fundamenta a exploração tipicamente capitalista. Não é, portanto, o trabalho alienado, tal como apontado nos *Manuscritos*, de 1844, mas o trabalho assalariado que compreende como conteúdo o conjunto das elaborações aqui apresentadas.

Isso posto, cabe destacar uma vez mais a contradição que recai sobre o capitalista. Marx afirma que neste estão presentes duas almas, a dedicada a usufruir de prazer com fundos de consumo cada vez maior e a direcionada à acumulação de capital. Quanto mais utiliza a mais-valia produzida com a finalidade de satisfazer os prazeres de consumo, menos capitalista este se torna. Portanto, há um equilíbrio entre as duas sob a determinação da acumulação. Mas o que é a acumulação de capital?

Observou-se primeiramente como a mais-valia é o resultado do processo de produção de capital. Agora, tem-se o complemento, a saber, como a mais-valia, que foi resultado da produção, passa a dar origem ao capital em um contínuo processo de reprodução. Segundo Marx (1985, p. 163), a “[...] aplicação de mais-valia como capital ou retransformação de mais-valia em capital chama-se acumulação de capital”. A acumulação de capital é o objetivo necessário e central para o capitalista, tendo este

que reprimir sua avidez em satisfazer sua alma consumista para retransformar, sempre mais, a mais-valia em capital.

Não há, portanto, uma violação das leis capitalistas para que esse processo se consuma. Ao contrário, o que ocorre é a sua inteira realização. Comprar pelo valor e vender pelo valor, e assim acumular capital. As fases do movimento do capital demonstram isso. A relação capitalista se baseia na igualdade entre dois proprietários dos componentes do processo de trabalho – meios de produção e força de trabalho. Baseia-se também em uma relação justa, na qual um, o proprietário da força de trabalho, vende sua mercadoria, a força de trabalho, para o outro, o capitalista. Do processo de produção capitalista se obtém uma mais-valia, e isso, sob hipótese alguma, é fruto de algum tipo de logro do capitalista. A realização da lei do valor, e do mais-valor, se impõem. O trabalhador recebe o valor de sua força de trabalho e, ao alienar, ou seja, por não ser sua propriedade o valor-de-uso dessa mercadoria, não o é também o que essa força produziu. Veja que a alienação, no contexto de *O capital*, refere-se, exclusivamente, às determinações da lei do valor. O resultado desse processo, como Marx (1985) aponta, é:

1. que o produto pertence ao capitalista e não ao trabalhador; 2. que o valor desse produto, além do valor do capital adiantado, inclui uma mais-valia, a qual custou trabalho ao trabalhador, mas nada ao capitalista, e que todavia torna-se propriedade legítima deste; 3. que o trabalhador continuou a manter sua força de trabalho e pode vendê-la de novo, caso encontre comprador (MARX, 1985, p. 167).

A lei do valor, como demonstra esse movimento, “[...] não é, portanto, violada, ao contrário, ela obtém apenas a oportunidade de atuar permanentemente” (MARX, 1985, p. 167). Sobre a base material que se ergue o modo capitalista de produção, ou seja, a relação de produção de capital, encontra-se a “lei geral da acumulação capitalista”.

Nessa lei, encontrar-se-á a acumulação capitalista e sua imediata relação com o “[...] destino da classe trabalhadora [...]” (MARX, 1985, p. 187). Nessa lei geral, a composição orgânica do capital ganha centralidade. Composta pela proporção existente de força de trabalho e de meios de produção, em sua direta relação, capital constante e capital variável, a composição orgânica do capital é o fundamento da lei geral da acumulação capitalista. À medida que se alteram essas proporções, altera-se o resultado do processo de produção no que diz respeito à quantidade de valor e

mais-valor produzido. Inerente à contradição própria da sociedade do capital, resumidamente, à medida que se reduz o “quantum” de capital variável para o aumento de capital constante, há uma redução na taxa de lucro do capitalista. Desse modo, “[...] crescimento do capital implica crescimento de sua parcela variável ou convertida em força de trabalho [...]” (MARX, 1985, p. 187). Por esse fato, a centralidade dessa composição é o pilar do processo de produção capitalista: “[...] acumulação do capital, é, portanto, multiplicação do proletariado” (MARX, 1985, p. 188), e não multiplicação do “desempregariado”, neologismo possível de ser retirado do universo categorial de Mészáros.

Sob esse ponto de vista, o exército industrial de reserva, como se observou nesta tese, não pode, sob hipótese alguma, ser considerado estrutural. Se assim o fosse, não haveria crescimento de capital. A realidade demonstra que há um crescimento da quantidade de capital interrompido, momentaneamente, por crises cíclicas. Assim, o capital variável, a força de trabalho em atividade no processo produtivo, continua a ser o elemento basilar para o avanço da produção capitalista.

Considerando um determinado ramo de produção, têm-se que “[...] a média de suas composições individuais dá-nos a composição do capital global desse ramo da produção [...]” (MARX, 1985, p. 187). No todo, esses elementos globais atuaram sobre a determinação do valor das mercadorias produzidas.

A composição orgânica do capital, portanto, precisa ter suas proporções, necessariamente, sempre mais adequadas para o crescimento do capital. Decorre disso uma das contradições desse modo de produção. Como já se verificou neste trabalho, quanto mais o capitalista utiliza a mais-valia produzida para seu fundo de consumo, aumentando sua riqueza pessoal, menos capitalista este se torna. Quanto mais a mais-valia é recolocada no processo produtivo, mais capitalista este fica. Entre riqueza e capital, vence o segundo. É isso o que mostra, por exemplo, a reprodução ampliada de capital.

No transcurso do processo de acumulação de capital, um salto quantitativo é provocado pelo desenvolvimento da produtividade do trabalho. A constante alteração qualitativa dos meios de produção, provoca uma verdadeira revolução nas quantidades de mercadorias produzidas com menor valor. Ao se investir em capital constante, por consequência há uma redução do capital variável. Tem-se, assim, mais uma contradição inerente ao modo de produção capitalista, um pilar fundamental para a compreensão de crises cíclicas e periódicas do capital.

O desenvolvimento desse processo de produção possibilita uma das tendências principais do capital: a centralização. Esta complementa o processo de acumulação, pois coloca os capitalistas em reais condições de expandir suas operações. À medida que se desenvolve a acumulação, contraditoriamente há uma produção progressiva do “exército industrial de reserva”, “superpopulação relativa”, necessariamente flutuante. Em determinados momentos, aumentam-se os trabalhadores lançados para fora do processo produtivo, ou, em outras palavras, jogados à mercê de sua própria sorte para a sobrevivência. E em outros momentos, o aumento da proporção de trabalhadores jogados para o processo produtivo. O desemprego, dessa forma, é constante em sua existência, mas relativo em suas proporções, acompanhando o ciclo de produção de capital pelos motivos que já se expôs nesta tese.

O desemprego é, portanto, fruto do próprio processo de acumulação, que só é possível com o aumento da quantidade de força de trabalho. Eis mais uma contradição. Não há, sob o capital, possibilidade de fugir dessas contradições. Por esse motivo, as crises do capital são sempre cíclicas e periódicas. O destino da classe trabalhadora, considerando a forma de ser do capital, é, ao mesmo tempo, alavancar a acumulação capitalista e sofrer as consequências desse processo.

Ao alterar a composição orgânica do capital, reduzindo o capital variável e aumentando o capital constante, o capitalista se verá diante de uma encruzilhada: suas taxas de lucro, tendencialmente, começarão a cair. Como se sabe, a taxa de lucro se dá pela divisão da mais-valia produzida sobre o capital variável e capital constante. A força de trabalho é a única mercadoria capaz de produzir mais-valia. Sua redução, com outros fatores, reduz a produção de mais-valia e, portanto, de capital.

Todo esse movimento teve um período inicial, a verdadeira fase de ascensão do capital. Nesse período marcado por sangue, violência e constante saque, a classe capitalista se ergueu a partir da degradação, em níveis extremos, da vida dos trabalhadores. É a assim chamada “acumulação primitiva”. Observe-se mais de perto.

Tem-se, até este ponto desta tese, a descrição do processo real, especificamente capitalista, de como o dinheiro se transforma em capital, de como o capital produz a mais-valia e, por fim, de como a mais-valia possibilita a reprodução ampliada de mais capital. Na aparência, esse ciclo vicioso parece ser natural e a-histórico, o que, de fato, é algo falso. A história da produção capitalista passa por séculos de uma verdadeira preparação do terreno sobre o qual se ergueria o modo

capitalista de produção, a saber: “[...] “na história real, como se sabe, a conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência, desempenham o principal papel [...]” (MARX, 1985, p. 261-262).

Ao contrário do que defendia a economia política da época de Marx, que ressaltava a suavidade dessa constituição histórica, o autor alemão alerta que “[...] os métodos da acumulação primitiva são tudo, menos idílicos” (MARX, 1985, p. 262). Não há nada de maravilhoso e tranquilo nessa base de formação capitalista. A demanda por transformar as relações e o modo de produção em capitalista requer determinadas alterações na forma de vida humana e produtiva. O modo capitalista de produção exige determinadas características, que são diferentes dos modos de produção anteriores. Segundo Marx (1985), a primeira destas é que os trabalhadores sejam livres:

[...] no duplo sentido, porque não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos, os servos etc., nem os meios de produção lhes pertencem, como, por exemplo, o camponês economicamente autônomo etc., estando, pelo contrário, livres, soltos e desprovido deles [...] (MARX, 1985, p. 262).

Além de livres, a relação precisa ser entre iguais, dois proprietários dos componentes centrais do processo de produção. Os trabalhadores, portanto, são proprietários da força de trabalho; e os capitalistas, proprietários dos meios de produção. Assim, “[...] a relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho [...]” (MARX, 1985, p. 262). Essa separação é uma das condições para a produção capitalista e tende a ter sua escala sempre aumentada. Conforme Marx (1985):

[...] A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como ‘primitivo’ porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (MARX, 1985, p. 262).

Esse processo demarca o período de transição da sociedade feudal para a capitalista. Esta a fase em que a mercadoria passa a ser determinante, livre das amarras do feudo, mas necessitando ainda de seu segundo movimento, que, como se observou nesta tese, transita da mercadoria ao capital. Deter-se-á nessa fase da pré-história do capital, no início de seu processo ascensional.

Nessa transição, o “DNA” do capital é revelado. Marcado por violência, sangue e fogo, o capital constitui sua gênese. Roubos, mortes ou em uma só palavra a expropriação será uma de suas principais características. Trata-se do ponto de partida da produção do trabalhador assalariado, ou seja, sua expropriação, a separação entre os meios de produção e a força de trabalho. Datada a partir do século XVI, a era capitalista inicia seu processo de expansão. Dessa forma, segundo Marx (1985):

O que faz da época histórica da acumulação primitiva são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação; sobretudo, porém, todos os momentos em que grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários livres como os pássaros [...] (MARX, 1985, p. 263).

O segredo da acumulação primitiva é, assim, revelado em suas principais características. Seu início se dá com a expropriação do produtor rural de sua base fundiária, e a Inglaterra serve como exemplo da forma clássica desse processo, que, em outros países e períodos, assumirá novos contornos. Contudo, todos esses processos terão a mesma base funcional de ser.

Iniciada no final do século XV e nas primeiras décadas do século XVI, o prelúdio do modo capitalista de produção, por meio da expropriação, produziu, violentamente, uma massa gigantesca de proletários livres lançados ao mercado de força de trabalho. Esses predominantemente eram, na Inglaterra desse período, camponeses autônomos.

Ao cair a base feudal, as Igrejas também sofreram com o processo de Reforma e tiveram boa parte de seus bens confiscados. As leis que regiam anteriormente, já não davam conta da nova realidade capitalista emergente e, mesmo que se tentasse, não se conseguiria barrar o constante avanço da nova relação de produção.

São essas as alavancas para a transição e universalização do capital. Com violenta usurpação, por onde passou, este não deixou quase nenhum resquício da produção feudal. A massa de trabalhadores produzida por esse processo sofria com as mais variadas formas de horrores. A formação da classe trabalhadora é marcada por constante tormento: os que conseguiam sobreviver a essa violência tinham de, com sorte, adentrar o processo capitalista de produção com a venda de sua única

mercadoria, sua força de trabalho; já os que não conseguiam fazê-lo, eram lançados à rua e perseguidos pelas brutais leis contra a mendicância.

Os povos gaélicos são exemplos de todo esse processo. Inicialmente foram violentamente expropriados de suas terras e dos demais meios de produção. Sem terem como produzir suas vidas, refugiaram-se no litoral para sobreviver da pesca. Então, foram novamente expulsos quando o capitalista identificou no mar uma possibilidade de ampliar sua produção com as navegações e a produção marítima. Em seguida, os gaélicos buscaram na floresta uma forma de sustento e, mais uma vez, foram dizimados e expulsos por ocuparem o belo lugar das caças dos capitalistas. Não havendo mais alternativa, foram lançados às cidades e formaram uma verdadeira massa de miseráveis, que, então, passavam a ser torturados por meio das leis contra os pobres que viviam nas ruas.

Tais leis eram “[...] grotescas e terroristas [...]” (MARX, 1985, p. 277) e contribuía para o disciplinamento da nova humanidade que surgia. Tal disciplina, fundamental para regular o trabalho assalariado, dava-se por meio do açoite, do ferro em brasa e da tortura. Essa é uma breve síntese da história da transição do povo do campo para a cidade, da formação da classe trabalhadora e da expansão do capital. Isso alterou o cenário das cidades, fazendo-as crescer significativamente, e com isso ampliou a pobreza dos trabalhadores, que lutavam para tentar sobreviver ainda fora do processo produtivo.

O Estado, agente da burguesia, teve papel fundamental na regulamentação da violência contra os trabalhadores. Além disso, regulava os baixos salários dos que conseguiam vender sua força de trabalho. Tudo estava voltado para manter os trabalhadores em uma dependência ao novo processo de produção. Para Marx (1985, p. 277), “[...] esse é um momento essencial da assim chamada acumulação primitiva”.

Essa é, resumidamente e nada idílica, a história da origem da classe trabalhadora. Violência, disciplina sanguinária e ação do Estado para contribuir com o aumento do grau de exploração capitalista são as principais marcas dessa origem. Esse período corresponde, ao mesmo tempo, à gênese da classe capitalista, que surge a partir dos arrendatários, grandes proprietários fundiários. Estes enriqueciam à medida que os trabalhadores empobreciam. Aqueles tomavam, de assalto, as terras e concentravam enorme quantidade de terras para sua produção. Todo esse processo de expropriação e de criação de uma massa de proletários livres teve como repercussão o aumento dos trabalhadores industriais, aumentando assim o capital

industrial das grandes empresas capitalistas que surgiam nas cidades. A produção de capital estava em sua fase de subsunção formal, na qual há uma dependência maior do capital variável em relação ao constante. Massa de trabalhadores significavam, naquele tempo, maior produção. Dá-se assim, como já se observou nesta tese, a fase da cooperação simples, sua transição para a manufatura e a revolução para a maquinaria e grande indústria. Além disso, segundo Marx (1985, p. 283), “a expropriação e a expulsão de parte do povo do campo liberam, com os trabalhadores, não apenas seus meios de subsistência e seu material de trabalho para o capital industrial, mas criam também o mercado interno”.

Esse movimento demarca a gênese do capitalista industrial. Se o capitalista fundiário viu sua riqueza crescer em pouco tempo, em função da expropriação dos trabalhadores, por isso mesmo o capitalista industrial se deparou também com uma nova realidade. Assim, a exploração dos trabalhadores assalariados, que tinham nessa condição sua única possibilidade de sobrevivência, provocou enormes saltos na produção capitalista.

É de todo esse movimento que surge uma célebre frase de Marx, que ressaltou a importância que o Estado teve, como expressão da “[...] violência concentrada e organizada da sociedade [...]” (MARX, 1985, p. 286), no auxílio à transição do feudalismo para o capitalismo. Assim, Marx afirma que “[...] a violência é a parteira de toda velha sociedade que está prenhe de uma nova. Ela mesma é uma potência econômica” (MARX, 1985, p. 286).

A partir desse conjunto teórico expositivo da realidade, Marx questiona: “a que conduz a acumulação primitiva do capital, isto é, sua gênese histórica? [...]” (MARX, 1985, p. 292). A resposta a essa questão pode ser contemplada em duas direções, ambas relacionadas às “tendências históricas da acumulação primitiva”. A primeira diz respeito ao modo de produção capitalista, que, ao revolucionar a relação social anterior, cria nova forma de propriedade privada. Esse modo de produção destrói todos os elementos centrais da sociedade feudal. Por meio de métodos violentos e repugnantes, instaura a propriedade privada capitalista e concentra capital nas mãos de poucos capitalistas em detrimento de grande parte da população, que vive na miséria. A segunda é a possibilidade histórica de continuidade da expropriação. Então, não mais relacionada à grande massa dos trabalhadores, e sim à pequena parcela de capitalistas. Os expropriadores precisam ser expropriados, e a classe trabalhadora, revoltada diante de suas condições de existência “[...] sempre numerosa, educada,

unida e organizada pelo próprio mecanismo de produção de capital [...]” (MARX, 1985, p. 294), inicia sua luta para, enfim, girar a roda da história para frente.

A tendência do acirramento da luta de classes é o resultado, de saída, da gênese do modo de produção capitalista. Trata-se de procurar eliminar a propriedade privada capitalista, em busca da propriedade comunal e da libertação dos trabalhadores, submetidos à servidão do capital. A revolução socialista, visando a uma nova forma histórica, será fruto dos próprios trabalhadores, forjados pela relação com o capital. Ao criar e expandir sua forma de produção, a classe capitalista propicia, ao mesmo tempo, a possibilidade de criar seu próprio coveiro. Um processo que nada tem de natural, mas que precisa ser construído por uma classe organizada em busca de sua emancipação. Mais do que uma possibilidade, é uma necessidade histórica.

Contudo, à medida que o modo de produção se afirma e reafirma sua dominação e conforme essa classe se perde em meio aos tormentos dessa relação social, os trabalhadores se colocam mais distantes dessa transição. A luta de classes, de fato, sob o capital, ganha novos e difíceis contornos. Estes são incomparáveis aos processos revolucionários das bases materiais anteriores. Não há ilusão, e muito menos esperança. Há necessidade de compreensão do “DNA” do capital, de sua gênese à sua fase mais desenvolvida, já descrita e explicada por Marx, para a elaboração de uma estratégia revolucionária⁵¹.

Por onde passou, o capital converteu, de modo violento, todas as relações que fossem diferentes do modo capitalista. Assim o fez com o feudalismo e as colônias, por exemplo. Para Marx, as colônias são consideradas enquanto “[...] terra virgem que é colonizada por imigrantes livres [...]” (MARX, 1985, p. 295). O modo de produção capitalista não pode conviver paralelamente a outras formas de produção. Sua ânsia por reprodução sempre mais ampliada o leva a estender os métodos da acumulação primitiva usados na Europa a todo o mundo.

Ao realizar sua forma clássica, na Inglaterra e em parte da Europa, a relação capital submete todas as outras formas, direta ou indiretamente, a seu modo de produção. Mas isso não basta para o capital. A subsunção precisa ser real, e assim o faz. Primeiramente com a transição do feudo para a determinação da mercadoria. Em segundo lugar, com a transição da mercadoria para a determinação do capital. Nas

⁵¹ Essa transição será tratada no último capítulo do presente estudo.

formas clássicas, as duas transições são realizadas. Nas formas não clássicas, apenas a segunda, na qual a mercadoria já é determinante e, dessa forma, a transição se completa com a determinação do capital.

Sob esses dois aspectos, o elemento central se constitui na expropriação do trabalhador dos meios de produção para sua subsistência, a criação do proletariado livre e do trabalho assalariado, e a dependência da classe trabalhadora do modo de produção capitalista. Assim, por onde passou, o movimento do capital, violentamente, se consolidou sobre essas bases.

4.2 DOIS UNIVERSOS CATEGORIAIS DISTINTOS: O DE MARX E O DE MÉSZÁROS

Como se apontou anteriormente nesta tese, sendo fiel ao próprio Marx, o universo categorial marxiano não foi construído para a análise de uma fase incipiente do movimento do capital. Distante da realidade também está a determinação de que os escritos de Marx analisam exclusivamente a realidade da Inglaterra. Como já se observou neste trabalho, Marx escreve os pilares sobre os quais se erguem o movimento do capital em sentido universal, ou seja, as leis gerais desse modo de produção. Os dados da produção de determinados países, como a Inglaterra, são apenas formas didáticas utilizadas pelo autor alemão para validar suas concepções. Diversos dados de outros países também são utilizados, mas todos esses estão relacionados ao processo de se apropriar do movimento do capital. Portanto, não se trata de produção de valor-de-uso, valor-de-troca, valor, mais-valor e capital de um determinado período ou país, mas esse conjunto categorial se aplica à produção de capital, seja em qual período for e em qual país isso ocorrer. São categorias econômicas, formas de ser do capital, elementos explicativos do movimento do capital em seu sentido geral e, portanto, com validade universal.

Sobre esse fundamento, elencam-se as justificativas usadas por Mészáros para dispensar o universo categorial marxiano, com a finalidade de problematizarmos seu pressuposto. Como se demonstrou nesta tese, são três as formas de sustentação de *Para além do capital*, de Mészáros (2011):

1) O significado central da expressão “além do capital” pretendido pelo próprio Marx quando empreendeu a monumental tarefa de escrever seu *O capital*. Neste sentido, **significa ir além do capital em si e não meramente além**

do capitalismo [...] 2) Além da versão *publicada* de *O capital* de Marx, inclusive seu segundo e terceiro volumes impressos postumamente, bem como o *Grundrisse* e as *Teorias da mais-valia*. **Todo o projeto a que Marx dedicou sua vida não permaneceu apenas *inacabado*, mas – segundo o plano rapidamente esboçado pelo autor em suas cartas e seus prefácios – só foi completado em seus estágios iniciais**; portanto, não poderia refletir adequadamente suas intenções registradas 3) **Além do projeto marxiano em si, como ele poderia ser articulado sob as circunstâncias da ascendência global da sociedade de mercado no século XIX, quando as possibilidades de adaptação do capital como sistema de controle “híbrido” – que só se tornou plenamente visível no século XX – ainda estavam ocultas do exame teórico** (MÉSZÁROS, 2011, p. 45-46, grifos nossos).

Já se ressaltou anteriormente, neste trabalho, que todas essas justificativas estão direcionadas para dispensar o universo categorial de Marx descrito em sua obra *O capital*. Problematizar-se-á, a partir da apresentação que se fez da obra de Marx, cada uma dessas justificativas. Em primeiro lugar, para o autor húngaro, há uma distinção entre capital e capitalismo. Isso se dá por sua compreensão, em especial, do processo revolucionário soviético que, a seu ver, teria superado o capitalismo, mas não o capital. E qual o fundamento disso? A produção do valor-de-troca. Como, na análise de Mézáros, a sociedade soviética ainda produzia valor-de-troca, e essa é a categorial central em sua análise do sistema do capital, logo aquela experiência superou uma forma de sociabilidade capitalista, mas não o capital, pois não superou seu fundamento, o valor-de-troca.

De acordo com o ferramental teórico de Marx, tal compreensão é falsa. Esta claro que, para Marx, o valor-de-troca é apenas o veículo material do valor, que é a base para a produção da mais-valia e capital. Em Marx, portanto, não há distinção entre capital e capitalismo. A sociedade produtora de capital é a sociedade capitalista, e uma das formas de eliminá-la é acabar com a fonte originária da produção de valor, ou seja, a propriedade privada. Teria, a experiência soviética, atuado nessa vertente? Necessita-se de estudos que sejam realizados nessa direção, e não é o objetivo da presente tese a análise desse processo. Cabe, neste trabalho, apresentar os fundamentos em que Mézáros se respalda e o conteúdo de suas elaborações. Portanto, o aspecto basilar centrado na produção de valor-de-troca como raiz para a produção de capital é equivocado quando confrontado com *O capital*, de Marx. A sociedade do capital se desdobra da produção de valor, mais-valor e capital, categorias não utilizadas por Mézáros em sua totalidade.

Em segundo lugar, Mészáros menciona o caráter inacabado de *O capital*, de Marx, haja vista que, como se sabe, apenas o Livro I foi publicado ainda em vida por Marx, e os livros II e III dessa obra foram publicados após a morte de Marx, editados por Engels. Porém, esses dois livros receberam tão somente os toques finais de Engels para suas publicações a partir dos escritos de Marx, preparados em período concomitante ao dos escritos do Livro I. No prefácio do Livro II, Engels destaca, em 1885, o seguinte: “foi árdua a tarefa de preparar para a impressão o livro segundo de *O capital*, de modo a ficar ele obra coerente e o mais possível acabada e, além disso, obra exclusiva do autor e não do editor [...]” (ENGELS, 1980, p. 1). De fato, o trabalho de Engels foi o de dar forma aos manuscritos, que já estavam escritos por Marx, portanto, com seu conteúdo já posto. Assim, Engels (1980) afirma que:

Limitei-me a reproduzir os manuscritos o mais literalmente possível, a modificar no estilo apenas aquilo que o próprio Marx teria modificado, e a só inserir frases explicativas complementares ou observações destinadas a estabelecer a transição de um para outro assunto, nos casos em que era absolutamente necessário e em que não tinha qualquer dúvida quanto ao sentido. Preferi apresentar textualmente as frases cuja interpretação oferecesse a mais ligeira dúvida. Ao todo, as passagens que refundi ou intercalei não chegam a dez páginas impressas e possuem caráter meramente formal (ENGELS, 1980, p. 2).

Tais manuscritos de Marx, que estavam sendo preparados para a publicação dos livros II e III, por vezes apresentados, como vimos, no Livro I, foram escritos em sua maior parte no período que compreende de 1861 a 1867. Portanto, o núcleo duro de sua teoria já estava formulado por Marx nesse período e destinado a produzir os livros que compõem *O capital*. Tem-se-, portanto, que os conteúdos centrais que compõem *O capital* já estavam escritos em sua totalidade por Marx até o final de 1867, mas somente o Livro I recebeu sua versão acabada pelo próprio autor.

Todavia, tudo isso é secundário para Mészáros. O autor está correto na constatação de que apenas o Livro I foi terminado por inteiro por Marx, mas está equivocado em desconsiderar os manuscritos que sustentaram os livros II e III. Nunca foi problema, para Mészáros, utilizar textos inacabados de Marx. Tanto é verdade que os *Manuscritos*, de 1844, e os *Grundrisse*, dois manuscritos incompletos de Marx, são basilares em todas as formulações do autor húngaro. Dessa forma, a segunda justificativa para dispensar *O capital*, de Marx, é apenas argumento decorativo. O real, e mais importante, motivo para essa dispensa está inserido em sua terceira justificativa.

Em terceiro lugar Mészáros considera que os escritos de Marx n' *O capital* estão situados exclusivamente no período de ascendência histórica do capital, datados ao século XIX. Fase essa, para Mészáros, incipiente do movimento do capital, que só estaria plenamente desenvolvido a partir do século XX. Eis o elemento central de Mészáros para dispensar o universo categorial marxiano d' *O capital*. E qual seria o conteúdo fundamental que sustenta tal argumentação de Mészáros? Inicialmente, o caráter ainda particular do capital no mundo. O capital, enquanto modo de produção, não havia sido globalizado. De fato, isso é correto. Contudo, o país capitalista mais desenvolvido da época de Marx, a Inglaterra, apresentava tão somente o que haveria de ocorrer no mundo do capital em pouco tempo. Não é, portanto, como se apontou nesta tese, a análise da Inglaterra do século XIX que norteia os escritos de Marx, mas, como país mais desenvolvido naquele período do movimento do capital, a análise do país que apresentava as formas acabadas desse modo de produção em suas leis universais, algo que, em pouco tempo, seria mundializado. Dessa forma, considerando as elaborações de Marx em sua obra máxima, é falsa a constatação de Mészáros de que os escritos de Marx estariam datados a uma fase incipiente do movimento do capital.

Como se observa na obra de Marx e como já se apontou nesta tese, valor, mais-valor e capital são categorias, formas de ser do capital, características centrais de todo o modo de produção, de seu início até seu ápice. Qual seria, portanto, o ápice do movimento do capital? O momento em que este já expressa, determinantemente, todas essas categorias. Em outras palavras, como já se observou nesta tese, em Marx, seria a fase de consolidação da maquinaria e da grande indústria. Assim, desde o século XIX. E qual teria sido a verdadeira fase de ascensão do capital? Como se demonstrou também neste trabalho, seria a fase da assim chamada “acumulação primitiva”.

Essa diferença é central e altera, diametralmente, os escritos de Marx e Mészáros. Trata-se, assim, de dois universos categoriais distintos. Não complementares. Mas sim, opostos. O cotejamento entre os escritos mais desenvolvidos de Mészáros com os escritos mais desenvolvidos de Marx só faz sentido na análise das justificativas do autor húngaro para dispensar *O capital* de Marx. Depois disso, todo o conteúdo de Mészáros tem uma vida própria e diferente, pelos motivos apresentados, da dos escritos de Marx.

Sob o ponto de vista da produção de capital, não há elementos reais que justifiquem uma alteração entre o século XIX e os anos posteriores ao século XX. A produção de capital se mantém com seus elementos centrais, aqueles explicados por Marx, fundados no valor, mais-valor, trabalho necessário e excedente, capital, entre outros. Não há alteração da qualidade do capital produzido, há tão somente, nesse sentido, uma alteração quantitativa: produz-se muito mais capital hoje do que antes. E onde estaria centrado o equívoco de Mészáros em seu pressuposto? Na alteração qualitativa do valor-de-uso.

Isso está expresso na teoria de Mészáros quando este discorre sobre o que nomeia como taxa decrescente de utilização do valor-de-uso. Para ele, o capital plenamente desenvolvido produz mercadorias com menor tempo de vida útil, um tipo de obsolescência programada, que sustenta o capital em sua fase de crise estrutural. Perceba-se, é a centralidade do valor-de-uso que baliza a compreensão de Mészáros, e não a da produção de capital.

Tumolo (2015) apresenta essa discussão sobre a universalidade da obra de Marx⁵², pontuando em um primeiro momento que, para se poder discutir a configuração contemporânea do capitalismo, é necessário compreender o trabalho útil ou concreto como criador de valor-de-uso, trabalho abstrato como substância de valor e trabalho produtivo de capital. Fazer o cotejamento dessas formas de trabalho com sua manifestação no capitalismo é o caminho escolhido por este autor para responder a uma questão: teria validade, ainda nos dias de hoje, as categorias analíticas – em especial a lei do valor – de Marx em *O capital*? Tumolo (2015) responde a essa questão da seguinte forma:

[...] se pode afirmar que houve mudanças no trabalho, de tal maneira que, na atualidade, ele se mostra totalmente diferente do que era em períodos anteriores do capitalismo, essa assertiva é verdadeira para o trabalho concreto e para seus respectivos processos de trabalho, já que houve mudanças substantivas em suas qualidades, mas não é verdadeira quando se refere ao trabalho abstrato e ao valor, e principalmente quando diz respeito ao trabalho produtivo de capital, uma vez que esses últimos não sofreram nenhuma alteração em suas naturezas (TUMOLO, 2015, p. 255).

A qualidade das alterações qualitativas do trabalho concreto, que produz valor-de-uso, é constatada ao longo da história, quer em séculos, quer há alguns

⁵² A esse respeito, ver “O capital e as alterações no trabalho nas distintas fases de acumulação capitalista: fundamentos conceituais e desdobramentos teórico-políticos”, publicado em *Ontologia e crítica do tempo presente*, de 2015.

poucos anos. Essas alterações acontecem com frequência e são exatamente estas que possibilitam uma alteração de outra ordem, quantitativa, do trabalho abstrato, e mais, do trabalho produtivo de capital. Ora, se não houve alteração na qualidade do processo de trabalho produtivo de capital, e é difícil imaginar uma alteração dessa ordem, a atualidade histórica das análises marxianas se mostra presente.

Destacados os aspectos centrais das diferenças entre os universos categoriais de Marx e Mészáros, os equívocos de Mészáros em seus pressupostos e, dessa forma, os limites de sua teoria, avança-se então para a análise do fundamento sobre o qual se ergue a totalidade dos escritos de Mészáros em sua obra *Para além do capital*, assim como o desdobramento de sua análise da concepção de crise estrutural. No fundamento de seus escritos encontra-se o trabalho alienado como base material da sociedade do capital. Seria o trabalho alienado a base material da produção de capital? A crise estrutural seria a categoria explicativa para a compreensão dos processos de crise da sociedade do capital plenamente desenvolvido? Observe-se mais de perto a seguir.

5. TRABALHO ALIENADO E CRISE ESTRUTURAL: FUNDAMENTO E DESDOBRAMENTO EXPLICATIVO DO UNIVERSO CATEGORIAL DE MÉSZÁROS

Na trajetória percorrida na presente tese, evidenciou-se, primeiramente, os elementos matriciais que compõem a teoria de Mészáros, seguindo seus escritos na obra máxima *Para além do capital*. Na sequência, demonstrou-se, a partir do universo categorial marxiano contido no livro I d'*O capital*, que, na verdade, trata-se de dois universos categoriais distintos, com fundamentos explicativos da sociedade do capital que lhes são próprios e independentes. Em outras palavras, as obras máximas de Marx e Mészáros não correspondem a um mesmo conjunto explicativo. São duas formas de construção categorial para o entendimento da forma de ser do capital, com todas as consequências que isso representa; universos categoriais, portanto, específicos e próprios.

Por essa razão, ressalta-se a necessidade de compreensão do universo categorial de Mészáros por meio de seus próprios escritos; ler Mészáros a partir do próprio Mészáros. O autor húngaro possui como pressuposto, conforme apresentado anteriormente, o entendimento de que existiram diferenças históricas no movimento de expansão da sociedade do capital, dividido em duas fases: uma fase incipiente, vivido e analisado por Marx, e a outra fase plenamente desenvolvida, que tem em seus próprios escritos a expressão teórica.

No capítulo anterior, identificou-se e demonstrou-se o equívoco de Mészáros ao considerar que a obra mais desenvolvida de Marx está relacionada à uma fase imatura do capital. A partir do próprio Marx, foi descrito como ele persegue e revela as leis universais do movimento do capital. Dessa forma, é um engano monumental considerá-la incipiente. Haja vista o próprio conjunto teórico de Marx revelou-se, a partir da identificação da lei do valor e da valorização do valor, os aspectos próprios do capital em sua forma de ser, ou seja, plenamente desenvolvido a partir do capital, e não do valor-de-uso.

Desse ponto de vista, carece de comprovação científica e, conseqüentemente, de validação histórica a consideração de que *O capital* de Marx estaria datado à uma fase incipiente do capital. Afinal de contas, Marx, como apresentado no capítulo anterior, oferece os elementos explicativos centrais e atuais, para a compreensão das leis universais que regem o movimento do capital. Isso porque, as alterações ocorridas, ao longo da história da sociedade contemporânea, estão situadas no plano

do trabalho concreto dos determinados contextos históricos. E é improcedente considerar qualquer tipo de alteração qualitativa, no que diz respeito aos elementos constitutivos da produção e valorização do valor; da produção de capital.

Assim sendo, o capital, desde a sua origem, até o momento em que seguir existindo, precisará da personificação do capitalista e do Estado do capital; para a efetivação da compra de força de trabalho e meios de produção, com a finalidade de colocá-las num processo produtivo capitalista e, dessa forma, produzir uma mais-valia, exclusividade da força de trabalho em ação. Com essa mais-valia, o capitalista terá uma parte para seu consumo individual e uma outra parte, a maior porção, para o consumo produtivo tipicamente capitalista. De tempo em tempo, estourará uma crise cíclica e periódica, uma espécie de mecanismo de autopreservação do capital. Essas são leis universais do capital que não se alterou e não será alterada enquanto existir o modo capitalista de produção.

Diante disso, analisou-se criticamente o pressuposto de Mészáros; demonstrou-se o seu equívoco e, seguindo com a exposição dessa tese, abordar-se-á, como isso implicou numa formulação teórica e estratégica debilitada e insuficiente para cumprir com o objetivo de oferecer explicações acerca do sistema do capital e apontar os princípios efetivos de sua superação. Mais especificamente, adentrar-se-á, neste capítulo, no que pode ser considerada a pedra angular do universo categorial de Mészáros: a compreensão de trabalho alienado como fundamento da base material de produção de capital. Além disso, apresentar-se-á a crítica ao desdobramento causado por essa forma explicativa do ser do capital, analisando uma categoria chave no universo categorial do autor: a crise estrutural.

5.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O TRABALHO ALIENADO

Identificou-se que Mészáros, em sua obra máxima, tem como fonte principal de seus estudos sobre Marx, determinantemente, os *Manuscritos econômico-filosóficos*, de 1844. Esses *Manuscritos* oferecem a base de uma categoria que será universal para Mészáros e dará o norte de sua compreensão sobre a base material do sistema do capital: a de trabalho alienado. Para o autor húngaro, essa mesma categoria é a pedra angular da totalidade dos escritos de Marx. Portanto, de acordo com Mészáros, ambos partem da mesma base material, com a diferença de

analisarem fases históricas distintas do capital, a saber, Marx, a fase incipiente, e Mészáros, a fase plenamente desenvolvida.

Apesar de o autor húngaro considerar *O capital* e *Grundrisse* como as “[...] obras mais importantes de Marx [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 54), Mészáros afirma, em *Para além do capital*, que todo o seu projeto “[...] **surgiu a partir da análise da crítica da alienação de Marx**” (MÉSZÁROS, 2011, p. 44, grifo nosso). Logo, os *Manuscritos*, de 1844, tem peso crucial no conjunto de suas elaborações, e o autor húngaro retira dessa obra a categoria de trabalho alienado, fundamento, a seu ver, da base material da sociedade do capital.

Mas o que teria levado Mészáros a utilizar como fonte principal de seus estudos um manuscrito de Marx, o esboço da primeira aproximação do autor com a economia política, e a dispensar as obras de Marx produzidas com a finalidade de publicação, ou seja, suas obras mais desenvolvidas? Para Mészáros, o trabalho alienado, como consta nos *Manuscritos*, de 1844, é a base material a partir da qual Marx dará continuidade em suas elaborações. Por isso, há o resgate, necessário em sua teoria, dos *Manuscritos*. Em outras palavras, Marx mantém, com o caráter de continuidade, a compreensão de alienação, tal como postulada nos *Manuscritos*, em todos os seus principais escritos posteriores. Seria isso, de fato, correto? Observe-se mais de perto na próxima seção.

5.2 MÉSZÁROS E A TEORIA DA ALIENAÇÃO EM MARX

Como se verificou nesta tese, Mészáros revelou, em *Para além do capital*, que todo o seu projeto surgiu a partir da crítica da alienação de Marx. Houve, portanto, a necessidade de se retomar os escritos de Mészáros que datam esse ponto basilar. Publicado pela primeira vez em 1970, a obra de Mészáros nomeada *A teoria da alienação em Marx*⁵³ segue sendo referência importante. Anterior à sua obra máxima, e, como se sabe, pedra angular da teoria de Mészáros, a teoria da alienação encontra lugar de destaque na totalidade dos escritos do autor húngaro.

Identificou-se nesta tese o peso da compreensão de base material do sistema do capital fundada no trabalho alienado e sua necessária eliminação, assim como a dos outros componentes das mediações de segunda ordem do capital, para a

⁵³ De acordo com Antunes (2018 A), *A teoria da alienação em Marx* foi a obra que inaugurou os escritos de Mészáros no Brasil, em 1981.

efetivação de uma transição para uma nova forma histórica. Em *Para além do capital*, essa demarcação fica evidente.

O trabalho alienado, como uma das categorias centrais na teoria de Mészáros e, como se demonstrou nesta tese, fundamento de sua obra máxima, é melhor desenvolvida no texto de 1970, e Mészáros não altera essa compreensão ao longo de sua produção. Por isso, é de fundamental importância encontrar as minúcias do entendimento que o autor húngaro possui sobre essa base material, que tem no trabalho alienado o seu alicerce. Devido a esse fato, estudar-se-á a seguir especificamente sua obra *A teoria da alienação em Marx*.

No prefácio à quinta edição da referida obra do autor húngaro, escrito em 2004, mas publicado na edição desse livro em 2006, Mészáros (2006) escreve que:

Na ‘Introdução’ da primeira edição de *A teoria da alienação em Marx*, publicada pela primeira em 1970, afirmei – **contrariamente à falsa oposição entre o ‘jovem Marx’ e o ‘velho Marx’ – que o núcleo estruturante do sistema marxiano *in statu nascendi*, expresso de forma tão poderosa e irreversível nos *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844, é a ‘transcendência da autoalienação do trabalho’. Também enfatizei na mesma época que ‘a crítica da alienação parece ter adquirido uma nova urgência histórica’. Pois, perto do final da década de 1960 e no início da de 1970, a evolução dos eventos e acontecimentos ‘ressaltou de modo dramático a intensificação da crise estrutural global do capital’ (MÉSZÁROS, 2006, p. 12, grifo nosso).**

Para Mészáros, o “núcleo estruturante”, não apenas dos *Manuscritos*, mas de toda a obra de Marx, está situado na “transcendência da autoalienação do trabalho”. Ao longo das décadas, as posições de Mészáros acerca da alienação não apenas permaneceram iguais, mas, em sua concepção, ganharam contornos ainda mais “dramáticos” com o advento da crise estrutural do capital. Na época do texto sobre alienação, Mészáros estava no início de sua elaboração de *Para além do capital*. Isso demonstra a unidade e coerência nos escritos do autor húngaro, que, então, com seu universo categorial completo, traça relação entre a teoria da alienação e a crise estrutural do capital, já que escreve esse prefácio após a elaboração de sua obra máxima. Em meados de 1970, ano que demarca, para o autor, o início da crise estrutural, sua teorização já estava em andamento, e a alienação pautava sua posição diante da crise que se iniciava. Segundo Mészáros (2006, p. 13): “portanto, ‘o caráter evidentemente *global* da crise socioeconômica o nosso tempo exige *remédios globais*: isto é, a ‘*transcendência positiva* da autoalienação do trabalho’ em toda a sua multifacetada complexidade condicionante”.

Dessa forma, estava expressa a característica principal de sua obra, que, fundamentada nos *Manuscritos*, de 1844, de Marx, propõe como necessidade vital para o movimento socialista e para a humanidade a superação da “autoalienação do trabalho”. Superar isso significa superar a base material sobre a qual se funda o sistema do capital. Mészáros (2006) indica, portanto, sua fundamentação central:

A alienação da humanidade, no sentido fundamental do termo, significa *perda de controle*: sua corporificação numa *força externa* confronta os indivíduos como um poder *hostil e potencialmente destrutivo*. Quando Marx analisou a alienação nos seus *Manuscritos de 1844*, indicou os seus quatro principais aspectos: 1) a alienação dos seres humanos em relação à *natureza*; 2) à sua própria *atividade produtiva*; 3) à sua espécie, como espécie humana; e 4) *de uns em relação aos outros* (MÉSZÁROS, 2006, p. 14).

Esse prefácio, como mencionado, foi escrito com base no universo categorial do autor já consolidado a partir de 1995. É a apresentação de sua teoria da alienação à luz de seu patamar de compreensão mais desenvolvido. Como se sabe, e tem-se por vezes repetido nesta tese, o autor húngaro considera que os escritos de Marx estão situados em uma fase incipiente do movimento do capital, caracterizada pela ascensão do sistema do capital. Portanto, a teoria da alienação teria, em consonância com essa concepção, aprofundado os elementos, “indicados” por Marx, nos anos posteriores. Seria uma categoria universal de Mészáros utilizada a partir dos *Manuscritos*, de 1844, de Marx. Por isso, o desdobramento que segue, na compreensão de Mészáros, é que a alienação, antes em uma fase incipiente, alcança então, com a crise estrutural, seu potencial destrutivo e precisa ser eliminada como condição para a superação do capital. Ainda de acordo com o prefácio supracitado, Mészáros (2006) afirma que:

Na fase ascensional do desenvolvimento do sistema, o controle do metabolismo social pelo capital resultou num antes inimaginável aumento das forças de produção. Mas o outro lado de todo esse aumento das forças de produção é a perigosa multiplicação das forças de destruição, **a menos que prevaleça um controle consciente de todo o processo a serviço de um projeto humano positivo** (MÉSZÁROS, 2006, p. 14, grifo nosso).

Esse é um entendimento constante e central nos escritos de Mészáros em sua totalidade. Como se abordou no final do capítulo 4 desta tese, a compreensão de uma fase ascensional de produção e uma fase de destruição é algo próprio e exclusivo do universo categorial de Mészáros, não encontrando nenhuma correspondência com

os escritos de Marx d'*O capital*. Essa forma de compreender o movimento do capital em fases distintas, marcadas pela predominância de uma fase determinada pela produção e uma pela destruição, são coerentes com o universo categorial do autor húngaro. A crise estrutural, por exemplo, seria a manifestação mais expressiva da fase de início de destruição do capital. Assim, a alienação, que, na fase de ascensão, cumpriu um papel “benéfico” na produção, na fase destrutiva sua eliminação é condição “para ir além do capital”.

O autor húngro encerra esse prefácio afirmando que: “a urgência histórica da crítica da alienação, **no espírito marxiano**, não poderia ser maior do que é hoje” (MÉSZÁROS, 2006, p. 14, grifo nosso). O “espírito da obra de Marx”, como já se destacou nesta tese, tem como conteúdo a forma como Marx escreveu a partir da perspectiva dos trabalhadores e a radicalidade revolucionária assumida pelo autor alemão. Esses dois elementos, “espírito da obra de Marx”, sustentam, como já apresentado neste trabalho, a compreensão do método de Marx segundo Mészáros.

A teoria da alienação em Marx é, portanto, referência fundamental para se seguir compreendendo nesta tese o universo categorial de Mészáros. Utilizar-se-á o estudo dessa obra para adentrar nas formas e nos conteúdos mais aprofundados do que se identificou ser a base material para Mészáros: o trabalho alienado. É esse o ponto basilar que, como já se demonstrou, deu a substância do conteúdo que se erguerá em *Para além do capital*.

Dessa maneira, e de forma interessante, o fundamento do universo categorial de Mészáros está situado em rascunhos feitos por Marx em 1844, mais especificamente, no que Mészáros considera ser central nesses *Manuscritos*: a alienação. Esse autor considera que essa é a “ideia sintetizadora” de Marx. Ou seja, a alienação do trabalho é a categoria que, na concepção de Mészáros, permeará os escritos de Marx, da juventude à maturidade.

Por isso, sobre esse tema, nesse livro, Mészáros (2006) explica:

Ao discutir a teoria da alienação de Marx, o centro da análise deve ser, desnecessário dizer, os *Manuscritos econômico-filosóficos*. Desse modo, a parte principal do presente estudo é dedicada ao exame detalhado dos vários aspectos da teoria da alienação de Marx, tal como aparecem nos *Manuscritos de Paris* (MÉSZÁROS, 2006, p. 26).

E Mészáros (2006) alerta, na sequência, que:

[...] a estrutura da interpretação e da avaliação desses manuscritos é a totalidade da obra de Marx, sem o que as descrições de sua primeira síntese não podem passar de uma caricatura, por mais que não se pretenda isso [...] **atribuir o conceito de alienação exclusivamente ao período de juventude é falsificar grosseiramente o 'Marx maduro'** [...] (MÉSZÁROS, 2006, p. 26, grifo nosso).

Está, assim, demonstrado o entendimento de Mészáros sobre o conceito de alienação em Marx em seu caráter geral. Este situa-se, para Mészáros, no universo categorial marxiano, não havendo abandono do conceito. Ao contrário, como o autor húngaro alerta, considerar isso seria uma falsificação dos escritos de Marx.

No item 3 do capítulo II da referida obra, Mészáros escreve sobre o “encontro de Marx com a economia política”. Partindo da consideração de que os *Manuscritos* de Marx são “[...] obra de um gênio [...]” (MÉSZÁROS, 2006, p. 76), o autor húngaro afirma que Engels, em texto escrito entre dezembro de 1843 e janeiro de 1844, influenciou e estimulou a busca de Marx sobre a economia política. Trata-se do *Esboço de uma crítica da economia política*, do jovem Engels. Foi a partir dessa obra que Marx “[...] intensificou os estudos dos clássicos da economia política [...]” (MÉSZÁROS, 2006, p. 77). Para Mészáros, os *Manuscritos* são a síntese da intensificação dos estudos de Marx sobre a economia política.

Os *Manuscritos* são, portanto, o “[...] resultado do estudo intensivo da economia política por Marx [...]” (MÉSZÁROS, 2006, p. 77). Todo esse empenho descrito por Mészáros fez com que Marx tivesse uma apreensão “[...] **detalhada da natureza e do funcionamento da forma capitalista de atividade produtiva** [...]” (MÉSZÁROS, 2006, p. 79, grifo nosso). Por essa razão, na concepção de Mészáros (2006), os *Manuscritos* de Marx representam um salto qualitativo na compreensão do autor alemão:

Antes dos *Manuscritos de 1844* o fator econômico só surgia como um aspecto vagamente definido das relações sociopolíticas. Mesmo o autor dos artigos *A questão judaica* e da *Crítica a filosofia do direito de Hegel* não percebia a importância ontológica fundamental da esfera da produção, que apareceria, em seus escritos na forma de referências bastante genéricas às ‘necessidades’ (*Bedürfnisse*) em geral. Consequentemente, Marx era incapaz de apreender de maneira ampla a complexa hierarquia dos vários tipos e formas de atividade humana: suas *inter-relações* recíprocas em um todo *estruturado*. **Tudo isso é bastante diferente nos *Manuscritos de 1844*** [...] (MÉSZÁROS, 2006, p. 79, grifo nosso).

Os *Manuscritos*, assim, são uma poderosa síntese de Marx, para Mészáros, o que possibilita a compreensão do sistema do capital a partir da economia política. É

assim, e com esse fundamento, que Mészáros escreve: “a atividade produtiva é então a fonte da consciência, e a ‘consciência alienada’ é o reflexo da atividade alienada ou da alienação da atividade, isto é, da autoalienação do trabalho [...]” (MÉSZÁROS, 2006, p. 80).

É por isso que, para o autor húngaro: “uma negação adequada da alienação é, portanto, inseparável da negação radical das mediações capitalistas de segunda ordem [...]” (MÉSZÁROS, 2006, p. 82). Ou seja, negar a alienação é negar a sociedade do capital. A superação da primeira é condição para a superação da segunda. Tem-se, assim, a chave explicativa da compreensão de base material do sistema do capital fundada no trabalho alienado. Cabe destacar, conforme se demonstrou ao longo desta tese, que as mediações de segunda ordem do capital só ocorrem plenamente desenvolvidos a partir da crise estrutural, na segunda metade do século XX.

Portanto, a contribuição de Marx, para Mészáros (2006), foi:

[...] cortar o nó górdio dessas séries mistificadamente complexas de mediações, afirmando a validade absoluta da mediação de primeira ordem, ontologicamente fundamental [...], contra a sua alienação na forma de **divisão do trabalho – propriedade privada e intercâmbio** capitalistas. Essa grande descoberta teórica abriu caminho para uma ‘desmistificação científica’, bem como para uma negação real, prática, do modo de produção capitalista (MÉSZÁROS, 2006, p. 82, grifos do autor).

Os *Manuscritos*, de 1844, portanto, representam uma importante contribuição de Marx, uma “grande realização histórica”, para a compreensão e negação do modo de produção capitalista.

Já na parte em que Mészáros discorre sobre os “aspectos da alienação”, apresenta, no capítulo IV da obra, o debate sobre os “aspectos econômicos”. No primeiro item, o autor húngaro escreve sobre a “crítica da economia política de Marx”. Tudo isso, está fundamentado, como se observou, nos *Manuscritos*, de 1844.

Como se tem observado neste trabalho, “o espírito da obra de Marx”, para Mészáros, caracteriza-se por dois elementos centrais: i) o ponto de vista adotado pelo autor alemão sob a perspectiva da classe trabalhadora; e ii) a necessidade de superação das relações capitalistas, portanto, do trabalho alienado, para uma nova forma histórica. Isso se torna cada vez mais exemplificado nos escritos de Mészáros.

Não por acaso, ao tratar da “crítica da economia política de Marx”, Mészáros (2006) inicia da seguinte forma:

O caráter geral de uma obra é determinado pelo ponto de vista de seu autor. É importante perguntar, portanto, qual é o ponto de vista de Marx quando ele analisa os vários aspectos da alienação [...] A questão do ponto de vista do filósofo com relação à alienação é idêntica, em última análise, à questão de sua atitude ante a *superação* (*Aufhebung*) da alienação [...] (MÉSZÁROS, 2006, p. 115).

Mészáros explica que Marx se opõe ao ponto de vista da economia política, pois esta impossibilita “[...] vislumbrar a superação da alienação [...]” (MÉSZÁROS, 2006, p. 116). O ponto de vista, portanto, está intimamente ligado à perspectiva revolucionária.

Com esse fundamento, Mészáros apresenta a seguinte consideração: “Marx opõe à abordagem do economista político, que tem em seu ponto de partida a estrutura lógica de uma *petitio principii*, um método de proceder ‘a partir de um fato **real**’” (MÉSZÁROS, 2006, p. 117). Com isso, o autor húngaro retoma uma citação de Marx dos *Manuscritos* para demonstrar qual fato serve de ponto de partida para a economia política: “o trabalho não produz somente mercadorias; *ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma **mercadoria***, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral” (MARX apud MÉSZÁROS, 2006, p. 117, grifo do autor).

Com base nesse ponto de partida da economia política e, também, na concepção do autor húngaro acerca de Marx, Mészáros (2006, p. 117, grifo nosso) considera: “essa observação sobre o trabalho que se produz a si mesmo e produz o trabalhador como uma mercadoria é **da maior importância para o entendimento da posição de Marx sobre a questão da superação**”.

Desse modo, a mesma base que fundamenta a economia política serve de fundamento para Marx, mas com o desdobramento em sentido oposto àquela. Em outras palavras, partindo da mesma base, Marx chega a conclusão diferente. Enquanto aquela, sob o ponto de vista do capital, naturaliza essa relação social, Marx, ao contrário, vê nisso o fundamento para a construção de uma alternativa radicalmente oposta e, portanto, de transição para uma nova forma histórica. Tem-se, dessa forma, a análise de Mészáros de que há um par categorial indissociável em Marx: a alienação e o trabalhador e trabalho como mercadoria. Essa constatação é de fundamental importância nesta tese. A superação desse modo de produzir a vida é, para Mészáros (2006), o elemento central da crítica da economia política de Marx:

Como a base mesma da existência humana e de todos os atributos humanos é a atividade produtiva dotada de propósito, que tem, como já vimos, uma prioridade relativa sobre o conceito de homem, se não pudermos apresentar o trabalho num marco histórico, mostrando o processo efetivo pelo qual a atividade produtiva dotada de propósito **se torna trabalho assalariado (ou ‘trabalho alienado’)**, não teremos nenhum fundamento para vislumbrar uma superação (MÉSZÁROS, 2006, p. 117, grifo nosso).

Mészáros demarca a historicidade do capital como trabalho assalariado e estabelece como sinônimo disso o trabalho alienado, que tem sua base no trabalhador e no trabalho como mercadorias. Portanto, para Mészáros, trabalho assalariado é igual a trabalho alienado, ambos fundamentados no trabalhador e no trabalho como mercadoria. Apontar isso é necessário, para o autor húngaro, a fim de se “vislumbrar uma superação”.

Duas coisas são interessantes sobre a concepção de Mészáros nesse conteúdo apresentado. Primeiramente os *Manuscritos*, de 1844, são expressão da intensificação dos estudos de Marx acerca da economia política. Em segundo lugar, Marx parte do mesmo patamar da economia política, mas se opõe ao seu desdobramento. Ou seja, enquanto os economistas políticos consideravam o trabalho como mercadoria e naturalizavam isso, Marx, além do trabalho, considerava, determinadamente nos *Manuscritos*, o trabalhador como mercadoria e via nisso a necessidade de superação dessa sociedade.

Isto precisa ser demarcado: Marx, no período dos *Manuscritos*, de acordo com Mészáros, postulava que o trabalhador e o trabalho eram considerados mercadoria. Seria essa, também, a posição comum dos economistas políticos? Ou, para eles, apenas o trabalho seria uma mercadoria? Demonstrar-se-á essa questão na sequência deste estudo. Os desdobramentos disso serão enormes.

Mészáros permanece preso a esse entendimento ao longo de todos os anos de suas pesquisas e elaborações, ou seja, a concepção de Marx dos *Manuscritos*, de 1844, exerce papel fulcral na totalidade de seus escritos. Ver-se-á, a partir do próximo item, os problemas relacionados a essa concepção, tanto de Marx nos *Manuscritos* como, e especialmente, de Mészáros em seu universo categorial.

Outro aspecto fundamental é a relação de igualação que Mészáros realiza com as categorias “trabalho assalariado” e “trabalho alienado”, tal como já mencionado. Para Mészáros, quando Marx assume a concepção de trabalho assalariado, este situa o trabalho em sua forma histórica capitalista. O que de fato é verdade. Contudo, o “trabalho assalariado”, a partir dos pressupostos do autor húngaro, é o mesmo que

“trabalho alienado”, aquele que tem como fundamento o trabalhador e o trabalho como mercadoria.

Verificou-se nesta tese que, de acordo com *O capital*, de Marx, o trabalho assalariado tem como conteúdo a lei do valor. O salário representa o valor da força de trabalho, única propriedade do trabalhador, que é vendida ao capitalista. Dessa forma, trabalho assalariado não se identifica e nem tem como base o “trabalho alienado”, e sim a força de trabalho alienada, ou seja, a força de trabalho apartada, vendida pelo trabalhador. Trata-se, portanto, não de uma leitura de Mészáros, mas de um grave equívoco. Isso será aprofundado nesta tese, cabendo aqui apenas essa observação.

Considerando que Marx mantém essa posição dos *Manuscritos*, Mészáros afirma ser esse tema um dos elementos que constituem as “continuidades” de Marx, da juventude à maturidade. Como já se observou aqui, o autor húngaro se posiciona criticamente com relação às divisões feitas por muitos pesquisadores entre o “jovem Marx” e o “velho Marx”. Assim, na sequência de sua construção teórica, logo após as afirmações que já se mencionaram, Mészáros aponta que “[...] Marx formula esse ponto muito claramente em *O capital* [...]” (MÉSZÁROS, 2006, p. 117). Trata-se do ponto de relacionar o “trabalho assalariado” com o “trabalho alienado”, situando historicamente e alertando para os riscos da naturalização dessas relações sociais, das quais os economistas políticos são as maiores expressões. Segundo Mészáros (2006):

É evidente que o capital pressupõe o trabalho como trabalho assalariado. Mas também é claro que, se o trabalho como trabalho assalariado é tomado como ponto de partida, de modo que a identidade do trabalho em geral com o trabalho assalariado pareça ser um truísmo, então o capital e a terra monopolizada também devem aparecer como a forma natural das condições de trabalho em relação ao trabalho em geral. O capital e os meios de produção produzidos se tornam assim termos idênticos. [...] O trabalho como tal, em sua simples qualidade de atividade produtiva segundo uma finalidade, relaciona-se com os meios de produção, não em sua forma social determinada, mas antes em substância concreta, como material e meio de trabalho [...] (MARX apud MÉSZÁROS, 2006, p. 117).

Neste ponto desta tese, é desnecessário contextualizar a citação de Marx feita por Mészáros. Em todas as vezes que Mészáros referencia Marx d’*O capital*, a citação está fora de contexto e serve, tão somente, para uma adequação dos escritos de Marx ao universo categorial de Mészáros. Não há, na citação de Marx feita por Mészáros, absolutamente nenhum elemento que justifique a relação de igualação entre “trabalho

assalariado” e “trabalho alienado”. No entanto, é válido ressaltar o que já se apontou anteriormente: Mészáros não compreende nenhuma alteração categorial de Marx dos *Manuscritos* ao *Capital*. Ao contrário, a alienação, por exemplo, é categoria central, para Mészáros, nos escritos de Marx.

Isso posto, Mészáros (2006) reafirma a diferença que compreende em Marx com relação à economia política:

Como vemos, o conceito de Marx de “trabalho alienado” (ou trabalho assalariado) é inseparável de sua ideia de que a *forma social determinada* da atividade produtiva que obtém o ‘**crecente valor** do mundo das coisas’ ao preço da ‘**desvalorização** do mundo dos homens’ é passível de ser superada. O interesse de Marx pelos problemas da economia política está diretamente relacionado com esta questão da superação [...] (MÉSZÁROS, 2006, p. 117-118, grifos do autor).

Resumindo: Mészáros parte da compreensão de que há continuidades entre os escritos do “jovem Marx” e “velho Marx” no que diz respeito à sua compreensão de alienação. Esta compreensão de Marx nos *Manuscritos* está fundada sob a concepção de trabalho e trabalhador como mercadoria, tal como a leitura de Mészáros dos *Manuscritos*, de 1844. A diferença que marca Marx em relação aos economistas políticos se refere à sua constante busca e comprovação da necessidade de superação dessa relação social, ao contrário daqueles que a naturalizavam.

É com esses fundamentos que o autor húngaro, no capítulo VIII de sua obra, disserta acerca da “controvérsia sobre Marx”. Após longo caminho de exposição, no qual se ressaltaram os seus fundamentos nesta tese, Mészáros apresentará a substância de sua compreensão crítica sobre os autores que postulam um “jovem Marx versus velho Marx”.

O autor húngaro apresentará, nessa parte de seu texto, algumas citações de textos escritos por Marx, buscando, a seu modo, tentar demonstrar como a categoria alienação está presente na totalidade dos escritos de Marx. Acompanhe-se a seguir como Mészáros manifesta esse movimento.

O autor húngaro afirma que, considerando os limites de páginas necessários para a escrita do capítulo, ater-se-á a elencar “[...] alguns pontos característicos que contribuem para esclarecer certas questões de importância [...]” (MÉSZÁROS 2006, p. 197). E apresenta que “uma das questões mais controversas é: que lugar deve ser atribuído às primeiras obras de Marx no seu sistema como um todo?” (MÉSZÁROS, 2006, p. 197). Mészáros (2006) Encaminha sua resposta da seguinte maneira:

Desde a publicação dos *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844, muitos filósofos sustentaram que o jovem Marx deveria ser tratado separadamente, porque há uma *ruptura* entre o pensador que trata dos problemas da alienação e o “Marx maduro”, que aspira a um socialismo científico. E, o que é estranho, os partidários dessa visão pertenciam a campos politicamente opostos. Suas dissensões se limitavam ao seguinte: enquanto um campo idealizava o jovem Marx e opunha seus primeiros manuscritos às obras posteriores, o outro só aceitava estas últimas, rejeitando como idealistas os seus primeiros escritos (MÉSZÁROS, 2006, p. 197).

Aqui cabe uma importante observação. Mészáros refuta os que confrontam os escritos entre o “jovem Marx” e “velho Marx”. Mas faz isso a partir do seguinte conteúdo: o “jovem Marx” como idealista e o “velho Marx” como materialista. Todavia, há algo que o autor húngaro desconsidera. Esse fato se insere na concepção dos escritos de Marx, dos *Manuscritos* ao *Capital*, como representações teóricas materialistas, mas com uma fundamental alteração em função dos patamares de compreensão de Marx, significativamente mais desenvolvidos n’*O Capital* em relação aos *Manuscritos*, quando de sua primeira aproximação com a economia política.

Os interlocutores escolhidos por Mészáros para seu debate crítico sobre o tema não são aqueles relacionados ao último exemplo que citamos, mas aos primeiros. Observa-se que em nenhum momento a “ruptura” entre o Marx dos *Manuscritos* e o Marx d’*O capital* tem a pedra angular na compreensão do aprofundamento dos estudos de Marx, fundados na mesma base materialista, mas que, em sua maturidade, produziram superações e rupturas em relação a suas compreensões da juventude. O trabalho alienado, por exemplo, teria, de fato, continuado nos escritos maduros de Marx? Como se apontou nesta tese, para Mészáros, sim. Perseguir-se-á essa questão nos itens que seguem neste estudo, baseando-se nos próprios escritos do autor alemão para confrontar o posicionamento de Mészáros.

Para Mészáros, os pesquisadores que se posicionam como favoráveis a estas “rupturas”, tal como se apresentou na citação desse autor, e à oposição entre idealista e materialista são “não dialéticos”, e suas interpretações são altamente enganosas. Ressalta-se isso considerando os seus interlocutores que excluem, como se apontou, algo que é basilar para este pesquisador: o avanço dos estudos de Marx ao longo de sua vida.

Mészáros (2006) segue, em um sistema de perguntas e respostas, dialogando com seus interlocutores que opunham Marx da juventude ao Marx da maturidade, considerando o conteúdo exposto:

É verdade, como se afirma frequentemente, que a noção de alienação ‘desaparece’ dos escritos posteriores de Marx, e mesmo que ele a trata com ironia, desligando-se com isso de seu próprio passado filosófico? Duas referências são mencionadas habitualmente em apoio dessa tese: uma extraída de *A ideologia alemã* e a outra do *Manifesto Comunista*. A questão é: **foram as passagens em questão corretamente interpretadas?** (MÉSZÁROS, 2006, p. 198, grifos nossos).

Mészáros apresenta as citações e rejeita, ao considerar o contexto em que estas estão inseridas, a compreensão de que seriam formas de Marx se contrapor aos seus escritos anteriores, concernentes ao debate entre idealismo e materialismo. O contrário disso, para o autor húngaro, é verdade. A alienação, para esse autor, mantém-se em forma e conteúdo nesses e em diversos outros textos de Marx, posteriores a 1844. Mészáros (2006) explica:

Marx deixou claro, mais de uma vez, em seus *Manuscritos econômico-filosóficos*, que toma como ponto de partida a linguagem da economia política a fim de resgatar suas contribuições, que permaneciam ocultas aos próprios economistas políticos, bem como para criticá-los em seus próprios termos. Ele adotou exatamente a mesma atitude em relação à filosofia idealista. É por isso que jamais poderia ‘abandonar’ o conceito de alienação: isso equivaleria a privar-se de uma conquista *real* (isto é, o ‘núcleo racional’ da filosofia hegeliana) *não obstante* sua formulação mistificadora (MÉSZÁROS, 2006, p. 198-199).

A alienação é, para Mészáros, como se tem descrito nesta tese, categoria fundamental de seus escritos e a base sobre a qual se fundam, também, os escritos de Marx. A distinção entre ambas, como se sabe, diz respeito aos pressupostos de Mészáros de que o movimento do capital ao longo dos anos passou por duas fases: a fase de ascensão, vivenciada e analisada por Marx; e a fase de consolidação, vivenciada e analisada por Mészáros. A própria categoria “alienação”, portanto, aprofunda-se nas entranhas do sistema do capital, da fase incipiente à fase plenamente desenvolvida. É a categoria fundante do sistema do capital: o trabalho alienado.

Mészáros (2006) segue, questionando e apresentando sua concepção:

Porém, e o conceito de alienação nas obras de Marx que se seguiram aos *Manuscritos de 1844*? Por que ele ‘abandonou’ esse conceito (ou por que abandonou a ‘palavra’, como dizem outros), se permaneceu fiel ao seu programa de transcender a alienação? **A resposta simples é que ele não abandonou a palavra e muito menos o conceito.** Na verdade, há amplas evidências que mostram que Marx continuou usando a palavra ‘alienação’ até o fim de sua vida. Tão amplas são as evidências que, mesmo se nos limitarmos à palavra *Entfremdung*, tomada – como nos *Manuscritos de Paris* – com suas formas predicativas (isto é, deixando de lado *Entausserung* e *Verausserung*, *Fetischismus* etc.), disporemos de pouco espaço para fazer uma seleção das expressões nas quais aparece a palavra em questão. Para uma reprodução *completa* de todas as passagens relevantes contendo também os outros termos intimamente relacionados, seríamos obrigados a multiplicar várias vezes o tamanho deste capítulo [...] (MÉSZÁROS, 2006, p. 201).

A partir disso, o autor húngaro cita algumas passagens que considera serem centrais e exemplificações de suas ponderações. Em ordem cronológica, faz citações que vão de *A sagrada família*, *A ideologia alemã*, *Manifesto Comunista*, *Trabalho assalariado e capital*, *Esboço de uma crítica da economia política*, *teorias da mais-valia* até a obra máxima de Marx, *O capital*. Em todas as citações, Mézszáros (2006) elenca os momentos-chaves em que Marx utiliza a palavra e conceito “alienação”, na tentativa de defender sua tese, a de que “[...] não só como estão errados os que afirmam ter a ‘alienação’ desaparecido das obras posteriores de Marx, mas também que sua abordagem aos problemas em questão é essencialmente a mesma dos *Manuscritos de 1844*” (MÉSZÁROS, 2006, p. 203-204).

Além disso, após exemplificar as citações de Marx, nesse mapeamento das obras que se apontou, Mézszáros (2006) declara:

[...] o conceito de alienação é um pilar de importância fundamental para o sistema marxiano como um todo, e não apenas um tijolo dele. Abandoná-lo, ou traduzi-lo unilateralmente, equivaleria, portanto, a nada menos do que a demolição total do próprio edifício, e quem sabe a reconstrução de apenas uma chaminé [...] (MÉSZÁROS, 2006, p. 207).

Poder-se-ia apresentar e observar como o autor húngaro elenca as citações retiradas da obra *O capital* para validar sua tese de “continuidade” da palavra e conceito “alienação” em Marx. Contudo, o que interessa aqui não são especificamente as passagens citadas por Mézszáros, mas seu conteúdo. Em outras palavras, de fato Marx segue utilizando a palavra “alienação” em sua obra *O capital*, como se demonstrou na exposição feita no capítulo anterior desta tese, mas teria esta o mesmo conteúdo da dos *Manuscritos de 1844*? No contexto e conteúdo d’*O capital*, de Marx, não. A alienação, como se apresentou neste trabalho, não aparece como categoria,

mas somente como palavra, sinônimo de “apartar”, “separar” etc. Aliás, parece estranho considerar que uma categoria, formas de ser do capital, possa ser retirada a partir de rascunhos de 1844. Além disso, teria Marx dado continuidade ao trabalho alienado como categoria explicativa da base material para a compreensão da sociedade do capital? Há uma diferença de compreensão do trabalho e trabalhador como mercadoria nos *Manuscritos* para força de trabalho como mercadoria n’*O capital*. Isso em nada alteraria o processo explicativo da sociedade do capital?

Já se tem os elementos centrais de Marx que são expressos em sua obra máxima, *O capital*. O leitor atento já conseguiu perceber uma importante diferença entre o que Marx apresenta n’*O capital*, a força de trabalho como mercadoria, e o que Mézáros apresenta dos *Manuscritos, de Marx*, o trabalho e o trabalhador como mercadoria. Antes de aprofundar essa questão, adentrar-se-á os *Manuscritos*, de Marx, para retirar dele suas peças centrais, perseguindo seu fio condutor e o alicerce sobre o qual se ergue a categoria de trabalho alienado, fundado na compreensão de trabalho e trabalhador como mercadoria.

5.3 MÉSZÁROS E OS MANUSCRITOS ECONÔMICO-FILOSÓFICOS, DE MARX

Escritos por Marx em Paris, no ano de 1844, os chamados *Manuscritos econômico-filosóficos* não foram publicados por Marx em vida. Isso porque os excertos não foram elaborados visando à sua publicação, mas como parte dos estudos sistematizados e iniciais, primeiras aproximações, de Marx acerca da economia política.

José Paulo Netto (2020), em publicação de uma importante obra acerca da trajetória teórico-política de Marx, ressalta informações cruciais, destacando que:

Em 1859, Marx diz expressamente que ‘havia começado o estudo [da economia política] em Paris’ (MARX, 2008, p. 47). E Engels, no seu prefácio ao Livro II (1885) de *O capital*, escreveu que o companheiro ‘começou seus estudos econômicos em Paris, em 1843’ (1970, p.7). **Aliás, Engels, em carta de 28 de setembro de 1892 a Mehring, anotou que, ao iniciar tais estudos, Marx ‘não sabia absolutamente nada’ de economia** (MEW, 1968, v.38, p.481) (NETTO, 2020, p. 549, grifo nosso).

Uma informação, secundária, diz respeito ao fato de os escritos que compunham os *Manuscritos de 1844* terem sido encontrados no sótão da casa de

Marx e não estavam sequer guardados em sua biblioteca (MUSTO, 2018). Para Musto (2018), citando Paul Lafargue:

Marx, que jamais publicou ‘nada que não tivesse reelaborado várias vezes, até encontrar a forma adequada’, e que afirmou que ‘preferiria queimar seus manuscritos a publicá-los incompletos’, decerto teria ficado muito surpreso e abalado com a divulgação deles (MUSTO, 2018, p. 23).

A publicação do longo trabalho de organização dos esboços de Marx foi realizada na União Soviética em 1932 e marcou uma guinada nos estudos marxistas de inúmeros autores. Dentre esses, pode-se citar Lukács e Mészáros.

Lukács apud Jinkings (2004), em entrevista concedida em 1968, afirmou que:

Quando estive em Moscou, em 1930, Riazanov me mostrou os textos escritos por Marx em Paris, em 1844. Vocês nem podem imaginar minha excitação, **a leitura desses manuscritos mudou toda a minha relação com o marxismo e transformou minha perspectiva filosófica [...]** (LUKÁCS apud JINKINGS, 2004, grifo nosso)⁵⁴.

Mészáros, como se observou nesta tese, mesmo considerando *O Capital* e *Grundrisse* como as “obras mais importantes de Marx” (MÉSZÁROS, 2011, p. 54), afirma que “todo o projeto surgiu a partir da análise da crítica da alienação de Marx” (MÉSZÁROS, 2011, p. 44). Em sua obra *A teoria da alienação em Marx*, o autor húngaro reivindica a categoria “Alienação dos *Manuscritos econômicos-filosóficos de 1844* de Marx” compreendendo-a como pedra angular da concepção marxiana. Para Mészáros (2006):

[...] não só não é verdade que, quando começou a se interessar pelos problemas da economia política, Marx deu as costas para o conceito de alienação: exatamente o contrário disso é verdade. Com efeito, **assim que percebeu que a alienação econômica era o elo comum de todas as formas de alienação e desumanização, tornou-se impossível para ele não adotar o conceito de alienação – esse denominador comum estrutural – como centro de referência de toda a sua concepção** (MÉSZÁROS, 2006, p. 217, grifo do autor).

Além disso, Mészáros (2011) afirma que:

[...] **todo o projeto surgiu a partir da análise da crítica da alienação de Marx**, em relação à afirmação feita tanto no Oriente como no Ocidente (e no Ocidente, especialmente nos Estados Unidos, por pessoas como Daniel Bell)

⁵⁴ Escrito em “Nota à edição”, na obra *Manuscritos econômico-filosóficos*, publicada pela Boitempo em 2010.

de que a preocupação de Marx com a emancipação da regra do capital pertencia ao século XIX, pois não apenas as classes e os antagonismos de classe, mas todos os aspectos da alienação haviam sido irreversivelmente superados com sucesso (MÉSZÁROS, 2011, p. 44, grifo nosso).

Mas isso, apenas na seguinte direção, tal como Mézáros (2011) completa:

Tendo sentido diretamente o regime stalinista e a sangrenta repressão do levante de 1956 na Hungria pelo Exército Vermelho (aplaudida, para sua vergonha indelével, pelos partidos comunistas do Ocidente), para mim ficou muito claro que não apenas **o proclamado fim da alienação no Leste era um conto de fadas, mas também que o sistema soviético existente absolutamente nada tinha em comum com o socialismo** (MÉSZÁROS, 2011, p. 44, grifo nosso).

Para o autor húngaro, a alienação não teve fim com o sistema soviético. Isso, na sua concepção, em função de esse sistema ter superado o capitalismo, mas não o capital, que se funda sobre o trabalho alienado⁵⁵.

Observou-se, nesta tese, o contundente conjunto de críticas destinadas a Lukács que Mézáros elaborou. É interessante destacar o peso que *Manuscritos*, de Marx, possui na trajetória desses autores.

Cabe agora retomar os *Manuscritos de 1844* a fim de buscar a base fundante do universo categorial de Mézáros, em especial sua percepção de base material, que tem no trabalho alienado o seu fundamento. Dessa forma, para Mézáros, *a transcendência da autoalienação do trabalho* é o centro da ruptura para uma nova forma histórica. Nesse terreno, há, no campo do marxismo, uma profunda discussão que apresenta divergências com relação à melhor tradução que possa exprimir o que Marx propunha quando utilizou os conceitos *Entäusserung* e *Entfremdung*⁵⁶ nos *Manuscritos*.

No que concerne a essa discussão, de acordo com a apresentação à edição dos *Manuscritos* publicada pela Boitempo em 2010, versão utilizada no presente estudo, escrita por Jesus Ranieri, lê-se:

⁵⁵ Nesta tese, não se tem a pretensão de – e muito menos espaço para – entrar nesse debate, que, sem dúvida, é importante e necessita de pesquisas para aprofundar tal discussão.

⁵⁶ Alguns autores têm manifestado suas posições nesse debate, expressando suas divergências sobre a melhor tradução que possa exprimir o verdadeiro significado que Marx teria dado nos *Manuscritos* ao utilizar os termos *Entäusserung* e *Entfremdung*. Longe de adentrar nessa seara, indicam-se alguns textos que possam contribuir com o debate: vide GORENDER, Jacob. Apresentação. In: MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, v. 1, t. 1, 1983; LESSA, Sergio. *Mundo dos homens*. Trabalho e ser social. São Paulo: Boitempo, 2002; MCLELLAN, David. *Karl Marx*. Vida e pensamento. Petrópolis: Vozes, 1990; e RANIERI, Jesus. *A câmara escura*. Alienação e estranhamento em Marx. São Paulo: Boitempo, 2001.

Em primeiro lugar, é preciso destacar a distinção sugerida, nesta tradução, entre alienação (*Entäusserung*) e estranhamento (*Entfremdung*), pois são termos que ocupam lugares distintos no sistema de Marx. É muito comum compreender-se por *alienação* um estado marcado pela negatividade, situação essa que só poderia ser corrigida pela oposição de um estado determinado pela positividade emancipadora, cuja dimensão seria, por sua vez, completamente compreendida a partir da supressão do estágio alienado, esse sim aglutinador tanto de *Entäusserung* quanto de *Entfremdung*. No capitalismo, os dois conceitos estariam identificados com formas de apropriação do excedente de trabalho e, conseqüentemente, com a desigualdade social, que aparece também nas manifestações tanto materiais quanto espirituais da vida do ser humano. Assim, a categoria alienação cumpriria satisfatoriamente o papel de categoria universal que serve de instrumento para a crítica de conjunto do sistema capitalista (MARX, 2010, p. 15).

Dessa forma, por considerar que, como na própria concepção do tradutor, *Entäusserung* e *Entfremdung* podem ser compreendidos como sinônimos quando “estágio alienado” é considerado como aquela fase negativa que só pode ser alterada no processo de emancipação, adotar-se-á, no sentido de negatividade, trabalho alienado e estranhado, e alienação e estranhamento como sinônimos que caracterizam o que Marx consideraria na centralidade de suas anotações nos *Manuscritos econômico-filosóficos* como uma das características centrais da base material capitalista.

Além disso, e o mais importante, Mészáros apresenta sua compreensão de alienação respaldada nos *Manuscritos* e sem nenhuma alteração qualitativa se comparada a *O Capital*, de Marx. O autor húngaro compreende da mesma forma o conceito de alienação em Marx da juventude à maturidade. Seria um traço de um dos elementos que caracterizam o método de Mészáros: a análise das continuidades nos escritos dos autores estudados por ele.

Mais do que o termo, o que importa neste trabalho é compreender o conteúdo que está contido nessa palavra-chave nos *Manuscritos*, de Marx, e que será apropriado de maneira basilar por Mészáros.

5.4 PARA AQUÉM DOS MANUSCRITOS ECONÔMICO-FILOSÓFICOS?

De acordo com o autor húngaro, a base material do sistema do capital do século XIX se mantém no século XX. Ou seja, o trabalho alienado. O que se altera, na perspectiva de Mészáros, é que a consolidação do capital abre uma nova e última

fase do sistema do capital plenamente desenvolvido, situando o trabalho alienado em seus níveis destrutivos. Essa seria uma justificativa para considerar que Marx é o autor síntese, da perspectiva do trabalho, que vivencia e escreve sobre uma fase prematura do capital. Em outras palavras, sobre uma fase inicial do capital em processo de ascensão. Já com a consolidação do capital, que tem como característica fundamental a crise estrutural, com início na década de 70 do século XX, trata-se da manifestação de uma alteração histórica fundamental.

De fato, o peso que os *Manuscritos econômicos-filosóficos* tiveram sobre a formação do universo categorial de Lukács e de Mészáros é inegável e foi manifestado pelos próprios autores, mesmo havendo distinções centrais entre eles. A contundente crítica feita por Mészáros a Lukács expressa isso.

Como Mészáros se propõe ir, entre outros fatores, “para além” de Marx, mas também para além de Lukács, situa o desenvolvimento e a consolidação do capital sob o trabalho alienado, desembocando na crise estrutural como forma de superar Marx; e a demarcação de ir a base material do trabalho alienado para a crítica a sociedade capitalista e pós-capitalista de produção de capital de tipo soviético como forma de se contrapor a Lukács, que teria ficado no trabalho em sentido geral.

No universo categorial de Mészáros, o segredo de toda sua compreensão, a partir do trabalho alienado, está no surgimento da mercadoria e, portanto, do valor de troca. Valor de troca e mercadoria estão, para Mészáros, em grau de igualação. Além disso, como mercadoria é a expressão do valor de troca, o valor de troca é a expressão da riqueza, e esta, a expressão do capital.

A produção e o acúmulo de valor de troca seriam, sob essa lógica de Mészáros, o mesmo que capital e acúmulo de capital. Há, portanto, uma relação de igualação entre mercadoria, valor de troca, riqueza e capital, patamar muito similar ao alcançado por Marx nos *Manuscritos*. Segue-se agora, partindo da seguinte questão: em que medida esse entendimento que Mészáros tem de base material, permite decifrar, efetivamente, a base material do sistema do capital plenamente desenvolvido? Tal questionamento serve, também, para Marx dos *Manuscritos*. Observe-se mais de perto como se efetiva a compreensão da base material explicada por Marx nos *Manuscritos*, para então se fazerem as devidas relações com o universo categorial de Mészáros.

Como se sabe, os *Manuscritos de 1844* não receberam uma versão acabada por Marx, o que confere seu caráter complexo, para além do conteúdo, na forma de

exposição. Ora, por não receber um método de exposição específico, o trabalho das traduções teve sérias dificuldades em compilar e relacionar os esboços de Marx. Por se tratar de anotações das pesquisas de Marx e de suas primeiras aproximações com a economia política, por meio de estudos sérios e comprometidos com a busca pela apreensão da sociedade do capital, esse texto é marcado por um caráter superficial, frente a complexa relação social do capital. Contudo, em processo de rompimento com o hegelianismo, Marx persegue o movimento da propriedade privada.

Um dos pontos centrais dos *Manuscritos* de Marx, cujas alterações qualitativas em seu patamar teórico-político sobre a sociedade do capital certamente *O capital* evidenciará, relaciona-se com sua compreensão acerca do trabalhador como mercadoria. Esse é o ponto fulcral dos *Manuscritos*. Todavia, como apontado por Mészáros, no texto de 1844 Marx considerava não apenas o trabalhador, mas o próprio trabalho como mercadoria. Isso expressa uma determinante contradição na compreensão de Marx, haja vista que há uma diferença crucial em se caracterizar o trabalhador como mercadoria e o trabalho como mercadoria.

Tal insuficiência de Marx em 1844 é a seguinte: ao considerar o trabalhador uma mercadoria, isso significa que o trabalhador se vende, por inteiro, para aquele que será seu proprietário. É, portanto, um sujeito aprisionado, não livre. Se se considerar que é o trabalho que é uma mercadoria, o pressuposto é outro. O trabalhador seria, dessa forma, livre, recebendo apenas pelo fruto de seu trabalho.

Munido dos conteúdos estudados até 1844, Marx incorreu no sério equívoco de considerar, centralmente, o trabalhador como mercadoria, e transitar, em alguns momentos secundários, para a compreensão de trabalho como mercadoria. Isso interditou, nos *Manuscritos*, qualquer possibilidade de compreensão do que é capital, haja vista que, para isso acontecer, há uma dependência do entendimento de valor, mais-valia e força de trabalho como mercadoria, elementos que não eram compreendidos por Marx nos *Manuscritos* e, como já se observou nesta tese, em *O capital* essas categorias são fundamentais no processo explicativo da relação capital. Parte-se, portanto, da compreensão de que os *Manuscritos* foram o ponto de partida da trajetória de estudos de Marx sobre a economia política, mas jamais seu ponto de chegada. Contudo, o ponto de partida de Marx tornou-se o ponto de chegada do fundamento do universo categorial de Mészáros. Acompanhe-se os desdobramentos disso a seguir.

Ainda sobre os *Manuscritos*, outra característica central do texto diz respeito ao início de toda construção teórica de Marx. O autor alemão utiliza, como ponto de partida, a discussão sobre o salário. N' *O capital*, o salário só será explicado na seção VI, a penúltima do Livro I. Ou seja, só após percorrer um longo e necessário percurso, que vai da mercadoria ao capital, da transformação de dinheiro em capital, além de tratar do trabalho necessário e excedente, da mais-valia absoluta e relativa, entre outros temas, é que Marx explicitará a constituição do que vem a ser o salário. Algo inconcebível nos *Manuscritos*. Não por acaso, Marx começa, nesse texto, pelo salário, por ser essa a expressão mais aparente do processo de exploração capitalista. Mas, sem a base teórica d' *O capital*, sua discussão fica inteiramente comprometida e problemática. O caderno I dos *Manuscritos*, por exemplo, recebe o título de *Salário*. Marx afirma que **“o salário é determinado mediante o confronto hostil entre capitalista e trabalhador. A necessidade da vitória do capitalista. O capitalista pode viver mais tempo sem o trabalhador do que este sem aquele [...] (MARX, 2010, p. 23, grifo nosso).**

Essa é a primeira frase que está contida nos *Manuscritos* de Marx. De saída, nota-se o aspecto basilar do texto: a falta de compreensão de Marx, nessa fase, sobre a lei do valor e, dessa forma, sobre a determinação do valor da força de trabalho. Assim, o salário é considerado a partir, tão somente, da relação entre capitalista e trabalhador, aparecendo como obra da forma “hostil” da ligação entre ambos.

Marx tem riquíssimas afirmações, que demonstram, mesmo em um estudo introdutório, uma aproximação cada vez mais real da compreensão do capital. Contudo, são insuficientes, exatamente devido ao fato principal apontado anteriormente. Uma das provas disso diz respeito ao complemento de sua argumentação sobre o salário. Em meio à sua postura crítica com relação a Ricardo, Smith entre outros, Marx (2010, p. 24) considera que “a taxa mais baixa e unicamente necessária para o salário é a subsistência do trabalhador durante o trabalho, e ainda [o bastante] para que ele possa sustentar uma família e [para que] a raça dos trabalhadores não se extinga [...]”.

De fato, o salário tem relação direta com a subsistência do trabalhador e de sua família. Isso para além da jornada de trabalho, mantendo-o vivo, obviamente, no período em que seu descanso corresponde, também, como tempo de preparo necessário para a produção de capital. Não há tempo livre sob o capital. Mas é a sequência dessa argumentação que salta aos olhos. Marx (2010) escreve:

A procura por homens regula necessariamente a produção de homens assim como de qualquer outra mercadoria. Se a oferta é muito maior que a procura, então uma parte dos trabalhadores cai na situação de miséria ou na morte pela fome. A existência do trabalhador é, portanto, reduzida à condição de existência de qualquer outra mercadoria. **O trabalhador tornou-se uma mercadoria [...]** (MARX, 2010, p. 24, grifo nosso).

Marx se utiliza da oferta e da procura para caracterizar o movimento do desemprego. Mas isso é, ainda, secundário. O central, de fato, encontra-se na compreensão do autor alemão de sua base teórica, que tem o trabalhador como uma mercadoria vendida ao capitalista. Verificou-se o problema dessa consideração. É isto que pautará os escritos de Marx sobre a economia política, um fundamento falso, quando relacionado à sociedade do capital, que pressupõe trabalhadores “livres como pássaros”, e não aprisionados como escravos.

Como se alertou no início da discussão deste item, não é intenção desta tese relacionar detalhadamente os *Manuscritos* de Marx à sua obra mais desenvolvida, *O capital*. Optou-se por apresentar apenas alguns cotejamentos pontuais. Sobretudo, interessa aqui buscar os elementos constitutivos da base explicativa de Marx, nos *Manuscritos*, sobre trabalho alienado, haja vista que são, texto e categoria, elementares e centrais na concepção de Mészáros e do próprio Marx nos *Manuscritos*.

Ora, se a base teórica que funda a discussão de Marx nos *Manuscritos* é, determinadamente, a compreensão de trabalhador como mercadoria, a alienação surge a partir desse alicerce, formando assim um par categorial indissociável. O pressuposto do trabalho alienado é, portanto, o trabalhador como mercadoria. Essa é a centralidade dos escritos de Marx de 1844, seu ponto de partida, e fundamento sobre o qual se ergue o universo categorial de Mészáros, seu ponto de chegada.

Como já explicamos, Marx oscila, em determinados momentos, para a compreensão de trabalho como mercadoria, o que demonstra sua total incapacidade, naquele período, de analisar a sociedade do capital. Há uma distinção entre essas duas posições, que não é considerada por Marx nesse período de seus estudos. Marx (2010) explica que:

[...] **o trabalho é uma mercadoria**: se o preço é alto, a mercadoria é muito procurada, se é baixo, [a mercadoria] é muito oferecida; como mercadoria, o trabalho deve baixar cada vez mais de preço: o que força a isso é em parte a concorrência entre capitalistas e trabalhador, em parte a concorrência entre trabalhadores [...] (MARX, 2010, p. 35-36, grifo nosso).

Demonstrou-se como esse fundamento, de trabalhador como mercadoria centralmente, e secundariamente de trabalho como mercadoria, é considerado por Mészáros como central na posição de Marx, diante da economia clássica, acerca da transição. O fato de o trabalho ser uma mercadoria teria levado Marx a identificar a necessidade de superação da sociedade do capital.

A partir desse fundamento, questiona-se: i) Seria essa compreensão de Marx, um sinal, na verdade, de sua incompreensão da sociedade do capital, exposta nos *Manuscritos*? Cotejando os *Manuscritos* com *O capital*, pode-se afirmar categoricamente que sim; ii) Marx poderia ter alcançado, nos *Manuscritos*, a partir dessa base, a compreensão do que é, de fato, capital? Pelos motivos já expostos, a resposta é não. Sob essa estrutura argumentativa, Marx compreende que capital é “[...] a propriedade privada dos produtos do trabalho alheio [...]” (MARX, 2010, p. 39), conforme questão que este autor levanta para saber como os economistas clássicos entendiam essa relação social. A busca de Marx está, já em 1844, nessa direção; iii) Teria ele, dessa forma, encontrado o pilar explicativo do que é capital? Partindo da compreensão de trabalhador como mercadoria, Marx jamais chegaria ao entendimento do que é a mais-valia, que pressupõe não o trabalhador, e sim a força de trabalho, como mercadoria.

Para Marx, nessa fase de seus estudos, “[...] o grande capitalista compra sempre mais barato do que o pequeno, porque ele compra em grande quantidade. Portanto, pode vender mais barato, sem prejuízo” (MARX, 2010, p. 50). Algo que, como apresentado no capítulo anterior, altera-se completamente na exposição de Marx n’*O capital*.

Com esses pressupostos, o autor alemão inicia suas anotações acerca do trabalho alienado e da propriedade privada. Marx (2010) explica:

Partimos dos pressupostos da economia nacional. Aceitamos sua linguagem e suas leis. Supusemos a propriedade privada, a separação de trabalho, capital e terra, igualmente do salário, lucro de capital e renda da terra, da mesma forma que a divisão do trabalho, a concorrência, o conceito de valor de troca etc. A partir da própria economia nacional, com suas próprias palavras, constatamos que o trabalhador baixa à condição de mercadoria e à de mais miserável mercadoria, que a miséria do trabalhador põe-se em relação inversa à potência (Macht) e à grandeza (Grosse) da sua produção, que o resultado necessário da concorrência é a acumulação de capital em poucas mãos, portanto a mais tremenda restauração do monopólio, que no fim a diferença entre o capitalista e o rentista fundiário (Grundrentner) desaparece, assim como entre o agricultor e o trabalhador em manufatura, e que, no final das contas, toda a sociedade tem de decompor-se nas duas

classes dos proprietários e dos trabalhadores sem propriedade (MARX, 2010, p. 79).

Os pressupostos da economia nacional, ou seja, da expressão teórica do ponto de vista do capital sendo analisada a partir da perspectiva do trabalho, como compreende Mészáros relacionado a Marx, levaram o autor alemão a considerar o trabalhador como uma mercadoria. Isso era algo que nem mesmo a economia política da época compreendia, já que, como exemplo, na teoria de valor-trabalho de Ricardo, não é o trabalhador, mas o trabalho, uma mercadoria. Mas note-se que, diferente do que propõe Mészáros quando busca suas proposições sobre as sociedades capitalistas e pós-capitalistas, Marx está centrado na busca pelo entendimento da propriedade privada, como forma basilar para a compreensão do capital, que já aponta para seu processo intenso de pesquisas sobre o tema.

As aproximações de Marx com a sociedade do capital são primorosas, no entanto, são ainda insuficientes para a compreensão da totalidade que envolve o modo de produção de capital. Marx (2010) expõe que:

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria [...] **O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral** (MARX, 2010, p. 80, grifo nosso).

Mészáros (2006, p. 117, grifo nosso) reproduz essa mesma citação, como se mostrou nesta tese, para fazer a seguinte consideração: “essa observação sobre o trabalho que se produz a si mesmo e produz o trabalhador como uma mercadoria é **da maior importância para o entendimento da posição de Marx sobre a questão da superação**”.

Como já se destacou neste trabalho, para Mészáros, o fato de Marx ter encontrado o fundamento da economia clássica não o fez questioná-lo em seu conteúdo, e sim a partir do mesmo patamar explicativo, o que já se demonstrou aqui ser falso, haja vista que Marx, nos *Manuscritos*, está para aquém do patamar explicativo da economia política mais desenvolvida da época, e aponta para a necessidade de superação dessa relação social. Assim, “[...] o trabalhador se torna, portanto, um servo do seu objeto [...]” (MARX, 2010, p. 81). Tudo isso se expressará da seguinte forma, com Marx (2010) afirmando que:

[...] quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; que quanto mais valores cria, mais sem-valor e indigno ele se torna; quanto mais bem formado o seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador; que quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna; quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito e servo da natureza se torna o trabalhador. (MARX, 2010, p. 82).

Nos *Manuscritos*, a essência da alienação está na consideração da “[...] relação imediata entre o trabalhador (o trabalho) e a produção [...]” (MARX, 2010, p. 82). Na mesma lógica da citação anterior, agora diretamente sobre a produção, Marx (2010) afirma que:

[...] O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e faz de outra parte máquinas. Produz espírito, mas produz imbecilidade, cretinismo para o trabalhador. (MARX, 2010, p. 82).

Em síntese, esse conjunto de dualidades constituem o que Marx considera, nos *Manuscritos*, como alienação do trabalhador em relação ao conjunto dos produtos de seu trabalho. Mas a alienação não se encerra nesse aspecto. Avança para outras partes constitutivas, como quando Marx (2010) argumenta que:

[...] o trabalho é externo (ausserlich) ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não devolve nenhuma energia livre, mas mortifica sua physis e arruína o seu espírito [...] o seu trabalho não é portanto voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório [...] a externalidade (Ausserlichkeit) do trabalho aparece para o trabalhador como se [o trabalho] não fosse seu próprio, mas de um outro, como se [o trabalho] não lhe pertencesse, como se ele no trabalho não pertencesse a si mesmo, mas a um outro [...] (MARX, 2010, p. 83).

Essa segunda determinação do trabalho alienado diz respeito, como se pode identificar, à relação do trabalho no ato da própria produção. É diferente da primeira determinação do trabalho alienado, que estava centrada na relação do trabalhador com o produto de seu trabalho. Há ainda, exposta por Marx, uma terceira forma de manifestação do trabalho alienado, como desdobramento dessas duas que se apresentaram até aqui nesta tese. À medida que o trabalho alienado estranha o trabalhador dos objetos produzidos por este e do próprio ato do trabalho, o “[...] estranha do homem a natureza [...] de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua

atividade vital; ela estranha do homem o gênero [humano]. Faz da vida genérica apenas um meio da vida individual [...]” (MARX, 2010, p. 84). Isso é algo, como se sabe, próprio do processo de trabalho escravista, que tem no trabalhador como mercadoria seu fundamento.

Portanto, o trabalho alienado, para Marx (2010), faz com que o:

[...] ser genérico do homem, tanto da natureza quanto da faculdade genérica espiritual dele, um ser estranho a ele, um meio da sua existência individual. Estranha do homem o seu próprio corpo, assim como a natureza fora dele, tal como sua essência espiritual, a sua essência humana (MARX, 2010, p. 85).

Dessa forma, completando o quadro que constitui os elementos basilares do trabalho alienado, para Marx (2010), há o:

[...] estranhamento do homem pelo [próprio] homem. Quando o homem está frente a si mesmo, defronta-se com ele o outro homem. O que é produto da relação do homem com o seu trabalho, produto de seu trabalho e consigo mesmo, vale como relação do homem com outro homem, como trabalho e objeto do trabalho de outro homem (MARX, 2010, p. 86).

Com esses quatro aspectos inerentes ao trabalho alienado, fundamentado no trabalhador como mercadoria, Marx problematiza as seguintes questões: “se o produto do trabalho me é estranho, [se ele] defronta-se comigo como poder estranho, a quem pertence então? Se minha própria atividade não me pertence, é uma atividade estranha, forçada, a quem ela pertence, então?” (MARX, 2010, p. 86). E o próprio autor responde: “a outro ser que não eu. Quem é esse ser? Os deuses?” (MARX, 2010, p. 86). Com a ironia que já lhe é peculiar, e confrontando as explicações fantasiosas para a sociedade de classes, Marx lança questões que apontam para o fato de o trabalho ser alienado, característica da sociedade capitalista, e dessa forma a resposta para suas questões retóricas é que “[...] não os deuses, não a natureza, apenas o homem mesmo pode ser este poder estranho sobre o homem” (MARX, 2010, p. 86). Ou seja, nada mais do que o próprio capitalista.

Marx faz uma brilhante descrição acerca das relações sociais determinadas pela alienação. Contudo, é apenas uma descrição dos aspectos fenomênicos, e este autor não explica absolutamente nada a respeito de como ocorre a exploração capitalista nem, o que é pior, de como ocorre a produção e a reprodução do capital. Em outras palavras, a alienação não oferece a Marx a capacidade explicativa para a sociedade do capital. Poderia ela, dessa forma, oferecer alguma contribuição para a

elaboração de uma teoria de transição? A partir do exposto no capítulo anterior, a resposta é não.

Dessa forma, a compreensão de trabalhador como uma mercadoria é a base para a compreensão de trabalho alienado que Marx possui nos *Manuscritos*. O trabalho na sociedade do capital é alienado porque o trabalhador é mercadoria. Por isso há a necessidade de superação do trabalho alienado para a superação do trabalhador como mercadoria. Essa é a síntese de Marx nos *Manuscritos*. E sua interpretação é apropriada completamente por Mészáros.

Dessa forma, para o autor alemão, há uma identificação de trabalhador como mercadoria, de mercadoria como capital e, por essa lógica, de trabalhador como capital: “[...] o trabalhador mesmo [como sendo] um capital, uma mercadoria” (MARX, 2010, p. 98). Trata-se de uma construção teórica que Marx (2010), nos *Manuscritos*, assim estabelece:

[...] Como capital, o valor do trabalhador aumenta no sentido da procura e da oferta e, também fisicamente, a sua existência (Dasein), a sua vida, se torna e é sabida como oferta de mercadoria, tal como qualquer outra mercadoria. O trabalhador produz o capital; o capital produz o trabalhador. O trabalhador [produz], portanto, a si mesmo, e o homem enquanto trabalhador, enquanto mercadoria, é o produto do movimento total [...] O trabalhador só é, enquanto trabalhador, assim que é para si como capital, e só é, como capital, assim que um capital é para ele (MARX, 2010, p. 91).

Todo esse conjunto categorial estabelecido por Marx nos *Manuscritos* é muito semelhante ao estruturado por Mészáros, como se apresentou em relação a seu *Para além do capital*. Em especial, por o autor húngaro considerar a sociedade do capital como uma sociedade das mercadorias, ou em suas palavras, uma “[...] estrutura da produção de mercadorias[...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 661). E, o mais importante, por considerar, assim como Marx nos *Manuscritos*, o trabalho, e determinadamente, o trabalhador como uma mercadoria, sendo, por isso, trabalho alienado.

Além dessa constatação, presente no todo que compõe o universo categorial de Mészáros, há de se considerar como se desdobrará o entendimento do autor húngaro em sua obra máxima. Observe-se a seguir.

Verificou-se que o autor húngaro compreende que as mercadorias são produzidas sob a determinação do valor de troca em autoexpansão, apontando isso como produção de riqueza. Segundo Mészáros (2011):

[...] Já que a expansão do valor de troca é a preocupação fundamental dessa sociedade, toda forma de mistificação é usada para fazer de conta que a produção de uma quantidade sempre crescente de valor de troca, não importa quão obviamente perdulária [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 689).

E Mézáros (2011) explica:

Para tornar a produção de riqueza a finalidade da humanidade, foi necessário separar o valor de uso do valor de troca, sob a supremacia do último. Esta característica, na verdade, foi um dos grandes segredos do sucesso da dinâmica do capital, já que as limitações das necessidades dadas não tolhiam seu desenvolvimento. O capital estava orientado para a produção e a reprodução ampliada do valor de troca, e portanto poderia se adiantar à demanda existente por uma extensão significativa e agir como um estímulo poderoso para ela (MÉSZÁROS, 2011, p. 606).

A produção da riqueza é, para Mézáros, a finalidade humana sob o sistema do capital. A produção da riqueza está, para o autor húngaro, diretamente associada ao processo de autoexpansão do valor de troca. Marx, nos *Manuscritos*, oferece indícios dessa mesma concepção: da produção sob determinação do valor de troca. Mas isso, ainda muito incipiente. Em Mézáros, essa compreensão é superior e mais desenvolvida, o que aponta para seu embasamento nos *Manuscritos* de Marx.

Já se apontou anteriormente nesta tese que, na obra *A teoria da alienação em Marx*, o autor húngaro reivindica a categoria “alienação dos *Manuscritos econômicos-filosóficos de 1844* de Marx”, compreendendo-a como pedra angular da concepção marxiana em sua totalidade. Para Mézáros (2016):

[...] não só não é verdade que, quando começou a se interessar pelos problemas da economia política, Marx deu as costas para o conceito de alienação: exatamente o contrário disso é verdade. Com efeito, assim que percebeu que a **alienação econômica era o elo comum de todas as formas de alienação e desumanização**, tornou-se impossível para ele *não* adotar o conceito de alienação – esse denominador comum estrutural – como centro de referência de toda a sua concepção (2016, p. 217, grifo nosso).

Como se descreveu, nesta tese, na apresentação do universo categorial de Mézáros contido em *Para além do capital*, a partir dessa fundamentação, com os recortes feitos pelo autor, Mézáros (2011) afirma que:

[...] Sob o comando do capital, o sujeito que trabalha não mais pode considerar as condições de sua produção e reprodução como *sua própria propriedade*. Elas não mais são os pressupostos autoevidentes e socialmente salvaguardados do seu *ser*, nem os pressupostos naturais do seu *eu* como constitutivos da “extensão externa de seu corpo”. Ao contrário, elas agora pertencem a um “ser estranho” reificado que confronta os produtores com

suas próprias demandas e os subjugam aos imperativos materiais de sua própria constituição. Assim, a relação original entre o sujeito e o objeto da atividade produtiva é completamente subvertida, reduzindo o ser humano ao *status* desumanizado de uma mera “condição material de produção”. O “ter” domina o “ser” em todas as esferas da vida. Ao mesmo tempo, o eu real dos *sujeitos produtivos* é destruído por meio da fragmentação e da degradação do trabalho à medida que eles são subjugados às exigências brutalizantes do processo de trabalho capitalista. **Eles são reconhecidos como “sujeitos” legitimamente existentes apenas como consumidores manipulados de mercadorias.** Na verdade, eles se tornam tanto mais cinicamente manipulados – como fictícios “consumidores soberanos” – quanto maior a pressão da taxa decrescente de utilização (MÉSZÁROS, 2011, p. 611, grifo nosso).

A partir dessa brilhante argumentação, questiona-se: o conteúdo de cada uma dessas afirmações, de cada frase, que teria como objetivo caracterizar a sociedade “sob o comando do capital”, também não ocorria no modo de produção escravista? Por exemplo, no escravismo, não ocorria, inclusive de forma mais contundente, o fato de que “[...] o sujeito que trabalha não mais pode considerar as condições de sua produção e reprodução como *sua própria propriedade* [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 611)? Além disso, o autor húngaro não faz distinção entre ser humano e força de trabalho, o que demonstra a forma “peculiar” de utilização criativa das categorias de Marx como mera justificativa para expor sua concepção. E por fim, a consideração de que os trabalhadores são reconhecidos como “sujeitos legitimamente existentes apenas consumidores manipulados de mercadorias”. Haveria nisso o reconhecimento dos trabalhadores no modo de produção de capital? Na concepção de Mézszáros, sim. Como se observou na apresentação de sua obra, além de trabalhadores, são consumidores. Esses são os dois polos que demarcam, de acordo com o autor húngaro, a classe dos trabalhadores.

Portanto, a semelhança entre os *Manuscritos*, de Marx, e *Para além do capital*, de Mézszáros, tem no trabalho alienado o seu fundamento. Contudo, aquilo que era o ponto de partida de Marx, em sua primeira aproximação com a economia política, para Mézszáros é o ponto de chegada de sua análise do capital plenamente desenvolvido. É importante destacar as contradições presentes nos pressupostos de Mézszáros, que considera *O capital* de Marx como uma obra inacabada e datada ao século XIX, não pela incapacidade de Marx, e sim pela própria prematuridade do sistema do capital, mas toma dos *Manuscritos*, rascunhos que não foram elaborados para publicação, o conteúdo central de sua posição sobre a base material, a saber, o trabalho alienado.

Tudo isso convive harmonicamente na compreensão de Mészáros sobre as obras de Marx, em especial sobre *O capital*. Estaria correto o destaque das diferenças existentes na base explicativa da sociedade do capital presente nos *Manuscritos* e em *O capital*, de Marx? Haveria, de fato, alguma alteração na compreensão da sociedade do capital pautada no trabalho alienado, que considera o trabalhador e a força de trabalho como mercadoria, e no trabalho produtivo de capital, que tem a força de trabalho como mercadoria? Observe-se mais de perto na sequência.

5.5 MARX E A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA: AS TRANSIÇÕES DA COMPREENSÃO BASILAR DO UNIVERSO CATEGORIAL MARXIANO

Observou-se que, determinantemente, alguns fatores são centrais para Mészáros: i) o trabalho alienado, tal como proposto por Marx nos *Manuscritos de 1844*, é a pedra angular de todo o seu universo categorial; ii) para Mészáros, o trabalho alienado é a pedra angular, também, de todo o universo categorial de Marx, de *Manuscritos* a *O Capital*; iii) o trabalho alienado está fundado na compreensão do trabalhador como mercadoria; e iv) para Mészáros, Marx compreendia o trabalho alienado como trabalho assalariado. Seriam, como se notou, sinônimos da determinação histórica do sistema do capital. O autor húngaro afirma que “[...] o conceito de Marx de “trabalho alienado” (ou trabalho assalariado) [...]” (MÉSZÁROS, 2006, p. 117) é inseparável da necessidade de superação da ordem social do capital para uma nova forma histórica. Ou seja, para o autor húngaro, a *transcendência da autoalienação do trabalho* é o aspecto principal da superação dessa forma social.

Além disso, apontou-se para a base categorial de Marx, nos *Manuscritos*, que compreende, de maneira central, o trabalhador como mercadoria e se refere de modo confuso, em alguns momentos, ao trabalho como mercadoria. Demonstrou-se que a caracterização do trabalhador como mercadoria e do trabalho como mercadoria são divergentes, pois um conceito só pode existir em oposição ao outro, já que o primeiro pressupõe o trabalhador como escravo, e o segundo, o trabalhador livre.

Marx aprofunda sua análise da sociedade do capital nos anos que se seguiram e, por volta de 1847, em função das formações feitas por Marx na Associação dos Operários Alemães de Bruxelas, este escreve *Trabalho assalariado e capital*, que foi publicado em 1849 na Nova Gazeta Renana.

Esse texto, em sua origem, foi publicado entre os dias 5 e 11 de abril de 1849. Essa é a primeira versão desse texto e é a que se utilizará, de início, para acompanhar a trajetória da construção categorial de Marx a partir de seu fundamento. Este autor pretende, em 1849, “[...] examinar mais minuciosamente as próprias relações econômicas nas quais se baseiam a burguesia e sua dominação de classe [...]” (MARX, 2010, p. 532), visando à compreensão destas pelos trabalhadores.

Marx começa sua discussão a partir da conceituação do que é salário. O mesmo foi feito, também, nos *Manuscritos* de 1844. Demonstrou-se como, n’*O capital*, de Marx, o salário só foi discutido depois de um longo caminho de construção de seu universo categorial, que parte da mercadoria até chegar ao capital, passando pela compreensão da lei do valor, do mais-valor, do trabalho necessário e do excedente, da taxa de mais-valia etc. Apenas após esse movimento é que Marx, a partir da lei do valor, discorre sobre o salário. Ao contrário, nos textos de 1844 e 1849, seu ponto de partida é o salário.

Marx questiona: “[...] o que é salário? Como é determinado?” [...]” (MARX, 2010, p. 532). Didaticamente, o autor responde após apresentar uma possível resposta que os trabalhadores dariam a essas questões: “[...] todos concordarão num ponto: o salário é a quantia de dinheiro que o burguês paga por um determinado tempo de trabalho ou pelo fornecimento de um determinado trabalho” (MARX, 2010, p. 532). E, este autor segue: “o burguês compra, portanto, **seu trabalho** com dinheiro. Por dinheiro, vocês *vendem-lhe seu trabalho* [...]” (MARX, 2010, p. 532, grifos nossos). Qual é, portanto, a mercadoria vendida pelo trabalhador ao burguês? Marx responde que é o trabalho e conclui: “[...] **o trabalho é, portanto, uma mercadoria** [...]” (MARX, 2010, p. 533, grifos nossos).

Esse é o fundamento sobre o qual se ergue toda a teoria de Marx presente em *Trabalho assalariado e capital*, de 1849. Marx (2010, p. 533) explica: “os trabalhadores trocam sua mercadoria, o trabalho, pela mercadoria do capitalista, por dinheiro, e ademais esta troca se realiza segundo uma proporção determinada. Tanto de dinheiro por tanto de trabalho [...]”. Assim, o salário, com esse embasamento do trabalho como mercadoria, é, para Marx (2010, p. 533) “[...] apenas um nome específico para o *preço do trabalho*, para o preço dessa mercadoria peculiar, que não existe senão na carne e sangue humanos”.

Dessa forma, em síntese, “o trabalho é, pois, uma mercadoria que seu proprietário, o trabalhador assalariado, vende ao capital. Por que a vende? Para viver” (MARX, 2010, p. 534).

A compreensão de Marx sobre a sociedade do capital, nesse período, fica marcada com clareza: o trabalho é uma mercadoria. E diverge, portanto, de sua compreensão anterior acerca da sociedade do capital, nos *Manuscritos*, em que compreendia o trabalhador como uma mercadoria. Essa é a primeira transição na construção teórica desse autor, e o próprio Marx (2010) apresenta isso:

O trabalho nem sempre foi uma *mercadoria*. O trabalho nem sempre foi trabalho assalariado, isto é, trabalho *livre*. O *escravo* não vendia seu trabalho ao proprietário de escravos, assim como o boi tampouco vende seu labor ao camponês. O escravo, junto com seu trabalho, foi vendido de uma vez por todas a seu proprietário. É uma mercadoria que pode passar das mãos de um proprietário às de outro. *Ele mesmo* é uma mercadoria, mas o trabalho não é *sua* mercadoria [...] (MARX, 2010, p. 535).

É a demarcação, cabal, do primeiro movimento da transição de compreensão de Marx sobre o capital. Esse autor deixa de considerar o trabalhador como mercadoria e passa a entender o trabalho como mercadoria. Tudo isso para a apropriação das leis que regem o capital. Essa transição de compreensão categorial para a explicação do capital possibilitou desdobramentos em toda a análise de Marx. Em *Trabalho assalariado e capital*, ao abandonar a compreensão de trabalhador como mercadoria e considerar essas ideias como elementos constitutivos da sociedade escravista, Marx abandona também a ideia de trabalho alienado. Em outras palavras, ao abandonar a base explicativa da sociedade do capital a partir do trabalhador como mercadoria, abandona também seu desdobramento, o conceito de trabalho alienado.

Em *Trabalho assalariado e capital*, Marx não utiliza o entendimento presente nos *Manuscritos*. Ao contrário, esse autor rompe com tais conceitos em sua primeira transição categorial para a análise do capital. Portanto, o trabalho alienado já não é, a partir desse período, a pedra angular dos escritos de Marx. Isso porque, já não é, então, o trabalhador como mercadoria que forma sua base categorial.

É importante destacar que a compreensão de Marx nos *Manuscritos de 1844* está em um patamar inferior ao da própria economia política. Nos *Manuscritos*, Marx não alcançou nem mesmo o grau de compreensão da economia política clássica, algo que só acontece a partir de *Trabalho assalariado e capital*. Marx, em *O capital*, afirma que, por economia política clássica, entende ser a que investiga a conexão interna

referente às relações burguesas de produção. O autor alemão demonstra que os economistas políticos clássicos, que partem da compreensão dos próprios capitalistas e, ingenuamente, compreendem que o trabalho do trabalhador é a mercadoria comprada pelo capitalista, configuram o ponto mais alto a que se chegou em toda essa concepção.

Mas, em *Trabalho assalariado e capital*, Marx demonstra ainda não dominar essas questões e, também de forma ingênua, assume o patamar da economia política ao compreender o trabalho como mercadoria, rompendo com sua concepção anterior, a de trabalhador como mercadoria. Portanto, ao alcançar o patamar de compreensão da economia política clássica, Marx rompe com seu entendimento expresso nos *Manuscritos de 1844*. Isso marca uma primeira viragem, como se apontou nesta tese, do pensamento marxiano. Esse autor alcança o patamar da economia política, mas ainda não tem os elementos para a crítica da economia política, algo que só ocorreria anos depois. Ainda assim, o autor alemão mantinha sua posição revolucionária, mas, sem os elementos fundantes da relação social capital, sua posição revolucionária nesse período torna-se insuficiente. Tratava-se de um grande salto, todavia ainda extremamente limitado para compreender a base material do modo de produção capitalista.

Um exemplo dessa insuficiência, ainda em 1849, é a compreensão de Marx acerca da determinação de salário. Para esse autor, nesse período, o salário era determinado pela lei da oferta e da procura, uma manifestação de sua incompreensão acerca da lei do valor e, dessa forma, da determinação do valor da força de trabalho. Como desdobramento desse fato, havia em Marx nesse período uma fundamental incapacidade explicativa do que é mais-valor, e, portanto, do que é capital.

Dessa maneira, em sua trajetória, nota-se que Marx parte do patamar anterior ao da economia política – trabalhador como mercadoria – e alcança o grau de compreensão da economia política – trabalho como mercadoria. Mas teria Marx parado seu processo de formulação apenas nessa primeira transição? A apresentação que se fez de *O capital* no capítulo anterior da presente tese demonstrou que não. E o que teria mudado? Nem o trabalhador, muito menos o trabalho, mas a identificação da força de trabalho como mercadoria. Observe-se isso mais de perto a seguir.

Na época da publicação de uma edição em folheto da obra de Marx *Trabalho assalariado e capital*, em 1891, ou seja, após a morte de Marx, Engels ficou

responsável pela apresentação do texto. Respalhado, nesse período, pelo universo categorial de Marx estruturado em *O capital*, Engels sentiu a necessidade de escrever uma importante introdução. Sua tarefa nesse texto foi maior do que simplesmente apresentar a obra de Marx ao leitor. Siga-se a exposição.

Escrita também em 1891, a introdução de Engels ao texto de Marx traz importantes contribuições para o debate nesta tese sobre o trabalho e o trabalhador como mercadoria *versus* força de trabalho como mercadoria. Na verdade, se trata de três momentos do ferramental teórico de Marx. O primeiro se refere a uma fase inicial de seus estudos, o segundo, à fase um pouco mais desenvolvida desses estudos, e o terceiro, a uma forma plenamente desenvolvida de seu patamar de entendimento. O ferramental da primeira fase se revela como expressão dos *Manuscritos*, de 1844. O da segunda, como expressão de *Trabalho assalariado e capital*, de 1849. E finalmente o da terceira, manifestado em *O capital*, de 1867. O trabalhador, em seguida o trabalho e, por fim, a força de trabalho como mercadoria, respectivamente marcam as viragens de Marx em torno da investigação das leis que regem o movimento do capital.

Engels explica que *Trabalho assalariado e capital* era o título dado a “[...] uma série de artigos de fundo na Neue Rheinische Zeitung, a partir de 4 de abril de 1849. As conferências que Marx pronunciou, em 1847, na Associação dos Operários Alemães de Bruxelas constituem sua base” (ENGELS, s/d, p. 52).

Até o ano de escrita dessa introdução, Engels observa que as publicações do texto de Marx em questão seguiram fielmente o original. Mas Engels (s/d) levanta uma fundamental observação:

Todavia, como pelo menos dez mil exemplares da presente reimpressão deverão circular como obra de propaganda, a questão que se me impunha era de saber se, nestas condições, o próprio Marx autorizaria uma reprodução sem alterar o texto original (ENGELS (s/d), p. 52).

O que teria levado Engels a fazer essa reflexão? Teria o texto de Marx de sofrer alguma alteração basilar? Um dos elementos para auxiliar na resposta dessas questões é oferecido por Engels ao constatar o seguinte: “**por volta de 1850, Marx ainda não tinha concluído sua crítica à economia política. Ele somente o fez no fim da década de 50**” (ENGELS, s/d, p. 52, grifos nossos). Com isso, portanto, suas obras anteriores a esse período estão distantes de serem uma síntese da crítica da

economia política de Marx como afirma Mészáros (2006). Seria impossível a efetivação dessa crítica sem a conclusão de suas pesquisas sobre esse tema.

E não apenas isso, conforme Engels (s/d, p. 52) explicita: “[...] “seus trabalhos aparecidos anteriormente no primeiro fascículo de Contribuição à Crítica da Economia Política (1859) também diferem em certos pontos dos que escreveu a partir de 1859”. Nesta tese já se apontou que o intenso ritmo de estudos que marcou os finais dos anos 50 e início dos anos 60 do século XIX foi substancial para a elevação do patamar de compreensão de Marx, que seria expresso em *O capital*.

Isso, de saída, já seria suficiente para problematizar e refutar os apontamentos de Mészáros com relação ao trabalho alienado em Marx dos *Manuscritos* como expressão da base material e categoria explicativa para a sociedade do capital. Ora, como seria possível uma categoria explicativa surgir antes mesmo da compreensão da própria sociedade na qual essa categoria está inserida? As categorias não existem *a priori*, mas antes são formas de ser do capital identificadas no próprio movimento desta sociabilidade. Assim, sob essa perspectiva, o trabalho alienado sequer pode ser considerado uma categoria.

Engels explica que as edições, a depender de seus objetivos, precisam manter a originalidade do texto. Mas quando a publicação tem como finalidade a “propaganda entre os operários”, caso do referido texto de Marx, a situação é completamente diferente (ENGELS, s/d, p. 53). Tratava-se de ser o mais claro possível com o nível mais desenvolvido de compreensão da sociedade do capital, algo necessário para a elaboração de uma estratégia revolucionária.

Nesse contexto, Engels afirma que “[...] Marx teria certamente harmonizado a antiga exposição de 1849, com seu novo ponto de vista [...]” (ENGELS, s/d, p. 53). E qual seria o novo ponto de vista de Marx? Aquele alcançado após a elaboração de sua obra máxima, *O capital*. Por isso, Engels adverte ao leitor que “[...] esta brochura não está como Marx a redigiu em 1849, mas, de modo aproximado, como teria escrito em 1891 [...]” (ENGELS, s/d, p. 53).

Mas, enfim, qual seria o conteúdo alterado por Engels, fazendo o que, em sua posição, o próprio Marx teria feito? Aquele autor responde: “**minhas modificações giram todas em torno de um só ponto. De acordo com o original, é o seu trabalho o que o operário vende ao capitalista em troca de salário. Segundo o texto atual, ele vende sua força de trabalho**” (ENGELS, s/d, p. 53, grifo nosso).

Engels vai além e considera que “[...] não se trata de uma simples questão de palavras, mas ao contrário, de **um dos pontos mais importantes** de toda a economia política (ENGELS, s/d, p. 53, grifo nosso). “Um dos pontos mais importantes” estaria, portanto, excluído dos escritos de Marx anteriores ao final da década de 1850. É certo que isso não interdita os escritos de Marx que antecederam essa data, mas impõe a necessidade de considerar tal elemento basilar nas compreensões advindas desses textos.

Há, assim, não apenas uma alteração qualitativa na concepção de Marx sobre a sociedade do capital, mas uma compreensão antagônica, cujo conteúdo altera todo o categorial de Marx. Ora, a compreensão de trabalho como mercadoria impossibilita o entendimento do que é mais-valia, interditando, assim, a apreensão do que é capital. Não é difícil considerar quais seriam os desdobramentos dessa ideia para todo o movimento socialista. Sem se mencionar a compreensão de trabalhador como mercadoria, algo que caracteriza uma outra relação social.

Por isso, Mészáros (2006), quando toma essa base categorial de Marx dos *Manuscritos de 1844*, desconsiderando essa fundamental alteração, provoca uma série de tumultos e confusões das mais variadas ordens.

Engels afirma que “a economia clássica descobriu que o valor de uma mercadoria era determinado pelo trabalho necessário à sua produção, nela incorporado, e contentou-se com esta explicação [...] **essa explicação tornou-se hoje de todo insuficiente**” (ENGELS, s/d, p. 54, grifo nosso).

Engels realiza uma brilhante exemplificação dos meandros que cercam os desdobramentos práticos de compreender o trabalho, e não a força de trabalho, como mercadoria. A conclusão de Engels (s/d) é de fundamental importância para esta tese:

A dificuldade diante da qual falhavam os melhores economistas, enquanto partiam do valor do ‘trabalho’, desaparece desde o momento que partimos do valor da força de trabalho e não do valor do ‘trabalho’. Em nossa sociedade capitalista atual, a força de trabalho é uma mercadoria como todas as outras, embora constitua mercadoria muito especial. Com efeito, tem a propriedade particular de ser uma força que cria valor, uma fonte de valor, e, principalmente, mediante uso apropriado, a fonte de um valor superior ao dela própria (ENGELS, s/d, p. 58, grifo nosso).

É, portanto, não apenas “insuficiente”, mas necessariamente equivocada a compreensão de Mészáros, sobre o trabalho alienado fundado no trabalhador como mercadoria, para a explicação da forma de ser do capital. Desse modo, o que foi o

ponto de chegada de todo o universo categorial de Mészáros mostra-se incipiente para a sustentação de sua obra máxima, *Para além do capital*.

Destaca-se que a explicação dada por Engels não considerou, em momento algum, uma determinada localidade nem um fato datado ao século XIX. Ao contrário, esse autor, respaldado em Marx, partiu da sociedade produtora de capital para apresentar uma crucial alteração no patamar explicativo acerca do modo de produção capitalista.

Tem-se, até aqui, uma importante demarcação teórica que aponta não apenas diferenças entre as teorias de Marx e as de Mészáros, mas também, e mais importante, incompreensões do autor húngaro, que tornaram a base sobre a qual se levantou seu universo categorial algo equivocado.

No prefácio ao segundo tomo de *O capital*, de Marx, escrito por Engels em 1885, este autor afirma que Marx surgiu com sua teoria sobre a mais-valia, e essa foi uma surpresa para toda a economia política. Segundo Engels (1961, p. 38), como “um raio que vem do céu aberto”, a teoria da mais-valia de Marx “[...] apareceu em oposição direta a seus predecessores. Onde eles haviam visto uma solução, Marx via só um problema [...]”.

A solução seria o trabalho como mercadoria. E o problema, exatamente esse. Essa afirmação impossibilitava a compreensão do sistema do capital. Por isso, Marx ofereceu, por meio de seus longos processos de pesquisa, mais especificamente na obra *O capital*, “[...] a chave para compreender toda a produção capitalista [...]”, conforme Engels (1961, p. 38).

Engels (1961) sintetiza esse processo da seguinte forma:

Para saber o que era a mais-valia, precisava saber o que era valor. Era necessário submeter à crítica sobretudo a teoria do valor do próprio Ricardo [...] Marx pesquisou em seguida a relação entre a mercadoria e o dinheiro e revelou como e por que, em virtude da qualidade de valor a ela inerente, a mercadoria e a troca de mercadorias tem que gerar a antítese de mercadoria e dinheiro; sua teoria do dinheiro, formulada sobre essa base, é a primeira teoria completa do dinheiro, aceita hoje, tacitamente, com caráter geral. **Pesquisou a transformação do dinheiro em capital, demonstrando que ela se fundamenta na compra e venda da força de trabalho. E dizendo força de trabalho, ou seja, a qualidade criadora do valor, onde antes dizia trabalho, resolveu de uma vez uma das dificuldades contra as quais se havia chocado a escola de Ricardo: a impossibilidade de harmonizar o intercâmbio do trabalho e o capital como a lei ricardiana da determinação do valor pelo trabalho.** E, só ao estabelecer a distinção do trabalho em constante e variável, conseguiu expor até em seus menores detalhes a verdadeira trajetória do processo de criação da mais-valia – explicando-a, assim - , coisa que nenhum de seus antecessores havia

conseguido [...], continuou estudando a própria mais-valia e descobriu suas duas formas: a mais-valia absoluta e a mais-valia relativa [...] e sobre a base da mais-valia desenvolveu a primeira teoria racional do salário que existe e traçou, pela primeira vez, as linhas fundamentais para uma história da acumulação capitalista e uma exposição de sua tendência histórica (ENGELS, 1961, p. 38-39, grifo nosso).

Portanto, é falsa e perigosa na prática a defesa feita por Mészáros de que Marx teria continuado suas formulações a partir da compreensão de base material que o autor alemão tinha nos *Manuscritos de 1844*. Além de não permanecer no entendimento de trabalhador como mercadoria e de trabalho alienado, par categorial imbricado, Marx rompe com essa ideia já em 1849, em *Trabalho assalariado e capital*, assume o patamar da economia política clássica e, assim, entende o trabalho como mercadoria. Apenas no final dos anos 50 do século XIX, como aponta Engels, é que Marx conclui sua pesquisa acerca da economia política e inicia seu processo de crítica. E o fundamento dessa crítica encontra-se na determinação social da força de trabalho como mercadoria.

5.6 A TRAJETÓRIA DOS ESCRITOS E DAS CONCEPÇÕES DE MARX

A trajetória de Marx, de 1843 a 1867, período que vai das primeiras aproximações com a economia política até a publicação da primeira edição da crítica da economia política, *O capital*, é marcada por fases de pesquisas e atuação política juntamente com Engels. Esta tese não pretende descrever detalhadamente essa trajetória, já realizada por diversos autores, e sim chamar a atenção para o material volumoso organizado e escrito por Marx em suas pesquisas ao longo desses anos.

Uma das formas de validar isso é encontrar, nesse período vivido por Marx, mais esboços do que obras escritas com a finalidade de publicação. Em outras palavras, Marx optou por publicar pouquíssimos textos, pois estava convencido da necessidade de pesquisar as minúcias da sociedade do capital e escrever, tão somente, quando esse processo estivesse desenvolvido num patamar adequado à sua exposição. Ou seja, este autor debulhou o que havia de mais desenvolvido na compreensão do real sob o capital, para só então escrever sua obra magna: *O capital*.

Não se quer, com esse argumento, dispensar os escritos de Marx em seus esboços; nem mesmo abandonar as publicações que antecederam *O capital*. Longe disso. Importante elucidar que, para Marx, há uma distinção entre método de pesquisa

e método de exposição. Tal movimento não parece ser apenas uma diferença de forma, mas também de conteúdo. É o que Marx (1873) explica no posfácio à segunda edição de *O capital*, escrito em 24 de janeiro de 1873:

É mister, sem dúvida, distinguir, formalmente, o método de exposição do método de pesquisa. **A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real [...]** (MARX, 1873, p. 28, grifo nosso).

Além disso, mesmo quando comparados textos publicados por Marx, como *Trabalho assalariado e capital* e *O capital*, identificam-se notórias diferenças, conforme já se apresentou neste trabalho. O itinerário de Marx, portanto, para “apoderar-se da matéria, em seus pormenores”, têm, a partir de sua primeira aproximação com a economia política em 1843-1844, uma série de pesquisas que pode ser identificada por meio da análise de seus esboços – manuscritos. Um conjunto de material que é significativamente mais volumoso do que o próprio resultado de todo esse processo, a saber, a obra *O capital*. Ou seja, há, em Marx, muito mais pesquisa – como os manuscritos ou esboços comprovam – do que exposição – validada com *O capital*. Esse movimento não pode ser desconsiderado. Tudo isso foi fundamental para o salto de qualidade no patamar compreensivo e explicativo do autor alemão.

Nesse percurso, tem-se em Marx, na linhagem da crítica da economia política, efetivamente realizada a partir do grau avançado de entendimento da forma de ser do capital, apenas duas obras que receberam sua forma acabada para publicação: *Para a crítica da economia política*, de 1859, e *O capital*. Para chegar a essas sínteses, Marx escreveu milhares de páginas relacionadas a seu processo de apreensão do real.

Essas páginas não apenas deixaram de ter uma forma expositiva, como também não manifestam o processo de síntese da totalidade das pesquisas. São apenas partes, riquíssimas diga-se, de contribuições. Contudo, a totalidade encontra-se, tão somente, na obra mais desenvolvida de Marx.

É nessa obra que Marx sintetiza todo seu processo de anos de pesquisa. É nela que Marx expõe, de forma aprofunda, as determinações da sociedade do capital. Portanto, como o próprio autor alemão afirma, é em *O capital* que estão expressos a

compreensão do modo de produção capitalista e suas correspondentes formas de circulação (MARX, 2011).

Nesse ínterim, Marx seguiu nos rascunhos antes de dar forma e conteúdo final à sua crítica da economia política. Os *Cadernos de Bruxelas*, *Cadernos de Manchester*, *Cadernos de Londres*, *Manuscritos e esboços de vários períodos* são a forma de manifestação dessa intensa pesquisa. Em estudo sobre a formação crítica de Marx à economia política de 1843 aos *Grundrisse*, Musto (2011, p. 60-61) elaborou a tabela apresentada nas páginas seguintes.

Tabela 1 – Cronologia dos cadernos de anotações, manuscritos, artigos e livros sobre economia política no período de 1843-58

Ano	Título	Descrição
1843-45	[<i>Cadernos de Paris</i>]	Nove cadernos de anotações que formam os primeiros estudos que Marx fez da economia política.
1844	[<i>Manuscritos econômico-filosóficos de 1844</i>]	Manuscrito incompleto composto em paralelo com os [<i>Cadernos de Paris</i>].
1845	[<i>Rascunho de um artigo sobre o livro de Friedrich List: Das Nationale System der Politischen Oekonomie</i>]	Manuscrito incompleto de um artigo contra o economista alemão List.
1845	[<i>Cadernos de Bruxelas</i>]	Seis cadernos de anotações sobre conceitos básicos de economia política.
1845	[<i>Cadernos de Manchester</i>]	Nove cadernos de anotações sobre problemas econômicos, história econômica e literatura socialista britânica.
1846-47	Citações do <i>Historical Account of Commerce</i> de von Gülich	Três cadernos de anotações sobre história econômica.
1847	<i>A miséria da filosofia</i>	Texto polêmico contra o <i>System of Economic Contradictions</i> de Proudhon.
1849	<i>Trabalho assalariado e capital</i>	Cinco artigos publicados no <i>Neue Rheinische Zeitung. Organ der Demokratie</i> .

Continua

Continuação

Ano	Título	Descrição
1850	Artigos para o <i>Neue Rheinische Zeitung: Politisch-ökonomische Revue</i>	Artigos sobre a situação econômica.
1850-53	[<i>Cadernos de Londres</i>]	Vinte e quatro cadernos de anotações enfocando, principalmente, a economia política (em particular: história e teoria das crises, dinheiro, alguns clássicos da economia política, condição da classe trabalhadora e tecnologia).
1851	[<i>Ouro: O sistema monetário perfeito</i>]	Dois cadernos de anotações compiladas durante a escrita dos [<i>Cadernos de Londres</i>], incluindo citações das teorias mais importantes sobre dinheiro e circulação.
1851-62	Artigos para o <i>New York Tribune</i>	Aproximadamente setenta artigos sobre economia política, dos 487 publicados nesse jornal.
1855	[<i>Citações: Essência do dinheiro, essência do crédito, crises</i>]	Um caderno de anotações resumindo as teorias dos principais economistas sobre dinheiro, crédito e crises.
1857	[<i>Introdução</i>]	Manuscrito contendo as mais detalhadas considerações de Marx sobre método.
1857-58	[<i>Cadernos sobre a crise</i>]	Três cadernos com relatórios sobre a crise financeira de 1857.
1857-58	[<i>Grundrisse</i>]	Manuscrito preparatório para <i>Uma contribuição para uma crítica da economia política</i> (1859).

Fonte: Musto (2011).

Em todo esse processo, resta nítida a quantidade de escritos relacionados à preparação de sua obra máxima, aquela que poderia expressar a completa apreensão do real. São muito mais esboços do que publicações. Uma pesquisa de anos que, minuciosamente, detalha o processo de produção e circulação capitalista e fornece as bases para a elaboração da crítica de Marx.

No entanto, Mészáros tem como método outra forma de análise. Para o autor húngaro, há continuidades e descontinuidades na trajetória dos autores por este estudados. Em Marx, por exemplo, na concepção de Mészáros, o trabalho alienado é uma categoria que expressa a continuidade dos *Manuscritos*, de 1844, até *O capital*. Seria essa forma peculiar de leitura, na verdade, um equívoco de Mészáros? Os estudos aqui apresentados demonstraram que sim. Iniciou-se a análise neste trabalho tomando o ponto de chegada de Mészáros: o trabalho alienado como categoria

explicativa do sistema do capital. E se demonstrou como o ponto de chegada de Mézáros em sua obra máxima é o ponto de partida de Marx nos *Manuscritos de 1844*.

Após a apresentação dos elementos centrais que compõem o universo categorial de Mézáros – feita nos capítulos 1, 2 e 3 desta tese –, pode-se, então, com melhor precisão, expor o caminho percorrido pelo autor húngaro para a sustentação de suas proposições e questionar sobre a validade de sua teoria em *Para além do capital*.

Nos estudos para este trabalho, identificou-se que Mézáros parte do pressuposto de que há uma alteração histórica do século XIX para o século XX que altera todo o sistema do capital. Assim, o século XIX teria sido marcado por ser uma fase incipiente do movimento de ascensão do capital. E o século XX seria caracterizado pela consolidação do capital. Em outras palavras, o capital tornou-se plenamente desenvolvido apenas a partir da segunda metade do século XX. Dessa forma, a primeira seria a fase imatura do capital, e a segunda, a do capital amadurecido. Antes, de acordo com Mézáros, o capital não expressava sua completa forma de organização e, em função de sua ascensão, conseguia deslocar suas crises pontuais por meio da expansão do capital pelo mundo. Então, com a globalização do sistema do capital e sua consolidação, houve uma ativação dos limites absolutos desse modo de produção e reprodução da vida. Esse movimento tem como expressão máxima a crise estrutural do capital – a partir de 1970.

Tal conjunto explicativo levou Mézáros a considerar que Marx viveu e analisou a fase imatura do capital. Isso fez com que o autor húngaro reconhecesse todo o potencial de Marx, que escreveu sob a perspectiva do trabalho e do movimento socialista, mas dispensasse seu universo categorial. Mas não o fez por completo, considerando-se que o autor húngaro realiza uma “apropriação criativa” do referencial marxiano, e é o “espírito da obra de Marx” em que Mézáros se fundamenta; e, ainda, o trabalho alienado.

Assim, para Mézáros, Marx expressa uma fase inicial do capital e não oferece respostas necessárias para a caracterização do capital plenamente desenvolvido. Por isso, havia a necessidade de uma teoria que se colocasse “para além do capital” de Marx. Seria uma nova teoria para uma nova fase do capital, a fase em que o capital expressa todas as suas contradições e sua forma de incontrollabilidade, ou seja, a fase da crise estrutural, que leva, segundo Mézáros, a este dilema: Socialismo ou barbárie. É com esse embasamento que se ergue a teoria

de Mészáros sobre o sistema do capital plenamente desenvolvido, que tem na crise estrutural sua principal forma de manifestação.

Outra parte da teoria de Mészáros se levanta sobre a crítica às sociedades pós-capitalistas de produção de capital, especialmente a sociedade do capital de tipo soviético, como o próprio autor húngaro afirma. Seu universo categorial serve, portanto, para a crítica à sociedade capitalista e à pós-capitalista, ambas produtoras de capital, em sua concepção. Mészáros considera que Lukács é o autor síntese da sociedade soviética. Por isso, como se observou neste trabalho, o tom de suas críticas a seu mestre é contundente, chegando a considerar Lukács como a expressão teórica da sociedade do capital de tipo pós-capitalista. Mészáros analisa a produção teórica de Lukács, da juventude à maturidade, e conclui que esse autor não apresenta contribuições para o movimento socialista mundial. Ao contrário, por ser a expressão teórica do sistema do capital pós-capitalista, seus escritos precisam ser criticados.

5.7 O LUGAR DA CRISE ESTRUTURAL NO UNIVERSO CATEGORIAL DE MÉSZÁROS

Demonstrou-se, ao longo desta tese, que a categoria central sobre a qual se ergue o universo categorial de Mészáros é o trabalho alienado. Essa constatação é algo extremamente novo, considerando-se diversas pesquisas sobre esse tema. Especificamente na discussão realizada no item anterior deste estudo, acompanhou-se esse movimento de elaboração de Mészáros e apontou-se para o equívoco que há quando tal elaboração é confrontada com a trajetória teórico-política de Marx. Ora, o trabalho alienado, como se mostrou anteriormente, tem seu alicerce no entendimento do trabalhador como mercadoria, presente nos *Manuscritos de 1844*, e tal concepção é abandonada por Marx como critério para seu avanço de patamar na compreensão da sociedade do capital. Assim, o autor alemão só conseguiu identificar a lei do valor e a da valorização do valor, portanto as leis sociais e universais da forma de ser do capital, ao compreender que a mercadoria crucial para que esse processo se dê está na força de trabalho, e não no trabalho ou no trabalhador.

Fundamentado no trabalho alienado tal como Marx o descreve nos *Manuscritos de 1844*, Mészáros desenvolve a totalidade de seu universo categorial. O ponto de partida de Marx, que foi superado pelo próprio autor ao longo dos anos de investigação e exposição, tornou-se o ponto de chegada de Mészáros. Tais

superações de Marx, conforme identificou-se, foram abandonadas por Mészáros. O argumento para a justificativa desse fato, pelo autor húngaro, diz respeito ao seu pressuposto, aquele relacionado às mudanças históricas que, como apresentou-se nessa tese, contém sérios equívocos explicativos.

Para Mészáros, a base material do *sociometabolismo* do capital está fundada no trabalho alienado. Este passou de uma fase incipiente para uma plenamente desenvolvida. Expressou-se, no primeiro momento, como elemento de produção para, no segundo momento, tornar-se o elemento central de destruição. Com esse universo categorial construído e próprio, Mészáros nomeia aquilo que vai caracterizar a fase destrutiva da sociedade do capital plenamente desenvolvida: a crise estrutural.

Nesta tese, seguindo a análise crítica do universo categorial de Mészáros, faz-se necessário estabelecer uma discussão acerca da crise estrutural do sistema do capital. Tal categoria explicativa ocupa lugar de destaque na teorização do autor húngaro. E aqui cabe uma importante observação: o entendimento de crise estrutural é muito conhecido e utilizado no terreno das elaborações sobre a crise do capital. No entanto, teria a crise estrutural capacidade explicativa para a compreensão das crises do capital? Será retomado os aspectos centrais, expostos pelo autor húngaro em sua obra máxima, acerca dessa temática, acompanhando a monumental tentativa de Mészáros de validar a crise estrutural na sociedade do capital.

5.7.1 A crise estrutural do sistema do capital: Ápice do capital plenamente desenvolvido e ponto de partida para a ofensiva dos trabalhadores

Antes de aprofundar a discussão acerca do tema, é preciso lembrar ao leitor a diferença entre o universo categorial de Mészáros e o de Marx: não se encontrarão na explicação de crise estrutural feita por Mészáros os fundamentos das crises cíclicas e periódicas identificadas por Marx, como a forma mais desenvolvida de manifestação dessas crises, a saber, a queda tendencial da taxa de lucro. Isso porque o universo categorial de Marx de *O capital* é dispensado por Mészáros. Assim, a elaboração do autor húngaro sobre crise tem outra forma e outro conteúdo.

A crise estrutural possui, sem dúvida, grande peso nas elaborações do autor húngaro. Mészáros faz uma tentativa de acrescentar ao universo categorial marxiano a categoria de crise estrutural. Trata-se, na verdade, da forma como o autor húngaro se apropria dos escritos de Marx para adequá-los a seu próprio universo categorial. A

crise estrutural, portanto, seria o fator primordial para a abertura do processo revolucionário socialista, e, para Mészáros (2011), isso estava posto como tendência nos escritos de Marx:

Naturalmente, **Marx** não poderia imaginar os tipos de desenvolvimento que produziram a desintegração que testemunhamos no passado recente e em outro nem tão recente. Ainda mais que, **em sua visão, uma transformação socialista viável tinha de emergir – e somente poderia emergir – da crise estrutural do sistema do capital global**, com sua divisão social do trabalho internacional antagônica e um mercado mundial profundamente problemático (MÉSZÁROS, 2011, p. 705, grifos nossos).

Mostrar-se-á, mais adiante, como isso é explicado por Mészáros com base nos escritos de Marx do ano de 1845. O que de fato importa está centrado na forma como o autor húngaro expõe o conteúdo que constitui a crise estrutural do capital. Para Mészáros (2011), trata-se de uma crise que:

[...] **afete o sistema do capital global não apenas em um de seus aspectos – o financeiro/monetário, por exemplo – mas em todas as suas dimensões fundamentais, ao colocar em questão a sua viabilidade como sistema reprodutivo social**. Sob as condições de **crise estrutural do capital**, seus constituintes destrutivos avançam com força extrema, **ativando o espectro da incontabilidade** total numa forma que faz prever a autodestruição, tanto para este sistema reprodutivo social excepcional, em si, como para a humanidade em geral (MÉSZÁROS, 2011, p. 100, grifos nossos).

É possível perceber uma demarcação feita pelo autor húngaro para diferenciar as crises que ocorreram antes da crise estrutural. Como se demonstrou no decorrer desta tese, as crises anteriores, para Mészáros, poderiam ser deslocadas com certa tranquilidade pelo movimento do capital em ascensão. Portanto, essas crises não atacavam o sistema do capital de forma global, mas apenas parcialmente. Somente a crise estrutural inaugura uma crise verdadeiramente universal do capital. E quais são as “dimensões fundamentais” que a crise estrutural afeta? A possibilidade de sobrevivência da humanidade e do próprio sistema como um todo. É fato que isso não significa, em hipótese alguma, para esse autor, a transição natural para uma nova forma histórica como consequência da derrocada do sistema do capital. Este estaria, assim, mais próximo de um ponto expresso por uma frase muito conhecida e utilizada no universo categorial do autor húngaro, ápice para a resolução de uma encruzilhada: “socialismo ou barbárie”. A crise estrutural, dessa forma, pode ter como desdobramento potencial a “autodestruição do sistema” e “o fim da humanidade”. É

nesse contexto que uma ofensiva socialista precisa ser alcançada (MÉSZÁROS, 2011).

Mészáros (2011) explica o que diferencia a crise estrutural das demais crises do capital, ou seja, o que seriam as novidades históricas dessa crise, dividindo-as em quatro aspectos:

(1) seu *caráter é universal* [...] (2) seu *alcance é verdadeiramente global* [...] (3) sua *escala de tempo* é extensa, contínua, se preferir, *permanente* [...] (4) seu *modo* de se desdobrar poderia ser chamado de *rastejante*, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 796).

Sem dúvida, a atual conjuntura impõe a necessidade de um inventário das teorizações do campo revolucionário. De fato, tal como propõe Mészáros, compreender a experiência histórica é um fator fundamental para a autocrítica do movimento socialista (MÉSZÁROS, 2009).

Para o autor húngaro, a crise estrutural apresenta os limites absolutos do capital, condição que não havia ocorrido no início do século XX e, menos ainda, no período vivido por Marx, no século XIX. Com isso, as alternativas estão colocadas: fim do sistema do capital e, com ele, fim da humanidade ou uma transição para uma nova forma histórica. Por isso, Mészáros (2011) afirma que:

Até mesmo o projeto socialista marxiano teve de sofrer as restrições de sua época. A crise do capital percebida por Marx em meados do século XIX no “cantinho europeu do mundo” por muito tempo não foi uma crise geral. Ao contrário, a continuação da ascendência histórica da ordem burguesa no “terreno bem mais amplo” do resto do mundo dissolveu durante todo um período histórico até mesmo a relativamente limitada crise europeia. Em consequência, o próprio movimento socialista inicialmente articulado por Marx e seus camaradas intelectuais e políticos foi fatalmente prematuro. *No momento de sua concepção, a teoria marxista lutou como pôde para se realizar, mas a própria realidade se recusou a lutar ao seu lado, da maneira esperada e estipulada por seu autor* (MÉSZÁROS, 2011, p. 219).

As “restrições” da época de Marx dizem respeito ao pressuposto do autor húngaro acerca das fases do capital: a de sua ascensão e a de sua consolidação. O movimento do capital, em sua fase inicial, estava ainda prematuro para uma ruptura, portanto, era incipiente. Por esse fato, as crises que acompanhavam esse movimento também eram incipientes e não “gerais”. Por isso a frustração de Marx, para Mészáros,

foi o fato de a realidade ter sido avessa às pretensões do autor alemão. E Mészáros (2011) completa:

Hoje, a situação é radicalmente diferente e chega a ser diametralmente oposta ao que foi enquanto Marx vivia. Embora o aprofundamento da crise estrutural do capital signifique que “a realidade está começando a se movimentar em direção ao pensamento”, parece que em consequência das derrotas e falhas do movimento socialista (em especial, no passado recente), o próprio pensamento – e as indispensáveis forças materiais e organizacionais, sem as quais nem o mais válido pensamento tem condições de “agarrar as massas” e tornar-se uma força material eficaz – se recusa a caminhar na direção da realidade e ‘lutar por sua própria realização’ (MÉSZÁROS, 2011, p. 219).

O “hoje” é, para o autor húngaro, a realidade nos ditames da crise estrutural. A realidade atual, assim, não é apenas diferente à da época de Marx, mas “diametralmente oposta”. Atualmente, portanto, o problema é outro. Na época de Marx, o capital estava em sua fase incipiente, e suas crises eram também incipientes. Qualquer tentativa de superação do sistema seria prematura. No atual contexto, a realidade se movimenta na plenitude do capital, contudo os equívocos do movimento socialista do passado deixaram uma terrível herança. É o pensamento que “se recusa a caminhar ao encontro da realidade”.

Há, dessa forma, algumas considerações iniciais de fundamental importância:

- i) estrutura, para Mészáros, não possui nenhuma relação com a compreensão marxiana. Destaca-se que se trata de universos categoriais distintos. Para o autor húngaro, estrutura está situada no campo das *mediações de segunda ordem*;
- ii) a tentativa monumental de Mészáros tentar encaixar nos escritos de Marx a crise estrutural;
- iii) a consideração da crise estrutural como infinitamente superior às e diferente das crises anteriores, sendo apenas esta uma crise que atinge todo o capital e a humanidade; e
- iv) a compreensão de crise estrutural como verdadeira janela revolucionária para o movimento socialista. Isso significa, em outras palavras, que inexistiu a possibilidade de sucesso das experiências revolucionárias vivenciadas antes da crise estrutural.

Do quarto aspecto surge uma importante constatação. Tem-se demonstrado, nesta tese, que a experiência soviética de 1917 é considerada por Mészáros como uma tentativa que superou o capitalismo, mas não o capital. Assim, tal experiência é nomeada como sociedade pós-capitalista de produção de capital. Ora, considerando o conjunto categorial do próprio autor húngaro, que, entre outras coisas, considera

que a crise estrutural, iniciada apenas a partir de 1970, traz consigo a possibilidade revolucionária, como é possível cobrar algo diferente da experiência soviética, anterior à crise estrutural? Na verdade, qualquer que tivesse sido o desenrolar dessa experiência, isso seria insuficiente, na concepção de Mészáros, para a superação do capital, por ter acontecido antes da crise estrutural do sistema.

Inclusive, quando Mészáros (2011, p. 734, grifo nosso) explica que “a situação, contudo, piorou muito nos **anos 1970 quando tem início a crise estrutural global do sistema do capital** [...]”, isso potencializou o agravamento do sistema pós-capitalista soviético, fazendo com que seus dirigentes buscassem, efetivamente, a “[...] restauração do capitalismo. Isso ocorreu nas circunstâncias em que o sistema do capital entrou em sua fase histórica de crise estrutural [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 736).

Mészáros vai, a seu modo, diferenciando a época vivida e analisada por Marx, a fase de ascensão do capital, e a época analisada pelo próprio autor, a do capital plenamente desenvolvido. Demonstraram-se neste estudo como esse é o fundamento do pressuposto do autor húngaro e a justificativa central para esse autor se propor a escrever uma teoria que possa ir “para além do capital”, enquanto obra de Marx e como relação social. Um dos desdobramentos causados por esse pressuposto, o das fases de ascensão e de consolidação do capital, é a forma de compreensão de crise. A crise estrutural, dessa maneira, está situada na fase de consolidação do sistema. As crises anteriores, portanto, foram crises pontuais e não causaram prejuízos para a vida do capital, na concepção de Mészáros.

Isso posto, o autor húngaro considera que, na fase de ascensão, com crises particulares e inexpressivas, o capital viveu uma época de “destruição produtiva”. Tratou-se de uma fase progressista do capital, em que a destruição era inferior à produção e estava subsumida a essa produção, provocando enorme desenvolvimento. Contudo, esse desenvolvimento potencializou uma alteração nessa equação, e as forças produtivas se tornaram forças de destruição, ou “produção destrutiva”, marca fundamental da crise estrutural e dos limites absolutos do capital. Segundo Mészáros (2006):

Na fase ascensional do desenvolvimento do sistema, o controle do metabolismo social pelo capital resultou num antes inimaginável aumento das forças de produção. Mas o outro lado de todo esse aumento das forças de produção é a perigosa multiplicação das forças de destruição, **a menos que**

prevaleça um controle consciente de todo o processo a serviço de um projeto humano positivo (MÉSZÁROS, 2006, p. 14, grifo nosso).

Para Mézáros, a fase de ascensão corresponde à fase progressista do sistema do capital. Já a fase de consolidação está associada com a fase destrutiva desse sistema. Produção e destruição sempre ocorreram em uma relação de determinação de uma sobre a outra. Antes, a produção desempenhava um papel central. Ao se chegar a determinada fase do desenvolvimento das forças produtivas e se atingirem os limites absolutos do capital, portanto ao se iniciar a crise estrutural, é a destruição que ocupa esse lugar. É assim que o sistema do capital chega à sua fase de “incontrolabilidade destrutiva”. Dessa forma, “[...] historicamente passamos da prática de “destruição *produtiva*” da reprodução do capital para uma fase em que o aspecto predominante é o da produção *destrutiva* cada vez maior e mais irremediável” (MÉSZÁROS, 2011, p. 267).

Como se explicou neste estudo, tudo isso está em direta oposição aos escritos de Marx, e Mézáros faz questão de deixar isso muito bem esclarecido. Portanto, a época de Marx é marcada pela ascensão do capital, e essa fase é caracterizada pela fase progressista desse sistema. Já a época analisada por Mézáros (2011), a do capital plenamente desenvolvido, é marcada pela fase destrutiva do capital:

Em agudo contraste com a articulação social predominantemente produtiva do capital da época de Marx, o capitalismo contemporâneo atingiu um estágio em que a *disjunção radical* entre produção genuína e autorreprodução do capital não é mais uma remota possibilidade, mas uma realidade cruel com as mais devastadoras implicações para o futuro. Ou seja, as barreiras para a produção capitalista são, hoje, suplantadas pelo próprio capital de formas que asseguram inevitavelmente sua própria reprodução – em extensão já grande e em constante crescimento – como *autorreprodução destrutiva*, em oposição antagônica à *produção* genuína (MÉSZÁROS, 2011, p. 699).

E qual teria sido a referência, o fundamento para que Mézáros tivesse essa compreensão das fases, predominantemente, produtiva ou destrutiva do capital, um dos pilares da crise estrutural? O conteúdo que foi desdobrado pelo autor encontra-se, segundo ele, em *A ideologia alemã*, de Marx e Engels. Esse texto, escrito entre 1845 e 1846, ofereceu a justificativa necessária para que a compreensão de Mézáros fosse esta: uma fase progressista, de produção, na ascensão do capital e uma fase destrutiva, de produção destrutiva, a partir da consolidação do capital.

Em outras palavras, considerando a totalidade do universo categorial de Mézáros, encontrou-se uma tentativa marxista de superar o próprio Marx. Sabe-se,

conforme relatado nesta tese, que isso é feito a partir de uma “apropriação criativa” e com “modificações significativas” dos escritos de Marx. Em *Para além do capital*, Mészáros (2011) faz a seguinte citação, retirada de *A ideologia alemã*:

No desenvolvimento das forças produtivas surge uma etapa em que se criam estas forças e os meios de inter-relacionamento, sob os quais as relações existentes apenas prejudicam e já não são forças produtivas, mas destrutivas. [...] No sistema da propriedade privada, essas forças produtivas se desenvolvem de forma apenas unilateral e, em sua maioria, tornam-se forças destrutivas. Deste modo, as coisas chegam a tal situação que as pessoas são obrigadas a apropriar-se da totalidade das forças produtivas existentes, não somente para realizar sua própria atividade mas também *para simplesmente salvaguardar a própria existência* (MARX e ENGELS, apud MÉSZÁROS, 2011, p. 58, grifo nosso).

Mészáros compreende isso como algo fundamental das análises de Marx e Engels sobre uma tendência que se desenvolveria ao longo da história do capital. A partir disso, Mészáros (2011) escreve:

Quando Marx escreveu estas linhas em 1845, as forças destrutivas por ele identificadas ainda estavam muito longe do pleno desenvolvimento. Suas diversas obras, que levam o subtítulo de “Crítica da economia política”, representaram a busca de uma força equilibradora com a qual se pudesse deter a destrutiva lógica autoexpansionista do capital e libertar os indivíduos sociais, por sua própria *autoatividade*, daquela *força alienante* que não apenas os controlava, mas, em última análise, ameaçava a própria existência da humanidade (MÉSZÁROS, 2011, p. 58).

O autor húngaro aponta como uma tendência o que Marx e Engels apresentaram: a iminente alteração do movimento do capital, que passaria a ser caracterizado pela “incontrolabilidade” e seria marcado por uma fase destrutiva. Mas isso não teria se realizado no período de Marx. Esse é um dos elementos que Mészáros utiliza para destacar que a fase vivida e analisada por Marx era uma fase incipiente do capital.

Isso posto, Mészáros (2011) caracteriza o sistema do capital plenamente desenvolvido, em oposição ao período vivenciado por Marx:

As forças destrutivas da ordem da produção do capital já não são, em nossos dias, apenas potencialidades ameaçadoras mas realidades onipresentes. Hoje, o funcionamento “normal” e a contínua expansão do sistema do capital são inseparáveis do exercício irrestrito das “forças produtivas-destrutivas unilateralmente desenvolvidas” que dominam a nossa vida, não importa quão catastróficos sejam seu já visível impacto e os riscos para o futuro – até bem maiores do que reconheciam os ambientalistas socialistas [...] O que realmente torna a situação de hoje particularmente grave em relação à época

de Marx é que a presente articulação do capital como um sistema global, na forma da acumulação de suas forças repressivas e interdependências paralisantes, nos coloca diante do *espectro da incontrolabilidade total* (MÉSZÁROS, 2011, p. 58-59).

Neste ponto da exposição desta tese, já estão mais do que claros os argumentos de Mézszáros para justificar seu universo categorial para além de Marx e de *O capital*. Está bastante claro, também, que o autor húngaro considera universal o trabalho alienado tal como Marx expôs nos *Manuscritos de 1844*. Além disso, seria universal também o que Mézszáros considera como tendência, apresentada por Marx e Engels em *A ideologia alemã*, qual seja, uma fase destrutiva.

Essa fase de produção destrutiva estaria marcada pela “incontrolabilidade do capital”. Como se demonstrou nos primeiros capítulos deste estudo, a “incontrolabilidade do capital” é uma das marcas que fundamentam a crise estrutural, expondo os limites absolutos do capital. Dessa forma, a crise estrutural do capital está completamente interligada com a compreensão de Mézszáros sobre a identificação da fase de produção destrutiva. Ou seja, a crise estrutural é o elemento que se ergue sobre essa fase destrutiva, que impõe os limites absolutos do capital e a “incontrolabilidade total” desse sistema.

Todavia, cabe levantar as seguintes questões: Marx e Engels, em *A ideologia alemã*, estariam apontando de fato para uma tendência de fases do capital com preponderâncias produtiva ou destrutiva? Se isso está correto, os autores deram continuidade a essa compreensão no desenvolvimento de suas pesquisas e exposições? Para responder à primeira questão, uma pesquisa que considerasse a totalidade de *A ideologia alemã* precisaria ser realizada. No entanto, esse não é o objetivo desta tese, tendo em vista o pouco tempo que se tem para sua elaboração. Cabe a este trabalho, ao menos, apontar que Marx e Engels, quando escreveram a citação referenciada por Mézszáros, apresentaram os resultados que consideravam como síntese da concepção materialista de história. Porém, há condições de responder à segunda questão analisando a trajetória de pesquisa e exposição desses autores, assim como se fez no início deste capítulo sobre a discussão acerca do trabalho alienado.

Um primeiro elemento a se considerar é o fato de que, em 1845, Marx ainda estava aquém do patamar de compreensão da economia política, por mais brilhantes, dialéticos e materialistas que fossem seus escritos nesse texto. Como se mostrou

nesta tese, foi apenas no final da década de 1850 que Marx concluiu seus estudos sobre a economia política. Esse movimento de saltos qualitativos no patamar de compreensão de Marx é marcado pela transição, em especial, dos seguintes aspectos: i) a identificação do trabalhador como mercadoria, nos *Manuscritos de 1844*, com compreensão aquém da economia política; ii) a identificação do trabalho como mercadoria, em *Trabalho assalariado e capital*, de 1849, no patamar da economia política; e iii) a identificação central da força de trabalho como mercadoria, em *O capital*, primeira edição de 1867, com a superação da economia política e a base para a compreensão das leis universais do capital, como valor, mais-valia, capital etc.

Portanto, a pergunta que norteia os escritos desta tese, acerca do tema, é esta: supondo que Marx e Engels considerassem que haveria uma fase de predominância produtiva e uma determinadamente destrutiva no movimento do capital, isso poderia ser confirmado por Marx na exposição de *O capital*, sua obra mais bem desenvolvida?

Como já se apontou neste estudo, foi apenas no final da década de 1850 que Marx concluiu seus estudos acerca da economia política. E o texto que demarca essa transição, *Contribuição à crítica da economia política*, foi escrito em 1859. Trata-se de um texto incompleto de Marx, que teve como finalização a obra máxima do autor, *O capital*. Contudo, esse texto traz importantes questões, em especial em seu prefácio, que pode ser considerado como uma espécie de autobiografia da trajetória intelectual de Marx.

Nesse texto, depois de pontuar os avanços em seu patamar de compreensão e a identificação de que as relações jurídicas e as formas de Estado só poderiam ser compreendidas a partir de sua base material de produção de capital, e não do trabalho alienado, Marx (s/d) escreve, em síntese, o seguinte:

[...] O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu de fio condutor aos meus estudos, pode resumir-se assim: na produção social da vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência. **Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações sociais de produção existentes, ou, o que não é senão a sua expressão**

jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até ali. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se convertem em obstáculos para a elas. E se abre, assim, uma época de revolução social [...] (MARX, s/d, p. 301, grifo nosso).

A referida passagem de Marx, situada no patamar superior de sua compreensão, quando comparada a seus escritos em *A ideologia alemã*, guarda importantes correspondências com esses escritos. De fato, é possível identificar que Marx, desde muito cedo, já se atentava para um choque entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção. No período de 1845, Marx apontava para um limite entre o desenvolvimento das forças produtivas com as relações de troca, de intercâmbio. Todavia, uma diferença central é encontrada: não há mais, considerando o prefácio de 1859, uma menção sequer ao que seria uma fase progressista e uma fase de produção destrutiva. Mas há, sim, a descrição da contradição entre a relação social com desenvolvimento das forças produtivas do trabalho.

É importante destacar que essa parte do prefácio está relacionada com uma leitura histórica dos modos de produção anteriores ao capital, mas cabe questionar qual seria, de fato, o resultado causado por esse choque na forma de ser do capital. Antes de se responder a essa questão, é necessário considerar o complemento da citação retirada do prefácio de 1859, assim escrito por Marx (s/d):

[...] Ao mudar a base econômica, revoluciona-se, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura erigida sobre ela. **Quando se estudam essas revoluções**, é preciso distinguir sempre entre as mudanças materiais ocorridas nas condições econômicas de produção e que podem ser apreciadas com exatidão própria das ciências naturais, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, numa palavra, as formas ideológicas em que os homens adquirem consciência desse conflito e lutam para resolvê-lo [...] (MARX, [s/d], p. 301-302, grifo nosso).

Marx utiliza esse conteúdo sob duas formas. A primeira está relacionada à análise dos processos revolucionários dos modos de produção anteriores até a chegada ao mundo do capital. A transição, por exemplo, do feudalismo para o capitalismo se deu a partir do choque das relações de produção com o desenvolvimento das forças produtivas materiais. Isso se agudizou ao longo de vários anos até chegar à iminência de uma ruptura. O feudalismo, e sua forma de relação social, chocou-se com a mercadoria, potencializada pelo avanço das forças produtivas

materiais. A mercadoria vence, e conforma uma classe responsável por finalizar o processo revolucionário e eliminar as barreiras para seu potencial desenvolvimento. Essa classe foi a burguesia revolucionária. Esse é o primeiro aspecto a se considerar. Por esse fato é que Marx (s/d, p. 301) elucida “[...] “quando se estudam essas revoluções [...]”, ou seja, no passado, as revoluções que já ocorreram de transições de modos de produção.

Pode-se validar isso considerando os escritos de Marx de *O capital*, no Livro Primeiro, no capítulo 24 – “A assim chamada acumulação primitiva”, no item sétimo – “Tendência histórica da acumulação capitalista”. Na última parte do Livro Primeiro, Marx se dedica a traçar os elementos gênese histórica da sociedade do capital. O autor alemão expõe, como se mostrou no quarto capítulo desta tese, as marcas do “DNA” do mundo do capital, predominantemente caracterizado por métodos violentos e sanguinários. A expropriação dos trabalhadores de seus meios de produção, a criação dos proletários – “livres como pássaros” – e a origem da forma de ser do capital são os elementos centrais dessa discussão.

É nesse contexto, de transição do feudalismo para o capitalismo, que Marx (1985) explica:

[...] Em certo nível de desenvolvimento, produz os meios materiais de sua própria destruição. A partir desse momento agitam-se forças e paixões no seio da sociedade, que se sentem manietadas por ele. **Tem de ser destruído e é destruído.** Sua destruição, a transformação dos meios de produção individuais e parcelados em socialmente concentrados, portanto da propriedade minúscula de muitos em propriedades gigantesca de poucos, portanto a expropriação de grande massa da população de sua base fundiária, de seus meios de subsistência e instrumentos de trabalho, essa terrível e difícil expropriação da massa do povo constitui a pré-história do capital [...] (MARX, 1985, p. 293, grifos nossos).

O que Marx afirma, senão que, em certa etapa do desenvolvimento das forças produtivas materiais no feudalismo, criam-se os meios materiais de sua própria destruição, ou seja, a mercadoria? O entrave entre as relações sociais de produção feudal e o desenvolvimento das forças produtivas – que tem a mercadoria como resultado mais expressivo – agudiza as contradições que precisam ser destruídas. E são destruídas. A forma social feudal já não corresponde mais à própria base material de produção de mercadorias.

Portanto, considerando a transição do feudalismo para o capitalismo, aquela posição de Marx encontra respaldo. Do feudalismo para a mercadoria, e da

mercadoria para o capital, de fato houve uma agudização da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas, propiciado pelas relações mercantis – a mercadoria –, e as relações feudais, portanto com as relações feudais de propriedade. O feudalismo, ao se desenvolver, criou o germe de sua própria destruição. Essa contradição ocorreu ao longo de séculos e teve como resultado a vitória da mercadoria sobre o feudo e, na sequência, a vitória política da burguesia como classe dominante. Mas essa agudização das contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e a relação social de produção, que possibilitou a revolução burguesa, valeria para a sociedade do capital? Observe-se atentamente a seguir.

O segundo aspecto está relacionado à compreensão desse choque entre as relações sociais de produção com o desenvolvimento das forças produtivas materiais sob a sociedade do capital: qual seria o resultado desse choque na sociedade do capital? Considerando a obra máxima de Marx, identificou-se que, de fato, o capital possui, em sua forma de ser, um mecanismo de autopreservação: as crises cíclicas e periódicas.

Assim, o resultado imediato do choque entre as relações sociais de produção e o desenvolvimento das forças produtivas materiais, sob o capital, se concretiza e é resolvido com as crises cíclicas e periódicas. Trata-se de um mecanismo de autopreservação desse modo de produção, que necessita destruir, a cada ciclo de desenvolvimento, parte do capital da classe capitalista e da classe trabalhadora para então seguir com seu processo de desenvolvimento.

Dessa forma, há uma diferença matricial entre a compreensão de Marx postulada em *A ideologia alemã* e a de seus textos escritos a partir de 1859, mais precisamente de *O capital*. No primeiro, há uma possível identificação de uma fase com predominância produtiva e de uma fase com predominância destrutiva. Esse seria o resultado do choque entre as relações sociais de produção e o desenvolvimento das forças produtivas materiais. No segundo, esse argumento é completamente alterado, com sentido antagônico. Não se trata, portanto, de uma fase produtiva e de uma destrutiva, mas sim de um período de crises cíclicas e periódicas a fim de salvar a vida do capital como resultado desse choque.

Mészáros, ao abandonar *O capital*, de Marx, por considerá-lo incipiente, pela própria insuficiência das relações do capital em sua ascensão, incorre no grave problema de desconsiderar essa segunda constatação. Ao admitir apenas os escritos presentes em *A ideologia alemã*, desdobra sua compreensão para a identificação de

que o resultado do choque, que se tem repetido neste capítulo, teria sido a crise estrutural do capital. Essa crise seria a expressão do momento em que a fase de produção destrutiva teria começado e, assim, teria revelado os limites absolutos do capital. Dessa forma, é necessário apresentar, em linhas gerais, o fundamento da teoria das crises do capital em Marx.

5.7.2 As crises cíclicas e periódicas: apontamentos à luz de Marx em *O capital*

Após identificar o equívoco basilar de Mészáros em sua compreensão sobre crise estrutural e suas incipiências no entendimento de crise em Marx, é preciso agora se ater à exposição sobre a teoria da crise do capital em Marx de *O capital*. Demonstrar-se-ão as diferenças centrais entre o entendimento de crise estrutural no universo categorial de Mészáros e as crises no universo categorial de Marx. Isso possibilitará constatar que se trata de concepções distintas e diametralmente opostas.

As crises cíclicas e periódicas são as expressões mais agudas do enorme complexo de contradições do capital. Por esse fato, tal tema é marcado por uma infinidade de convergências e divergências entre os pesquisadores desse terreno teórico.

O objetivo desta parte desta tese é apresentar os elementos explicativos basilares do fio condutor que perpassa os três volumes da obra máxima de Marx com a finalidade de encontrar as leis gerais que constituem a forma explicativa da crise do capital. Isso possibilitará compreender essa erupção violenta que, ciclicamente, atinge a forma de ser do capital. Inicialmente, destaca-se que as crises demarcam o encerramento de um ciclo econômico e a abertura de uma nova fase de produção e de reprodução capitalista.

Se faz necessário compreender as crises cíclicas e periódicas a partir de dois aspectos centrais, a saber: i) “Cíclico”, nesse contexto de crises, por sua vez, significa duas coisas distintas, mas que se relacionam mutuamente: a) as crises são cíclicas em função do que Marx nomeia como as fases que correspondem à vida da indústria – períodos sucessivos de ascensão, prosperidade, crise, estagnação etc.; e b) as crises são cíclicas porque estão diretamente relacionadas com o ciclo do capital – o capital-monetário, o capital-produtivo e o capital-mercadoria; ii) As crises são periódicas porque ocorrem, determinadamente, pela realização dos ciclos do capital – quando a produção e a reprodução, assim como a acumulação, acontecem a todo

vapor –, ou por sua abrupta interrupção – por exemplo, pela escassez de matérias-primas fundamentais para alguns ramos produtivos em épocas de fracasso de colheitas, como na indústria têxtil e do algodão no século XIX, ou pelas greves dos trabalhadores. Em ambos os casos, a lei da queda tendencial da taxa de lucro representa, tão somente, a forma de manifestação mais concreta das crises.

É possível constatar, considerando a obra máxima de Marx, que as crises são sempre momentos violentos, que manifestam a contradição existente entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho e as relações sociais de produção. Trata-se, na verdade, de um inédito mecanismo de autopreservação do modo capitalista de produção se comparado com os modos de produção anteriores.

Nos momentos de crise, o clima de pânico interno é potencializado, e a queima de parte do capital – constante e variável – é necessária para reequilibrar o conjunto da produção. São contradições inerentes a essa lógica, que subsume a vida social ao capital.

Portanto, as crises são, contraditoriamente, a prova cabal do funcionamento “saudável” do capital. Ao apresentar um limite temporário para o avanço da produção capitalista, por esta ter se desenvolvido plenamente durante um ciclo, incidem, ao mesmo tempo, no ponto de partida para a realização de um novo ciclo. Isso porque, conforme Marx, a alternância pela qual passa a sociedade do capital percorre fases que vão, em síntese, da prosperidade às crises. São ciclos que dominam e, independentemente das vontades, impõem a trajetória da produção e da reprodução da vida social inserida no *status quo* capitalista.

Dessa forma, às vésperas de cada crise do capital, os negócios se apresentam com uma gigantesca solidez. Marx oferece a melhor validação disso no Livro Terceiro de *O capital*, no capítulo trinta, “Capital monetário e capital real – I”, em que apresenta a problemática estratégia da classe capitalista em burlar a necessidade de manter um expressivo capital de reserva e, com isso, tornar-se inteiramente dependente dos reflexos do movimento do capital. Assim, Marx (2017) expõe o exemplo obtido:

[...] pelos *Reports on Bank Acts*, de 1857 e 1858, em que todos os diretores de bancos e comerciantes, ou seja, todos os peritos intimados a depor, com lord Overstone à frente deles, congratulam-se uns aos outros pela prosperidade e solidez dos negócios, apenas um mês antes de estourar a crise de agosto de 1857. É curioso que o próprio Tooke, em sua *History of Prices*, compartilhe uma vez mais, como historiador, dessa ilusão. Os

negócios estão sempre sólidos, e o campo, em plena prosperidade, até que de repente, da noite para o dia, estoura a crise (MARX, 2017, p. 541).

Percorrer-se-á a seguir, à luz de *O capital*, de Marx, o processo de construção desta categoria explicativa fundamental – crises cíclicas e periódicas – para a compreensão do modo de produção atual e analisar-se-á a pretensa relação de identificação entre os momentos de crise com a luta revolucionária dos trabalhadores.

5.7.2.1 As leis gerais das crises cíclicas e periódicas em Marx de *O capital*

Sobre o tema da crise do capital, é fato que tem havido, até o presente momento, uma verdadeira competição de frases, que analisadas de perto nada mais contêm que ideias imprecisas. Com a finalidade de contribuir com o rigor e a precisão da leitura da forma de ser do capital, a partir de Marx de *O capital*, apresentar-se-á a compreensão do autor alemão sobre a problemática da crise do capital.

As relações de produção precisam ser consideradas sempre a partir da determinação de seu caráter histórico. É certo que o processo de relação entre homem e natureza, um processo social, é comum a todas as formas de desenvolvimento social. Contudo, e mais importante, esse processo será influenciado pela característica fundante da relação social de produção, determinada historicamente. As bases materiais nas quais se fundam as relações sociais, portanto, determinarão o aspecto basilar que caracterizará a relação entre homem e natureza.

Do ponto de vista do trabalho, essas considerações são cruciais. Sabe-se que o que determina o trabalho em sentido geral é a relação ineliminável entre o homem e a natureza. Ao transformar a natureza, o homem transforma a si mesmo de tal modo que é possível considerar que é o trabalho, em sentido geral, que produz a própria humanidade.

Do ponto de vista da relação social, que se ergue sobre a base material do trabalho em sentido geral, tem-se as sociedades sem classes, que a humanidade vivenciou durante a maior parte de toda sua história. Com o surgimento da propriedade privada dos meios de produção – e com ela, a mercadoria, a exploração do homem pelo homem, as classes sociais e o Estado –, ocorre uma alteração histórica substancial.

O trabalho em sentido geral, ou o trabalho concreto, o que produz valores-de-uso, passa a ser determinado pela base material sobre a qual está alicerçado. Foi

assim com todos os modos de produção marcados pelas sociedades divididas em classes, inclusive na sociedade atual, a capitalista. Tal como realizado por Marx, não interessa a esta tese fazer um resgate de todos os modos de produção anteriores, e sim de centrar a análise na sociedade do capital.

Contudo, um importante destaque precisa ser considerado. Com a propriedade privada dos meios de produção e o início das sociedades divididas em classes, houve uma alteração na configuração entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho e a relação social de produção. De correspondentes e intimamente relacionadas, essas passam a ser contraditórias. Ocorre que, nos modos de produção anteriores à forma de ser do capital, essa contradição era insolúvel. Em outras palavras, ocorria uma agudização dessa contradição até se chegar a um limite absoluto do modo de produção. Esse limite foi a base para os processos revolucionários, que alteraram as bases materiais das produções anteriores e foram seguidos de uma revolução política. Sob o capital, uma importante diferenciação, em relação aos modos de produção anteriores, é possibilitada pelas crises cíclicas e periódicas do capital.

No quarto capítulo desta tese, introduziu-se essa discussão e demonstrou-se como o pilar determinante do modo de produção capitalista é o trabalho abstrato e o produtivo de capital. O caráter histórico desse modo de produção altera a determinação do trabalho em sentido geral. De criador da própria humanidade, o trabalho, sob o capital, transforma-se em seu contrário. Para se ser mais exato, a produção da vida humana, sob o capital, se dá, contraditoriamente, pela produção potencial da morte humana em um processo cíclico e periódico, determinado pela lógica de produção e reprodução capitalista.

A ciência econômica burguesa foi incapaz de compreender essa alteração central e, por isso, desdobrou-se em uma série de equívocos no que diz respeito ao caráter histórico da produção capitalista, determinado pelo trabalho abstrato e produtivo de capital. Trata-se de uma concepção incipiente, que navega na superfície das relações sociais capitalistas e que se funda, entre outros equívocos, na confusão acerca do processo social de produção, identificando-o como processo simples de trabalho ou trabalho em sentido geral ou trabalho concreto. Mészáros, em certa medida e a seu modo, não consegue romper com essa lógica.

Tudo isso significa que, respaldada no trabalho em sentido geral, no processo simples de trabalho ou no trabalho concreto, a compreensão da crise do capital está

interditada. É o trabalho abstrato e produtivo de capital, portanto, a categoria explicativa crucial para o entendimento das crises.

À medida que o processo social capitalista atinge um certo grau de maturidade, este remove a forma histórica anterior e subsume tudo à avidez do capital por se produzir, reproduzir e acumular. Isso é demarcado, historicamente, com a consolidação e potencialização da maquinaria na indústria moderna, ainda no século XIX.

Uma vez consolidado o modo de produção capitalista, o processo social começa a se deparar com uma cíclica e periódica fase de crise. Dessa forma, as crises são as expressões da amplitude e da profundidade que alcançam a contradição existente entre as relações sociais de produção e o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho. A cada etapa em que se agudiza essa contradição, o mecanismo de autopreservação do capital é ativado, e explodem as crises.

Predominantemente, em *O capital*, de Marx, o exemplo escolhido para ilustrar e validar a teoria das crises encontra-se na crise algodoeira e em seu movimento na trajetória realizada entre o final do século XVIII e, determinantemente, a primeira metade do século XIX. Tal crise, como regra das crises cíclicas e periódicas do capital, oprimiu sobremaneira os trabalhadores. Aliás, essa é uma característica fundamental de todas as crises do capital.

Na parte quarta do Livro Primeiro de *O capital*, intitulada “A produção da mais-valia relativa”, Marx dedica o capítulo décimo terceiro para apresentar os elementos característicos do capital plenamente desenvolvido: “A maquinaria e a indústria moderna”. No item quinto, Marx (2011) escreve sobre “A luta entre trabalhador e máquina” e como isso provocou uma possibilidade de conduzir à crise o modo de produção capitalista em sua fase ainda inicial:

A máquina não é apenas o concorrente todo-poderoso, sempre pronto a tornar ‘supérfluo’ o assalariado. O capital, aberta e tendenciosamente, proclama-o o poder inimigo do trabalhador, manejando-a em função desse atributo. **Ela se torna a arma mais poderosa para reprimir as revoltas periódicas e as greves dos trabalhadores contra a autocracia do capital.** Segundo Gaskell, a máquina a vapor foi, desde o início, antagonista da ‘força humana’, **tendo capacitado o capitalista a esmagar as exigências crescentes dos trabalhadores que ameaçavam lançar em crise o sistema fabril que nascia.** Poder-se-ia escrever toda uma história das invenções feitas a partir de 1830 com o único propósito de suprir o capital com armas contra as revoltas dos trabalhadores. Destaca-se entre elas a máquina de fiar automática, pois ela abre uma nova época no sistema automático (MARX, 2011, p. 496-497, grifos nossos).

O desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, exemplificado pela constante revolução dos meios de produção, em especial da maquinaria, é uma arma eficaz para disciplinar os trabalhadores na pedagogia do capital. Uma arma que promove a contenção da organização dos trabalhadores e lança para as ruas uma boa parte destes. Além disso, o que salta aos olhos nessa citação de Marx é a relação que o autor alemão faz entre os movimentos e as greves dos trabalhadores com a crise do capital. De fato, uma greve geral, por exemplo, possibilita uma interrupção no ciclo da produção capitalista e pode conduzir a uma crise do capital. Por esse motivo, essas greves precisam ser aniquiladas. De todo modo, é uma importante constatação de que as crises do capital não são apenas parte do funcionamento saudável do modo de produção, condições objetivas da própria realidade do capital, mas podem ser também a manifestação da organização dos trabalhadores⁵⁷.

Ainda na parte quarta de *O capital*, mas no sétimo item, “Repulsão e atração dos trabalhadores pela fábrica. Crises da indústria têxtil algodoeira”, Marx (2011) exemplifica os ciclos que a vida da indústria percorre:

O enorme poder de expansão, aos saltos, do sistema fabril e sua dependência do mercado mundial geram necessariamente uma produção em ritmo febril, seguida de abarrotamento dos mercados, que, ao se contraírem, ocasionam um estado de paralisação. **A vida da indústria se converte numa sequência de períodos de atividade moderada, prosperidade, superprodução, crise e estagnação.** A incerteza e a instabilidade a que a produção mecanizada submete a ocupação e, conseqüentemente, as condições de vida do trabalhador tornam-se normais como aspectos das variações periódicas do ciclo industrial [...] (MARX, 2011, p. 515, grifo nosso).

Os ciclos periódicos que a vida da indústria percorre é uma das formas de compreensão das crises do capital. Os períodos que vão, em síntese, da prosperidade à crise, marcam a trajetória desses ciclos. É um processo social do caráter da forma de ser do capital em produção e reprodução. Como se afirmou anteriormente, Marx utilizou a crise algodoeira para validar essa constatação das fases que a vida da indústria percorre. No quadro geral desse panorama, ainda na continuação da discussão do sétimo item do capítulo décimo terceiro, Marx (2011) descreve detalhadamente:

⁵⁷ De todo modo, o caráter central do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho é a ampliação da produção de mais-valia. Com isso, e ao mesmo tempo, o mesmo desenvolvimento promove uma gama variada de benefícios à vida do capital.

De 1770 a 1815, a indústria têxtil algodoeira só em 5 anos experimentou **depressão ou estagnação**. Durante esses primeiros 45 anos, os fabricantes ingleses possuíam o monopólio da maquinaria e do mercado mundial. De 1815 a 1821, houve **depressão**; em 1822 e 1823, **prosperidade**; em 1824, abolição das leis contra as Trades Unions, grande expansão geral das fábricas; em 1825, **crise**; em 1826, **grande miséria e revoltas entre os trabalhadores das fábricas**; em 1827, **ligeira melhoria**; em 1828, grande aumento dos teares a vapor e das exportações; em 1829, as exportações, especialmente para a Índia, ultrapassaram todos os anos anteriores; em 1830, mercados abarrotados, **grande penúria**; de 1831 a 1833, mantém-se a **depressão**, retira-se da Companhia das Índias Orientais o monopólio do comércio com a Índia e a China. Em 1834, há grande aumento das fábricas e de maquinaria e escassez de braços. A nova lei dos pobres promove a emigração dos trabalhadores rurais para os distritos das fábricas. Os condados rurais se esvaziam de crianças. Tráfico de escravos brancos. Em 1835, **grande prosperidade**. **Ao mesmo tempo, os tecelões morrem de fome**. Em 1836, **grande prosperidade**. Em 1837 e 1838, **depressão e crise**. Em 1839, **reanimação**. Em 1840, **grande depressão, revoltas, intervenção de tropas**. Em 1841 e 1842, **sofrimento terríveis dos trabalhadores fabris**. Em 1842, os fabricantes fecham suas fábricas aos trabalhadores para forçar a abolição das leis aduaneiras sobre cereais. Os trabalhadores afluem aos milhares a Yorkshire, sendo repelidos pelas tropas, e seus líderes, levados a julgamento em Lancaster. Em 1843, **grande miséria**. Em 1844, **reanimação**. Em 1845, **grande prosperidade**. Em 1846, **de início continuação da melhoria, seguida de sintomas opostos**. Revogação das leis sobre cereais. Em 1847, **crise**. Redução geral dos salários em 10% e mais para comemorar o enorme pão (*'big loaf'*) prometido pelos livre-cambistas. Em 1848, **continua a depressão**. Manchester sob proteção militar. Em 1849, **reanimação**. Em 1850, **prosperidade**. Em 1851, **preços em declínio, salários baixos, greves frequentes**. Em 1852, **início da melhoria**. **Continuam as greves, os fabricantes ameaçam importar trabalhadores estrangeiros**. Em 1853, **exportações em ascensão**. **Greve de 6 meses e grande miséria em Preston**. Em 1854, **prosperidade**, mercados abarrotados. Em 1855, **notícias de falências ocorrem dos Estados Unidos, do Canadá e dos mercados orientais**. Em 1856, **grande prosperidade**. Em 1857, **crise**. Em 1858, **melhoria**. Em 1859, **grande prosperidade**, aumento das fábricas. Em 1860, **apogeu da indústria têxtil algodoeira**. Então, os mercados indianos, australianos e de outras áreas ficaram tão abarrotados que, mesmo em 1863, não tinham absorvido ainda todo o encalhe. Tratado de comércio com a França. Desenvolvimento enorme das fábricas e da maquinaria. Em 1861, **a melhoria continua por algum tempo, manifestam-se tendências opostas, sobrevivendo a Guerra Civil americana e a falta de algodão**. De 1862 a 1863, **colapso completo** (MARX, 2011, p. 516-517, grifos nossos).

Há mais um elemento para se compreender as formas possíveis de determinação das crises. Além do movimento organizado dos trabalhadores, Marx utiliza um outro exemplo de interrupção do ciclo do capital. Nesse exemplo tem-se por um lado a carência ou escassez de algodão, ou seja, a falta de matéria-prima, e há a interrupção do ciclo. Por outro lado, há a realização das fases do ciclo do capital – capital-monetário, capital-produtivo e capital-mercadoria – e a falta de matéria-prima relacionada com o aumento da produtividade causada pela maquinaria.

Outro aspecto a se destacar é a relação que há entre o que Marx nomeia como “colapso total” com a crise do capital – pela escassez de matéria-prima – e a Guerra Civil Americana. Os elementos causados pelas guerras constituem-se, desse modo, como uma forte determinação para o “colapso total”. Contudo, como se mostrará nesta tese, esse “colapso total” não pode, sob qualquer hipótese, conduzir à derrocada iminente do capital.

Portanto, as crises cíclicas do capital podem ser entendidas tanto pela interrupção do ciclo do capital como por sua inteira realização. As formas potenciais e de alcance maior são entendidas por Marx como uma “crise geral”. Esta demarca o final de um ciclo e o início de outro. A esse respeito, no posfácio da segunda edição de *O capital*, escrito em 24 de janeiro de 1873, Marx (2011, p. 29) apresenta a seguinte assertiva: “para o burguês prático, as contradições inerentes à sociedade capitalista patenteiam-se, de maneira mais contundente, nos vaivéns do ciclo periódico experimentados pela indústria moderna e que atingem seu ponto culminante com a crise geral [...]”.

Já no prefácio à edição inglesa da obra máxima de Marx, escrito por Engels (2011, p. 42) em cinco de novembro de 1886, ao descrever o processo de expansão do capital pelo mundo, esse autor exemplifica que “o ciclo decenal de estagnação, prosperidade, superprodução e crise, que se repetiu sempre de 1825 a 1867, parece ter realmente chegado ao seu fim; mas para lançar-nos no lodaçal desesperante de uma depressão duradoura, crônica [...]”.

As crises gerais, de fato, aparecem como forma final do capital, forma esta que poderia aparentemente levar à compreensão de um colapso total, final, do capital. Todavia, como Engels explica, isso não passa de uma aparência. As crises, portanto, são formas significativas de manifestação das contradições capitalistas e ocorrem durante toda a vida do capital.

No capítulo vinte e três do Livro Primeiro de *O capital*, Marx escreve sobre “A lei geral da acumulação capitalista”. Nesse capítulo, o autor alemão exemplifica as determinações que o desenvolvimento da acumulação capitalista provoca nas condições de vida e nos rumos da classe trabalhadora. Em última instância, para a classe trabalhadora, os períodos de crise incidem sobre a dificuldade, sobremaneira, de comprar os meios de subsistência necessários para sua sobrevivência, uma vez que o salário, que corresponde ao valor da força de trabalho e tem sua forma de expressão no dinheiro, acompanha a queda de seu valor relativo. Apenas nesses

períodos de crise, a força de trabalho pode ser paga abaixo de seu valor ou, o que em regra acontece, pode-se forçar a redução do valor da força de trabalho. Tudo isso em média. Marx (1985) expõe que:

[...] O curso de vida característico da indústria moderna, sob a forma de um ciclo decenal, interrompido por oscilações menores, de vitalidade média, produção a todo vapor, crise e estagnação, repousa na contínua constituição, na maior ou menor absorção e na reconstituição do exército industrial de reserva ou superpopulação. Por sua vez, **as oscilações do ciclo industrial recrutam a superpopulação e tornam-se os mais energéticos agentes de sua reprodução** (MARX, 1985, p. 201, grifo nosso).

Os trabalhadores que constituem a superpopulação, os que estão fora do processo produtivo e, dessa forma, possuem dificuldades gigantescas de garantir sua sobrevivência, são os “mais energéticos agentes” do reequilíbrio da produção capitalista. Dessa forma, os ciclos da vida da indústria determinam, de maneira consistente, a relação que há entre a força de trabalho e o capital. A atração e a repulsão dos trabalhadores no processo produtivo estão relacionadas com os períodos desses ciclos: em períodos de reanimação produtiva ou de prosperidade, há uma forte tendência para a convocação de mais forças de trabalhos para serem exploradas na forma tipicamente capitalista; já em períodos de crise, boa parte dos trabalhadores é lançada à mercê de sua própria sorte na rua. Não há, conforme já se assinalou nesta tese, base material para o argumento explicativo de Mészáros de um “desemprego crônico” na forma de ser do capital. Há, sim, uma alternância desses processos.

Aliás, de forma ainda introdutória, é oportuno apresentar os desdobramentos causados pela queda da taxa de lucro – forma de manifestação mais imediata das crises – na rotina dos capitalistas individuais e sua relação direta com a produção do capital social total. Como se tem destacado neste estudo, as crises implicam, necessariamente, a morte de parte da classe capitalista e de parte da classe trabalhadora. Em contrapartida, e como resultado desse processo, a tendência é sempre de aumento de concentração dos capitalistas em ramos produtivos mais desenvolvidos, o que, necessariamente, não implica uma vida tranquila para esses capitalistas. Observe-se mais de perto a seguir.

No capítulo décimo quinto do Livro Terceiro de *O capital*, Marx trata “do desenvolvimento das contradições internas da lei”, que se refere às contradições relacionadas à tendência da queda da taxa de lucro. A taxa de lucro se caracteriza

como um montante sempre menor do que a taxa de mais-valia. No quadro geral dessa relação, mesmo com uma taxa mais elevada de mais-valia, há a tendência desta se expressar em uma taxa decrescente de lucro. Marx (2017) explica, assim, a forma como esse movimento atingirá, de maneiras diferentes, os capitalistas individuais:

Com a queda da taxa de lucro, aumenta o mínimo de capital de que o capitalista individual precisa dispor para um emprego produtivo do trabalho; trata-se do capital requerido tanto para sua exploração em geral como para que o tempo de trabalho empregado seja o necessário à produção das mercadorias, isto é, para que ele não ultrapasse a média do tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-las. Em paralelo, aumenta a concentração, porque para além de certos limites, um grande capital com uma taxa pequena de lucro acumula-se mais rapidamente do que um capital pequeno com uma grande taxa de lucro. Por sua vez, essa crescente concentração, atingindo certo nível, provoca uma nova queda da taxa de lucro, o que faz com que a massa dos pequenos capitais fragmentários seja lançada ao acaso: especulação, fraudes creditícias e acionárias, crises [...] (MARX, 2017, p. 290).

No caso de parte da classe capitalista que sofre, mais incisivamente, com a violência das crises do capital, no capítulo vigésimo terceiro do Livro Terceiro de *O capital*, no qual Marx expõe sobre os “juros e lucro do empresário”, o autor alemão apresenta que os juros são, em origem e realidade, apenas uma parte do lucro, ou seja, uma parte da mais-valia que o capitalista não reutiliza em seu próprio capital, e sim o empresta, ou ainda a parte que precisa pagar ao dinheiro – o qual em suas mãos se torna capital-monetário – que lhe foi emprestado. Nesse contexto, Marx (2017) menciona o seguinte exemplo:

Depois de cada crise, encontra -se nos distritos fabris ingleses um bom número de ex-fabricantes que, por baixos salários, supervisionam as mesmas fábricas das quais antes eram os donos, mas agora como diretores dos novos proprietários, que são frequentemente seus credores (MARX, 2017, p. 437).

A crise impacta diretamente os capitalistas individuais em sua avidez pela produção e reprodução de capital. Nesse sentido, os resultados obtidos como expressão direta da crise é a queima de capital, determinantemente, de parte da classe capitalista, de parte da classe trabalhadora. Marx (2017) demonstra essa questão ainda no capítulo décimo quinto do Livro Terceiro de *O capital* ao tratar das contradições inerentes à lei da queda da taxa de lucro:

[...] A assim chamada pletora do capital refere-se sempre essencialmente à pletora daquele capital para o qual a queda na taxa do lucro não é

compensada por sua massa – e esse é sempre o caso das novas ramificações de capital, recém formadas – ou à plethora que esses capitais, incapazes de uma ação autônoma, põem à disposição dos grandes ramos de negócios na forma do crédito. Essa plethora do capital surge das mesmas circunstâncias que produzem uma superpopulação relativa e constitui, por isso, um fenômeno complementar desta última, embora ambos estejam situados em polos opostos: **o capital desocupado, de um lado; a população trabalhadora desocupada, de outro** (MARX, 2017, p. 290, grifo nosso).

Assim, a forma encontrada pelo capital para sugar ainda mais sangue para suas artérias prejudicadas implica a destruição, momentânea, de parte de seus organismos. Portanto, a estratégia do capital para reequilibrar os conflitos inerentes à contradição entre as forças produtivas do trabalho e as relações sociais de produção é a própria crise do capital. Esse mecanismo de autopreservação da vida do capital é crucial para o reestabelecimento das condições que correspondem ao movimento saudável da produção capitalista. De modo preciso, ainda no capítulo décimo quinto do Livro Terceiro de *O capital*, Marx (2017) descreve o movimento realizado nesse contexto:

A maneira de chegar a esse equilíbrio já está contida na simples enunciação do conflito que se trata de dirimir. Ela inclui uma inativação, até mesmo uma destruição parcial de capital, no montante de valor de todo o capital adicional ΔC ou de uma parcela dele. Ainda que, como já se depreende da exposição do conflito, a distribuição dessas perdas não se estenda de modo nenhum de maneira uniforme aos diversos capitais particulares, mas seja decidida numa luta concorrencial, distribuindo-se de forma muito desigual e diversa conforme as vantagens particulares ou as posições já conquistadas, de modo que um capital se vê inativado, outro destruído, um terceiro experimenta apenas uma perda relativa ou sofre apenas uma desvalorização transitória, etc (MARX, 2017, p. 292-293).

Marx se dedica a apresentar, no capítulo nove do Livro Segundo de *O capital*, a “Rotação global do capital adiantado” e o “Ciclo de rotações”. Como se sabe, o processo de circulação de capital é o foco do Livro Segundo, e, dessa forma, as rotações constituem-se como elemento central da análise. No que diz respeito ao tema que se apresenta nesta parte desta tese, Marx (1985) faz um importante destaque ao relacionar as crises cíclicas e periódicas com o período de rotação do capital fixo:

Na mesma medida em que se amplia, com o desenvolvimento do modo capitalista de produção, a magnitude e a duração da vida do capital fixo aplicado, prolonga-se por muitos anos, digamos 10 anos em média, para cada investimento particular, a vida da indústria e do **capital industrial**. Se o

desenvolvimento do capital fixo, por um lado, prolonga essa vida, por outro, a encurta, por meio da revolução constante dos meios de produção, sempre intensificada com o desenvolvimento do modo capitalista de produção. Daí a mutação dos meios de produção e a necessidade de sua constante substituição em virtude do desgaste moral, antes de se esgotarem fisicamente. Podemos admitir que, para os ramos mais importantes da indústria moderna, esse ciclo de vida é atualmente de 10 anos em média. Todavia, não se trata agora de determinar o número exato de anos. Desde já está claro que, em virtude desse ciclo de rotações conexas, que abarca uma série de anos e no qual o capital está preso por sua parte fixa, forma-se uma base material das crises periódicas em que os negócios passam por fases sucessivas de depressão, animação média, auge, crise. São bem diversos e díspares os períodos em que se aplica capital. Entretanto, a crise constitui sempre o ponto de partida de grandes investimentos novos e forma assim, do ponto de vista de toda a sociedade, com maior ou menor amplitude, nova base material para o próximo ciclo de rotações (MARX, 1985, p. 194, grifo nosso)⁵⁸.

Esse ciclo decenal não representa um processo constante: está na dependência direta do grau de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho e, por esse fato, tende a se reduzir em uma relação inversamente proporcional. O que importa, de fato, são as sucessivas fases que a vida da indústria percorre. Essa é a característica peculiar e universal dos ciclos relacionados à vida da indústria, e suas fases podem corresponder, conforme Marx explica, à identificação do esgotamento dos ciclos de rotações do capital fixo, em especial da maquinaria. De fato, ocorre que a maquinaria, com o desenvolvimento das forças produtivas, implica uma outra contradição, a saber: ao mesmo tempo que o tempo de vida útil das maquinarias aumenta, com o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, seu desgaste moral é também potencializado. Marx explica que o desgaste moral se dá pelo fato de que, mesmo sem a transferência de todo o valor da maquinaria no processo de produção, esta precisa ser substituída por uma nova maquinaria, altamente mais desenvolvida. O tempo em que isso ocorre nos ramos mais desenvolvidos da produção capitalista pode corresponder diretamente ao ciclo de vida da indústria e, portanto, à crise geral do capital, que, nesse caso, se dá pela plena realização dos ciclos do capital.

Quanto maior for o desenvolvimento da produção capitalista e, por consequência, quanto maior e mais rápida for a acumulação, mais frequentes serão, dessa forma, as erupções violentas das crises do capital. Estas, as crises gerais, são sempre catastróficas para grande parte da classe trabalhadora e para parte, inclusive,

⁵⁸ É importante destacar que Marx não identifica “indústria” com produção fabril, fisicamente falando. Para o autor alemão, “indústria” é sinônimo de produção de capital, independentemente do valor-de-uso produzido.

da classe capitalista. Mas jamais são catastróficas para o capital. Ao contrário, ao eliminar parte do capital constante e parte do variável, o capital se enche de oxigênio para continuar sua vida. Considerando a base material dos processos sociais da forma de ser do capital, isso não tem um fim “natural”, muito menos iminente. Lembre-se de que, conforme Marx apresenta, o final de um ciclo, ou seja, as crises cíclicas e periódicas, é sempre o ponto de partida do novo ciclo do capital.

No capítulo sexto do Livro Terceiro de *O capital*, Marx escreve sobre a “Influência das variações de preço”. Em determinado momento de sua exposição, o autor alemão entra na descrição do que considera ser “o maior exemplo de interrupção do processo produtivo por falta e encarecimento da matéria-prima” (MARX, 2017, p. 158), e isso está diretamente relacionado ao período de “1861-1864. Guerra Civil Norte-Americana” (MARX, 2017, p. 158), momento do “colapso total”, mencionado por Marx, como se mostrou anteriormente.

Como já se afirmou nesta tese, a crise algodoeira foi o grande exemplo que Marx utilizou para validar sua capacidade explicativa das crises do capital. O autor alemão retoma os dados da realidade dessa crise e apresenta as medidas do capital para a saída da crise, além de constatar as mais variadas penúrias vivenciadas pelos trabalhadores nesse período. Os dados utilizados são os dos relatórios dos inspetores de fábrica. Segundo Marx (2017):

No início de 1861 ocorreu uma greve dos tecelões mecânicos em algumas partes de Lancashire. Diversos fabricantes haviam anunciado uma diminuição do salário entre 5% e 7½%; os trabalhadores insistiam em que se mantivessem as taxas salariais, porém que se encurtassem as horas de trabalho. Isso não lhes foi concedido, e teve início a greve. Depois de um mês, os trabalhadores tiveram de ceder. Mas então obtiveram ambas as coisas (MARX, 2017, p. 161).

E Marx complementa, ainda fazendo referência ao relatório dos inspetores de fábrica: “além da diminuição dos salários, que os trabalhadores acabaram por aceitar, muitas fábricas também passaram a trabalhar por tempo reduzido” (Rep.[orts of Inspectors of] Fact.[ories], April 1863, p. 23 apud MARX, 2017, p. 161).

A respeito dos períodos de 1862 e 1863, Marx havia os descrito, no Livro Primeiro, como a fase de um “colapso total” do capital. Mas o que isso significa? Uma crise final? Uma crise estrutural? Um momento oportuno para a organização dos trabalhadores entrar em uma ofensiva socialista? A própria realidade do capital demonstrou que não. Aliás, no período de preparação da crise geral, o resultado do

movimento dos trabalhadores, como Marx demonstrou, desdobrou-se em uma verdadeira tragédia. E isso não para nesse fato, dado como exemplo pelo autor alemão. No Livro Terceiro, Marx (2017) descreve o resultado provocado nos anos de 1862 e 1863 para o movimento dos trabalhadores:

1862. Abril. “Os sofrimentos dos trabalhadores aumentaram significativamente desde a data de meu último relatório; **mas em nenhuma época na história da indústria se suportaram padecimentos tão repentinos e graves com tamanha resignação silenciosa e tão paciente dignidade**” (Rep[orts of Inspectors of] Fact[ories], April 1862, p. 10, apud MARX, 2017, p. 161, grifo nosso).

Isso, ao que tudo indica, não foi a manifestação na vida dos trabalhadores exclusivamente no período de crise do século XIX. Rotineiramente, a cada crise geral, a classe trabalhadora é submetida a condições ainda piores para a manutenção de sua sobrevivência, e, por esse fato, sua única preocupação é lutar – em uma luta de vida ou morte – para manter sua existência. Respalado pelos dados da realidade apresentados pelos relatórios de fábrica, Marx apresenta como, nos períodos de crise geral, o capital lança para a rua boa parte da classe trabalhadora – a queima de capital variável. As descrições que se acompanharão a partir deste ponto desta tese são citações de Marx, no Livro Terceiro, fundadas nos relatórios dos inspetores de fábrica. A escolha dessas partes dos relatórios não é algo casual. Marx (2017) relata que:

O número proporcional de trabalhadores que neste momento encontram-se totalmente desempregados não parece ser muito maior que em 1848, quando imperava um pânico habitual, mas grave o suficiente para induzir os preocupados fabricantes a encomendar uma estatística sobre a indústria algodoeira tal como a que agora se publica semanalmente [...]. Em maio de 1848, 15% dos trabalhadores algodoeiros de Manchester estavam desempregados, 12% trabalhavam tempo reduzido, enquanto mais de 70% estavam empregados em tempo integral. Em 28 de maio de 1862, 15% estavam desempregados, 35% trabalhavam tempo reduzido, e 49%, tempo integral [...]. Nas localidades vizinhas, como, por exemplo, Stockport, o percentual dos total ou parcialmente desempregados é maior, e o dos plenamente empregados é menor”, justamente porque nesse lugar se fiam números mais grosseiros do que em Manchester. ([ibidem], p. 16, apud MARX, 2017, p. 162).

E Marx (2017) complementa, ainda de acordo com tais relatórios daquela fase:

Segundo o mesmo relatório, naquele momento 40.146 dos trabalhadores algodoeiros em Lancashire e Cheshire encontravam-se plenamente empregados, ou seja, 11,3%; empregados com tempo de trabalho limitado,

134.767, ou seja, 38%; e desempregados, 179.721, ou seja, 50,7%. Se subtraímos disso os dados referentes a Manchester e Bolton, onde se fiam principalmente os números finos, um ramo relativamente pouco afetado pela carestia do algodão, a questão se apresenta ainda mais desfavorável, a saber: plenamente empregados, 8,5%; parcialmente empregados, 38%; e desempregados, 53,5% ([ibidem], Reports of Inspectors of Factories, October 1862, p. 18-19, apud MARX, 2017, p. 162).

Lembre-se de que, conforme Marx descreveu a vida da indústria algodoeira no Livro Primeiro de *O capital*, e que se citou no início desta parte desta tese, em 1847 houve uma crise do capital; em 1848, a continuidade da depressão econômica; e em 1862 e 1863, o colapso total. Os dados supramencionados descrevem a situação dos trabalhadores nessas fases. Então, qual era a condição dos que, com sorte, conseguiam vender sua força de trabalho? Marx (2017) responde, no Livro Terceiro, ainda de acordo com os relatórios dos inspetores de fábrica mencionados em seu capítulo sexto:

Os salários, mesmo onde se trabalhava em tempo integral, eram miseráveis. Os trabalhadores algodoeiros se prontificavam para todos os trabalhos públicos, de drenagem, construção de estradas, britagem de pedras, pavimentação de ruas, nos quais eram empregados para obter uma subvenção (que, na verdade, era uma subvenção para os fabricantes, conforme o Livro I, p. 598-9 [649-50]) das autoridades locais. A burguesia inteira patrulhava os trabalhadores. Se o pior salário era oferecido e o trabalhador não queria aceitá-lo, o comitê de subvenção o eliminava da lista de subvenções. Na medida em que ou os trabalhadores morriam de fome ou tinham de trabalhar por qualquer preço, foi uma idade de ouro para os senhores fabricantes, a mais lucrativa possível para o burguês, e os comitês de subvenção agiam como seus cães de guarda. Ao mesmo tempo, os fabricantes, em conluio secreto com o governo, impediam a emigração tanto quanto possível, em parte para manter sempre à disposição seu capital, existente sob a forma de carne e sangue dos trabalhadores, em parte para garantir o recebimento dos aluguéis, extorquidos aos trabalhadores (MARX, 2017, p. 164, grifos nossos).

E qual era a reação dos trabalhadores nesse período de crise geral? Marx responde, a partir da Lei de Obras Públicas: “os trabalhadores se prontificavam a aceitar qualquer tipo de trabalho para o qual fossem recomendados, de acordo com a *Public Works Act* [Lei de Obras Públicas]” (MARX, 2017, p. 165).

Outro elemento fundamental é que, nos períodos de crise, o Estado do capital é acionado para salvar a vida do capital. Considerando os dados daquela época, Marx descreve que: “desde o início da crise até 25 de março de 1863 foram gastos quase 3 milhões de libras esterlinas pelas administrações de beneficência, o comitê central

de subvenções e o comitê da Mansion House de Londres” ([*ibidem*], p. 13, apud MARX, 2017, p. 168).

De fato, o leitor atento, vivenciando mais uma crise geral do capital nesses anos de 2020 e 2021, conseguiu identificar uma infinidade de semelhanças com os exemplos do século XIX descritos por Marx. Uma pesquisa rápida poderia atualizar esses dados e demonstrar sua incrível correspondência, seja na consideração da postura da classe trabalhadora nos períodos de crises, seja na relação entre a queda dos salários e o desemprego, ou ainda na interferência do Estado para salvar os negócios do capital. Portanto, isso demonstra, mais uma vez, a atualidade das leis gerais do modo de produção capitalista descritas por Marx em *O capital*.

Genericamente, as crises do capital aparecem como ameaça ao modo de produção capitalista. Contudo, como se tem demonstrado nesta tese, isso não implica em uma abertura revolucionária, mas, ao contrário, com o desenvolvimento do modo capitalista de produção, dá-se o mecanismo de autopreservação do capital por meio das crises. Assim, a queda tendencial da taxa de lucro é apenas a expressão das crises. Mas estas têm suas causas em outra determinação: em síntese, na interrupção ou na realização plena dos ciclos do capital. As crises, portanto “[...] são sempre apenas violentas soluções momentâneas das contradições existentes, erupções violentas que restabelecem por um momento o equilíbrio perturbado” (MARX, 2017, p. 288).

De fato, esse é um aspecto basilar na teoria das crises do capital em Marx: a crise como condição para a superação, momentânea, das contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho e as relações sociais de produção. Marx (2017), didaticamente, aprofunda sua compreensão sobre essa questão na seguinte descrição analítica, também presente no Livro Terceiro, no capítulo décimo quinto de sua obra magna, sobre as contradições das leis inerentes à queda tendencial da taxa de lucro:

O verdadeiro obstáculo à produção capitalista é o próprio capital, isto é, o fato de que o capital e sua autovalorização aparecem como ponto de partida e ponto de chegada, como mola propulsora e escopo da produção; o fato de que a produção é produção apenas para o *capital*, em vez de, ao contrário, os meios de produção serem simples meios para um desenvolvimento cada vez mais amplo do processo vital, em benefício da sociedade dos produtores. Os limites nos quais unicamente se podem mover a conservação e a valorização do valor de capital, as quais se baseiam na expropriação e no empobrecimento da grande massa dos produtores, entram assim constantemente em contradição com os métodos de produção que o capital

tem de empregar para seu objetivo e que apontam para um aumento ilimitado da produção, para a produção como fim em si mesmo, para um desenvolvimento incondicional das forças produtivas sociais do trabalho. O meio – o desenvolvimento incondicional das forças produtivas sociais – entra em conflito constante com o objetivo limitado, que é a valorização do capital existente. Assim, se o modo de produção capitalista é um meio histórico para desenvolver a força produtiva material e criar o mercado mundial que lhe corresponde, ele é, ao mesmo tempo, a constante contradição entre essa sua missão histórica e as relações sociais de produção correspondentes a tal modo de produção (MARX, 2017, p. 289-290).

A forma de ser do capital apresenta como uma tendência, que lhe é peculiar, superar, sempre que necessário, os limites impostos pelas crises, que lhe são imanentes. Todavia, a superação de um limite momentâneo tende a ser sempre precedente de novos limites temporários, em escalas cada vez maiores. A capacidade de autopreservação do capital, nesse sentido, não possui um fim em si mesma. Em verdade, o capital é, a cada ciclo, o impulsionador da produção e seu maior empecilho para a continuação da acumulação. O próprio capital é o ponto de partida e o de chegada. Como se mostrou neste trabalho, o final de cada ciclo do capital, com a crise, é o momento de início de um novo ciclo de acumulação. E sua lógica interna de funcionamento provoca a potencialização e a imanência das crises cíclicas e periódicas como um mecanismo de autopreservação de sua vida. Essa é uma lei geral do capital.

Acompanhou-se, no capítulo quinto desta tese, a trajetória teórico-política de Marx e suas importantes viragens. Demonstrou-se como isso, por exemplo, se manifesta na compreensão de trabalho alienado. Mas não se limita a isso. A crise do capital – outro exemplo – já foi tema das análises de Marx e Engels, como já se mencionou a respeito dos limites de suas concepções ainda em *A ideologia alemã*. Em *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848, esses autores mostraram que suas análises já consideravam elementos cruciais para a compreensão da crise. Como se relatou neste estudo, tanto no período de escrita de *A ideologia alemã* como no de *Manifesto do Partido Comunista*, esses autores ainda não haviam concluído seus estudos, pesquisas e elaborações acerca da sociedade do capital. Tudo isso implicou, ao mesmo tempo, saltos significativos, que os diferenciavam das demais análises, como também a imposição de limites, igualmente significativos, em suas capacidades explicativas. De forma alguma isso impõe uma necessidade de abandono de tais materiais: ao contrário, faz-se necessários entendê-los a partir do ponto mais qualificado de suas concepções, no caso, o de *O capital*.

Isso fica demonstrado pelas intensas pesquisas realizadas por Marx e Engels desde muito cedo. Ainda no final da década de 1840, esses autores já se dedicavam a compreender a sociedade do capital, seus fundamentos e suas crises. Mesmo de forma incipiente, haja vista que se tratava de um período inicial de estudos, Marx e Engels (2010) descreveram, em *Manifesto do Partido Comunista*, o conteúdo que caracteriza as crises do capital:

[...] Cada crise destrói regularmente não só uma grande massa de produtos fabricados, mas também uma grande parte das próprias forças produtivas já criadas. Uma epidemia, que em qualquer outra época teria parecido um paradoxo, desaba sobre a sociedade – a epidemia da superprodução. A sociedade vê-se subitamente reconduzida a um estado de barbárie momentânea; como se a fome ou uma guerra de extermínio houvessem lhe cortado todos os meios de subsistência; o comércio e a indústria parecem aniquilados. **E por quê? Porque a sociedade possui civilização em excesso, meios de subsistência em excesso, indústria em excesso, comércio em excesso.** As forças produtivas de que dispõe não mais favorecem o desenvolvimento das relações burguesas de propriedade; pelo contrário, tornaram-se poderosas demais para estas condições, passam a ser tolhidas por elas; e assim que se libertam desses entraves, lançam na desordem a sociedade inteira e ameaçam a existência da sociedade burguesa. **O sistema burguês tornou-se demasiado estreito para conter as riquezas criadas em seu seio.** E de que maneira consegue a burguesia vencer essas crises? De um lado, pela destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas; de outro, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais intensa dos antigos. A que leva isso? **Ao preparo de crises mais extensas e mais destruidoras e à diminuição dos meios de evitá-las** (MARX; ENGELS, 2010, p. 45, grifos nossos).

A identificação de que o movimento normal do capital está composto por períodos de superprodução que culminam em crises é algo que acompanha o percurso teórico-político de Marx e Engels. Para a saída dessas crises, várias medidas são tomadas. E a cada crise, mais explosivos se tornam seus efeitos, e mais intensas são as tentativas de superá-las. No entanto, há uma incipiência no conteúdo relacionado, que, aparentemente, pode não causar problemas. Trata-se da concepção de que a sociedade do capital produz riquezas demais, e por isso as crises são iminentes.

Marx explica, no capítulo décimo quinto do Livro Terceiro de *O capital*, que a produção capitalista entra em crise não pelo aumento da produção de riqueza, mas sua determinação está no aumento da produção de riquezas sob a forma capitalista. Assim, há a expressão da manifestação dos limites, sempre momentâneos, da produção capitalista em dois sentidos, segundo Marx (2017):

[...] 1. No fato de que o desenvolvimento da força produtiva do trabalho gera, com a queda da taxa de lucro, uma lei que, em certo ponto, opõe-se do modo mais hostil ao desenvolvimento dessa força produtiva e que, por isso, tem de ser constantemente superada por meio de crises. 2. No fato de que é a apropriação de trabalho não pago e a proporção entre este último e o trabalho objetivado em geral – dito em termos capitalistas, o lucro e sua proporção entre esse lucro e o capital empregado, ou seja, certo nível da taxa de lucro – que decidem se a produção deve ser expandida ou restringida, e não a relação entre a produção e as necessidades sociais, as necessidades de seres humanos socialmente desenvolvidos. Por isso, a produção, ao atingir determinado grau de expansão, encontra limitações que, sob outros pressupostos, seriam absolutamente insuficientes. Ela fica paralisada não no ponto em que isso se impõe pela satisfação das necessidades, mas naquele em que isso é exigido pela produção e pela realização de lucros (MARX, 2017, p. 297-298).

Os limites temporários da produção capitalista não estão relacionados à produção de riquezas. Tal produção não é, de modo algum, uma relação social de produção que tem como finalidade a geração de riqueza, e sim uma forma que utiliza a produção de riquezas para corresponder à produção de capital. E é na última que reside, em certa etapa do desenvolvimento do processo produtivo, uma colisão iminente, que se manifesta nas crises cíclicas e periódicas do capital.

Não há estratégias possíveis para que o capital se livre dessas suas amarras temporárias. Isso é uma lei geral da forma de ser do capital. No capítulo vigésimo segundo do Livro Terceiro de *O capital*, Marx apresenta a discussão acerca da “Divisão do lucro. Taxa de juros. Nível ‘natural’ da taxa de juros”. O autor alemão afirma que seu objetivo, nessa parte, é concentrar-se na exposição da manifestação autônoma do capital portador de juros e a relação deste com o lucro. Mas é em uma das partes que compõem esse capítulo que esse autor, quase secundariamente, apresenta algo que é crucial nesta tese. Por mais aprofundado que seja o fio condutor em sua obra máxima sobre a teoria das crises do capital, Marx (2017) aponta que isso ainda é insuficiente, uma vez que o capital transcende os limites de seus escritos nessa obra:

Se observarmos os ciclos de rotação em que se move a indústria moderna – estabilidade, crescente animação, prosperidade, superprodução, *crash*, estagnação, nova estabilidade, etc. –, **ciclos cuja análise mais detalhada ultrapassa nosso campo de estudo** [...] (MARX, 2017, p. 407).

Por esse fato, os pilares da teoria das crises, em Marx, precisam ser considerados na totalidade de sua obra mais desenvolvida, que, mesmo sem um grau aprofundado de detalhamento, oferece os aspectos basilares das crises capitalistas.

5.7.2.2 Considerações gerais sobre as crises cíclicas e periódicas

O desenvolvimento material das forças produtivas do trabalho fornece a base para a acumulação capitalista ao potencializar o tempo de trabalho excedente, a produção da mais-valia. Contraditoriamente, ao passo que realiza essa ação, ao chegar em um certo nível da produção capitalista, o mesmo desenvolvimento material das forças produtivas do trabalho acelera o aparecimento das crises, como forma de erupções violentas dessa contradição. Isso implica, necessariamente, uma potencialização da miséria para o conjunto dos trabalhadores e, sob nenhuma hipótese, tal movimento pode ser entendido como base para uma imediata reação dos trabalhadores numa perspectiva insurrecional.

As crises, portanto, expressam ao mesmo tempo os limites capitalistas do processo de produção de um ciclo e a potencialidade da produção capitalista para a abertura de um novo ciclo. A tendência é que, devido à forma de ser do capital e à avidez dos capitalistas pela acumulação, a busca por elementos que possam reduzir o impacto das crises de fechamento de ciclos traz o germe da nova crise, do ciclo seguinte, ainda mais violenta.

Neste ponto da exposição desta tese, já está claro que, em épocas de crise geral do capital, ocorre um colapso total, com implicações destrutivas sobre os trabalhadores. As crises gerais, portanto, se configuram sempre como uma verdadeira catástrofe. No entanto, como se tem demonstrado neste estudo, isso não se configura como condições objetivas para um processo revolucionário. Ao contrário, nas épocas de crise, a classe trabalhadora é submetida às mais diversas penúrias e as aceita para conseguir manter sua existência. Não há, em Marx de *O capital*, uma relação de igualação entre as crises gerais do capital com a abertura de uma possível janela revolucionária. Aliás, como se observou neste trabalho, as crises gerais do capital se manifestam como mecanismo de sobrevivência da vida do capital e como desespero pela sobrevivência dos trabalhadores. O ponto de chegada de um ciclo não é a crise estrutural, e sim o ponto de partida para um novo ciclo. Esse movimento é constante: onde o capital penetra, consolida-se e desenvolve-se. Trata-se de uma lei geral da forma de ser do capital.

Em média, os ciclos da vida da indústria se realizam em um período de dez anos. Mas esse número não é constante: está na dependência direta do grau de

desenvolvimento das forças produtivas, podendo, portanto, ser variável. O aspecto central se encontra no fato de que o alto nível da última fase de prosperidade da produção capitalista precede as crises. Isso é necessário para romper os limites temporários da produção capitalista e, como tendência, no novo ciclo que se abre a partir das crises, lançá-la a um novo patamar de produção ainda mais elevado do que o anterior.

Como se mostrou neste estudo, mesmo que Marx não possuía a pretensão de aprofundar a exposição da compreensão das crises na obra *O capital*, haja vista que esse tema estava no seu plano de exposição posterior a publicação de sua obra máxima, acompanhou-se as leis gerais que regem o movimento do capital e, dessa forma, as crises como parte inerente aos processos cíclicos por que passa o capital em sua trajetória de acumulação.

A complexidade dos elementos contraditórios que envolvem as crises capitalistas precisa ser mencionada. E, mais do que isso, é fundamental destacar a impossibilidade de se compreender, a partir de Marx, o advento de uma crise catastrófica final, ou uma crise estrutural, tal como Mézáros aponta. Isso é completamente equivocado à luz do universo categorial marxiano.

Além disso, a compreensão que se apresentou nesta parte desta tese implica na constatação de que, ao contrário do que se possa inferir, a teoria das crises capitalistas em Marx continua sendo desconhecida ou ainda entendida em um patamar incipiente. Há, em Marx, a impossibilidade de encontrar as respostas sobre as crises capitalistas em seções esparsas de *O capital*. Assim, o conjunto dessa obra precisa ser considerado para uma aproximação das leis gerais que regem as crises cíclicas e periódicas, movimento este realizado, em linhas gerais, nessa tese.

A esse respeito, Carcanholo (2016) escreve em texto sobre o Livro Terceiro de *O capital*:

Bem entendido, Marx não é um profeta das crises, segundo quem elas, inexoravelmente, levariam o capitalismo à derrocada final. Ao contrário, o capitalismo é dinâmico, flexível e maleável o suficiente para, a partir de suas crises, reconstruir as bases de um novo processo de acumulação de capital. Quem pensa o contrário entende Marx como ele nunca foi: determinista e teleológico [...] (CARCANHOLO, 2016, p. 17).

As crises do capital, portanto, expressam-se como manifestação de duas formas: i) a realização plena dos ciclos do capital: capital-monetário, capital-produtivo

e capital-mercadoria; e ii) a interrupção dos ciclos do capital, provocada, entre outros fatores possíveis, pela escassez de matérias-primas ou pelo movimento grevista dos trabalhadores. A queda tendencial da taxa de lucro, a partir dessa constatação, expressa, tão somente, a forma mais desenvolvida de visualização da crise.

Sob a perspectiva apresentada, os limites absolutos da teoria de crise estrutural em Mészáros são trágicos e expressam a impossibilidade de compreensão da própria forma de ser do capital. Além disso, associar a crise estrutural do capital com a possibilidade de uma verdadeira ofensiva socialista é a comprovação de uma forma deturpada e incipiente em todas as direções.

Ao abandonar *O capital*, de Marx, Mészáros abandona a forma de compreensão das leis universais do sistema do capital e cria uma nova teoria, que não encontra correspondência com os escritos mais desenvolvidos de Marx. Mas qual seria o problema disso? Qual seria o problema de se ter uma teoria distinta da teoria marxiana para analisar o capital? Esse é o tema da discussão do último capítulo desta tese, intitulado *Rumo à teoria de transição* de Mészáros.

6. PARA ALÉM OU PARA AQUÉM DO CAPITAL COMO RELAÇÃO SOCIAL?

No último capítulo do presente estudo, dedica-se a expor, com mais detalhes, a forma e o conteúdo que circunscrevem o que Mészáros considera como basilar para a “teoria da transição”. Acompanhando o desenvolvimento de sua obra máxima, identificou-se que o autor húngaro percorre os passos fundamentais para sua elaboração estratégica. Mészáros tem como ponto de partida a crítica aos autores que se posicionam sob uma perspectiva do capital e acreditam ser essa a melhor e a única forma social para a produção e reprodução da vida. Em outras palavras, Mészáros oferece uma crítica aos que consideram “não haver alternativas” para a sociedade que não seja a de se adequar à lógica do capital. Na sequência, esse autor expõe os elementos constitutivos de sua crítica à teoria revolucionária fundada no legado histórico da experiência soviética, criticando, severamente, os escritos de Lukács.

Nesse conjunto, Mészáros argumenta que a teoria de Lukács fica no plano do trabalho em sentido geral, não oferecendo nenhuma resposta ao contexto de crise estrutural. Além disso, os escritos de Marx, pelos fatores apresentados anteriormente, são incipientes e precisam ser superados. Por isso, “ir além do capital” implica, determinadamente, dois movimentos: i) ir além dos escritos de Marx, que não teve condições objetivas de analisar a sociedade do capital plenamente desenvolvida; e ii) ir além dos escritos de Lukács, que, por razões internas e políticas, limitou-se ao plano da consciência. Outrossim, o parecer que Mészáros elabora sobre a experiência soviética, que superou o capitalismo, mas não o capital, completa os elementos centrais de sua formulação sobre transição.

Nessa articulação, Mészáros constrói, em seu universo categorial, uma nova teoria de transição que possa responder às demandas do movimento socialista em uma fase de consolidação do capital e de explosão da crise estrutural do sistema. O autor húngaro considera que esse movimento possibilita uma viragem na história de luta dos trabalhadores. Para esse autor, no momento de ascensão do capital, o movimento socialista foi marcado por uma postura “defensiva”. E então, no novo contexto, a ordem está dada para uma postura “ofensiva”. Ou seja, a crise estrutural do sistema do capital abre a possibilidade para uma “ofensiva socialista” que construa uma nova forma histórica. Mészáros (2011) explica, sobre o contexto e o desdobramento expressos pela posição “defensiva” do movimento socialista, o seguinte:

Desta nova posição defensiva, foi possível ao movimento operário, *em condições favoráveis*, obter algumas vantagens para certos setores do movimento. Isto se tornava possível desde que os elementos correspondentes do capital pudessem se ajustar, em escala nacional – de acordo com a dinâmica do potencial de expansão e acumulação do capital – às demandas propostas pelo movimento operário defensivamente articulado. Um movimento que operava no âmbito das premissas estruturais do sistema do capital, como um interlocutor legalmente constituído e regulado pelo Estado. O desenvolvimento do “Estado de Bem-Estar” foi a manifestação mais recente desta lógica, possível apenas num número muito reduzido de países. Foi limitado, tanto no que se refere às *condições favoráveis* de expansão tranquila do capital nos países onde tal ocorreu como precondição para o surgimento do Estado de bem-estar, quanto no que se refere à escala de tempo, marcada no final pela pressão da direita radical, ao longo das três últimas décadas, pela liquidação completa do Estado de bem-estar, em virtude da crise estrutural do sistema do capital (MÉSZÁROS, 2011, p. 23).

Assim, em condições “favoráveis”, ou seja, na ascensão do capital, a postura “defensiva” do movimento socialista teve como desdobramento mais expressivo o “Estado de bem-estar”. Tudo isso ocorreu nos limites do próprio capital, com ganhos parciais aos trabalhadores, mas nada relacionado a uma ruptura com o sistema. Aliás, em função dessa posição, o movimento dos trabalhadores acabou por se afastar de seu objetivo final, que era a revolução socialista. Tudo isso ocorreu anteriormente à crise estrutural, que se iniciou a partir de 1970, mas deixou fortes heranças para o movimento dos trabalhadores até o presente momento.

Para o autor húngaro, com a viragem histórica causada pela crise estrutural do sistema do capital plenamente desenvolvido, a atualidade impõe a possibilidade e necessidade de uma “ofensiva socialista”. A diferença, portanto, entre a postura “defensiva” e a “ofensiva socialista” é tratada em função do contexto histórico: “[...] somente quando as condições objetivas implícitas em tal objetivo estão em processo de se desdobrar em escala global é possível imaginar realisticamente a articulação prática dos órgãos necessários da ofensiva socialista” (MÉSZÁROS, 2011, p. 789). Em outras palavras, somente a crise estrutural do sistema do capital abre a possibilidade dessa “ofensiva”.

Nesse quadro, faz-se necessário retomar alguns aspectos cruciais na teoria de Mézáros, a saber:

- i) Seu pressuposto é o de que o movimento do capital passou por duas fases: a de ascensão e a de consolidação. Marx teria ficado limitado ao período inicial do capital e, por essa razão, não poderia oferecer respostas para o momento plenamente desenvolvido desse sistema. Assim, o que há de universal em Marx

seria sua perspectiva revolucionária, sob o ponto de vista dos trabalhadores, e sua radicalidade crítica. Em outras palavras, Mészáros considera isso como o “espírito da obra de Marx”, fonte de sua inspiração teórico-política. Dessa forma, não só a compreensão do capital como também a contribuição de Marx para a transição socialista estariam fadadas à insuficiência. No capítulo 4 deste estudo, demonstrou-se o equívoco do pressuposto de Mészáros ao confrontá-lo com os escritos do Livro 1 de *O capital*, de Marx. Identificou-se que, coerentemente com a obra máxima de Marx, não faz nenhum sentido a compreensão de que Marx teria se limitado a escrever sobre uma fase incipiente do capital; ii) A pedra angular da teoria de Mészáros está centrada na compreensão da base material do sistema do capital fundada no trabalho alienado. Logo, a *transcendência da autoalienação do trabalho* é o aspecto central para a transição. Isso, de acordo com o autor húngaro, está em consonância com os escritos de Marx. O entendimento de Mészáros é o de que Marx, da juventude à maturidade, compreende a base material da sociedade do capital alicerçada no trabalho alienado. Ao identificar a trajetória dos escritos de Marx, demonstrou-se como é falho esse entendimento de Mészáros. Não há respaldo, considerando-se o percurso teórico-político de Marx, para sustentar que o autor alemão se manteve na compreensão de trabalho alienado ao longo de sua obra. Além disso, demonstrou-se como a crise estrutural, categoria de Mészáros, não encontra nenhuma correspondência com a compreensão marxiana de crise do capital; e iii) Como desdobramento desse conjunto teórico, a formulação de um universo categorial próprio; Mészáros possui uma compreensão peculiar sobre a “teoria da transição”. Como se observou nesta tese, essa teoria está alicerçada na defesa de uma “ofensiva socialista” e na tentativa de ir para além das formulações revolucionárias elaboradas até o presente momento da história. Isso é coerente com seu todo categorial, que considera ser apenas o período da crise estrutural o momento para a elaboração e a realização de uma estratégia revolucionária. Estaria a formulação de transição de Mészáros, de fato, em conformidade com a possibilidade de uma revolução socialista? Quais os elementos centrais para uma transição socialista? O que o autor húngaro compreende como socialismo? Essa teoria da transição de Mészáros estaria para além ou para aquém do capital, como relação social? Observe-se mais de perto a seguir.

6.1 A TEORIA DA TRANSIÇÃO DE MÉSZÁROS

Como se escreveu nesta tese, na obra *Para além do capital: rumo a uma teoria de transição*, de Mézáros, não há nenhuma parte específica para o aprofundamento da discussão sobre transição. Além disso, o autor húngaro trata como sinônimos as expressões “movimento operário”, “movimento socialista” e “movimento dos trabalhadores”. Este trabalho, portanto, leva em consideração a totalidade dos escritos desse autor em tal obra, haja vista que, por vezes, o tema da transição é tratado em partes desconectas, o que dificultou a análise. Buscou-se, portanto, entendendo o universo categorial de Mézáros a partir de seus próprios escritos, expor sua concepção sobre a teoria da transição.

Dessa maneira, um dos elementos centrais na formulação de Mézáros sobre transição diz respeito à sua forma de avaliar a experiência soviética. Para esse autor, tal experiência superou o capitalismo, mas não o capital. Por isso, o autor húngaro nomeia aquela organização social como sociedade pós-capitalista de produção de capital. Sua avaliação da experiência soviética é um dos pilares para sua elaboração sobre transição. Assim, segundo Mézáros (2011):

[...] De agora em diante, qualquer que seja o futuro do socialismo, este terá que ser estabelecido em fundamentos radicalmente novos, para além das tragédias e dos malogros do tipo soviético de desenvolvimento que se paralisou desde muito cedo, logo após a conquista do poder da Rússia por Lênin e seus seguidores (MÉSZÁROS, 2011, p. 349).

Para o autor húngaro, ser radicalmente diferente do “tipo soviético de desenvolvimento” social é um princípio que deve nortear sua teoria de transição no atual contexto de crise estrutural. Cabe destacar que, de acordo com o universo categorial desse autor, todas as experiências que ocorreram anteriormente à crise estrutural, iniciada em 1970, estariam fadadas ao fracasso em função da falta de condições objetivas para sua efetivação. O capital não estava plenamente desenvolvido e, assim, não havia alcançado seus limites absolutos. Essas experiências foram, portanto, prematuras. Somente com o advento da crise estrutural é que a possibilidade de transição estaria posta. E essa teoria deve ser radicalmente diferente das formuladas anteriormente. Sob uma nova fase do capital, a plenamente desenvolvida e em crise estrutural, faz-se necessário uma nova teoria social e uma

nova formulação estratégica revolucionária. Esse é, em síntese, o eixo matricial que sustenta os escritos do autor húngaro.

No contexto anterior à crise estrutural, Mészáros argumenta que o movimento socialista optou por uma postura “defensiva”, como supramencionado. Para o autor húngaro, o contexto favorecia esse tipo de ação, que objetivava pequenos e parciais ganhos na melhoria da condição de vida sob a égide do capital em ascensão. Os governos de tipo social-democrata, por exemplo, são expressões dessa postura “defensiva”, que não tinha como finalidade a ruptura, e sim a defesa de direitos etc. Tal característica “defensiva” é considerada por Mészáros como uma marca determinante dos movimentos dos trabalhadores antes da crise estrutural e que permanece como herança daquele momento. Ou seja, mesmo com a abertura de uma possibilidade revolucionária, da atualidade histórica para uma “ofensiva socialista”, a herança “defensiva” se torna um sério empecilho para o avanço da luta dos trabalhadores. Dessa maneira, conforme Mészáros (2011):

A atual ‘crise do marxismo’ se deve principalmente ao fato de que muitos dos seus representantes continuam a adotar uma postura *defensiva*, numa época em que, **tendo acabado de virar uma página histórica importante**, deveríamos nos engajar numa **ofensiva socialista** em sintonia com as condições objetivas [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 787, grifos nossos).

A “crise do marxismo”, a que Mészáros se refere, diz respeito às estratégias formuladas na perspectiva dos trabalhadores, haja vista que esse é o fundamento do que Mészáros considera ser o central no método marxiano, sua posição classista. Dessa forma, a “crise”, referida por Mészáros, se situa nesse contexto classista sob uma perspectiva revolucionária. Além disso, a viragem histórica demarcada pelo autor húngaro está relacionada à crise estrutural do sistema do capital. Como se demonstrou neste estudo, tal mudança demarca cabalmente, para Mészáros, uma alteração histórica do movimento do capital e implica a necessidade de uma alteração na estratégia do movimento socialista. Na concepção desse autor, de uma posição “defensiva”, tal como ocorreu anteriormente à crise estrutural, as condições objetivas da crise estrutural inauguram a possibilidade de uma “ofensiva” socialista.

Em síntese, a “ofensiva” socialista só é possível, para Mészáros, após o advento da crise estrutural do sistema do capital. Tal crise abre a possibilidade histórica, pela primeira vez no movimento do capital, de uma revolução socialista. Contudo, as contradições, para o autor húngaro, estão presentes nesse contexto. E

quais seriam essas contradições? Ora, na concepção de Mészáros, formados por um contexto de ascensão e de formulações “defensivas”, o movimento socialista possui dificuldades de superar as amarras do passado para avançar em uma “ofensiva socialista”. Há uma forte desorientação na ação. Como se mostrou anteriormente nesta tese, para Mészáros, na época de Marx, as condições objetivas não acompanharam o pensamento do autor alemão. Agora, a situação é completamente diferente: é a condição subjetiva que precisa avançar em uma perspectiva revolucionária.

Portanto, a “teoria de transição”, em Mészáros, pressupõe superar o capital, e não apenas o capitalismo. Em outras palavras, ir além do capital, como relação social, significa ir além das experiências anteriores à crise estrutural, como a de tipo soviético. Diante disso, a questão norteadora que se levanta é a seguinte: a produção de capital, na concepção de Mészáros, nunca deixou de ocorrer – mesmo na experiência soviética –, e por isso as tentativas anteriores, pelos motivos supramencionados, superaram o capitalismo, mas não o capital. Mas o que estaria na base dessa produção de capital, na perspectiva do autor húngaro, que teria se mantido durante as experiências revolucionárias presentes na história? Mészáros (2006, p. 13) responde: “portanto, ‘o caráter evidentemente *global* da crise socioeconômica do nosso tempo exige *remédios globais*: isto é, a ‘*transcendência positiva* da autoalienação do trabalho’ em toda a sua multifacetada complexidade condicionante”.

Dessa forma, está expressa a característica principal da obra máxima de Mészáros, que, fundamentada nos *Manuscritos de 1844*, de Marx, propõe como necessidade vital para o movimento socialista e para a humanidade a superação da “autoalienação do trabalho”. Superar isso significar superar a base material sob a qual se funda o sistema do capital. Assim, a “autoalienação do trabalho” é a característica fundamental das sociedades capitalistas e pós-capitalistas, e isso traz implicações claras para a “teoria de transição”. E quais seriam os constituintes da “autoalienação do trabalho”?

Antes de se entrar na resposta a essa questão fundamental para o conjunto teórico de Mészáros sobre a “transição”, cabe destacar o que o próprio autor considera como dois exemplos de “[...] sucessos significativos [...]” de tal superação, mas ainda em “[...] estágio muito inicial [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 33). Mészáros (2011) afirma que:

O primeiro exemplo é o **Movimento dos Sem-Terra no Brasil**, que continua a afirmar seus objetivos com grande rigor e coragem, gerando ecos em diferentes partes do mundo. O segundo exemplo, apesar de datar já de vários anos, acaba de ter sua importância reconhecida pela vitória eleitoral esmagadora do Presidente **Chavez na Venezuela**, e pelo sucesso ainda mais avassalador do *Referendum* Constitucional que se seguiu. As pessoas envolvidas nos dois exemplos tentam agora enfrentar a tarefa extremamente difícil de unir a esfera reprodutiva material à política, fazendo-o de formas diferentes mas complementares. O primeiro está abrindo caminhos no campo da produção material, desafiando o modo de controle sociometabólico do capital por meio da empresa cooperativa dos sem-terra, e já começando indiretamente a exercer influência no processo político brasileiro. O segundo, na Venezuela, evolui para o mesmo fim a partir da direção oposta: pelo uso da força política da Presidência e da Assembleia Constitucional, ele tenta introduzir alterações importantes e necessárias no terreno da reprodução material, como parte fundamental da alternativa visada (MÉSZÁROS, 2011, p. 33).

Assim, segundo Mézszáros, essas duas manifestações atuam em uma luta na esfera política e na esfera econômica. Contudo, a história tem demonstrado, até o momento, que tanto o MST como a Venezuela de Chávez não avançaram para a superação do capital. Os exemplos de Mézszáros, portanto, carecem de validade histórico-política sob uma perspectiva revolucionária.

Isso posto, retomam-se os constituintes do que o autor húngaro considera inerente à “autoalienação do trabalho”, ou seja, “as mediações de segunda ordem do capital”. São essas “mediações” que conformam a “autoalienação do trabalho”. Assim, eliminar a “autoalienação do trabalho” implica, necessariamente, a superação das “mediações de segunda ordem do capital”. Tais “mediações”, no universo categorial de Mézszáros, precisam ser eliminadas, imediatamente e por inteiro, para que uma verdadeira revolução aconteça.

Coerentemente com sua fundamentação – a qual compreende que a crise estrutural do sistema do capital é a manifestação da abertura real de uma possibilidade revolucionária, de uma “ofensiva socialista” –, o autor húngaro afirma que as “mediações de segunda ordem” são próprias do sistema do capital, o qual, plenamente desenvolvido, tem acumulado todas suas possibilidades destrutivas e “[...] sobrepõem-se, na própria realidade, à atividade produtiva essencial dos indivíduos sociais e na mediação primária entre eles” (MÉSZÁROS, 2011, p. 71).

Mas qual seriam os elementos constitutivos das “mediações de segunda ordem do capital”, que precisam ser eliminadas para a extinção da “autoalienação do trabalho” e a transição para “uma nova forma histórica”? De acordo com Mézszáros

(2011), a segunda ordem de mediações pode ser assim descrita, como já mencionado anteriormente neste trabalho:

• **a família nuclear**, articulada como o “microcosmo” da sociedade que, além do papel de reproduzir a espécie, participa de todas as relações reprodutivas do “macrocosmo” social, inclusive da necessária mediação das leis do Estado para todos os indivíduos e, dessa forma, vital também para a reprodução do próprio Estado; • **os meios alienados de produção e suas “personificações”**, pelos quais o capital adquire rigorosa “vontade férrea” e consciência inflexível para impor rigidamente a todos submissão às desumanizadoras exigências objetivas da ordem sociometabólica existente; • **o dinheiro**, com suas inúmeras formas enganadoras e cada vez mais dominantes ao longo do desenvolvimento histórico [...], até chegar à força opressora global do sistema monetário dos dias de hoje; • **os objetivos fetichistas da produção**, submetendo de alguma forma a satisfação das necessidades humanas (e a atribuição conveniente dos valores de uso) aos cegos imperativos da expansão e acumulação do capital; • **o trabalho, estruturalmente separado da possibilidade de controle, tanto nas sociedades capitalistas**, onde tem de funcionar como trabalho assalariado coagido e explorado pela compulsão econômica, como sob o capital pós-capitalista, onde assume a forma de força de trabalho politicamente dominada; • **as variedades de formação do Estado do capital no cenário global**, onde se enfrentam (às vezes com os meios mais violentos, levando a humanidade à beira da autodestruição) como Estados nacionais autônomos... e • ... **o incontrolável mercado mundial**, em cuja estrutura, protegidos por seus respectivos Estados nacionais no grau permitido pelas relações de poder prevalentes, os participantes devem se adaptar às precárias condições de coexistência econômica e ao mesmo tempo esforçar-se por obter para si as maiores vantagens possíveis, eliminando os rivais e propagando assim as sementes de conflitos cada vez mais destruidores (MÉSZÁROS, 2011, p. 180, grifos nossos).

Esses aspectos sintetizam o entendimento de Mézszáros acerca do que seria a estrutura do sociometabolismo do capital. Dessa forma, como aponta Mézszáros, a transição para uma nova forma histórica está na dependência da eliminação imediata de todos esses elementos que compõem as “mediações de segunda ordem”. O socialismo, para o autor húngaro, é a relação social fundada no trabalho livre da alienação e completamente apartado de todos esses aspectos das “mediações de segunda ordem” e “[...] não apenas a expropriação legal das personificações capitalistas privadas do capital [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 181). Mézszáros se refere ao “tipo soviético”, que esse autor considera ter realizado apenas o “ato da expropriação legal”, ato esse que foi facilmente anulado. Por isso, para o autor húngaro, a experiência soviética não rompeu com tais “mediações”: superou o capitalismo por meio de um ato legal, mas não superou o capital.

Para Mézszáros, a compreensão de capital, portanto, está em direta associação com as “mediações de segunda ordem”. Dessa maneira, o capital é o

sistema poderoso que, por meio da “universalização da produção fetichista de mercadoria”, altera significativamente os “valores humanos”. E assim, segundo Mészáros (2011):

[...] O sistema estabelecido das mediações de segunda ordem não apenas controla os atores humanos da história com base nos imperativos objetivos da expansão do capital, ele também os ilude com relação às suas motivações como “agentes livres” e também em relação à margem perceptível de suas ações (MÉSZÁROS, 2011, p. 187).

O autor húngaro afirma que a “[...] constituição do sistema do capital é idêntica à emergência de sua segunda ordem de mediações [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 188). Por isso, de acordo com Mészáros (2011), a estrutura do capital está relacionada aos elementos desta segunda ordem de mediações e precisam ser eliminadas por inteiro:

[...] uma vez que as mediações da segunda ordem estejam articuladas e consolidadas como um sistema coerente, torna-se praticamente impossível eliminar isoladamente uma ou outra de suas estruturas e funções mediadoras específicas ou introduzir, no sistema firmemente estabelecido, fatores rivais estruturalmente novos e diametralmente contrários à sua complexa rede de partes constituintes mutuamente reforçadoras (MÉSZÁROS, 2011, p. 189, grifo nosso).

Por isso, Mészáros compreende que “[...] somente uma alternativa de mudança estrutural/sistêmica e totalmente abrangente é viável com alguma esperança de sucesso duradouro [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 189). A transição socialista é, portanto, o fim do capital por meio do fim das “mediações de segunda ordem”.

A transição, segundo o autor húngaro, é sinônimo de superação do capital, considerando o que já se expôs nesta tese acerca do significado de capital para Mészáros, para um imediato “[...] **controle consciente de todo o processo a serviço de um projeto humano positivo**” (MÉSZÁROS, 2006, p. 14, grifos nossos). No socialismo, a partir da compreensão de Mészáros, nenhum átomo do sistema do capital estaria presente.

Neste ponto da exposição deste estudo, já é possível que o leitor tenha identificado diferenças cruciais entre a teoria de transição de Mészáros e os elementos centrais de compreensão da revolução socialista da tradição marxista. Isso, na verdade, é coerente com o conjunto categorial do autor húngaro. Lenin, por exemplo, formula a concepção entre *Estado e Revolução* a partir dos escritos de Marx e Engels.

Ora, se a experiência soviética é considerada por esse autor como uma sociedade pós-capitalista de produção de capital, a teoria que fundamentou aquela tentativa é equivocada. Mészáros não dispensa apenas a obra máxima de Marx, *O capital*, mas também a teoria de transição, que foi desdobramento dessa obra, ou seja, as formulações de Engels, em 1877, sobre o socialismo científico e a teoria de Lênin sobre o Estado e a revolução, por exemplo. Mostrar-se-á isso mais detalhadamente a seguir, nos encaminhamentos finais desta tese.

Cabe, nesse momento, seguir detalhando a teoria de transição de Mészáros. Demonstrou-se, até agora, como essa teoria se constitui fundamentada nas formulações teóricas do autor húngaro sobre a sociedade do capital. Mostrou-se também que se trata de uma nova formulação estratégica para uma nova fase do capital e que a superação dessa relação social passa, necessariamente, pela superação imediata e completa das “mediações de segunda ordem do capital”. O socialismo, ou seja, o “[...] reino da nova forma histórica [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 528), portanto, não possui nenhuma herança do sistema do capital para Mészáros. Relatar-se-á a seguir como todo esse movimento de entendimento de Mészáros se inicia a partir de uma pretensa crítica ao que seria a perspectiva revolucionária de Marx.

6.2 A TEORIA DE TRANSIÇÃO DE MÉSZÁROS E SUA CRÍTICA A MARX

Na epígrafe que antecede a introdução de *Para além do capital*, Mészáros faz duas citações, uma de Hegel e outra de Marx. Os escritos dos dois autores são os fundamentos para a constituição da primeira parte de sua obra máxima, com a intencionalidade de apontar os elementos centrais dos métodos de análise desses autores, que se situam no ponto de vista do capital e no ponto de vista dos trabalhadores, respectivamente.

O que interessa a esta tese, neste ponto, é apresentar o movimento de interpretação do autor húngaro acerca da citação de Marx, uma vez que ela é um ponto alto da crítica de Mészáros a Marx sobre a teoria de transição. E isso, como já mostrado neste estudo, não é por acaso, haja vista que o autor húngaro demonstrou, em seu prefácio à edição brasileira de sua obra, que a avaliação teórica da trajetória do movimento operário tem nos escritos de Marx um dos principais objetos de estudo. A citação a que Mészáros (2011) se refere é a seguinte:

A tarefa histórica da sociedade burguesa é o estabelecimento do mercado mundial, pelo menos em suas linhas básicas, e um modo de produção que repouse sobre esta base. Como o mundo é redondo, parece que isso já foi realizado, com a colonização da Califórnia e da Austrália e a anexação da China e do Japão. Para nós, a difícil questão é esta: a revolução no continente é iminente, e terá um caráter imediatamente socialista; não será *necessariamente esmagada* neste *cantinho do mundo*, já que num terreno bem mais vasto a sociedade burguesa ainda está em *ascensão* (MARX, 1858, apud MÉSZÁROS, 2011, p. 35).

A partir desse fragmento, Mészáros (2011) afirma que:

O “cantinho do mundo” de que Marx falou em 1858 já não é mais um *cantinho*: os sérios problemas da crescente saturação do sistema do capital lançaram suas sombras por toda parte. A histórica ascendência do capital está hoje consumada naquele “terreno bem mais vasto” cuja desconcertante existência Marx teve de reconhecer em sua carta de 8 de outubro de 1858 para Engels. Vivemos hoje em um mundo firmemente mantido sob as rédeas do capital, numa era de promessas não cumpridas e esperanças amargamente frustradas, que até o momento só se sustentam por uma teimosa esperança (MÉSZÁROS, 2011, p. 37).

A primeira consideração que se faz é sobre a constatação da demarcação, necessária para Mészáros, de situar os escritos de Marx em uma época histórica completamente distinta da atual. A ascensão histórica, período analisado por Marx, para Mészáros, não ofereceu os elementos de “saturação do sistema” do capital. Por essa razão, apenas com a consolidação desse sistema, fase analisada por Mészáros, é que as condições objetivas ofereceram base para sua real compreensão total e, assim, fundamentos para a elaboração de uma teoria efetiva de transição. Tudo o que está para aquém disso se situa no terreno da esperança.

No entanto, como se mostrou nesta tese, a trajetória teórico-política de Marx é marcada por uma série de saltos qualitativos em seu patamar de compreensão. Assim, no final da década de 1850, Marx concluiu sua pesquisa acerca da economia política e iniciou seu trabalho de exposição. E a *Contribuição para a crítica da economia política*, de 1859, é a primeira expressão disso. Na sequência, *O capital* é a obra que efetiva esse processo.

Diante disso, cabe a seguinte questão: Marx, nesse ponto de seu percurso teórico-político, já que a carta que Mészáros menciona é de 1858, estaria influenciado por uma análise esperançosa de uma revolução socialista? De fato, no contexto dessa carta, Marx estaria afirmando a iminência da revolução? Observe-se mais de perto a seguir.

Tal citação é retirada de uma das inúmeras cartas trocadas entre Marx e Engels durante o ano de 1858. Como camaradas, ambos compartilhavam, nesses escritos, além das tarefas revolucionárias, a vida, seus desafios, suas situações de saúde, informações de suas famílias etc. Isso se dava de uma forma cordial, o que expressava a relação próxima entre os dois. Far-se-á uma contextualização dessa carta, escrita por Marx em outubro de 1858.

Nessa carta Marx escreve a Engels para tratar de vários temas. Um deles diz respeito a textos que Marx enviaria e que estariam com a margem borrada por sua filha, a ainda bebê Eleanor. Mas isso não dificultaria a leitura da discussão sobre os rumos do movimento socialista, criticando as lucrativas alianças propostas por alguns dos personagens da época (MARX; ENGELS, 2010).

O aspecto que parece ser central é exatamente esse debate sobre a conjuntura, no qual Marx trata do avanço do comércio mundial naquele ano ao mesmo tempo que alerta para a falta de tranquilidade dos grandes bancos de Londres, Paris e Nova Iorque. Além disso, Marx faz menção à situação vivenciada na Rússia, cujo limite só poderia ser apontado com o decorrer do tempo (MARX; ENGELS, 2010).

Entretanto, o crucial nessa carta é exatamente o trecho destacado por Mészáros em sua citação. Marx inicia um comentário, que não pode ser considerado como uma análise, uma vez que se trata de uma carta, não se esqueça disto. Marx afirma que não se pode negar que a sociedade burguesa tem uma tarefa própria de criação do mercado mundial, mesmo que em linhas gerais. Além disso, outra tarefa seria a da produção baseada nesse mercado (MARX; ENGELS, 2010). É a partir disso que o autor alemão afirma o que Mészáros recorta e utiliza na epígrafe de sua introdução, trecho reproduzido anteriormente nesta tese. Contudo, identificou-se um erro grotesco do autor húngaro e que provoca significativa diferença na interpretação de tal passagem. Observe-se mais de perto na sequência.

Mészáros, em sua obra máxima, utiliza por quatro vezes essa mesma citação, retirada de uma carta de Marx a Engels de 1858, como supramencionado. Tal carta, de acordo com o autor húngaro, tem sido negligenciada e precisa ser considerada na avaliação teórica do passado do movimento operário. Mészáros opta por retirar o ponto de interrogação que encerra o questionamento feito por Marx em três⁵⁹ das

⁵⁹ Nas páginas 34, 90 e 590 de Para além do capital, Mészáros utiliza a mesma citação sem o ponto de interrogação. Apenas na página 1042 é que esse autor transcreve por completo a citação,

quatro vezes que se utiliza desse fragmento. Com isso, o autor húngaro dá o tom de que seria uma afirmação, e não um questionamento elaborado por Marx. Assim, Mészáros elabora duas conclusões, a saber: i) Marx estaria otimista com relação à revolução, que seria iminente e com um caráter imediatamente socialista; e ii) Marx teria ficado limitado ao “cantinho do mundo” e não teria analisado a totalidade do mundo do capital, que só estaria plenamente desenvolvido a partir de 1970. As duas conclusões estão equivocadas.

Note-se como o próprio Mészáros (2011) transcreve, por inteiro, a mesma citação, então com o uso do ponto de interrogação:

A tarefa histórica da sociedade burguesa é o estabelecimento do *mercado mundial*, pelo menos em seus contornos básicos, e de um modo de produção que se apoie em suas bases. Como o mundo é redondo, parece que isso foi realizado com a colonização da Califórnia e da Austrália e com a anexação da China e do Japão. Para nós, a *questão difícil* é a seguinte: A revolução no continente é iminente e seu caráter será imediatamente socialista; *não será ela necessariamente esmagada neste pequeno canto do mundo*, visto que em um terreno muito maior o desenvolvimento da sociedade burguesa ainda está em ascendência? (MÉSZÁROS, 2011, p. 1042).

Ora, não se trata apenas de uma correção à citação feita por Mészáros, que desconsidera o ponto de interrogação nas três passagens anteriores, mas expõe que se trata de uma problematização feita por Marx, uma questão. A compreensão de Mészáros parece desconsiderar este decisivo elemento e, com isso, entender que, para Marx, o caráter revolucionário seria iminente e imediatamente socialista e que não seria esmagada no “cantinho do mundo”.

Segue-se com a conclusão do texto que compõe a carta de Marx, utilizada por Mészáros, em que Marx apresenta dados particulares sobre a China, apontando para o movimento comercial daquele país desde 1836. É a partir disso que Marx considera o estabelecimento, em primeiro lugar, do aumento das exportações inglesas e americanas entre 1844 e 1846. Isso havia se revelado uma total fraude, já que, nos anos seguintes, a média havia permanecido bastante estacionária. Ao mesmo tempo, as exportações da China para a Inglaterra e América aumentaram grandemente. Em segundo lugar, Marx afirma que o único resultado da abertura dos cinco portos e da anexação de Hong Kong foi uma transferência do comércio para Xangai. E esse autor conclui que a principal razão para o fracasso desse mercado parecia ser o comércio

colocando devidamente o ponto de interrogação. Em páginas diferentes, o conteúdo permanece o mesmo na versão do texto original, em inglês.

de ópio e a organização econômica interna daquele país, em que se levaria um bom tempo para ocorrer uma evolução. Marx encerra essa discussão afirmando que o tratado da Inglaterra com a China daquele período era uma zombaria do início ao fim (MARX; ENGELS, 2010). Enfim, não se trata de uma análise de Marx, muito menos da elaboração de uma teoria de transição, e sim apenas de comentários pontuais, profundos, mas inseridos na conjuntura daquela época.

Mészáros aponta uma crítica à compreensão de Marx sobre transição, expressa em tal carta, e afirma, ao apresentar a necessidade de uma teoria da transição, que se faz necessário reexaminar “[...] o quadro conceitual da teoria socialista, elaborada originalmente em relação ao ‘cantinho do mundo’ europeu” (MÉSZÁROS, 2011, p. 41). O autor húngaro coloca boa parte do peso de sua análise crítica a Marx nos escritos de uma carta. Como se destacou anteriormente nesta tese, não há base alguma para compreender que a teoria de Marx foi elaborada em relação ao “cantinho do mundo”, tal como afirma Mészáros. Ora, considerar os fragmentos de uma carta como fundamento central de uma teoria, seja lá de quem for, é, no mínimo, problemático.

Partindo então dessa discussão, apontando os supostos limites dos comentários de Marx em tal carta e afirmando que não se trata mais de um “cantinho do mundo”, Mészáros pretende colocar o socialismo na ordem do dia em contraposição às retóricas falácias de que “[...] não há outra alternativa [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 37) para o modo de produzir a vida a não ser a determinada pelo capital. De fato, esses são parte dos interlocutores principais de Mészáros em sua obra. No entanto, o autor húngaro, ao contrário desses interlocutores, afirma que há alternativa, e esta só pode se efetivar com uma ofensiva socialista. Assim, Mészáros (2011) escreve:

[...] Essa opinião continua sendo enunciada sem qualquer preocupação pela desesperança que resultaria do fato de esta proposição ser verdadeira. É bem mais fácil resignar-se à irreversibilidade do dilema afirmada no determinismo cego deste *slogan* político de nosso tempo – sem sequer tentar uma avaliação, muito menos um questionamento, de suas seríssimas implicações – do que imaginar a forma de enfrentá-lo (MÉSZÁROS, 2011, p. 37).

Tal concepção agonizante surge do “[...] presente estágio do desenvolvimento do próprio sistema do capital global, com todas as suas interdependências paralisantes e margens de ação objetivamente cada vez mais estreitas [...]”

(MÉSZÁROS, 2011, p. 38). Ou seja, é uma concepção própria de uma fase de consumação do sistema do capital, que difere da fase anterior de sua ascensão histórica. Mészáros (2011) explica:

[...] Na fase ascendente do desenvolvimento da sociedade de mercado toda uma série de alternativas significativas foi contemplada (e implementada com sucesso) no interesse da acumulação e da expansão rentáveis do capital pelos países capitalistas dominantes (como regra, também construtores de impérios) (MÉSZÁROS, 2011, p. 38).

No entanto, na fase em que o capital está consumado, houve uma importante alteração, conforme Mészáros (2011):

A era do *capital monopolista* globalmente saturado não pode tolerar, no que diz respeito aos fundamentos e não aos acessórios decorativos, a prática do pluralismo político parlamentar, que outrora já serviu como a autojustificativa de estratégias reformistas social-democratas (MÉSZÁROS, 2011, p. 38).

Na primeira fase, de ascensão, as perspectivas social-democratas de construir o socialismo aos poucos era uma possibilidade estratégica, mesmo equivocada, que fazia parte do pluralismo político aceitável pelo capital em expansão e, como supramencionado, de uma posição “defensiva” do movimento socialista. Agora, com o capital plenamente desenvolvido, tal perspectiva expressa seu “[...] caráter ilusório com o abandono – agora, desavergonhadamente explícito – das primeiras aspirações sociais e políticas do movimento [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 38).

Atualmente, conforme Mészáros, o movimento dos trabalhadores precisa ser “[...] extraparlamentar radical de massa [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 38). E o autor húngaro completa: “[...] movimento que não pode surgir sem que a classe trabalhadora seja sacudida da antiga ilusão firmemente institucionalizada de estabelecer o “socialismo aos pouquinhos”, dentro dos limites do capitalismo autorreformador” (MÉSZÁROS, 2011, p. 38). É interessante que, diante do próprio argumento de Mészáros, os exemplos de sucesso considerados por esse autor, quais sejam, o de Chávez e o do MST, perdem totalmente o sentido.

Para Mészáros, como demonstrado no item anterior, não há possibilidade de uma transição lenta e gradual. É do capital para o comunal, em sua forma específica de entender cada uma dessas relações sociais. Assim, a transição socialista precisa ser rápida, imediata e total.

Observe-se que há em Mészáros um esforço em demarcar, sempre que possível, as diferenças entre as estratégias do movimento operário em fases que são distintas e determinadas pelo modo de produção do capital. Quando o movimento do capital estava em ascensão, algumas estratégias, como a social-democrata, se tornaram viáveis e se limitaram ao terreno parlamentar, abandonando o modo de produção material e sendo admitida pelas políticas capitalistas. Na atualidade, o processo se altera. As estratégias social-democratas foram dispensadas pelo capital, que consumou sua ascensão histórica e entra em sua pior crise, a estrutural. Já não é mais possível admitir as estratégias anteriores, e por isso o avanço da direita com suas características principais ganha destaque. É considerando esse conjunto que o autor insere o socialismo como única possibilidade estratégica dos trabalhadores para romper com o sistema do capital. Para isso, como já se destacou anteriormente, de acordo com Mészáros, o movimento operário precisará rearticular a relação entre a esfera política e a produtiva material, e, como supracitado, o MST no Brasil e a Venezuela de Chávez estariam na vanguarda desse processo.

Para se contrapor às falácias fortemente propagadas pelos agentes do capital – “não há alternativas” – e às elaborações estratégicas formuladas antes da crise estrutural, o desafio é a construção de uma alternativa socialista que exigirá “uma grande reavaliação do quadro estratégico do socialismo e das condições de sua realização, diante dos fatos e decepções do século XX” (MÉSZÁROS, 2011, p. 41). Assim, se as estratégias do movimento socialista são expressões da compreensão do real e de sua análise a partir do entendimento do movimento do capital, e se elas falharam no século anterior, a necessidade é de uma nova teoria socialista. Ou seja, “[...] uma teoria da transição é necessária para que se reexamine o quadro conceitual da teoria socialista, elaborada originalmente em relação ao “cantinho do mundo” europeu (MÉSZÁROS, 2011, p. 41).

Qual teoria socialista Mészáros afirma que precisa ser reexaminada? Pelo uso de aspas na expressão “cantinho europeu”, nota-se que faz menção à epígrafe que antecede a introdução de sua obra máxima e a qual já se mencionou no início deste item. Ou seja, a elaborada por Marx. Para Mészáros, aquela teoria foi pontual para determinado local e contexto.

É assim que Mészáros (2011) explica essa questão:

Ao contrário das potencialidades objetivas do desenvolvimento capitalista confinado ao limitado cenário europeu, os sérios problemas que surgem da consolidação global de um sistema imensamente poderoso – que se desenvolveu com sucesso ao longo da ascendência histórica do capital durante os últimos cento e cinquenta anos, assumindo uma forma “híbrida”, em oposição à sua variedade “clássica”, com relação ao funcionamento da lei do valor – têm implicações de longo alcance para a necessária reformulação das estratégias originais de emancipação socialista [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 41-42).

Assim, o capital, agora consumado e globalizado, impõe uma nova teoria. Sendo coerente com seus pressupostos, Mézáros aponta que isso aconteceu depois da época de Marx. O autor húngaro afirma que as inúmeras alterações que “[...] testemunhamos em nosso século só podem se tornar inteligíveis se reavaliadas dentro deste quadro mais geral do sistema do capital global, no momento em que ele veio a dominar o mundo em sua realidade histórica dinâmica e contraditória” (MÉSZÁROS, 2011, p. 42).

E é apenas a partir do século XX, na segunda metade, que isso se consolidou a ponto de expressar as contradições mais profundas do sistema do capital e inserir o socialismo como necessidade e possibilidade efetiva para a humanidade. A estratégia social-democrata já não é mais possível, assim como a revolução socialista em um só país. Mézáros é taxativo nessas afirmações. Para o autor húngaro, atualmente o sistema do capital “[...] é de fato muito diferente do que era no momento em que o moderno movimento socialista iniciou sua viagem na primeira metade do século XIX [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 43).

O que Mézáros destaca com ênfase é a necessidade de que o projeto socialista só pode ser renovado mediante “[...] um exame rigoroso das décadas intermediárias do desenvolvimento – orientado para o referencial teórico estratégico da alternativa socialista tanto quanto para suas exigências organizacionais radicalmente alteradas[...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 43-44). Esse é, para esse autor, um desafio vital para os socialistas, e sua obra *Para além do capital* pretende ser uma contribuição deste processo de “[...] reavaliação e esclarecimento teórico [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 44). Sem dúvida, este é um dos objetivos principais do autor húngaro.

Cabe destacar que toda a formulação de Mézáros sobre a teoria da transição perpassa, necessariamente, sua compreensão sobre as diferenças históricas entre os séculos XIX e XX. Portanto, os limites do marxismo dizem respeito aos limites do período histórico no qual tais limites foram elaborados. Dessa forma, coerente com

seus pressupostos, o autor húngaro problematiza a teoria de transição sob a necessidade de uma nova construção. Para Mészáros (2011):

Os princípios gerais de uma teoria devem ser claramente diferenciados de suas aplicações às condições e circunstâncias específicas, mesmo que estas últimas necessariamente entrem novamente na constituição dinâmica dos próprios princípios fundamentais. É tarefa de uma teoria da transição articular as questões específicas do processo social em andamento, identificando com precisão suas limitações temporais, na estrutura ampla dos princípios mais abrangentes que orientam a avaliação de cada detalhe. Se isto não for feito, qualquer alteração nas circunstâncias históricas que invalide alguns dos princípios *limitados* pode ser apresentada como refutação da teoria como um todo: estratégia favorita dos adversários do marxismo. Mas há uma dimensão muito mais importante deste problema do ponto de vista do movimento socialista. Reclamar validade *geral*, em que apenas uma validade limitada se aplica, gera uma pressão apologética para desqualificar qualquer desvio da norma aceita, quando, na verdade, a própria ideia de tal norma vai contra o espírito de um movimento que advoga mudanças fundamentais. Além do mais, uma vez que a apologia reforçada institucionalmente não consiga se manter, a exposição pública das contradições anteriormente veladas, na ausência de uma teoria que claramente identifique o peso relativo e o lugar específico de cada uma no desenvolvimento global, gera desorientação, desilusão e mesmo cinismo. **Desse modo, as restrições da teoria marxista com relação aos problemas da transição hoje se afirmam como um assunto de grande interesse prático** (MÉSZÁROS, 2011, p. 517, grifo nosso).

Reavaliar a teoria marxista no quadro de desenvolvimento global do capital é uma necessidade assumida por Mészáros a fim de traçar os princípios de uma nova teoria de transição para uma nova forma histórica. Tais princípios, como já demonstrados nesta tese, precisam, necessariamente, eliminar as mediações de segunda ordem do capital. Como tais mediações, de acordo com o que se tem apontado neste estudo, completam-se com a crise estrutural do sistema do capital, Marx não poderia mais contribuir para a efetivação dessa teoria para a transição socialista.

Para Mészáros (2011):

[...] o inegável desvio das tendências históricas objetivas do “modelo clássico” colocou em discussão, com certa urgência, as complicações de qualquer transição para o socialismo, trazendo com isso a necessidade de elaborar teorias específicas de transição, de acordo com as novas modalidades de crise e a mutante configuração das condições socioeconômicas e circunstâncias históricas (MÉSZÁROS, 2011, p. 534).

Em outras palavras, é a crise estrutural que deve balizar a ofensiva socialista. Os equívocos históricos, considerados por Mészáros, das experiências do movimento socialista pelo mundo que antecederam a crise estrutural, a qual teve seu início em

1970, são prova da necessária atualização da teoria de transição sobre um novo patamar do sistema do capital plenamente desenvolvido. Trata-se, portanto, de uma nova teoria de transição para uma nova configuração do sistema do capital. Assim, conforme Mészáros (2011):

[...] **as perspectivas históricas da transformação socialista** não podem ser simplesmente *reafirmadas*. Elas **devem ser constantemente reconstituídas com base no pleno reconhecimento das transformações reais (que nem sempre são para melhor) das forças sociais envolvidas nas confrontações mutáveis**. Se, desde a morte de Marx, não podemos acertar contas com os aspectos negativos do desenvolvimento social, do modo como eles afetam as perspectivas da transição ao socialismo, qualquer ação de autotranquilização crédula está destinada a soar como um canto no escuro (MÉSZÁROS, 2011, p. 547, grifos nossos).

Respalado nesses que são fatores gerais da teoria de transição em Mészáros, elementos basilares para a construção de sua teoria de transição, esse autor questiona: “como poderia o Estado fenecer”? Sua compreensão de que os escritos de Marx sobre o capital estão datados ao século XIX levam-no a acreditar que a mesma concepção se dá com os apontamentos de Marx sobre a transição socialista. Dessa forma, Mészáros (2011) afirma que:

Marx elaborou sua concepção da alternativa socialista no estágio final desse dramático período de transição, pouco antes de o capital conseguir consolidar firmemente em escala global sua posição recém-conquistada: primeiro, quando resolveu suas rivalidades nacionais para o próximo período histórico por meio das guerras napoleônicas; e depois quando estendeu impiedosamente sua esfera de dominação aos cantos mais distantes do planeta por intermédio de seus vários impérios. Seus anos de formação coincidem com a aparição desafiadora da classe trabalhadora como uma força política independente por toda a Europa, culminando com as realizações do movimento cartista na Inglaterra e os levantes revolucionários de crescente intensidade na França e na Alemanha na década de 1840 (MÉSZÁROS, 2011, p. 584).

O autor húngaro aponta que Marx, fortemente influenciado pelo peso da ascensão do sistema do capital, formulou uma “[...] síntese abrangente [...] que traçou conscientemente a dinâmica das **tendências** fundamentais de desenvolvimento” (MÉSZÁROS, 2011, p. 584, grifo nosso). Retoma-se, então, a seguir um conjunto de citações de Mészáros que expõe sua compreensão acerca dos escritos de Marx sobre o tema da transição. Mészáros (2011) informa que:

Ele sempre procurava a configuração “clássica” de forças e eventos, esclarecendo seu significado estrutural último, mesmo quando partia da

cotidianidade bruta de suas manifestações fenomênicas. Sem dúvida foi sua capacidade de situar o menor dos detalhes no interior de perspectivas as mais amplas que levou Engels a escrever em 1886: “Marx estava acima, viu mais longe e tinha uma visão mais ampla e rápida que todos nós” (MÉSZÁROS, 2011, p. 584-585, grifo nosso).

E Mézáros (2011) complementa:

Mas claro, para se realizar, essa capacidade tinha de encontrar seu complemento objetivo na própria realidade sócio-histórica dada. Pois, do ponto de vista de um talento individual, por maior que fosse, teria sido fútil ver mais longe e amplamente se tudo o que ele pudesse perceber não passasse de contornos vagos de complexidades confusas, com base em movimentos sociais inconsistentes, tendentes a obscurecer as verdadeiras linhas de demarcação e – preocupado com as estreitas práticas de acomodação e compromisso – evitando como praga toda articulação aberta de seus antagonismos latentes. O deserto intelectual da época da social-democracia reformista é um testemunho eloquente dessa depressiva verdade (MÉSZÁROS, 2011, p. 585, grifo nosso).

Em síntese, Mézáros (2011) explica que:

Foi a coincidência histórica do tipo e da intensidade das qualidades pessoais de Marx com a transparência dinâmica da época de seus anos de formação que lhe permitiu elaborar os contornos fundamentais – o verdadeiro *Grundrisse* – da alternativa socialista. Ao definir o significado da política socialista como a total restituição dos poderes de decisão usurpados à comunidade de produtores associados, **Marx lançou o núcleo sintetizador de todas as estratégias radicais que podem emergir sob as condições variáveis de desenvolvimento.** A validade desses contornos se estende a todo o período histórico que vai da dominação mundial do capital à sua crise estrutural e dissolução final, e ao estabelecimento positivo de uma sociedade verdadeiramente socialista em escala global (MÉSZÁROS, 2011, p. 585, grifos nossos).

O legado de Marx, portanto, com relação à teoria da transição socialista estaria centrado na definição da “política socialista como a total restituição dos poderes de decisão usurpados à comunidade de produtores associados”. Sua contribuição seria, como considera Mézáros, um esboço da alternativa socialista. No entanto, isso está pautado na seguinte contraposição, de acordo com Mézáros (2011):

Contudo, ao sublinhar a validade da visão global de Marx para a sua época, enfatizar suas ligações orgânicas com a relativa transparência da época que a tornou possível, **não se pretende sugerir que as épocas sejam mais que puras bênçãos para a teoria, no sentido de não imponham qualquer limitação para a visão-de-mundo que se originou do seu solo.** Pois, precisamente porque colocam agudamente em relevo as polaridades e alternativas básicas, elas tendem a empurrar para segundo plano tendências

e modalidades de ação que apontam em direção à reprodução continuada da ordem social prevalecente; assim como extensos períodos de compromisso e acomodação criam um clima geral de opinião que desencoraja fortemente a articulação da crítica radical, tachando-a, para descartá-la, de “messiânica” ou “apocalíptica” (MÉSZÁROS, 2011, p. 585).

Dessa maneira, as contribuições de Marx estariam limitadas às limitações do movimento do capital em ascensão daquele período, que não expressou o período em que as “[...] manifestações da crise atingiram seu momento mais intenso [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 585). Ou seja, Marx não poderia ter ido além em função de seu contexto histórico não manifestar a crise estrutural do sistema do capital.

De acordo com Mézszáros, na época de Marx, não se poderia ter ido para além dos apontamentos tendenciais do movimento do capital e de suas crises. Isso possui correspondência com a compreensão de Mézszáros sobre a impossibilidade de uma crise estrutural no período em que o capital poderia deslocar suas contradições por meio de sua expansão, fato que será impossibilitado, como demonstrado anteriormente neste estudo, pela ativação dos limites absolutos do capital por volta de 1970.

Essa é a base explicativa sobre a qual se ergue a compreensão de Mézszáros sobre o que o autor húngaro considera ser a sociedade pós-capitalista de produção de capital. Mais precisamente, a sociedade soviética pós-1917, período em que os limites absolutos do capital não haviam sido ativados, e, dessa forma, as crises ainda poderiam ser deslocadas pelo movimento de expansão do sistema do capital. Retomem-se, assim, a seguir as caracterizações que marcam a sociedade capitalista e a pós-capitalista, ambas produtoras de capital na concepção de Mézszáros (2011):

Capitalismo é aquela fase particular da produção do capital na qual: 1. a *produção para a troca* (e assim a mediação e dominação do valor de uso pelo valor de troca) é dominante; 2. a *própria força de trabalho*, tanto quanto qualquer outra coisa, é tratada como *mercadoria*; 3. a motivação do *lucro* é a força reguladora fundamental da produção; 4. o mecanismo vital de formação da mais-valia, a separação radical entre meios de produção e produtores, assume uma *forma inerentemente econômica*; 5. a mais-valia economicamente extraída é *apropriada privadamente* pelos membros da classe capitalista; e 6. de acordo com seus *imperativos econômicos* de crescimento e expansão, a produção do capital tende à *integração global*, por intermédio do mercado internacional, como um sistema totalmente interdependente de dominação e subordinação econômica [...]. **O capital mantém o seu domínio – longe de irrestrito – nas sociedades pós-revolucionárias principalmente por meio:** 1. dos imperativos materiais que circunscrevem as possibilidades da totalidade do processo vital; 2. da divisão social do trabalho herdada, que, apesar das suas significativas modificações, contradiz “o desenvolvimento das livres individualidades”; 3. da estrutura objetiva do aparato produtivo disponível (incluindo instalações e maquinaria)

e da forma historicamente limitada ou desenvolvida do conhecimento científico, ambas originalmente produzidas na estrutura da produção de capital e sob as condições da divisão social do trabalho; e 4. dos vínculos e interconexões das sociedades pós-revolucionárias com o sistema global do capitalismo, quer estes assumam a forma de “competição pacífica” (intercâmbio comercial e cultural), quer assumam a forma de oposição potencialmente mortal (desde a corrida armamentista até maiores ou menores confrontações reais em áreas sujeitas a disputa) (MÉSZÁROS, 2011, p. 736-737).

Destaca-se que, a partir da descrição dos quatro itens relacionados com a sociedade pós-capitalista de produção de capital, a compreensão do autor no que tange ao socialismo corresponde, necessariamente, à abolição de todas as características que compõem a sociedade do capital. Em outras palavras, a “nova forma histórica” ocorrerá por meio do rompimento total e imediato com o modo de produção anterior, sem nenhum resquício daquela. Deverá ocorrer, dessa forma, uma transição sem período de transição e, mais precisamente, uma revolução mundial do capital para o comunismo.

Já na nova forma histórica, tal como compreendido pelo autor húngaro e aqui nesta tese explicitado, deverão ocorrer fases de mudanças. Já são fases relacionadas a uma nova sociedade, sem qualquer vínculo com o modo de produção anterior, como Mézáros (2011) mostra:

O poder do capital não pode ser superado no domínio material sob seu controle, por nenhum tipo de ação econômica espontânea, mesmo que o conhecimento econômico seja suficientemente desenvolvido e difundido na sociedade como um todo (o que está fora de questão, dada a novidade qualitativa das tarefas que devem ser empreendidas, e o fato de o conhecimento necessário a elas não poder ser legitimado pelo sistema do capital herdado e suas “personificações”). **O primeiro passo vital exige uma mudança radical do modo de regular a produção e alocação do excedente econômico. Isto é possível em primeiro lugar apenas pelo processo político autônomo – e socialmente sustentável no curso da revolução que se desdobra – tanto nos países subdesenvolvidos como naqueles de capitalismo mais desenvolvido.** Em todos os lugares, é necessária uma verdadeira “mudança de ventos” que permita tomar a rota que conduzirá ao novo “sistema orgânico”. **A regulação política adequada do intercâmbio socioeconômico é uma parte vital importante para este empreendimento, especialmente nas fases iniciais da difícil transição para uma ordem metabólica socialista autorreguladora.** Como a formação do Estado moderno é um constituinte essencial do sistema orgânico do capital, mover-se em direção a uma alternativa socialista é inconcebível 1) sem se apoderar de todas as funções produtivas do velho Estado *vis-à-vis* o sistema do capital, aspecto negativo do empreendimento político pós-capitalista, e 2) sem uma articulação bem-sucedida das funções autônomas e positivamente reguladoras pelas quais os produtores associados podem colocar nas finalidades por eles mesmos escolhidas os frutos do seu trabalho excedente no curso da criação de um sistema orgânico socialista. Se o aspecto positivo da tarefa não for perseguido desde o início, não haverá

qualquer esperança de se concluir com sucesso a revolução socialista. De fato, mais cedo ou mais tarde, mesmo as funções negativas assumidas de se “expropriar os expropriadores” estão destinadas a falhar. Sob este aspecto, a questão fundamental é a relação estrutural *antagônica* no interior do próprio processo de trabalho sob o domínio do capital. Este é o caso em todos os domínios e em todos os níveis do sociometabolismo, desde o “microcosmo” das iniciativas econômicas locais até as inter-relações reprodutivas mais abrangentes. Sob este aspecto, **se a extração do trabalho excedente politicamente regulada não for de fato controlada pelos próprios produtores associados, mas por uma autoridade política imposta e acima deles, este tipo de relação inevitavelmente reproduziria o antagonismo incurável do velho processo de trabalho. É o que aconteceria mesmo que o tipo de personificação do capital que confronta o trabalho pós-revolucionário tivesse mudado de acordo com as novas circunstâncias sócio-históricas** (MÉSZÁROS, 2011, p. 738, grifos nossos).

Relembra-se que, para o autor húngaro, o Estado faz parte da estrutura econômica da sociedade. Sendo assim, Mézáros compreende que não há uma transição socialista por meio da ditadura do proletariado com a tomada do Estado em um período de transição para o socialismo – conforme o socialismo científico de Marx e Engels e a teoria de transição de Lênin –, e sim sua destruição imediata, bem como a de todos os elementos estruturais da sociedade do capital, traçados por Mézáros nas mediações de segunda ordem.

Na direção da teoria de transição proposta por Mézáros, há o que se considera como o momento de abertura de uma janela revolucionária, que se inicia com a crise estrutural do capital a partir de 1970. É apenas depois desse período que esse autor considera a possibilidade de uma virada ofensiva na estratégia do movimento socialista. Para o autor húngaro, o movimento socialista se pautou por uma estratégia defensiva ao longo dos anos, conseguindo conquistas pontuais diante das margens do capital em ascensão. Isso se altera significativamente frente à crise estrutural, conforme Mézáros (2011):

O estreitamento da margem de acumulação lucrativa do capital afetou grandemente as perspectivas do movimento dos trabalhadores até mesmo na maioria dos países de capitalismo avançado. Não apenas piorou o padrão de vida da força de trabalho em emprego formal (para não mencionar as condições de milhões de pessoas desempregadas e subempregadas), mas, como mencionado na última seção, também reduziu as possibilidades da sua ação autodefensiva como resultado da legislação autoritária imposta às classes trabalhadoras pelos seus parlamentos supostamente democráticos (MÉSZÁROS, 2011, p. 824).

Isso posto, o autor húngaro aponta que a crise estrutural abre a possibilidade para uma ofensiva socialista, haja vista que, com a ativação dos limites absolutos do

capital, a humanidade não suportaria viver por muito mais tempo sob as condições da crise estrutural provocada por esse movimento. Essa é a base explicativa para a compreensão de Mészáros sobre as únicas possibilidades vigentes, a saber: socialismo ou barbárie. Dessa forma, Mészáros (2011) explica:

Hoje, à luz da experiência histórica do século XX e do fracasso de todas as tentativas passadas de superar os constrangimentos desumanizadores e as contradições do capitalismo, o significado da negação radical só pode ser definido como um momento subordinado do projeto positivo da alternativa hegemônica do trabalho ao capital no sentido discutido acima. A rearticulação do movimento socialista, como uma ofensiva estratégica para se ir além do capital, é, nesse sentido, também uma condição prévia e necessária para que sucessos parciais, no devido tempo, possam se tornar cumulativos dentro da estrutura da estratégia correta. Sem a finalidade apropriada da ofensiva estratégica – orientada para a ordem socialista como uma alternativa hegemônica à existente – o próprio percurso ficará sem orientação. E, certamente, não mais poderemos dispor do luxo de vagar por outro século e meio tentando produzir mudanças estruturais nos confins estruturais paralisantes do sistema do capital. Aqueles que pensaram que a alternativa hegemônica socialista “é irreal” – e, sem qualquer interesse disfarçado, defenderam a todo custo a ordem estabelecida – deveriam se perguntar: é realmente possível e logicamente sustentável projetar a permanência de um sistema sociometabólico de reprodução baseado nos imperativos materiais fetichistas da lógica destrutiva do capital? Os resignados a suportar a inércia do “realismo” do capital que se autoperpetua podem seriamente continuar defendendo que a *incontrolabilidade destrutiva do capital* não está lançando perspectivas cada vez mais sombrias no horizonte de sobrevivência humana? Agora, até mesmo os defensores mais acrílicos da ordem vigente são obrigados a reconhecer que os problemas mais sérios ainda estão diante de nós. A “única” diferença é que, confundindo desejo com realidade, eles esperam do poder repressivo do capital a solução definitiva para todos esses problemas. Na verdade, porém, mais *irreal* não é a alternativa hegemônica socialista ao domínio do capital em todas as suas formas historicamente conhecidas e ainda possíveis, mas a projeção gratuita de que a humanidade pode sobreviver por muito mais tempo ainda dentro dos limites estruturais necessariamente destrutivos do modo estabelecido de reprodução sociometabólica (MÉSZÁROS, 2011, p. 920-921).

Em consonância com os pilares da teoria de transição de Mészáros, que já se apontaram anteriormente nesta tese, há os seguintes elementos constitutivos desse processo: i) a erradicação completa do capital; ii) a nova forma histórica como sociedade autossustentada; e iii) a necessidade de rearticulação do movimento socialista diante da crise estrutural do capital e a necessária ofensiva dos trabalhadores. Nas palavras de Mészáros, “[...] uma ordem sociometabólica que tenha erradicado com sucesso o capital do processo de trabalho [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 931).

Tem-se, em síntese, a construção da teoria de transição de Mészáros, que está fundamentada nos seguintes aspectos basilares: i) A crítica a Marx, em função

de seu período histórico incipiente, e dessa forma à impossibilidade de esse autor ter traçado uma estratégia revolucionária; ii) A crítica às concepções do capital que defendem não haver mais alternativas; iii) A transição do capital para o comunal precisa eliminar todas as características presentes no sistema do capital – os elementos de segunda ordem de mediação; iv) Por ser o Estado parte da estrutura econômica da sociedade, sua eliminação deve ser imediata; v) A crise estrutural abre a possibilidade histórica para uma ofensiva socialista; e vi) A Revolução Russa é infinitamente inferior aos significativos sucessos do MST no Brasil e da Venezuela do período Chávez. Isso se justifica por sua compreensão de que não havia possibilidade de superação do capital antes da manifestação de sua crise verdadeiramente global, a crise estrutural.

Assim, são apresentadas duas características para o movimento socialista em sua necessária atualidade ofensiva contra o capital, a saber: i) A “administração racional” que supere o comando separado do trabalho. São os trabalhadores associados que organizarão, sem hierarquia de comando, o processo de produção associado; e ii) Não repetir o erro, para Mészáros, de se ter “personificações pós-capitalistas” de controle sobre o trabalho, que seriam, em sua avaliação, personificações do próprio capital. De fato, há mais elementos para se seguir com a identificação da transição para Mészáros, como uma transição direta do capital ao socialismo, entendendo o socialismo como modo de produção que rompe com o capital, o trabalho alienado, o Estado, o dinheiro, a propriedade privada, a família nuclear etc.

É esse conjunto de fatores que expressam a compreensão de socialismo para o autor húngaro. O central, nesse universo categorial acerca da transição, é o fato de se propor uma revolução que elimine, imediatamente, todas as características do sistema do capital e se iniciar a nova forma histórica.

6.3 OS DESDOBRAMENTOS INTERPRETATIVOS A PARTIR DA TEORIA DE TRANSIÇÃO DE MÉSZÁROS

Del Roio (2014), no prefácio escrito para a obra de Ribeiro (2014) *Estado, trabalho e capital em István Mészáros*, destaca alguns elementos concernentes à compreensão do Estado no terreno da transição socialista. Partindo do ferramental teórico oferecido por Mészáros, Del Roio (2014) segue na mesma crítica às

“sociedades pós-revolucionárias” e aponta para o cerne dos fracassos dessas experiências, que tinham como finalidade a transição socialista:

As sociedades pós-revolucionárias que se entendiam como endereçadas à “transição socialista” acabaram por reforçar a dimensão política e o Estado, de modo que o metabolismo social que garante a reprodução do capital se perpetuou em vez de se esvaír. **O fracasso se deveu ao fato de o processo não ter sido conduzido pelos trabalhadores crescentemente associados na produção e postados contra o Estado e o capital. O contrário ocorreu, com o Estado tendo se reorganizado e passado a controlar a produção e os trabalhadores numa sociedade hierárquica** (DEL ROIO, 2014, p. 10-11, grifo nosso).

Del Roio complementa sua crítica e faz uma relação do que considera ser a “crise do socialismo” no contexto da crise estrutural do capital. Ou seja, a partir da esteira teórica de Mészáros, aquele autor situa a crise estrutural como momento oportuno para uma ofensiva socialista. A influência de Mészáros fez com que a concepção de Del Roio negasse o mecanismo de autopreservação do capital, que é manifestado pelas crises cíclicas e periódicas – conforme se demonstrou no capítulo anterior desta tese –, levando Del Roio (2014) a considerar o seguinte:

Assim é que a crise do “socialismo”, nos anos 80 do século XX, deve ser entendida como parte da crise estrutural do capital, isto é, o momento a partir do qual o sociometabolismo do capital começa a falhar e ter a sua reprodução dificultada. **Todos os esforços do capital para resgatar a taxa de acumulação têm fracassado.** Desde a inovação tecnológica e gerencial com vistas ao substancial aumento da produtividade do trabalho, até a retirada de direitos sociais, o saque do ambiente natural, a militarização crescente da vida social e as guerras localizadas, mas permanentes. **O capital em crise perdeu a sua capacidade civilizatória e tende a gerar mais e mais barbárie, que pode ser o destino próximo da humanidade** (DEL ROIO, 2014, p. 11, grifos nossos).

Mas é ao indicar qual seria o ponto de partida da organização dos trabalhadores rumo à transição socialista que Del Roio (2014), fundamentado em Mészáros, demonstra problemas teóricos, com um caráter subjetivo, expressando o seguinte:

Como a ação do capital desorganizou a classe do trabalho em todos os aspectos, **a ofensiva socialista deve começar da sensibilidade prática dos trabalhadores** que se organizam nos mais diferentes movimentos sociais, gerais e particulares. É preciso contabilizar experiências comunais e movimentos emancipatórios por todo o mundo, criar alianças que afrontem os interesses do Estado, do capital, da divisão social do trabalho. Esses diversos córregos e rios deverão afluir no oceano do objetivo maior de desestabilização do sociometabolismo do capital e dar início a uma efetiva transição socialista. Tarefaduríssima essa de construção de elementos de uma nova sociabilidade que empreenda o cerco às fortalezas do capital.

Elementos esses que devem ser teóricos e práticos (DEL ROIO, 2014, p. 11-12, grifo nosso).

A relação entre a concepção teórica e o imediato desdobramento político que dela se desdobra é parte constitutiva do universo categorial de Mészáros. Dessa forma, como se tem demonstrado neste estudo, o fato de se tratar de uma teoria avessa ao universo categorial de Marx, em especial ao presente em *O capital*, implica haver distinções significativas também no plano estratégico com a finalidade da transição socialista. Del Roio (2014) explicita essa relação, a partir de Mészáros, ao afirmar que: “diante da crise estrutural e da ameaça da barbárie, a transição socialista, como já foi antecipado, se faz sempre mais urgente, o que exige a construção da revolução socialista e de seus instrumentos [...]” (DEL ROIO, 2014, p. 14).

Mas, é na obra de Ribeiro (2014), da qual Del Roio apresentou apenas elementos introdutórios em seu prefácio, que se coletaram desdobramentos teórico-políticos problemáticos a partir da análise fundada no universo categorial de Mészáros. De acordo com Ribeiro (2014):

[...] é objetivo central da investigação proposta neste livro – originalmente apresentada como dissertação de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da FFC/UNESP – compreender, no âmbito teórico, o papel do Estado no interior do sistema sociometabólico do capital, de acordo com a análise de István Mészáros, observando de que maneira ocorre a relação de complementaridade que permite que o autor afirme o Estado como parte constitutiva da base material do sistema do capital. Para alcançar tal objetivo, será tomado como objeto a discussão de Mészáros sobre o papel do Estado moderno no sistema sociometabólico do capital, tendo como referência principal a obra *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Secundariamente, recorreremos a outras obras do mesmo autor – *A teoria da alienação em Marx, Filosofia, ideologia e Ciência Social* e *O poder da ideologia* –, **além da produção de Marx, sobretudo da década de 1840** (RIBEIRO, 2014, p. 18-19, grifo nosso).

A primeira constatação de fundamental importância é a abordagem da autora, que se fundamenta nas obras mais desenvolvidas de Mészáros e nos estudos mais introdutórios de Marx. Como se mostrou nesta tese, o mesmo movimento é feito pelo autor húngaro ao dispensar *O capital*, de Marx, mas se respaldar nos escritos da década de 1840 do autor alemão. Demonstrou-se, no capítulo cinco deste estudo, as viragens pelas quais passaram as elaborações teóricas de Marx. Tais viragens

permitiram o avanço no patamar explicativo do autor alemão e, quando desconsideradas, impõem sérios limites nas análises realizadas.

Do todo que compõe a obra de Ribeiro (2014), interessa aqui destacar os aspectos relacionados à teoria de transição, a partir de Mészáros, e sua relação com a concepção de Estado do autor húngaro. Como demonstrado no decorrer desta pesquisa, Mészáros compreende o Estado como parte integrante da estrutura econômica do sistema do capital. Dessa forma, para esse autor, uma transição precisa, imediatamente, destruir todos os elementos de segunda ordem de mediação. Em outras palavras, mostrou-se nesta tese que a transição em Mészáros é a do capital para o comunal. Tal compreensão é assimilada por Ribeiro (2014), que, sem identificar as diferenças cruciais entre o universo categorial de Mészáros e o de Marx, acaba por demonstrar um ecletismo teórico problemático:

Mészáros toma a análise das experiências pós-capitalistas como exemplo prático de uma tentativa de emancipação em termos exclusivamente políticos. Observando a política como *parte* da totalidade dos processos sociais, o autor insiste que a derrubada do Estado burguês não é suficiente para reestruturar a sociedade como um todo. As conclusões de Mészáros sobre as experiências pós-capitalistas, longe de provar a falência da teoria marxista, demonstram a atualidade da afirmação de Marx de que “a existência do Estado e a existência da escravidão são inseparáveis” (Marx, 1995, p. 81) (RIBEIRO, 2014, p. 20).

Dessa maneira, a partir da concepção de Mészáros, a análise da autora considera como uma inviabilidade histórica a formação de um Estado proletário, tendo como fonte analítica a experiência soviética sob a ótica do autor húngaro. Segundo Ribeiro (2014):

A compreensão da análise meszariana sobre a função exercida pelo Estado pós-capitalista no sistema soviético pode subsidiar a própria prática revolucionária, representando, a partir da observação da inseparabilidade entre Estado e dominação de classe, relevante contribuição ao demonstrar a necessidade da oposição às concepções que, no processo de transição socialista, tendem a preservar o Estado como poder de subordinação do trabalho (RIBEIRO, 2014, p. 21).

Como se relatou neste estudo, para Mészáros há uma contradição entre a ditadura do proletariado e o próprio proletariado. Ribeiro (2014) expressa isso ao generalizar o papel do Estado, seja ele qual for, com a identificação do “poder de subordinação do trabalho”. A análise da experiência soviética realizada por Mészáros o levou a considerar que a expressão stalinista daquele processo foi o resultado

iminente da concepção de Estado sob a organização dos trabalhadores. Isso fez com que o autor húngaro negasse qualquer tentativa revolucionária que não destruísse, imediatamente, o Estado, o capital e o trabalho alienado.

É resultado dessa análise de Mészáros, ainda, a diferenciação fantasiosa entre capitalismo e capital. Isso o levou a considerar, por exemplo, que a Revolução Russa tenha superado o capitalismo, mas não o capital. Como se explicou neste trabalho, tal compreensão não encontra o mínimo de respaldo no universo categorial de Marx. Fundado nessa interpretação de Mészáros, Ribeiro (2014) acaba por considerar o seguinte:

A vertente predominante do movimento comunista soviético, em seu desejo de buscar uma nova ordem histórica, postulou que a intervenção política representada pela *expropriação dos expropriadores* encerraria a forma de exploração capitalista e possibilitaria atingir a meta socialista da emancipação. Contudo, na prática, o movimento comunista foi incapaz de subverter a relação de subordinação do capital sobre o trabalho. O Estado pós-capitalista não apenas se manteve atrelado às exigências da reprodução do capital como assumiu diretamente as tarefas que estavam anteriormente sob o controle dos capitalistas privados, de forma a perpetuar essa condição deliberadamente. Essa postura essencialmente anticapitalista assenta *capital* e *capitalismo* como termos *equivalentes*, contudo, considerar as dificuldades inevitáveis de uma transição socialista implica reconhecer a dimensão histórica e as diferenças fundamentais que os envolvem (RIBEIRO, 2014, p. 162-163).

Ao concluir, a partir de Mészáros, que a experiência soviética eliminou o capitalismo, mas não o capital, Ribeiro (2014) assume a concepção de Estado pós-capitalista de produção de capital. Ou seja, que a totalidade que cercou o movimento revolucionário russo teve, desde sua origem, o equívoco de considerar que a superação do Estado burguês e sua transição para um Estado proletário não abriu a possibilidade de efetivação da revolução socialista. Tudo isso porque, respaldada em Mészáros, Ribeiro (2014) considera que:

A ideia de transformação socialista não pode ser levada adiante se não for compreendida a necessária interligação entre *Estado, capital e trabalho*. Dada sua relação de autossustentação recíproca, essas três esferas apenas poderiam ser eliminadas simultaneamente como resultado de uma transformação estrutural de todo o metabolismo social. Ou seja, não é possível que nenhuma dessas esferas seja transcendida e superada radicalmente simplesmente por algum tipo de decreto político que acarrete a derrubada e a abolição de formas sócio-históricas específicas. A revolução social pressupõe um conjunto de condições objetivas necessárias para a sua emergência. Condições que devem ser ultrapassadas no curso do desenvolvimento do próprio processo revolucionário, transformando o metabolismo social e os indivíduos envolvidos nessa ação (RIBEIRO, 2014, p. 166-167).

A questão que salta aos olhos na análise dessa autora, fiel à concepção meszariana, é a da relação existente entre capital, Estado e trabalho. Cabe ressaltar que, para Mészáros, o trabalho sob o capital é o trabalho alienado, e isso teria correspondência com os escritos de Marx, algo que, como se mostrou no capítulo quinto desta tese, foi superado. Contudo, a relação de correspondência entre o tripé acima citado fez com que o autor húngaro concebesse a imediaticidade do processo revolucionário. A transição, como supracitado, deveria eliminar, imediatamente, esse tripé. Essa é, inclusive, a partir da análise de Ribeiro (2014), a diferença crucial entre Marx e Mészáros, a saber, a questão do tempo do processo revolucionário de transição:

Compreender a complexidade e a temporalidade de longo prazo da transformação social significa relacionar o que poderia ser imediatamente derrubado com a tarefa última da transcendência do *capital* (e não apenas do capitalismo), do *Estado* (em todas as suas formas) e da *divisão do trabalho* (e não apenas do trabalho as- salariado) [...] (RIBEIRO, 2014, p. 167).

A questão da temporalidade do processo revolucionário, algo que na avaliação da autora, em correspondência com os escritos de Mészáros, não foi postulado por Marx, seria um dos maiores problemas da concepção de transição do autor alemão. Por isso, em contrapartida, Mészáros admite que a transição precisa ser imediata. Ou seja, a superação do capital, do Estado e do trabalho alienado precisam ocorrer imediatamente, segundo Ribeiro (2014):

O modo pelo qual o sistema marxiano se constituiu culminou na definição essencialmente negativa da esfera política. Contudo, embora concorde que o fim último deva ser a superação dessa esfera – pois sugere como horizonte revolucionário uma prática social negativa da política tomada nos seus limites institucionais, e que vai para além do capital –, Mészáros observa uma relevante indefinição na teoria marxiana: há uma ambiguidade temporal na relação entre o ato da “libertação” e a supressão da estrutura política, quer dizer, nas formulações marxianas não está clara a temporalidade precisa desse processo. Para o filósofo húngaro, o sucesso da ofensiva socialista dependeria do efetivo enfrentamento *parlamentar* e *extraparlamentar* de um movimento de massas, reconstituído como força capaz de recusar as determinações estruturais do capital e de atuar dentro do Estado ao mesmo tempo em que desafia o capital na esfera econômica, no campo da produção/reprodução material (RIBEIRO, 2014, p. 188).

Ao assumir a concepção meszariana de que a época vivida e analisada por Marx foi um período de ascensão do capital em sua fase incipiente, essa autora reproduz o equívoco de Mészáros em desconsiderar as leis universais do capital plenamente desenvolvido identificadas por Marx. Esse movimento a levou a identificar

a época analisada por Mészáros como o período de “[...] desintegração estrutural do capital [...]” (RIBEIRO, 2014, p. 168). E, dessa forma, Ribeiro (2014) compreende que:

[...] a tese marxiana foi elaborada muito antes que se pudessem conhecer as alternativas desse modo de controle diante da erupção em escala ampliada de suas contradições internas. Quer dizer, o quadro histórico em que viveu Marx tornava possível o colapso do capitalismo, já que suas possibilidades de expansão eram muito mais restritas do que nos aparece no quadro atual. Naquele momento histórico, a perspectiva de Marx pôde ser sustentada pelo desenvolvimento limitado do capitalismo diante da ausência de uma integração econômica efetiva do mundo todo à dinâmica do capital. Pelo mesmo motivo, vislumbrar a erupção de uma crise estrutural nas décadas de 1850 e 1860 teria um significado totalmente distinto do enfrentamento do mesmo problema no contexto de um sistema mundial expandido com sucesso e dispondo de recursos incomparavelmente mais flexíveis (RIBEIRO, 2014, p. 168-169).

A partir disso, essa autora identifica o que seria, a partir de Mészáros, o maior problema teórico dos escritos de Marx. Cabe destacar que, conforme se apontou no início deste item, os escritos de Marx, segundo Ribeiro (2014), estão centrados no período da década de 1840:

[...] o fato de Marx não poder reconhecer a fragmentação e a estratificação no interior do trabalho está relacionado ao modo como o pensador alemão concebe a forma política de transição. Se a fragmentação estrutural do trabalho evidencia uma gama de interesses parciais distintos entre os vários grupos de trabalhadores, o interesse comum pressuposto para dirigir a nova forma política de transição não é tão evidente quanto poderia parecer. Isso significa que, qualquer que seja o papel do Estado proletário, este não pode servir apenas de instrumento de defesa contra a classe dominante anterior; seu papel fundamental é a arbitragem de uma multiplicidade de interesses parciais e até contraditórios, correspondentes à permanência da divisão do trabalho herdada e profundamente enraizada no metabolismo social a ser transcendido (RIBEIRO, 2014, p. 177).

O que essa autora não identificou, em verdade, diz respeito ao fato de Mészáros dispensar a obra mais desenvolvida de Marx, *O capital*. E, dessa forma, municiou-se de uma série de justificativas problemáticas para argumentar sobre a novidade histórica de sua obra máxima, *Para além do capital*. Não se trata, portanto, de uma pretensa crítica de Mészáros a Marx, muito menos de uma forma peculiar de leitura de Marx realizada por Mészáros, e sim de uma nova teoria para o que Mészáros considera ser a forma plenamente desenvolvida do capital. Desse modo, se o universo categorial de Marx estivesse datado ao cantinho europeu do século XIX, datados também estariam seus apontamentos sobre a transição socialista.

6.4 DO SOCIALISMO UTÓPICO AO SOCIALISMO CIENTÍFICO: A TEORIA DE TRANSIÇÃO DE MÉSZÁROS EM ANÁLISE

Escrito por Engels em 1892, o prefácio à edição inglesa referente ao texto *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, de 1877, oferece elementos fundamentais para a compreensão do contexto e do processo de elaboração dessa riquíssima contribuição para o debate acerca do socialismo. Esse texto, como Engels explica no referido prefácio, “[...] fazia parte, originalmente, de uma obra maior [...]” (ENGELS, 1961, p. 285). Em função daquela conjuntura, marcada por algumas elaborações sobre o socialismo, esse autor decidiu por fazer um recorte para tratar exclusivamente da discussão acerca do socialismo utópico, traçando seu quadro geral e suas tendências, assim como apontar para a alteração significativamente qualitativa com o delineamento do socialismo científico.

A importância desse texto é crucial na discussão que se faz com os escritos de Mézáros. Isso se justifica porque o texto de Engels foi escrito após os estudos e a publicação de *O capital*, e a discussão sobre o socialismo estava pautada no universo categorial mais desenvolvido de Marx. Como se mostrou nesta tese, Mézáros realiza um movimento semelhante, mas dentro de seu universo categorial próprio. Primeiro, o autor húngaro apresenta sua crítica aos teóricos que, de acordo com esse autor, têm seus escritos pautados sob a ótica do capital. Em seguida, demonstra a seu modo como Marx, mesmo escrevendo a partir do ponto de vista dos trabalhadores, está ultrapassado em função dos limites históricos do seu tempo. Na sequência, elabora uma crítica contundente a Lukács, considerando-o como autor síntese da sociedade do capital de tipo soviético, termo usado para caracterizar a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas a partir de 1917 até sua derrocada. Só então, após esse longo percurso, o autor húngaro apresenta sua compreensão sobre o sistema do capital, que se desdobra na teoria de transição elaborada por ele.

Todo esse movimento, presente em toda a obra *Para além do capital*, possibilitou a identificação de uma correspondência dos escritos de Mézáros sobre transição com as formas utópicas fortemente criticadas por Marx e Engels durante o século XIX. Os paralelos encontrados serão aqui apresentados. Ao dispensar *O capital*, de Marx, de acordo com seus argumentos, que se expuseram neste estudo, Mézáros abandona também a compreensão do socialismo científico.

O primeiro fundamento do texto de Engels que precisa ser considerado na síntese aqui apresentada diz respeito ao que esse autor enuncia no prefácio supracitado, a saber: “os termos de economia empregados neste trabalho coincidem, sempre que novos, com os da edição inglesa de *O capital*, de Marx [...]” (ENGELS, 1961, p. 287). Como se afirmou anteriormente nesta tese, os escritos de Engels sobre o socialismo científico e a crítica ao socialismo utópico estão fundamentados em *O capital*, de Marx. Dessa forma, Engels (1961) prossegue em sua exposição:

[...] Designamos como ‘produção de mercadorias’ aquela fase econômica em que os objetos não são produzidos apenas para o uso do produtor, mas também para os fins de troca, isto é, **como mercadorias** e não valores de uso. Essa fase vai dos albos da produção para a troca até os tempos presentes; **mas só alcança seu pleno desenvolvimento sob a produção capitalista**, isto é, sob as condições em que o capitalista, proprietário dos meios de produção, emprega, em troca de um salário, operários, homens despojados de todo meio de produção, com exceção de sua própria força de trabalho, e embolsa o excedente do preço da venda dos produtos sobre o seu custo de produção [...] (ENGELS, 1961, p. 287, grifos nossos).

Essa descrição de parte dos fundamentos sobre os quais se ergueram a crítica ao socialismo utópico e o delineamento do socialismo científico demonstra que, antes de se pensar em uma estratégia revolucionária, é necessário compreender a sociedade do capital em todos os seus aspectos, começando pelo basilar: a sociedade está dividida em duas classes distintas, fundamentalmente, capitalistas e trabalhadores, na qual os últimos produzem o capital, que é propriedade dos primeiros⁶⁰.

Além disso, outra característica importante dessa passagem de Engels se refere à compreensão da sociedade do capital como a que desenvolve plenamente a produção de mercadorias. Em outras palavras, não é a produção de mercadorias o cerne dessa sociedade, mas a produção de mercadorias que, em seu processo globalizado, produza capital. Na história, a produção de mercadorias precede, em

⁶⁰ Há de se considerar que, coerentemente com *O capital*, de Marx, são trabalhadores aqueles que, desprovidos de todos os meios de produção, possuem e vendem apenas sua força de trabalho. Dentro desse conjunto, há os proletários, parte da classe trabalhadora responsável pela produção da mais-valia e do capital. Como se trata de um panfleto, é possível que Engels tenha simplificado essa discussão para fins de agitação e propaganda. Contudo, cabe aprofundar a questão, mencionando que, como mostrado no capítulo 4 desta tese, o que o capitalista embolsa é a mais-valia produzida pelos proletários, que é transformada em mais dinheiro do que aquele inserido no início do processo de produção. No Livro II de *O capital*, Marx aprofunda esses elementos, já contidos no Livro I, apresentando as metamorfoses do processo de circulação de capital: capital-dinheiro, capital-produtivo e capital-mercadoria, componentes do ciclo global de produção e de circulação de capital.

milhares de anos, a produção de capital, característica exclusiva da sociedade capitalista.

Mas o central nessa discussão de Engels sobre o socialismo científico é a compreensão de que foi apenas a “[...] descoberta da mais-valia [...]” (ENGELS, 1961, p. 321) que possibilitou a elaboração dos fundamentos do socialismo científico como “[...] produto necessário da luta entre as duas classes formadas historicamente: o proletariado e a burguesia [...]” (ENGELS, 1961, p. 321). Como se mostrou nesta tese, a mais-valia não é, para Mészáros, o fundamento do capital. Em seu lugar, como viu-se, Mészáros utiliza as mediações de segunda ordem. Trata-se, portanto, de formas distintas de compreensão da sociedade do capital. Como não poderia deixar de ser, essas formas distintas se desdobram em distintas estratégias para o movimento socialista.

Esse texto de Engels, que desvela as utopias dos movimentos socialistas dos séculos XVIII e XIX, assim como lança os fundamentos do socialismo científico, só foi possível pois estava respaldado pela compreensão da sociedade do capital expressa em *O capital*, de Marx. Tal texto se divide em três partes, que serão importantes para o debate que se traçou com a teoria de transição elaborada por Mészáros: i) a retomada do socialismo utópico ao longo da história; ii) os aspectos basilares do movimento do capital; e iii) o socialismo científico e a transição para o reino da liberdade.

Nos fundamentos históricos do socialismo, Engels (1961) traz à tona a forte influência de sua origem ligada aos movimentos da França do século XVIII, além de apontar para sua correspondência às ideias daquele período:

Por sua forma teórica, porém, o socialismo começa apresentando-se como uma continuação, mais desenvolvida e mais consequente, dos princípios proclamados pelos grandes pensadores franceses do século XVIII. Como toda nova teoria, o socialismo, embora tivesse suas raízes nos fatos materiais econômicos, teve de ligar-se, ao nascer, às ideias existentes (ENGELS, 1961, p. 305).

Nos princípios gerais do socialismo em sua origem, a razão predominava frente a todas as instituições. Influenciados pela França, que aspirava à revolução no século XVIII, Engels (1961) afirma que esse socialismo adotou uma posição revolucionária:

Não reconheciam autoridade exterior de nenhuma espécie. A religião, a concepção da natureza, a sociedade, a ordem estatal: tudo eles submetiam à crítica mais impiedosa; tudo quanto existia devia justificar os títulos de sua existência ante o fôro da razão, ou renunciar a continuar existindo [...] (ENGELS, 1961, p. 305).

Como toda teoria de transição pressupõe uma leitura histórica e atual da realidade, com as origens do socialismo não foi diferente. Com relação a essas origens, segundo Engels (1961):

[...] Todas as formas anteriores de sociedade e de Estado, todas as leis tradicionais foram atiradas no monturo como irracionais; até então o mundo se deixara governar por puros preconceitos; todo o passado não merecia senão comiseração e desprezo. Só agora despontava a aurora, o reino da razão; daqui por diante a superstição, a injustiça, o privilégio e a opressão seriam substituídos pela verdade eterna, pela eterna justiça, pela igualdade baseada na natureza e pelos direitos inalienáveis do homem. (ENGELS, 1961, p. 306).

Contudo, Engels (1961) conclui que:

Já sabemos, hoje, que esse império da razão não era mais que o império idealizado pela burguesia; que a justiça eterna tomou corpo na justiça burguesa; que a igualdade se reduziu à igualdade burguesa em face a lei; que como um dos direitos mais essenciais do homem foi proclamada a propriedade burguesa; e que o Estado da razão, o 'contrato social' de Rousseau, pisou e somente podia pisar o terreno da realidade, convertido na república democrática burguesa. **Os grandes pensadores do século XVIII, como todos os seus predecessores, não podiam romper as fronteiras que sua própria época lhes impunha** (ENGELS, 1961, p. 306, grifo nosso).

Os limites da época é o argumento utilizado por Mészáros para dispensar os escritos de Marx, como se escreveu ao longo desta tese. Engels, em um sentido preciso, utiliza o mesmo argumento para datar os escritos da origem do socialismo e seus problemas. Qual seria a diferença entre essas argumentações? Ora, a base explicativa utilizada por Mészáros para datar os escritos de Marx ao século XIX está situada no fato de que, segundo o autor húngaro, a fase vivida e estudada por Marx foi a fase do capital em seu movimento de ascensão, ainda em um estágio incipiente. O que Engels demonstra com seu texto, como se mostrará na sequência dessa exposição, é que a verdadeira fase de ascensão do capital foi anterior à fase vivida e analisada por Marx, como a transição do feudalismo para o capitalismo. Assim, nessa verdadeira fase de ascensão do capital, o socialismo não podia se converter em força

propulsora para a transição da sociedade porque a própria sociedade não estava em seu completo desenvolvimento.

Nota-se que o equívoco de Mészáros, nesse sentido, diz respeito à sua limitação teórica dos fatos históricos, deslocando a justificativa de incipiência do capital para uma fase futura, na qual sua realização já estava em plena potência. Assim, o acerto de contas sobre isso está no fato de que o movimento de ascensão do capital se dá em uma velocidade inaudita em seu processo de transição do feudalismo para a sociedade do capital. Sua expansão foi uma consequência rápida e mundializada em algumas décadas.

De fato, o movimento do capital em sua ascensão não expressa todo o seu potencial social e nem mesmo, exatamente por isso, oferece os elementos necessários para a superação dessa sociedade. No entanto, isso faz parte da origem da sociedade do capital. Desconsiderar isso é cair nas justificativas fantasiosas para o movimento da história dessa sociedade. E mais, é expressão do uso inadequado dos dados históricos para se adaptar a realidade a uma teoria.

Engels (1961) explica que no período da ascensão do capital:

[...] ao lado dos antagonismos entre a nobreza feudal e a burguesia, que se erigia em representante de todo o resto da sociedade, mantinha-se de pé o antagonismo geral entre explorados e exploradores, entre os ricos gozadores e os pobres que trabalhavam. E esse fato exatamente é o que permitia aos representantes da burguesia arrogar-se a representação, não de uma classe determinada, mas de toda a humanidade sofredora. Mais ainda: desde o momento mesmo em que nasceu, a burguesia conduzia em suas entranhas sua própria antítese, pois os capitalistas não podem existir sem os operários assalariados, e na mesma proporção em que os mestres de ofícios das corporações medievais se convertiam em burgueses modernos, os oficiais e os jornaleiros não agremiados transformavam-se em proletários (ENGELS, 1961, p. 306).

Tais contradições, que já se conflitavam no período de ascensão da sociedade capitalista, permitiram que ascendesse também sua contraposição. Como a sociedade estava em seu verdadeiro período incipiente, as manifestações socialistas não poderiam ser diferentes. Assim, conforme Engels (1961):

[...] E se, em termos gerais, a burguesia podia arrogar-se o direito de representar, em suas lutas com a nobreza, além dos seus interesses, os das diferentes classes trabalhadoras da época, ao lado de todo grande movimento burguês que se desatava, eclodiam movimentos independentes daquela classe que era o precedente mais ou menos desenvolvido do proletariado moderno [...] Essas sublevações revolucionárias de uma classe incipiente são acompanhadas, por sua vez, pelas correspondentes

manifestações teóricas: nos séculos XVI e XVII aparecem as descrições utópicas de um regime ideal da sociedade; no século XVIII, teorias já abertamente comunistas [...] (ENGELS, 1961, p. 307).

O socialismo utópico surge no período de ascensão do capitalismo, mas como se sabe, não se limita a esse período. Não se trata, naquela fase, apenas de uma análise equivocada da realidade. A própria realidade não está desenvolvida suficientemente para apresentar os elementos contraditórios de sua superação. Como se demonstrou neste estudo, tal argumento é utilizado por Mészáros em sua análise dos escritos de Marx. O autor húngaro não esperava cair no equívoco de sua própria concepção. Assim, o socialismo utópico, que surge como expressão incipiente de um movimento do capital incipiente, precisa ser considerado em função desses limites. Diferentemente da teoria de transição elaborada por Mészáros, que, na fase desenvolvida do capitalismo, incorre em problemas próximos aos dos socialistas utópicos. Observe-se essa questão mais de perto a seguir.

De acordo com Engels (1961), a primeira manifestação do socialismo como nova teoria histórica se deu dentro dos parâmetros assim constituídos:

A reivindicação da igualdade não se limitava aos direitos políticos, mas se estendia às condições sociais de vida de cada indivíduo; já não se tratava de abolir os privilégios de classe, mas de destruir as próprias diferenças de classe. Um comunismo ascético, ao modo espartano, que renunciava a todos os gozos da vida; tal foi a primeira forma de manifestação da nova teoria [...] (ENGELS, 1961, 307).

Essa teoria tinha certa radicalidade, mas em uma direção utópica, deslocada do terreno do real. Como desdobramento, segundo Engels (1961):

[...] Mais tarde vieram os três grandes utopistas: Saint-Simon, em que a tendência continua ainda a se afirmar, até certo ponto, junto à tendência proletária; Fourier e Owen, este último, num país onde a produção capitalista estava mais desenvolvida e sob a impressão engendrada por ela, expondo em forma sistemática uma série de medidas orientadas no sentido de abolir as diferenças de classe, em relação direta com o materialismo francês (ENGELS, 1961, p. 307).

A falta de compreensão do sistema do capital, que ainda não estava desenvolvido suficientemente nesse período, levou as expressões teóricas em busca do socialismo a defenderem seus objetivos, determinadamente, a partir de ideias sobre o que seria o melhor movimento a ser feito. Deslocado do terreno real, que como se mostrou anteriormente ainda era incipiente, as propostas socialistas se difundiam

como direção que não representava os interesses da classe. Assim, considerando os autores síntese da expressão do socialismo utópico, Engels (1961) explica que o:

Traço comum aos três é que não atuavam como representantes dos interesses do proletariado, que entretanto surgira como um produto histórico [...] Se até agora a verdadeira razão e a verdadeira justiça não governaram o mundo é simplesmente porque ninguém soube penetrar devidamente nelas. Faltava o homem genial, que agora se ergue ante a humanidade com a verdade, por fim descoberta. O fato de que esse homem tenha aparecido agora, e não antes, o fato de que a verdade tenha sido por fim descoberta agora, e não antes, não é, segundo eles, um acontecimento inevitável, imposto pela concatenação do desenvolvimento histórico, e sim porque o simples acaso assim o quis. Poderia ter aparecido quinhentos anos antes, poupando assim a humanidade de quinhentos anos de erros, de lutas e de sofrimentos (ENGELS, 1961, p. 307).

Essa racionalidade, respaldada pelo senso comum daquele período, desconsiderou os aspectos históricos, mas sofreu as consequências deles. Ora, ao acreditar que o socialismo era fruto de uma ideia real sobre a verdadeira justiça, a verdadeira razão, esses autores buscaram no plano das ideias a sua consolidação. Mas foram derrubados, um a um, pelo processo de desenvolvimento histórico da sociedade do capital em ascensão. O socialismo, dessa forma, não poderia vir da cabeça iluminada de alguém, mas seria, antes de mais nada, expressão do próprio movimento plenamente desenvolvido do capital. Conforme Engels (1961):

Mas com o ascenso da indústria e a expansão dos capitalistas, todas as direções dadas pela base teórica dos comunistas utópicos foram atropeladas sem pudor. O avanço da indústria dos capitalistas [...] converteu a pobreza e a miséria das massas trabalhadoras em condição de vida da sociedade” (ENGELS, 1961, p. 308).

Em resumo, todas as ideias brilhantes dos pensadores na direção do socialismo sucumbiram frente à realidade histórica. E isso se deu por dois motivos principais: i) o socialismo não é fruto de um pensador, mas expressão do movimento histórico real; e ii) a realidade daquele período impossibilitava, de saída, qualquer forma de organização do proletariado na perspectiva do socialismo. Assim, Engels (1961) explica que:

[...] naquela época, o modo capitalista de produção, e com ele o antagonismo entre a burguesia e o proletariado, achava-se ainda muito pouco desenvolvido. A grande indústria, que acabava de nascer na Inglaterra, era ainda desconhecida na França. E só a grande indústria desenvolve, de uma parte, os conflitos que transformam numa necessidade imperiosa a subversão do modo de produção e a eliminação de seu caráter capitalista –

conflitos que eclodem não só entre as classes engendradas por essa grande indústria, mas também entre as forças produtivas e as formas de distribuição por elas criadas – e, de outra parte, desenvolve também nessas gigantescas forças produtivas os meios para solucionar esses conflitos. As vésperas do século XIX, os conflitos que brotavam da nova ordem social mal começavam a desenvolver-se, e menos ainda, naturalmente, os meios que levam a sua solução [...] O proletariado, que apenas começava a destacar-se no seio das massas que nada possuem, como tronco de uma nova classe, totalmente incapaz ainda para desenvolver uma ação política própria, não representava mais que um estrato social oprimido, castigado, incapaz de valer-se por si mesmo (ENGELS, 1961, p. 309).

Dessa forma, ainda para Engels (1961):

Essa situação histórica informa também as doutrinas dos fundadores do socialismo. **Suas teorias incipientes não fazem mais do que refletir o estado incipiente da produção capitalista, a incipiente condição de classe.** Pretendia-se tirar da cabeça a solução dos problemas sociais, latentes ainda nas condições econômicas pouco desenvolvidas da época [...] (ENGELS, 1961, p. 309, grifo nosso).

Até o começo do século XIX, as condições para a elaboração de uma nova teoria que se confrontasse e oferecesse uma direção para uma nova sociedade estavam interdidas. Isso se deve ao fato de que as próprias contradições do então recente modo de produção capitalista ainda não haviam oferecido todo seu potencial.

É muito interessante apontar como é exatamente esse o argumento central de Mézáros para datar os escritos de Marx e, da mesma forma, rotular as experiências socialistas, em especial a Revolução Russa, como prematuras. Mézáros só desconsiderou que o desenvolvimento do capital se deu de uma forma muito rápida, e sua ascensão durou apenas o tempo suficiente para que o mundo já estivesse subsumido à lógica do capital. Portanto, considerar o final do século XIX e o início do século XX ainda como período incipiente⁶¹ do sistema do capital é mais um sério equívoco do autor húngaro.

De acordo com Engels (1961), o socialismo utópico tinha de:

[...] descobrir um sistema novo e mais perfeito de ordem social, para implantá-lo na sociedade vindo de fora, por meio da propaganda e, sendo possível, com o exemplo, mediante experiências que servissem de modelo. Esses novos sistemas sociais nasciam condenados a mover-se no reino da utopia; quanto mais detalhados e minuciosos fossem, mais tinham de degenerar em puras fantasias (ENGELS, 1961, p. 309).

⁶¹ Como se mostrou no capítulo 4 do presente estudo: o fato de não ser um período incipiente, e sim um período já maduro do capital, permitiu a Marx estudar as leis universais do capital.

Mészáros (2011), no prefácio à edição brasileira de *Para além do capital*, afirma que há dois exemplos com “sucessos significativos” (MÉSZÁROS, 2011, p. 33), mas ainda em um “estágio muito inicial” (MÉSZÁROS, 2011, p. 33) em direção ao socialismo:

O primeiro exemplo é o Movimento dos Sem-Terra no Brasil, que continua a afirmar seus objetivos com grande rigor e coragem, gerando ecos em diferentes partes do mundo. **O segundo exemplo, apesar de datar já de vários anos, acaba de ter sua importância reconhecida pela vitória eleitoral esmagadora do Presidente Chavez na Venezuela**, e pelo sucesso ainda mais avassalador do *Referendum* Constitucional que se seguiu. As pessoas envolvidas nos dois exemplos tentam agora enfrentar a tarefa extremamente difícil de unir a esfera reprodutiva material à política, fazendo-o de formas diferentes mas complementares. O primeiro está abrindo caminhos no campo da produção material, desafiando o modo de controle sociometabólico do capital por meio da **empresa cooperativa dos sem-terra**, e já começando indiretamente a exercer influência no processo político brasileiro. O segundo, na Venezuela, evolui para o mesmo fim a partir da direção oposta: pelo uso da força política da Presidência e da Assembleia Constitucional, **ele tenta introduzir alterações importantes e necessárias no terreno da reprodução material, como parte fundamental da alternativa visada** (MÉSZÁROS, 2011, p. 33, grifos nossos).

Para o autor húngaro, esses são excelentes exemplos de movimentos radicais que têm uma verdadeira estratégia ofensiva, e não defensiva, contra o capital. De fato, as cooperativas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e o caso da Venezuela podem destruir o capital. Tudo isso apenas no plano da fantasia, como o próprio processo histórico nos revelou. Para Mészáros, esses dois exemplos são mais significativos na direção do socialismo do que a própria Revolução de 1917 na Rússia. Destaca-se que essa compreensão de Mészáros se dá com base em toda sua concepção sobre o capital e a transição socialista, haja vista que esse prefácio foi escrito anos depois da conclusão de sua obra magna.

Seriam estes os dois grandes exemplos de sucesso, o do MST no Brasil e o de Chávez, na Venezuela. Ambos os exemplos constituem os dois movimentos em uma unidade: o da esfera política e o da econômica. São dois exemplos de fato que o autor húngaro oferece para o movimento operário. Assim, a ofensiva contra o capital tem essas bases⁶².

⁶² Uma importante questão: o MST seria um movimento operário? Não seria um movimento camponês? E Chávez, trata-se de um movimento operário ou de um governo? O rigor na definição dessas questões exige o aprofundamento em pesquisas futuras. O que cabe aqui, dentro do conjunto teórico apresentado até agora, é apontar para os limites dessa compreensão de Mészáros.

Desse modo, algumas questões são necessárias neste ponto desta tese: a revolução socialista teria de passar por essa relação entre luta econômica e luta política? Observe-se como o socialismo científico responderá. Mas antes segue-se com a caracterização e o movimento histórico do processo de elaboração do socialismo utópico.

Engels (1961) ressalta que:

As concepções dos utopistas dominaram durante muito tempo as ideias socialistas do século XIX, e em parte ainda hoje as dominam [...] Para todos eles, o socialismo é a expressão da verdade absoluta, da razão e da justiça, e é bastante revelá-lo para, graças à sua virtude, conquistar o mundo. E como a verdade absoluta não está sujeita às condições de espaço e de tempo nem ao desenvolvimento histórico da humanidade, só o acaso pode decidir quando e onde essa descoberta se revelará. Acrescente-se a isso que a verdade absoluta, a razão e a justiça, variam com os fundadores de cada escola; e como o caráter específico da verdade absoluta, da razão e da justiça está condicionado, por sua vez, em cada um deles, pela inteligência pessoal, condições de vida, estado de cultura e disciplina mental, resulta que nesse conflito de verdades absolutas a única solução é que elas vão acomodando-se umas às outras. E, assim, era inevitável que surgisse uma espécie de socialismo eclético e medíocre, como o que, com efeito, continua imperando ainda nas cabeças da maior parte dos operários socialistas da França e da Inglaterra: **uma mistura extraordinariamente variegada e cheia de matizes, composta de desabafos críticos, princípios econômicos e as imagens sociais do futuro menos discutíveis dos diversos fundadores de seitas, mistura tanto mais fácil de compor quanto mais os ingredientes individuais iam perdendo, na torrente da discussão, os seus contornos sutis e agudos, como as pedras limadas pela corrente de um rio. Para converter o socialismo em ciência era necessário, antes de tudo, situá-lo no terreno da realidade** (ENGELS, 1961, p. 315, grifo nosso).

Assim, somente situando o socialismo no plano da realidade é que foi possível a elaboração do socialismo científico. Isso, de fato, fez muita falta para a análise de Mézáros. Mais precisamente, faltou ao autor húngaro uma concepção do movimento das leis gerais da forma de ser do capital. Engels (1961) mostra que:

Os novos fatos obrigaram à revisão de toda a história anterior, e então se viu que, com exceção do Estado primitivo, toda a história anterior era a história da luta de classes, e que essas classes sociais em luta entre si eram todas em todas as épocas fruto das relações de produção e de troca, isto é, das relações econômicas de sua época; que a estrutura econômica da sociedade em cada época da história constitui, portanto, a base real cujas propriedades explicam, em última análise, toda a superestrutura integrada pelas instituições jurídicas e políticas, assim como pela ideologia religiosa, filosófica, etc. de cada período histórico [...] (ENGELS, 1961, p. 321).

Tal concepção entra em oposição direta com o que Mészáros apresenta em sua revisão da história, ao considerar, por exemplo, como mostrado anteriormente, a diferença entre riqueza de produção e produção da riqueza. Como se, nas formas anteriores à sociedade do capital, as relações se dessem com o princípio da satisfação das necessidades humanas e isso tivesse se alterado na sociedade atual, sendo marcada pela produção de riqueza. Lembra-se que, para Mészáros, produção de riqueza está em correspondência direta com a produção de valor-de-troca, e esta, com a produção de capital.

É exatamente a concepção materialista de história, fundada no desvelamento do modo capitalista de produção que possibilitou, em determinada fase do movimento do capital, o surgimento do socialismo científico, que, segundo Engels (1961):

[...] já não aparecia como a descoberta casual de tal ou qual intelecto genial, mas como o produto necessário da luta entre as duas classes formadas historicamente: o proletariado e a burguesia. Sua missão já não era elaborar um sistema o mais perfeito possível da sociedade, mas investigar o processo histórico econômico de que, forçosamente, tinham que brotar essas classes e seu conflito, descobrindo os meios para a solução desse conflito na situação econômica assim criada. Mas o socialismo tradicional era incompatível com essa nova concepção materialista da história [...] (ENGELS, 1961, p. 321).

O socialismo utópico encontra ainda mais correspondência com a proposta de transição de Mészáros, pois, conforme Engels (1961):

Com efeito, o socialismo anterior criticava o modo de produção capitalista existente e suas consequências, **mas não conseguiam explicá-lo e nem podia, portanto, destruí-lo ideologicamente; nada mais lhe restava senão repudiá-lo, pura e simplesmente, como mau. Quanto mais violentamente clamava contra a exploração da classe operária, inseparável desse modo de produção, menos estava em condições de indicar claramente em que consistia e como nascia essa exploração.** Mas do que se tratava era, por um lado, de expor esse modo capitalista de produção em suas conexões históricas e como necessário para uma determinada época histórica, demonstrando com isso também a necessidade de sua queda e, por outro lado, por a nu o seu caráter interno, ainda oculto. Isso se tornou evidente com a descoberta da mais-valia. **Descoberta que veio revelar que o regime capitalista de produção e a exploração do operário, que dele se deriva, tinham por forma fundamental a apropriação de trabalho não pago; que o capitalista, mesmo quando compra a força de trabalho de seu operário por todo o seu valor, por todo o valor que representa como mercadoria no mercado, dela retira sempre mais valor do que lhe custa e que essa mais-valia é, em última análise, a soma de valor de onde provém a massa cada vez maior do capital acumulado em mãos das classes possuidoras.** O processo da produção capitalista e o da produção de capital estavam assim explicados (ENGELS, 1961, p.321-322, grifos nossos).

E Engels (1961) complementa sua exposição:

Essas duas grandes descobertas – a concepção materialista de história e a revelação do segredo da produção capitalista através da mais-valia – nós a devemos a Karl Marx. Graças a elas o materialismo converte-se em uma ciência, que só nos resta desenvolver em todos os seus detalhes e concatenações (ENGELS, 1961, p. 322).

Ao dispensar os escritos de Marx de *O capital*, por considerá-los insuficientes, Mészáros incorre no equívoco de analisar a sociedade do capital desconsiderando o segredo da produção capitalista por meio da mais-valia, tal como desenvolvido por Marx. Isso se refere ao conteúdo dessa categoria. Essa informação é de fundamental importância, haja vista que, como se tem demonstrado nesta tese, Mészáros utiliza os mesmos nomes categoriais com conteúdos distintos. Com isso, sua crítica ao sistema do capital esta fortemente marcada pela superficialidade e, portanto, desconectada do processo real da história e da humanidade. Engels (1961) explica:

[...] E assim já dito que nas novas relações de produção têm forçosamente que conter-se – mais ou menos desenvolvidos – os meios necessários para por termo nos males descobertos. E esses meios não devem ser tirados da cabeça de ninguém, mas a cabeça é que tem que descobri-los nos fatos materiais da produção, tal e qual a realidade os oferece (ENGELS, 1961, p. 322).

Com esse embasamento, compreendendo a base material da sociedade atual como processo de produção e de circulação determinado pela relação social do capital, Engels lança a seguinte questão: “qual é, nesse aspecto, a posição do socialismo moderno?” (ENGELS, 1961, p. 322). Sua resposta oferece subsídios necessários para a análise da teoria de transição proposta por Mészáros, que tem no trabalho alienado, e não na produção de capital, sua base material, conforme Engels (1961) esclarece:

A ordem social vigente – verdade reconhecida hoje por quase todo o mundo – é obra das classes dominantes dos tempos modernos, da burguesia. O modo de produção característico da burguesia, ao qual desde Marx se dá o nome de modo capitalista de produção, era incompatível com os privilégios locais e dos estados, como o era com os vínculos interpessoais da ordem feudal. A burguesia lançou por terra a ordem feudal e levantou sobre suas ruínas o regime da sociedade burguesa, o império da livre concorrência, da liberdade de domicílio, da igualdade de direito dos possuidores de mercadorias, e tantas outras maravilhas burguesas. Agora, já podia desenvolver-se livremente o modo capitalista de produção. E ao chegarem o vapor e a nova maquinaria ferramental, transformando a antiga manufatura na grande indústria, **as forças produtivas criadas e postas em movimento**

sob o comando da burguesia desenvolveram-se com uma velocidade inaudita e em proporções até então desconhecidas. Mas, do mesmo modo que em seu tempo a manufatura e o artesanato, que continuava desenvolvendo-se sob sua influência, se chocavam com os entraves feudais das corporações, **a grande indústria ao chegar num nível de desenvolvimento mais alto**, já não cabe no estreito marco em que é contida pelo modo de produção capitalista. As novas forças produtivas transbordam já da forma burguesa em que são exploradas, e esse conflito entre as forças produtivas e o modo de produção não é precisamente nascido na cabeça do homem [...] mas tem suas raízes nos fatos, na realidade objetiva, fora de nós, independentemente da vontade ou da atividade dos próprios homens que o provocaram. **O socialismo moderno não é mais que o reflexo desse conflito material na consciência, sua projeção ideal nas cabeças, a começar pelas da classe que sofre diariamente suas consequências: a classe operária** (ENGELS, 1961, p. 322-323, grifos nossos).

Assim, o socialismo científico só se tornou possível após o movimento das forças produtivas criadas sob o comando dos capitalistas. Isso provocou, em uma “velocidade inaudita”, um desenvolvimento em enormes proporções. Todo esse movimento ocorreu já no início do século XIX e se potencializou durante todo esse século. Com sua consolidação, consolida-se também a classe que tem a possibilidade de colocar fim a esse modo de produção e destruir com ele todas as sociedades de classes.

Em síntese, Engels (1961) explica que:

[...] o modo de produção capitalista introduziu-se numa sociedade de produtores de mercadorias, de produtores individuais, cujo vínculo social era o intercâmbio de seus produtos. Mas toda a sociedade baseada na produção de mercadorias apresenta a particularidade de que nela os produtores perdem o comando sobre suas próprias relações sociais [...] o produto impera sobre o produtor (ENGELS, 1961, p. 326).

Mas não foi apenas o conhecimento do processo de produção e de circulação do capital que possibilitou a elaboração do socialismo científico. As crises do capital foram os elementos que fechavam essa análise e impulsionavam o movimento socialista. Como não poderia ser diferente, considerando todo o embasamento que se mostrou até este ponto desta tese, a concepção de crise, para Mézáros, diverge da oferecida pelos fundamentos do socialismo científico. Não se trata de uma crise estrutural, portanto, mas de crises cíclicas e periódicas, como Engels (1961) explica:

Com efeito, desde 1825, ano em que estalou a primeira crise geral, não se passam dez anos seguidos sem que todo o mundo industrial e comercial, a distribuição e a troca de todos os povos civilizados e de seu séquito de países mais ou menos bárbaros, saia dos eixos. O comércio é paralisado, os mercados são saturados de mercadorias, os produtos apodrecem nos

armazéns abarrotados, sem encontrar saída; o dinheiro torna-se invisível; o crédito desaparece; as fábricas param; as massas operárias carecem de meios de subsistência precisamente por tê-los produzidos em excesso, as bancarrotas e falências se sucedem. O paradeiro dura anos inteiros, as forças produtivas e os produtos são malbaratados e destruídos em massa até que, por fim, os estoques de mercadorias acumuladas, mais ou menos depreciadas, encontram saída, e a produção e a troca se vão reanimando, pouco a pouco [...] Paulatinamente, a marcha se acelera, a andadura converte-se em trote, o trote industrial em galope e, finalmente, em carreira desenfreada [...] para terminar, por fim, depois dos saltos mais arriscados, na fossa de um crack. E assim, sucessivamente [...] (ENGELS, 1961, p. 329-330).

Respaldado em *O capital*, de Marx, Engels evidencia os processos cíclicos periódicos e indispensáveis no movimento do capital desde sua consolidação com a grande indústria e que são explicativos enquanto houver sociedade do capital. O conhecimento da sociedade do capital em todas suas nuances permite, necessariamente, a compreensão de suas crises. Esse é o processo indispensável para a elaboração das bases que configuram o socialismo científico. Uma análise parcial ou equivocada da sociedade do capital, ao contrário, leva a uma compreensão precipitada e errônea sobre suas crises. Isso se desdobra, por conseguinte, em uma elaboração estratégica socialista pautada no terreno da fantasia, utópica e deslocada do movimento real.

Com as crises do capital, cíclicas e periódicas, em consonância com *O capital* de Marx, Engels aponta que “[...] o representante oficial da sociedade capitalista, o Estado, tem que acabar tomando a seu cargo o comando da produção” (ENGELS, 1961, p. 331-332).

Engels, em uma nota de rodapé, faz uma explicação do que significa esse processo feito pelo Estado do capital, em especial nos períodos de crise. Esse autor alerta que esse processo de nacionalização, sob o modo capitalista de produção, não tem absolutamente nenhuma relação com o socialismo científico. Engels considera que, se a nacionalização é uma expressão do socialismo, vários exemplos de representantes oficiais do capital, por meio do Estado, teriam de ser considerados socialistas, o que é um completo absurdo. Segundo Engels (1961):

E digo que tem de tomar a seu cargo, pois a nacionalização só representará um progresso econômico, um passo adiante para a conquista pela sociedade de todas as forças produtivas, embora essa medida seja levada a cabo pelo Estado atual, quando os meios de produção ou de transporte superarem já efetivamente os marcos diretores de uma sociedade anônima, quando, portanto, a medida da nacionalização já for economicamente inevitável. Contudo, recentemente, desde que Bismarck empreendeu o caminho da

nacionalização, surgiu uma espécie de falso socialismo, que degenera de quando em vez num tipo especial de socialismo, submisso e servil, que em todo ato de nacionalização, mesmo nos adotados por Bismarck, vê uma medida socialista (ENGELS, 1961, p. 332).

É com base nesses fundamentos explicativos da sociedade do capital que Engels (1961) levanta os principais elementos que precisam ser considerados pelo movimento socialista:

O modo capitalista de produção, ao converter mais e mais em proletários a imensa maioria dos indivíduos de cada país, cria a força que, se não quiser perecer, está obrigada a fazer essa revolução. **E, ao forçar cada vez mais a conversão dos grandes meios socializados de produção em propriedade do Estado, já indica por si mesmo o caminho pelo qual deve reproduzir-se essa revolução. O proletariado toma em suas mãos o Poder do Estado e principia por converter os meios de produção em propriedade do Estado. Mas, nesse mesmo ato, destrói-se a si próprio como proletariado, destruindo toda a diferença e todo antagonismo de classes, e com isso, o Estado como tal [...]** (ENGELS, 1961, p. 334, grifo nosso).

Estão fundados, dessa forma, sobre a base que se apresentou anteriormente, os fundamentos do socialismo científico e a trajetória para sua efetivação. O movimento socialista “toma em suas mãos o Poder do Estado” e realiza, como primeiro ato, a conversão dos meios de produção em propriedade do Estado. Por consequência, esse movimento destrói as classes sociais, destruindo, ao mesmo tempo, o próprio Estado. Tudo isso em um processo revolucionário, um período de transição: o socialismo. E Engels (1961) segue nessa caracterização, afirmando que:

[...] A sociedade que se movera até então entre antagonismos de classe, precisou do Estado, ou seja, de uma organização da classe exploradora correspondente para manter as condições externas de produção e, portanto, particularmente, para manter pela força a classe explorada nas condições de opressão (a escravidão, a servidão ou a vassalagem e o trabalho assalariado), determinadas pelo modo de produção existente. O Estado era o representante oficial de toda a sociedade, sua síntese num corpo social visível; mas o era só como Estado que, em sua época, representava toda a sociedade: na antiguidade era o Estado dos cidadãos escravistas, na idade média o da nobreza feudal, em nossos tempos, da burguesia. Quando o Estado se converter, finalmente, em representante efetivo de toda a sociedade, tornar-se-á por si mesmo supérfluo [...] (ENGELS, 1961, p. 334).

Não se trata, dessa forma, de rearticular um movimento que tenha dois flancos, a esfera econômica e a esfera política, como aponta Mészáros, e sim de fazer uma revolução política, com a tomada violenta do poder do Estado, que iniciará o processo de alteração econômica. Nesse movimento, Engels (1961) mostra que:

[...] Quando já não existir nenhuma classe social que precise ser subsumida; quando desaparecerem, juntamente com a dominação de classe, juntamente com a luta pela existência individual, engendrada pela atual anarquia de produção, os choques e os excessos resultantes dessa luta, nada mais haverá para reprimir, nem haverá necessidade, portanto, dessa força especial de repressão que é o Estado [...] (ENGELS, 1961, p. 334).

Dessa maneira, de acordo com Engels (1961):

O primeiro ato em que o Estado se manifesta efetivamente como representante de toda a sociedade – a posse dos meios de produção em nome da sociedade – é ao mesmo tempo o seu último ato independente como Estado. A intervenção da autoridade do Estado nas relações sociais tornar-se-á supérflua num campo após o outro da vida social e cessará por si mesma. O governo sobre as pessoas é substituído pela administração das coisas e pela direção dos processos de produção. O Estado não será abolido, extingue-se. É a partir daí que se pode julgar o valor do falado ‘Estado popular livre’ no que diz respeito à sua justificação provisória como palavra de ordem de agitação e no que se refere à sua falta de fundamento científico. É também partindo daí que deve ser considerada a exigência dos chamados anarquistas de que o Estado seja abolido da noite para o dia (ENGELS, 1961, p. 334).

Mais uma vez, a proposta de socialismo científico apresentado por Engels se movimenta em completa oposição à proposta de transição elaborada por Mészáros. O que, demonstrou-se nessa tese, ser algo absolutamente justificável. Para o autor húngaro, o Estado seria eliminado juntamente com toda relação social do capital imediatamente no processo de transição. Com isso, possuiria caráter semelhante ao direcionado pelos antigos anarquistas. Esse percurso é melhor sistematizado, como se mostrará, por Lênin em sua obra *O Estado e a revolução*. Antes disso, cabe ainda concluir o pensamento de Engels (1961) a esse respeito:

[...] Com efeito, a abolição das classes sociais pressupõe um grau histórico de desenvolvimento tal que a existência, já não dessa ou daquela classe dominante concreta, mas de uma classe dominante qualquer que seja ela, e, portanto, das próprias diferenças de classe representa um anacronismo. Pressupõe, por conseguinte, um grau culminante no desenvolvimento da produção em que a apropriação dos meios de produção e dos produtos e, portanto, do poder político, do monopólio da cultura e da direção espiritual por uma determinada classe da sociedade, não só se tornou de fato supérfluo, mas constitui econômica, política e intelectualmente uma barreira levantada ante o progresso. **Pois bem, já se chegou a esse ponto** (ENGELS, 1961, p. 335, grifo nosso).

Em 1877, Engels já apontava para a necessária e possível revolução socialista. Isso revela que, como supramencionado, já naquele período a sociedade do capital estava em pleno grau de desenvolvimento, o que oferecia as bases para

sua superação, ao contrário do que indica Mészáros, que aponta para a crise estrutural da década de 1970 como o início dessa possibilidade, em função da ativação dos limites absolutos do capital. Assim, já no final do século XIX, Engels (1961) escreve:

[...] Pela primeira vez, surge agora, e surge de um modo efetivo, a possibilidade de assegurar a todos os membros da sociedade, através de um sistema de produção social, uma existência que, além de satisfazer plenamente e cada dia mais abundantemente suas necessidades materiais, lhes assegura o livre e completo desenvolvimento e exercício de suas capacidades físicas e espirituais (ENGELS, 1961, p. 336).

Dessa maneira, encontrou-se as correspondências entre a teoria de transição de Mészáros e os postulados elaborados pelos pensadores do socialismo utópico. Com uma diferença significativa: na época de formulação da teoria de transição socialista utópica, o capital estava em uma fase incipiente e, portanto, incipiente era também o movimento socialista. Na fase de escrita de Mészáros, na segunda metade do século XX, com a sociedade plenamente desenvolvida há quase um século, uma concepção fantasiosa de transição está para aquém dos próprios socialistas utópicos.

Seguindo nessa linha, mostrar-se-á a seguir como se desdobra essa concepção de socialismo científico a partir de Lênin, outro autor desconsiderado nas análises feitas por Mészáros, ao que tudo indica em função da compreensão do autor húngaro de que a Revolução Russa não tenha passado de uma revolução que superou o capitalismo, mas não o capital.

6.5 O ESTADO E A REVOLUÇÃO, DE LÊNIN: ASPECTOS GERAIS ACERCA DA TRANSIÇÃO SOCIALISTA SOB A PERSPECTIVA MARXIANA

De fato, munido de seu universo categorial, Mészáros avalia a experiência soviética e, secundariamente, os escritos de Lênin. O autor húngaro aponta os limites do que chama de sociedade “pós-capitalista de produção de capital”. E qual seria o fundamento de suas críticas à experiência soviética e aos escritos de Lênin? Centralmente, o entendimento de que o movimento do capital só estaria plenamente desenvolvido a partir de 1970. Dessa forma, todas as tentativas de superação do capital se desdobraram, em sua análise, quando muito, na superação do capitalismo, mas não na do capital. E por quê? Ora, seria impossível superar o capital antes de

sua entrada no que Mézáros considera como a fase mais desenvolvida do sistema do capital, a crise estrutural. Antes da crise estrutural, toda tentativa de superação do capital estaria fadada ao fracasso. As condições objetivas para a transição só seriam possíveis a partir da crise estrutural. Esse é o elemento central na análise de Mézáros, que, a partir desse fundamento, tece uma série de críticas à experiência soviética para, assim, formular sua própria teoria de transição, fundamentada em seu próprio universo categorial, como tem-se demonstrado nessa tese.

Para Mézáros, “[...] os limites objetivos da situação histórica dada forçaram até mesmo Lênin a buscar garantias muito problemáticas [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 739), haja vista que as condições objetivas inviabilizavam qualquer tentativa de transição naquele período. Logo, as encruzilhadas com que se depararam os revolucionários haviam de ser superadas por ações que em nada contribuíam para a transição, mas que demonstravam os limites de uma estratégia revolucionária formulada em um tempo em que ela não poderia ser efetivada.

Por isso, Mézáros considera que Lênin formulou e desenvolveu a estratégia da revolução em um país altamente atrasado do ponto de vista do capital. Para o autor húngaro, Lênin estava certo de que uma revolução mundial seria iminente. Como já se demonstrou nesta tese, para Mézáros, mesmo que a experiência soviética tivesse se mundializado, isso não ultrapassaria os limites de produção do capital. Poderiam superar o capitalismo, mas não a base material de trabalho alienado do capital.

Dessa forma, segundo Mézáros, os escritos de Lênin sobre transição estão datados e devem, necessariamente, ser superados. Como Mézáros entende que Marx analisou uma sociedade incipiente do capital e, como supramencionado, Lênin se fundamenta em Marx para traçar a teoria de transição, também no plano do período de incipiência do capital. Sendo coerente com sua concepção, Mézáros elabora uma nova teoria do capital e, com ela, elementos constitutivos “rumo a uma teoria da transição”. Ao executar esse movimento e dispensar o acúmulo teórico-político de Lênin sobre a transição, Mézáros incorre na armadilha de ter em sua elaboração estratégica os contornos do que pretendia superar.

Escrita entre agosto e setembro de 1917, a obra *O Estado e a revolução – o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução* demonstra o sistemático estudo de Lênin para a contribuição da compreensão do lugar do Estado na revolução. Lênin se fundamenta nos textos de Marx e Engels sobre o Estado e, a partir disso, exemplifica, como principal contribuição, o desenvolvimento,

iniciado por Marx e Engels, das fases que o comunismo terá que enfrentar. Com isso, Lênin aponta para os problemas dos reformistas e dos anarquistas com relação à compreensão do Estado e sua nova determinação na transição. O objetivo de Lênin era o de contribuir para a tarefa da classe proletária de fazer a revolução em um futuro próximo.

Do todo que compõe essa obra de Lênin, interessa destacar aqui seus aspectos centrais relacionados à transição. Assim, Lênin percorre um caminho de exposição das assertivas de Marx e Engels sobre o Estado e demonstra, cabalmente, que na sociedade do capital o Estado não é coisa diferente do que o Estado da classe capitalista. Com isso, Lênin corrige as deturpações realizadas pelos reformistas em suas compreensões de Marx e restabelece “a verdadeira doutrina de Marx sobre o Estado [...]” (LÊNIN, 2010, p. 26).

Nesse processo, Lênin sintetiza a questão da seguinte forma: “a substituição do Estado burguês pelo Estado proletário não é possível sem uma revolução violenta. A abolição do Estado proletário, isto é, a abolição de todo e qualquer Estado, só é possível pelo ‘definhamento’” (LÊNIN, 2010, p. 41). Do ponto de vista da finalidade, a estratégia de Mészáros se iguala à de Lênin. Ambos apontam para a necessidade de eliminação do Estado. Mas a relação de igualação se encerra nisso. A forma como isso se dará, o movimento de transição, é completamente distinto para esses dois autores.

Para Lênin, fundamentado em Marx e Engels, o Estado moderno precisa ser eliminado. Mas essa eliminação é inviável imediatamente. Entre o capitalismo e o comunismo, há um período de transição, o socialismo. Nesse período, há a ruptura da propriedade privada dos meios de produção, mas permanecem formas do direito burguês na repartição do fruto do trabalho. Ou seja, no socialismo haverá resquícios do capitalismo. Mas isso, sob a determinação da organização socialista; a ditadura do proletariado. Somente após essa transição, impossível de ser dimensionada no que tange ao tempo, é que se consolidará o comunismo e, dessa forma, o fim do Estado.

Para Mészáros, o processo é distinto. O autor húngaro considera ser impossível um Estado proletário por meio de uma ditadura do proletariado. E por quê? Para esse autor, há uma contradição entre proletariado e Estado proletário. Isso se justifica por sua compreensão do que é Estado. Como supramencionado, para Mészáros, o Estado é componente da estrutura da sociedade. Portanto, a eliminação do capital passa, necessariamente, pela eliminação de qualquer forma de Estado e

pela construção imediata dos trabalhadores livremente associados. Isso se aproxima do que Lênin considera ser a “[...] reivindicação dos chamados anarquistas, pretendendo que o Estado seja abolido de um dia para o outro” (LÊNIN, 2010, p. 36).

Essa é a diferença crucial entre essas duas elaborações estratégicas. A primeira, fundamentada em Marx e Engels, considera ser necessária uma transição entre o capitalismo e o comunismo, ou seja, o socialismo. Nessa transição, ainda haveria elementos da forma de ser da sociedade do capital, mas agora sobre uma nova lógica de produção social. A segunda considera ser inviável qualquer forma de transição que não elimine, por inteiro, toda a forma de ser do capital. Em outras palavras, a transição seria realizada do capital diretamente para o comunismo.

Sob esse ponto de vista, a distinção entre os marxistas e os anarquistas elaborada por Lênin (2010) serve também para distinguir a estratégia revolucionária de Lênin da de Mészáros:

1º) os marxistas, embora propondo-se à destruição completa do Estado, não a julgam realizável senão depois da destruição das classes pela revolução socialista, como resultado do advento do socialismo, terminando na extinção do Estado; os anarquistas querem a supressão completa do Estado, de um dia para o outro, sem compreender as condições que a tornam possível; 2º) os marxistas proclamam a necessidade de o proletariado se apoderar do poder político, destruir totalmente a velha máquina do Estado e substituí-la por uma nova, consistindo na organização dos operários armados, segundo o tipo da Comuna; os anarquistas, reclamando a destruição da máquina do Estado, não sabem claramente pelo que o proletariado a substituirá nem que uso fará do poder revolucionário, pois repudiam qualquer uso do poder político pelo proletariado revolucionário e negam a ditadura revolucionária do proletariado; 3º) os marxistas querem preparar o proletariado para a revolução, utilizando-se do Estado moderno; os anarquistas repelem essa maneira de agir (LÊNIN, 2010, p. 133).

Portanto, resta evidente que uma elaboração teórica distinta sobre a forma de ser do capital provoca desdobramentos na formulação estratégica, que, dessa forma, tornam-se também distinta. Mas não é só isso. Tornam-se, portanto, teorias e estratégias antagônicas. Com base na formulação teórica de Marx, em especial em *O capital*, compreende-se que a transição do capitalismo para o comunismo exige, necessariamente, uma primeira fase e uma fase superior. Na primeira, o socialismo, a revolução política de tomada violenta do Estado e a extinção da propriedade privada dos meios de produção provocam uma alteração da base material, mas ainda mantém formas do direito burguês para a sua repartição. Já no comunismo, fase superior da transição, a eliminação completa do Estado se dá por sua completa dispensabilidade.

Não sendo mais necessário o Estado, a sociedade, sem classes, produz segundo a assertiva marxista: “de cada um conforme suas capacidades e a cada um conforme as suas necessidades”, presente na *Crítica ao programa de Gotha*.

Para Mészáros, isso é completamente contraditório e equivocado. Assim, a transição precisa, necessariamente, ser do capital para o comunismo, eliminando todos aqueles elementos, como supramencionados, das mediações de segunda ordem do capital, entre eles o Estado e todas suas formas. Do ponto de vista da teoria marxista sobre o Estado, os escritos de Mészáros são incapazes de fornecer uma contribuição para a alteração da ordem social do capital.

Como se demonstrou nesta tese, Mészáros defende que uma “ofensiva socialista” só se tornou possível com a abertura da crise estrutural do sistema do capital. É essa a pedra angular de sua teoria relacionada à transição, que o leva a considerar como “prematuros” as tentativas revolucionárias que ocorreram anteriormente a 1970, tendo seu principal alvo de crítica a experiência soviética.

O autor húngaro não faz distinção entre as fases pelas quais passou a Revolução de 1917, considera-as em sua totalidade, como algo unívoco. Dessa forma, a teoria de Lênin sobre transição, mais precisamente *O Estado e a revolução*, é, portanto, a teoria da transição socialista de um período histórico que impossibilitava essa transição. Logo, vários problemas são elencados por Mészáros em sua análise dessa teoria de Lênin.

Não se pode perder de vista que a pedra angular de Mészáros, ao tratar da transição, diz respeito às condições objetivas para sua realização. Ou seja, para esse autor, somente com o advento da crise estrutural, a partir de 1970, é que a revolução seria possível. Isso é o mais importante. Tudo o que segue, para além disso, são apenas argumentos que servem para a tentativa de sustentar sua posição.

Embasado em seu fundamento exposto no parágrafo anterior, o autor húngaro afirma haver uma contradição, que não foi considerada por Lênin em sua elaboração estratégica:

[...] Os limites objetivos da situação histórica dada forçaram até mesmo Lênin a buscar garantias muito problemáticas. Ora, nem mesmo ele podia imaginar **a possibilidade de uma contradição objetiva entre a ditadura do proletariado e o próprio proletariado** [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 739, grifo nosso).

O que Mészáros quer dizer com “limites objetivos” é exatamente o fato de considerar que o capital não estava em sua crise estrutural, em seus limites absolutos. Nesse contexto, qualquer que fosse a tentativa para a superação do capital, essa seria “problemática”. Dessa forma, o autor húngaro aponta que o problema, no caso de Lênin, foi o de não “imaginar a possibilidade de contradição objetiva entre a ditadura do proletariado e o próprio proletariado”. Qual seria essa contradição? Observe-se mais de perto a seguir.

Percebe-se que Mészáros considera como “possibilidade” essa contradição entre a ditadura do proletariado e o próprio proletariado. Considerando o universo categorial de Mészáros, pode-se entender que essa “possibilidade” só se efetiva na segunda fase do movimento do capital, o momento em que este se apresenta plenamente desenvolvido. Em outras palavras, tal contradição se efetiva a partir da manifestação da crise estrutural.

Na plenitude do capital se estabelece a contradição entre a ditadura do proletariado e o próprio proletariado. Ou seja, não há, para Mészáros, a possibilidade de uma ditadura do proletariado. E por quê? Porque, para esse autor, o Estado, mesmo em uma ditadura do proletariado, estabeleceria uma relação de subordinação dos demais trabalhadores para com esse Estado e não configuraria a possibilidade e a necessidade de uma organização dos trabalhadores livremente associados.

Dessa maneira, Mészáros (2011) explica:

Foi Lênin, como sabemos, quem desenvolveu a estratégia da revolução “no elo mais fraco da corrente”, insistindo em que a ditadura do proletariado deveria ser considerada a única forma pública viável para todo o período de transição que antecede o mais elevado estágio do comunismo, no qual, finalmente, se torna possível implementar o princípio da liberdade. A modificação mais significativa de sua análise, em relação a Marx, consistiu em pensar que a “base material” e a superação da “penúria” estariam realizadas sob a ditadura do proletariado em um país que arranca de um nível de desenvolvimento extremamente baixo. Ainda assim, Lênin não via problemas ao sugerir, em dezembro de 1918, que o novo Estado será “*democrático* para o proletariado e para o despossuído em geral e *ditatorial* apenas contra a burguesia” (MÉSZÁROS, 2011, p. 1018).

Mészáros, com base em sua forma de leitura do modo de ser do capital, entende que é impossível um período de transição que seja organizado pela ditadura do proletariado. Para esse autor, isso é completamente impossível. Mészáros, assim, compreende a inviabilidade da teoria de transição preconizada por Lênin exatamente por considerar que as condições objetivas do período de Lênin o interditavam: “[...]”

LeninLênin simplesmente não pôde visualizar a possibilidade de uma contradição objetiva entre a ditadura do proletariado e o próprio proletariado” (MÉSZÁROS, 2011, p. 1019).

Portanto, a contradição entre o proletariado e a ditadura do proletariado, consumada no capital plenamente desenvolvido, situa-se na iminente relação de subordinação, de acordo com Mézáros, dos trabalhadores ao poder do Estado, mesmo que esse seja um Estado proletário. Para o autor, em outras palavras, se há Estado, há capital. Ambos, em sua concepção, são componentes da estrutura da relação social contemporânea, não fazendo sentido, para Mézáros (2011), compreender o Estado como superestrutura, como se lê a seguir:

[...] a dinâmica do desenvolvimento não deve ser caracterizada sob a categoria do “*em consequência de*”, mas em termos do “*em conjunção a*” sempre que se deseja tornar inteligíveis as mudanças no controle sociometabólico do capital que emergem da reciprocidade dialética entre sua estrutura de comando político e a socioeconômica. **Assim, seria completamente equivocado descrever o próprio Estado como uma superestrutura.** Na qualidade de estrutura totalizadora de comando político do capital (o que é absolutamente indispensável para a sustentabilidade material de todo o sistema), o Estado não pode ser reduzido ao *status* de superestrutura. Ou melhor, o Estado em si, como estrutura de comando abrangente, tem sua própria *superestrutura* – a que Marx se referiu apropriadamente como “superestrutura legal e política” – exatamente como as estruturas reprodutivas materiais diretas têm suas próprias dimensões superestruturais (MÉSZÁROS, 2011, p. 119, grifo nosso).

Dessa forma, o Estado, para Mézáros, corresponde à estrutura de comando político do sistema do capital. Por isso, Mézáros (2011) considera que:

[...] o Estado não pode ser autônomo, em nenhum sentido, em relação ao sistema do capital, pois ambos são um só e inseparáveis. Ao mesmo tempo, o Estado está muito longe de ser *reduzível* às determinações que emanam diretamente das funções econômicas do capital. Um Estado historicamente dado contribui de maneira decisiva para a determinação – no sentido já mencionado de *codeterminação* – das funções econômicas diretas, limitando ou ampliando a viabilidade de algumas contra outras. Além do mais, a “superestrutura ideológica” – que não deve ser confundida ou simplesmente identificada com a “superestrutura legal e política”, e muito menos com o próprio Estado – também não pode se tornar inteligível a menos que seja entendida como *irreduzível* às determinações materiais/econômicas diretas, ainda que a esse respeito se deva resistir com firmeza à atribuição frequentemente tentada de uma autonomia fictícia (no sentido idealisticamente ampliado de independência) [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 119).

E a justificativa que o autor húngaro oferece a isso diz respeito ao desdobramento que tal apreensão representa na análise das sociedades pós-

capitalistas de produção de capital, como seria, na avaliação de Mészáros (2011), o caso da União Soviética:

[...] A interpretação mecânica do relacionamento entre a “base material” do capital e sua “superestrutura legal e política” pode ser – e realmente tem sido – traduzida, nas condições das sociedades pós-revolucionárias, como seu reverso autoilusório, segundo o qual o controle político voluntarista da ordem pós-capitalista, depois da transferência da propriedade para o “Estado socialista”, representa a superação da base material do capital [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 121).

Todas essas posições se demonstraram no capítulo 3 da presente tese, no qual se expôs o entendimento de Mészáros acerca do Estado. Agora, ao debater a transição, retoma-se apenas os aspectos centrais, que, dentro do universo categorial de Mészáros, deixam sua posição mais clara sobre a inviabilidade, em sua concepção, de um Estado de transição. Toda a discussão sobre o Estado moderno em Mészáros envolve tanto os Estados capitalistas como os pós-capitalistas. O autor húngaro utiliza o mesmo conjunto categorial para analisar esses dois tipos de Estado. Isso se dá por Mészáros considerar que o Estado faz parte da estrutura econômica de produção de capital e que, em sua análise, o que as sociedades pós-capitalistas realizaram não alterou essa base estrutural. Assim, esse autor considera que os Estados têm formas diferentes e, no sistema do capital, podem ser considerados “[...] **em suas variedades capitalistas e pós-capitalistas** [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 130), sendo que a variedade pós-capitalista de Estado é a comprovação da contradição entre a ditadura do proletariado e o próprio proletariado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise crítica realizada neste estudo considerou as teses matriciais que constituem o universo categorial de István Mészáros, presentes em sua obra máxima, *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Essa obra de Mészáros tinha, como um de seus objetivos, o reexame crítico e rigoroso das elaborações produzidas no campo socialista do século XIX e do início do século XX, além de, evidentemente, contribuir para a formulação estratégica visando à emancipação humana.

A principal conclusão a que se chegou foi a de situar o universo categorial de Mészáros como próprio e exclusivo do autor, não contendo, dessa maneira, nenhuma correspondência, no que se refere às categorias econômicas, com a obra *O capital* de Marx. Assim, seria incoerente analisar a qualidade da apropriação feita pelo autor húngaro das categorias identificadas por Marx e descritas n'*O capital*, exatamente pelo fato delas terem sido dispensadas pelo autor húngaro. Como demonstrou-se, Mészáros dedica centenas de páginas para justificar essa posição, argumentando sobre o lugar específico de sua teoria no campo da perspectiva de superação do *sociometabolismo* do capital.

Do quadro geral que se apresentou neste trabalho, importa questionar: qual é o papel da teoria revolucionária hoje? Determinadamente, considerando a forma de ser do capital, o papel da teoria revolucionária continua sendo o mesmo, qual seja o de municiar a classe trabalhadora para a elaboração de uma estratégia revolucionária.

Dessa forma, o aspecto basilar na luta de classes é a produção de uma teoria revolucionária que possibilite a formação da classe trabalhadora para o que lhe é essencial: elaborar e agir sob a perspectiva de uma estratégia para a revolução socialista. Em outras palavras, a produção e a socialização da teoria para essa finalidade é o que pautou as formulações mais importantes que há ao longo da história da luta de classes mundial.

Isso, sob hipótese alguma, dispensa o caráter de agitação necessário para inflamar os anseios da classe trabalhadora e contribuir para sua movimentação, rompendo com a apatia rotineira sob a qual o movimento do capital a coloca. Mas, mesmo para isso, o rigor teórico da pesquisa, que deve expressar a forma de ser do capital, é indispensável. Rigor é a condição precípua para a produção e a transmissão teórica. E isso exige uma forma sistemática de elaboração. Há, portanto, a possibilidade de afirmar que o aprofundamento teórico da forma de ser do capital é

garantia para um salto qualitativo nas elaborações estratégicas dos trabalhadores. No entanto, não existe garantia alguma que isso se efetive numa ação estratégica iminentemente revolucionária.

É por esse motivo que Marx, no prefácio à edição francesa d'*O Capital*, de 1872, quando indagado pelo editor Maurice La Châtre sobre a possibilidade de publicação da tradução da referida obra em folhetos, demonstrou acordo com “[...] sua ideia de publicar a tradução de *O capital* por fascículos. Desta forma, a obra será mais acessível à classe trabalhadora, e para mim importa mais esse motivo que qualquer outro” (MARX, 2011, p. 31). O objetivo de Marx estava claro: fazer com que sua obra chegasse de maneira acessível à classe trabalhadora. Contudo, Marx (2011) adverte:

Mas, além desta vantagem, há de se considerar o reverso da medalha: o método de análise que utilizei e que ainda não fora aplicado aos problemas econômicos torna bastante árdua a leitura dos primeiros capítulos, e é de temer-se que o público francês, impaciente por chegar às conclusões e ávido por conhecer a conexão entre os princípios gerais e as questões imediatas que o apaixonam, venha a enfastiar-se da obra por não tê-la completa, desde logo, em suas mãos (MARX, 2011, p. 31).

Cabe destacar que, à época da edição francesa, o mundo vivenciou uma das mais importantes tentativas de superação da sociedade do capital, realizada pela experiência da Comuna de Paris em 1871. Esse contexto revela o caráter e a preocupação de Marx com os leitores franceses. Mas não só isso. Certo da totalidade de sua obra sobre as leis sociais que regem o movimento do capital, Marx estava convencido de que não há possibilidade, sem o rigor na compreensão desses fundamentos gerais do capital, de se realizar um estudo por partes, sem a conexão com o todo de seus escritos. É por esse motivo que Marx (2011) conclui da seguinte forma:

Contra esta desvantagem nada posso fazer, a não ser, antecipadamente, prevenir e acautelar os leitores sequiosos de verdade. Não há estrada real para a ciência, e só têm probabilidade de chegar a seus cimos luminosos aqueles que enfrentam a canseira para galgá-los por veredas abruptas (MARX, 2011, p. 31).

De fato, a teoria revolucionária é fundamental, imprescindível e tem um alto grau de exigência. Ao pressupor que o movimento do capital teve duas fases – incipiente e de consolidação –, sustentadas pelos argumentos no plano da aparência; e que Marx estaria datado à primeira fase e ao “cantinho europeu”, Mészáros elabora

seu próprio universo categorial, distinto do universo categorial marxiano, que se desdobra em uma série equívocos que, no limite, interditam o seu objetivo.

Devido ao limite de tempo para a elaboração desta tese, optou-se por demonstrar as insuficiências do universo categorial de Mészáros, presentes em sua obra máxima, em três frentes: i) seu pressuposto; ii) a pedra angular de sua teorização, fundada no trabalho alienado, e com esta o desdobramento da compreensão da abertura de uma crise estrutural do sistema do capital; e iii) sua contribuição para a avaliação e a elaboração de uma teoria da transição.

Após demonstrar os aspectos basilares do universo categorial de Mészáros, nos capítulos primeiro, segundo e terceiro desta tese, em uma leitura rente ao texto do próprio autor húngaro, iniciou-se a exposição crítica desse complexo conjunto argumentativo de suas concepções. No quarto capítulo, demonstrou-se, a partir d’*O capital* de Marx, que não há correspondência entre o universo categorial marxiano e o de Mészáros. Trata-se, portanto, de duas formas e conteúdos distintos para a compreensão do modo de ser do capital. Demonstrou-se como, sob hipótese alguma, a teoria mais desenvolvida escrita por Marx pode ser datada ao século XIX, exatamente porque essa teoria identifica as leis universais que regem o movimento do capital e, dessa forma, permanece atual enquanto a produção da vida estiver subsumida à lógica do capital.

Além do mais, identificou-se como Marx utiliza dados da realidade de vários países e, determinantemente, da Inglaterra, tão somente por constatar que, naquele país e naquele período, a produção de capital já tinha demonstrado seu caráter completo e desenvolvido em sua totalidade. Ou seja, já haviam sido consolidadas as classes fundamentais que compõem a sociedade do capital, a saber: a classe capitalista e a classe trabalhadora. A produção de capital já pressupunha, então, todos os elementos constitutivos da forma de ser do capital. O que ocorreu, ao longo dos anos que se seguiram, foi o aprofundamento desses elementos, e não sua alteração.

A sociedade do capital se mantém na produção de mais-valia e, portanto, de capital, e permanece fundada na compra de força de trabalho, que é livre e desprovida de todos os meios de produção. A lei do valor e de valorização do valor continua se impondo, por ser uma lei social.

Considerando o exposto, o programa de Marx é o de transcender o capital. E este é também o intento de Mészáros. Contudo, os caminhos percorridos por esses autores são distintos. Mais precisamente, o autor húngaro parte da concepção de que

é o trabalho alienado o fundamento da base material do capital. Como o autor húngaro entende o trabalho alienado como base material do sistema do capital, entende, ao mesmo tempo, que Marx tinha como objetivo superar a alienação, o que difere, em muito, da real proposta do próprio Marx.

As viragens teóricas pelas quais Marx passou em sua trajetória teórico-política, marcada por superações teóricas que se respaldavam em rupturas e/ou incorporações, possibilitaram a Marx, após décadas de estudo, chegar a uma síntese precisa e rigorosa sobre a forma de ser do capital, expressa em sua obra *O capital*, que possui três volumes. Fundamentalmente, Marx transitou da compreensão de trabalhador como mercadoria – nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, de 1844 –, para a de trabalho como mercadoria – em *Trabalho assalariado e capital*, de 1849 – e, finalmente, para a de força de trabalho como mercadoria – em *O capital*. Essas alterações em sua forma de identificar a base material da produção capitalista levaram-no a se dedicar à necessidade de superação do capital.

A questão central que é apresentada, ao se considerar essa trajetória de Marx, é que a estratégia de superação do capital, a partir da compreensão exposta em *O capital*, é totalmente diferente da estratégia de superação do capital a partir da compreensão exposta nos *Manuscritos*, de 1844, e em *Trabalho assalariado e capital*, de 1849. Como Mészáros confunde a “descontinuidade” teórica de Marx e vê nesta uma “continuidade”, seus equívocos se tornam inevitáveis.

Nos *Manuscritos*, de 1844, obra fundamental na análise de Mészáros, Marx não fazia a diferenciação entre trabalho e trabalhador como mercadoria. Por essa razão, pode ser identificado que não havia, para ele, diferenciação entre trabalho alienado e trabalhador alienado. Dessa maneira, o autor alemão compreendia que o trabalhador estava alienado dele próprio, ou seja, o trabalhador não se pertencia, mas pertencia a outro que o comprava. Aqui reside o grande problema. Sob o ponto de vista de *O capital*, ou seja, o da força de trabalho como mercadoria, o trabalhador pertence a si mesmo, e a força de trabalho também lhe pertence. Aliás, esta é sua única propriedade. O que ele vende ao capitalista, quando tem sorte, é o valor de uso de sua propriedade, ou seja, da força de trabalho. Nesse movimento de compra e venda, o trabalhador aliena o valor de uso de sua força de trabalho por certo tempo, e não por todo o tempo e para sempre. Trata-se, portanto, de uma diferença central e que terá desdobramentos.

Por captar esse percurso de Marx em seus pontos superficiais, Mészáros, ao afirmar que realiza uma “apropriação criativa com mudanças significativas” na teoria de Marx, tenta justificar seu próprio movimento. São formas elaboradas para o autor húngaro argumentar sobre a dispensa do que é central na teoria de Marx, em sua obra máxima, e se fundamentar no que considera ser o “espírito da obra de Marx”, qual seja a radicalidade crítica e a radicalidade revolucionária. Como viu-se, esse fundamento é insuficiente para a realização do que era almejado pelo autor.

Outro aspecto analisado da teoria de Mészáros diz respeito ao que este autor entende ser a crise estrutural do sistema do capital. Identificou-se que o autor húngaro buscou a raiz de sua compreensão em Marx e Engels, em *A ideologia alemã*, de 1846. Mostrou-se a forma como Mészáros se apropria de uma citação dos investigadores alemães e considera que esta seria uma tendência para o futuro do capital. Em outras palavras, haveria um tempo em que o movimento do capital se caracterizaria por uma fase produtiva, na qual Mészáros insere a fase do capital incipiente, e um tempo em que o movimento do capital se caracterizaria por, determinantemente, uma fase destrutiva, com a consolidação do capital. A crise estrutural seria a expressão mais desenvolvida desse segundo elemento.

Identificou-se que o autor húngaro descartou o conteúdo pelo qual se erguem as crises cíclicas e periódicas como um mecanismo de autopreservação da vida do capital, mesmo que para isso parte da classe capitalista e parte do próprio capital, além, claro, da classe trabalhadora e das forças produtivas do trabalho tenham de ser eliminadas. Ao dispensar as categorias de Marx de *O capital*, e argumentar sobre isso, Mészáros interdita a compreensão de crises cíclicas e periódicas como parte do movimento do capital, como expressão da resolução da agudização entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho e as relações sociais de produção. Com a mudança na composição orgânica do capital, em síntese o avanço do investimento em capital constante em detrimento do investimento em capital variável, o capital passa por períodos que, como Marx assinala no Livro III de *O capital*, compreendem um “[...] estado de repouso, animação crescente, prosperidade, superprodução, colapso, estagnação, estado de repouso, etc. [...]” (MARX, 1986, p. 270).

Não há respaldo, a partir de *O capital*, de Marx, para se inserirem as crises cíclicas e periódicas como componentes da crise estrutural. Estas são duas explicações antagônicas; duas expressões do conjunto teórico de leitura da forma de

ser do capital. Mas qual seria o problema de uma nova leitura da realidade do capital que seja diferente da elaborada por Marx ou de uma nova forma de compreender as crises do capital? Aqui se encontra o mais grave problema da teorização de Mészáros: o momento em que este autor se propõe a sistematizar aspectos para uma teoria da transição.

Rumo a uma teoria da transição é o subtítulo da obra máxima de Mészáros. Seu universo categorial se desdobra na indicação de elementos constitutivos para a transição. De fato, o obstinado autor húngaro tinha a preocupação de fazer com que sua teoria fosse uma contribuição para a tarefa revolucionária. Este autor realiza um movimento de correspondência entre sua forma de leitura da realidade do capital e a transição para uma nova forma histórica. Ora, uma teoria social precisa ter uma radicalidade crítica e uma radicalidade revolucionária. E Mészáros não realiza o que havia proposto, a saber: ir além de *O Capital*, de Marx. Os problemas em sua elaboração teórica se desdobram em inviáveis apontamentos para a transição.

Há, portanto, uma conexão entre a teoria de Mészáros e os fundamentos da transição, configurando uma relação de subordinação. Como, em sua análise, o movimento do capital entrou em sua fase destrutiva com a crise estrutural, esse seria o momento histórico de uma “ofensiva socialista”, embasada nesse universo categorial. Essa “ofensiva” precisa, necessariamente, destruir o capital e todas as suas formas constitutivas – o capital, as classes sociais, o dinheiro, o Estado em suas diferentes formas etc. Em síntese, a teoria da transição de Mészáros compreende: da sociedade do capital para a sociedade dos trabalhadores livremente associados. Ou seja, uma transição imediata, sem período de uma “ditadura do proletariado”. Isso porque, para o autor húngaro, há uma contradição objetiva entre a ditadura do proletariado e o próprio proletariado.

Ao dispensar *O capital*, de Marx, pelos motivos apresentados ao longo desta tese, Mészáros dispensa também a concepção revolucionária que se funda nessa teoria, por exemplo, as concepções presentes nos textos: *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, de Engels, e *O Estado e a revolução*, de Lênin. Isso é coerente com sua formulação teórica, haja vista que seu pressuposto é o de que uma transição só se tornaria possível com o início da crise estrutural do sistema do capital, a partir de 1970.

Mészáros, dessa forma, incorre nos equívocos que apontou em seus próprios argumentos na defesa de sua teoria do capital e da transição. Ao datar a identificação

da forma de ser do capital elaborada por Marx e a teoria da transição que dela seguiu, o autor húngaro perdeu-se em um emaranhado caótico, que se desdobrou em uma teoria da transição que se aproxima, nos pontos centrais, da proposta defendida pelos socialistas utópicos, assim como se aproxima da defesa do movimento anarquista do início do século XX.

Para além do capital, mesmo possuindo um objetivo revolucionário, pode ser entendido como para além do capital, tanto da obra *O capital* de Marx, como desta relação social. O caráter desses apontamentos não se situa exclusivamente no plano teórico, restringindo-se ao âmbito acadêmico. Um *exame crítico e rigoroso* dos escritos de Mészáros, fundamento do *espírito de sua obra*, pode contribuir para o mesmo movimento dos que se respaldam nestes para direcionar suas ações no terreno da luta dos trabalhadores.

Compreende-se que o universo categorial de Marx continua atual e necessário, não como uma explicação a priori, e muito menos completa em todas as suas nuances. Mas sim, como ponto de partida para os cruciais desenvolvimentos, em todas as suas minúcias e conexões. Por fim, conclui-se esta tese deixando o presente escrito para o rigor da crítica e da autocrítica. Esses instrumentos são indispensáveis para a análise da forma de ser do capital e para a elaboração estratégica revolucionária.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. Apresentação. In: MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. 1. ed. Revista. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ANTUNES, Caio Sgarb. István Mészáros e o ideal da emancipação humana. **RTPS – Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 3, n. 5, pp. 31-56, 1 out. 2018.
- ANTUNES, Caio Sgarb. Apresentação do dossiê em memória de István Mészáros. **RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 3, n. 5, pp. 15-22, 1 out. 2018 A.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. Apresentação – sobre o caráter necessário do Livro III d’*O capital*. In: MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política – Livro Terceiro: o processo global da produção capitalista**. Tradução de Rubens Enderle. Editado por Friedrich Engels. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DEL ROIO, Marcos. Prefácio. In: RIBEIRO, Danielle. **Estado e capital em István Mészáros** [recurso eletrônico]. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.
- ENGELS, Friedrich. Do socialismo utópico ao socialismo científico. **Obras escolhidas**. V. II. Rio de Janeiro: Editora Vitória, 1961.
- ENGELS, Friedrich. Do prefácio ao segundo tomo de O capital de Marx. In: **Obras escolhidas**. V. II. Editora Vitória, Rio de Janeiro: 1961.
- ENGELS, Friedrich. Introdução de trabalho assalariado e capital. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. V. I. São Paulo: Alfa-Omega, [s/d]. pp. 52-59.
- ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem [1876]. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Obras escolhidas**. V. II. São Paulo: Alfa-Omega, [s/d].
- GIORDANI, Jorge. István Mészáros, pensador revolucionário original. **RTPS – Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 3, n. 5, pp. 23-30, 1 out. 2018.
- LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Proletariado e sujeito revolucionário**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro Terceiro. O processo global da produção capitalista. Tradução de Rubens Enderle. Edição de Friedrich Engels. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- _____. _____. Livro I. Crítica da economia política: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. _____. Crítica da economia política. Livro I. 29. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. _____. Crítica da economia política: Livro I, tomo II. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. _____. V. I, tomo I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **Os despossuídos**: debates sobre a lei referente ao furto da madeira. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. **Grundrisse**. Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

_____. **A miséria da filosofia**. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1985.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução, apresentação e notas de Jesus Ranieri. [4. reimp.]. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. 1. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Collected Works**. Letters 1856-59. V. 40. Lawrence & Wishart Electric Book: 2010.

_____. **A ideologia alemã**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. 1. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

MUSTO, Marcello. A formação da crítica de Marx à economia política: dos estudos de 1843 aos Grundrisse. **Crítica marxista**, n. 33, p. 31-65, 2011.

NETTO, José Paulo. **Karl Marx: uma biografia**. 1.ed. – São Paulo: Boitempo, 2020.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. **Mészáros e a incontroleabilidade do capital**. 2. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

RIBEIRO, Danielle Cristine. **Estado, trabalho e capital em István Mészáros** [recurso eletrônico] / Danielle Ribeiro. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/126221>>. Acesso em: 5 maio 2020.

RICARDO, David. Os Economistas: Ricardo – Princípios de economia política e tributação. São Paulo, Nova Cultural, 1988.

TUMOLO, Paulo Sérgio. O capital e as alterações no trabalho nas distintas fases de acumulação capitalista: fundamentos conceituais e desdobramentos teórico-políticos. In: TORRIGLIA, Patricia Laura et al. (Orgs.). **Ontologia e crítica do tempo presente**. Florianópolis: Editoria em debate, 2015. Disponível em:

<<http://editoriaemdebate.ufsc.br/catalogo/ontologia-e-critica-do-tempo-presente-patricia-laura-torriglia-ricardo-gaspar-muller-ricardo-lara-vidalcir-ortigara-organizadores/>>. Acesso em: 5 maio 2020.